

ufjf

Faculdade de
Serviço Social
PPGSS/UFJF

**VII SEMINÁRIO
INTERNACIONAL**

**Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e
Serviço Social: resistências e articulações
internacionais**



ANAIS

V.4 N.1 (2022)

ISSN: 25944533

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social:
resistências e articulações internacionais

REALIZAÇÃO

ufjf

FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL
PPGSS/UJF

APOIO



CAPES

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Comissão Organizadora do Seminário

Professora Doutora Ana Luiza Avelar de Oliveira – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Ana Maria Ferreira – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Carina Berta Moljo – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Cláudia Mônica dos Santos – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Marina Monteiro de Castro e Castro – Universidade Federal de Juiz de Fora

Doutora Emília Nunes Grillo- TAE da Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora

Comissão Organizadora dos Anais

Professora Doutora Ana Luiza Avelar de Oliveira – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Ana Maria Ferreira – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Carina Berta Moljo – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Cláudia Mônica dos Santos – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Marina Monteiro de Castro e Castro – Universidade Federal de Juiz de Fora

Comissão Científica

Professor Doutor Alexandre Aranha Arbia – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Sabrina Pereira Paiva – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Edneia Alves de Oliveira – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professor Doutor Marco Jose de Oliveira Duarte – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Maria Carmelita Yazbek – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Professora Doutora Maria Helena Elpidio Abreu – Universidade Federal do Espírito Santo

Professora Doutora Alzira Maria Baptista Lewgoy – Universidade Federal do Rio Grande Do Sul

Professora Doutora Elaine Rossetti Behring – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Professora Doutora Alcina Maria de Castro Martins – Instituto Superior Miguel Torga

Professor Doutor Sergio Andes Quintero Londoño – Universidad De Caldas

Professora Doutora Sónia Mafalda Pereira Ribeiro – Universidade Lusófona do Porto

Professora Doutora Paula Molina Vidal – Universidad de Chile

Professor Doutor Miguel Ángel Oliver Perell – Universitat de Les Illes Balears

Professor Doutor Roberto Orlando Zampani – Universidad Nacional de Rosario

REALIZAÇÃO

ufjf
FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL
PPGSS/UFJF

APOIO



VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Pareceristas

Professora Doutora Alessandra Ribeiro de Souza – Universidade Federal de Ouro Preto

Professora Doutora Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Ana Luiza Avelar de Oliveira – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Ana Maria Ferreira – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professor Doutor Bruno Bruziguessi Bueno – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Carina Berta Moljo – Universidade Federal de Juiz de Fora

Assistente Social Mestre Daniela Leonel de Paula Mendes – Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Edneia Alves de Oliveira – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Estela Saleh da Cunha – Universidade Federal de Juiz de Fora

Assistente Social Mestre Fellipe Perantoni - Instituto Federal da Paraíba - campus João Pessoa/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor Mestre Gustavo Gonçalves Fagundes – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Isaura Gomes de Carvalho Aquino – Universidade Federal de Juiz de Fora

Assistente Social Mestre Jessica Ribeiro Duboc - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professora Doutora Joseane Barbosa de Lima – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Luciana Gonçalves Pereira de Paula – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professor Doutor Marco Jose de Oliveira Duarte – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Mariana Costa Carvalho – Universidade Federal de Viçosa

Professora Doutora Marina Monteiro de Castro e Castro – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Mônica Aparecida Grossi Rodrigues – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Paula Martins Sirelli – Universidade Federal Federal Fluminense - campus Rio das Ostras

Professora Doutora Sabrina Pereira Paiva – Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Susana Maria Maia – Universidade Federal Fluminense - campus Rio das Ostras

Professora Doutora Viviane Souza Pereira – Universidade Federal de Juiz de Fora

REALIZAÇÃO

ufjf
FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL
PPGSS/UJF

APOIO



VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Sumário

EIXO 1 - Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais

Modo de produção capitalista e reprodução ampliada da barbárie. caminhos e descaminhos para a classe trabalhadora	13
<i>Maria Fernanda Escurra; Roberto Coelho do Carmo</i>	
Deslocamentos internos forçados sob a perspectiva marxista	22
<i>João Vitor Bitencourt; Ariane Rego de Paiva</i>	
Neodesenvolvimentismo arraigado: provocações ao pensamento crítico brasileiro da atualidade	32
<i>Fabício Augusto Araújo Ribeiro</i>	
Crise do capital e relações de trabalho no Brasil: indicações para análise	42
<i>Ana Luiza Avelar de Oliveira</i>	
O processo de precarização do trabalho no Brasil: as novas formas de exploração da contemporaneidade	51
<i>Daiana Ferreira de Almeida; Renata Uchôa</i>	
A organização dos trabalhadores no século xxi: desafios no contexto neoliberal	59
<i>Andréa Fão Carloto</i>	
Os obstáculos para o sindicalismo brasileiro após o golpe de 2016	68
<i>Gustavo Giovanni Dos Reis Apóstolos</i>	
A uberização do trabalho e a criminalização da classe trabalhadora na ofensiva neoliberal	77
<i>Mariana Tavares Sousa, Geovanna Gonçalves dos Santos; Camilla Eduarda Santos de Battisti</i>	
Capital fictício e a lógica destrutiva da acumulação capitalista: o caso da barragem da Samarco	85
<i>Jéssica Ribeiro Duboc</i>	
Mineração extrativista em Mariana (MG): o capitalismo moendo vidas e a natureza	94
<i>João Caio Oliveira da Silva; Daniele da Silva Correia</i>	

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Eixo 2 - As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva ultraneoliberal do capital

Racismo estrutural e exploração: da escravidão ao (des)privilégio da servidão capitalista	104
<i>Patricia da Silva Coutinho</i>	
A paz está proibida: construtos da violência racial e repressão às “classes perigosas” (1970)	113
<i>Rafael Matheus de Jesus da Silva; Dagoberto José Fonseca</i>	
Força de trabalho supérflua, desocupação, inatividade e raça/cor: uma interpretação dos dados estatísticos da PNAD/IBGE	122
<i>Elizete Maria Menegat; Dayane A. Cardoso da Silva</i>	
Racismo estrutural em tempos de neoconservadorismo: uma análise das práticas racistas em empresas aéreas	132
<i>Aline Macêdo Câmara Gracindo; Ellison Patrício Cassiano; Mayana Gerlany Costa da Silva</i>	
Genocídio da juventude negra: análise sobre mortes violentas em uma região do município de Juiz de Fora	140
<i>Pâmela Soares Oliveira</i>	
A segregação espacial como expressão da exploração e da opressão das classes pobres no Brasil	149
<i>Erika de Almeida Winter</i>	
Trabalho feminino na realidade nacional: relações de exploração, dominação e opressão	158
<i>Marina Fernandes Toledo Lourenço</i>	
O debate em torno da religião e os consumidores de drogas	167
<i>Dayana Barbosa Furtado</i>	

Eixo 3 - Lutas Sociais, resistências e internacionalização

Ofensiva ultraneoliberal: o ataque as lutas sociais urbanas como resposta à crise do capital	177
<i>Kathleen Pimentel dos Santos</i>	
Da inconsequência irracional à crise política: notas sobre classismo, lutas sociais e antirracismo	186

REALIZAÇÃO

ufjf
FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL
PPGSS/UFJF

APOIO



VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Fillipe Perantoni

Memórias de lutas e resistência: o que Walter Benjamin tem a nos dizer? 195

Juliana Viana Ford; Gustavo José de Toledo Pedrosa

O debate sobre os novos movimentos sociais: perspectivas e críticas 204

Euler Antônio Campos

Relações entre questão agrária, questão social e lutas sociais na formação econômico-social brasileira 213

Anderson Martins Silva

Agroecologia e soberania alimentar: contribuições às experiências de formação política no Brasil e na Espanha 222

Mônica Aparecida Grossi; David Gallar Hernández

Considerações sobre a greve internacional de mulheres de 2017 231

Lucimara dos Reis Pinheiro; Maria Lúcia Duriguetto

Questões de gênero, movimento feminista e serviço social 239

Livia Neves Masson; Giovanna Urbano; Elizabeth Regina Negri Barbosa

Lutas sociais e Serviço Social: a diversidade sexual na revisão da literatura profissional brasileira 247

Marco José de Oliveira Duarte; Carolina Pereira Fernandes; Matheus Souza Silva

Eixo 4 - Política Social, trabalho e questão social: retrocessos e resistências na conjuntura atual

Política social, avanços, retrocessos e desafios: uma análise a partir da teoria valor-trabalho 257

Darana Carvalho de Azevedo

Neoliberalismo, fundo público e a seguridade social brasileira 266

Sarah Danielle Campos da Silva

A (des)proteção social e a superexploração da força de trabalho 273

Laís Duarte Corrêa; Shirlene Anabor

A cena de uso da tecnologia e a desigualdade social do Brasil 281

Maria Alice Silva Santos; Félix Roberto Coelho Do Carmo

Crise e retrocesso nas políticas e direitos sociais: opressões da classe trabalhadora no governo Bolsonaro 289

Joyce Queiroga Resende

REALIZAÇÃO

ufjf
FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL
PPGSS/UFJF

APOIO


CAPES

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Fome, trabalho e questão social no Brasil: desafios e retrocessos em tempos pandêmicos	300
<i>Daniel Luiz Pitz; Roberta Sperandio Traspadini</i>	
A política municipal para população em situação de rua em Belo Horizonte: uma proposta de análise dos anos de 2017 a 2022	309
<i>Olga Inah-Inarê Aquino Ribeiro</i>	
Mulheres em cárceres	318
<i>Graziela de Carvalho Maia Campos; Dagoberto José da Fonseca</i>	
Transvestigêneres e precariedade da vida: interseccionalidade, prostituição e trabalho em realidade interiorana	326
<i>Dandara Felícia Silva Oliveira; Marco José de Oliveira Duarte</i>	
Escalada conservadora e ultraneoliberalismo: indicações a partir da política de assistência social	334
<i>Mossicleia Mendes da Silva; Anna Paola Tuão de Oliveira Souza</i>	
Política de assistência social, benefícios eventuais e desafios atuais	343
<i>Aline Macêdo Câmara Gracindo; Bruna Cristina Silva Oliveira</i>	
Benefícios eventuais em tempos de pandemia da covid-19: uma análise das demandas e desafios na oferta no município de Parintins/AM	352
<i>Isabelle Ferreira Teixeira; Dayana Cury Rolim</i>	
Gestão da política de assistência social no contexto da pandemia do covid 19 na cidade de São Paulo	359
<i>Robson de Jesus Ribeiro; Maria José de Oliveira Lima</i>	
Negacionismo e desvalorização da ciência: expressões do conservadorismo na política de saúde brasileira atual	370
<i>Isabella da Paixão Alves; Bruna Atalaya de Almeida Rocha; Débora Cristina Lopes Santos; Isadora das Graças Freitas; Laura Marcelino Leal; Marina Monteiro de Castro e Castro</i>	
Comunidades terapêuticas no norte fluminense do estado do RJ: análises iniciais e preocupantes	378
<i>Juliana Desiderio Lobo Prudencio; Laís Santos Theodoro; Késsia Ramos Ferreira; Victoria Lavignia Oliveira Baqueiro</i>	
A atuação dos residentes na estratégia de saúde da família em tempos de pandemia COVID-19	387
<i>Luciane da Silva Ferreira</i>	

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

A ausência de políticas sociais para pessoas trans e a judicialização do direito à cidadania 395

Júlio Mota de Oliveira

Eixo 5 - Ofensiva ultraconservadora e resistências: formação e trabalho profissional

Tendências da produção do conhecimento na graduação em Serviço Social: análise a partir das monografias 406

Alessandra Ribeiro de Souza; Liliâne Maria Domingues da Silva; Palloma Efigenia Quirino

A indispensabilidade do estudo da (crítica da) economia política para a formação em Serviço Social 414

Juliano Zancanelo Rezende

O ensino da questão social na formação dos assistentes sociais 423

Camila Maewe da Silva Bandeira; Thaísa Teixeira Closs

As obras de Ricardo Antunes na formação profissional em Serviço Social: apresentando pistas... 432

Hiago Trindade; Ana Lídia Alves; Mateus Matias da Silva; Rayane Abrantes

Liberdade, democracia e cidadania: tendências identificadas no debate dos fundamentos 440

Fátima da Silva Grave Ortiz; Josiley Carrijo Rafael; Paulo Roberto Felix dos Santos

A ética enquanto objeto de pesquisa na contemporaneidade 449

Raquel Pereira da Silva

A pesquisa na formação dos/as assistentes sociais em meio à precarização educacional no ensino superior 457

Jamile Santos Brito

Notas sobre a pesquisa e o ensino do Serviço Social na história 468

Esther Luíza de Souza Lemos; Maurílio Castro de Matos

Questão racial e Serviço Social: os desafios para o enfrentamento do racismo na formação profissional 477

Dagoberto José Fonseca; Tahina Tátilla da Silva

“Ó, vida futura! nós te criaremos”: 50 anos do serviço social na UFMT 483

Josiley Carrijo Rafael

REALIZAÇÃO

ufjf
FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL
PPGSS/UFJF

APOIO

CAPES

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Eixo 6 - Ofensiva ultraconservadora e resistências: formação e trabalho profissional e Internacionalização do Serviço Social: as articulações contemporâneas na formação e trabalho profissional

Serviço Social e a pandemia da COVID-19: contribuições de pesquisa internacional	496
<i>Marina Monteiro de Castro e Castro; Sônia Ribeiro</i>	
Irracionalismo, neoconservadorismo e incidências no serviço social: notas para o debate	504
<i>Jhony Oliveira Zigato; Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida Camargo; Mônica Paulino de Lanes</i>	
Os fundamentos do serviço social: análise das tendências teórico-metodológicas presentes no debate do serviço social	511
<i>Carina Berta Moljo; Thaíse Seixas Peixoto de Carvalho; Shirley da Silva Oliveira; Mariana Leite Péres</i>	
Serviço Social e projeto profissional: algumas reflexões	519
<i>Luciana Gonçalves Pereira de Paula</i>	
As possibilidades do trabalho frente à atual crise capitalista: contribuições ao Serviço Social	531
<i>Raphael Dutra Bazzarello; Cláudio Ayrá Ribeiro Pinto; Larissa Pereira Silva</i>	
Pandemia por COVID-19 e Serviço Social: requisições institucionais e atribuição privativa	540
<i>Ingrid Adame Moreira</i>	
Trabajo Social en el contexto de COVID-19: retrocesos, resistencias y desafios en la región ibero-americana	549
<i>Virgínia Alves Carrara; Miguel Ángel Oliver; Rosana Matos-Silveira; Joana Maria Mestre; Ariane Rodrigues de Paula; Ana Caroline Silva</i>	
A dimensão ética na formação de assistentes sociais na Espanha: dados preliminares de pesquisa internacional	560
<i>Tatiana Reidel; Laís Duarte Corrêa</i>	
Estágio e supervisão na formação em serviço social: o debate português	567
<i>Alzira Maria Baptista Lewgoy; Alcina Maria de Castro Martins; Cláudia Mônica dos Santos; Guilherme Gomes Ferreira; Dulce Serra Simões; Maria Emília Freitas Ferreira</i>	

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Eixo 7 - Lutas Sociais e Serviço Social: a construção de resistências no interior da profissão

A relação entre Serviço Social e teoria social de Marx: análise das revistas Serviço Social e Sociedade nos últimos 10 anos	577
<i>Ednéia Alves de Oliveira; Victor Salomão Lacerda Brandão; Laura Maria Cabral Silva</i>	
Serviço Social brasileiro entre o espináfere e a criptonita	586
<i>Fabício Augusto Araújo Ribeiro; Laura Beatriz Borges</i>	
Serviço Social e ação popular no Rio Grande do Sul	595
<i>Jessica Flores Mizoguchi; Thaisa Teixeira Closs</i>	
Serviço Social na história da ditadura no RJ: veredas da politização, repressão e resistência	605
<i>Graziela Scheffer; Márcia Cassin Tainá Souza Caitete; Daniele Batista Brandt</i>	
Serviço Social e processos de resistência: análise preliminar acerca de movimentos populares em Juiz de Fora no contexto da ditadura militar	615
<i>Susana Maria Maia; Caroline Rosa Oliveira; Larissa Pereira</i>	
Direitos humanos, justiça reprodutiva e contribuições para o Serviço Social	625
<i>Gabriella Alves Brasil</i>	

Eixo 8 - Política Social, trabalho e questão social: retrocessos, resistências e desafios ao Serviço Social

Capitalismo dependente, Serviço Social e políticas sociais	634
<i>Antônio de Albuquerque Gonçalves Júnior</i>	
Políticas sociais e intersetorialidade: reflexões sobre a experiência em treinamento profissional	642
<i>Ingrid Adame Moreira; Ana Cristina Peixoto Guimarães; Laura Pires Gualberto Marçola; Lara Rodrigues Brito; Taíse Silva Antunes</i>	
Expropriações de direitos e política de saúde: implicações para o trabalho profissional	651
<i>Fernanda Kilduff</i>	
Assistência estudantil após contexto de pandemia da COVID-19: a importância da atuação interdisciplinar entre psicólogos e assistentes sociais em universidades públicas	660

REALIZAÇÃO

ufjf
FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL
PPGSS/UFJF

APOIO



VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Yukari Yamauchi Moraes; Eliana Bolorino Canteiro Martins

População em situação de rua: estratégias profissionais em tempo de opressão de classes no contexto da ofensiva ultraneoliberal do capital 669

Cristiano Costa de Carvalho; Luciana Reis da Silveira; Mariana Carvalho de Almeida; Paula Luisa R. Dutra

Serviço Social e o debate do envelhecimento: relevância de uma maturidade teórica acerca da temática 679

Ingridilaine Carreiro de Oliveira Azevedo; Rita do Nascimento Silvestre Dantas

Juventudes, tempo e questão social: transição para a vida adulta na sociedade do capital 687

Cristiano Costa de Carvalho; Leonardo David Rosa Reis

Racismo e sofrimento mental: o olhar do Serviço Social a partir de uma revisão integrativa 696

Lara Rodrigues Caputo

Políticas do cuidado e sistema prisional: relatos de uma experiência junto a dissidentes sexuais e de gênero em Minas Gerais 704

Sidnelly Aparecida de Almeida; Márcia Lopes Ferreira

Dissidências sexuais e de gênero: implicações para o exercício profissional de assistentes sociais 711

Guilherme Moraes da Costa

REALIZAÇÃO

ufjf
FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL
PPGSS/UFJF

APOIO



VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social:
resistências e articulações internacionais



EIXO TEMÁTICO 1

Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais

**MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E REPRODUÇÃO AMPLIADA DA BARBÁRIE.
Caminhos e descaminhos para a classe trabalhadora¹**

María Fernanda Ecurra²

Roberto Coelho do Carmo³

Resumo: Este trabalho apresenta uma breve reflexão teórica, tendo como pano de fundo situações específicas ocorridas no Brasil e o contexto da pandemia do Coronavírus. Para isto, se parte de duas observações gerais que confirmam como na atual configuração da ordem burguesa vivencia-se um processo de reatualização da barbárie, característica do período da emergência desta forma de organização social. A partir de algumas abstrações é apresentado um ensaio de interpretação no plano político-econômico em relação aos caminhos e descaminhos da política para a classe trabalhadora. Uma provocação ao leitor e a apresentação de algumas questões de um diálogo que precisa ser adensado.

Palavras-chave: Ordem burguesa. Barbárie. Política. Classe trabalhadora.

Abstract: This paper presents a brief theoretical reflection, having as a background specific situations that occurred in Brazil and the context of the Coronavirus pandemic. For this, it starts with two general observations that confirm how the current configuration of the bourgeois order is experiencing a process of re-updating barbarism, characteristic of the period of emergence of this form of social organization. Based on some abstractions, an interpretation essay on the political-economic level is presented in relation to the paths and misdirections of politics for the working class. A provocation to the reader and the presentation of some questions of a dialogue that needs to be deepened.

Keywords: Bourgeois order. Barbarism. Policy. Working class.

¹Eixo temático: Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais.

²Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social/UERJ. E-mail: maria.fernanda.escurra@uerj.br

³Assistente Social. Mestre e Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da UFOP. Pós-doutorando em Serviço Social pela UNIFESP. E-mail: roberto.carmo@ufop.edu.br

1- INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma breve reflexão teórica, tendo como pano de fundo situações específicas ocorridas no Brasil e o contexto da pandemia do Coronavírus para, a partir de algumas abstrações, apresentar um ensaio de interpretação no plano político-econômico em relação aos caminhos e descaminhos da política para a classe trabalhadora. Para isto, se parte de duas observações gerais que confirmam como na atual configuração da ordem burguesa vivencia-se um processo de reatualização da barbárie, característica do período da emergência desta forma de organização social. A primeira observação é que a lei geral da acumulação capitalista, exposta por Marx há mais de 150 anos, apesar de significativas transformações experimentadas pelo capitalismo contemporâneo, assim como das grandes diferenças que caracterizam as diversas economias nacionais, ainda hoje se manifesta tendencialmente na permanente produção e reprodução de uma população excedente às necessidades médias de acumulação do capital; na necessidade de revenda contínua da força de trabalho por parte do trabalhador despossuído dos meios de produção; na redução em termos relativos da parcela de valor apropriada pelos trabalhadores, independente de possíveis aumentos salariais e melhoria nas condições de vida o que expressa a pobreza relativa da classe trabalhadora; e, na existência de uma camada de população excedente que vegeta no pauperismo.

A segunda observação é que a análise desenvolvida por Marx em relação à acumulação primitiva, no capítulo XXIV de *O Capital*, não deve ser compreendida como um processo histórico concluído, dada a necessidade de reproduzir em escala sempre ampliada processos de barbárie e expropriação. Portanto, o que na acumulação primitiva aparece como transição do sistema feudal para o modo de produção capitalista, como um processo histórico da gênese do capital, na acumulação ampliada constitui um processo contínuo que só chegará a seu fim com a eliminação do próprio capitalismo (ROSDOLSKY, 1989).

Nesta perspectiva, é possível afirmar que a marca original do desenvolvimento do capital consiste no desenvolvimento sistemático de retrocesso social e impulsiona a socialização da sua existência em escala sempre ampliada. Trata-se de processos de expropriação contemporâneos que Fontes (2010) denomina de primários e secundários como a contraface necessária da concentração exacerbada de capitais, forma mais selvagem da expansão do capital. Conforme a autora, os processos primários dizem respeito a uma sucessão de eventos em curso há mais de quatro séculos e que

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

continuam extirpando os recursos sociais de produção das mãos de trabalhadores rurais. As formas secundárias são variadas e abarcam tanto setores nos quais já vigoravam plenamente relações capitalistas, como a privatização de empresas e instituições públicas, quanto de bens naturais sobre os quais até então não incidia propriedade exclusiva do tipo capitalista, como as águas doces e salgadas, a qualidade do ar, o patrimônio histórico e cultural e o patenteamento de códigos genéticos.

Se no primeiro momento, nos períodos de acumulação primitiva no contexto da criação da figura do “trabalhador assalariado”, poderia parecer que a barbárie era resultado de uma pobreza generalizada, hoje, com o capitalismo amadurecido, a extraordinária diversificação de mercadorias e um volume de riqueza sem precedentes, o problema pode aparecer como um problema de distribuição. Sim, de fato, há um problema de distribuição, mas este é, fundamentalmente, um problema da lógica do modo de produção, aspecto que se buscará demonstrar de partida. Em seguida, apresenta-se um breve diálogo com a classe trabalhadora sobre a dimensão política.

2- A LÓGICA DESTRUTIVA DO CAPITAL

A lógica imanente do modo de produção capitalista combina traços gerais que dizem respeito às suas contradições fundamentais presentes em recessões econômicas e fases de depressão. Por conseguinte, as crises não são resultado do acaso, nem o produto de elementos exógenos ou acidentais, embora estes fatores desempenhem um papel nas especificidades de cada ciclo (MANDEL, 1990). A crise estrutural de reordenamento do capital das últimas décadas é agravada com a “pandemia socionatural” do Coronavírus produto da vida social capitalista que assola o mundo desde início de 2020 e revela mais do que uma mera crise sanitária (JAPPE, et al., 2022). De fato, “o biológico, para a humanidade, só existe embutido na trama das relações sócio-históricas. Isso porque o indivíduo não é exterior à sociedade; pelo contrário, constitui-se nela e por ela” (JAPPE, et al., 2020, p.32).

A sistematização da genética da ordem burguesa realizada por Duayer (2011), a partir da obra prima de Marx, permite que se perceba com clareza algumas características do capital. Aqui destacam-se pelo menos dois dos nove elementos orgânicos do capital apresentados pelo autor. Um deles é o dispositivo de crescimento constante da riqueza no capitalismo. Como o objetivo final da produção é a produção de mais valor, componente do lucro, no final de cada ciclo produtivo se tem mais riqueza que no início, e, em cada reinício, o volume de riqueza de partida é maior. Ocorre que esta

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

riqueza crescente e abundante é privadamente apropriada e convive com situações de pobreza. Com isso, se destacam outras características, como o estranhamento, a alienação tipicamente capitalista, que reproduz uma forma característica de dominação abstrata e impessoal somada à dominação de classe que caracteriza esta sociedade. Entretanto, cabe aqui registrar a contradição peculiar da lógica capitalista que, ao mesmo tempo em que tem como fim a valorização do valor, com o desenvolvimento das forças produtivas, diminui a substância do valor das mercadorias dado que passam a ser produzidas em maior número com menos tempo de trabalho social médio, contendo, assim, menos valor por unidade produzida. Em adição a isso, essa dinâmica de apropriação do mais-valor pelo capital decorre do aumento da produtividade do trabalho social expresso na grandeza da massa dos meios de produção em relação ao *quantum* de trabalho vivo necessário para acionar esses meios de produção, processo que, tendencialmente, torna a força de trabalho supérflua.

A compreensão dessas situações de pobreza, como produto das relações sociais e na especificidade que assume sob o modo de produção capitalista, evidentemente, não pode ser limitada a um problema de distribuição, apesar do caráter imprescindível de medidas distributivas e do fato que muitas vezes tais medidas constituem conquistas de direitos e são claramente necessárias para garantir uma vida mais ou menos digna de amplas parcelas da classe trabalhadora. Entretanto, como observado por Marx (1994), em certa medida, elas são de interesse dos capitalistas para garantir a reprodução da força de trabalho e do exército de reserva que precisa estar disponível para os momentos de expansão da acumulação e, inclusive, tais medidas não podem chegar ao ponto de colocar em risco a permanência do próprio sistema. Neste particular, alguns autores ressaltam que a existência de “lutas contra o capital” não significa que automaticamente sejam lutas anticapitalistas, mas, ao contrário, muitas vezes são postas e moldadas pelo próprio capital à sua lógica, consolidando a identidade e a criação de uma classe de trabalhadores e a mediação pelo trabalho como características essenciais do capitalismo.⁴ Desse modo, observa-se que a existência e a continuidade dessas medidas distributivas é a evidência de que sob o capital não é possível superar o fenômeno da pobreza e da fome, não podendo uma análise crítica estar baseada nem se limitar à distribuição de riqueza como horizonte de análise e de ação.

⁴ Cf. Murthy (2009, p. 14-15) e Heinrich (2014, p. 36-37).

3- BARBÁRIE PRIMITIVA E CONTEMPORÂNEA

A inventividade dos representantes do capital em criar mecanismos de intensificação da exploração não tem limites. Todo este processo exploratório e de concentração de capital é agudizado pela financeirização da economia, que abocanha uma fatia do salário do trabalhador pelo microcrédito, enquanto se alimenta do capital produtivo e dos Estados, exploradores comumente conhecidos como investidores. Se a pandemia significou crise, há de se perguntar: para quem? Isso porque os 1000 bilionários mais ricos do globo recuperaram, e até aumentaram suas fortunas durante a pandemia (OXFAM, 2021), desse modo, pode-se dizer que a crise econômico-sanitária tem nome e endereço, quer dizer, ela repercute enquanto crise na vida dos mais pobres. OXFAM, no relatório sobre a gestão do momento pandêmico intitulado “O vírus da desigualdade”, apresentou a enorme desigualdade do impacto da crise econômico e sanitária entre os mais ricos e os mais pobres. Segundo os autores, a pandemia atinge um mundo extremamente desigual e acentua ainda mais o abismo entre os mais ricos e os mais pobres.

O capital possui um claro caráter discriminatório de classes. É sintomático que a pandemia só se tornou um problema para o capital quando o trabalho precisou parar para continuar a existir, ou quando lotados os leitos de hospitais como o *CopaStar*, descrito no jornal Extra da seguinte forma:

um piano no hall e uma grande obra do artista plástico japonês Yutaka Toyota numa das paredes. Perto dos sofás, livros de arte são oferecidos como distração, num ambiente que conta com uma fragrância exclusiva, de notas amadeiradas e cítricas. Passando pelo balcão da recepção, há um restaurante com cardápio elaborado pelo chef francês Roland Villard, uma estrela no Guia Michelin, e com cozinha tocada pelo suíço Steve Moreillon. (LIMA, 2016,s.p.)

No Brasil, em contexto da pandemia, assiste-se ao recrudescimento da pobreza histórica e da desigualdade socioestrutural, de forma concomitante com a evidência da precarização do sistema de saúde público e com políticas governamentais que desconsideram a ciência, assim como os protocolos internacionais para o enfrentamento da pandemia que, até final de maio de 2022, provocou a morte de mais de 666.000 pessoas e um número de casos conhecidos confirmados que alcançou quase 31.000.000. Desse modo, as mortes provocadas pelo coronavírus no país e uma política econômica de potencialização dos ganhos no mercado financeiro conduz a uma enorme crise que rememora a barbárie dos tempos de acumulação primitiva.

Neste contexto, o cenário de fome deixa transparecer o recrudescimento da pobreza através de cenas dramáticas como é o caso de vídeo gravado em bairro nobre

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

de Fortaleza que, em outubro de 2021, viralizou nas redes sociais, mostrando um grupo de pessoas, em sua maioria mulheres, revirando a caçamba de um caminhão e latas de lixo em busca de restos de comida. Mais alguns exemplos ilustram essas cenas. Em Cuiabá, capital de Mato Grosso, a notícia de que em dezembro de 2021, às vésperas do Natal, uma fila enorme de pessoas foi formada para receber doação de sobras de ossos de dono de açougue. Diversas reportagens fazem referência à comercialização de ossos de carne em todo o Brasil, com preços diferenciados para os ossos de primeira e de segunda cujo aumento na demanda, inclusive, acarretou a alta de preços. Neste contexto, no chamado “mercado da miséria”, ossos, pelancas, carcaças e pés de galinhas são estratégias adotadas por amplas camadas de trabalhadores pobres para reforçar a alimentação.

Na minuciosa pesquisa realizada por Engels no século XIX, sobre a situação da classe trabalhadora inglesa, o autor constata que como resultado da fome, diante a falta de melhor alimento, “apanha-se tudo o que possa conter um átomo que seja produto comestível”, sejam cascas das batatas, resíduos de legumes ou vegetais apodrecidos. (1988, p. 87).⁵ Marx, nos *Manuscritos de 1861-1863*, de forma irônica cita o belo livro de receitas de culinária do Conde Rumford, recomendada por Eden aos diretores das casas de trabalhadores, para a preparação de mixórdias dos tipos mais baratos. Certamente a pobreza assustadora daquela época não convivía com a abundância e diversificação de produtos que existem hoje. De qualquer forma, absurdamente, dada a atual abundância, a fome no mundo não foi superada e, assim como no caso do “filósofo” Rumford no século XVIII, ainda hoje preocupa e mobiliza organizações, governos e amplos setores da sociedade para garantir a alimentação dos pobres extremos, como primeira e mais urgente medida a ser tomada para evitar no século XXI a morte por inanição de seres humanos.

4-CAMINHOS E DESCAMINHOS

Como se pôde observar, o capitalismo é um potente motor produtor de riqueza social. Ao passo que ainda hoje é manifesta a tendência de concentração dessa riqueza, a pobreza se espraia. Mesmo com os recursos materiais e de inteligência acumuladas

⁵ O caráter capitalista da economia de mercado e suas consequências são ilustrados por Mandel (1990, p. 117) quando faz referência ao “espetáculo aflitivo de metade da humanidade passar fome não porque o mundo careça de produtos alimentares, mas porque a demanda solvível não pode seguir a física. Apesar da abundância de valores de uso, os valores de troca são inacessíveis, e algumas vezes até destruídos condenando milhões de seres humanos a uma existência infra-humana.” (MANDEL, 1990, p. 117).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

por séculos, ainda se observam pessoas que vivem em condições subumanas. Recupera-se aqui também que a questão problema do capitalismo não é a distribuição dessa riqueza, mas sua lógica interna de dominação abstrata. Este modo de produção diz respeito a uma “forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizarem a sua vida, de um determinado modo de vida” (MARX, 2009, p.24). E aquilo que os indivíduos são “depende das condições materiais da sua produção” (MARX, 2009, 25). Isso posto, supõe-se que estas condições subumanas promoveriam um encurtamento do horizonte político da classe trabalhadora. Isto porque as necessidades imediatas e primárias seriam mais urgentes que as necessidades de transformação social, já que “os homens têm de estar em condições de viver para poderem “fazer história”” (MARX, 2009, p.40). O paradoxo aqui é que se é essa sociedade que produz tal condição subumana, como seria possível a organização coletiva com potencial para romper esta lógica?

O capital, como relação social, depende da valorização realizada no processo de trabalho capitalista. Assim, como já lembrado aqui, em alguns momentos, para garantir a manutenção da força de trabalho e do exército de reserva, uma maior distribuição pode ser realizada. Ao passo que, aliado a isso, um encurtamento do horizonte político da classe trabalhadora posto pelas condições objetivas de miséria e fome, pode explicar uma conciliação entre as classes por esta proposta distributiva. A questão não é nova e já foi adequadamente tratada em trabalho anterior do filósofo José Chasin (2000). Em sua problematização sobre os movimentos grevistas dos anos 1970, e que culminaram na abertura político-democrática do Brasil, o autor resgata que o acirramento das tendências capitalistas, acabaram por se manifestar no empobrecimento da classe trabalhadora, na fome. Destaca ainda que se os movimentos trabalhadores puderam lograr ganhos políticos à época, também há de se considerar que poderia não haver tal movimento, caso não houvesse uma reivindicação de cunho econômico. Nas palavras do autor: “Seria mentiroso da minha parte dizer que o movimento foi de cunho econômico. Da mesma forma que seria enganoso da minha parte dizer que a classe trabalhadora vai fazer uma greve eminentemente política, sem nenhuma reivindicação” (CHASIN, 2000, p. 51). “Na raiz da fome, - o arrocho, na raiz da greve, - a fome.” (CHASIN, 2000, p.52).

Algumas questões se colocariam para o debate contemporâneo, onde o combate à fome esteve no centro de uma estratégia de desenvolvimento. O que é a “fome” hoje? Quer dizer, a fome é sempre fome, e continuará a simbolizar na vida das pessoas o papel da escassez e da impossibilidade de garantir sua existência enquanto gênero humano, mas é apenas essa escassez extrema capaz de contribuir com tal ordem de mobilização?

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Que elemento é este além da política, capaz de promover mobilização de tal monta? A solidariedade? Ou sentimentos menos nobres como o egoísmo, típico do “homem burguês”?⁶ Deste modo, as questões que encerram este trabalho, são provocações necessárias para o arrefecimento da luta política, seja no plano de uma estratégia redistributiva, urgente nesta quadra da história brasileira, de forma mais específica, ou no plano do debate da revolução social.

5- CONSIDERAÇÕES

Para se analisar de forma mais propositiva os caminhos e descaminhos da política para a classe trabalhadora seria necessário um espaço do qual este texto não dispõe. Um aprofundamento rigoroso do encadeamento de fatos relevantes no plano político-econômico e um tempo de trabalho muito maior dos pesquisadores. Apresentou-se aqui um ensaio de interpretação do fenômeno a partir de algumas abstrações, uma provocação ao leitor e a apresentação de algumas questões de um diálogo que precisa ser adensado.

Se algumas das provocações presentes no texto são explícitas, outras não aparecem com a mesma clareza. No plano do debate profissional do Serviço Social o texto pode ser provocativo, seja porque esses debates profissionais fazem referência às lutas da classe trabalhadora no plano ético-político revolucionário, seja porque a preocupação profissional no plano do imediato seja mitigar os impactos da questão social.

As provocações também estão presentes no debate político contemporâneo em cenário de crise. Crise que para a classe trabalhadora é a fome, e para a ordem do capital é crise de realização do valor no volume necessário para continuar crescendo. Nestes tempos há de se refletir sobre o possível surgimento de estratégias conciliadoras milagrosas, que, mais uma vez castram o horizonte da luta política para o limite de alguma distribuição de riqueza (mesmo que temporária). É fundamental uma inteligência política transcendente que seja capaz de perceber o momento de conciliação como estratégia para avançar também no plano revolucionário.

⁶ Aqui se faz referência à construção de Konder (2000), na obra *Os sofrimentos do “homem burguês”*.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

6- REFERÊNCIAS

CHASIN, J.A. *miséria brasileira 1964 - 1994: do golpe militar à crise social*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

DUAYER, M. Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo. In: *Margem Esquerda. Ensaios marxistas*, Nº 17, novembro. São Paulo: Boitempo, 2011a, p. 88-99.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. 2ª ed. São Paulo: Global Editora, 1988.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*: 2ª ed. Rio de Janeiro: Teoria e história, 2010.

HEINRICH, M. *Crítica de la economía política. Una introducción a El Capital de Marx*. Madrid: Escolar y Mayo Editores, 2008.

JAPPE, A. et. Al. *Capitalismo em quarentena: nota sobre a crise global*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

KONDER, Leandro. *Os sofrimentos do “homem burguês”*. Editora SENAC, São Paulo, 2000

LIMA, Ludimilla de. Rio ganha hospital cinco estrelas com conceito luxuoso. *EXTRA*, Rio de Janeiro, 09 de outubro de 2016. Rio. Disponível em <<https://extra.globo.com/noticias/rio/rio-ganha-hospital-cinco-estrelas-com-conceito-luxuoso-20262131.html>> Acessado em 25 de maio de 2022.

MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política*. 12ª ed, livro 1, volume I e II, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994.

_____. *A ideologia alemã*. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *Para a Crítica da Economia Política. Manuscrito de 1861-1863. Cadernos I a V. Terceiro Capítulo – O Capital em geral*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MANDEL, E. *A crise do capital*. Campinas: UNICAMP, 1990.

MURTHY, V. *Reconfiguring Historical Time: Moishe Postone’s interpretation of Marx, in History and Heteronomy: Critical essays*. (UTCP Bookelt 12). Postone, M.; Murthy, V.; Kobayashi, Y. (orgs.). Tokyo: UTCP, 2009, p. 9-30.

OXFAM GB. *O vírus da desigualdade: Unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável*. 2021. Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/o-virus-da-desigualdade> Acesso em: 20 mar. 2021.

ROSDOLSKY, R. *Gênese y Estructura de el Capital de Marx* (Estudios sobre los Grundrisse). 6a ed. México: Siglo XXI, 1989.

Deslocamentos internos forçados sob a perspectiva marxista

João Vitor Bitencourt⁷

Ariane Rego de Paiva⁸

Eixo temático: As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva ultraneoliberal do capital

Resumo: Esse artigo debate as migrações e os deslocamentos forçados sob a perspectiva marxista da superpopulação relativa. Esses fenômenos são frutos do desenvolvimento capitalista a partir da lógica de reprodução ampliada do capital. Os deslocados internos sofrem com as contradições entre o sistema de produção de valor e a intensificação das formas de exploração da força de trabalho, se particularizando enquanto reserva e mão-de-obra para a produção capitalista. Constitui-se como segmento "não qualificado" à dimensão da proteção, logo, não se cria e não se regulamenta um aparato protetivo que os caracteriza como "sujeito de direito".

Palavras-chave: deslocamento interno; migração forçada; marxismo; população relativa; exército industrial de reserva

Abstract: This article discusses migrations and forced displacements from the Marxist perspective of relative over population. These phenomena are the result of capitalist development from the logic of expanded reproduction of capital. The internally displaced suffer from the contradictions between the value production system and the intensification of the form so fexploitation of the work force, being particularized as a reserve and work force for capitalist production. It is particularized as an "unqualified" segment in the dimension of protection, therefore, a protective apparatus at characterizes them as a "subject flaw" is not created and regulated.

Keywords: internal displacement; forced migration; Marxism; relative population; industrial reserve army

⁷ Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRIO). E-mail: joaovitorbitencourt2016@gmail.com

⁸ Doutora pelo Programa de Estudos de Pós-Graduação em Política Social pela Universidade Federal Fluminense -UFF/Niterói. Professora Assistente do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. E-mail: arianepaiva@puc-rio.br

1- A QUESTÃO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E DOS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS SOB A PERSPECTIVA MARXISTA

Os movimentos migratórios, muitas vezes, se apresentam com um significado usualmente atribuído enquanto ato ou efeito de migrar e/ou passar de um país ou de uma região para outra (PRIBERAM, 2022), no entanto, trata-se de um fenômeno de maior complexidade, pois é constituinte das dinâmicas históricas do processo de desenvolvimento da acumulação do capital. Ao longo do tempo, a questão dos grupos que se deslocam emerge meio a debates que envolvem uma confluência de abordagens. Os deslocamentos populacionais ocorrem na história, em diferentes períodos e modos de produção, não à toa, é comum presenciar a célebre ideia de que “a história mundial é uma história de migrações”, usualmente estabelecida ao se analisar, em termos históricos, as “ondas migratórias” que caracterizaram o desenvolvimento de povos e comunidades, tal como o aumento das capacidades excedentes de produção. Notadamente, lembra-se, nesse contexto, de razões naturais e ambientais, ocupações de terras, explorações e povoamentos etc.

As relações capitalistas estabelecidas, contudo, a partir das revoluções burguesas (as revoluções inglesas do século XVII e a Revolução Francesa de 1789) e da Revolução Industrial do século XIX, marcam o desenvolvimento urbano-industrial, e com isso concomitantemente a supremacia do mercado como organizador da vida social (POLANYI, 2000) por meio da exploração do trabalho assalariado. Nesse contexto, o tema em questão pode ser problematizado enquanto “produto” que assume uma “nova” faceta em meio à modernidade, em um sistema que segue a lógica de acumulação e desenvolve pressões migratórias, crescentes em torno do movimento dos agentes que controlam o capital para os locais onde este se instala, e com isso, também, o agravamento das desigualdades mundiais, o que explica a renovação e o aumento das migrações (PEIXOTO, 2019).

Questões como a necessidade por melhores salários e sobrevivência, carências alimentares, condições sanitárias e de habitação, o fluxo populacional rural-urbano, entre outras, acompanham o desenvolvimento da sociedade capitalista e a iniciativa dos agentes econômicos pertencentes da burguesia ou de classes conservadoras ligadas à agroindústria e os diferentes interesses comerciais. Sendo assim, considera-se primordial problematizar o fenômeno partindo do pressuposto que os deslocamentos populacionais

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

são frutos, em especial, de interesses e determinantes socioeconômicos, em meio a circunstâncias como a pressão demográfica, as mudanças nos meios de produção ou termos de propriedade da terra, fatores ambientais como a seca ou o esgotamento do solo etc. (BARBOSA, 2017, p.145), assim como em contextos de deslocalização de indústrias manufatureiras e de serviços para exploração da mão-de-obra barata nos países dependentes (ibid., p.145).

2- O DESLOCAMENTO INTERNO FORÇADO SOB A ANÁLISE MARXIANA DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA

No sistema internacional de proteção humanitária atual entende-se por *deslocados internos* as pessoas, ou grupos de pessoas, forçadas ou obrigadas a fugir ou abandonar suas casas ou seus locais de residência habituais, particularmente em consequência de, ou com vistas a evitar os efeitos dos conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou calamidades humanas ou naturais, e que não tenham atravessado uma fronteira internacionalmente reconhecida de um Estado (ONU, 1998).

Conforme o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), diferentemente dos refugiados, estes sujeitos não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção. Mesmo tendo sido forçados a deixar seus lares por razões similares às dos refugiados (perseguições, conflitos armados, violência generalizada, entre outros), permanecem legalmente sob “proteção” de seu próprio Estado (ACNUR, 2016), não adquirindo o “*status*” de *sujeito refugiado*. Essas são as concepções e/ou “categorizações” de como se perceber esses segmentos, porém, as referências acima vinculam-se a uma narrativa institucionalizada. Ao dar enfoque à questão dos deslocamentos populacionais sob a perspectiva marxista, considera-se esse fenômeno a partir de pressupostos como a teoria do valor e abordagem marxiana sobre a forma mercantil e jurídica⁹, onde leva-se em conta que as relações internacionais, que se apresentam em sua *aparência* por meio de indivíduos jurídicos abstratos (aqueles considerados destinatários das normas e protegidos como indivíduo humano e/ou como

⁹ Na medida em que as relações entre as pessoas se constroem como relação de sujeitos, temos todas as condições para o desenvolvimento da superestrutura jurídica com suas leis formais, seus tribunais, seus processos, seus advogados, e assim por diante (PACHUKANIS, 2017, p. 62).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

membro de um determinado grupo), tem em sua *essência* relações sociais fundadas na troca de mercadorias.

Há uma intrínseca relação entre as *formas jurídicas* e a *forma-mercadoria* no capitalismo, mediatizadas pelo Estado. O sentido histórico da categoria do *sujeito* (logo, dos segmentos evidenciados por meio de demandas/problemas que se institucionalizam) é resultante da propriedade exclusiva sobre os meios de produção por parte da burguesia. A única garantia real das relações entre Estados burgueses repousa sobre a base da troca de equivalentes (PACHUKANIS, 2017). Kreutz (2017, p.17), possibilita entender a questão dos deslocamentos forçados enquanto “espelho” das relações mercantis edificadas no circuito da *produção-circulação-consumo* de mercadorias no sistema capitalista, pois o que há de novo “é a intensidade e a complexidade dos movimentos migratórios internacionais, que trazem consigo as necessárias interrogações sobre seus determinantes estruturais”, em um modo capitalista de produzir os bens necessários à vida humana, a partir da lógica de reprodução ampliada do capital que repousa sobre as contradições internas entre a reprodução do sistema de produção de valor (produção crescente de mercadorias com valor de uso subordinado ao valor de troca) e a intensificação das formas de exploração da força de trabalho assalariado (produção de mais-valor extraído do consumo do valor de uso da força de trabalho na esfera da produção) (ibid, p.17).

Os movimentos migratórios internacionais se dão em meio a determinantes estruturais pautados no “ato” de produção e reprodução do capital, onde prevalece o *valor de troca* e a *exploração da força de trabalho assalariado*. A *forma mercadoria* determina a *forma jurídica* - o campo do Direito e da Política - revelando o sentido histórico concreto da categoria do “sujeito de direito” (que é, logo, aquele sujeito estabelecido *para* e *com* os interesses do desenvolvimento do capital). Por exemplo, a população solicitante de refúgio e os refugiados são parte da expressão desse modo de produção. Sem desconsiderar os sistemas de proteção e normas através das políticas públicas, determinações fundamentais que devem ser defendidas e ampliadas, viu-se acima que a lógica capitalista de produção - obtenção de lucro, de consumo e trocas, produz a própria problemática migratória e dos deslocamentos forçados. Como necessidade, para a justificação da sua ampliação e reprodução, se desenvolvem ideologias de mercado nos âmbitos jurídico estatal.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Posto isso, pode-se dizer que a própria proteção internacional para a população refugiada, as atividades das organizações internacionais, a tarefa de proteção do Estado por meio dos mecanismos governamentais, tal como às ações da sociedade civil e das organizações intergovernamentais em sua *aparência*, apresenta-se como dinamismo criador e regulamentador para a proteção a esses sujeitos de direitos. Ao mesmo tempo, em sua *essência*, trata-se de uma dinâmica que reflete o atendimento das necessidades da classe trabalhadora e, também, do capital. Isso, pois, o direito não é um sistema “natural” de organização e evolução de pensamentos, mas “um sistema específico de relações, no qual os homens ingressam não porque o tenham escolhido conscientemente, mas porque a isso são coagidos pelas condições de produção” (PACHUKANIS, 2017, p.56).

Atualmente, há um “*sujeito de direito refugiado*”, onde minimamente se desenvolve um aparato protetivo. Trata-se da cooperação entre os Estados-nações independentes e governos, organizações internacionais e distintas entidades - são exemplos a ONU – Organização das Nações Unidas, o ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o CONARE – Comitê Nacional para Refugiados. Nesse contexto que se evidencia o deslocamento interno em torno da materialização da *superpopulação relativa*. No caso do “sujeito de direito” refugiado e/ou solicitante de refúgio, se desenvolve um aparato protetivo tendo em vista a figura de “migrante desejado” - normalmente entendido (ora, “selecionado” em meio às determinações fronteiriças dos Estados capitalistas) como sujeito qualificado (ou não) à condição de maior ou menor proteção.

A história das políticas de migração, no Brasil, desde o período imperial demonstra o racismo em suas manifestações ao povo negro, tal como preconceitos à asiáticos, entre outros, tal como demonstra os marcadores em torno de características do perfil desejado (e/ou indesejado) - idade, gênero, nível social, dentre outros. “Os traços ocidentais seguem como os desejados e valorizados enquanto os traços considerados africanos encontram a disposição oposta” (OLIVEIRA, 2019, p.193), e os perfis “desejáveis” consistem naqueles altamente qualificados ou então que possuem acessos a vistos e possibilidades de cidadania por causa de sua condição econômica, para os quais as fronteiras estão permanentemente abertas (CHELOTTI; CRUZ 2016, p.10). Atualmente, sob a égide da crise do capital, a imigração torna-se uma “ameaça” e a chamada “crise de refugiados” tem sido acompanhada da criminalização crescente” (MANJABOSCO, 2018, p.5). O grupo que migra e se desloca forçadamente vivencia uma

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

experiência que tem como determinação primordial as relações sociais de produção. O deslocamento forçado, que é fruto dessa dinâmica do capitalismo, compreende sujeitos vulneráveis, que constituem, contudo, à força de trabalho que excede as necessidades da produção e/ou valorização do capital.

Considera-se que, nas relações mercantis edificadas no circuito da produção-circulação-consumo no capitalismo, o ato de produzir os bens necessários à vida humana se dá a partir da lógica de reprodução ampliada do capital - por meio da produção crescente de mercadorias com *valor de uso subordinado ao valor de troca*, orienta-se para as ilimitadas práticas de consumo e a intensificação das formas de exploração da força de trabalho assalariado (ibid., 2017, p.17). Marx trata da população trabalhadora que, ao produzir a acumulação do capital, produz, relativamente, uma população supérflua - que faz com que o capitalismo tenha sempre um *Exército Industrial de Reserva*. Conforme Marx (2011, p.508) nesse “pôr do capital excedente” está subjacente às condições onde o capitalismo requer uma população crescente para ser posto em movimento, “uma parte da população desocupada (ao menos relativamente) e uma superpopulação relativa, para ter uma população de reserva disponível para o crescimento do capital excedente”, onde as forças produtivas, na busca pelo valor excedente, “supõe não apenas um mínimo do nível de produção, mas sua expansão, ou seja capital excedente e população excedente (ibid,p. 508).

Resumindo, há a existência de um serviço de reserva e de mão-de-obra para a produção capitalista, que é elemento imprescindível para o seu desenvolvimento. Trata-se de uma classe de trabalhadores que podem ser empregados com salários abaixo da média durante períodos de expansão econômica e sumariamente demitidos sem graves, historicamente são as mulheres, as crianças, os migrantes internos das áreas rurais, as minorias étnicas e culturais nativas e as populações de imigrantes que constituíram a maioria da força de trabalho de serviços de reserva e de produção (BARBOSA, 2017, p.146). Trata-se de uma população excedente em relação ao nível de desenvolvimento do capitalismo e a sua reprodução em determinado Estado-nação. Ao considerar que o sujeito que se desloca forçadamente está em meio à experiência constituída pelas relações mercantis, a migração não é uma “anomalia e/ou uma disfunção”, pois a acumulação capitalista produz,” na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.” (MARX, 2008, p. 733).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Nesse sentido, pode-se debater o deslocamento forçado interno sob a análise marxiana da superpopulação relativa. Na sociedade capitalista moderna, de cunho mercantil - de estratégias voltadas à valorização do valor (por meio, contudo, das políticas de emprego e questões de renda), o paradigma da migração gerenciada combina o *controle do fluxo de migrantes trabalhistas* recrutados ativamente desde o Sul global e *minimiza os passivos econômicos e políticos da migração nos países receptores* (BARBOSA, 2017, p.147, grifos nossos), a fim de fornecer, em especial, trabalhadores de reserva para assegurar a acumulação de capital nos países do Norte global através de maneiras de promover a migração global de mão-de-obra gerenciada (ibid. p.147).

Ao mesmo tempo, esse debate deve apreender os segmentos que não se caracterizam usualmente como migrantes econômicos – comumente estudados. A situação do deslocamento interno é um exemplo. Como visto, se tem concepções e/ou “categorizações” de narrativa institucionalizada, onde, através dos organismos e instituições, se apresentam às relações internacionais por meio de uma aparência jurídica-abstrata, porém tem base em relações sociais fundadas na troca de mercadorias – onde se influencia o aumento das migrações principalmente em torno de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações de direitos humanos. O que supostamente é um fenômeno usual ligado a determinantes socioeconômicos (crises políticas, dificuldades econômicas de países “periféricos” etc.) tem, sobre seus determinantes estruturais, o desenvolvimento do modo capitalista de produzir os bens necessários à vida humana, e a intensificação das formas de exploração da força de trabalho na esfera da produção.

Na América Latina, onde o capitalismo se desenvolve em um misto de servidão e de trabalho assalariado através da economia exportadora, se configura de maneira específica as relações de exploração em escala ampliada e dependente em que se encontra frente à economia internacional (MARINI, 1973). Realidade agravada principalmente a partir dos anos de 1970, quando se adensa a “guerra às drogas”, que nasce em plena “ascensão belicista norte-americana e o forte investimento nos países latinos, que sob a lógica das intervenções militares, deflagram em leis punitivistas por toda a América Latina” (DUARTE, 2019, p.178). Atualmente, nas periferias urbanas, de maneira geral, se aglomera grande parte da população trabalhadora, além da superpopulação relativa que, para sobreviver, se dedica às mais diversas atividades do setor informal, ao mesmo tempo é força de trabalho necessária para a acumulação do capital (LEAL; ALMEIDA, 2012).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Há, em uma conjuntura de controle exercido por “organizações criminais”, muitas vezes, situações de instabilidade social, onde parte de uma juventude pauperizada das periferias vivencia diferentes experiências por meio do mercado ilícito de drogas e de práticas de caráter miliciano, entre outras. Leal e Almeida (2012, p.782) apontam a condição de função desmobilizadora, onde “ao invés de lutarem contra o capital e seu Estado, boa parte da população das periferias está lutando uns contra os outros”. Em meio à disputa pelo controle econômico e territorial, por meio de conflitos armados entre “facções”, milícias e organizações estatais armadas, há a produção do deslocamento Interno, que acontece através de violações massivas dos direitos humanos, onde grupos são forçados a abandonar suas casas, como demonstram, por exemplo, as seguintes reportagens: *Milícias expulsam moradores de casa no Rio, em Itaboraí e Magé e colocam imóveis à venda* (DIÁRIO DO RIO, 2020) e *Moradores de comunidade na Zona Norte do Rio são expulsos de suas casas por traficantes* (G1, 2020).

3- À GUIA DE UMA BREVE REFLEXÃO FINAL

As migrações e os deslocamentos forçados, contudo os internos, são frutos, em especial, de determinantes socioeconômicos intrínsecos ao desenvolvimento do modo capitalista na lógica de reprodução ampliada do capital. As pessoas e/ou grupos de pessoas, forçadas a fugir ou abandonar as suas casas ou seus locais de residência habituais, com vistas a minimizar os efeitos dos conflitos armados, sofrem situações de violência generalizada, violações de direitos humanos, e, contudo, colhem os impactos das contradições internas entre o sistema de produção de valor e a intensificação das formas de exploração da força de trabalho. As intervenções à população solicitante de refúgio e aos refugiados, em sua aparência, apresentam-se em meio a um dinamismo criador e regulamentador para a proteção a esses “sujeitos de direitos” – o que deve ser levado em consideração. Ao mesmo tempo, em sua essência, a problemática é fruto de um sistema específico de relações, onde os grupos são coagidos pelas condições de produção.

No caso do deslocamento interno forçado, atualmente é frágil a sua condição enquanto “sujeito de direito”, pois em poucos países se considera institucionalmente essa condição e se cria e regulamenta a proteção a esses grupos. O que se explica tendo em vista o desafio de se pensar um aparato protetivo a grupos deslocados “não qualificados” à dimensão da proteção. Ou seja, trata-se de parcelas de uma população supérflua que

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

é, com maior destaque, um serviço de reserva e de mão-de-obra para a produção capitalista. Isso explica, por exemplo, o debate em torno da conceituação teórica e da categorização institucional do deslocado interno, que ao longo do século passado, não foi brindada com tratados ou com instituições internacionais de proteção, como ocorreu com os refugiados, pois tiveram de esperar até o final dos anos 1990 para que fossem construídos os primeiros arranjos normativos e institucionais que reconheceram seus direitos e que responsabilizam Estados e organismos internacionais por sua proteção (NOGUEIRA, 2016).

4- REFERÊNCIAS

ACNUR. Quem são as pessoas refugiadas? Protegendo refugiados no Brasil e no mundo. 2016.

BARBOSA, R F. Breves comentários sobre as teorias marxistas de imigração. Revista Espaço Acadêmico. n.197. 2017.

CHELOTTI, J. D. CRUZ, R. L. S. A dicotomia da globalização sob o prisma dos refugiados: uma análise de exibição das fronteiras para os bens e capital em contraste aos seres humanos. 2016.

DIÁRIO DO RIO. Milícias expulsam moradores de casa no Rio, em Itaboraí e Magé e colocam imóveis à venda. Online. 12 de junho de 2020.

DUARTE, J. F. Despossuídas do século XXI: mulheres no mercado de drogas no Brasil na última década (2006-2016). Tese de Doutorado. Pucrs. Porto Alegre. 2019.

G1 ONLINE. Moradores de comunidade na Zona Norte do Rio são expulsos de suas casas por traficantes. G1 Online. (Por: LEITÃO, Leslie. RIANELLI, Erick). 12/08/2020.

KREUTZ, I. T. Migrações internacionais, trabalho e capital: seletividades persistentes e promessas ilusórias do direito à dignidade humana. Ufsc. Florianópolis. 2021.

LEAL, G. A. S. ALMEIDA, J. R. M. Estado, Crime organizado e território: poderes paralelos ou convergentes? XIII Jornada do Trabalho. São Paulo. 2012.

MANJABOSCO, A. M. O refúgio e a barbarização da vida: condições e relações de trabalho dos refugiados frente às novas configurações da questão social em tempos de crise do capital. XVI. ENPESS. Ufes. 2018.

MARINI, R. M. Dialéctica de ladependencia. México: Ediciones Era, 1973. ". In: MARINI, Ruy Mauro. Dialéctica da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000, p.105-65).

MARX, K. Grundrisse. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política. 1ª edição [1859]. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

NOGUEIRA, M. B. B. A origem da norma internacional de proteção aos deslocados internos: entre direitos humanos e humanitarismo pragmático. 2016. 314 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

OLIVEIRA, L. M.. Imigrantes, xenofobia e racismo: uma análise de conflitos em escolas municipais de São Paulo. Tese de Doutorado. PUCSP. São Paulo. 2019.

PACHUKANIS, E. A teoria geral do direito e marxismo e ensaios escolhidos 1921-1929. São Paulo Sundermann/Ideias Baratas, 2017.

PEIXOTO, J. Da era das migrações ao declínio das migrações? A transição para a mobilidade revisitada . REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 27, n. 57, dez. 2019.

POLANYI, K. A grande transformação. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRIBERAM. Significado: migrações. Online. 2022. Link: <https://dicionario.priberam.org>

ONU. Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos. 1998.

NEODESENVOLVIMENTISMO ARRAIGADO: provocações ao pensamento crítico brasileiro da atualidade.

Fabrcio Augusto Araujo Ribeiro¹⁰

RESUMO: Este artigo pretende analisar o pensamento de base crítica no Brasil atual, em tempos de ultraliberalismo, criticando a influência da ideologia neodesenvolvimentista, engendradora no período dos governos Lula\Dilma, com a qual o pensamento crítico brasileiro desenvolve a sua compreensão sobre a atual conjuntura nacional e possíveis alternativas para a classe trabalhadora.

Palavras-chaves: Neodesenvolvimentismo, Pensamento crítico, realidade e conjuntura brasileira.

INGRAINED NEODEVELOPMENTALISM: provocations to contemporary Brazilian critical thinking.

ABSTRACT: This article aims to analyze the critical thinking in Brazil today, in times of ultraliberalism, criticizing the influence of neodevelopmentalist ideology, engendered in the Lula\Dilma administration period, with which Brazilian critical thinking develops its understanding of the current national conjuncture. and possible alternatives for the working class.

Keywords: Neo-developmentalism, Critical thinking, Brazilian reality and conjuncture.

1- INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas no presente artigo surgiram a partir das discussões realizadas na disciplina de “Pesquisa em Serviço Social I” no primeiro semestre do

¹⁰ Assistente social, mestrando em Serviço Social no PPGSS da UNESP. Orientador Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso. E-mail: faa.ribeiro@unesp.br. EIXO: Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais.

programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - Unesp/Franca, bem como de processos sistemáticos de discussão, pesquisa e estudo entre os discentes e docentes da pós-graduação. No texto apresentamos os elementos gerais do debate a cerca da produção de conhecimento em Serviço Social, tal recorte se dá em razão dos limites de espaço exigidos ao presente trabalho.

Enquanto metodologia nos utilizamos da pesquisa bibliográfica para a apropriação teórica das categorias aqui discutidas.

No cenário atual, parece que o pensamento crítico brasileiro é hegemonicamente demarcado pela perspectiva do “neodesenvolvimentismo”, o que coloca em questão as condições políticas, éticas e teóricas para o enfrentamento ao ultraliberalismo.

2- NEODESENVOLVIMENTISMO ARRAIGADO NO PENSAMENTO CRÍTICO BRASILEIRO

não se refaz a unidade e nem se reconstrói o que nunca existiu, só passando a história à limpo teremos verdade no nosso Brasil (MAYCOL MUNDOCA¹¹).

As últimas décadas do século XX e o início do século XXI marcaram, para o pensamento sociopolítico brasileiro, um período histórico de aprofundamento aos elementos constituintes, conceitos e resultados produzidos pela teoria social crítica de Marx e Engels. Foi um período de abertura para a possibilidade de radicalização do pensamento social brasileiro. Este processo, como bem analisado por Netto (2010) não foi uniforme e não garantiu, exatamente, o alcance desta radicalidade a todos. Ele se constituiu por variáveis de uma diversidade de pensamento no contexto geral da perspectiva crítica; pensamentos mais ou menos radicalizados, mais ou menos críticos que se apropriaram de forma mais ou menos aprofundada e particular do arcabouço teórico marxista.

De forma geral, é possível se afirmar que este período foi um tempo que possibilitou alguns avanços à classe trabalhadora brasileira, como a consolidação da sua organização política em partidos, sindicatos e movimentos. A pesquisa social e a produção de conhecimento na perspectiva crítica contribuíram largamente para este processo. No Serviço Social, por exemplo, o conhecimento acumulado a partir da década

¹¹ Música: “Não acabou”, de Maycol Mundoca, 2016.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

de 1980 já se apresentava com uma postura crítica; a aproximação ao pensamento marxista já se evidenciava, com Lukács e Gramsci (IAMAMOTO, 2006).

Este aprofundamento, na teoria crítica, levou à articulação, cada vez mais orgânica, das instituições de organização da classe trabalhadora no contexto de luta contra a implementação e o avanço do neoliberalismo no país (NETTO, 1996) expresso, no campo político, por meio da ascensão de governos abertamente comprometidos com o receituário novo do Capital.

Na década de 1990 o Estado brasileiro se reforma numa conjuntura de regressão dos direitos e das políticas sociais conquistadas pelo movimento constitucional. Por meio dos preceitos neoliberais, a relação entre o Estado e as classes sociais da sociedade civil é alterada na direção dos indicativos do Consenso de Washington.

Neste Consenso compôs-se uma lista de medidas defendidas pelos organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), no propósito de introduzir reformas econômicas a serem empreendidas na América Latina na direção das novas exigências da acumulação do capital. Essa foi uma realidade mundial, na qual vários países se associaram na perspectiva do capitalismo financeiro globalizado (BRESSER-PEREIRA, 1990).

O governo de Fernando Collor de Melo inicia a agenda neoliberal no Brasil por meio do processo de abertura da economia ao mercado internacional, via redução das barreiras alfandegárias.

O programa de privatização e de desmonte do Estado faz parte da agenda Collor, como condição para o combate da inflação. Além disso, é no seu governo que é lançado o programa de reestruturação produtiva, segundo o qual as empresas deveriam procurar um processo de gestão pela qualidade e produtividade, único caminho capaz de torná-las mais competitivas para entrarem no chamado mundo desenvolvido, "com colaboradores mais felizes e engajados, numa relação em que todos - patrões, empregados e a sociedade - sejam vencedores. (TEIXEIRA, 1996: 237).

A falência política do governo Collor não levou ao abandono das premissas básicas de seu governo. Os governos de Fernando Henrique Cardoso mantiveram a mesma agenda para a economia e para a política. Para Teixeira (1996: 235) o governo de FHC pregou "abertamente a necessidade de se passar de uma fase estatal do desenvolvimento econômico e social para uma outra fase, na qual a sociedade possa

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

comandar, a partir de si mesma, ações para combater a miséria, a fome e a marginalidade social”.

Conforme destaca Lúcia Lopes (2017: 4)

Na década de 1990, o governo Fernando Henrique, diante da dívida e do baixo crescimento econômico cedeu às pressões do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, comprometendo-se com o projeto neoliberal e a política de austeridade fiscal. Reduziu direitos, privatizou estatais e iniciou *o movimento de contrarreforma da seguridade social*.

Nos governos do Partido dos Trabalhadores, Lula e Dilma, apesar da esperança que se tinha por um governo progressista, que incorporasse em sua agenda as pautas da classe trabalhadora, pela consolidação do Estado de bem estar social no Brasil, “a política macroeconômica dos governos anteriores foi mantida. As políticas sociais continuaram fragmentadas e subordinadas à lógica econômica. Nessa setorização, a concepção de seguridade social não foi valorizada” (BRAVO e MATOS, 2006: 211).

Lúcia Lopes ao analisar os impactos do governo Lula nas políticas de seguridade social, especificamente na previdência social, afirma que o mesmo

[...] iniciou sob expectativa popular e em condições econômicas adversas. Porém, já comprometido com o grande capital. A *Carta ao Povo Brasileiro*, de 2002, apontou para um mercado de consumo de massas e para a “reforma” da previdência e do trabalho. Dito e feito. Melhorou o desempenho da economia, os indicadores do trabalho, valorizou o salário mínimo e reduziu índices de pobreza, mas, sua política macroeconômica não fugiu à perspectiva neoliberal. Prosseguiu a *contrarreforma da previdência*, atingindo, sobretudo, os regimes dos servidores públicos, pelas emendas constitucionais nºs 41 e 42 de 2003 e a nº 47 de 2005. Em 2008, com o agravamento da crise, usou os benefícios previdenciários e do bolsa família para estimular o consumo, deixando aposentados e pensionistas endividados, sob controle do capital financeiro. (LOPES, 2017: 3)

Nessa mesma orientação política e macroeconômica

O governo Dilma seguiu a trilha. Criou a fundação de previdência complementar dos servidores públicos federais, em 2012. No contexto de agravamento da crise e expansão da dívida, cedeu a novas pressões e, em 2014 as medidas provisórias 664 e 665 de 2014, convertidas em leis, em junho de 2015, dificultaram o acesso à pensão por morte, ao auxílio-doença, à aposentadoria por invalidez, ao seguro-desemprego e outros. Em 2015, as renúncias tributárias atingiram R\$ 276 bilhões, reduzindo o financiamento da seguridade social, como diz a ANFIP, na Análise da seguridade em 2015. Nesse ano, criou o fórum de política de emprego, trabalho, renda e previdência social, para propor mudanças. Com o impeachment da Presidenta, o relatório do fórum serviu ao governo Temer na PEC 287/2016 – a mais agressiva proposta de contrarreforma da seguridade (LOPES, 2017: 4).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Observa-se que, apesar da manutenção da agenda econômica dos governos anteriores, o lulopetismo reinterpreta a conciliação entre as classes sociais e estas com o Estado brasileiro.

O processo de desenvolvimento da perspectiva crítica no Brasil é atravessado pela mudança aparentemente radical na conjuntura política nacional. A ascensão do representante da classe trabalhadora, Lula, pelo Partido dos Trabalhadores em 2002 e o desenvolvimento dos seus governos introduzem na sociedade brasileira novos elementos, uma nova conjuntura e uma nova interpretação das relações de conciliação estabelecidas entre a classe trabalhadora e as estruturas de poder do Estado brasileiro.

Este tipo brasileiro de relações entre as classes sociais fundamentais, denominada amplamente e fartamente como “conciliação de classes”, vai engendrar no pensamento crítico brasileiro uma perspectiva particular, eminentemente político-partidária e eleitoral, que irá determinar os sentidos de uma importante fração do pensamento político, científico e social brasileiros na contemporaneidade.

Pochmann (2010: 121-122) denominou a reinterpretação “lulopetista” deste tipo de relação como uma relação de “coalização interclasses sociais”, que afirmou ser “capaz de compreender – no plano nacional – a reunião desde as famílias de maior renda [...] até os segmentos extremamente miseráveis da população” e que “a emergência desse novo tipo de aliança poderia fortalecer o conjunto dos extratos sociais de baixa renda e de nível médio de organização”. A realidade é que a ideologia da conciliação de classes substituiu a perspectiva da luta de classes.

Este novo período de “conciliação de classes” reproduz alguns mitos assumidos por parte significativa do pensamento crítico brasileiro. O mito da conciliação de classes, a ideologia que faz acreditar que é possível um governo, ou pior ainda, o Estado servir às duas classes fundamentais ao mesmo tempo, que é possível atender aos interesses e às necessidades da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que se atende aos interesses da burguesia. Não somente da burguesia nacional, como também e, sobretudo, do imperialismo, das burguesias internacionais.

Este pensamento produzido pela hegemonia “lulopetista” é denominado no âmbito da produção de conhecimento do pensamento crítico científico e político, como neodesenvolvimentismo. Em síntese o neodesenvolvimentismo se fundamenta, no âmbito material, nas possibilidades conjunturais de enriquecimento nacional calcadas no

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

boom das *commodities*, que constituiu a última fase de plena expansão aparentemente harmônica do modo de produção capitalista em todo mundo, mas que na verdade representa, ao modo de ver de pensadores como Plínio de Arruda Sampaio Junior e Rodrigo Castelo, nada mais do que uma nova fase do processo de consolidação do modelo neoliberal no Brasil, particularizado pelo fato de se dar no contexto da ascensão política de uma fração expressiva da classe trabalhadora aos espaços do poder central.

O neodesenvolvimentismo se caracteriza, por um lado, por formas próprias e contemporâneas de realização do receituário neoliberal, adotando políticas previstas no Consenso de Washington e também previstas em demais formulações de organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI.

As políticas neodesenvolvimentistas se caracterizam pela expansão da capacidade da acumulação capitalista, por um lado, e pela distribuição mínima (muito mínima) de um minúsculo naco da riqueza nacional à classe trabalhadora, por outro. Esta distribuição se dá por meio de políticas compensatórias amplamente desprovidas de qualidade e de dignidade e que defendem a retomada da ideologia dos mínimos sociais, da distribuição de mínimos sociais para a sobrevivência da classe trabalhadora brasileira.

Potyara Pereira (2002) estabelece uma discussão no sentido de compreender o que é o mínimo e o básico no que se refere às necessidades humanas. Para ela, o “mínimo tem conotação de menor, de menos. Em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social. [Já, o básico] (...) expressa algo fundamental, principal, primordial, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta. Assim, o básico vai requerer investimentos sociais de qualidade, [...] é a mola mestra que impulsiona a satisfação de necessidades em direção ao ótimo. (PEREIRA, 2002: 26-27).

Segundo Rodrigo Castelo, o novo desenvolvimentismo abriu

uma nova etapa da revolução passiva com acordos entre modernas e arcaicas classes dominantes sob a égide da aristocracia operária que abandonou seus projetos de socialismo antes mesmo de assumir o governo (IASI, 2006), em um processo maciço de transformismo (CASTELO, 2012: 631).

Este autor destaca como frutos do modelo desta dita coalizão i) a redução da luta de classes ao controle estatal sobre o mercado e ii) o esvaziamento da grande política e do seu poder transformador em que não se debate a questão da distribuição da riqueza

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

nacional e nem a sua apropriação pelo capital no contexto da luta de classes. Desta forma, o neodesenvolvimentismo se constitui num rótulo que esconde sua essência neoliberal, ignorando as críticas marxistas e todo o seu cabedal teórico em torno dos problemas do desenvolvimento brasileiro, sobre a teoria do valor-trabalho, da vulnerabilidade externa, do subdesenvolvimento, da dependência e da revolução brasileira, “destruindo em 5 anos uma reputação clássica construída em 50 anos” (CASTELO, 2012: 634), (parafrazeando JK num paralelo com a tradição nacional desenvolvimentista).

O neodesenvolvimentismo cria uma ideologia que justifica uma lógica política que diz pretender agradar às duas classes sociais fundamentais. Ela agrada a classe dominante de forma material, concreta, por meio da expansão dos seus ganhos financeiros, por outro lado engendra uma ideologia capaz de (des)mobilizar tanto as frações médias da classe trabalhadora, porque, inclusive, se fundamenta em princípios cristãos e que, por outro lado e por isto mesmo, “agrada” às frações mais empobrecidas por meio da distribuição de mínimos sociais, que anunciam o objetivo de combater a extrema pobreza e a fome, substituindo o projeto de combate às desigualdades.

O neodesenvolvimentismo, num primeiro plano, garante a pacificação do terreno político por meio do esvaziamento da consciência de classe, do enfraquecimento das organizações dos trabalhadores, cooptando-as às estruturas do Estado distribuindo pequenos privilégios às suas lideranças, enquanto garante de forma contínua a expansão da acumulação do capital, apresentando como produtos, segundo Reinaldo Gonçalves (2012), a desindustrialização, a dissubstituição das importações e a sua reprimarização (fronteira produtiva direcionada aos setores primários), o aprofundamento da dependência tecnológica, a desnacionalização, a perda de competitividade internacional, maior concentração de Capital, financeirização acelerada, foco exclusivo em metas de curto prazo (imediatismo), revelando as raízes em “diretrizes do liberalismo econômico” (GONÇALVES, 2012: 661).

Plínio de Arruda Sampaio Junior, referindo-se ao projeto neodesenvolvimentista afirma (2012), afirma que

O método de ocultação sistemática do negativo e de exaltação acrítica do crescimento e da modernização dos padrões de consumo como fins em si transforma o vício em virtude. A relação indissolúvel entre desenvolvimento e barbárie característica de nosso tempo, que se manifesta com virulência redobrada nas economias periféricas, converte-se, assim, por um passe de mágica no seu contrário: o desenvolvimento capitalista virtuoso capaz de

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

conciliar crescimento com equidade. A supervalorização dos fatos positivos e a pura e simples desconsideração dos aspectos negativos da realidade alimentam a mitologia de crescimento com distribuição de renda e aumento da soberania nacional.” (SAMPAIO JUNIOR, 2012: 680-681).

Mas estes elementos constituem apenas o primeiro plano, um plano mais visível deste projeto, um plano que se apresenta pacífico e harmônico. Diz-se “num primeiro plano” porque uma análise crítica mais cuidadosa sobre o período não tem nenhuma dificuldade de descortinar uma realidade extremante violenta, em que o aparato do Estado foi utilizado para seguir oprimindo diversas frações da classe trabalhadora brasileira. Os processos de genocídio do povo indígena e encarceramento da juventude negra não cessaram durante os governos do Partido dos Trabalhadores, pelo contrário, sob o manto pacífico e amoroso da ideologia da conciliação de classes foi possível a aliança com as burguesias latifundiárias urbana e rurais, que têm um caráter essencialmente violento; classes que se formaram, se enriqueceram e constituíram o seu poder político e econômico às expensas do genocídio dos indígenas, da escravização dos africanos e seus descendentes e da exploração aviltante da força de trabalho do povo brasileiro, constituindo aquilo que Darcy Ribeiro denominou como o “moinho de gastar gente”.

Mesmo diante da perversidade que constitui o projeto de conciliação de classes, importantes frações -(grandes frações) provavelmente até mesmo a maior fração - do pensamento crítico brasileiro se mantêm como base de apoio e de sustentação deste projeto nacional de traição de classe representado pelo Partido dos Trabalhadores. Mitos como o mito da eliminação da extrema pobreza, o mito da conciliação de classes, entre outros, são continuamente reproduzidos. Márcio Pochmann, um dos seus ideólogos, escreveu em 2010 que com o novo modelo de desenvolvimento “as crises externas deixaram de expor a sociedade brasileira às mesmas dificuldades observadas durante a vigência do modelo neoliberal”, a queda deste mito se observou quando a marolinha se revelou uma tsunami. Mitos ainda amplamente reproduzidos por uma escola ideopolítica em que “a aparência crítica é apenas um disfarce para a apologia do *status quo*” (SAMPAIO JUNIOR, 2012: 681). De forma é preciso encerrar estas provocações com uma pergunta muito necessária: porque o *neodesenvolvimentismo* e a *ideologia da conciliação de classes* parecem formar, ainda, a perspectiva ética, política e teórica hegemônica no pensamento crítico brasileiro, em negação da teoria marxista?

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas páginas pretenderam colocar em perspectiva parte das condições teóricas, éticas e políticas que se expressam no pensamento crítico brasileiro hegemonizado pela ideologia neodesenvolvimentista, compondo o debate sobre a possibilidade de que a perspectiva crítica tenha sofrido, no Brasil, um atravessamento pela lógica da conciliação de classes aos moldes “lulopetistas” e a hegemonia que ela exerce sobre a classe trabalhadora no Brasil contemporâneo.

A lógica e a perspectiva da conciliação de classes, adotadas pelas frações hegemônicas da esquerda brasileira na contemporaneidade, pode se expressar por meio da substituição da luta pela divisão justa da renda socialmente produzida pela assunção da lógica da distribuição de “mínimos sociais”; a substituição da luta contra as desigualdades, pela sua aceitação (administração) em forma da defesa de políticas compensatórias; a defesa da focalização das políticas sociais, dos critérios de seleção/exclusão; a reprodução de falsos discursos e ideologias, como o da falsa possibilidade da conciliação dos interesses (inconciliáveis) das classes sociais fundamentais, entre outras formas de redução do rigor da perspectiva crítica.

No contexto do neodesenvolvimentismo arraigado, de redução do rigor crítico, o pensamento crítico brasileiro apresenta graves limitações na análise, compreensão e intervenção na realidade posta pelos governos de ultradireita, que assaltaram ao poder desde 2016 por dentro da estrutura do Estado conciliador, apontando, equivocadamente, para a retomada da conciliação de classes como alternativa para a classe trabalhadora. Tal projeto poderá impor perdas irreparáveis, inclusive à perspectiva classista e ao pensamento revolucionário no Brasil, pavimentando o caminho para uma tormenta ainda maior num futuro muito próximo.

4- REFERÊNCIAS

BRAVO, M. I.; MATOS, M. C. de. **Projeto ético-político do serviço social e sua relação com a reforma sanitária**: elementos para o debate. In: MOTA, A. E. (Org.). Serviço social e saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: OPAS, OMOS, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L, C; **A crise da América Latina**: consenso de Washington ou crise fiscal? XVIII Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional de Centros de

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Pós-Graduação em Economia (Anpec), proferida em Brasília, em 4 de dezembro de 1990.

CASTELO, R; **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.112, p.613-636, 2012.

GONÇALVES, R; **Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 637-671, 2012.

IAMAMOTO, M. V; **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2006.

LOPES, L; **Contrarreforma e corte de benefícios: o lucro com a miséria**. Le Monde Diplomatique Brasil, ed. Nº 123 de outubro de 2017.

NETTO, J. P; **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 15 ed. São Paulo : Cortez, 2010.

_____; **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 50, 1996.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo, Cortez, 2010.

SAMPAIO JUNIOR, P, A; **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out|dez. 2012.

TEIXEIRA, F. J. S; **O neoliberalismo em debate**. In: TEIXEIRA, Francisco J. S.;

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; 1996. p. 195-252.

CRISE DO CAPITAL E RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: indicações para análise

Ana Luiza Avelar de Oliveira¹²

Resumo: O objetivo do artigo é realizar uma análise acerca das mudanças contemporâneas nas relações de trabalho no Brasil, bem como da aprovação das mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica buscando identificar alguns elementos do debate sobre a teoria da dependência, a fim de compreender as relações de trabalho no país. Posteriormente buscou-se apresentar a particularidade do mercado de trabalho no Brasil, bem como debater alguns elementos da última reforma trabalhista. Constatou-se que essas mudanças recentes contribuíram para crescente flexibilização das relações de trabalho no país, que vem afetando as condições de vida e trabalho da população.

Palavras-chave: Trabalho. Relações de trabalho. Teoria da dependência.

Abstract: The article aims to analysis the contemporary changes in labour relationship in Brazil, and the approval of changes in the Consolidation of Labour Laws. We conducted a bibliographical, seeking to identify some elements of the debate on the dependency theory, in order to understand the labour relationships in the country. We attempted to present the particularity of the labour market in Brazil, and discuss some elements of the latest labour reform. We verified that these recent changes contributed to the growing flexibilization of labour relations in the country, which has been affecting the living and working conditions of the population.

Keywords: Labor.Labour relationship. Dependency theory.

1- INTRODUÇÃO

Na sociedade capitalista a busca por lucros pela burguesia se torna condição necessária para a produção de mercadorias, visto que o capitalista prefere não produzir a

¹²Assistente Social; Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; email: analuiza_avelar@yahoo.com.br; eixo temático “Política Social, trabalho e questão social: retrocessos e resistências na conjuntura atual”.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

produzir sem lucros. Como explicitado por Marx (2017), no entanto, devido à lei da queda tendencial da taxa de lucros, o capitalismo passa por períodos de crise, nos quais é preciso haver uma reorganização para se elevar os níveis de lucro dos períodos anteriores.

Para entender a particularidade da formação do capitalismo no Brasil, será realizada uma análise, em caráter preliminar, da teoria da dependência desenvolvida por Rui Mauro Marini, para compreender o lugar dos países latino-americanos no sistema capitalista mundial e sua situação de subalternidade e dependência em relação aos países de economia central. Por fim, será feita uma análise de alguns elementos da reforma trabalhista brasileira, realizada em 2017, bem como a análise de alguns de seus impactos.

2- CAPITALISMO DEPENDENTE E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

De acordo com Mandel (1985, p. 58) “a acumulação de capital produz desenvolvimento e subdesenvolvimento como momentos mutuamente determinantes do movimento desigual e combinado do capital”. Constata-se dessa dinâmica do desenvolvimento capitalista, a não homogeneidade na economia capitalista, de modo que as mercadorias produzidas nos países centrais consigam ser vendidas obtendo um superlucro nos países de economia periférica.

Assim, o lugar dos países da América Latina na economia mundial pode ser compreendido como subordinados aos países de economia central. Segundo Marini (apud AMARAL; CARCANHOLO, 2012, p. 87-88), “a dependência deve ser entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção nas nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Conforme Amaral e Carcanholo (2012) essa relação de dependência se faz necessária porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre devido ao subdesenvolvimento de outras.

Paiva, Rocha e Carraro (2010, p. 151) afirmam que “embora subdesenvolvimento e desenvolvimento possam parecer processos independentes, são processos constitutivos de uma mesma lógica de acumulação capitalista em escala global, qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo como pela complementaridade”. Para Marini (2012) “o que caracteriza a economia dependente é a forma aguda que essa

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

característica adquire e o fato de que ela responde à própria estrutura de seu processo histórico de acumulação de capital”.

No que concerne ao ciclo da produção, na economia dependente, os capitalistas, devido à diferença dos custos da produção em relação aos países centrais, tratam de recompor sua taxa de lucro através da elevação da taxa de mais-valia.

Com a saída de recursos do país, vários problemas de estrangulamento interno e restrições externas ao crescimento começam a ocorrer, cabendo aos países de economia periférica, a fim de garantir sua dinâmica interna de acumulação de capital, aumentar a produção de excedente por meio da superexploração da força de trabalho (AMARAL; CARCANHOLO, 2012).

De acordo com Osório (2012a, p. 55) existem quatro formas para incrementar a taxa de exploração. A primeira delas é a partir do prolongamento da jornada de trabalho, a partir de um aumento do tempo de trabalho excedente, pelo incremento absoluto da jornada de trabalho. Nas condições de capitalismo mundializado, essa forma se constitui como um mecanismo regular nas regiões dependentes, que têm como característica a presença de salários muito inferiores ao valor da força de trabalho.

A segunda forma é a partir da produtividade do trabalho, pela modificação da relação entre trabalho necessário e excedente, dentro de uma jornada de trabalho constante, a partir de uma diminuição do valor da força de trabalho e, nesse sentido, do tempo necessário. Nesse sentido, aumenta-se o tempo de extração de mais-valor dentro de uma mesma jornada de trabalho. Essa forma de exploração aumenta o tempo de trabalho excedente, porém não viola o valor da força de trabalho (OSÓRIO, 2012a).

A elevação da produtividade possibilita a elevação da intensidade do trabalho, que Osório (2012a) considera como terceira forma. Tanto a elevação da produtividade, quanto a intensidade propiciam o incremento da produção, porém com diferenças substanciais. O aumento da intensidade do trabalho é obtido pelos avanços tecnológicos e da organização do trabalho, aumentando o desgaste dos trabalhadores, o que não ocorre com a elevação da produtividade. Essa forma de incrementar a taxa de exploração propicia um tipo de desgaste que acaba reduzindo a vida útil do trabalhador, devido a doenças nervosas e psicológicas, ao contrário do prolongamento do desgaste, que reduz por meio de desgastes físicos imediatos e acidentes de trabalho.

Como quarta e última forma, Osório (2012a) indica a organização do trabalho, que tem variado ao longo do desenvolvimento do capitalismo. O predomínio de determinada forma de organização do trabalho, não significa a extinção ou superação das formas anteriores, mas sim ocorre frequentemente uma combinação entre elas. Haja vista que

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

há o predomínio de uma forma ou outra em cada tempo histórico, é possível que a organização dos processos de trabalho seja periodizada, o que leva as noções de taylorismo, toyotismo, dentre outros.

Luce (2013, p. 146) afirma que a superexploração do trabalho pode ser entendida como “uma violação do valor da força de trabalho, seja porque a força de trabalho é paga abaixo do seu valor, seja porque é consumida pelo capital além das condições normais, levando ao esgotamento prematuro da força vital do trabalhador”, ou seja, nessa situação em que a força de trabalho é superexplorada o capital se apropria do fundo de consumo e/ou do fundo de vida do trabalhador.

De acordo com Marini (2012) a superexploração se reflete na escala salarial, a partir da remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor. A parcela de operários que conseguem sua remuneração acima do valor médio da força de trabalho, o tempo todo vê seu salário pressionado constantemente, devido ao papel regulador do salário médio.

Conforme indica Osório (2012a), a busca incessante da valorização caracteriza o sentido da produção capitalista, nesse sentido não deve ser entendida apenas como um processo de produção, mas sim como um processo de reprodução.

Os mecanismos que intensificam a exploração da força de trabalho nos países latino-americanos são utilizados nos países centrais para reverter o problema da queda da taxa de lucro. Isso faz com que a massiva composição da força de trabalho seja de trabalhadores informais e desempregados.

Essas novas relações de trabalho, gerada pelas relações flexíveis, características do estágio capitalista atual, estabelecem uma relação orgânica e reacionária entre a expansão do capital e a espoliação do trabalho, que incorpora antigas e novas formas de exploração, cuja conciliação culmina no fenômeno da superexploração. Afirma-se, nesse sentido, que a superexploração é um pressuposto tanto da financeirização, quanto da transnacionalização, que se materializa na transição para o modelo de acumulação flexível.

3- A ECONOMIA DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE DA PARTICULARIDADE DO MERCADO DE TRABALHO E A REFORMA TRABALHISTA NO BRASIL

De acordo com Osório (2012a) um dos mecanismos fundamentais utilizados pelo capital para alcançar seus objetivos é a política econômica e embora possa ser considerada por alguns autores como a manipulação dos meios para atingir

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

determinados fins econômicos, a política econômica é mais do que isso, relacionando-se com elementos de ordem econômica, que são necessariamente políticos.

Em relação ao Estado capitalista, Mandel (1985) sinaliza que suas principais funções são a de criar condições gerais de produção que não podem ser garantidas pelas atividades privadas de setores da classe dominante; a de reprimir ameaças da classe trabalhadora, ou de algumas frações ao modo de produção capitalista a partir da ação do exército, polícia, do sistema judiciário e penitenciário e; a de integrar a classe trabalhadora, garantindo que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e que a classe explorada aceite sua exploração. Segundo Osório (2012b), nas últimas décadas, devido ao período de crise da década de 1970, a América Latina passou por uma grande transformação econômica, que exigiu mudanças tecnológicas, a implementação de uma nova divisão internacional do trabalho e a mundialização do capital.

De acordo com Pochmann (2006 apud Santos, 2012) a formação do mercado de trabalho no Brasil possui algumas características sem as quais não é possível entender o padrão de sociedade salarial incompleto, com marcantes traços de subdesenvolvimento, como, por exemplo, a distinção entre assalariamento formal e informal, a ampla presença de baixos salários e a grande quantidade de trabalhadores autônomos (não assalariados). O autor salienta ainda entre os determinantes dessas características o intenso processo migratório campo-cidade, que é responsável por parte dos traços desse padrão de exploração da força de trabalho, bem como pela formação do excedente de mão de obra, que apesar de ficar de fora do usufruto dos resultados do crescimento econômico, foi essencial para o seu processamento.

Dedecca e Baltazar (1992 apud SANTOS, 2012) enfatizam a importância dos anos de 1930 a 1956, período em que se inicia a constituição da base de trabalho assalariado necessária à estruturação do movimento sindical, além disso, é a partir desse momento que o processo de industrialização ganha expressão e vai se formando um mercado de trabalho urbano-industrial que possibilita a estruturação de um movimento sindical em âmbito nacional. É nesse período que a industrialização, ao avançar, começa a traçar um mercado nacional de bens, serviços e trabalhos, com uma dinâmica determinada pela indústria de transformação e pela crescente concentração de atividades no meio urbano.

Nesse sentido afirma-se que essa “industrialização restringida” é fundamental para consolidar o sistema de relações de trabalho no país, que atraem parte dos trabalhadores rurais para os centros urbanos em formação. É importante frisar também

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

que é nesse período que se consolida a legislação trabalhista no país, porém os trabalhadores organizados e protegidos por essas leis e pelo salário mínimo eram relativamente poucos, localizados em algumas capitais, e que a maioria dos trabalhadores, que se encontravam naquela época no campo, e alguns marginalizados das cidades não possuíam quaisquer direitos. De acordo com Santos (2012, p. 436) fica “evidente que a restrita regulação do trabalho no Brasil sempre colaborou para manter baixo o valor da força de trabalho “consolidando, assim, uma relação entre capital e trabalho pautada na superexploração”.

No Brasil, ao longo do seu processo histórico percebe-se constantes processos de revoluções passivas. É importante destacar também o papel central que a ação do Estado teve na constituição do capitalismo brasileiro, que em sua atuação, cooptada pelos setores dominantes, propunha ações que instituíram a superexploração do trabalho e a passivização das lutas sociais no Brasil.

É por isso que, de acordo com Santos (2012) a análise genérica da crise capitalista não pode ser realizada sem a contextualização do significado da flexibilidade/desregulamentação tem no panorama brasileiro, diferente do que significa no contexto de países capitalistas desenvolvidos. No Brasil essa implementação ocorreu mais fortemente e com menos resistência aos retrocessos civilizatórios implicados na ausência de proteção ao trabalho.

De acordo com Marx (2017) um dos mecanismos utilizados para conter as crises e recuperar os índices anteriores é a redução dos salários abaixo do seu valor. Devido à crise de 2008, uma das formas utilizadas por alguns países da América Latina, foi a reformas de suas legislações trabalhistas, a fim de baratear o valor da força de trabalho. Sob a argumentação de que é necessário, para recuperar os índices de crescimento econômicos nacionais, reduzir a insegurança jurídica e diminuir o desemprego, em 2017 são aprovadas mudanças que alteram a legislação trabalhista brasileira.

Em março de 2017 foi aprovada a Lei nº 13.429, que permite a terceirização em todas as atividades de uma empresa, sendo que anteriormente a aprovação dessa lei, as atividades fins não poderiam ser terceirizadas. Poucos meses após a aprovação da lei da terceirização, o Congresso aprovou a reforma trabalhista, alterando mais de cem artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

O mercado de trabalho formal brasileiro tem como vínculos de emprego predominantes o contrato por tempo indeterminado e o estatutário efetivo. De acordo com Krein et al. (2018) analisam que o mercado de trabalho brasileiro está muito flexível e

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

variando de acordo com o nível da atividade econômica, visto que houve uma queda muito expressiva de empregos formais, no período entre 2014 e 2016.

Tal dado indica que o contrato de trabalho por prazo indeterminado já possui um alto nível de flexibilização no país, uma vez que as empresas têm a liberdade de romper o vínculo, o que explica a baixa expressão das formas atípicas de contratação, que segundo Krein et al. (2018) são as modalidades de temporário, avulso, estatutário não efetivo, contrato por tempo de terminado e contratos especiais no setor público.

A reforma trabalhista brasileira tem a finalidade de estimular os contratos atípicos, visto que são vínculos mais frágeis se comparados com os contratos por tempo determinado. De acordo com Krein et al. (2018, p.101) isto “pode contribuir para precarizar o mercado de trabalho, gerando ocupações mais inseguras e deixando os trabalhadores em uma condição de maior vulnerabilidade”.

A precariedade pode também ser observada a partir da taxa de informalidade e da taxa de rotatividade entre os trabalhadores. A alta rotatividade é uma das características estruturais do mercado de trabalho brasileiro, não podendo ser explicadas por situações conjunturais, o que leva a compreensão de que a reforma trabalhista não tem como resolver tal problema, mas sim agravá-lo, ao ampliar as formas de contratação atípica e baratear os custos das rescisões, por meio de “acordos”.

Há também um crescimento da terceirização a partir da incorporação de processos de transformações nas relações de emprego, como a pejetização, que flexibiliza as relações de trabalho, uma vez que são eliminados direitos, proteções e garantias ao trabalhador, e a uberização, que ao garantir autonomia ao trabalhador para definir seu horário de trabalho, sua jornada e a intensidade do trabalho, aparece que este possui ter total liberdade sobre seu trabalho, porém ficam obscurecidas as relações de dependência e subordinação com as empresas. O crescimento dessas formas de terceirização ocorre, visto que a população trabalhadora brasileira transita no mercado de trabalho de forma instável, precisando, muitas vezes, a fim de obter uma melhor remuneração, combinar diferentes ocupações.

Observa-se que apesar dos sinais de melhora apresentados pela economia brasileira durante o governo Temer, não houve diminuição da taxa de desemprego, ampliando assim a quantidade de trabalhadores que se encontram fora do mercado formal de emprego, ou que já desistiram de procurar emprego. Considera-se que a reforma efetuada pode ser considerada como bem-sucedida pelos representantes do capital, tendo em vista que promoveu uma maior flexibilização nas relações de trabalho,

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

diminuindo assim o valor pago pela força de trabalho no país, o que é um atrativo para a vinda de capital externo para o país.

Em síntese, é possível afirmar que a reforma trabalhista vem afetando drasticamente as condições de vida e trabalho da população trabalhadora brasileira, mas que esta não é uma questão que se refere somente a realidade brasileira, mas sim faz parte da dinâmica do capitalismo que busca constantemente baratear o valor pago pela força de trabalho até o mínimo possível.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a reforma trabalhista operada no governo Temer é uma das estratégias utilizadas pelo grande capital para recuperação das taxas de lucro. Desde a década de 1990, com a implementação do neoliberalismo no Brasil, sob a justificativa de que a economia do país não poderia crescer, reduziu-se e precarizou-se o emprego, a partir da reestruturação das relações de trabalho.

Observa-se nos últimos anos, nos governos Temer e Bolsonaro, uma ampliação do desmonte de direitos e políticas sociais, o que, segundo Oliveira (2020), não representam a volta do neoliberalismo no país, mas sim a exacerbação do capitalismo em sua faceta mais aguda e incivilizada. As divergências com os governos anteriores consistem apenas na forma e na velocidade com que as medidas são adotadas. Apoiado por um congresso que renovou partidos e nomes, mas não a prática de representar interesses corporativos e eleitoreiros, o país segue em direção ao passado, com Bolsonaro atuando como bobo da corte, chocando o mundo com suas imbecilidades e obscenidades verbais, enquanto sua equipe econômica segue arquitetando mudanças para atender ao capital.

Dessa forma, é possível considerar que a fim de garantir a intensificação da inserção subordinada do Brasil no cenário internacional, é transferido para os trabalhadores a responsabilidade pelo pagamento dessa inserção, seja a partir da precarização das condições de trabalho, levando a uma superexploração da força de trabalho, seja a partir do desmonte das políticas sociais, que vem precarizando as condições de acesso da classe trabalhadora aos serviços públicos. Nesse sentido, a partir do exposto, considera-se que a reforma trabalhista recentemente implementada vem na contramão dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, colocando em xeque direitos historicamente conquistados.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, e CARCANHOLO, M. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C., OSÓRIO, J. e LUCE, M. (orgs.) **Padrão de Reprodução do capital: contribuições da teoria marxiana da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Krein, J. D., et al. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: KREIN, J.D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.

LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: FILHO, N. I. (org.) **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Abril Cultural, São Paulo, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla, OSÓRIO, Jaime e LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, Ednéia, A. **Serviço Social e redemocratização: os caminhos do Serviço Social no Brasil pós-1985**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla, OSÓRIO, Jaime e LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012a.

OSÓRIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla, OSÓRIO, Jaime e LUCE, Mathias. **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012b.

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirella; CARRARO, Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. *Revista Ser Social*. Brasília, v.12, nº 26, 2010, p.147-175.

SANTOS, J. S. Particularidades da questão social no Brasil: mediações para seu debate na era Lula da Silva. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 111, p. 430-449, 2012.

O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: AS NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO DA CONTEMPORANEIDADE

Daiana Ferreira de Almeida¹³

Renata Pereira da Silva Uchôa¹⁴

RESUMO: Pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, com natureza teórica crítica da realidade, que visa discutir o processo de precarização do trabalho na contemporaneidade, a partir da flexibilização do capital, dos mercados de trabalho e dos seus novos setores de produção, inovação comercial, tecnológica e organizacional. Tendo como cerne a análise da reforma trabalhista e do trabalho informal, e o seu papel frente às constantes transformações do sistema capitalista.

Palavras- Chaves: Capitalismo, Trabalho Contemporâneo, Precarização.

ABSTRACT: Bibliographic research with a qualitative approach, with a critical theoretical nature of reality, which aims to challenge the work process in contemporary times, from the flexibilization of capital, labor markets and their new sectors of production, commercial organization. Having as its core the analysis of labor reform and informal work, and its role in the face of the transformations of the capitalist system.

Keywords: Capitalism, Contemporary Work, Precarization.

1- INTRODUÇÃO

Amaral (2018) compreende o fenômeno da precarização do trabalho na contemporaneidade, como parte da teia de articulações tecidas pelo capital em meio à crise, na tentativa de restabelecer suas condições de reprodução na fase concebida como acumulação flexível. Nesse sentido, tem se constituído uma nova cultura do

¹³Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), daiana.ferreira.almeida@gmail.com. Trabalho vinculado ao eixo temático: as expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva ultraneoliberal do capital.

¹⁴ Pedagoga, Pós-Graduanda em Educação Inclusiva, Graduanda do Curso Serviço Social e Mestranda em Direitos Humanos- UFPE, renatapsuchoa@hotmail.com. Trabalho vinculado ao eixo temático: as expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva ultraneoliberal do capital.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

trabalho que ao mesmo tempo em que busca atender aos novos padrões de reprodução do capital, se distancia do formato do trabalho estável, protegido e coletivo, para formas mais heterogêneas, desprotegidas e desagrupadas, em suma, mais individualizadas (AMARAL, 2018).

Dessa forma, a lógica financeira passa a atingir todos os âmbitos da vida social, perpassa também pelo discurso de que só com o trabalho é que as pessoas irão conquistar a sua política de proteção social. Rejeita-se qualquer tipo de política oriunda dos mecanismos de proteção social pública, por considerá-las, assistencialistas, atrasadas e que prolongam a pobreza, fazendo com que os indivíduos não se desenvolvam e conquistem a sua sonhada “liberdade financeira”, que o discurso neoliberal vem difundindo pelos países mais ricos e que chega em países subdesenvolvidos e arrasam economias que estão rumando ao progresso e que estimulam uma política de proteção social pública

Ainda lembramos que a história dos direitos trabalhistas no país esteve intimamente ligada aos interesses da elite, que se inspirou nas reformas neoliberais como a desconstrução do sistema de proteção social e a negociação direta entre empregadores e trabalhadores. Mesmo com o processo de Redemocratização, período de maior avanço em termos de construção de direitos com a nova constituinte de 1988, ainda na década de 90 já foi marcada pelo avanço das ideias neoliberais no país. Hodiernamente, vivenciamos aprofundamentos destes processos com o aumento do desemprego e novas formas de empregabilidade marcadas pela precarização e desregulamentação do trabalho.

2- O NEOLIBERALISMO E AS ESTRATÉGIAS DE DESMONTE DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

2.1- REFORMA TRABALHISTA

Reforma Trabalhista, instituída pela Lei n 13.467/ 2017 justificada segundo seus idealizadores, sob uma perspectiva de política econômica neoliberal, de que a sua implementação se fazia necessária, pois, se tratava de uma questão de sobrevivência para a classe trabalhadora, partindo do princípio que " o aumento do lucro oriundo do corte de custos aumentaria a poupança da economia, elevando investimentos e, por conseguinte, o número de empregos" (FILGUEIRAS, 2019, p. 21). Isso perante um olhar voltado para a expansão e formalização do emprego, porém, há elementos que precisam

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

ser evidenciados dentro deste processo, a flexibilidade, que traz aos trabalhadores impactos significativos, que encurralam a classe trabalhadora no dilema de ter um emprego ou de lutar por melhores condições de trabalho e direitos (FILGUEIRAS, 2019).

É importante ressaltar que, as condições e a expansão do número de empregos depende de decisões e de investimentos tomadas fora do mercado de trabalho, e isso tem impactado significativamente nos níveis de desemprego desde a sua implementação, e intensificado enquanto expressão da questão social na pandemia, isso nos reafirma mais uma vez que o trabalhador continua a ser explorado e ter seus direitos expropriados, a sua renda diminuída.

Esses dados comprovam que o trabalhador está mais do que nunca, mais vulnerável aos interesses do capital, essa afirmativa parte do entendimento da efetividade da reforma, dos impactos que ela traz ao universo do trabalho e as condições de vida e sobrevivência dos trabalhadores, a partir dessas informações, podemos refletir sobre alguns aspectos, segundo Filgueiras (2019), vejamos:

- **Efetividade-** Nessa questão, podemos trazer algumas reflexões, principalmente a partir dos dados elevados de desemprego, da não ampliação das vagas de emprego, mais sim de redução de vagas, de salários e de direitos, isso frente ao cenário vivido na sociedade brasileira, principalmente em tempos de pandemia. Para tanto, a reforma trabalhista não cumpre a promessa de expansão e formalização do emprego, ela se constitui como um ataque direto às formas de organização e mobilização da classe trabalhadora. E os defensores ferrenhos, relatam a ausência de tempo suficiente para sua implantação, negacionistas da desigualdade.
- **Impactos-** No tocante aos impactos, com os dados coletados nacionalmente sobre o universo do trabalho, destacamos alguns dos impactos trazidos por ela e acentuados principalmente no contexto da pandemia de Covid-19: Inviabilidade de políticas públicas, Financeirização das políticas sociais em favor dos grandes capitalistas, Acesso limitado à justiça pelos trabalhadores, Desligamento por acordos mútuos, Redução de salários, Aumento da carga horária de trabalho, Aumento dos trabalhadores autônomos estagnados, Subocupação, Terceirização, Ampliação do trabalho autônomo formal, Legalidade do trabalho intermitente, Aumento do trabalho informal principalmente pelo uso das tecnologias e uberização do trabalho. Alguns destes serão neste trabalho detalhados.

- **Níveis de desemprego-** Não se tem uma mudança significativa frente aos números do desemprego, pelo contrário, estes foram acentuados e somente diminuídos em números insignificantes, refletidos no aumento do trabalho informal e desprotegido, que impactam diretamente nas expressões da questão social, pois, "o desemprego deixa de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo não prevê mais a incorporação de toda a sociedade no mercado de trabalho e consumo" (Chauí, 1999.p. 29 apud Pereira, 2004), refletindo também no âmbito da habitação, saúde, alimentação, lazer, cultura e segurança. Se consolidando, portanto, cenário emergente de atuação dos Assistentes Sociais.

2.2- TRABALHO INTERMITENTE, AUTÔNOMO E INFORMAL

Ricardo Antunes (2015) afirma que a sociedade atravessa a constituição de uma nova morfologia do trabalho e que há um aumento das suas desregulações e modalidades. Assim, ele destaca uma época da informalização do trabalho, terceirização, precarização, flexibilização, do aumento da exploração do trabalhador, que no Brasil, especificamente, se intensifica após os anos 1990 com essa ofensiva neoliberal. A lógica financeira passa a atingir todos os âmbitos da vida social, perpassado também pelo discurso de que só com o trabalho é que as pessoas irão conquistar a sua política de proteção social.

O uso das tecnologias de informação - comunicação passam a ser usados para gerir o processo de produção. Com a pandemia da COVID-19 e a necessidade de isolamento social, testemunhamos um aumento do home office e a popularização do trabalho remoto inclusive por profissões que requerem um presencialidade, como a psicologia, nutrição, pedagogia etc.

A partir dos dados coletados ainda em 2020 "56,1% das pessoas em trabalho remoto são mulheres, 65,6% são brancas, 74,6% possui escolaridade de nível superior completo, 31,8% estão na faixa etária de 30 a 39 anos e 63,9% estão empregados no setor privado" (IPEA, 2021, p.2). Os dados são significativos, pois nos mostra que durante este período houve uma gama de brasileiros que aderiram ao trabalho remoto, tornando o ambiente dos seus lares em espaço público à medida em que não há divisões espaciais do local do descanso e sossego para o mundo do trabalho.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Tais tendências para esta modalidade precarizante de trabalho já era legítima com a regulamentação do teletrabalho e o trabalho intermitente, a partir da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017). É importante frisar que tanto o teletrabalho (trabalho realizado fora do ambiente de trabalho da empresa) quanto o trabalho intermitente (“uma modalidade de contratação que permite que a empresa admita um funcionário para trabalhar eventualmente e o remunerar apenas por esse período” (ARAUJO; LUA, 2020, p.3)) expressa o avanço das formas flexíveis de trabalho e das premissas neoliberais sobre o Estado brasileiro, já que “nessa regulamentação da modalidade, não há controle de jornada laboral e não há direito ao adicional de horas extras, intervalo intrajornada e interjornada – o controle da jornada é do(a) trabalhador(a)” (idem, ibidem). Percebemos que as transformações tecnológicas incidiram sobre as condições do mercado de trabalho e criaram novos espaços de trabalho, rebaixando salários e intensificando a precarização estrutural (AMARAL, 2018).

O contexto de crise estrutural do capital e uma intensificação do desemprego agravada pela pandemia vemos cada vez mais trabalhadores adentrando nos trabalhos informais, sem qualquer vínculo empregatício, de proteção a qualquer adversidade que os processo de trabalho possam lhe causar. Ao longo da história do nosso país o trabalho informal sempre foi crescente, como é destacado por Silva (2020, p. 67), estes estão na linha de frente em momentos de crise sem conta as mais variadas formas de empregabilidade que esta modalidade abarca

São milhões de pessoas que trabalham como autônomos – como motoristas, motociclistas e até ciclistas de aplicativos de transporte e entrega –, trabalhadores do setor privado que trabalham sem carteira, empregadas domésticas mensalistas e diaristas também sem carteira, pessoas– jovens e mulheres, principalmente – que trabalham como auxiliar em pequenos negócios familiares e ainda empreendedores sem CNPJ e que também contratam auxiliares – como ambulantes, pedreiros, pintores, etc.

Outro fator é o aumento exponencial do trabalho autônomo subsidiado pelas plataformas de aplicativos, também chamado de uberização do trabalho, que vem para agudizar ainda mais essas relações de desproteção do trabalho. Assim, o uso de tecnologias do trabalho direcionadas sob uma ótica neoliberal, promove a falência do Estado de direitos em detrimento da promoção da exploração de milhões de trabalhadores. A instabilidade sobre essas novas expressões do trabalho no capitalismo moderno impacta diretamente na organização dos trabalhadores, uma dissolução das organizações coletivas, desmobiliza as frentes sindicais e o próprio sentimento de pertença, enquanto classe trabalhadora.

2.3- AS ARMADILHAS DO EMPREENDEDORISMO

No tocante ao empreendedorismo, Oliveira (2013) analisa como “[...] uma estratégia do capital em favor da desresponsabilização do Estado, tendo como um dos elementos determinantes a precarização das relações de trabalho” (p.3). A valorização do empreendedorismo como experiência virtuosa e louvável não se dá ao acaso já que é com base nessa ideologia difundida pela mídia e pelo Estado que se compõe uma nova forma de enxergar o desemprego estrutural e os desempregados, que aparecem como armadilhas, totalmente disfarçadas, trazendo aos trabalhadores a ilusão de que são os únicos responsáveis pela garantia de seu próprio emprego, por sua própria proteção previdenciária e pelo sucesso ou insucesso da busca pelo sustento por meio de uma forma de trabalho totalmente desprotegida à qual o Estado tem se feito alheio.

Está em curso, um processo que desloca para a esfera privada, individual, sequelas estruturais inerentes à contradição entre capital e trabalho. A ideologia do empreendedorismo e toda atmosfera de responsabilização dos indivíduos que esta mobiliza, guarda sintonia com

[...] as teses clássicas do liberalismo, demarcadas no período entre os séculos XVI a XIX, quando a questão social, com todas as suas refrações, não é explicitada pela lei geral da acumulação, pelas contradições do modo de produção capitalista, mas como responsabilidade da classe trabalhadora (VALENTIM; PERUZZO, 2017, p.122).

É através desses mecanismos que gradativamente têm se desenvolvido amplos processos de expropriação de direitos no campo do trabalho, em que a classe trabalhadora tem sido impelida a buscar alternativas precarizadas de sobrevivência frente às ofensivas do capital ao sistema de proteção social (OLIVEIRA, 2013).

Desse modo, diante de um cenário marcado pelo desemprego, redução de salários e precarização das condições de trabalho, a classe trabalhadora vem abraçando, cada vez mais, a ideologia do empreendedorismo. Isso porque o discurso neoliberal apresenta como solução a ideia de que o trabalhador será transformado em patrão, dono do seu próprio tempo, que sairá da condição de empregado e dentre outras falácias - de modo que parte da classe trabalhadora passa a enxergar, agora, o empreendedorismo como uma espécie de libertação.

A ideologia empreendedora na atual fase do desenvolvimento capitalista passa, então, a cumprir a função de ocasionar o estranhamento da classe trabalhadora enquanto classe para si, esgarçando suas relações de solidariedade e minando suas

possibilidades de luta e resistência. O incentivo ao auto emprego, ao transferir a responsabilidade estatal para o trabalhador, além de propagar a ideia de uma terceira classe em diferentes cadeias produtivas, impulsiona a exacerbação do individualismo, da competitividade e concorrência desses trabalhadores-empREENDEDORES entre si (OLIVEIRA, 2013).

Outra funcionalidade do empreendedorismo ao modo de produção capitalista está na capacidade de produzir a paz social entre as classes, isto é, um apaziguamento dos conflitos entre capital e trabalho e das contradições do sistema capitalista de produção, transformando, aparentemente, as relações de trabalho em relações horizontais. Assim, a adesão do empreendedorismo por parte da classe trabalhadora aparece como solução perfeita frente ao cenário de desmontes. Há, pois, a manutenção da hegemonia burguesa e a intensificação do processo de exploração sem perturbações políticas, pois, através da camuflagem das relações entre capital e trabalho, é criada uma relação de não mais empregado e empregador, mas de empreendedores. Nesse processo, então, o capital se utiliza da ideologia empreendedora como estratégia moderna utilizada para a recomposição do capital em meio à crise capitalista, especialmente num cenário de desemprego estrutural e de ampliação das desregulamentações trabalhistas, como afirmam Valentim e Peruzzo (2017).

4- CONCLUSÃO

Em virtude da discussão aqui assinalada, torna-se possível desvendar certas características por vezes mascaradas pela ideologia empreendedora, sob a ótica da atual fase do desenvolvimento do sistema capitalista, mas especificamente sob o cenário neoliberal. Evidenciou-se que o contexto de crise do capital enfatiza a defesa de novas formas de empregabilidade como uma saída para as grandes expressões da questão social, em especial, o desemprego, a pobreza e a desigualdade social.

Ressalta-se também que a concessão e o incentivos por meio do Estado se deve à incapacidade da máquina estatal de atender as demandas da população como um todo, inclusive a sua incapacidade de conceder emprego e qualquer tipo de renda para a população que vive às margens da sociedade como exército de reserva, ou seja, se configuram como mão de obra excedente aos interesses do capital. O fato é que esta iniciativa a trabalhos informais mostra-se também a intenção de desresponsabilização do Estado para com esta parcela da população, que por muitas vezes, faz uso como uma alternativa para melhorar suas condições de vida.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

5- REFERÊNCIAS

AMARAL, A. **Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas/Structural precariousness and exploitation of the workforce: contemporary trends.** Argumentum, 2018 v. 10, n. 3, p. 244-256.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre a metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 16 ed. – São Paulo, Cortez, 2015.

OLIVEIRA, F. **A outra face do empreendedorismo no contexto capitalista.** 2013. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2013.

ARAÚJO, T. M. de; LUA, I. **O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 46, 2021.

FILGUEIRAS, V. A. **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade.** Campinas: Curt Nimuendajú, 2019, p. 14-5.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mercado De Trabalho: Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas.** Carta de Conjuntura Número 54, Nota De Conjuntura 32 — 1 ° Trimestre De 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220328_cc_54_nota_32_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em 30 abr. 2022.

PEREIRA, P. A. P. **Questão social, serviço social e direitos de cidadania.** In: Revista Temporalis 03, Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004, p. 51-62.

SILVA, P. H. I. **O mundo do trabalho e a pandemia de covid-19: um olhar sobre o setor informal.** Caderno de Administração, 2020 v. 28, p. 66-70.

VALENTIM, E.; PERUZZO, J. **A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capitalismo.** Temporalis, 2017 v. 17, n. 34, p. 101-126.

A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SÉCULO XXI: desafios no contexto neoliberal

Andréa Fão Carloto¹⁵

RESUMO: Este artigo aborda a organização dos trabalhadores no século XXI. Tendo como objetivo central levantar os desafios enfrentados pela organização dos trabalhadores nesse período histórico que carrega em si a necessidade de criar estratégias para a defesa dos trabalhadores, que se encontram submetidos ao fenômeno da coisificação da vida humana, e da natureza, submetida a ilimitação em busca de lucros. Questões cruciais para a sociedade já que o planeta é finito e a humanidade pode ser reduzida a barbárie ou até mesmo extinta.

PALAVRAS-CHAVE: Organização dos trabalhadores; neoliberalismo; degradação.

ABSTRACT: This article discusses the organization of workers in the 21st century. Having as its central objective to raise the challenges faced by the organization of workers in this historical period that carries within itself the need to create strategies for the defense of workers, who are submitted to the phenomenon of the coisification of human life, and nature, subjected to imlimitation in search of profits. Crucial issues for society since the planet is finite and humanity can be reduced to barbarism or even extinct.

KEYWORDS: Organization of workers; neoliberalism; degradation

1- INTRODUÇÃO

Até chegar ao atual estágio de desenvolvimento da sociedade o sistema capitalista sofreu lentas e profundas transformações, desde o que foi denominado capitalismo mercantil, posteriormente capitalismo industrial e mais recentemente capitalismo financeiro. Pode-se dizer que em cada uma dessas etapas o sistema capitalista adquire características específicas. No que se refere a organização dos trabalhadores, tema desse artigo, também não é diferente, em cada momento histórico

¹⁵Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista CAPES. Integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES). E-mail: andreaCarloto@hotmail.com. Este trabalho vincula-se ao eixo temático: Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

ela assume formas e características específicas, desde as manifestações individuais até as de caráter coletivo, tendo como conhecido exemplo a organização sindical.

A organização sindical derivou da luta operária que se estabeleceu durante o período do capitalismo industrial. No século XXI, o contexto já é outro e a esfera dos serviços se sobrepõe, ocorrem muitas transformações sociais e no mundo do trabalho e com isso a organização dos trabalhadores também apresenta significativos traços de encolhimento e fragilidade. Considera-se aqui que a organização dos trabalhadores é um importante instrumento na luta pela dignidade humana diante de um modo de produção fundado na concorrência e na exploração. Portanto, abordar essa temática permite desocultar alguns elementos e desafios que precisam ser enfrentados para fortalecer e ampliar a organização dos trabalhadores.

Considerando isso, aqui são levantadas algumas das particularidades do sistema capitalista no contexto atual e os desafios postos para a organização dos trabalhadores hoje. Posteriormente, são apresentadas as considerações finais que apontam uma possibilidade de enfrentamento para essas dificuldades que a organização dos trabalhadores encara no século XXI, a disputa da normatividade e do ideário, que no momento se encontram vinculados a racionalidade neoliberal.

2- A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SÉCULO XXI

No período de gênese do capitalismo muitos pensadores, defensores do liberalismo econômico defendiam o estabelecimento de um sistema de mercado auto regulável, onde o estado não deveria intervir. Polanyi (2000) ao longo de sua obra demonstra que esse mercado autorregulável na verdade não existiu, pois, a interferência do estado aconteceu em favor do estabelecimento do próprio capitalismo o que se estende até hoje. Já no século XXI, o capitalismo com sua face neoliberal aparentemente preconiza a redução do papel do Estado e a mínima intervenção, no entanto com um olhar mais apurado é possível identificar que da mesma forma que ocorreu no período em que se preconizava o sistema de mercado autorregulável, no século XXI o estado não é mínimo e sim, é um Estado forte em favor do capital.

Sobre a gênese da organização dos trabalhadores no sistema capitalista, destaca-se que autores como Marx e Engels apontam a questão econômica – seja materializada na degradação, na miséria, ou, seja nos pontos desfavoráveis para os trabalhadores em relação a apropriação dos frutos do seu trabalho pelo capitalista – como ponto crucial para o impulsionar a organização dos trabalhadores nesse período.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Não há como negar que o ponto de partida desses autores foi análise da sociedade capitalista, mas apesar de alguns autores atribuírem a Marx e Engels uma leitura economicista, eles não tinham uma visão meramente econômica de pobreza, pelo contrário, consideravam que esse era um fenômeno essencialmente de natureza estrutural, com dimensões sócio-históricas, econômicas, culturais e políticas, portanto complexo e multidimensional (MAGRO; REIS, 2020). Marx aponta a ignorância a brutalização e a degradação moral como produto do homem mercadoria, que está restrito a grosseira necessidade (PRATES; CARRARO; ZACARIAS, 2020). Assim, a desigualdade e a pobreza advindas exploração no modo de produção capitalista se manifestam em todas as relações sociais e possuem duplo caráter, material e subjetivo.

Em contraponto, Polanyi (2000, p. 191) defende que:

A causa da degradação, não é, portanto, a exploração econômica, como se presume muitas vezes, mas a desintegração do ambiente cultural da vítima. O processo econômico pode naturalmente fornecer o veículo da destruição, e quase invariavelmente a inferioridade econômica fará o mais fraco se render, mas a causa imediata da sua ruína não é essa razão econômica – ela está no ferimento letal infligindo às instituições nas quais a sua existência social está inserida. O resultado é a perda do auto-respeito e dos padrões, seja a unidade de um povo ou uma classe, quer o processo resulte do assim chamado “conflito cultural” ou de uma mudança na posição de uma classe dentro dos limites de uma sociedade.

O desenvolvimento da indústria foi uma grande mudança na sociedade e possibilitou inclusive o surgimento de movimentos de revolta e resistência diante dessa degradação, seja ela ocasionada pela desintegração do ambiente cultural, como aponta Polanyi, ou pela exploração econômica, como expõem Marx e Engels. Apesar disso, os autores mencionados concordam que o desenvolvimento do modo de produção capitalista foi o fator que desencadeou essa degradação.

Com as transformações que o capitalismo sofreu ao longo desses séculos hoje os trabalhadores de diversas partes do mundo, em especial do Brasil vivenciam uma grande transformação, no âmbito do trabalho a ameaça é a substituição ou dominação do trabalhador pela alta tecnologia, expressa na automação e na inteligência artificial. Atualmente, os trabalhadores também enfrentam a desproteção social, com o encolhimento da seguridade social, a desregulamentação das leis trabalhistas e a precarização do trabalho amparadas pela hegemonia neoliberal.

Antes de aprofundar as particularidades do capitalismo no século XXI, cabe apresentar um pouco do sindicalismo no Brasil. É importante mencionar que mesmo reconhecendo a importância, não há espaço para abordar toda a trajetória desse movimento aqui, então direcionar-se-á para o contexto em questão.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

No Brasil, nas últimas décadas do século XX nasceram as centrais sindicais, como exemplos, é possível citar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical. Essas centrais sindicais apresentavam diferenças significativas, a CUT propunha-se a aglutinar o novo sindicalismo enquanto a Força Sindical nasceu com o intuito de sintonizar o movimento sindical com a modernidade sendo fortemente marcada pelo neoliberalismo (GALVÃO, 2013).

No início do século XXI, quando o Partido dos Trabalhadores assumiu a presidência da República, apesar de suas diferenças, essas centrais sindicais se tornaram partícipes do governo. Destaca-se que com esse governo o novo sindicalismo chegou ao aparelho governamental transformando-se também em um sindicalismo negociado de Estado (ANTUNES, 2018). Com isso, o novo sindicalismo que apresentava diferenciais positivos, ao se identificar com proposições progressistas que contribuíam para a organização da classe trabalhadora, retomou práticas vinculadas ao aparelho burocrático do Estado. Outro limite do novo sindicalismo foi a incorporação de novos componentes, como o caráter de modernidade proposto pela Força Sindical, que resultou no apoio a propostas neoliberais. Mesmo podendo ser considerado recente, o novo sindicalismo já sofreu importantes mudanças: “A mudança de posição sentida ao longo do tempo se deveu a fatores tanto externos (conjuntura econômica e política) quanto internos (orientação política e luta pela hegemonia)” (ANTUNES, 2018, p. 190). Estes também podem ser pontos importantes para as dificuldades que o movimento sindical vem enfrentando para agregar os trabalhadores, a seguir isso será abordado. Antes de prosseguir, cabe destacar que é possível observar que os limites descritos por Marx, como exposto no item anterior, também se apresentam no sindicalismo do século XXI, ou seja, a superação do modo de produção capitalista não está em pauta.

Para as dificuldades e desafios da organização dos trabalhadores no século XXI, é necessário retornar às particularidades do capitalismo atual. No século XXI, o sistema capitalista encontra-se amplamente consolidado. As suas próprias contradições levaram a mudanças na estruturação da economia mundial, sendo que atualmente impera o capitalismo financeiro, com suas características específicas.

A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo na mobilização da força de trabalho no seu âmbito, ainda que apareça de forma fetichizada [...]. Nessa esfera, o capital aparece como se fosse capaz de criar “ovos de ouro”, isto é, como se o capital-dinheiro tivesse poder de gerar mais dinheiro no circuito fechado das finanças, independente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção. O fetichismo das finanças só é operante se existe produção de riquezas, ainda que as finanças minem seus alicerces ao absorverem parte substancial do valor produzido (IAMAMOTO, 2012, p.109).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Nesse contexto de capitalismo financeiro, ocorreu o crescimento do capitalismo improdutivo e as forças de produção (inclusive a força de trabalho) perderam importância, o que pode ser uma explicação para as dificuldades da organização revolucionária. Apesar dessas transformações, o modo de produção capitalista mantém suas bases e o trabalho continua tendo centralidade para a produção capitalista, pois é ele que agrega mais valor as mercadorias. Dessa forma,

Como o capital não se valoriza sem realizar alguma forma de interação entre trabalho vivo e trabalho morto, ele procura aumentar a produtividade do trabalho, intensificando os mecanismos de extração do sobretrabalho, com a expansão do trabalho morto corporificado no maquinário tecnológico-científico-informacional. Nesse movimento, todos os espaços possíveis se tornam potencialmente geradores de mais-valor. (ANTUNES, 2018, p. 33).

No contexto atual, também é possível encontrar um número maior de trabalhadores realizando trabalho imaterial, ou mesmo trabalho material e imaterial, é exemplo disso, o trabalhador polivalente. Ressalta-se que, não quer dizer que essa união entre trabalho material e imaterial signifique, nesse momento, o rompimento com a lógica do capital, mas sim, a expressão da precarização no mundo do trabalho. Precarização essa, que além de exigir um trabalhador polivalente também é marcada por uma jornada de trabalho e uma remuneração flexível, muitas vezes sem vínculos formais de trabalho ou direitos trabalhistas. Todas essas questões vivenciadas pela sociedade do século XXI também são apontadas como argumentos importantes para a fragilidade da organização dos trabalhadores.

É possível observar que mesmo nos espaços onde a precarização não se expressa ao extremo, como por exemplo, no que ainda resta do serviço público, a organização dos trabalhadores também enfrenta os mesmos desafios e dificuldades. Dessa forma, entende-se que ao abordar a fragilidade da organização dos trabalhadores em geral e do sindicalismo em particular outro fator merece destaque, o neoliberalismo.

Não há como negar que o neoliberalismo possui um papel fundamental para difundir e manter a precarização do trabalho. É importante ressaltar que o neoliberalismo é muito mais que uma teoria, ou uma política econômica, ele pode ser entendido como uma forma de ver e atuar sobre tudo e todos,

[...] o neoliberalismo é um sistema construído a partir da racionalidade com pretensão a totalidade e que, por essa razão, busca estruturar e organizar a ação dos governantes e dos governados, das empresas e dos indivíduos, das instituições públicas e das corporações privadas. E isso se faz com a generalização da concorrência como norma (mandamento de conduta) e da empresa como modelo de subjetivação, através de um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que levam à introjeção das regras do jogo neoliberal (CASARA, 2021, p. 170).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

No século XXI, a racionalidade neoliberal se apresenta com força total e incide sobre a sociedade como um todo. O “neoliberalismo pode ser definido como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). Ele preconiza a concepção de homem-empresendedor, ou seja, trata-se de fazer com que cada indivíduo se torne o mais empreendedor possível, sendo empreendedor por si mesmo e dele mesmo. Assim, o empreendedorismo constitui-se em uma forma de autogoverno e em um princípio de conduta potencialmente universal essencial à manutenção da ordem capitalista, que potencializa a competição e a rivalidade (DARDOT; LAVAL, 2016).

A concepção neoliberal de homem-empresendedor é incompatível com sujeitos coletivos e combativos que reiteram a luta de classes na sociedade, como a organização sindical. Em decorrência disso, pode-se dizer que a racionalidade neoliberal tem grande contribuição no desmantelamento da organização dos trabalhadores na atualidade.

Essa concepção de homem empreendedor eliminou a percepção de exploração alheia da classe trabalhadora, substituindo-a pela exploração de si mesmo para a sua própria empresa. Esse indivíduo também acredita que enriquecerá a partir de seus cálculos de interesse. Com isso: “Desaparece a perspectiva de consciência de classe, o que faz com que a luta passe a ser travada no interior de cada pessoa” (CASARA, 2021, p. 130). Assim, os trabalhadores enfrentam a solidão enquanto exploradores-de-si. A dimensão ideológica do neoliberalismo também faz com que os de baixo procurem se parecer com os de cima, demonstrando que o que ocorre é o ocultamento das classes sociais mesmo que de fato elas não tenham desaparecido.

A própria exploração do trabalho aparece travestida de empreendedorismo ou de modernização das relações de trabalho. A solidariedade de classe dá lugar à concorrência. O egoísmo transforma-se em virtude. Desaparece o espaço do comum, do coletivo (CASARA, 2021, p. 167).

Esses aspectos difundidos pela racionalidade neoliberal podem ser a chave para a descrença dos trabalhadores na organização. Além disso, os projetos coletivos ficam comprometidos pelas características que o individualismo assume ganhando contornos narcísicos gerando a perda de interesse pelo outro ou pelo coletivo. Nesse contexto, o egoísmo deixa de ser um vício e torna-se uma virtude, as pessoas são programadas para serem regidas por cálculos de interesse em busca de vantagens individuais (CASARA, 2021). Os projetos coletivos são deixados de lado diante da promessa de autodeterminação individual capaz de assegurar a felicidade. “A urgência de satisfação

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

dos interesses pessoais vela os conflitos e domestica as pessoas” (CASARA, 2021, p.14).

Dentre os aspectos do neoliberalismo que incidem sobre as dificuldades para a organização dos trabalhadores também se destaca que esses interesses cada vez mais específicos ocasionam inclusive a fragmentação dos movimentos que conseguem se desenvolver impedindo a formação de consensos sociais e gerando a concorrência entre eles, assim as pautas defendidas perdem força. Isso “[...] faz com que os movimentos populares percam apoio de outros setores da sociedade, que encaram suas reivindicações setoriais como manifestações concorrentes e distantes dos interesses da coletividade (CASARA, 2021, p. 216).

O neoliberalismo tem o imaginário e a normatividade como suas dimensões. A normatividade é responsável por estabelecer as regras do jogo, ela enuncia que todas as instituições e pessoas devem agir em busca de lucros e tratando os demais como concorrentes, ela pode materializar-se de duas formas disciplinando e coibindo condutas ou de forma mais sutil através da manipulação de interesses e vontades. Já o imaginário é o responsável por produzir e difundir imagens e ideias ligadas à concepção neoliberal, ou seja, aquelas que colocam o mercado como modelo para as relações sociais e associam uma postura racional a obtenção de lucro (CASARA, 2021).

Para finalizar esse breve debate sobre o neoliberalismo é importante ressaltar que a realidade não algo estanque, hoje ele é a racionalidade hegemônica exercendo influência sobre as pessoas, instituições e a sociedade como um todo, mas não é impossível de ser superado, para que isso ocorra é necessário “[...] apostar em normas, imagens e em novos modos de atuar no mundo que afastem o modelo das empresas e a lógica da concorrência das relações sociais e impeçam que as pessoas continuem a ser tratadas como objetos negociáveis e descartáveis” (CASARA, 2000, p. 364).

Pensar e colocar em prática ações que vão de encontro a racionalidade neoliberal no contexto atual parece algo difícil de se conseguir, mas mostra-se necessário e urgente, além disso, parece ser um caminho viável para ampliar a organização dos trabalhadores. Sem esse enfrentamento, a normatividade e o imaginário da racionalidade neoliberal encobrem questões concretas que poderiam aglutinar os trabalhadores e fortalecer a luta de classes. A coisificação da vida humana e uso ilimitado dos recursos naturais que são finitos podem ser a chave para criar um novo imaginário e uma nova normatividade, rompendo com o neoliberalismo.

Ainda, cabe destacar que somente com a organização os trabalhadores e a sociedade como um todo retomarão conquistas no âmbito da proteção social e do

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

trabalho que muitas vezes são apontadas como a causa do enfraquecimento da organização dos trabalhadores, mas que aqui são entendidas como um reflexo dela.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar destaca-se que a organização dos trabalhadores enfrenta desafios e dificuldades diante de um contexto de grande transformação, mas isso também já ocorreu anteriormente. Momentos de acenso e de descenso da organização e da luta dos trabalhadores ocorreram em toda a história do capitalismo, por vezes culminando em derrotas e outras em conquistas mesmo que pontuais. Mesmo assim, a organização sindical caracteriza-se como um dos exemplos históricos de processos mobilizatórios, originada inicialmente no território europeu e proveniente da Revolução Industrial e que posteriormente consolidaram-se como espaços de construção coletiva da classe trabalhadora em prol da legitimação de direitos.

Especificamente sobre a organização dos trabalhadores no século XXI é possível observar que o neoliberalismo tem uma significativa contribuição para as suas dificuldades e limites. Dessa forma, disputar a normatividade e o imaginário, atualmente sob hegemonia neoliberal, é fundamental para o fortalecimento da organização dos trabalhadores, ensejando posteriormente outras conquistas contra a exploração e desproteção dos trabalhadores e da sociedade.

4- REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

CASARA, Rubens. **Contra a Miséria Neoliberal: racionalidade, normatividade e imaginário**. São Paulo: Autonomia Libertária, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. Os Movimentos Operários. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A Dialética do Trabalho II: escritos de Marx e Engels**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GALVÃO, Andréia. Sindicalismo e Neoliberalismo: um exame da trajetória da CUT e da Força Sindical. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

MAGRO, Aline Fátima do Nascimento; REIS, Carlos Nelson dos. Pobreza e Proteção Social na América Latina: as bases teóricas para a formulação de políticas públicas. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; MACIEL, Ana Lúcia Suárez; GERSHENSON, Beatriz (org). **Neoliberalismo e desigualdade social**: reflexões a partir do serviço social Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Salário, Preço e Lucro. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A Dialética do Trabalho I**: escritos de Marx e Engels. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRATES, Jane; CARRARO, Gissele; ZACARIAS, Inez Rocha. A produção da pobreza e das desigualdades no capitalismo: uma leitura a partir da obra marxiana. In: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; MACIEL, Ana Lúcia Suárez; GERSHENSON, Beatriz (org). **Neoliberalismo e desigualdade social**: reflexões a partir do serviço social Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

OS OBSTÁCULOS PARA O SINDICALISMO BRASILEIRO APÓS O GOLPE DE 2016

Gustavo Giovanni Dos Reis Apóstolos¹⁶

RESUMO

Este artigo é resultado de uma revisão bibliográfica sobre o tema da organização sindical no Brasil, recuperando os seus traços mais fundamentais na conjuntura recente. A pesquisa demonstra que dado o agravamento da ofensiva do capital, que se manifesta também nas contrarreformas trabalhistas e previdenciárias, e em especial tanto após as jornadas de junho, como na conjuntura que depôs Dilma Rousseff e que consagrou Jair Bolsonaro à presidência; o sindicalismo tem protagonizado lutas mais defensivas, concluindo que os tempos vindouros serão difíceis para a organização sindical brasileira.

Palavras-chave: Sindicalismo. Golpe. Brasil.

ABSTRACT

This article is the result of a literature review on the subject of trade union organization in Brazil, recovering its most fundamental traits in the recent conjuncture. The research shows that given the worsening of the capital offensive, which is also manifested in the labor and social security counter-reforms and especially after the June days as well as in the conjuncture that deposed DilmaRousseff and consecrated JairBolsonaro to the presidency; unionism has been leading more defensive struggles, concluding that the coming times will be difficult for the Brazilian union organization.

Keywords: Unionism. Coup. Brazil.

1- INTRODUÇÃO

O artigo em tela objetiva apresentar uma síntese da conjuntura nacional em que se observa demasiada crise no sindicalismo brasileiro, especialmente após o golpe parlamentar de 2016. Nesta expectativa, o texto recorre a uma revisão bibliográfica sobre o tema, iniciando pela compreensão de que as jornadas de junho de 2013 comprovam o declínio da organização da classe trabalhadora, sobretudo pelo rechaço que os sindicatos e partidos sofreram quando da ocorrência das manifestações. O fenômeno foi o gatilho para que houvesse uma ascensão da extrema direita e uma agudização do

¹⁶ Assistente Social. Doutorando em Serviço Social pela UFJF. Mestre em Serviço Social pela UFJF. Graduado em Serviço Social pela UFOP. E-mail: reisgustavo23@gmail.com Eixo temático: Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

conservadorismo, com a continuidade de governos subservientes ao capital financeiro e com intensificação da retirada de direitos trabalhistas e previdenciários, recolocando os desafios já antes antevistos para a organização da classe trabalhadora nos sindicatos.

Dada a incipiente recuperação econômica dos anos 2000 e um leve crescimento no número de greves, novas centrais sindicais surgem, acirrando a disputa pela hegemonia do movimento sindical que apresenta consensos, dissensos, alianças e rompimentos. Conjunturalmente, observa-se que em virtude da necessidade de realização do valor, a propaganda da flexibilização do trabalho com a promessa de geração de emprego, faz com que a classe trabalhadora protagonize, majoritariamente, pautas defensivas. Agrava-se ainda o quadro com a ofensiva conservadora que, no país, manifesta-se com a vitória de Jair Bolsonaro e as contrarreformas da legislação trabalhista e previdenciária. Por fim, considera-se que o declínio da organização dos/as trabalhadores/as como uma condição presente, inibindo o ressurgimento de reivindicações combativas à classe dominante.

2- CONJUNTURA PRÉ E PÓS GOLPE: A TENDÊNCIA DE DECLÍNIO DAS LUTAS SINDICAIS NO BRASIL

O sindicalismo brasileiro, desde a sua constituição, passou - e ainda passa - por momentos de ascensão e de declínio, tanto no que se refere ao número de filiados, quanto no que se refere ao seu horizonte reivindicativo. Conjunturalmente, a *nova fase da crise estrutural* que se manifestou em meados do ano de 2008 (ANTUNES, 2018), reforçou a ferocidade ultraneoliberal¹⁷ do capitalismo hodierno na extração de mais-valia relativa e absoluta, alavancou a fragmentação das lutas em sua agenda pós-moderna (WOOD, 1999) e materializou a busca incessante no alcance das taxas de acumulação e de centralização; resultando em rebatimentos imediatos na organização da classe trabalhadora.

Se a literatura da área nos aponta que houve uma ascensão de greves e de manifestações sindicais mais ofensivas na primeira década dos anos 2000 (BOITO E MARCELINO, 2010) - ainda que existam polêmicas quanto ao termo -, o mesmo não pode afirmar após o período mencionado. No âmbito econômico e reivindicativo, as

¹⁷O uso do termo “ultraneoliberal” ou “ultraneoliberalismo” tem sido difundido em grande escala entre as produções acadêmicas. É mais usual encontrarmos o seu conceito na análise de Behring, Cislighi e Souza (2020), que explicitam que o termo pode ser entendido como uma “recente forma do neoliberalismo, que não se resume ao Brasil, pois pode ser observada em vários países no mundo”, dada a inflexão do neoliberalismo com a nova fase da crise estrutural de 2008 (p. 106). Outrossim, o termo também pode ser entendido como um “novo neoliberalismo” (DARDOT E LAVAL, 2017), para conceituar a radicalização do neoliberalismo que, resultado e “solução” da/para a *crise*, sobrevive e encontra meios alternativos para salvaguardar a acumulação.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Jornadas de Junho de 2013, em plena *crise de governança* da ex-presidenta Dilma Rousseff, enfatizaram o rechaço que as instituições de defesa dos/as trabalhadores/as sofreram nos atos, especialmente os sindicatos e os partidos políticos (ANTUNES, 2018), desencadeando diversas manifestações pelo país, cujo desdobramento resultou em um protagonismo e uma ressurgimento de setores da direita¹⁸.

Dado o movimento de ascensão de protestos, passeatas e de manifestações, convocados pelas redes sociais de alguns movimentos reacionários, que em maior escala possuíram um caráter anticorrupção, antipartidário e anti sindical; o movimento trabalhista classicamente organizado perpassa por uma *crise* de maior envergadura¹⁹ na sua capacidade de organização. Crise esta que possui no terreno da história e da crise estrutural do capital (MANDEL, 1985) o seu espaço de desvelamento, identificando no novo padrão de produção e de acumulação/centralização de capital, em seu estágio de financeirização e de mundialização (CHESNAIS, 1996) as causas mais evidentes.

As crescentes insatisfações de setores populares, empresariais e financeiros com o governo do Partido dos Trabalhadores, pouco após a reeleição de Dilma, serviu como alavanca para que o então presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha, aceitasse o pedido de *impeachment* de Dilma, aprovado em 31 de agosto de 2016, o que Braz (2017) conceituou um “golpe nas ilusões democráticas” e levou à ascensão do conservadorismo reacionário. Michel Temer assume a presidência da república, já demonstrando que pautaria os “ajustes fiscais”, trabalhistas e previdenciários que perpassam o mundo do trabalho. Na conjuntura de crise econômica, política e social, as autoras Galvão e Marcelino (2018) afirmam que as seis centrais sindicais oficialmente reconhecidas estiveram alinhadas ao governo Dilma até à sua deposição²⁰.

À isto, Galvão e Marcelino (2018) afirmam que houve um alinhamento entre as centrais sindicais brasileiras, no entanto, divergiram em algumas perspectivas; à exemplo da CUT, CSP-Conlutas, Intersindical e CTB - não de forma veemente – que se dispuseram a barrar as contrarreformas do governo Temer²¹; e já a Força Sindical, UGT, CSB, NCST e CGTB, se dispuseram a negociar com o governo interino²². Uma

¹⁸Estudos de maior consistência podem ser encontrados em GALLEGO, E. S. (org.) **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

¹⁹ Recomendo a leitura de Netto (1995), para aproximação ao tema.

²⁰Para as autoras ainda em discussão, as centrais sindicais demoraram aproximadamente oito meses para discutir e pautar uma greve geral de trabalhadores, que ocorreu apenas no dia 28 de abril de 2017.

²¹Dentre elas, a contrarreforma da CLT, e a PL 4330.

²²A conjuntura contemporânea desafia ainda mais os sindicatos e os movimentos combativos na busca de seus objetivos imediatos e seus objetivos históricos. O PT e a CUT que, conjuntamente, conseguiram aglutinar milhares de manifestantes no final dos anos de 1970 e início de 1980, por sua vez, não têm convocado as massas, ou, se convocam, não têm recebido adesão por parte significativa dos trabalhadores. No contexto do golpe orquestrado por setores reacionários, empresariais e pela grande mídia hegemônica,

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

observação importante para as análises na conjuntura do golpe, é que as centrais sindicais conseguiram mobilizar timidamente sua base para a participação de alguns protestos; no entanto, o protagonismo das mobilizações foi dos movimentos sociais, em especial o MST, MTST e o movimento de mulheres. As autoras acreditam que os tempos vindouros serão difíceis para o sindicalismo brasileiro, especialmente após 2013, considerando que o ciclo de “ofensividade” das greves dos anos 2000 sofreu uma reversão desta característica. A repercussão deste cenário foi concluída com a promulgação da (contra)reforma trabalhista, instituída pela Lei nº 13.467/2017, no governo interino de Michel Temer, precarizando ainda mais as relações de trabalho para os/as trabalhadores/as que possuem carteira assinada, alterando mais de cem pontos da Consolidação das Leis do Trabalho; ao passo que converge para uma redução da taxa de sindicalização que ficou em torno de 15%, a menor taxa em cinco anos.²³ Acrescenta-se ainda a promulgação da Lei 13.429/2017, que dispõe sobre terceirização de atividades-fim; e a Emenda Constitucional nº 95, que estabelece o congelamento dos investimentos públicos por vinte anos.

Na esteira da ascensão do conservadorismo reacionário, a vitória²⁴ de Jair Messias Bolsonaro, no pleito de 2018, revelou o alinhamento do atual presidente com a agenda ultraconservadora de contrarreformas das políticas de emprego e renda, da privatização dos bens e dos serviços públicos, da agenda anti-ambiental, da repulsa pelas manifestações de identidade (negro/a, LGBTQIA+, indígena, mulheres, etc), à favor da escalada bélica e do armamento civil; além de um afinamento com pautas regressivas na esfera legislativa²⁵.

um dado significativo a se observar foi o do surgimento da campanha “Lula Livre”, em que muitos militantes e sindicatos foram favoráveis; com exceção da CSP-Conlutas que, em um primeiro momento, não aderiu a esta campanha. Outrossim, é importante mencionar que esta manifestação por parte da referida central sindical não correspondeu ao posicionamento de todos os/as militantes que dela fazem parte, cf. Apóstolos (2018).

²³Conforme dados do IBGE, disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/22954-sindicalizacao-cai-para-14-4-em-2017-a-menor-taxa-em-cinco-anos>>, acesso em 18 jun. 2022.

²⁴Sua campanha foi marcada pela sua recusa aos debates com demais presidenciáveis que foram transmitidas por TV e Rádio, especialmente após a facada que sofreu no dia 06/09/2018, na cidade de Juiz de Fora; bem como pela (des)orientação da opinião pública através das *fakenews* pelas redes sociais e grupos de WhatsApp e Telegram

²⁵Na mesma toada, as eleições de 2018 demonstraram o aguçado grau de alienação da classe trabalhadora que, *grosso modo*, ficou explícito com a continuidade de parlamentares eleitos para assumirem cadeiras no Congresso Nacional mais conservador desde a ditadura civil-militar, nos revelando que nos poderes legislativo e executivo, as demandas econômicas e políticas dos trabalhadores, quando não são ignoradas, enfrentam resistência para a sua consolidação.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

O governo de Jair Bolsonaro já desagrada alguns setores e, mesmo que existam divergências com parlamentares²⁶, o processo de aprofundamento de penalização da classe trabalhadora segue o curso. Os estudos desenvolvidos por Pinto et.al. (2019) constataram que a crise de acumulação reverberou em algumas medidas, como a reforma trabalhista e a PEC dos gastos, nos demonstrando a atualidade e complexidade dos desafios à classe trabalhadora. Com relação às estatísticas de greve, os índices continuam em queda: Se afirmamos acima que, em 2017, a taxa de sindicalização estava na média 15%; no ano de 2019 a taxa de sindicalização verificada foi de 11,2% (IBGE, 2020)²⁷. Em relação ao número de greves, em 2019, houve também um declínio maior do que o ano anterior, em cerca de 20%, fazendo com que o número total de greves chegasse a 1.118 durante o ano, sendo a maior parte delas de caráter puramente defensivo²⁸. De acordo com a 108ª Conferência Internacional do Trabalho, no ano de 2019, o Brasil teve papel de destaque entre os 10 piores países do mundo para se trabalhar, considerando a precarização das relações de trabalho (BRASIL..., 2019), o que em recoloca inúmeros e complexos desafios e caminhos para movimento sindical organizado, na atualidade.

Findados três anos de posse, o (des) governo de Jair alcançou recorde de rejeição nacional e internacional, diversas crises diplomáticas; e no entanto ainda continua mantendo declarações racistas, misóginas, sexistas e homofóbicas e, diga-se, representando uma parcela significativa da sociedade ultraconservadora brasileira. A reação da população descontente com o governo tem sido protestar e resistir, ainda que com organizações frágeis. No que concerne ao número de greves, em 2020, verificou-se uma queda para apenas 649 durante o ano e, ao mesmo passo, evidenciou-se o aumento do seu caráter defensivo, de acordo com o Dieese (2021); podendo um dos motivos ser a pandemia de Covid-19, cuja medida principal sugerida pelas autoridades em saúde para conter a transmissão do vírus é o distanciamento social. Referente ao ano de 2021, o Dieese (2022) mapeou 721 greves, onde acentuou mais ainda o caráter defensivo; agora ultrapassando 88% das manifestações grevistas.

²⁶Referindo a uma divergência entre Bolsonaro e Rodrigo Maia que, apesar disto, colocou em votação a reforma da previdência. Ver matéria em: <https://oglobo.globo.com/economia/apesar-de-criises-do-governo-maia-reafirma-compromisso-de-votar-reformas-no-congresso-23745362> Acesso em 20 jun. 22.

²⁷Uma das hipóteses que corrobora como fator da queda na taxa de filiação sindical é a reforma trabalhista de 2017, que retirou a obrigatoriedade do pagamento de contribuição sindical para o sindicato que representa uma determinada categoria profissional

²⁸“Em 2019, 82% das greves incluíam itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações, sendo que mais da metade (53%) referia-se a descumprimento de direitos e pouco menos da metade (46%), à manutenção de condições vigentes.” (DIEESE, 2020, p. 5)

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Na pandemia, o governo federal incentivou e adotou a estratégia de contágio coletivo (CALIL, 2021) o que resultou em mais de 600 mil mortes em decorrência de infecção por Covid-19; muito provavelmente para distribuir propina e faturar com as negociações obscuras pelo superfaturamento das vacinas, conforme investigações da CPI. No mesmo plano, uma massa de desempregados possuíam critérios para o recebimento do Auxílio Emergencial, o que foi considerado insuficiente para o pagamento dos itens de serviço e de consumo de primeira necessidade, mas por outro lado incentiva o subconsumo e a manutenção precária da força de trabalho (RAMALHO, APÓSTOLOS, REIS, 2021).

Em tempos de *trabalho sob o fogo cruzado* e do *capital pandêmico* (ANTUNES, 2020), constata-se a intensificação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), acentuando vertiginosamente o trabalho remoto, quando possível, e também acentuando o crescimento das plataformas de prestação de serviço pelo que se tem denominado de *uberização* do trabalho; com traços ainda mais precarizados²⁹ do que o trabalho formal. Algumas centrais sindicais brasileiras, que seguiram inspiração de centrais sindicais francesas, convocaram protestos *online* e reuniram cerca de 400 manifestantes virtuais na 'porta' do Ministério da Economia (CENTRAIS..., 2020) em uma espécie de *mapa virtual* e, dado o número de mortes em crescimento e por razões do aumento do custo de vida, da inflação e do descaso do governo federal com a população trabalhadora, presenciou-se, em ao longo de 2021, o retorno de manifestantes pelo fim do governo Bolsonaro, em diversas cidades, de forma presencial e por redes sociais, ainda que este retorno tenha sido pontual.

Segue em curso o assolamento das medidas de penalização dos/as trabalhadores/as, especialmente com a vigência por 90 dias das Medidas Provisórias 1108/22 e 1109/22 (MPs..., 2022)³⁰, autorizando redução da jornada de trabalho e de salário, ampliando os ganhos do capital com a possibilidade de extração de mais-valia relativa por este mecanismo, bem como propondo regras para auxílio alimentação no teletrabalho. Um cenário que se observa dada a conjuntura que se apresenta, é de amortecimento ou um quase desaparecimento das lutas sindicais ofensivas, verificando o caráter mais ou menos reformista da luta sindical; inclinando atualmente para a defesa do que ainda existe no que se refere aos direitos trabalhistas. Nestas análises incipientes e

²⁹Como, p. ex. a oscilação de ganhos mínimos, a manutenção dos próprios meios de produção, ausência de direitos do trabalho; como férias e décimo terceiro salário, abono salarial, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e benefícios previdenciários, caso não sejam contribuintes.

³⁰Para maior aprofundamento sobre o que propõe as Medidas Provisórias, ver especialmente o conteúdo publicado pelo ANDES/SN, disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/mPs-sobre-suspensao-de-contratos-de-trabalho-e-hora-extra-entram-na-pauta-da-camara1>> Acesso em 29 jun. 2022.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

fazendo uma alusão ao enigma da esfinge “*decifra-me, ou te devoro*”, o conjunto da classe trabalhadora organizada - ou não - é desafiado pela complexa trama do capitalismo hodierno a reinventar não apenas uma nova forma de luta, mas também uma nova forma de viver. A certeza é que não chegamos nem ao fim da história, como sugeriu Fukuyama (1992) e, por isto mesmo, pode ser um equívoco atestar de forma veemente a derrota da luta dos/as trabalhadores/as.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das brevíssimas explicações, o presente artigo reitera que a crise na qual o sindicalismo perpassa é, organicamente, a crise da própria realização do valor no capitalismo contemporâneo; que no último quinquênio tem levado à tendência de uma maior exploração do trabalho vivo e condicionando a classe trabalhadora à defesa dos poucos direitos do trabalho que ainda restam, ou que ainda não foram retirados. Crise esta que se intensifica e se complexifica, sobretudo ao considerarmos o Brasil como um país de capitalismo periférico, mas, sobretudo, revelando a ascensão da extrema direita e a face ultraneoliberal do capitalismo.

Na conjuntura em que se forja o golpe, em 2016, e após uma inércia nas lutas, o sindicalismo intensifica suas ações no âmbito defensivo, especialmente com greves defensivas que já se manifestavam com esse caráter no início da década passada. Contemporaneamente, verifica-se a existência de uma intensa amortização da luta dos trabalhadores/as organizados/as, sobretudo após as eleições de 2018, e com a posse de um presidente mundialmente conhecido pela sua postura governamental anti diplomática, cujos atos seguem alinhados com a negação da vida e da ciência; o que revela, em primeira instância, uma conjuntura desfavorável para conquistas da classe trabalhadora.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob o fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

APÓSTOLOS, G. G. D. R. **Uma reflexão sobre as Resoluções da CSP-Conlutas: uma via para o socialismo?** (2012 - 2015). Dissertação de mestrado (PPGSS/UFJF), Juiz de Fora, 2018.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

BEHRING, E.; CISLAGHI, J. F.; SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, Maria Inês Souza ;MATOS Maurílio Castro; FREIRE, Silene de Moraes (Orgs.). **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando, 2020

BOITO JR., A.; MARCELINO, P. O Sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. In: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, Maio/Ago. 2010

BRASIL é incluído entre os dez piores países do mundo para se trabalhar. In: **Agência Senado (Senado Notícias)**, online, 2019. Disponível em: <http://https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2019/07/brasil-e-incluido-entre-os-dez-piores-paises-do-mundo-para-se-trabalhar> Acesso em 13 jun. 2022.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In: **Revista Serv. Soc. Soc.** nº 128, 2017.

CALIL, G. G. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021

CENTRAIS sindicais fazem 'protesto virtual' em frente ao Ministério da Economia. In: **Estadão (online)**, 2020. Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,centrais-sindicais-fazem-protesto-virtual-em-frente-ao-ministerio-da-economia,70003357641> Acesso em 14 de jun. de 2022

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova fase do neoliberalismo**. Net, jun. 2017. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2019/07/30/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/> Acesso em 16 jun. 2022.

DIEESE. Balanço das greves de 2019. **Estudos e Pesquisas**. nº 93, 2020.

DIEESE. Balanço das greves de 2020. **Estudos e Pesquisas**. nº 99, 2021.

DIEESE. Balanço das greves de 2021. **Estudos e Pesquisas**. nº 102, 2022.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALVÃO, A.; MARCELINO, P. O sindicalismo brasileiro diante do golpe. In: Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva; Lilian BalmantEmerique; Thiago Barison. (Org.). **Reformas institucionais de austeridade, democracia e relações de trabalho**. 1ed. São Paulo: LTr, 2018, v. 1, p. 85-96.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019**, 2020.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MPs sobre suspensão de contratos de trabalho e hora extra entram na pauta da Câmara, In: **ANDES/SN**, online, 2022. Disponível em:

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/mPs-sobre-suspensao-de-contratos-de-trabalho-e-hora-extra-entram-na-pauta-da-camara1> Acesso em 29 jun. 2022

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995.

PINTO, Eduardo Costa; et. al. **A GUERRA DE TODOS CONTRA TODOS E A LAVA JATO: a Crise Brasileira e a vitória do Capitão Jair Bolsonaro**. Textos para discussão. Instituto de Economia, UFRJ, 2019.

RAMALHO, C. da C.; APÓSTOLOS, G. G. dos R.; REIS, T. . (In)visíveis e essenciais: migração de trabalhadores rurais na pandemia. **Revista Argumentum**, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/33512>> Acesso em: 7 jun. 2022.

WOOD, E. M. O que é agenda pós-moderna? In: WOOD, E. M; FOSTER, J. P. (org.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E A CRIMINALIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA OFENSIVA NEOLIBERAL

Mariana Tavares Sousa³¹

Geovanna Gonçalves dos Santos³²

Camilla Eduarda Santos de Battisti³³

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar as modificações advindas do receituário neoliberal que alteram a dinâmica do mundo do trabalho. Sendo enfatizado o processo de precarização e da criminalização da classe trabalhadora que se acirram com o avanço da ofensiva ultraneoliberal.

Palavras-chave: Mundo do trabalho, Neoliberalismo, Criminalização da classe trabalhadora.

ABSTRACT: This article aims to present the changes arising from the neoliberal model that change the dynamics of the work sphere. Emphasizing the process of precariousness and criminalization of the working class that intensify with the advance of the ultra-neoliberal offensive.

Keywords: Work sphere, Neoliberalism, Criminalization of the working class.

1- INTRODUÇÃO

Com a consolidação do neoliberalismo, tem-se uma intensa precarização do mundo do trabalho, marcada, entre outros aspectos, pela fragilidade dos vínculos de contratação da força de trabalho. Destaca-se a uberização do trabalho, que se caracteriza pela prestação de serviço sem vínculo empregatício. A lógica da uberização

³¹ Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: mari34269@gmail.com

³² Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: geovanna.gsantos31@gmail.com

³³ Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: debattisticamilla@gmail.com

vem se afirmando no mercado de trabalho e espraiando-se para diversas categorias profissionais.

Ademais, a classe trabalhadora tem sofrido um processo de criminalização de suas formas de resistência frente ao avanço do neoliberalismo. Para efetivar esta criminalização, a classe dominante utiliza alguns recursos, entre eles recursos ideológicos, repressivos e jurídicos.

Desse modo, o presente artigo busca apresentar as mudanças do mundo do trabalho, a uberização do trabalho e a criminalização da classe trabalhadora no contexto da ofensiva neoliberal.

2- DESENVOLVIMENTO

2.1- Os impactos advindos da consolidação do neoliberalismo

A década de 1970 foi marcada pela emergência de uma crise estrutural do capital. Tal crise impôs a necessidade por um novo padrão de reprodução do capital, contrário àquele que vinha sendo desenvolvido. Dessa forma, constata-se o esgotamento do modelo taylorista/fordista de produção e o fim do modelo de proteção social keynesiano, vigente nos países de capitalismo central.

Como pontuou Antunes (2009) em sua obra “Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho”, como alternativa para superação dessa crise, implementou-se uma reestruturação produtiva que tem como característica basilar a acumulação flexível, a qual exige a flexibilização das regulações do trabalho, a diversificação das formas de contratação e menor estabilidade do trabalhador no emprego.

O neoliberalismo assume a responsabilidade de administrar ideo politicamente esse processo, conduzindo a desregulamentação do mundo do trabalho. Além disso,

O neoliberalismo deve ser visto como uma estratégia de recomposição do poder burguês e de enfrentamento aos movimentos contestatórios que se fortaleciam como possibilidade de superação da crise do capital nos anos 1970. (BRETTAS, 2017, p. 60).

A primeira experiência neoliberal aconteceu no Chile na ditadura do governo militar de Augusto Pinochet entre os anos 1973 e 1990. Paulatinamente, a experiência neoliberal foi sendo (re)produzida em outros países. No Brasil, a chegada do neoliberalismo só ocorreu nos anos 1990, já que a década anterior foi marcada pela

reabertura democrática, pelo protagonismo dos movimentos políticos e sociais e pela formulação da Constituição Federal.

Assim, o neoliberalismo no Brasil se consolidou como estratégia de dominação da classe burguesa e de seus aliados para responder à crise vivida na década de 1980, a qual propiciou um substancial movimento pela democratização, a retomada da luta sindical e o surgimento de movimentos sociais importantes no campo e na cidade. (BRETTAS, 2017, p. 61).

O neoliberalismo vai apresentar-se com particularidades em cada território, mas preservando alguns aspectos comuns, especialmente, em relação ao mundo do trabalho e sua precarização.

2.2- As transformações do mundo do trabalho

Com a adoção do neoliberalismo ocorreram mudanças significativas no mundo do trabalho em escala global. Tem-se nesse momento, uma exigência de desregulamentação do trabalho, implicando na sua flexibilização e precarização. Desse modo, há um ataque generalizado à segurança e à estabilidade do trabalho. Dessa forma,

Com o receituário neoliberal, a flexploração do trabalho ganhou significado na gestão da força de trabalho através da difusão do regime da insegurança do emprego pela terceirização e pela precarização do trabalho multifuncional. (POCHMANN, 2020, p. 39).

Quanto ao trabalho multifuncional, este é uma exigência do modelo toyotista - implementado pela reestruturação produtiva - no qual os trabalhadores especializados são substituídos pelos “polivalentes e multifuncionais”. (ANTUNES; ALVES, 2004).

O neoliberalismo impacta diretamente nas formas de trabalho, que passam a ser as mais diversificadas possíveis, como o trabalho terceirizado, temporário, part-time, informal. Estas condições implicam em uma maior exploração da força de trabalho e intensa precarização do trabalho, além da consequente piora das condições de reprodução do trabalhador e acirramento do desemprego estrutural.

Além disso, Antunes e Alves (2004) afirmam que é com o toyotismo que ocorre uma racionalização do trabalho que captura a subjetividade operária pela lógica do capital, superando a subsunção formal e transformando-a em subsunção real. De modo que os sujeitos não possam compreender o processo do trabalho e assim passam a estranhá-lo, preservando, assim, o processo de alienação. Os autores apontam ainda que

A alienação/estranhamento é ainda mais intensa nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho part-time, temporário e precarizado. (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 348).

Assim, Antunes e Alves (2004) compreendem que há uma revolta contra esses estranhamentos daqueles que foram expulsos do mundo do trabalho. Logo, os autores denominam de uma “desumanização segregadora” que, por sua vez, acarreta um isolamento individual, à criminalidade, à formação de setores excluídos e que devem ser entendidos a partir da contradição do sistema capitalista e não de maneira isolada.

2.3- Uberização do trabalho como processo de acirramento do neoliberalismo

O processo de uberização é uma das tendências que se apresentou a partir das mudanças do mundo do trabalho decorrente do acirramento da ofensiva neoliberal, denominada ultra neoliberalismo por Antunes (2018) em seu livro “O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital”.

Para Abilio (2019), as plataformas digitais são de suma importância para viabilizar essa nova forma de organização do trabalho, entretanto, a uberização do trabalho resulta de processos globais que já estavam em curso. “A definição de uberização do trabalho se refere a uma nova forma de gestão, organização e controle do trabalho que se afirma como tendência global no mundo do trabalho.” (Abilio, 2017 e 2018 a, apud Abilio, 2019, p. 2).

Como aponta a autora, no processo de uberização, o trabalhador não é contratado por nenhuma empresa ao mesmo tempo que recorre às plataformas digitais para realizar as atividades. Dessa forma, o trabalhador não possui nenhum tipo de garantia, direito ou segurança referente ao trabalho, além de ser o responsável pelos riscos e custos do desempenho do trabalho. Logo, o trabalhador se torna seu próprio vigilante ao mesmo tempo que é controlado pelas plataformas digitais por meio dos seus algoritmos.

As empresas de aplicativo utilizam-se de uma falsa ideia de que os trabalhadores passam a ser livres e independentes para exercerem suas atividades e potencialidades. Contudo, são as empresas que definem o valor do serviço ofertado pelos trabalhadores e que detém o controle da distribuição do trabalho. Além disso, a uberização conta com uma força de trabalho que se mantém disponível, mas que a utiliza apenas quando é necessário. Ou seja, as empresas exigem que os trabalhadores estejam disponíveis para realizar o trabalho, mas só os recorrem quando há alguma demanda. (ABÍLIO, 2019).

Sendo assim, o discurso da independência e do trabalhador como ‘empreendedor de si mesmo’ é uma falácia que não se efetiva na realidade, uma vez que o trabalhador não possui autonomia sobre o desenvolvimento de seu trabalho. A uberização, no

entanto, caracteriza-se como uma forma perversa de precarização do trabalho. Assim para Abilio,

Ao compreender-se a uberização como um novo meio de controle, gestão e organização do trabalho, propõe-se a passagem da figura do 'empreendedor de si' para a do trabalhador 'gerente de si subordinado'. Não se trata de uma disputa de termos, mas de conectar mais fortemente os modos de subjetivação às formas de subordinação e gerenciamento do trabalho. (2019, p.5).

2.4- A criminalização da classe trabalhadora

É fundamental analisar a criminalização da classe trabalhadora e da sua organização diante do modo de produção capitalista e de regulação neoliberal. Embora compreenda-se que tal criminalização seja inerente ao sistema capitalista, cabe discutir os novos moldes que perpassam a criminalização da organização da classe trabalhadora no contexto neoliberal.

De acordo com Maria Lúcia Duriguetto,

[...] criminalizar as lutas e movimentos sociais é associar pobreza à criminalidade, é transformar a "questão social" em uma questão individual e moral, é deslegitimar as organizações e lutas das classes subalternas, é criminalizar a visibilidade pública e política das expressões da "questão social" e dos sujeitos - individuais e coletivos que reivindicam e/ou defendem direitos, que confrontam a ordem hegemônica capitalista. (2017, p.105).

A criminalização apesar de abarcar a classe trabalhadora de uma forma geral, tem como principal objetivo a criminalização dos focos de luta, organização e resistência dessa classe. Assim, a burguesia busca atacar diretamente toda iniciativa de contestação à lógica neoliberal. Dessa forma, ataca diretamente as organizações que defendem os interesses da classe trabalhadora, como os movimentos sociais. Estes sofrem com a perseguição política dos grupos dominantes, que os colocam no campo da criminalidade e associam a eles o estigma de perigosos para a sociedade.

Um exemplo claro de ataque à luta e a organização da classe trabalhadora pode ser verificado no boicote à paralisação dos motoentregadores, em abril de 2021, que, por sua vez, reivindicavam por um aumento do valor pago por entrega, e foram desmobilizados por meio de estratégias implementadas por uma empresa de aplicativo de entregas. Segundo a reportagem, Brasil de Fato (2022), foram utilizadas diversas estratégias, como a inserção de outras pautas na manifestação dos trabalhadores, a fim de confundir e esvaziar de sentido o movimento. Assim como, a propagação de posts

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

falsos e criação de páginas *online* que deslegitimavam a ação dos trabalhadores. Além disso,

À noite, poucas horas depois do “Breque”, o iFood lançou uma carta e um site para rebater críticas, divulgando em horário nobre da TV aberta um anúncio que destacava que a empresa “oferece seguro contra acidentes pessoais e que a maioria [dos entregadores] valoriza o fato de ter flexibilidade de horário e liberdade para compor sua renda”. (BRASIL DE FATO, 2022).

Dessa forma, compreende-se como as empresas utilizam de recursos para dispersar e até mesmo criminalizar os movimentos ligados à classe trabalhadora.

Um aspecto fundamental para a criminalização da classe trabalhadora é a construção de uma “forma neoliberal de pensar”. Para construir e consolidar essa ideologia, a classe dominante faz uso dos aparelhos privados de hegemonia. Nesse sentido, esses aparelhos - os quais contribuem para unificar e legitimar os interesses da classe dominante - conduzem a percepção dos próprios trabalhadores, levando-os a perceber os movimentos sociais sobre a ótica neoliberal. Nessa lógica neoliberal os princípios classistas são substituídos por princípios individualistas e moralizantes, como apontou Duriguetto (2017).

Ademais, segundo a autora, é a partir do contexto de crise do padrão de acumulação do capital que “há a intensificação dos processos de controle penal do Estado, em especial sobre a força de trabalho excedente” (p.107). Sendo assim, o caráter punitivo e repressivo do Estado é acentuado, indo de embate à resistência das classes subalternas.

Para além da dimensão da força repressiva do Estado burguês, Duriguetto (2017) chama atenção para o cunho jurídico-político da criminalização dos movimentos sociais no contexto neoliberal. Nesse sentido,

a judicialização dos conflitos e das lutas sociais é uma das formas que as frações das classes dominantes vêm utilizando, de maneira intensa, para ocultar a lógica conflitiva da luta de classes visibilizada, pública e politicamente, pelas classes subalternas e seus processos político-organizativos de lutas. [...] O Poder Judiciário exerce uma das suas principais funções, que é a de se constituir no instrumento de legitimação do exercício do poder coercitivo do Estado, utilizando-o para criminalizar e deslegitimar as lutas e os movimentos sociais. (DURIGUETTO, 2017, p.110).

Sendo assim, nota-se os aparelhos do Estado sendo utilizados para criminalizar as formas de resistência da classe trabalhadora frente à ofensiva neoliberal.

3- CONCLUSÃO

A regulação neoliberal se constituiu como alternativa do capital para superar a crise que emergiu na década de 1970. Com o neoliberalismo, notou-se a flexibilização das regulações do mundo do trabalho. Desse modo, isso acarretou na intensificação da exploração da força de trabalho, no aumento da precarização do trabalho e na piora das condições de reprodução do trabalhador.

A classe que precisa vender sua força de trabalho para se manter, precisa também encarar um trabalho cada vez mais precarizado, com pouca regulamentação e baixa remuneração. Dessa forma, o trabalhador é colocado em uma situação ainda maior de vulnerabilidade, ao passo que a classe burguesa tem seu lucro aumentado.

Nesse cenário, as formas de ação e reivindicação da classe trabalhadora são percebidas - diante da lógica neoliberal - como ilegais e, por isso, são criminalizadas. A intensificação do projeto neoliberal explicita o objetivo de deslegitimar e desmobilizar as formas de organização dos trabalhadores. Sendo assim, a criminalização da luta da classe trabalhadora acentua a opressão da classe dominante frente a resistência da classe dominada.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABILIO, L. C. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas. Individuo y Sociedad**, v.18, n 3, 2019. p. 1-11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivasvol18-issue3-fulltext-1674> Acesso: 08 jul 2022

ANTUNES, R.; **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed., 10.reimpr. São Paulo, Boitempo, 2009

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R.; ALVES, G. A. P. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação & Sociedade. Centro de Estudos Educação e Sociedade - Cedes, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/10827> Acesso em: 08 jul. 2022.

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Temporalis. Brasília (DF), n. 34, jul/dez. 2017.

DURIGUETTO, M. L. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serv. Soc.** São Paulo, n. 128, p. 104-122, jan./abr. 2017.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

LEVY, C. Como o iFood criou máquina oculta de propaganda para desmobilizar movimento de entregadores. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/04/como-o-ifood-criou-maquina-oculta-de-propaganda-para-desmobilizar-movimento-de-entregadores>. Acesso em: 11 jul. 2022

POCHAMANN, M. Os trabalhadores na regressão neoliberal. In: ANDRADE, D. O.;

POCHAMANN, M. **Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia**. Brasília: Gráfica e Editora Positiva: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020. p.31-54

CAPITAL FICTÍCIO E A LÓGICA DESTRUTIVA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: o caso da barragem da Samarco

Jéssica Ribeiro Duboc³⁴

Resumo: Neste trabalho procuramos demonstrar a intrínseca relação entre o rompimento da barragem da Samarco e a lógica do capital fictício. No primeiro momento da exposição, a partir das contribuições marxianas, apresentamos uma breve análise do desenvolvimento do capital fictício. Posteriormente, procuramos evidenciar as determinações precedentes do maior crime sócio-ambiental da história do país, no sentido de demonstrar como o rompimento da barragem da Samarco é fruto de uma intensificação da exploração do meio ambiente e da força de trabalho para recompor as taxas de lucro e garantir a remuneração dos acionistas.

Palavras-chaves: capital fictício; mineração; Caso Samarco

Abstract: In this work we seek to demonstrate the intrinsic relationship between the Samarco dam failure and the logic of fictitious capital. In the first moment of the exposition, based on Marxian contributions, we present a brief analysis of the development of fictitious capital. Subsequently, we seek to highlight the preceding determinations of the greatest socio-environmental crime in the history of the country, in order to demonstrate how the Samarco dam failure is the result of an intensification of the exploitation of the environment and the workforce to restore profit rates and guarantee shareholder remuneration.

Keywords: fictitious capital; mining; Samarco case

³⁴Assistente Social e mestre pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Eixo Temático: **Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais.**

1- INTRODUÇÃO

No dia 5 de novembro de 2015, rompe a barragem de Fundão do complexo minerário da Samarco, joint-venture da Vale S.A e a empresa anglo-australiana BHP Billiton, localizado na cidade de Mariana, Minas Gerais. Cerca de 40 milhões de m³ de rejeito de minérios foram derramados na comunidade de Bento Rodrigues. A lama percorreu mais de 600 km do Rio Gualaxo do Norte, passando pelo Rio do Carmo até chegar a foz do Rio Doce. Pelo caminho a destruição das comunidades atingidas é visível quase sete anos depois do rompimento. Os impactos materiais e imateriais causados pelo rompimento alterou profundamente os modos de vidas das pessoas atingidas, suas relações de produção, culturais e sociais. Os danos individuais e coletivos foram inúmeros, muito deles irreparáveis, como a destruição do rio, das relações comunitárias e dos saberes tradicionais que marcaram a história e vida da população dos territórios atingidos.

Neste trabalho procuramos demonstrar, a relação intrínseca entre o rompimento da barragem de Fundão e a lógica do capital fictício. No primeiro momento da exposição, a partir das contribuições marxianas, apresentamos uma breve análise do desenvolvimento do capital fictício, desdobramento lógico do capital portador de juros, enquanto a forma mais fetichizada do valor. Posteriormente, procuramos evidenciar as determinações precedentes do maior crime sócio-ambiental da história do país, no sentido de demonstrar como o rompimento da barragem de Fundão é fruto de uma intensificação da exploração do meio ambiente e da força de trabalho para recompor as taxas de lucro e garantir a remuneração dos acionistas. Para isso, recorreremos a produção bibliográfica sobre o caso em tela, resultado do esforço teórico e metodológico de importantes pesquisadores da temática.

2- DO FETICHISMO DA MERCADORIA AO CAPITAL FICTÍCIO: a inversão da produção e apropriação do valor.

No primeiro capítulo do *O capital*, Marx (2017a) após a exposição do movimento da mercadoria e suas metamorfoses ao longo do desenvolvimento das relações de troca, questiona o caráter místico que os produtos do trabalho humano assumem assim que se tornam mercadorias. Marx descobre que como valor de uso – como um objeto que satisfaz as necessidades humanas – a mercadoria nada possui de misterioso. O “segredo” está no valor de troca que dissimula as características sociais da mercadoria,

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

ou seja, oculta a sua configuração como dispêndio de trabalho humano e, assim, esconde aquilo que lhe determina valor. Diante do produtor, a mercadoria se apresenta como uma objetividade mística que contém em si a capacidade de se autovalorizar:

[...] a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [dinglichen] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas [...] A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2017a, p. 147-148, grifos nossos)

Na perspectiva marxiana, o fetichismo da mercadoria expressa apenas uma forma histórica e socialmente determinada da relação entre humanos e estes com a natureza; dito de modo diverso, apenas uma forma histórica e, por isto, transitória. Como afirma Marx (2017a, p.148, grifos nossos) “as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas”.

Essa necessidade objetiva de ocultamento das relações sociais durante o processo de produção e reprodução do modo de produção capitalista, na totalidade do modo de produção, expressam o porquê das análises de Marx sobre a fetichização irem além das suas reflexões presentes no capítulo da mercadoria ou mesmo somente do Livro I de O Capital, onde Marx inicia sua exposição a partir da forma-mercadoria, a “forma mais geral e menos desenvolvida da produção burguesa” (MARX, 2017a, p. 157).

A inversão entre o sujeito e objeto que aparece no fetiche da mercadoria, em sua forma mais abstrata e se aprofunda na medida em que prossegue e desenvolve o processo de acumulação do capital: “[...] A circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido” (MARX, 2017a, p, 228).

Do movimento real do capital - unidade do processo de produção e circulação - “brotam formas concretas” nas quais os capitais se confrontam. São as formas que “se apresentam na superfície da sociedade, na ação recíproca dos diferentes capitais, na concorrência e no senso comum dos próprios agentes da produção” (MARX, 2017b, p.53).As formas como o lucro, o preço e o juro, dissimulam cada vez mais o seu conteúdo – trabalho humano indiferenciado – e aparecem cada vez mais como um valor que se autovaloriza. O ápice deste fetiche ganha expressão na relação capitalista na qual a forma capital portador de juro “assume sua forma mais exterior e mais fetichizada.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Neste momento deparamos com D-D', dinheiro que engendra mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem o processo mediador entre os dois extremos". O processo de produção e o princípio fundante do valor e do mais-valor, na aparência do capital portador de juros, é apagado. O capital aparece "como fonte misteriosa e autocriadora de juros, de seu próprio incremento" e não apresenta "nenhuma cicatriz de seu nascimento". Em D-D' "temos a forma mais sem conceito do capital, a inversão e a coisificação das relações de produção elevadas à máxima potência [...] a mistificação capitalista em sua forma mais descarada". (MARX, 2017b, p.441,442).

Para Marx,

Ao desenvolverem-se o capital portador de juros o sistema de crédito, todo capital parece duplicar e às vezes triplicar pelos diversos modos em que o mesmo capital ou o mesmo título de dívida aparece sob diferentes formas em diferentes mãos. Esse capital "monetário" é, em sua maior parte, puramente fictício (MARX, 2017b, 527).

É fictício na medida em que:

Esse capital não existe duas vezes: a primeira como valor-capital dos títulos de propriedade, das ações, e a segunda, como capital realmente investido ou que tem de ser investido naquelas empresas. Ele só existe nesta última forma, e a ação não é mais que um título de propriedade que dá direito a participar pro rata no mais-valor que aquele capital vier a realizar (MARX, 2017b, p.524).

O capital fictício surge como uma consequência do desenvolvimento do capital portador de juros (CARCANHOLO, SABADINI, 2015). Nessa forma social, o distanciamento do capital na produção se concretiza, "apaga-se até o último rastro toda a conexão com o processo real de valorização do capital e se reforça a concepção do capital como um autômato que se valoriza por si mesmo"(MARX, 2017b, p. 524).

O capital fictício enquanto uma forma desdobrada do capital portador de juros, difere-se dele, em virtude de não ingressar no processo produtivo para produzir mais-valor, ele não atua diretamente na valorização do capital. Esse fenômeno, é "a inversão da lógica produção-apropriação de valor". Por essa razão, o capital fictício – ações, títulos da dívida e etc – aparenta ter uma autonomia frente ao processo de produção, na medida em que ele representa a duplicação de um capital anteriormente investido e, portanto, não possui nenhuma correspondência material. O crescimento do capital fictício "significa a expansão de títulos de apropriação sobre um valor que não é necessariamente produzido na mesma proporção" (CARCANHOLO, 2011, p. 75).

A dimensão atingida pela lógica do capital fictício, particularmente a partir da dinâmica do capitalismo mundial em curso desde o final dos anos 70/80, nos demonstra a necessidade de compreender a crítica da economia política elaborada por Marx para

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

desvelar o conteúdo das formas cada vez mais complexas que o valor assume no desenvolvimento do modo capitalista de produção.

A crise que demarca o período supracitado exige respostas que se concentram na implementação das políticas neoliberais, a expansão do capital fictício e a transferência do excedente produzido nos países periféricos para o centro das economias mundiais (CARCANHOLO, 2010, p. 3).

O que o processo de desregulamentação e inovações financeiras propiciou, a partir dos anos 70 do século passado, e com mais força nos anos 90, foi o crescimento substancial de novos instrumentos desse capital fictício, assim como a expansão brutal da massa de valor desse tipo de capital (CARCANHOLO, 2010, p. 6).

As respostas que o modo de produção capitalista impôs para a crise desencadeada a partir do final dos anos 70, alcançaram “a recuperação ainda que tímida e efêmera, da lucratividade do capital nos países centrais, o que emerge daí é um capitalismo cujo crescimento da produção depende cada vez mais de bolhas financeiras” (GRANEMANN;MIRANDA, 2020, p. 24).

O descabido crescimento da distância entre a produção de mais-valor e a apropriação do mais-valor coloca limites para a dinâmica do capital, uma vez que a expansão do capital fictício se fundamenta na “crença no cumprimento de promessas absolutamente irrealizáveis, isto é, de que o capital fictício sobreacumulado poderá, quando se queira, ter seus ganhos convertidos em direitos sobre a produção social (dinheiro)” (GRANEMANN;MIRANDA, 2020, p. 24). A aparente autonomia que o capital fictício possui frente a produção de valor, pode ser questionada quando “uma parcela cada vez maior do capital global procurará apropriar-se de um valor que está sendo produzido cada vez menos” resultando na “redução da taxa de lucro e o aprofundamento do comportamento cíclico da crise” (CARCANHOLO, 2010, p. 6).

Para superar os desdobramentos da disfuncionalidade do capital fictício (CARCANHOLO, 2010), o capital procura formas de garantir a expansão da produção de mais-valor, dentre elas, a apropriação do fundo público e a intensificação da exploração da força de trabalho:

O feroz, e desesperado, impulso por resolver a colossal dissociação entre produção e apropriação do mais-valor é a condição atual do capital. A destruição do capital fictício é, obviamente, inaceitável de seu ponto de vista e, ademais, geraria abalos de magnitudes impensáveis em um sistema econômico que se constrói há décadas sobre a ilusão do dinheiro que, por si só, gera mais dinheiro. Para seguir ‘comprando tempo’, se é que possível continuar a fazê-lo no longo prazo, o capital exige aumento na extração de riqueza de todas as formas possíveis e, portanto, mais destruição. Mais destruição de vidas (aliás, supérfluas do ponto de vista desumano da acumulação de capital), mais destruição ambiental, mais destruição de direitos, mais conflitos... (GRANEMANN;MIRANDA, 2020, p. 24).

A dimensão assumida pelo capital fictício em decorrência do desdobramento e expansão do capital portador de juros e sua constante necessidade de valorização, como sinalizado, significa um processo de intesificação da exploração dos fatores subjetivos e objetivos da produção, a exploração da força de trabalho e dos recursos naturais renováveis e não-renováveis.

É nesse processo que está inserido os determinantes econômicos, históricos e sociais do rompimento da barragem do Fundão em Mariana, Minas Gerais, no dia 5 de novembro de 2015.

3- A LÓGICA DO CAPITAL FICTÍCIO E ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO FUNDÃO

Na formação social brasileira e na características agroexportadora da inserção econômica do país no mercado global, a partir importação de commodities – mercadorias primárias – o caráter extrativista marca cerca de quinhentos anos de exploração: [...] o extrativismo perpassa a longa memória do continente e suas lutas, define um modo de apropriação da natureza, um padrão de acumulação colonial, associada ao nascimento do capitalismo moderno (SVAMPA, 2019, p. 21).

As consequências do padrão de acumulação dependente que se desenvolveu nos países latino-americanos e em particular no Brasil, por um lado geram lucros e juros que possibilitam o desenvolvimento tecnológico, econômico e social dos países capitalistas hegemônicos e por outro, a dizimação e exploração contínua dos povos originário, trabalhadores e trabalhadoras, do meio ambiente e dos recursos naturais.

O rompimento da barragem da Samarco/Vale e BHP expressa o conjunto de medidas utilizadas no capitalismo contemporâneo para intensificar a exploração da força de trabalho e da natureza diante da necessidade imposta pela lógica especulativa do capital de produzir e extrair em dimensões cada vez maiores o mais-valor.

A barragem de Fundão, uma das estruturas do complexo minerador da Samarco, de acordo com Santos e Milanez (2018, p.117) tem de ser compreendida nos marcos da expansão da exploração mineral durante os períodos do boom (2011-2011) e pós-boom das commodities. A barragem iniciou suas atividades em 2008, período que demarca o pico e início declínio dos preços de minério. Para Carcanholo (2010, p. 7).

[...] o ciclo no preço das commodities neste início de século XXI também se explica pelo comportamento do capital fictício nesses mercados específicos. No período 2002-2007 os fundos de investimento aplicam fortemente no mercado futuro de commodities, apostando na alta do preço dessas mercadorias, isto é, na expectativa de aumento do preço dos produtos primários, esses fundos compram antecipadamente o direito de revenda futura desses produtos. Essa

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

pressão de demanda acaba, de fato, antecipando o movimento de alta nos preços. O mesmo processo, com sinal invertido, explica a fase de baixa nos preços das commodities, o que ocorreu a partir de meados de 2008. Esse ciclo no preço das commodities também se insere no contexto da atual crise do capitalismo contemporâneo.

As análises acerca das estratégias de investimento e financiamento da Samarco nos anos que antecederam o rompimento, como resposta aos primeiros anos do *pós-bomm*, demonstram a centralidade da dimensão financeira dos acionistas na organização da produção, aliando a elevação do volume de minério produzido e a redução dos custos operacionais estabelecendo patamares “suficientemente baixos, de modo a contrabalançar o declínio das margens de lucro” e garantir a distribuição dos dividendos aos acionistas (WANDERLEY et al, 2016, p. 51):

O comportamento contábil da Samarco demonstra a prevalência dos retornos em dividendos para os acionistas dos lucros auferidos, à custa do alto endividamento e de um comportamento operacional mais agressivo em busca de maior produtividade por parte da empresa [...] A confrontação entre o endividamento e a receita operacional da companhia aponta para uma pressão crescente pela elevação da produtividade como forma de manutenção dos níveis de remuneração aos acionistas (WANDERLEY et al, 2016, p. 51).

No ano de 2011, a empresa Samarco entrou com pedido para renovação e expansão da produção, “com intuito de elevar ainda mais a escala de produção, em 2012, a Samarco apresentou um novo EIA [Estudo de Impacto Ambiental] visando promover a otimização da barragem do Fundão” (SANTOS; MILANEZ, 2018, p.127). No ano do rompimento da Barragem de Fundão, em 2015, um novo pedido de renovação da licença de operação ainda não havia sido aprovado. De acordo com o laudo pericial do primeiro inquérito da Polícia Civil de Minas Gerais, a causa do rompimento foi a “liquefação [acúmulo de água] dos rejeitos arenosos que suportavam a barragem”, dentre outros seis fatores que expressam a intensificação e sucateamento dos componentes da produção, como falha no monitoramento contínuo do nível de água, equipamentos de monitoramento com defeitos e etc. (WANDERLEY et al, 2016, p. 51).

A necessidade de intensificar a produção a fim de garantir taxa média de lucro e a remuneração dos acionistas, ocorreu sob duas formas no caso do rompimento da barragem de Fundão, por meio da intensificação da exploração da natureza, esgarçando a capacidade de produção em prol da manutenção das condições técnicas e ambientais como também da intensificação da exploração da força de trabalho:

Em decorrência da elevação constante da produtividade e da redução de custos operacionais houve uma significativa intensificação do ritmo de trabalho. Além disso, entre 2013 e 2014, a participação de componentes de segurança e saúde foi reduzida de 3,8% para 2,8% do total de investimentos de capital (SAMARCO MINERAÇÃO, 2014b, 2015b). Os resultados foram uma sobrecarga sobre os trabalhadores e um aumento das taxas de acidentes, como se pode observar no

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

gráfico 3. Entre 2011 e 2014, a taxa de acidentes por milhão de horas-homem trabalhadas aumentou de 0,49 para 1,27, um acréscimo de 160%. Dentre os trabalhadores da mineração, os mais vulneráveis e expostos a condições de perigo são os terceirizados. No rompimento da barragem do Fundão, dos 14 trabalhadores mortos, 13 eram de empresas terceirizadas e apenas um funcionário direto da Samarco (WANDERLEY et al, 2016, p. 56).

O caso Samarco, demonstra como as respostas do capital para garantir a manutenção da taxa de lucro recaem sobre os ombros dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como expõe as contradições dos mecanismos contemporâneos de organização da produção como respostas à crise global do modo de produção capitalista, à exemplo da terceirização da força de trabalho e a precarização das condições de trabalho.

4- CONCLUSÃO

O rompimento da barragem da Samarco/Vale e BHP é uma nefasta manifestação da lógica do modo de produção capitalista nos moldes do desenvolvimento dos países dependentes instaurou uma realidade inédita dada a magnitude e extensão da destruição socioambiental ocasionada e dos inúmeros direitos violados. Para manter os níveis de produtividade e remunerar as diversas frações da burguesia que se apropriam do mais-valor, a dinâmica do capital produz a degradação constante da natureza, dos saberes tradicionais, comunidades indígenas e quilombolas, nascentes, cachoeiras e sobretudo, vidas humanas.. É esse o legado da mineração para os territórios explorados cotidianamente pelo capital. Para romper com esse ciclo destrutivo,

Ele [o capital] teria de “renunciar ao valor de troca pelo valor de uso e passar da forma geral da riqueza para uma forma específica e tangível desta”, o que não se concebe que possa fazer sem deixar de ser capital – ou seja: modo alienado e reificado do processo de controle sociometabólico, capaz de seguir o rumo inexorável de sua própria expansão (sem preocupação com as consequências) justamente porque rompeu as restrições do valor de uso e da necessidade humana (MESZÁROS, 2011, p. 253).

A lógica extrativista e capitalista de produção expõe suas contradições e demonstram a impossibilidade de manutenção do lucro e ao mesmo do tempo do equilíbrio ambiental e social, apontando a necessidade superação da forma típica de produção do capital.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

5- REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CARCANHOLO, Marcelo. Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. v.1, n.3, Edição Especial -Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011.

CARCANHOLO, Marcelo. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. *Revista Aurora, Marília (UNESP)*, ano IV n. 6, 2010.

CARCANHOLO, Reinaldo A; SABADINI, Mauricio de S. Capital fictício e lucros fictícios. In: Helder Gomes. (Org.). *Especulação e lucros fictícios*. 1aed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

GRANEMANN, Sara; MIRANDA, Flávio. Crise econômica, crise sanitária: a Covid-19 como instrumento da acumulação? In: *Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral*. Letícia Batista Silva e André Vianna Dantas (org). - Rio de Janeiro: EPSJV, 2020.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política : Livro I : o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política : Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital – rumo a uma teoria da transição. São Paulo/ Campinas. Boitempo/UNICAMP, 2011.

SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. **A construção do desastre e a ‘privatização’ da regulação mineral: Reflexões a partir do caso do vale do Rio Doce**. In: Andréaz Zhouri. (Org.). *Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. 1ed. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018, p. 111-154

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

WANDERLEY, LUIZ.; MANSUR, Maíra; PINTO, Raquel;. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). In. *Desastre no Vale do Rio Doce*, MILANEZ, B., LOSEKANN, C. (Orgs) - Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

MINERAÇÃO EXTRATIVISTA EM MARIANA (MG): o capitalismo moendo vidas e a natureza

João Caio Oliveira da Silva³⁵

Daniele Correia³⁶

Eixo temático³⁷

RESUMO

Este artigo trata brevemente sobre a mineração extrativista na cidade de Mariana no estado de Minas Gerais. Na primeira seção, discorremos sobre seus aspectos históricos e os impactos sociais na região. Na segunda seção, problematizamos a atuação do serviço de atenção psicossocial Conviver, da Fundação Renova, que utiliza da estrutura do município, ou seja, do fundo público municipal, para atuar nas consequências de seu crime ambiental. Buscamos evidenciar as contradições presentes nessa dinâmica e os reflexos dessa lógica para a vida das pessoas e para a natureza, ocasionando o agravamento das expressões da questão social.

PALAVRAS-CHAVE: Mineração; Minas Gerais; Capitalismo; Exploração; Serviço Social.

ABSTRACT

This article deals briefly with extractive mining in the city of Mariana in the state of Minas Gerais. In the first section, we discuss its historical aspects and the social impacts in the region. In the second section, we problematize the performance of the psychosocial care service Conviver, of the Renova Foundation, which uses the structure of the municipality, that is, the municipal public fund, to act on the consequences of its environmental crime. We seek to highlight the contradictions present in this dynamic and the consequences of this logic for people's lives and for nature, causing the worsening of the expressions of the social issue.

KEYWORDS: Mining; Minas Gerais; Capitalism; Exploration; Social Work.

³⁵ Graduando do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP. (Matrícula 18.2.3056). E-mail: joao.caio@aluno.ufop.edu.br ORCID: **0000-0002-5664-9250**

³⁶ Mestra em Serviço Social pela PUC-SP. Doutoranda em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP/USP). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: daniele.correia@ufop.edu.br ORCID: 0000-0003-1154-4196.

³⁷ As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva ultraneoliberal do capital.

1- INTRODUÇÃO

A estruturação da lógica de acumulação do modo de produção capitalista é marcada por uma série de acontecimentos sócio-históricos no decorrer dos séculos. Nesse processo, situa-se a expropriação e a exploração de diversos povos, bem como o domínio e o monopólio da propriedade privada através dos quais se obtém grandes lucros. Nesse sentido, Marx (2013, p. 187), diz que “a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural e ao camponês, constitui a base de todo o processo”, originada na assim chamada acumulação primitiva.

Diante dessa perspectiva, a história da mineração extrativista no Brasil tem um longo percurso e pode ser situada desde o período colonial, através da exploração da força de trabalho dos negros escravizados - “uma máquina de moer gente foi a marca da exploração nas primeiras regiões mineradas no Brasil” (COELHO *et al*, 2020, p. 103-4). Junto com a exploração e morte das pessoas, ocorre também a degradação do meio ambiente por onde a mineração se instalava, permanecendo “inúmeros episódios de genocídios, destruição ambiental, domínio dos territórios à força e dos habitantes que neles residiam, junto a repressão da organização dos trabalhadores da mineração” (*Ibidem*, p.104).

A mineração extrativista se instalou em Minas Gerais a partir de finais do século XX, compondo o novo padrão de reprodução do capital com base no modelo exportador sob domínio das economias imperialistas, assentando-se na superexploração da força de trabalho e na destruição ambiental. Presenciamos consequências notórias dessa conformação através dos históricos e os recentes rompimentos/crimes da barragem de rejeitos, os quais ganharam notoriedade mundial – o da barragem de Fundão em Mariana (MG) em 2015 e o da barragem de Córrego do Feijão em Brumadinho (MG) em 2019, reafirmando a lógica dependente e subordinada do Brasil no modo de produção capitalista mundializado (MARINI, 2005; CHESNAIS, 1996; BERTOLLO, 2021).

Portanto, o modelo de mineração extrativista presente e atuante na cidade de Mariana (MG)– é historicamente desenvolvido de forma a se apropriar das riquezas minerais da região, visando o atendimento das demandas de países centrais. Sendo assim, torna-se relevante debruçarmos brevemente sobre este tema que afeta direta ou indiretamente os sujeitos da região e suas formas de sociabilidade, bem como impacta a natureza e as formas de produção e reprodução da vida através do trabalho. Para tanto, trataremos de forma sucinta nas seções a seguir acerca da mineração extrativista em Mariana, discorrendo sobre as consequências nas condições de vida e trabalho da

população, bem como apresentaremos o Serviço de acolhimento psicossocial Conviver, que atua na intervenção às expressões da questão social da região.

2- A MINERAÇÃO EXTRATIVISTA EM MARIANA (MG): ASPECTOS HISTÓRICOS

Ao tratarmos da formação sócio-histórica de Mariana (MG), enquanto primeira capital mineira, a exploração de minerais sempre teve uma forte presença e impacto na constituição da região e na vida e sociabilidade de homens e mulheres do território. Fonseca (1998) aponta que as atividades extrativistas em Mariana se iniciaram no século XVII com a extração aurífera, e a partir daí foram ganhando força no território, dando origem às primeiras habitações na cidade. A descoberta do ouro na região foi o grande atrativo para o crescimento populacional, para a construção da cidade e sua estruturação como um todo. Segundo Veloso (2013), a partir do século XVIII a cidade cresceu e foi sofrendo outras transformações estruturais, em que destacamos nesse período a construção de espaços públicos para os moradores, tais como praças.

Posteriormente, num salto para o século XX, segundo Gracino Júnior (2007. p 156), a chegada das mineradoras a partir de 1960 acelerou a urbanização de forma que a cidade, antes calma, se tornasse mais populosa. Chegada essa, motivada pelos grandes incentivos fiscais do período da Ditadura Militar e também pelo fato do território Marianense ser rico em minério de ferro e caracterizar-se como um atrativo comercial para a exploração mineradora (GRACINO JÚNIOR, 2007).

Diante disso,

Nessas primeiras décadas, o crescimento demográfico foi o resultado de grandes fluxos populacionais vindos de outros municípios: funcionários da empresa e seus familiares e, sobretudo, grande número de pessoas em busca de trabalho, além da mão-de-obra pouco especializada, que trabalhou na instalação das empresas e que permaneceu na cidade após o fim das obras (Fonseca, 1995). Neste período a população rural do município de Mariana tem pouca participação na composição da população da cidade, tendo uma variação modesta, saindo de 11.329 em 1950, para 9.901 em 1980. Mariana só conhecerá uma migração campo-cidade significativa no final dos anos oitenta e início dos noventa (JUNIOR, 2005. p.156-7).

Na década de 90, em especial nos países latino-americanos, presenciamos uma situação de estagnação econômica e elevada inflação resultante da aplicação do receituário das agências internacionais. Com base em um esforço exportador de substituição das importações, promoveu-se superávits comerciais para o pagamento dos encargos da dívida externa contraída desde a década de 1970. Além disso, as agências

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

multilaterais promoveram uma profunda mudança nas recomendações aos países periféricos como o Brasil.

Sendo assim, os anos de 1990 caminharam rumo a um amplo consenso neoliberal, favorável à implementação de ajuste e reformas institucionais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, no que conhecemos como contrarreforma do Estado, representando desregulamentação comercial e financeira, desregulação do mercado de trabalho e minimização do Estado para os interesses da classe trabalhadora e máximo para os do capital. Tal feito diminuiu aportes para a Seguridade Social, privatizou empresas estatais e executou demissões em massa. Um processo exposto pela mudança do padrão de acumulação capitalista, que desde os anos 1980 passa a funcionar sob o imperativo da mundialização financeira (CHESNAIS, 1996).

Sob essa égide neoliberal e no curso da contrarreforma do Estado brasileiro, presenciamos um dos maiores saques cometidos contra nosso país. Em 6 de maio de 1997, o governo Fernando Henrique Cardoso privatizava a principal empresa estratégica brasileira no ramo da mineração e infraestrutura: a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) criada em 1942 com recursos do Tesouro Nacional. A venda fechou em 3,3 bilhões, quando somente suas reservas minerais eram calculadas em mais de R\$100 bilhões à época. Desde então, o Brasil não tem mais soberania sobre os recursos minerais do território, sendo tais recursos, atualmente, explorados pela Samarco Mineração S.A. de propriedade da Vale e BHP Billiton.

Além do narrado passado histórico, determinadas formas de (re)produção permanecem em curso em Mariana, a título das mineradoras que exercem um forte impacto na vida das populações locais, tendo como agravante o crime de rompimento da barragem de Fundão que ocorreu no dia 05 de novembro 2015, de responsabilidade da empresa Samarco. Sendo este considerado um dos maiores crimes/desastres de barragem em curso na história do país, visto que a lama passou por várias cidades do estado de Minas Gerais e Espírito Santo - afetando diversas pessoas e suas condições de vida e de trabalho, assim como o meio ambiente e os territórios.

De acordo com Gonçalves (2019), através do rompimento da barragem de rejeitos de mineração da empresa Samarco em Mariana:

Evidencia-se a intensificação das múltiplas expressões da questão social, que perpassa as vidas e o cotidiano das várias comunidades rurais e urbanas, quilombolas, ribeirinhas, indígenas e assentamentos agrários que foram impactados ao longo das mais de 40 cidades atingidas pela lama. Além do início da luta pelo reconhecimento de direitos, e o lastro de destruição e degradação das vidas e do meio ambiente percorrendo o Rio Doce até o Estado do Espírito Santo – ES(GONÇALVES, 2019. p. 27).

Diante dessas evidências, torna-se explícito o caráter exploratório e prejudicial causado pela mineração em Mariana, liquidando minerais, vidas e recursos naturais em prol da manutenção do enriquecimento dos países centrais, conforme aponta Marini (2005). Essa conjuntura em curso situada em Mariana se agrava com o avanço do ultraneoliberalismo pelo país, e com o aumento da exploração da classe trabalhadora pelo modo de produção capitalista, endossado pela burguesia nacional entreguista, no qual os direitos da grande parcela de mulheres e homens são liquidados a cada dia e, por outro lado, e de forma crescente a riqueza do que é socialmente produzida concentra-se na mão de poucas pessoas.

Diante das contradições que avançam e são geradas pela dinâmica de funcionamento do modo de produção capitalista, Mascaro (2018), nos coloca a pensar os golpes e ofensivas neoliberais não apenas como um golpe de Estado ou um golpe político *per se*, mas também como um golpe de classe, ou seja, da classe dominante, contra qualquer possibilidade de emancipação da classe trabalhadora, mantendo-a cada vez mais em opressão e exploração.

3- A INTENSIFICAÇÃO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: RELATO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO CONVIVER

Em decorrência do crime ambiental³⁸ de rompimento da barragem de Fundão da Mineradora Samarco e da destruição causada pela invasão da lama nos territórios e residências de diversas pessoas em diferentes distritos de Mariana, a Samarco criou uma Fundação denominada Fundação Renova, que se propõe, segundo as informações de seu sítio eletrônico, a intervir nas consequências e reparação dos danos. Trata-se de uma organização “sem fins lucrativos”, resultado de um compromisso jurídico chamado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Ele define o escopo da atuação da Fundação Renova, que são os 42 programas que se desdobram nos muitos projetos que estão sendo implementados nos 670 quilômetros de área impactada ao longo do rio Doce e afluentes.

³⁸Art. 54 da Lei de Crimes Ambientais - Lei 9605/98: Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: I - tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana; II - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população; III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade; IV - dificultar ou impedir o uso público das praias; V - ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Dentro desse escopo de atuação, o Serviço Conviver inicia suas atividades em 2016, em que a equipe profissional era contratada de forma terceirizada para atuar na intensificação das expressões da questão social decorrentes do crime ambiental e genocídio populacional. Em 2019 é feito um processo seletivo subsidiado pela prefeitura do município de Mariana para contratação de novos trabalhadores do Serviço. Destaca-se: os trabalhadores passam a ser remunerados pelo fundo público do município, demonstrando um contrassenso, uma vez que a responsabilidade de custeio e reparação deveria recair não à sociedade, mas unicamente à empresa.

Pelo exposto em tela, percebemos a natureza do Estado capitalista, em que coaduna com o modo de produção capitalista numa estrutura que acentua os antagonismos de classe em prol da acumulação de capital, onde povos, classes e interesses percam para que outros possam ganhar e contrabalancear suas quedas econômicas (Mascaro, 2018).

Atualmente o Serviço Conviver é composto por uma equipe multiprofissional composta por 4 psicólogos, 3 terapeutas ocupacionais, 1 assistente social, 1 médico psiquiatra e 1 educador social, atua no acolhimento e acompanhamento individual e coletivo/familiar, como um dispositivo da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de Mariana, com base na POLÍTICA NACIONAL DA SAÚDE MENTAL, pela LEI N. 10.216, de 6 de ABRIL de 2001. A defesa passa pela oferta de serviços através das RAPS em todo o país, prezando pelos serviços de qualidade e em prol da construção de um novo modelo de atenção à saúde mental, que promova a viabilização do acesso aos direitos dos usuários, a favor da luta antimanicomial e da emancipação humana.

A população usuária do Conviver é composta por mais de 600 famílias cadastradas nos prontuários do serviço, um número elevado se contabilizarmos de maneira individual. Essa população é composta majoritariamente por mulheres e homens negras e negros, que tiveram substancial alteração de seus modos de vida e trabalho, fragilizando os vínculos comunitários. A atuação do Serviço Conviver se dá pelo acolhimento e escuta dos sofrimentos. Em encaminhamentos mais pragmáticos, tais como necessidade de benefício assistencial, novamente recai sobre o fundo público do município, uma vez que a Fundação Renova apenas oferece um cartão alimentação (frisamos, de forma condicionalizada). Em casos de sofrimento psíquico intenso os usuários são encaminhados para os Centros de Atenção Psicossocial do município, recaindo novamente sobre o custeio da sociedade.

As atribuições do Assistente Social e do único estagiário da categoria (realizado pelo autor) no Serviço estão sendo apreendidas e voltadas para a leitura crítica da

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

realidade e da busca pela viabilização do acesso aos direitos dos usuários, considerando a realidade social local e as particularidades sócio-históricas da região. Considerando também a importância do trabalho multiprofissional, o Conviver atua, quando necessário, em articulação com outros serviços do município - CRAS, INSS, CREAS, Assessoria Caritas, Matriciamento nas UBS, Ministério do Trabalho e Fundação Renova/Samarco (quando há a necessidade de alguns encaminhamentos que são de responsabilidade da empresa). A articulação com os outros dispositivos ocorre quando determinadas questões ou demandas são identificadas como objeto de intervenção dos outros serviços, mantendo as especificidades de cada equipamento em sua atuação, considerando também que o Conviver atua com o recorte do público e com a particularidade da saúde mental.

E aqui reside um ponto de reflexão importante, pois os agravos à saúde mental dessa população específica são notórios, e eles tendem a permanecer, mesmo que sob outras circunstâncias e condicionantes, quando estes forem para o novo contexto de vida nos reassentamentos, onde terão que se adaptar a uma nova realidade de onde eles vivam antes do rompimento/crime.

(R)existe uma luta, a qual foi pauta da II Conferência Municipal de Saúde Mental de Mariana (2022)na qual foi posta a necessidade de credenciamento do Conviver e de expansão desse modelo de serviço para outras localidades, dada a recorrência de crimes/desastres causados na região e que não agem de forma *pari passu* às emergências.

4- CONCLUSÕES

Diante do exposto, fica explícito as manifestações da exploração e opressão decorrentes do modelo de mineração extrativista e da lógica de capitalismo imperialista, as quais recaem profundamente sobre a classe trabalhadora e sobre a natureza, afetando os modos de vida e de sociabilidade de diversas pessoas e comunidades, numa expressão da política ultra neoliberal e genocida em curso.

A atual busca por expansão das atividades mineradoras ao longo do Brasil evidencia a despreocupação dos governantes com as populações de diversas regiões e com a degradação do meio ambiente, em prol do lucro. Exemplo disso são as diversas disputas em torno da atividade mineradora atualmente, com o esforço para dominar regiões e territórios ricos em minério, como é o caso da Serra do Curral em Belo Horizonte (MG),que ganhou notoriedade midiática nos últimos meses.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Sob esse cenário, não nos resta outra alternativa a não ser lutar por uma nova forma de sociabilidade diferente da regida pelo modo de produção capitalista, em que o trabalho explora, adoce e mata. Urge uma articulação coletiva da classe trabalhadora em uma perspectiva anticapitalista, que também significa antirracista, feminista e ecosocialista, para uma verdadeira emancipação humana. Ou, nós que somos maioria, seremos aniquilados.

*“(...) Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis dolores
(Vamos caminando) Aquí estamos de pie
¡Qué viva la América!*

Latinoamérica, Calle 13

5- REFERÊNCIAS

BERTOLLO, Kathiúça. A mineração extrativista em Minas Gerais: “ai, antes fosse mais leve a carga”. Scielo. 2021.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO, T. P. et al. O poder e a resistência dos movimentos populares e as alternativas ao modelo mineral brasileiro. In: ALVES, M. da S. et al. (org.). Mineração: realidades e resistências. São Paulo: Expressão popular, 2020. p. 103-130.

FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. Disponível em: Termo de Mariana. História e Documentação. Mariana: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), 1998. Disponível em:

https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/termo_de_mariana_1.pdf?m=152572444

5

GONÇALVES, Aparecida Maria. ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO EMMARIANA – MG: vozes sobre um crime ambiental em curso. Periódicos UFJF. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2019.v19.27785>

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. 2012. Disponível em: <http://extractivismo.com/wp-content/uploads/2016/07/GudynasNovoExtrativismoProgressistaBr12.pdf>

JÚNIOR, Paulo Gracino. Da cidade patrimônio a cidade partida. Patrimônio e Memória, Assis, v.3, n.2, p. 147-170, 2007. ISSN 1808-1967. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/127/0>.

LEI N. 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001 POLÍTICA NACIONAL DA SAÚDE

MENTAL. Disponível em:

<http://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/1038413/politica-nac-saude-mental.pdf>

Lei de Crimes Ambientais - Lei 9605/98. Atg. 54. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson. Leandro. Crise e Golpe. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

VELOSO, Tercio Voltani. A Dimensão dos Lugares: fluidez, dinâmica social e ocupação do espaço urbano em Mariana nos Livros do Tombo de 1752. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (ICHS/UFOP), Mariana, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/9077>

MÉSZAROS, Istvan. O desafio e o Fardo do Tempo Histórico. São Paulo: Boitempo, 2007.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social:
resistências e articulações internacionais



EIXO TEMÁTICO 2

**As expressões da exploração/opressão de
classes no contexto da ofensiva
ultraneoliberal do capital**

RACISMO ESTRUTURAL E EXPLORAÇÃO: da escravidão ao (des)privilégio da servidão capitalista

Patricia da Silva Coutinho³⁹

RESUMO: Este estudo analisa o racismo estrutural frente a crise capitalista, ao mercado de trabalho e a exploração da força de trabalho negra, em que são traçados elementos analíticos sobre a relação da desigualdade racial e do mercado de trabalho frente ao expoente desemprego. A exploração da “força de trabalho preta” é potencializada pelo desemprego crônico e estrutural, bem como pelo alargamento da superpopulação relativa, compreendendo o racismo como potente instrumento de extração de mais-valia. Nesta análise são traçados elementos iniciais a respeito da realidade brasileira do mercado de trabalho racista, em que serão ilustrados dados analíticos do tema.

Palavras-chave: Racismo; Desemprego; Força de trabalho; Exploração.

ABSTRACT: This study analyzes structural racism in the face of the capitalist crisis, the labor market and the exploitation of the black workforce, in which analytical elements are drawn on the relationship between racial inequality and the labor market in the face of unemployment. The exploitation of the “black workforce” is potentiated by chronic and structural unemployment, as well as by the expansion of relative overpopulation, understanding racism as a powerful instrument for extracting surplus value. In this analysis, initial elements regarding the Brazilian reality of the racist labor market are traced, in which analytical data on the subject will be illustrated.

Keywords: Racism; Unemployment; Workforce; Exploration.

1- INTRODUÇÃO

*“A carne mais barata do mercado é a carne negra...
Que vai de graça pro presídio, e pára debaixo do plástico
E vai de graça pro sub-emprego e pros hospitais psiquiátricos”. (Elza Soares)*

De acordo com Martins (2012) apesar das contradições capitalistas, da crise e das transformações gestadas no mundo do trabalho atingirem a totalidade dos trabalhadores

³⁹Assistente social na Secretaria Especial de Direitos Humanos da Prefeitura de Juiz de Fora. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: patriciacoutinhoss@gmail.com - Eixo: As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva ultraneoliberal do capital

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

e trabalhadoras, são observadas “novas estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital” que não afetam igualmente brancos e negros. Deste modo, faz-se necessário destacar a “condição de desigualdade do negro no contexto das novas estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital”, e assim apresentar indicadores que demonstram as desigualdades raciais, ou seja, a desigualdade vivenciada pelo trabalhador negro no mercado de trabalho brasileiro. Neste cenário contemporâneo é essencial compreender as bases teóricas que destacam a existência de uma superpopulação relativa de trabalhadores, o que é crucial para refletir acerca do desenvolvimento socioeconômico do capitalismo brasileiro e da desigualdade racial, frente ao desemprego de longa duração, uma vez que se observa uma tendência de ampliação anual do tempo médio de procura por trabalho, e a inserção dos trabalhadores na informalidade, e em subempregos com condições precárias de trabalho⁴⁰.

De acordo com Almeida (2014) a pobreza e a indigência no Brasil não agem democraticamente, pois não atingem igualmente os distintos grupos raciais pertencentes ao “contingente de 53 milhões de pobres e 22 milhões de indigentes”. Para a autora, em 1999 os negros representavam 45% da população brasileira, mas correspondiam a 64% da população pobre e 69% da população indigente. Já os brancos, representavam 54% da população total brasileira, mas somente 36% dos pobres e 31% dos indigentes. O Ministério do Trabalho e Emprego em 2016 afirmava que os negros ocupavam 45,2% dos empregos que tinham como pré-requisito o ensino fundamental, 44,7% dos postos que requeriam ensino médio, e apenas 27% dos cargos que pediam ensino superior. Em algumas regiões brasileiras os negros recebiam 64% apenas dos vencimentos de pessoas brancas em mesmos postos de trabalho. A pesquisa mostrou também algumas das profissões e suas especificações quanto a raça/cor, sendo 92% dos engenheiros de computação brancos, 90% dos engenheiros mecânico automotivo brancos, são brancos também 89% dos professores de medicina pesquisados, 78% dos trabalhadores do

⁴⁰A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou um estudo recente intitulado "Perspectivas sociais e do emprego no mundo: Tendências de 2017" (2016) estimando que 201,1 milhões de pessoas estariam desempregadas no mundo em 2017, e que de cada três novos desempregados no mundo, um seria brasileiro. Prevendo um total de 3,4 milhões de novos desempregados, a OIT afirmava que a taxa mundial de desemprego em 2017 seria de 5,8%, contra 5,7% de 2016. No Brasil esta taxa alcançou 12,7%, sendo o maior índice registrado desde 2003. A OIT relatou ainda em sua pesquisa a preocupação com a informalidade no mercado de trabalho, e indicou que em 2017 as “formas vulneráveis de trabalho” (como trabalhadores familiares não remunerados, baixos salários, direitos restritos e trabalhadores por conta própria) representariam mais de 42% da ocupação total, ou seja, 1,4 bilhões de pessoas em todo o mundo em 2017. Conforme foi explicitado, o avanço da precarização das condições de trabalho é intensamente crescente nas últimas décadas, subjugando trabalhadores e trabalhadoras à margem do regime de assalariamento, que com a crise do valor, passam a não servir para a exploração capitalista, não sendo nem mesmo cabível enquadrá-las no conceito de “exército industrial de reserva” da superpopulação relativa do capital.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

campo (cacau) e 74% dos trabalhadores do campo (cana) são negros, e ainda 74% dos sinaleiros (ponta-rolante) também são negros. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do quarto trimestre de 2017 apontou que o salário médio de um brasileiro branco é de 2.697,00 reais, de 1.606,00 reais de um pardo e de 1.570,00 reais de uma pessoa negra.

Uma pesquisa do Instituto Ethos realizada em 2016 inferiu que apenas 6,3% das vagas de gerência são ocupadas por negros, e que 4,7% do quadro executivo são compostos também por homens negros, já para as mulheres negras a situação é ainda pior, pois apenas 1,6% das posições de gerência são ocupadas por elas, e 0,4% do executivo é composto por mulheres negras. O desemprego, através da perda de centralidade no processo produtivo, faz com que essa força de trabalho viva procure ocupações de naturezas diversas e de (sub)contratos, que em países de capitalismo periférico atingem perfis específicos da diversidade categórica da força de trabalho: os pretos e pretas, periféricos e favelados das cidades. Historicamente e marcadamente este perfil da força de trabalho, expulso da valorização de valor, formam “as classes perigosas” que sentem com violência os mecanismos punitivos através do (super)encarceramento em massa da força de trabalho preta e pobre, da militarização das cidades, bem como do generalizado controle territorial, levando ao extermínio em massa desta força de trabalho excluída e sobranete.

2- A “QUESTÃO SOCIAL”, O DESEMPREGO E O RACISMO

O conjunto de desdobramentos do capitalismo atual constitui o novo paradigma no qual a força de trabalho está inserida, seja através da pequena parcela de trabalhadores componentes do regime do trabalho assalariado formal, da força de trabalho ocupada no setor de serviços, da terceirização, da informalidade e, sobretudo, daquela que não se encaixa em nenhuma destas esferas econômicas e sociais. Deste modo, além de ser assolada pelo desemprego a massa de trabalhadores e trabalhadoras, em sua grande maioria negros e excluídos da possibilidade de subsistência, passam a ser público de políticas assistenciais, bem como do controle “disciplinador” do Estado, que através de mecanismos punitivos são marginalizados, presos e mortos. No Brasil vivemos um processo de genocídio da população preta nas cidades, camuflado pelo racismo

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

estrutural⁴¹. Almeida (2014) afirma a existência de um processo de “desumanização da população negra”, em que este genocídio é situado como um “princípio tácito do capitalismo”, expressão da violência racial institucionalizada no Brasil. Deste modo, alguns indicadores sociorraciais salientam a “desigualdade racial na Diáspora Negra⁴²”, e são percebidos frente a experiência de vivência da população negra e dos “múltiplos e contraditórios processos antinegros”. Apesar das ideologias e práticas discriminatórias do Estado, observa-se “as possibilidades de múltiplas resistências e lutas pela materialização e emancipação humana”. O Atlas da violência (IPEA, 2019) divulga constantemente relatórios acerca dos dados da violência no Brasil e descreve o horror, em que 75,5% das vítimas brasileiras de homicídio eram negras⁴³. Os dados revelam ainda que no Brasil, se considerarmos as “subpopulações” por raça/cor, a cada indivíduo não negro assassinado, proporcionalmente, 2,7 negros são mortos, o que significa que não apenas a posição econômica importa, mas a cor da pele é que se revela como um forte fator de letalidade.

De acordo com Junior e Lima (2013) no “Boletim de Análise Político-Institucional”, da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do IPEA, que buscou analisar os aspectos estruturais de algumas das instituições políticas brasileiras e de suas formas de atuação, a segurança pública e racismo institucional apresentam relações intrínsecas, uma vez que “há grande desigualdade de acesso à segurança entre brancos e negros”, e forte racismo presente na atuação policial, ao se expressar por normas, práticas e comportamentos discriminatórios motivados por preconceitos ou estereótipos racistas.

⁴¹Almeida (2018) sistematiza três concepções de racismo que perpassam o debate da “questão racial”: o individualista, o institucional e o estrutural. O autor afirma que o racismo não é apenas uma violência direta, ou ofensa direta, na forma de discriminação, entretanto, para entender o racismo como um fenômeno conjuntural é de fato entendê-lo como uma forma de racionalidade, um modo de normalização e compreensão das relações, ele constitui não apenas as relações conscientes, mas inconscientes. Ele é um modo de estrutura social, um modo normal de vida cotidiana, para além de uma patologia, compreender o racismo de modo estrutural para o autor, se refere a um ethos social, visto de modo econômico, político e subjetivo. Apoiados nestes pontos o racismo estrutural é o constrangimento de indivíduos negros em seu cotidiano.

⁴² De acordo com a autora, a diáspora é um processo amplo e político de genocídio e violência, provocado no século XV, que conformou formações sociais específicas na América e Oceania, a partir do deslocamento de africanos e indígenas nestes territórios.

⁴³Para Cerqueira e Coelho (2017) há uma diferença de letalidade dos afrodescendentes que poderia ser explicada para além da “questão social”, e assim por três mecanismos associados ao racismo, “sendo dois indiretos – que passam pelas políticas e práticas educacionais e pela discriminação no mercado de trabalho, e pelo desemprego – e outro direto, o que é denominado como ‘racismo que mata’”. Para mais em: CERQUEIRA, D; COELHO, D. S. C. Democracia racial e homicídios de jovens negros a cidade partida. IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2267.pdf

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

O Brasil, que foi o último país latino-americano a abolir a escravidão (apenas em 1888) deixou a míngua um milhão e meio de pessoas. De fato, a abolição da escravatura deve ser vista como estratégia político-econômica, como um “grande acordo” que inicia um processo de mudança do modo de produção, e que por sua vez era uma exigência econômica externa e interna. Os negros passam a ocupar o “exército dos desocupados”, preenchendo o lugar relegado pelos não discriminados racialmente (MARTINS, 2012). O racismo estrutural, manifestado por práticas objetivas e subjetivas, apresenta suas raízes demarcadas no processo histórico de escravidão que promove o preconceito e a segregação racial para além apenas do mercado de trabalho.

Para Almeida (2018) o racismo é estrutural e estruturante, racional e socialmente naturalizado. A luta pela transformação social deve-se então passar pelo racismo, o compreendo como uma forma de exploração econômica, política e social. Assim o estudioso afirma que o conceito de racismo institucional foi de um enorme avanço (que amplia a ação individual) no que se refere às relações raciais, pois frisa a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não apenas de um indivíduo de uma raça sobre outra, mas de um grupo (sob controle do aparato institucional) sobre outro.

O racismo se realiza por vezes de modo velado, através de mecanismos e estratégias institucionais, e é um modo particular de discriminação⁴⁴, em que, pela cor de sua pele (ou raça) o indivíduo é alvo de um “tratamento diferenciado” ou de segregação, em que são afastadas “oportunidades” sociais e/ou econômicas, desvalorizando aspectos até mesmo culturais. O racismo deve ser compreendido como um dos determinantes “da não inserção dos(as) negros(as) no mercado de trabalho formal, como exemplificamos na introdução deste estudo. Por sua vez, tal determinação deixa essa parcela de trabalhadores(as) à margem da ‘cidadania regulada’, impedindo-a de ter acesso à proteção social e aos processos organizativos a que se vincularam as respostas do Estado às expressões da ‘questão social’” (MARTINS, 2014, p.115). A questão social por sua vez deve ser apreendida como resultado da lei geral de acumulação capitalista e de suas relações de produção, e está elementarmente determinada pelo traço próprio e

⁴⁴ Eurico (2013) torna mais inteligível o conceito de discriminação racial ao citar que “as desigualdades são entendidas como discriminação racial quando se encontram e se comprovam mecanismos causais que operam na esfera individual e social e que possam ser retrçados ou reduzidos à ideia de raça. Assim, grupos considerados superiores obtêm privilégios em relação aos outros grupos, considerados inferiores. A discriminação racial materializa o preconceito racial que é a manifestação comportamental baseada no juízo de valor, socialmente construído e destituído de base objetiva (EURICO, 2013, p.294). Disponível em: EURICO, M. C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 114, p. 290-310 abr./jun, 2013.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

peculiar da relação entre capital/trabalho – a exploração, sendo exclusivamente ligada a sociabilidade erguida sob o comando do capital.

De acordo com Martins (2014) “ao determinar o ‘lugar’ do(da) negro(a) na informalidade, no desemprego e nas relações de trabalho precárias, o racismo limitou/impediu os(as) trabalhadores(as) negros(as) de participarem da constituição política da ‘questão social’” (MARTINS, 2014, p.113), uma vez que estas determinações limitaram/impediram os(as) negros(as) de construir uma trajetória de organização e de luta, diante das suas condições de trabalho. Para Almeida (2018) o racismo é responsável por normalizar a “superexploração do trabalho, que consiste no pagamento de remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador” (ALMEIDA, 2018, p.135). O autor situa a superexploração em países de capitalismo periféricos, que em geral foram instaurados sob a égide do colonialismo, o que demarca a presença do racismo no processo de expansão colonial e no violento processo de acumulação primitiva do capital. No entanto, o estudioso guia nosso olhar à herança da escravidão para além do prisma do racismo “decorrente das marcas deixadas pela escravidão e pelo colonialismo”, ou seja, como “resquício da escravidão” (ALMEIDA, 2018, p.143), encarando as formas contemporâneas do racismo como “produtos do capitalismo avançado e da racionalidade moderna”, ou como uma “excelente tecnologia de controle social”, em que “para se renovar o capitalismo precisa, muitas vezes, renovar o racismo”. “O racismo não é um resto da escravidão (...). A escravidão e o racismo são elementos constitutivos tanto da modernidade quanto do capitalismo, de tal modo que não há de se falar de um sem o outro”(ALMEIDA, 2018, p.144).

Para Martins (2012) apesar da crise e das transformações operadas no mundo do trabalho atingirem de modo geral a toda classe trabalhadora “as novas estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital” afetam diferentemente brancos e negros, devendo então reconhecermos “a condição de desigualdade do negro no contexto das novas estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital” através dos indicadores das desigualdades raciais, é notável a desigualdade do trabalhador e trabalhadora negra no mercado de trabalho brasileiro. “Independente de requisitos como qualificação e escolarização da força de trabalho, ainda assim observa-se que o desemprego, as ocupações precárias e informais têm afetado mais os trabalhadores negros do que os brancos (MARTINS, 2012, p. 451).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

A renomada estudiosa afirma ainda que a crise do capitalismo e as mudanças ocorridas na sociedade do trabalho apresentam elementos históricos particulares na formação social do Brasil, em que a discriminação racial deve ser compreendida “como uma marca impressa na constituição do capitalismo brasileiro” (MARTINS, 2012, p.451), devendo sempre estar ligada às determinações socioeconômicas da lógica do capital. Resgatando os elementos da gênese do capitalismo brasileiro, pautado no prolongado período de escravismo, é notável que frente a “libertação” da força de trabalho negra, sem políticas e meios adequados de subsistência e de reparação, esta apresentou e apresenta ainda hoje inserções nas ocupações precárias e informais.

Neste desenvolvimento conjuntural de constituição do capitalismo, o assalariamento no Brasil retrata a exploração como condição fundamental da lógica capitalista (assim como a servidão representou o feudalismo, o colonialismo e o início do processo mercantil), espelhando “a discriminação racial como insígnia do modo de produção baseado no trabalho livre” (MARTINS, 2012, p.457). Assim ao destituir a força de trabalho negro e valorizar o trabalhador branco (conforme apontam os estudos de Florestan Fernandes, ao se referir ao “imigrante europeu”) a discriminação racial é impressa na lógica capitalista, que de acordo com a autoras e arrasta nos períodos de industrialização e urbanização, trazendo à tona o processo de pauperização sofrido pelas pessoas escravizadas e seus descendentes. “O preconceito racial no Brasil acabou definindo “o lugar” do negro no mercado de trabalho, ou seja, o negro passa a ser visto preponderantemente na desocupação, na informalidade e nas ocupações com precárias relações de trabalho” (MARTINS, 2012, p.456).

De acordo com Martins (2014) no período de transição capitalista no Brasil este ideal de inferioridade do(da) negro(a) e de sua incompatibilidade para assumir o trabalho assalariado foi expressa quantitativamente, pois até 1920 em São Paulo 52% dos trabalhadores da indústria continuavam sendo estrangeiros, e o restante pelos seus familiares descendentes. A autora relata que na década de 1940, quando se consolidam as relações de trabalho sob bases corporativistas, os negros e “mulatos” formavam 40% dos inseridos no setor primário da economia, compondo 46% dos empregados, 41% dos autônomos e 22% dos empregadores (MARTINS, 2014, p.120).

Em um recente estudo publicado pelo IPEA foram pontuadas as questões de gênero e raciais que perpassam o mercado de trabalho, concluindo que são os jovens e as mulheres negras as mais afetados pelo desemprego. A pesquisa explicitou que em

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

2018 a vulnerabilidade das mulheres negras ao desemprego foi 50% maior. O “Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que a cada 1 ponto percentual a mais na taxa de desemprego, as mulheres negras sofrem, em média, aumento de 1,5 ponto percentual. Para as mulheres brancas, o reflexo é de 1,3 p.p”. (IPEA, 2018, s/p)

Frente a este complexo quadro aqui apresentado nos interrogamos sobre os possíveis caminhos a trilhar, e nos voltamos ao debate acerca das medidas de reparação histórica. Para além das importantes políticas de ações afirmativas, compreendemos que é necessária a efetivação de outros princípios do Estatuto da Igualdade Racial, promulgado em 2010, que prevê uma série de medidas que deveriam ser adotadas nacionalmente. Destas medidas destacamos as ações para garantia do acesso a pessoas negras ao mercado de trabalho, uma vez que este estudo buscou salientar as diferenças entre o desemprego que afeta aos pretos e pretas e aos brancos e brancas.

3- CONCLUSÃO

Inicialmente expressamos a importância do debate aqui travado, pois não há como pensar a luta política, sem sujeitos, historicamente determinados. Não existe luta de classes com sujeito abstratos. Estes sujeitos são constituídos historicamente, e se transfiguram-se por marcadores raciais, de gênero, da sexualidade, marcadores interseccionais. De acordo com Almeida (2014, p. 152) “A luta de classes não pode prescindir das lutas contra as opressões, que lhes dão vida”. Esta importante autora nos alerta para a compreensão que uma análise da totalidade social requer buscar reconhecer os indivíduos sociais, que estão imbricados na vida social. Assim, a emancipação humana dos indivíduos sociais negros e trabalhadores, passa, necessariamente pela negação dos direitos humanos se a realização é requerida exclusivamente na esfera política. Para Marx, a emancipação humana ultrapassa a emancipação política. (ALMEIDA, 2017, p.41)

Neste sentido, expressar as subjetividades e particularidades da classe trabalhadora é possibilitar rasgar mitos dentro do marxismo e na sociedade capitalista, como a falaciosa democracia racial, ainda defendida por alguns. Compreendemos que enquanto o marxismo não olhar para a questão racial, não será possível uma análise precisa da realidade das diversas formações sociohistóricas, o que de fato é imprescindível para traçar estratégias revolucionárias de ação. O racismo não pode ser encarado como um problema ético, ou como uma categoria jurídica, ou ainda como um

dado psicológico, pois o racismo se constitui como uma relação social central no capitalismo contemporâneo, portanto, dotado de materialidade e historicidade (ALMEIDA, 2018). O marxismo, enquanto método analítico, ou seja, enquanto interpretação da realidade social, econômica e política Brasileira, foi tomado pela branquitude, como um privilégio branco (idem), e enquanto não se retomar este debate será difícil traçar estratégias para além da ortodoxia, do colonialismo e do racismo científico.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. S. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. Revista Argumentum, Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, jan./abr, 2017.

_____. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. Revista Em Pauta, nº 34, v. 12. Rio de Janeiro, 2014.

ALMEIDA, S. O que racismo estrutural. Ed. Letramento, Belo Horizonte, 2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da violência, 2019. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas_2019_infografico_FINAL.pdf

_____. Jovens e mulheres negras são mais afetados pelo desemprego, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34371

JUNIOR, A. O; LIMA, V. C. A. Segurança Pública e Racismo Institucional. Boletim de Análise Político-Institucional. Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest). IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da violência, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/19/seguranca-publica-e-racismo-institucional-pg.-21>

MARTINS, T. C. S. Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira. In: Temporalis. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 113-132, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/7077/6148>.

_____. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade, Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 450-467, jul./set. 2012.

A PAZ ESTÁ PROIBIDA: construtos da violência racial e repressão às “classes perigosas”(1970).

Rafael Matheus de Jesus da Silva⁴⁵

Dagoberto José Fonseca^{46 47}

Resumo: As discussões centradas nesse texto objetivam discutir brevemente o processo de mobilização da polícia militar no contexto do regime militar (1970) sustentada pelo ideário de progresso e desenvolvimento. O que se viu foi uma política liberal excludente de demandas sociais, que de modo geral produziu a ‘militarização da vida social’, conseqüentemente a perda de direitos e garantias sociais obliteradas por uma política repressiva de criminalização das camadas sociais, violentadas por uma escalada de ódio pelas forças de segurança pública do país, que de modo hostil tem produzido a mortalidade maciça da população negra nas periferias dos grandes centros urbanos.

Palavras chaves: Ódio Racial; Violência policial; Ditadura Militar; Segurança-pública; Barbárie.

Abstract: The discussions centered on this text aim to discuss the process of mobilization of the military police in the context of the military regime (1970) supported by the ideals of progress and development. What was seen was a liberal policy that excluded social demands that generally produced the 'militarization of social life', which is evident in the loss of rights and social guarantees obliterated by a repressive policy of criminalization of social strata, violated by an escalation of hatred from public security organs, which in a hostile way has produced the massive mortality of the black population on the outskirts of large urban centers.

Keywords: Racial Hatred; Police Violence; Military Dictatorship; Public security; Barbarism.

⁴⁵ Rafael Matheus de Jesus da Silva; Graduado em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); Mestrando em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Mesquita Filho” (UNESP) - campus Franca/SP-Brasil; Bolsista vinculado a CAPES-DS pelo mesmo programa e Integrante do grupo de Pesquisa Núcleo Negro da UNESP (NUPE), E-mail: rafaelmjsilva@hotmail.com

⁴⁶Dagoberto José Fonseca; Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, São Paulo, SP, Brasil), pós-doutor em Educação pela Universidade de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil), Professor (orientador) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP, São Paulo, SP, Brasil), E-mail: dagobertojose@gmail.com.

⁴⁷Texto submetido para o eixo:Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais - Memória de lutas e resistências.

1- INTRODUÇÃO

As discussões gestadas na contemporaneidade a despeito do racismo estrutural têm evidenciado modelos de organização social no país, adotados e construídos historicamente sobre códigos e instrumentos raciais pautados na crença da superioridade das raças. Com efeito, esse processo cristalizou percepções legitimadas no imaginário social e reforçadas através de práticas e normas de conduta, que instituiu na sociedade os 'lugares sociais' ocupados pela população negra, que tem minado na degradação física e moral instituídas a esse grupo. Em linhas gerais, essa reflexão se relaciona com as afirmações de Almeida (2018) ao considerar os efeitos do racismo no processo de divisão espacial de raças, localizados em bairros, guetos e periferias, constituídos a partir de uma lógica de reprodução racial que cria as condições sociais desiguais na organização política, material e jurídica da sociedade.

Não por acaso, a experiência do regime militar não escapa a esse mecanismo de controle, ao produzir projeções de poderes cujas feições garantiram o controle sistêmico na organização social da população negra. A repressão policial recebeu suporte tanto pela via política como de esferas jurídicas promovidas a fim de suprimir direitos civis, uma vez, ancorados por mecanismos autoritários que de modo geral, dirimiram a censura; vigilância; exílio; cassação; perseguição e desarticulação de associações negras, como práticas recorrentes de dominação. Não o bastante, a falta de estímulos do Estado na promoção do debate racial, maximizou teorias sociais que enfocavam a boa convivência entre as raças.

Destarte, herdamos da ditadura militar o pensamento autoritário e a violência policial desmedida, em específico aos coletivos e espaços que integram a população negra. Além, de violações físicas, verbais e simbólicas que perpassam a ordem do dia e mitigam na memória coletiva desses grupos, temos como consequência um panorama histórico de desigualdade, impressões essas que ainda ressoam no constructo social através de concepções que imperam ordem, controle e progresso.

Nesse contexto, ainda nos deparamos com uma lógica dialética do racismo na sociedade brasileira, sobre a qual se muda as formas, porém, mantém-se os modelos de poderes sobre esses grupos. Assim sendo, a operacionalização do regime militar brasileiro na década de 70 não deixa de ser observada, guardada as proporções da tendência do liberalismo econômico a partir da lógica do capital que se nutre da acumulação ao criar demandas de orientação e incentivo a indústria do armamento, e que como consequência tem produzido a violência letal e o encarceramento em massa,

reforçadas por um Estado punitivo, que também pode ser visto indispensavelmente como um “Estado penal” (NETTO, 2009).

Desse modo, as discussões das relações raciais no Brasil no contexto da ditadura exposto no presente trabalho, traz à baila uma das práticas cotidianas ao conceito que Nascimento (2016) descreve como genocídio do negro brasileiro, entre as quais se configura por mecanismos de controle sistematizados que inibem liberdades a partir de estratégias de extermínios a um grupo racializado⁴⁸.

2- Estado, segurança e violência: faces da dominação racial as “classes perigosas”

Os anos de 1970 inauguram um novo direcionamento ao capitalismo, que de modo geral vinha sofrendo crises no modelo produtivo. Mergulhada em um período de recessão econômica, social e política, o papel do Estado no que compete as demandas sociais se tornam ineficientes, tanto pela falta de investimentos, quanto pelo alto índice de desemprego em massa, era a crise do *Estado do bem-Estar Social*⁴⁹ na iminência de um colapso mundial. Esse cenário contribuiu para o que Netto (2013), argumenta ser um “capitalismo tardio”⁵⁰, fazendo alusão ao estágio industrial do capitalismo que a essa altura, necessitava de um novo modelo produtivo.

Visando a manutenção de sociedades do capital como influência do mercado financeiro, a renovação incide a partir de mudanças tanto nas esferas do trabalho como nas relações sociais, culturais - vista pelo consumo em massa – e econômicas. Essa última, se torna o principal componente de pressão ao Estado que a rigor operava o fundo público na contensão do desemprego a partir de uma política assistencial, porém, ínfima na resolução da crise (GURGEL, 2003). Diante disso, a efetivação do papel do Estado assumidamente burguês cria as novas condições sociais a serem desregulamentadas. Esse período iniciado a partir do capitalismo central lança as novas diretrizes em escala mundial e pulveriza a flexibilização da vida social.

⁴⁸ Termo que ganhou amplitude a partir dos estudos de Arthur de Gobineau em “Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas” (1853). Define a raça como conceito biológica para a condição social do indivíduo. O que segundo o mesmo explica a desigualdade. Esse argumento carrega um significado pejorativo, que de modo geral, atesta os indivíduos negros a um aspecto de inferioridade. Nesse sentido, utilizamos o termo aqui como menção as associações entre negritude e marginalidade, bem como, de outros aspectos que denotam estereótipos.

⁴⁹ O Estado de bem-estar social ou denominado como Estado Assistencial defendido por alguns intelectuais, vem da expressão em inglês *Welfare State* define-se pela intervenção do Estado na vida social e econômica da sociedade, seja na distribuição de rendas ou na prestação de serviços como saúde e educação.

⁵⁰ Cf. Ernst Mandel, O capitalismo tardio, ed. cit., cap. 4 e ainda A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista. S. Paulo/Campinas: Ensaio/UNICAMP, 1990.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Nesse sentido, as concepções sobre direitos e garantias sociais antes vista no Estado do Bem-Estar e mistura com as demandas do mercado, que por sinal as torna obsoleto ao ponto de reduzir, terceirizar e precarizar como uma forma de extrair um valor acumulativo. Essa nova tendência diminui a ação do Estado em condições mínimas em prol de um discurso desenvolvimentista macroeconômico e abre espaço para as privatizações. O que por sua vez, fragilizou áreas como potenciais alvos de interesse especulativo do mercado - quais sejam; saúde, educação e segurança.

Essa última, no caso do Brasil que atravessava um período ditatorial, recebe investimento massivo na militarização policial, afim de garantir a segurança nacional a quaisquer que sejam o risco a soberania do Estado. O modelo desenvolvimentista de cunho liberal serviu como uma luva para a ditadura militar, que como se sabe amplamente discutido através de uma extensa bibliografia⁵¹ teve apoio da classe média e da burguesia entre as quais se beneficiavam da supervalorização do mercado privado, em paralelo com o policiamento ostensivo e altamente lucrativo. Era lançado o casamento incestuoso entre Estado, segurança e capitalismo privado, como efeito, produziu a “militarização da vida social” (NETTO, 2013). Ainda segundo o mesmo autor:

a substituição do “Estado de bem-estar social” pelo “Estado penal”, a repressão estatal se generaliza sobre as “classes perigosas”, ao mesmo tempo em que avulta a utilização das “empresas de segurança” e de “vigilância” privadas – assim como a produção industrial, de alta tecnologia, vinculada a estes “novos negócios” (e não se esqueça do processo de privatização dos estabelecimentos penais). (NETTO, 2013. p. 27)

Logo, a segurança pública no modelo desenvolvimentista era o principal polo de maior envergadura do regime. Nesse sentido, a crítica ao Estado assistencialista antes, visto como um modelo saturado e estacionário cede lugar a um vertiginoso descrédito das políticas públicas amplamente atacadas por práticas autoritárias e burguesas do país. São os sinais do que Schmidt (2018) define, como um período de “recrudescimento da barbárie”, logo, a violência aos grupos minoritários passa a ser institucionalizada. Em síntese, esse processo acende no Brasil como uma cultura punitiva em vias institucionais, tanto pelo aparato policial – que inicialmente cumpria apenas o papel de “fiscalizar, coordenar, instruir e normatizar” (SCHLITTLER, 2016, p. 199)– como pela via judicial ao intensificar a criminalização seja pela condição racial, como pela classe social.

Lima (2018) acrescenta que esse modelo de subjugação racial no contexto do regime militar, está imbricado na definição que se tinha da sociedade marginalizada como “classes perigosas”, circunstância que diametralmente perpassa a dimensão da pobreza

⁵¹Sobre a participação da burguesia no regime da ditadura militar, importante leitura de CAMPOS, Pedro H. P. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988.* (2014).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

e conseqüentemente a cor da pele. Para o autor, de acordo com as análises de Sidney Chalhoub o conceito sobre “classes perigosas” percorreu as discussões de parlamentares brasileiros no período inicial da república, preocupados com o processo de pós-abolição e dos espaços a serem ocupados pela população negra, perfizeram a compreensão social acerca da vadiagem, associado aos negros encarados como arruaceiros, melindrosos e de má índole.

Nesse sentido, argumenta que:

A síntese da formulação dos políticos brasileiros é apresentada por Chalhoub da seguinte maneira: “os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos (LIMA, 2018 apud CHALHOUB, 1996).

A repressão policial na década de 1970, encapa essas motivações afim de garantir a ordem e o controle social, sobretudo, de grupos e movimentos sociais. Conseqüentemente para um contexto ditatorial de subestabelecimento de normas e condutas, qualquer desvio ou crítica ao regime representaria a figura do “opositor político” (LIMA, 2018, p. 99). Contudo, não se tratava apenas de motivações políticas, a violência policial nas periferias, em especial aos bailes soul na década de 70 no Rio de Janeiro, era acompanhadas de sucessivas abordagens, revista, solicitação de documentos de identidade e inspeção policial, de modo ostensivo e corriqueiramente aos jovens negros frequentadores dessas festas.

Como se vê:

[...] à especificidade da violência ditatorial contra os bailes e contra o movimento negro politicamente organizado, o que se pretende aqui é analisar a experiência dos jovens negros no período a partir da percepção de que historicamente essa parcela da sociedade se constitui como alvo prioritário da violência estatal. (LIMA, 2018, p. 99)

As agressões físicas e verbais nas batidas policiares na década de 1970 aconteciam mesmo com a apresentação de documento pessoal, motivações que se enquadravam no controle social sobre as “classes perigosas” mencionadas a cima, bastava o enunciado do policial que continha o aviso de que, a depender da vontade do agente, aquela dura poderia acabar em uma prisão por vadiagem (PEDRETTI, 2018). Segundo o autor, há um vácuo do Estado nas discussões sobre racismo no período militar, que tensionou para o fortalecimento ideológico do período. Sobre isso, diz:

a existência, sim, de uma forma específica de violência da ditadura contra a população negra. Como a ideia de “democracia racial” era um importante pilar ideológico do regime, deve-se compreender que a figura do “opositor político” da ditadura acomodava também os críticos da “democracia racial” e os que acusavam e combatiam o racismo. No entanto, a identificação destes aspectos não tem por objetivo chegar à conclusão de que jovens negros frequentadores

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

dos bailes teriam sido “perseguidos políticos” da ditadura (PEDRETTI, 2018, p. 97).

Esse processo de subjugação, controle e desvalorização da população negra fica evidente através do encarceramento em massa, do afastamento das favelas em detrimento dos grandes centros urbanos, além da repressão violenta da polícia nas comunidades periféricas como aparato de controle, pode ser vista pela ação dos agentes do “DOPS, CIE e CISA frequentaram e monitoraram os bailes, produzindo relatórios sobre equipes e pessoas” (PEDRETTI, 2018, p. 98). Diante dessa questão, Teles (2020) considera que a violência policial se amplia ao final de 1969, à medida que a polícia militar assume novas posições de controle na administração das instituições, bem como, de órgãos públicos. Isso explica a forma expansiva nas operações da polícia militar junto as favelas.

O pretexto da segurança nacional do Estado no regime militar, serviu como cortina de fumaça para encobrir a violência policial, contra dissidentes do regime aos grupos “subversivos” cujas pautas contestatórias pudessem promover a “desordem” do Estado, e conseqüentemente da segurança nacional. Os desdobramentos desse efeito expansivo da polícia militar, só foram possíveis, em decorrência da Lei de Segurança Nacional (LSN)⁵² a qual erigia a noção de “inimigo interno”, regulamento adotado pela polícia. Assim, era fácil para polícia militar poder localizar os alvos potencialmente perigosos, sejam eles “criminosos comuns” ou “criminosos políticos”. Nesse contexto, a criação de instrumentos para as operações policiais requereu fortes investimentos do Estado, conforme menciona Teles:

em maio de 1967, a Seção de Segurança Pública (OPS) da USAID¹³ avaliou positivamente o auxílio às polícias brasileiras na formação de serviços especiais, tais como “tropas de choque” de tipo militar, para o combate das ameaças à segurança interna, alcançando bons resultados na repressão às manifestações estudantis, assim como no controle das favelas do Rio de Janeiro (TELES, 2020, p. 298).

Soma-se a isso, o ambiente de vigilância que ocorria nos subúrbios do Rio de Janeiro, seguidas de sucessivas blitzes, além de prisões que ocorriam de modo arbitrário, permitiram abusos de poderes, bem como, de uma política criminal da polícia militar ancorada no racismo. Assim, conter a massa negra a partir da asfixia em nome da segurança nacional, contra o “criminoso comum” em detrimento do “criminoso político” era o modelo que o Estado agenciava a corporação militar a partir do filtro racial que atestava o corpo negro como potencial criminoso. Pires (2018) expõe essa discussão:

⁵² Legislação que tipifica os crimes contra a segurança nacional a ordem política e social, utilizada no contexto do regime militar para cassar políticos, inibir direitos civis (como parte do combate a subversão), bem como, decretar prisões de modo arbitrário pela polícia e outros órgãos de segurança do Estado.

A questão agora não estava relacionada à contenção dos riscos que a massa negra representava para a segurança pública, em razão de sua “criminalidade potencial”, mas a necessidade de que fossem monitorados de perto pelos órgãos de repressão, e eventualmente mais do que isso, por desafiarem as bases estruturais da ordem social vigente. (PIRES. 2018. p, 1063)

2.1- Vigilância e exclusivismo das abordagens policiais: mobilização contra a discriminação racial

A partir desse contexto, compreende-se que, no regime militar a ação da polícia passa a ganhar novas feições, politizadas pela repressão efetiva de controle do Estado junto à periferia sobre um aparato institucionalizado da corporação militar, como modo de instituir a ordem e o controle das “classes perigosas”. Esse processo, conforme assinala Munanga e Gomes (2006), inscreveu sobre um grupo social uma vigilância exclusiva que não se restringe apenas a dispersão da população negra, mas da mobilização e articulação entre coletivos que passaram a denunciar a repressão nos subúrbios e do tratamento da abordagem policial denunciadas por entidades estaduais de agremiações negras representadas por líderes militantes, que ressurgiam no cenário nacional com as mobilizações da luta contra a discriminação racial. Nesse contexto, surge o Movimento Negro Unificado (MNU), seu nascimento ocorre justamente com a principal manifestação dos coletivos negros.

A cena que figura na memória dos coletivos negros conforme aponta Rios (2012), é a manifestação nas escadarias do teatro municipal de São Paulo em 1978, na ocasião o protesto ocorria mediante a morte sob tortura do trabalhador negro Róbson Silveira da Luz e a discriminação sofrida por quatro atletas juvenis negros, retirados do Clube de Regatas Tietê, em São Paulo. A projeção desse descontentamento das entidades negras potencializou uma nova militância negra, na qual, vinha se firmando ao decorrer da década de 70. Além do evento propiciar o nascimento do MNU, representaria um marco para a luta negra de contestação da dignidade humana.

Nesse contexto, denunciavam a disposição da ditadura civil militar ao politizar o ocultamento de corpos, a sistematização e silenciamento das testemunhas, bem como, das perseguições ideológicas ao instituir novas formas e ferramentas de exclusão racial que permitiram o que Achile Mbembe (2018) define como “necropolítica”, ao invisibilizar a morte de pessoas negras, coberta por uma estrutura racial que organiza os espaços na ordem geral da sociedade. Da mesma maneira, determina os lugares a serem ocupados pela sociedade na organização social, na qual o Estado de direito tenta abarcar.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

3- CONCLUSÃO

A partir dessas constatações, pode-se assegurar que a exclusão racial no Brasil tenta se firmar constantemente a partir das estruturas institucionais do Estado, evidente pela corporação militar, cujos mecanismos de controle reproduzem mensagens, ações e significados expressos na hostilização do corpo negro. Ademais, escancara o filtro racial na abordagem policial como monopólio da violência, da mesma maneira, institui a culpabilização desse grupo como pressuposto para o controle social. Este cenário tem ressurgido na atualidade com cenas brutais de chacinas e/ou casos de violência nas comunidades, conforme apontado pelos últimos censos, sobre o aumento da violência racial⁵³, cenas que revelam uma escalada de ódio e insufla na sociedade a naturalização da violência aos negros. Diante desse quadro outros questionamentos surgem; como a Justiça brasileira trata os casos de discriminação racial na mesma medida que presenciamos um aumento estarrecedor da violência racial no país? A emergência dessa resposta descortina a ascensão do ultraconservadorismo no país, como “uma fase contemporânea da barbárie” (NETTO, 2013).

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Atlas da Violência 2020. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=ticle&id=36488&Itemid=432>. Acesso em 20 mai. 2022.

GURGEL, Cláudio R. M. **A gerência do pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal.** São Paulo: Cortez, 2003.

KÖSSLING, Karin Sant’Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP.** (Dissertação de Mestrado). USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Pós-graduação em História Social. p.314, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01112007-142119/> acesso em: 20.08.2021

LIMA, Lucas Pedretti. **Bailes soul, ditadura e violência nos subúrbios cariocas na década de 1970.** Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado,** Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978

⁵³ Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>>. Acesso em: 20/05/2022.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

NETTO, J. P. **Introdução ao método da teoria social**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

NETTO, J. P. **Uma face contemporânea da barbárie**. In. COSTA, G. M.; SOUZA, R. (Orgs.). O social em perspectiva políticas, trabalho, serviço social. Maceió: EDUFAL, 2013.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino (orgs). **O negro no Brasil de hoje**. – São Paulo: Global, 2006.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro**. Revista Direito e Práxis. [online]. 2018, vol.9, n.2, pp.1054-1079.

RIOS, Flavia. **O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010)**. Revista Lua Nova, núm. 85, 2012, pp. 41-79.

SCHLITTLER, Maria Carolina de Camargo. **"Matar muito, prender mal"**: a produção da desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP. 2016.

SCHMIDT, Fabiana *et al.* **Medidas socioeducativas e cultura punitiva: o recrudescimento do controle das expressões da questão social no Brasil**. 2018.

TELES, Janaína Teles. **Eliminar “sem deixar vestígios”**: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil. REVISTA M. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-297, jul./dez. 2020. Disponível

em: <<http://seer.unirio.br/revistam/article/view/10026/>> acesso em: 26.08.2021.

FORÇA DE TRABALHO SUPÉRFLUA, DESOCUPAÇÃO, INATIVIDADE E RAÇA/COR: uma interpretação dos dados estatísticos da PNADC/IBGE

*Elizete M. Menegat

**Dayane A. Cardoso da Silva

Resumo:

O objetivo geral desta pesquisa é refletir em torno da categoria social e analítica dos supérfluos do mundo do trabalho na atualidade, quando se observa o amadurecimento das novas tecnologias altamente poupadoras de força de trabalho desenvolvidas pela 4ª revolução industrial. Como objetivo específico, buscamos analisar o crescimento dos supérfluos, atualmente, no Brasil, a partir de dados da série histórica da PNADC/IBGE.

Palavras-chave: supérfluos, inativos, desocupados, 4ª revolução industrial

Abstract:

The general objective of this research is to reflect on the social and analytical category of the "superfluous" in the world of work today, when the maturation of new technologies that are highly labor-saving developed by the 4th industrial revolution is observed. As a specific objective, we seek to analyze the growth of superfluous in Brazil, based on data from the PNADC/IBGE historical series.

Keywords: superfluous, inactive, unemployed, 4th industrial revolution

1- INTRODUÇÃO: SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE UMA MASSA DE SUPÉRFLUOS DEFINITIVOS, NA ATUALIDADE

Como se sabe, a crítica da economia política considera que a constituição de uma camada de seres humanos desnecessários ao sistema de produção de mercadorias é um dos fundamentos da própria estrutura de estratificação social exigida pelo capitalismo. A origem social dos supérfluos remonta, pois, ao próprio processo de criação, pelo capital, das formas de divisão social e técnica do trabalho exigidas pela produção do mais-valor. Na sociedade do trabalho mercantilizado, a existência de um exército permanente de supérfluos constituiu-se, desde então, em um mecanismo fundamental para rebaixar o

*Doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Professora Associada na FSS/UFJF.

** Graduanda em Serviço Social na FSS/UFJF. Bolsista BIC no projeto "Território e limites da reprodução da vida nas periferias".

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

salário a um valor mínimo necessário à reprodução da força de trabalho garantindo, assim, uma condição fundamental para a apropriação do mais-valor pelo capital.

Nesse sentido, ambos, o contingente dos necessários e o contingente dos desnecessários à produção – os supérfluos -, constituíram-se, lógica e dialeticamente, essenciais ao processo de valorização do capital e da acumulação capitalista. Em outras palavras, tanto os necessários quanto os desnecessários foram historicamente constituídos como partes funcionais da mesma forma de organização social do trabalho que foi imposta pelo moderno sistema mundial de produção de mercadorias. Portanto, não só o exército permanente de trabalhadores ativos, mas, também, o exército permanente dos inativos foi constituído pelo imperativo da valorização do capital. A existência de ambos foi, desde o princípio, determinada pela lei do valor (MARX,1984:195).

Entre os séculos XVI e XVIII, o movimento violento da acumulação originária do capital gerou, no centro europeu e na periferia colonial, uma gigantesca massa de força de trabalho explorável. O nascente sistema mundial de produção de mercadorias, depois de roubar a propriedade das condições de reprodução dos camponeses e artesãos, na Europa, e dos povos originários, na periferia colonial, separou funcionalmente a massa mundial de exploráveis em socialmente necessários e socialmente desnecessários. Além desta cisão econômica fundamental, produziu-se a cisão racial em brancos e não brancos e, em homens e mulheres e masculinos e femininos (QUIJANO:2005),(LUGONES, 2008). Com o objetivo de produzir mais-valor, o novo padrão eurocêntrico de poder combinou todos os modos historicamente conhecidos de controle sobre o trabalho, os recursos e os produtos. Os colonizados – negros e indígenas – foram violentamente incorporados a este moderno sistema mundial de produção de mercadorias como fração da força de trabalho a ser explorada pelos regimes de escravidão e de servidão, com o objetivo único de produzir lucros para o moderno sistema europeu. Durante cerca de quatro séculos, o trabalho assalariado foi privilégio, quase exclusivo, dos homens brancos. QUIJANO: 2005).

Determinada pela lei do valor, a quantidade de supérfluos cresce na razão direta do desenvolvimento das forças produtivas e do progresso da acumulação (MARX, 1984). Portanto, a relação entre a quantidade dos que são considerados necessários à produção e a quantidade dos que são considerados desnecessários, varia historicamente. Em termos relativos, o número de supérfluos cresceu, no mundo, em todos os momentos em que houve desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, aumento da produtividade do trabalho. E, a partir de meados dos anos 1970, quando as taxas de lucro alcançadas

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

pelo desenvolvimento das tecnologias da 3ª revolução industrial começam a declinar, começa-se a observar, pela primeira vez, o crescimento não apenas relativo, mas, também absoluto, do número de supérfluos em nível mundial⁵⁴ (KURZ:2019). É deste período a criação do termo “desemprego estrutural” para denominar este fenômeno de criação, no nível mundial, de uma massa humana de desempregados e inativos que já não podia mais ser caracterizada como exército industrial de reserva, uma vez que a sua existência começava exceder, em muito, as quantidades funcionais de supérfluos exigidos pelo sistema. Desde então, a substituição do trabalho vivo por mecanismos cada vez mais autômatos, vem evidenciando a trágica superfluidade do próprio trabalho.

Mas, como medir a variação histórica das quantidades de supérfluos e estimar o seu futuro? As melhores janelas para a observação do crescimento das quantidades de supérfluos, são os momentos históricos de elevação da produtividade proporcionada pelas revoluções das matrizes tecnológicas, as denominadas revoluções industriais (KURZ: 2018). Desde a acumulação originária e, posteriormente, nos anos críticos do primeiro desemprego tecnológico criado pela emergência da 1ª Revolução Industrial e, principalmente, um século depois, com a 2ª Revolução Industrial, as periferias colonizadas foram utilizadas como depósitos de supérfluos gerados pelos países europeus (BAUMAN, 2005). Ao longo da segunda metade do século XIX, na época em que nascia a 2ª Revolução Industrial, a Europa descartou milhões de supérfluos que vieram aportar nas Américas. Para recebê-los, as nações periféricas que se beneficiavam do trabalho escravizado de não-brancos, foram pressionadas, antes por razões econômicas do que humanitárias, a realizar a transição para o trabalho livre. À imensa maioria dos não-brancos coube, desde então, o lugar e a função de supérfluos na estrutura do trabalho produtor de mais valor (MENEZES, 2013).

Não só na América mas, em todo o planeta, os movimentos permanentes de expansão do capitalismo criaram, em quantidades cada vez mais crescentes, “uma massa racializada de supérfluos” (McINTYRE:2011) que, atualmente, pode ser analisada como resultado do novo pico de aumento da produtividade do trabalho, impulsionado pela 4ª revolução industrial. Entre 2008-2012, entramos, globalmente, na era da 4ª revolução industrial. A ultrapassagem definitiva da 3ª revolução industrial para a 4ª vem sendo reconhecida pelo salto disruptivo no padrão das relações dos humanos com as máquinas

⁵⁴ Considera-se, em geral, que o desenvolvimento das tecnologias da 3ª revolução industrial começa no período da segunda guerra mundial. As armas nucleares, o computador, o transistor e as tecnologias de comunicação e informação parecem ser o carro chefe desta terceira rodada de inovação da matriz tecnológica. A este momento correspondem, consequentemente, o novo pico da produtividade do trabalho e a nova rodada de substituição, em larga escala, da força de trabalho por máquinas e pelos primeiros protótipos do robô.

e das máquinas entre si. A 4ª revolução industrial representa um novo movimento de aceleração dos processos de automação industrial, desta vez possibilitados pela integração de inovações tais como a inteligência artificial, a manufatura digital (3D), a robótica, a internet das coisas e a computação em nuvem.

Conforme os autores do relatório *The challenge of slums*, “as cidades tornaram-se o depósito de lixo desta população excedente” (ONU, 2003, citado por DAVIS, 2006:91). Também para autores como Bauman (2005) e Davis (2006), estes “refugiados” do sistema de produção de mercadorias vêm sendo depositados, como lixo, nos campos de refugiados, nas favelas e nas periferias das metrópoles mundiais onde formam uma verdadeira “orla dos párias”. Neste cenário de agudas desigualdades sociais, raciais e territoriais, os moradores das favelas e periferias urbanas encontram-se no limite da sobrevivência: definitivamente sem empregos, sem proteção do Estado e, tendencialmente, sem meios de viver.

Nesta direção, o objetivo específico deste trabalho é dimensionar o problema representado pelo crescimento dos supérfluos, no Brasil, a partir de dados da série histórica da PNADC/IBGE.

Os dados desta pesquisa oficial vem confirmando o crescimento contínuo, nos últimos anos, de um contingente de brasileiros em idade de trabalhar que já não desenvolve qualquer atividade econômica, quer como ocupados no mercado formal ou no informal. Considerando o contexto mundial da introdução das tecnologias da 4ª revolução industrial em curso, o presente artigo limitou-se a estudar dados da PNADC sobre as relações, atualmente existentes, entre a quantidade de trabalhadores ativos (ocupados e desocupados) e a quantidade de trabalhadores inativos (não trabalham e não procuram emprego).

2- CONTANDO OS SUPÉRFLUOS NO BRASIL: UMA INTERPRETAÇÃO DOS DADOS ESTATÍSTICOS DA PNADC/IBGE

A partir de 2012, a PNADC passou, então, a classificar, como “ocupados”, a totalidade dos trabalhadores formais somados à totalidade dos informais. Foram considerados formais, os assalariados dos setores público e privado, que têm carteira assinada. No mercado informal, passou-se a considerar os ocupados sem carteira de trabalho, os ocupados por conta própria sem CNPJ, os empregadores sem CNPJ, os diaristas e mensalistas sem vínculo formal e as pessoas que desenvolvem atividades produtivas sem receber remuneração.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Portanto, as mudanças na PNADC, em 2012, foram impulsionadas pela necessidade urgente dos governos produzirem instrumentos mais adequados para controlar, de modo contínuo e mais rigoroso, as repercussões internas causadas pelo movimento global e avassalador de destruição de um elevado número de postos de trabalho desencadeado, principalmente, depois da crise mundial de 2008. Este novo abalo da crise estrutural do capitalismo acelerou a introdução, em escala global, das tecnologias típicas da 4ª Revolução Industrial, produzindo efeitos sociais ainda mais catastróficos.

Do ponto de vista da utilidade econômica para o sistema de produção de mercadorias, a PNADC classifica a população brasileira total em dois grupos: 1) População em Idade Ativa (PIA), formada pelos que têm acima de 14 anos, e 2) população abaixo da idade ativa.

Por sua vez, o universo da PIA - população em idade de trabalhar - é dividido, pela PNADC, em dois grupos: os efetivamente ativos e os inativos. Os ativos são também reconhecidos, pela PNADC, como contingente da PIA que “está na força de trabalho” e, os inativos, o contingente da PIA que “está fora da força de trabalho”.

A População Economicamente Ativa (PEA), por sua vez, é formada pela reunião dos “ocupados” - os que exercem alguma ocupação, seja no mercado formal ou informal – e dos “desocupados” – os que não exercem qualquer ocupação, seja no mercado formal ou informal, mas, estão procurando ocupação. Assim, o percentual “dos que não trabalham, mas, estão procurando trabalho” é classificado, pela PNADC, como força de trabalho ativa e, portanto, relativamente funcional ao sistema de produção. Para os fins deste trabalho, consideramos que, os assim denominados, “desocupados” constituem aquele corpo de indivíduos supérfluos à produção, mas que ainda são competitivos e, portanto, capazes de disputar, entre si, as vagas rotativas e as eventuais novas vagas que surgirem, seja no âmbito formal ou informal.

Este grupo de excedentes do mundo do trabalho encontra-se próximo daquilo que poderíamos denominar, ainda hoje, de relativamente supérfluos⁵⁵ ou exército de reserva.. São, neste sentido, a camada dos supérfluos que ainda guarda certa funcionalidade para o sistema de produção, ao contrário do grupo que o IBGE classificou de “desalentados”, que são aqueles que desistiram de procurar trabalho e integram o contingente dos inativos.

⁵⁵ No Capítulo XXIII, ao analisar a superpopulação relativa, Marx afirmou: “...a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional *relativamente supérflua* ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (MARX, 1984: 199). Grifos nossos.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Os assim denominados, pela PNADC, de “inativos” ou “fora da força de trabalho” – nem trabalham, nem procuram trabalho - podem ser considerados como o contingente dos definitivamente supérfluos. Tudo indica que eles foram definitivamente desativados do processo de produção de mercadorias. Estes, já não podem ser considerados úteis sequer como reserva de força de trabalho. O contingente massivo de inativos não desempenha mais qualquer função no mundo do trabalho.

Ao contrário da taxa de desocupação, o quantitativo dos inativos é, em geral, subnotificado pelos canais tradicionais de divulgação dos dados da PNADC – inclusive por vários canais de informação do próprio IBGE. O que, primeiro, aparece estampado nas manchetes são as “taxas de desocupação”, as quais dizem respeito, apenas, aos supérfluos funcionais - não trabalham, mas, procuram trabalho. A taxa de desocupação – também denominada de taxa de desemprego - não revela a totalidade dos que não trabalham, pois, não inclui o elevado percentual de supérfluos definitivos: os que nem trabalham e nem procuram trabalho.

Por exemplo, a taxa de desocupação, no 2º trimestre de 2020, foi de 13,6%, que correspondia a 12,8 milhões de brasileiros. Esta taxa informa que 13,6% da população em idade de trabalhar está procurando trabalho e, portanto, mobilizada aguardando a eventual oportunidade de ocupação de alguma vaga. Contudo, poucas matérias noticiavam que, além dos 12,8 milhões, havia uma legião de 77,8 milhões de supérfluos na categoria dos que nem trabalhavam nem procuravam trabalho na data da pesquisa. Estes são os que desistiram de procurar trabalho; são os denominados, pela PNADC, de “fora da força de trabalho”. São os definitivamente supérfluos. Estes tendem a compor a orla dos miseráveis, dos “seres humanos não rentáveis” que não encontram mais condições “de viver do seu trabalho” e adquirir, no mercado, os meios de viver (KURZ, 2019). Trata-se da parcela que fica sem “fundos de subsistência” (MARX, 1984: 209).

E, qual é a quantidade de supérfluos que o Brasil apresenta na atualidade? Considerando o total dos relativamente supérfluos e dos definitivamente supérfluos, o Brasil alcançava, no 2º semestre de 2020, a cifra de 90,6 milhões. Este cálculo resulta da soma de 12,8 milhões mais 77,8 milhões, acima comentado. Em porcentagem, o universo “dos que não trabalham” representava, naquela data, 52% da população em idade de trabalhar, como podemos observar na Tabela 1:

TABELA 1 – Total da PIA - população em idade de trabalhar X Total da PIA que trabalha (Taxa de ocupação) X Total da PIA que não trabalha (“não trabalha, mas, procura trabalho” + “não trabalha e nem procura trabalho”)

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Ano	Total PIA (milhões)	Total da PIA que trabalha (milhões)	Percentual da PIA que trabalha (Tx ocupação)	Total da PIA não trabalha (milhões)	Percentual da PIA que não trabalha
2012/ trimestre	1º 156,38	88,00	56,3 %	68,3	43,7 %
2016 trimestre	/1º 165,33	91,10	55,1 %	74,2	44,9 %
2020/ trimestre	2º 173,90	83,90	48 %	90,6	52 %

Fonte: Elaboração das autoras com base em dados da PNADC/IBGE

Do ponto de vista da série histórica, a Tabela 1 indica que, entre o 1º trimestre de 2012 e o 2º trimestre de 2020, a população em idade de trabalhar (PIA) passou de 156,38 milhões para 173,90 milhões. Isto é, em 8 anos, o universo da PIA ganhou 17,52 milhões de novos indivíduos, homens e mulheres. No mesmo período, 2012-2020, o contingente dos que não trabalham - que reúne os que não trabalham, mas, estão procurando ocupação somados aos que não trabalham e não procuram ocupação - passou de 68,3 milhões para 90,6 milhões. O contingente dos que não trabalham sofreu, portanto, um acréscimo de 22,3 milhões. Em outras palavras, entre 2012 e 2020, o percentual de brasileiros em idade ativa que não trabalha, passou de 43,7% para 52% do total de indivíduos da PIA. Isto é, no 2º trimestre de 2020, como afirmou Adriana Beringuy, analista de pesquisa do IBGE, o contingente que não trabalha ultrapassou, em números, o contingente que trabalha:

Pela primeira vez na série histórica da pesquisa [2012-2020], o nível da ocupação ficou abaixo de 50% (...). Isso significa que menos da metade da população em idade de trabalhar está trabalhando. Isso nunca havia ocorrido na PNAD Contínua (BERINGUY, 2020).

Entre 2012 e 2020, inverteu-se a relação entre os que estão ocupados - “os que trabalham” - e os que não estão ocupados - “os que não trabalham”. Isso não pode passar despercebido. As formas de reprodução do capital, na era da 4ª revolução industrial, iniciada ao redor de 2010, parecem exigir, contraditoriamente ao imperativo de valorização do valor, a inutilização de parcelas majoritárias da população em idade de trabalhar. As novas tecnologias e o novo pico de produtividade que elas alcançaram é responsável por esta nova rodada de eliminação do trabalho vivo e, portanto, pela elevação do número de supérfluos a patamares assustadores.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Os dados indicam que, atualmente, não há lugar, nem mesmo na economia informal, para mais da metade da população brasileira em idade de trabalhar, como foi visto. Não surpreende que a maioria dos trabalhadores resgatados, pelos órgãos oficiais de fiscalização, retorne ao trabalho análogo à escravidão por falta de alternativas de sobrevivência (REPÓRTER BRASIL, 2011).

As séries históricas da PNADC informam, ainda, que, entre os ocupados, os negros – pretos e pardos – consolidaram-se como grupo majoritário no trabalho informal. Eles constituem maioria, principalmente, nas atividades informais mais mal remuneradas tais como, serviços domésticos, construção civil e agropecuária. E, entre os ocupados no setor formal, as séries revelam que os negros também são ampla maioria nas atividades que oferecem as mais baixas remunerações tais como os denominados serviços gerais vinculados à carga e descarga, limpeza, manutenção, segurança. E, os negros são, também, tragicamente majoritários no interior do imenso contingente formado pelos desocupados e pelos inativos: isto é, tanto entre os supérfluos relativos quanto entre os supérfluos definitivos. Nesse sentido, os negros e, principalmente, as mulheres negras, constituem a fração majoritária do universo de pobres e miseráveis do país. São, portanto, maioria entre os sujeitos que não podem garantir sua sobrevivência através do rendimento do seu trabalho uma vez que estão sendo definitivamente dispensados pelos robôs e computadores da nova era de produtividade do trabalho.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da PNADC indicam um quadro de multiplicação descontrolada da camada de supérfluos que, velozmente, tende a ultrapassar a camada de trabalhadores necessários ao sistema de produção de mercadorias. O atual estágio de progresso da produtividade do trabalho alcançado pela 4ª revolução industrial é o principal responsável pela nova rodada de eliminação do trabalho vivo. A diminuição das taxas de ocupação, e a consequente elevação das taxas de desocupação e inatividade, vêm se manifestando como o principal indutor do aumento da desigualdade social, territorial, racial e de gênero. O contingente de supérfluos atualmente existentes constitui uma espécie de refúgio humano tendencialmente depositado nas periferias urbanas (BAUMAN, 2005; DAVIS, 2006).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Projeto muda conceito de empregado para fins estatísticos, 04/01/2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/480009-projeto-muda-conceito-de-empregado-para-fins-estatisticos/>>. Acesso em 12/03/2020.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro, Zahar: 2005.

BERINGUY, A. Pela primeira vez mais da metade dos brasileiros não tem trabalho, diz

DAVIS, M. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FREY, Carl Benedikt; OSBORNE, Michael A. The future of employment: how susceptible are Jobs to computerisation? 17/09/2013. Disponível em: <https://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/The_Future_of_Employment.pdf>. Acesso em: 03/10/2016.

GUTTAL, Shalmali; MANAHAN, Mary Ann. Os bens comuns, na natureza e na vida social, são a nova fronteira da luta anticapitalista. Disponível em: <<http://www.alainet.org/pt/articulo/186491>>. Acesso em: 10/03/2017

IBGE/SIDRA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Trimestre Móvel (PNADC/M). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadcm/tabelas>>. Acesso em: 26/08/2021.

IBGE. Estatísticas de Gênero. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,-3,128&ind=4726>>. Acesso em 28/06/2021.

IBGE/PNAD Contínua – Séries históricas. Disponível em: <[Divulgação trimestral | IBGE](#)>. Acesso em 16/11/20.

International Labor Organization (ILO). Informality and non standard forms of employment. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/how-the-ilo-works/multilateral-system/q20/reports/WCMS_646040/lang--en/index.htm>. Acesso em 2/05/2021.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KRENAK, A. **Idéias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KURZ, R. O mito da produtividade: desenvolvimento tecnológico, racionalização e desemprego. Obeco, 21/06/2018. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz1.htm>>. Acesso em: 21/08/2019.

LUGONES, M. Colonialidad y gênero. Colombia, **Tabula Rasa**, nº 9, 73-101, jul-dec 2008.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984(L.1).

McINTYRE, M. Race, surplus population and the marxist theory of imperialism. **Antipode**, pages 1489-1515, vol.43, Nov. 2011. Doi: 10.1111/j.1467-8330.2011.00898.x.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

MENEGAT, E. **Cidades em colapso: sobre o crescimento da população desocupada e inativa nas capitais brasileiras.** In: PINTO, N. M. e outras. Famílias e políticas sociais: os desafios da intervenção social. Viçosa: UFV Editora, 2020.

MENEZES, F. A funcionalidade do racismo para o capitalismo. Juiz de Fora, FSS/UFJF. **Revista Libertas**, v.13, n.2, ago-dez 2013.

PANNE, V.V. A discreta emergência dos Bancos de Tempo. OutrasPalavras, 11/08/2017. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/a-discreta-emergencia-dos-bancos-de-tempo/>>. Acesso em: 20/11/2021.

QUADROS, Waldir. É assustadora a bomba relógio que temos pela frente. Entrevista concedida a Patricia Fachin. **IHU-UNISSINOS**, 14/06/2019. Disponível em: <[“É assustadora a bomba-relógio que temos pela frente”. 80% dos trabalhadores brasileiros são pobres e vivem com renda de até 1.700 reais. Entrevista especial com Waldir Quadros - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](#)>. Acesso em: 12/05/2020.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 19/05/2008.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

RACISMO ESTRUTURAL EM TEMPOS DE NEOCONSERVADORISMO: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS RACISTAS EM EMPRESAS AÉREAS

Aline Macêdo Câmara Gracindo⁵⁶

Ellison Patrício Cassiano⁵⁷

Mayana Gerlany Costa da Silva⁵⁸

RESUMO

Com a hegemonia política da extrema direita no Brasil, em 2018 sob o comando de Jair Bolsonaro, tem-se a potencialização do neoconservadorismo, enquanto instrumento ideológico dominante, que aprofunda as desigualdades raciais e sustenta posturas racistas-sexistas. Buscamos, portanto, compreender as bases estruturais desse fenômeno, mais particularmente de sua expressão institucionalizada em empresas aéreas, as quais estabelecem critérios para admissão de funcionários, com base em estereótipos que privilegiam a branquitude e subjugam os negros.

Palavras-chave: Racismo Estrutural. Neoconservadorismo. Empresas aéreas.

ABSTRACT

With the political hegemony of the extreme right in Brazil, in 2018 under the command of Jair Bolsonaro, there is the potentialization of neoconservatism, as a dominant ideological instrument, which deepens racial inequalities and supports racist-sexist postures. We seek, therefore, to understand the bases that define its institutional expression, mainly the companies that define its institutional expression, which define the areas of criteria, with a privileged base in ester and subjugate scope and subjugate.

Keywords: Structural Racism. Neoconservatism. Airline companies.

⁵⁶Assistente Social do Centro de Referência de Assistência Social do município de São Rafael/RN. Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: gracindoaline@gmail.com

⁵⁷Graduado em História e em Letras Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: elisoncassiano22@gmail.com

⁵⁸Especializando-se em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Espírito Santo e graduada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: mayanasilva1995@gmail.com

Eixo temático: As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva ultraneoliberal do capital.

1- INTRODUÇÃO

A ascensão política da extrema direita no Brasil reforça a condição colonialesca de um país subjugado, periférico e dependente de forças estrangeiras via atrofiamento do Estado Democrático de Direito. Discursos de ódio, xenofóbicos, sexistas, racistas, eugenistas se espriam mentes adentro, numa marcha rumo a uma nação de “fascismo acima de tudo, preconceito em cima de todos”.

Antes de ser uma representação racializada do humano, o colonialismo se configura como forma de organização social imperialista de territórios estrangeiros política e militarmente ocupados, em benefício dos grandes capitais europeus (FAUSTINO, 2015). O racismo, segundo Almeida (2019) divide-se em três concepções: individualista, institucional e estrutural. Para nosso estudo, ater-nos-emos aos desdobramentos do racismo estrutural nas empresas de companhias aéreas. Dado que, o racismo estrutural está diretamente ligado às instituições sociais, as quais impõem padrões de funcionamento que favorecem determinados grupos raciais, passando, assim, o racismo a fazer parte da ordem social. O conflito gerado dentro dessas instituições acarreta verdadeiros meios de transmissão de preconceito, o que geralmente acontece em empresas, escolas e governos (ALMEIDA, 2019).

Para tal, recorreremos a pesquisa bibliográfica e a análise de trechos retirados do blog do Centro Educacional de Aviação do Brasil – CEAB –, instituição devidamente autorizada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC –, que expõe algumas regras institucionais acerca da profissão de comissária de voo (aeromoça).

2- RACISMO ESTRUTURAL E NEOCONSERVADORISMO

O neoconservadorismo sempre foi a arma ideológica das sociedades fundadas em bases de produção capitalista, porém com a ascensão dos governos de extrema direita, principalmente nos Estados Unidos e no Brasil em 2018, esse instrumento se recrudescer trazendo à tona o anticivismo de uma sociedade pronta para revelar sua pior face: a negação do outro em sua humanidade. Mulheres, negros, índios, população LGBTQIA+ e outros segmentos sociais passam a ser alvos de práticas fascistas, irracionais e eugenistas. A defesa da tolerância e da igualdade cederam lugar ao ódio e a discriminação, que sem nenhuma timidez mostram a cara nas redes sociais, nas políticas criminológicas, sexistas e familistas, no racismo científico. A fala do atual chefe do executivo federal brasileiro, Jair Messias Bolsonaro, durante palestra no Clube Hebraica,

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

no Rio de Janeiro, de quando esteve num Quilombo, expressa escancaradamente a visão a-histórica e racista da classe dominante: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não servem para nada, nem para procriadores servem mais”.

Nesta toada, o racismo passa a estar não mais velado, mas escancarado nas estruturas sociais e institucionais, o que torna essa violência ainda mais perigosa, pois que amplamente aceita pela sociedade, sendo interiorizada no cotidiano e legitimada pelos meios midiáticos. Com isso, vivenciamos retrocessos nas conquistas dos direitos da população negra e demais minorias sociais, alvejados por ataques moralistas, que negam as diferenças e a diversidade e intensificam processos de subalternização e desumanização, que “implicam violência contra o outro, e todas são mediadas moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do outro: quando o outro é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças” (BARROCO, 2011, p.209).

Segundo o IPEA (2019), os negros representam 76% das vítimas de homicídios no Brasil⁵⁹, resultado da criminalização da pobreza, da militarização da vida cotidiana e do agigantamento da figura do Estado Penal, autoritário e hierárquico em detrimento do Estado Democrático de Direito. A violência policial tem um alvo certo: o negro, pobre e da periferia. A morte de George Floyd, asfixiado por um policial branco em Minnesota (EUA), dos brasileiros João Alberto de Silveira Freitas, espancado até a morte por dois seguranças brancos no estacionamento de um supermercado e a morte de Genivaldo de Jesus Santos, asfixiado numa câmara de gás improvisada numa viatura policial, evidenciam os a crueldade animalasca do nazifascismo imbricado nas práticas racializadas de culto à violência e ao militarismo.

A história do Brasil racista e classista tem sido escrita todos os dias, exaltada e rememorada pela violência policial [...] a prática desses segmentos policiais tem escrito e reescrito a história na pele, no corpo (e no espírito) dos escravos, no dorso da sociedade (dorso pobre e negro). (Soares, 2020, p. 56)

O processo histórico e político cria condições sociais para que o racismo aconteça. Almeida (2019) discorre sobre as condições de ineficácia do combate ao racismo, uma vez que, mesmo que os culpados sejam responsabilizados, isso não se torna suficiente para que a sociedade pare de criar meios de produzir desigualdades raciais. Entender que o racismo está presente nas estruturas sociais não absolve as ações individuais, muito pelo contrário, como Almeida (2019, p.34) nos ensina, é preciso

⁵⁹ Informação disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9619-pb8atlasviolenciaversaodivulgacao.pdf>

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, tornando-nos ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas.

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ético e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas. (ALMEIDA, 2019, p. 34)

Dessa forma, fica nítida a necessidade de uma união de todos os colonizados em prol da superação do colonialismo, como podemos ver no pensamento de Faustino (2015). Trata-se de uma disputa árdua e longa de desconstrução, pois não podemos mais entender a raça apenas como uma forma de dividir, mas sim compreendermos que esses povos sofreram e ainda sofrem na pele os efeitos do colonialismo, não bastando apenas libertá-los de suas correntes apenas por uma questão econômica de expansão do capitalismo moderno. Pois, devemos considerar esses efeitos do colonialismo como não só um movimento social, mas também um movimento político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político; caso contrário, seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros (ALMEIDA, 2019).

Por outro lado, não podemos negligenciar o caráter histórico do racismo, pois não é apenas algo que resulta dos vieses políticos e econômicos da sociedade, mas também da forma na qual a sociedade se formulou ao longo do tempo, pois cada sociedade possui uma história singular de formação, ocasionando assim interfaces deferentes.

O mesmo se passa com o racismo, porque as características biológicas ou culturais só são significantes de raça ou gênero em determinadas circunstâncias históricas, portanto, políticas e econômicas. Daí a importância de se compreender o peso das classificações raciais, não apenas na moldura dos comportamentos individuais ou de grupos, mas na definição de estratégias políticas estatais e não estatais (ALMEIDA, 2019, p. 35).

Podemos perceber, assim, que à medida que as sociedades vão se formando ao longo do tempo, há a necessidade de criar projetos políticos que determinem as suas estruturas, esses projetos se utilizam da divisão de raças para apontar um sistema hierárquico político e econômico. Essa divisão fica visível em diversas camadas da sociedade e dentro das instituições, como já visto anteriormente. Desse modo, esse racismo deve ser compreendido como estrutural, buscando compreender como uma sociedade se desenvolve a partir de práticas racistas, abrindo as discussões e, a partir disso, elaborando maneiras de desnaturalizar o racismo e reestruturar a sociedade, de forma que ela não crie mecanismos de disseminação e naturalização de práticas racistas.

3- O RACISMO E SUAS INTERSECCIONALIDADES: a expressão do pensamento antinegro nas companhias aéreas

O Brasil foi constituído em solo de extrema desigualdade social, racial e de gênero. O neoconservadorismo reflete uma sociedade contrária ao multiculturalismo e, conseqüentemente, favorável aos discursos excludentes, racializados e meritocráticos.

Diante das premissas iniciais, analisamos alguns trechos retirados do blog do Centro Educacional de Aviação do Brasil – CEAB –, instituição devidamente autorizada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC –, que expõe algumas regras institucionais acerca da profissão comissária de voo (aeromoça). O primeiro trecho destacado mostra de forma explícita as designações para a estética feminina nessa profissão:

Comissárias usam Luzes? Sim! As luzes precisam ser da raiz as pontas, ou seja, é um estilo que deixa o cabelo bem mais claro. Este estilo de cabelo é conhecido também como mechas, *são mais indicados para comissárias com pele mais clara*. Se o seu cabelo cresceu um pouco, será necessário que retoque a raiz novamente. [...]As *lãs*, Dreads (Dreadlocks), e acessórios despojados não são recomendados para as comissárias de voo. [...] As comissárias podem usar tranças, conhecidas especialmente como *tranças tradicionais*, e algumas até usam elas no coque. (Grifos nossos)

O excerto reflete na construção de um discurso voltado para a padronização e aceitação de determinadas estruturas estéticas da mulher baseadas no processo de branquitude da sociedade, alimentando a fantasiosa superioridade racial. A objetividade em determinar tons de cabelo propícios para mulheres da pele clara e renegar os referidos tons para mulheres da pele escura possibilita inferir o racismo institucionalizado velado pelas autoridades nacionais. Esse pensamento é um instrumento de dominação que opera na constituição de uma subjetividade homogênea. De acordo com Foucault (1996), em toda sociedade existem tipos de técnicas que moldam os indivíduos em relação aos seus corpos, pensamentos e condutas.

Segundo Gomes (2016, p. 42), “no caso dos negros o que difere é que a esse segmento étnico-racial foi relegado estar no polo daquele que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural e ao branco estar no polo dominante.” Nessa perspectiva, os estereótipos designados na sociedade assumem características eurocêntricas e reflete o processo histórico na estética do alto contingente de mulheres negras com cabelos alisados (MATTOS, 2015).

À vista disso, as determinações da Instituição em relação aos padrões de cabelos crespos/cacheados prosseguem de acordo com as normas das três principais

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

companhias aéreas brasileiras: Azul Linhas Aéreas, Gol Linhas Aéreas e Latam. Acerca do cabelo *Black Power* foram inferidas algumas recomendações:

Este tipo de corte deve-se ter atenção em relação ao volume do cabelo. Porém, o estilo de corte *Black Power* é permitido, desde que seja discreto e neutro. Portanto, ele não pode ser um *Black Power* muito grande, ou seja, volumoso. [...] Segundo informações, a Azul Linhas Aéreas fala que o cabelo do profissional da aviação (comissário de voo/aeromoça) não pode interferir no casquete (chapéu da comissária). Avalia-se que o tamanho permitido é de 3cm de comprimento, contando da raiz para ter um cabelo *Black Power*. (Grifos nossos)

Considerando o cabelo como parte da constituição identitária de um sujeito, a imposição do corte de cabelo crespo/cacheado e suas limitações para as formas de uso é um desrespeito à cultura afro-brasileira. Segundo Lody (2004, p. 14) “o cabelo é um identificador da pessoa e da cultura a que pertence.” Sua negação é uma afirmativa do racismo nas diversas esferas sociais e compromete o avanço na luta contra as desigualdades raciais.

A invisibilidade da mulher negra e a dominação sobre seus costumes, sua estética e seus pensamentos inferiorizam a sua história e desconsideram seus árduos processos de lutas por reconhecimento de direitos. Para Ribeiro (2017, p. 43), “seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a resignificação das identidades, sejam de raça, gênero, classe.” Ainda, segundo a autora, esse processo possibilitaria dar voz e visibilidade a esses sujeitos.

O último trecho analisado no blog da CEAB foi relacionado aos cuidados de beleza que as comissárias de voo precisam ter em suas rotinas:

Saiba que os cortes de *cabelo baixo cacheados* são recomendados, porém, é exigido que o comissário(a) tenha um *corte social, discreto*. Os cabelos curtos com cortes de entrada (*com risco*) acabam *não sendo recomendados*. [...] Caso você tenha um cabelo grande que passe do ombro, será necessário prender (rabo de cavalo, coque, trança) para trabalhar como aeromoça. Então, o cabelo cacheado não pode passar da altura do ombro. Portanto, você deve respeitar a *altura, o volume e a forma discreta*. (Grifos nossos)

Novamente a exigência de padrões capilares reitera a discriminação sobre cabelos crespos/cacheados. A exigência em relação à altura, ao volume e a discrição do cabelo atestam a hostilidade pela herança afrodescendente. É observado que o caráter institucional do racismo consolida a supremacia branca. As formulações das regras e normatizações das Instituições estão fundadas em padrões sociais e estéticos que privilegiam determinado grupo racial. Segundo Almeida (2019), no caso do racismo antinegro, as pessoas brancas são beneficiárias das condições criadas por uma sociedade que se organiza baseando-se em normas e padrões prejudiciais à população negra.

Posto isso, observou-se que algumas Instituições aéreas reproduzem, em suas normatizações, o racismo explícito. Na atual forma de sociabilidade embebida pelo neoconservadorismo, o preconceito contra a pessoa negra se espalha na forma de governo, nas organizações sociais e no próprio modelo econômico, sendo reforçado pelos mecanismos institucionais de empresas como essas, que se omitem na luta pela desconstrução da cultura racista-sexista e reforçam a normalização acentuada da segregação racial e a supervalorização das identidades raciais brancas.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A defesa prática da diversidade humana e da igualdade racial se coloca como urgente num país marcado historicamente pela cultura escravocrata - colonialesca e pela desigualdade social entre as classes. É evidente que, apesar da nação ser constituída pela pluralidade étnico-racial, a discriminação contra pessoas negras é facilmente identificada na sociedade brasileira.

O racismo vem sendo naturalizado durante muito tempo e o debate sobre essa problemática é visto como uma afronta aos padrões socialmente impostos, construídos pela classe hegemônica. É inquietante perceber que o movimento neoconservador ganha força mesmo após conquistas relevantes no combate às desigualdades, promovendo retrocessos vorazes nos direitos conquistados.

A cultura africana sobreviveu historicamente em circunstâncias marginalizadas e é vista como uma impetrante na cultura dominante. Cor da pele, textura do cabelo, vestimentas e hábitos são depreciados, e as Instituições sejam elas públicas sejam privadas assimilam tais posturas estereotipadas e acríticas, como visto nas análises dos trechos retirados do blog do Centro Educacional de Aviação do Brasil, em conformidade com os critérios exigidos por diversas linhas aéreas para admissão de funcionários.

O racismo estrutural, institucional ou viabilizado em suas diversas facetas é a afirmação de uma sociedade influenciada por premissas eurocêntricas e que nega ao outro o direito de existir como tal. Esse juízo dá margem a ideologia neoconservadora que é uma ponte para o passado e para a estagnação dos avanços das classes e dos grupos minoritários.

Destarte, ao propor um debate urgente e necessário sobre o racismo no Brasil, devemos nos questionar sobre as nossas ações quanto a propagação de conceitos raciais estruturados e aos nossos posicionamentos a respeito disso. Os diversos setores sociais e políticos carecem de uma reestruturação em suas normas e seus conceitos pré-

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

estabelecidos. A luta contra o racismo deve estar vinculada a uma luta maior, por uma forma de sociabilidade, na qual o outro seja possível em suas diferenças e alcance a emancipação humana.

5- REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARROCO. M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/rTywnLhQhmCyXCtYCSQWN9n/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 09 de jun. de 2022.

CENTRO EDUCACIONAL DE AVIAÇÃO DO BRASIL. **Aeromoça crespa ou cacheada: qual é o padrão que as companhias aéreas exigem?** – São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://ceabbrasil.com.br/blog/aeromoca-crespa-ou-cacheada-qual-e-o-padrao-que-as-companhias-aereas-exigem/>> Acesso em: 06 jun. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GARCIA, Carla Crisitna. **Breve história do feminismo.** São Paulo: Claridade, 2015

GOMES, Nilma Lino. Cabelo e corpo como símbolos da identidade negra. In Angela Figueiredo, Cintia Cruz (Org). **Beleza negra: representações sobre o cabelo, o corpo e a identidade das mulheres negras.** Cruz das Almas, BA: EDIFURB: Belo Horizonte, MG: Fino Traço, Coleção UNIAFRO; 2016.

LODY, Raul Giovanni. **Cabelos de axé: identidade e resistência.** Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2004.

MATTOS, Ivanilde Guedes de. Estética afro-diaspórica e o empoderamento crespo. **Pontos de Interrogação**, v. 5, n. 2, jul./dez. 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SOARES, Luís Eduardo. **Dentro da noite feroz: o fascismo no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2020.

GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA: análise sobre mortes violentas em uma região do município de Juiz de Fora

Pâmela Soares Oliveira⁶⁰

Resumo

O presente artigo pretende trazer os impactos e as percepções das famílias sobre mortes violentas de jovens em uma região do Município de Juiz de Fora. Através de entrevista, baseada no método de história de vida, apresento elementos que perpassam a história e os diversos âmbitos da vida dos familiares de vítimas de mortes violentas, buscando analisar e correlacionar as histórias apresentadas com o contexto social, considerando o racismo estrutural e as desigualdades sociais como fatores motivadores para as diversas formas de extermínio de corpos negros.

Palavras-chave

Racismo estrutural; genocídio da juventude negra; questão racial

Abstract

This article aims to bring the impacts and perceptions of families about violent deaths of young people in a region of the Municipality of Juiz de Fora. Through an interview, based on the method of life history, I present elements that permeate the history and the different areas of life of the families of victims of violent deaths, seeking to analyze and correlate the stories presented with the social context, considering structural racism and the social inequalities as motivating factors for the various forms of extermination of black bodies.

Keywords

Structural racism; extermination of black youth; racial issue

⁶⁰ Assistente Social especialista em saúde da família pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Trabalho de conclusão de residência orientado pelo professor Dr. Bruno Bruziguessi Bueno.

E-mail: pamelasoarez14@gmail.com. Eixo temático: Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais.

1- INTRODUÇÃO

O trabalho que será apresentado visa compreender e apontar os principais elementos que ocasionam o fenômeno do extermínio da Juventude Negra no município de Juiz de Fora, as consequências para as famílias desses jovens e a percepção que estas possuem sobre as mortes violentas do território em questão.

Em âmbito nacional a morte violenta de jovens é um fenômeno que assola o país, como aponta o Atlas da Violência do ano de 2020: os homicídios foram a principal causa dos óbitos de jovens do sexo masculino, totalizando 55,6% das mortes de jovens entre 15 e 19 anos; 52,3% daqueles entre 20 e 24 anos; e de 43,7% dos que estão entre 25 e 29 anos. Essa realidade faz-se presente no município de Juiz de Fora, contabilizando, em 2020, uma taxa de homicídios que chegou a 10,4 mortes, sendo 44% dos jovens de até 25 anos, de acordo com levantamentos realizados pelo Jornal Tribuna de Minas, em janeiro de 2021. Notadamente, existe um perfil por trás desses dados, sendo este preenchido por jovens do sexo masculino, de etnia negra e moradores de regiões periféricas. Como aponta Gomes e Laborne (2018), as mortes desses jovens não são motivadas apenas pelas condições socioeconômicas, mas tem como fator preponderante a questão racial.

Nesse sentido, buscando compreender os principais elementos que perpassam a morte violenta de jovens em uma região do município de Juiz de Fora, foi utilizado como instrumento a entrevista com base no método de história de vida. O método em questão foi escolhido com intuito de realizar o levantamento de memórias e vivências que apresente o contexto social em que o indivíduo entrevistado e “biografado” está inserido, evidenciando e correlacionando os elementos manifestos com a temática abordada. De acordo com Silva et. al. (2007), o método história de vida pertence ao rol das abordagens bibliográficas, dentro da metodologia de pesquisa qualitativa, e tem por premissa realizar o resgate das memórias, respeitando a história dos sujeitos entrevistados. Constituindo-se como método, a autora lista como características da entrevista baseada na história de vida, o respeito pela forma como a história é contada, a produção de sentido dada a essa história, a intersecção entre o individual e o social e principalmente o vínculo entre entrevistado e entrevistador (SILVA et. al. 2007).

Logo, através do método de entrevista com base na história de vida, pretendo evidenciar os constructos de relações sociais, de vida e trabalho dos entrevistados,

buscando compreender a perspectiva que essas famílias têm em relação às mortes violentas desses jovens. Por conseguinte, procuro, através desta pesquisa, explicitar os principais elementos que aprofundam esse fenômeno. Nesse sentido, vislumbro contribuir para o entendimento de que as mortes violentas de jovens negros da periferia estão atreladas ao racismo estrutural da sociedade brasileira.

2- RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse tópico será apresentado a análise sobre as falas e percepções dos familiares de vítimas de mortes violentas. Assim sendo, evidencio que após aprovação do Comitê de Ética da UFJF, e com a concordância do termo de compromisso, foram entrevistados três familiares desses jovens, todos de famílias distintas. Os participantes foram nomeados e sinalizados da seguinte forma: entrevistado 1 (E1); entrevistado 2 (E2) e entrevistado 3 (E3). Ressalto que por tratar-se de uma temática delicada e para manter o sigilo e a segurança, não será exposta nenhuma característica que possa gerar identificação dos entrevistados e suas famílias. Todavia, pelo contexto da pesquisa, é importante sinalizar o recorte de raça dos participantes, dessa maneira, todos os familiares entrevistados e os jovens mortos de forma violenta, compunham o perfil racial de negros, de acordo com o IBGE (pretos e pardos).

Assim, perante as falas dos entrevistados, identificamos que a violência, em suas diversas formas, torna-se um fenômeno presente na vida dessas pessoas, em vários momentos da vida.

É que eu trabalhava e meu marido na época de vez de trazer o dinheiro pra casa gastava tudo na rua com bebida. (...). Eu passei muita dificuldade. A gente discutia muito, às vezes ele me batia. Até que chegou a um ponto que eu não quis mais. (E1)

(...) No natal e ano novo a gente reunia a família, mas depois minha irmã morreu matada, o marido dela matou ela, com 36 facadas. Com um negócio de droga, ele via homem para todos os lados, aí ele sentiu ciúme e matou ela (...). (E2)

(...) Ele gostava é de bater, gostava de espancar os filhos, que ele bebia muita cachaça. Até na minha mãe ele batia (...). (E3)

Podemos perceber que a violência constitui algo estrutural e faz parte de um componente cotidiano dessas famílias, essa violência não é banalizada, mas é absorvida e reproduzida por essa população e por essas famílias, sendo, de certa forma, naturalizada. Desse modo, a violência, instrumento institucionalizado e utilizado para a mediação entre escravos e senhores no período da escravidão, passa a ser reproduzido sob novas bases nos dias atuais, sob as diferentes formas de genocídio da população

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

negra. Com efeito, a introjeção e naturalização da violência contra corpos negros são produzidas pelo racismo, que, de acordo com Almeida (2021, p. 65), “constitui todo um complexo imaginário social”.

Sob essa perspectiva, a violência e a banalização das vidas negras compõem, nos dias atuais, um instrumento atualizado para a implementação da necropolítica, seja de forma direta ou indiretamente. De acordo com Rosaneli et.al (2021) e com base em dados do IPEA (2019), 11 a cada 100 mortes violentas intencionais foram provocadas por policiais, onde 17 pessoas foram mortas por dia, gerando um total de 6.220 vítimas em 2018. Esses dados e a realidade dos entrevistados demonstram que a política sobre drogas no Brasil se insere sob a lógica biopolítica, que tem a morte como instrumento para controle e manutenção do poder (ROSANELI et.al, 2021).

A partir das falas ainda é possível identificar que as condições estruturais, de vida e moradia, sempre foram precárias e/ou insuficientes, assim como as condições objetivas de subsistência, na qual podemos identificar pelo histórico de situações de insegurança alimentar. Podemos perceber que as desigualdades econômicas, que tem como marca um recorte de raça, é um marcador para situações de violência, aumentando a incidência de vitimizações (CERQUEIRA; MOURA, 2013). No Brasil, de acordo com dados do IBGE (2021), em 2020, 10,4% da população (21,9 milhões de pessoas) viviam com até o valor de 1/4 de salário mínimo *per capita* mensal (cerca de R\$ 261,00) e 29,1%, aproximadamente 61,4 milhões de pessoas, com até 1/2 salário mínimo *per capita* (cerca de R\$ 522,00), enquanto 3,4% (7,2 milhões de pessoas) tinham rendimento *per capita* superior a cinco salários mínimos (R\$ 5.225,00). Esses dados evidenciam a disparidade econômica e social existente em nosso país. Vale lembrar que a pandemia de COVID-19, maior crise sanitária dos últimos tempos, aprofundou a desigualdade social, aumentando a destruição de postos de trabalho e, conseqüentemente, as condições de reprodução social das famílias.

No que tange ao mercado de trabalho, os índices referentes ao nível de ocupação em 2020 foram os menores da história. Os jovens, que são as pessoas de 14 a 29 anos de idade, foram também os mais afetados, dados recentes do IBGE (2021) indicam que apenas 42,8% dessa faixa etária ocupavam postos de trabalho em 2020. Esses dados revelam um processo de segregação racial, visto que dentre o total de pessoas ocupadas, a proporção da população branca era 45,6% e a da população preta ou parda, 53,5%. Contudo, a presença de pretos ou pardos é mais acentuada nas atividades que

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

possuem as menores remunerações como agropecuária (60,7%), construção (64,1%) e nos serviços domésticos (65,3%). Por outro lado, a população branca ocupa as atividades com maiores remunerações.

Da mesma forma, ao analisar as falas, podemos perceber como o desemprego e o acesso limitado às políticas sociais, educacionais, de lazer e moradia, impactam na ascensão social e no olhar sobre outras perspectivas para essa parcela da população. Além disso, nos chama a atenção a falta de documentação básica por parte desses jovens, que, também por conta disso, ficam impossibilitados de acessar vínculos de trabalho e um conjunto de serviços e políticas sociais, assim essa parcela da população acaba ficando invisibilizada.

Em suma, todos os processos citados anteriormente constituem uma forma de expressão da ausência do Estado, no que tange a insuficiência na execução de políticas públicas e sociais. Essa ausência é característica do Estado neoliberal. Sob esse contexto, há o dismantelamento das políticas sociais e a transferência de parte do orçamento público para o setor privado. Morais (2019) aponta que na insuficiência desse Estado, muitos jovens passam a ser tratados pela lógica penal e a criminalização dos corpos negros torna-se um subterfúgio para a manutenção do capitalismo sob a égide do neoliberalismo. Na mesma direção, Almeida (2021, p. 207) destaca que como não serão integrados ao mercado, seja como consumidores ou como trabalhadores, jovens negros, pobres, moradores de periferia e minorias sexuais serão vitimados por fome, epidemias ou pela eliminação física promovida direta ou indiretamente pelo Estado – um exemplo disso é o corte nos direitos sociais.

Outro ponto de destaque na entrevista diz respeito à percepção dos entrevistados sobre os extermínios desses jovens. Para eles, a causa restringe-se à disputa por territórios no tráfico. Observando os índices de desigualdade apontados acima, fica evidente que o tráfico de drogas para esses jovens é uma forma de ascensão social ou até mesmo de subsistência. Isso porque a realidade demonstra que os jovens não conseguem inserção no mercado de trabalho formal e legal, ou quando ocorre essa inserção, na maioria das vezes, esses jovens são absorvidos em trabalhos informais, precários e mal remunerados.

Logo, compreendendo o tráfico de drogas como uma atividade laborativa, apesar da ilegalidade, entendemos a entrada e venda da força de trabalho desses jovens à

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

indústria do narcotráfico. Em seu estudo, Costa e Barros (2019) evidenciam que para os adolescentes o tráfico constitui como uma atividade laborativa, constituído por categorias análogas ao trabalho formal, com chefes, horários, cargos e funções. Assim, as autoras evidenciam, parafraseando Lyra (2011), que há um deslocamento dessas categorias para outra esfera existencial e não um repúdio puro e simples ao estudo ou trabalho, como é disseminado pelo senso comum.

Por conseguinte, Costa e Barros (2019) indicam que a violência manifestada pela disputa de territórios pelo tráfico é consequência da criminalização das drogas e da ausência do Estado no sentido de regulamentação e mediação dos conflitos inerentes desse mercado ilegal. Consequentemente, esse processo corresponderia a uma forma de execução da necropolítica, mencionada por Mbembe (2020). Sob essa lógica, o Estado não atua diretamente sobre as mortes desses corpos negros, mas sua ausência abre brecha para uma terceirização dessas mortes. Nesse sentido, percebemos que há uma mudança na compreensão sobre a violência e a criminalidade pelos entrevistados, indicando um processo de complexificação e aprofundamento desses conflitos perante o acirramento das desigualdades frente ao contexto neoliberal.

Antes o pessoal tinha respeito, porque tinha um traficante que eles mataram, que ele colocava respeito, não tinha essas confusões não. Hoje em dia eles não tem respeito mais não. Tudo agora deles é dá tiro. (E1)

Antigamente o bairro aqui era melhor do que hoje. Tinha malandragem?! Tinha. (...) Mas eles respeitava as pessoas né. Até ajudava as famílias que precisavam. Chegavam perto deles, pediam um gás, uma cesta básica, eles davam. Eles morreram, mataram eles, né. Mas veio outros. Os traficantes antigamente não mexiam com a gente, ao contrário, eles ajudavam as pessoas que precisavam. (E2)

(...) Mas antigamente não tinha esse problema que tem agora, os outros matando os outros, os outros dando arma para menor matar os outros. Chegou a esse ponto pelo tráfico, tráfico de drogas. Antigamente não tinha droga. Agora tem tudo, e tudo eles jogam na mão dos menor. Antigamente era melhor agora piorou tudo. (E3)

As falas demarcam também a existência de uma complexidade nas relações entre as pessoas envolvidas nas mortes de forma violenta, evidenciando uma relação de convívio entre vítimas e vitimados e, de certa forma, a existência de relações de afeto e proximidade, apesar dos conflitos. Consequentemente, as falas também demarcam um processo de herança do extermínio, as mortes violentas, por vezes, são “acertos de contas” por mortes que se antecederam, gerando um movimento de vingança. Da mesma maneira, ocorre a sucessão no tráfico entre os núcleos familiares.

Criança que eu peguei no colo, tudo nessa vida aí (...). (E1)

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

(...) conheço quem matou. Eram pessoas que eu vi crescer. Ainda tenho contato com as famílias, mãe, irmão... a gente conversa (...). (E2)

Eu nem vou muito lá pra baixo para passar perto deles, eles me conhecem. Eles não mexem comigo não, porque eu não passo perto deles. O menino que matou meu neto eu conheço. Meu neto nunca mexeu com ele. Os outros que pagam para fazer, dão arma e eles vão e mata. Mas agora ele tem que pensar na vida dele (...) mas ele também vai levar um tiro e vai morrer. Hoje e amanhã o dia dele vai chegar. (...) Esse menino que matou meu neto morava do lado da minha casa. Ele era criado ali, eu brincava com ele todo dia. Ninguém pensava que ele ia matar meu neto [choro]. (E3)

Identificamos novamente, através dessas falas, uma naturalização das situações de violência. Podemos perceber que há uma passividade e resignação frente às mortes violentas, como se na impossibilidade de uma justiça institucional, deixassem a cargo da justiça das organizações criminosas agir sobre a vida desses indivíduos. Desse modo, percebemos a existência de uma certa banalização da violência e da vida negra, processo disseminado e introjetado até mesmo pelos familiares de pessoas que perderam suas vidas de forma violenta.

Finalmente, podemos analisar pela concretude do contexto expresso no decorrer da entrevista, que as mortes violentas desses jovens resultam de um processo que tem, por um lado, a ausência do Estado no que tange às políticas sociais e a ausência na regulamentação das drogas e por outro, sua participação efetiva na implementação de uma política de morte, que tem a raça como marcador. Portanto, entendendo que o racismo ocupa diversas esferas e campos da dimensão social e política, podemos concluir que o racismo constitui-se como instrumento de controle do Estado.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse estudo, podemos perceber que o racismo é o motivador da desigualdade racial existente e sinalizada através dos indicadores sociais como pobreza, desemprego, encarceramento e violência. Através do levantamento da formação social do Brasil, podemos perceber como o extermínio dos corpos negros foi substancial para a manutenção da necropolítica e, conseqüentemente, funcional para esse sistema produtor de desigualdades.

Além disso, foi evidenciado como a morte de jovens negros no Brasil demarca a efetividade de uma política de morte, que executa por aparatos diretos ou terceiriza o extermínio através da ausência do Estado. Podemos perceber que o extermínio de corpos negros, no contexto neoliberal, não está restrito apenas nas mortes e nos encarceramentos, ele encontra-se em todos os sentidos da vida desses sujeitos, seja na

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

exclusão dos espaços de poder, seja na assimilação ou aniquilação da cultura, na falta de acesso às políticas e na invisibilização e destituição de sua condição de cidadão.

Os resultados demonstram que os familiares entrevistados não percebem um vínculo imediato com relação ao racismo e as causas do extermínio dos jovens na região. A morte de forma violenta, para os entrevistados, estava vinculada diretamente à disputa por territórios pelo tráfico de drogas. Por outro lado, as falas dos entrevistados demonstram a compreensão de que o tráfico está diretamente ligado à falta de oportunidade, emprego e estudo. Em outras palavras, está diretamente ligado a uma ausência do Estado no que tange às políticas econômicas e sociais.

Como visto em Almeida (2021), o racismo como “ideologia molda o inconsciente”. Dessa forma, percebemos que há um processo de naturalização dos processos impostos pelo racismo, este expressa-se de forma velada na percepção do cotidiano dos familiares de jovens mortos de forma violenta. Por outro lado, torna-se visível, pela contextualização da história de vida dos entrevistados, como os processos das desigualdades produzidas pelo racismo incidem diretamente sobre todas as esferas.

No que tange às consequências do extermínio sobre a vida dos entrevistados, percebemos que mais do que a dor da perda de um ente querido, encontra-se o medo dessa herança de mortes e violência. Ainda ficam evidentes as marcas da violência deixadas na constituição e futuro dessa comunidade. Por fim, trazer a realidade e história dessa parcela da população e evidenciar os constructos das relações permite a compreensão dos elementos através de um olhar aprofundado dos fenômenos e não somente na quantificação desses. Simboliza tirar do invisível o genocídio existente contra essa população e escancarar e desnaturalizar o racismo.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 19-255.

ALVARENGA, R., FillaRosaneli, C., Andrade Ferreira, A y Bueno de Lima, C. (2021). Violência, guerra às drogas e racismo de estado no Brasil. **Polis Revista Latinoamericana**, 20 (60), 130-148 doi: <http://dx.doi.org/10.32735/S0718-6568/2021-N60-1505>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA(Org.). **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 01 Fev. 2022.

BARROS, A. P. M. C. E. B. W. Traficante não é vagabundo”: trabalho e tráfico de drogas na perspectiva de adolescentes internados. **Direito e praxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 2399-2427, mar./2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/nBpd5y3p8gmtfzVhrMWSNkd/?lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2021.

ALVARENGA, Darlan; SILVEIRA, Daniel. Desemprego recua para 14,1% no 2º trimestre, mas ainda atinge 14,4 milhões, aponta IBGE. **G1 Economia**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/31/desemprego-fica-em-141percent-no-2o-trimestre-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 2 mar. 2022.

GUIMARÃES. Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Novos Estudos, nº 43, novembro de 1995.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 1. ed. São Paulo: N-1 edições, 2018. p. 5- 71.

MORAIS, Rômulo Fonseca. **O Extermínio da Juventude Negra**: Uma análise sobre os discursos que matam. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2019. p. 13-302.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: Processo de um Racismo Mascarado . 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016. p. 17-229.

SILVA, A. P. et. al. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/6224/3816>. Acesso em: 11 nov. 2021.

ZANELLA, Sandra. Mortes violentas ficam estáveis em Juiz de Fora, após duas quedas. **Jornal Tribuna de Minas**. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/03-01-2021/mortes-violentas-ficam-estaveis-em-juiz-de-fora-apos-duas-quedas-2.html>. Acesso em: 1 mar. 2021.

A SEGREGAÇÃO ESPACIAL COMO EXPRESSÃO DA EXPLORAÇÃO E DA OPRESSÃO DAS CLASSES POBRES NO BRASIL

Erika de Almeida Winter⁶¹

Resumo: Este texto faz parte das pesquisas que embasam a dissertação de mestrado da autora. O objetivo é refletir sobre a segregação espacial, oriunda do processo capitalista, e reforçada pelas políticas ultraneoliberais, executadas por um Estado opressor e violento e que dão ensejo às massas empobrecidas, exploradas e oprimidas. O direito à moradia digna é ceifado da população de baixa renda pois a terra é uma mercadoria reservada às classes dominantes e ao Estado. A exclusão socioterritorial é o retrato da crise urbana contemporânea, com cidades segmentadas pela desigualdade.

Palavra-chave: segregação espacial; classes pobres, direito à moradia; crise urbana; ultraneoliberalismo.

Abstract: This text is part of the research that supports the author's master's thesis. The objective is to reflect on the spatial segregation, arising from the capitalist process, and reinforced by ultra-neoliberal policies, carried out by an oppressive and violent state and that give opportunity to the impoverished, exploited and oppressed masses. The right to decent housing is taken from the low-income population, as land is a commodity reserved for the ruling classes and the State. Socio-territorial exclusion is the portrait of the contemporary urban crisis, with cities segmented by inequality.

Keywords: spatial segregation; poor classes, right to housing; urban crisis; ultraneoliberalism.

1- INTRODUÇÃO

A urbanização no Brasil, impulsionada pelas crises capitalistas, é responsável pelo desenho de cidades segregadoras, excludentes e injustas. A crise urbana contemporânea expõe a face mais perversa da pobreza e da desigualdade. No século

⁶¹ Advogada e jornalista. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Direito Público e em Direito do Trabalho e Previdenciário. Professora orientadora: Dra. Elizete M. Menegat. E-mail: erikawinter@gmail.com. Eixo temático: As expressões da exploração/opressão de classes no contexto da ofensiva ultraneoliberal.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

XXI, a segregação espacial atinge as classes pobres de forma contundente e o cenário, tanto nos países subdesenvolvidos como nos países centrais, é devastador.

O agravamento da crise urbana nos países periféricos é resultado da ofensiva ultraneoliberal, que se espalhou pelo mundo, após a crise estrutural do capital nos anos 1970, e no Brasil se ampliou a partir da década de 1990. A população pobre foi afetada diretamente pelas inserções dos Estados subordinados às ações dos mercados e dos organismos multilaterais do capital, como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização das Nações Unidas (ROLNIK, 2015).

A reprodução ampliada do capital, cerne das políticas, trouxe implicações em todas as áreas, não só econômica, e exacerbou as contradições entre a relação de domínio do capital sobre o trabalho. A ofensiva ultraneoliberal intensificou as engrenagens do modo de sociabilidade capitalista, que se funda, principalmente, na exploração e no antagonismo entre as classes. “No capitalismo, as formas de sociabilidade se estruturam em relações de exploração, dominação, concorrência, antagonismo de indivíduos, grupos, classes e Estado” (MASCARO, 2013, p. 170).

O direito à moradia digna tem sido roubado das classes pobres, com índices alarmantes de população em situação de rua no Brasil (POLOS/UFMG, 2022). São famílias que até pouco tempo atrás tinham acesso, mesmo que precário, à habitação e ao trabalho e foram destruídas pela política econômica regressiva. Indivíduos que estão sucumbindo ao chamado projeto histórico-social da burguesia, com intensificação do terrorismo de Estado - através de variados meios de violência, dominação e coerção, racismo, xenofobia, flexibilização e precarização do trabalho, criminalização das organizações da classe trabalhadora, entre outros, que escancaram a pauperização e desigualdade social (DARDOT, LAVAL, 2017).

2- OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL E AS CLASSES POBRES

No Brasil, as classes pobres são integradas, primordialmente, pelos sujeitos sociais ocupantes de áreas periféricas, favelas, aglomerados informais e áreas de ocupação irregular, principalmente nas grandes cidades. São os trabalhadores criados pelo modo de produção capitalista e que Marx (2017) resgata da história como o trabalhador feudal que precisou se emancipar dos elementos da sociedade da época, devido à expropriação de seus meios de produção. Esses indivíduos chegaram ao século XXI arrasados pelas péssimas condições impostas pelo jogo capitalista, em um contexto de miséria e desemprego.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Petrella e Prieto (2020) ressaltam que os pobres são parte indissociável do processo de reprodução do capital, apesar de aparentarem ser descartáveis, pois além da venda de sua força de trabalho, “são consumidores precários de mercadorias e estão cada vez mais inseridos no processo geral de exploração desmedida” (PETRELLA, PRIETO, 2020, p. 585). Isso porque, segundo os autores, diante das políticas de reprodução ampliada do capital, há cada vez menos a expansão exponencial de lucros e mais-valia. Com isso, é necessário o aumento dos níveis de exploração e expropriação, inclusive sobre a população pauperizada e desempregada, que cumpre o papel de exército industrial de reserva.

Contraditoriamente, observa-se um processo de extermínio da população de baixa renda pelas políticas ultraneoliberais adotadas pelo Estado brasileiro. Garantidor de elementos basilares do sistema como propriedade privada, liberdade econômica e contratual, como formas de manutenção da ordem para a reprodução ampliada do capital, o Estado avança sobre essa classe desassistida que perde desde o trabalho até a moradia e a dignidade. “Nota-se, contudo, que o Estado muda de forma e função à medida que se acentua a competição capitalista mundial, e seu objetivo é menos administrar a população para melhorar seu bem-estar do que lhe impor a dura lei da globalização” (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 15).

De acordo com Mascaro (2013), o Estado é uma criação do capitalismo e sua constituinte existencial é a dinâmica de reprodução do capital. “O aparato estatal é a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e o trabalho” (MASCARO, 2013, p. 20). Ou seja, esse Estado autômato nada garante aos indivíduos, apenas lhes oferta a liberdade contratual de vender sua força de trabalho de modo cada vez mais precário.

Para o autor, as mudanças do capitalismo contemporâneo a partir da década de 1970, fizeram “com que o capital se estabelecesse ainda mais como um superpoder para além dos Estados nacionais” (MASCARO, 2013, p. 166). Estes assumiram um papel fundante no processo, já que para a engrenagem funcionar foi preciso que esse “superpoder” perpassasse por dentro dos Estados. Mascaro afirma que o neoliberalismo “não é a abolição da forma política estatal, mas, antes, a sua exponenciação” (MASCARO, 2013, p. 195), que toma corpo a partir da década de 1980.

Ora, o traço fundamental da governamentalidade neoliberal é realizar a transformação de todas as relações sociais, portanto da relação dos homens com as coisas. Ela tem como singularidade a tendência a submeter sistematicamente a reprodução social em todos os seus componentes – salarial,

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

familiar, político, cultural, geracional, subjetivo - à reprodução ampliada do capital (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 143).

Segundo Harvey (2012), o neoliberalismo não divide os lucros entre as classes sociais, ao contrário, privilegia a classe dominante e o capital corporativo, moldando as cidades conforme os interesses destes grupos. A ofensiva burguesa acentuou esses traços, e as classes desfavorecidas estão sendo empurradas, cada vez mais, para as periferias, aglomerados informais e a rua. De acordo com Petrella e Prieto (2020), a produção do espaço no contexto capitalista está submetida à lógica do processo de valorização, já que a cidade é uma mercadoria, “colocando em confronto os interesses de classes diferenciadas na sua produção, o que (re)produz conflitos” (PETRELLA, PRIETO, 2020, p. 576).

A ofensiva burguesa retira direitos, impõe regras tiranas e instala o caos, sendo que o avanço nefasto do capitalismo sobre as sociedades aponta para duas frentes, a ascensão do capital rentista e a escassez de terras e recursos naturais (ROLNIK, 2015). Segundo Menegat (2009), a partir da década de 1970, o mundo vivenciou problemas como a crise econômica de superacumulação, crise política do Estado de Bem-Estar Social e entrada em cena do neoliberalismo. Para as classes pobres, esse panorama descortinou o aumento acelerado do desemprego e o trabalho precarizado, que resultaram num movimento de compressão acelerada da pobreza, principalmente, em áreas de ocupação informal (MENEGAT, 2009).

Para a autora, esses fatores contribuem, diretamente, para o agravamento da crise urbana atual, que tem como alvo a população de baixa renda. “Vamos denominar de *sem-propriedade* esta legião crescente de excluídos do acesso às formas legais de propriedade da terra urbana, bem como dos serviços e equipamentos públicos indispensáveis à reprodução da vida nas cidades (MENEGAT, 2009, p. 99).

Reflexos da ofensiva: crise urbana e segregação socioespacial

A moradia é um direito fundamental para o ser humano, e deve ser garantida através de condições mínimas de habitabilidade com segurança e dignidade. O direito à moradia foi reconhecido como direito humano em 1948, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No Brasil, o direito à moradia surgiu, juntamente com os direitos sociais, na Constituição de 1824, baseada no modelo da Declaração de Direitos da Revolução Francesa de 1789.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

A moradia alçou a condição de direito fundamental na Constituição Federal (CF) de 1988, e de direito social com a Emenda Constitucional nº 26, de 2000. Com a CF de 1988, o Estado passou a ter uma função positiva em relação à moradia, ao exercer o papel de promotor de políticas públicas para tutelar o direito. Na prática, sabe-se que o Estado capitalista não foi criado para atender a esta função constitucional de promover e garantir moradia digna a todos, ao contrário, seu papel é de ser um aparato à reprodução capitalista, através da troca de mercadorias e da exploração da força de trabalho sob a forma assalariada (MASCARO, 2013).

O Estado tecnocrático atua na mitigação, na pacificação e na postergação dos problemas urbanos na tentativa de gerir e apartar os conflitos. Porém, o conflito sempre aparece, pois não é possível sua resolução nas condições postas pelo modo de produção capitalista (PETRELLA, PRIETO, 2020, p. 585).

O direito à moradia se distancia, definitivamente, da realidade de milhões de pessoas, que são privados do acesso à terra, transformada em propriedade privada, elemento central do capitalismo. A exclusão socioterritorial é retratada pelo mundo, mas são as cidades do Sul do globo que apresentam os piores índices (ROLNIK, 2015).

Situação agravada pelas políticas ultraneoliberais que intensificaram a expansão da mercadoria via propriedade privada capitalista, pois “o capital não pode existir sem a propriedade de terras, visto que faltaria um elemento fundamental para a produção do capital” (PETRELLA, PRIETO, 2020, p. 584). O solo, bem reservado aos capitalistas e ao Estado, tornou-se inatingível para os indivíduos trabalhadores e pobres, principalmente a partir do processo de expropriação e apropriação da terra, que teve sua gênese no século XV na Europa, e se espalhou rapidamente pelo mundo (FEDERICI, 2010).

O dilema dos sem-propriedade tem raízes profundas não apenas na gênese e estruturação do modelo hegemônico de produção da riqueza social mas, indissociavelmente, na gênese e estruturação do modelo correlato de apropriação que se tornou hegemônico no mundo ocidental (MENEGAT, 2005, p. 117).

O processo de reestruturação e a crise fiscal produziram uma crise urbana inédita, com consequências planetárias imutáveis. Nos países subdesenvolvidos, os reflexos se agigantam devido a um cenário já historicamente comprometido por extrema pobreza. “A crise urbana impõe, para os pobres urbanos, a experiência terrível de viver como moradores indesejáveis, concentrados em propriedades ilegalmente ocupadas e permanentemente expostos à expropriação – ou à remoção, (...)” (MENEGAT, 2009, p. 98). Pode-se afirmar, sem sombra de dúvidas, que esse é um quadro irreversível, e a

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

tendência capitalista é aumentar o número de “*sem-propriedade*”, nas palavras de Menegat (2005, p. 111).

Note-se que até os anos 1970, a maioria dos brasileiros vivia no campo. O fenômeno de inchaço populacional nas cidades é relativamente novo, e aconteceu em um curto espaço de tempo, impulsionado pela crise da década de 1970. As políticas implantadas intensificaram o processo de expropriação de terras rurais, ocupadas por milhares de famílias, expulsas de seus meios de produção. Na década de 1990, capitais como Rio de Janeiro e São Paulo possuíam moradores de todas as regiões do país, sendo que metade deles moravam em condições indignas e 70% em ocupações informais (DUARTE, MELLO, 2001).

De acordo com um levantamento do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat, 2003), São Paulo está entre as cidades mundiais com os maiores percentuais de concentração de indivíduos vivendo em áreas informais. Entre as cidades estão Etiópia (99,4%), Tchade (99,4%), Afeganistão (98,5%) e Nepal (92%). A capital global dos favelados é Mumbai (10 a 12 milhões). Em seguida vem Cidade do México e Daca (9 a 10 milhões cada), e, depois, com uma média de 6 a 8 milhões de pessoas estão Lagos, Cairo, Karachi, Kinshasa-Brazzaville, São Paulo, Xangai e Délhi (DAVIS, 2006).

Em 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que mais de cinco milhões de domicílios brasileiros estavam localizados em aglomerados informais. “Em vários países do hemisfério Sul, essas políticas interagiram fortemente com o padrão “tradicional” de provisão habitacional para os pobres – os assentamentos autoconstruídos -, aprofundando e transformando as condições de pobreza e exclusão” (ROLNIK, 2015, p.158).

Rolnik (2015), em sua obra Guerra dos Lugares, relata casos mundiais de expropriação da terra e de expulsão de milhões de pessoas de suas moradias, inclusive no Brasil. Ela define como um processo de desconstrução da habitação como um bem social e de transmutação em mercadoria e ativo financeiro. Na América Latina e, especialmente, no Brasil, assiste-se a incrementação severa da violência pelo Estado, que comanda os horrores ditados pelos governante ultraneoliberais. “Trata-se da conversão da economia política da habitação em elemento estruturador de um processo de transformação da própria natureza e forma de ação do capitalismo em sua versão contemporânea (...) (ROLNIK, 2015, p. 26).

A extinção de milhões de postos de trabalho é um duro golpe da ofensiva ultraneoliberal, amparada pela quarta revolução industrial, desde meados de 2010.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Ocupações que não serão realocadas para gerar novas vagas de emprego. Isso significa que o aumento do desemprego é gradual e irreversível. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do IBGE, mostrou que o número de pessoas desocupadas no terceiro trimestre de 2021 era de mais de 35 milhões, com idade entre 25 e 39 anos. Mais de 100 milhões de pessoas, no total, a partir de 14 anos, estavam desempregadas no período. Num país de 213,3 milhões de habitantes, em 2021, praticamente metade da população estava fora do mercado de trabalho.

Sem perspectivas de trabalho, ou na incerteza dos empregos atuais, e sob a insegurança constante de expropriação e remoção de sua moradia, os sujeitos sociais agonizam jogados nas periferias, áreas insalubres e ruas das cidades brasileiras. A força de trabalho, até então indispensável para a engrenagem capitalista funcionar, começa a tomar novas formas, menos essenciais e mais descartáveis. A exclusão socioterritorial, pauperização e desigualdade social extremas são as expressões mais dramáticas da crise urbana contemporânea, que alcançou índices alarmantes e irreversíveis.

3- CONCLUSÃO

A segregação espacial é uma expressão da exploração e da opressão das classes pobres, que há muito se desenhou pelas cidades brasileiras. A ofensiva ultraneoliberal aprofunda e radicaliza as condições de desemprego e falta de moradia digna no país, para milhões de pessoas. O direito à moradia digna, previsto constitucionalmente, é brutalmente desrespeitado pelo Estado, que expropria e se apropria com violência do que é de todos, a terra.

Estudos sobre população de situação de rua escancaram o abandono e a produção de novos invisíveis para o Estado, trabalhadores e famílias despejados de suas moradias e que jamais imaginariam perder seus lares. São pessoas que tinham uma moradia, emprego e condições, mesmo que precárias, e hoje estão disputando espaços nas ruas, lotadas de jovens, idosos, crianças e mulheres. (POLOS/UFMG, 2022). Violentados pelas políticas impostas por organismos multilaterais, através de um conjunto amplo de propostas político-econômicas liberais, os pobres não conseguem mais sobreviver.

Privatizações, austeridade fiscal, flexibilização e precarização do trabalho, desregulamentação, livre-comércio, retirada de direitos trabalhistas históricos, corte de despesas governamentais com privilégios ao setor privado, produzem o exílio do pobre da vida em sociedade. Transformam-se os “desalentados” do IBGE, nomenclatura

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

designada para as pessoas com capacidade para o trabalho, mas que deixaram de procurar ocupação pelo fato de não encontrarem mais um lugar no mercado de trabalho.

É a massa empobrecida, que aumenta de modo progressivo com a ordem mundial ultraneoliberal, transformando os pobres, mais cedo ou mais tarde, em não rentáveis, na definição de Robert Kurz (2006). Os indivíduos se tornam inúteis e entraves à propriedade privada da classe dominante e do Estado, a mercadoria mais cara do processo capitalista.

4- REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 05 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 de julho de 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *COMUM: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo:Boitempo, 2006.

DUARTE, Cláudio R.; MELLO, Caio B. *Crise da cidade e fetiche do trabalho*. [S.l.]: [s.n.], 2001. Disponível em: <https://www.krisis.org/2001/crise-da-cidade-e-fetichedo-trabalho/>. Acesso em: 24 de abril de 2020.

HARVEY, David. *O direito à cidade*. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades>. Acesso em: 28 de janeiro de 2022.

KURZ, Robert. *Seres humanos não rentáveis*. [S.l.]: [s.n.], 2006. Disponível em: www.obeco-online.org/rkurz254.htm. Acesso em: 27 de abril de 2020.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Allyson Leandro. *Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENEGAT, Elizete. **Crise Urbana na Atualidade**: Indagações a partir do fenômeno da concentração espacial dos pobres em assentamentos ilegais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20130717030829/10mene.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

_____. A periferia é o limite: notas sobre a crise do modelo ocidental de urbanização. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n.13, p.107-132, 1º sem. 2005. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/8801>. Acesso em: 07 de junho de 2019.

Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (POLOS-UFMG). Disponível em <https://polos.direito.ufmg.br/#> Acesso em: 18 de junho de 2022.

PETRELLA, Guilherme Moreira; PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. Os fantasmas se divertem: propriedade privada, expropriação e interdição ao direito à cidade. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol.11, n.01, p.562-590, 2020. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48291>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

UN-HABITAT. *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements 2003*. London: Earthscan, 2003.

TRABALHO FEMININO NA REALIDADE NACIONAL: RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO, DOMINAÇÃO E OPRESSÃO

Marina Fernandes Toledo Lourenço⁶²

Resumo: O presente trabalho busca ilustrar a realidade objetiva do trabalho feminino nacionalmente. O contexto de precarização, informalização e flexibilidade do trabalho tem graves reatamentos para a classe trabalhadora, porém as maiores vítimas desses fenômenos são as mulheres, em especial as mulheres negras. Dessa forma, reuniu-se estudos diversos que discorrem sobre a inserção das mulheres em diferentes campos de trabalho.

Palavras-chaves: Trabalho; gênero; exploração; informalidade; precarização.

Abstract: This work aims to illustrate the objective reality of feminine labor nationally. The context of precarization, informalization and flexibility of labor has severe consequences for the working class, but the biggest victims of these phenomena are women, especially black women. Thus, various studies were reunited to discuss women's insertion in different lines of work.

Keywords: Labor; gender; exploitation; informality; precatization.

1- INTRODUÇÃO

Num contexto em que a feminização do mundo do trabalho é crescente, porém acontecendo em maioria em espaços precários, de exploração intensificada, é fundamental deter-se no que essas modificações representam, e de que maneira são

⁶² Mestranda no PPG de Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), marinaftoledo@gmail.com. Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Lúcia Duriguetto.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

articuladas. As relações desiguais e hierarquizadas entre os sexos se estabelecem na intersecção entre as esferas reprodutiva e produtiva, e pensar o trabalho feminino não pode deixar de levar em conta esses dois aspectos.

Lima, Hirata, Nogueira e Gomes (2007) apresentam dados que demonstram que áreas como as das novas tecnologias reforçam a marginalidade das mulheres, em especial as não qualificadas, e que o setor de serviços, um dos que mais absorve mão-de-obra feminina, exemplificado aqui pelo trabalho em telemarketing, se caracteriza por tarefas monótonas, repetitivas e estressantes, apresentando condições de trabalho precárias e, frequentemente, resultando em questões de saúde física e mental. Nogueira (2008), outra autora a trabalhar com a questão das teleoperadoras, corrobora os achados das autoras citadas previamente, acrescentando que as mulheres podem estar cumprindo um papel de cobaia desse processo de modificação do trabalho, cada vez mais precarizado e flexível, uma vez que as trabalhadoras têm menos legislações estabelecidas para protegê-las e uma menor participação nos sindicatos, podendo esse modelo posteriormente estender-se para o trabalho masculino. Além disso, o salário feminino, que ainda é concebido como complementar a renda familiar, tem se mostrado cada vez mais imprescindível para esse orçamento nos tempos atuais. Assim, embora reconheça-se que esse trabalho apenas introduz um tema complexo e extenso, busca-se realizar um esforço na direção da desomogeneização da classe trabalhadora, reconhecendo as especificidades referentes ao trabalho feminino e trazendo estudos que sejam capazes de ilustrar essa realidade.

2- EXPRESSÕES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO NA REALIDADE BRASILEIRA

A partir dos anos 1970, a onda expansiva da dinâmica capitalista própria do período welfariano se esgotou, com a redução de taxas de lucro e crescimento do movimento operário. O capital então respondeu com a ofensiva política do neoliberalismo, extinguindo qualquer pretensão de preocupação com o bem estar social (NETTO, 2001), e com essa crise começa a se estabelecer a acentuação da mundialização do capital e financeirização da economia. O padrão taylorista-fordista cede liderança à “especulação flexível”, apresentando uma necessidade de redução de custos, caindo principalmente no gasto com a força de trabalho, processo que reverbera claramente nos dias atuais (IAMAMOTO, 2001).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Segundo o Boletim especial 8 de Março lançado pela DIEESE (2022), o que se constata no mercado de trabalho brasileiro mais recentemente, diante da conjuntura explicitada, é aumento do desemprego, da informalidade, do trabalho precário, da subutilização da mão de obra e redução dos rendimentos de trabalhadores e trabalhadoras. Ele trabalha com dados obtidos através da PnadC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua), e demonstra que, de 2019 para 2021 tivemos uma diminuição na força de trabalho feminina no Brasil, com um número expressivo de mulheres saindo do mercado de trabalho durante a pandemia e ainda não tendo retornado na ocasião da coleta dos dados, mais especificamente o fim de 2021. Severo (2019) apresenta alguns fatores do governo Bolsonaro que agravaram a situação, como o fim do Ministério do Trabalho, com a maioria das suas responsabilidades sendo direcionadas para o Ministério da Justiça e a diminuição de suas competências, e a proposta da carteira de trabalho verde e amarela, apresentada já na campanha de Jair Bolsonaro, outro elemento preocupante, uma vez que suprimiria diversos direitos trabalhistas.

Buscando ilustrar os impactos dessa realidade nas relações de trabalho, principalmente aquelas envolvendo as trabalhadoras mulheres, apresenta-se uma sistematização de alguns artigos e teses que discutem o tema.

Neves e Pedrosa (2007) debatem o trabalho domiciliar na indústria da confecção, afirmando que a terceirização na costura reforça uma discriminação histórica no processo de inserção da mulher no mercado de trabalho. Já em 1999 nesse setor 70,4% das mulheres não possuíam carteira assinada, contra 29,6% dos homens, 69,2% das mulheres trabalhavam por conta própria, contra 30,8% dos homens, e as mulheres compunham 74,7% dos trabalhadores das pequenas empresas, enquanto apenas 45,75% das empresas de grande porte. Ademais, o trabalho a domicílio realizado pelas costureiras está envolto no papel de mãe e dona-de-casa, resultando numa jornada exaustiva de trabalho produtivo e reprodutivo e misturando os espaços do trabalho e da família, além de possuir uma fraca identidade profissional devido à falta de divisão nítida entre trabalho produtivo e reprodutivo. As autoras realizaram uma pesquisa numa indústria de confecção em Divinópolis (MG), envolvendo um levantamento realizado com 65 empresas de confecção, além de entrevista com 10 costureiras faccionistas, sendo a maioria delas casada e com filhos, com idades entre 30 e 50 anos. Este perfil representa maior estabilidade no emprego, já que mulheres solteiras costumam estar em busca de melhores oportunidades de emprego. Todas têm baixa escolaridade, não tendo concluído

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

o ensino fundamental, e tiveram dificuldades para responder sobre a renda, mas essa varia entre um e dois salários mínimos, existindo períodos que ficam sem trabalho e renda. Esse valor não leva em consideração gastos aumentados pelo trabalho domiciliar, como energia elétrica, por exemplo, além delas assumirem o valor das peças danificadas. As pesquisadoras verificaram que a formação de cadeias de desconcentração produtiva não elimina as características tayloristas do trabalho, permanecendo uma rígida divisão do trabalho, sendo esse repetitivo e especializado, além de exigir pouca qualificação. Somado a isso, na América Latina é uma prática comum que o preço do trabalho seja determinado pelo tomador de serviços, com essas cadeias produtivas se organizando em torno de decisões unilaterais e assimetria. A jornada de trabalho é de em média 12 horas por dia, intercalado com as tarefas domésticas, e em períodos de pico, trabalham também no sábado e domingo, porém sem o adicional de hora extra que um trabalho formal proporcionaria.

Segnini (1998) faz uma análise sobre as relações de trabalho em um banco estatal de grande porte de matriz em São Paulo a partir de um estudo de caso. A pesquisa foi centrada no trabalho em tempo integral ou parcial, mas não pôde trabalhar com o trabalho terceirizado ou subcontratado, o que não quer dizer que não estejam presentes. A autora constata que as mulheres são 46% do quadro efetivo do banco, mesmo a inscrição só tendo sido permitida para as mulheres nos concursos em 1968, e desde então sua participação vem crescendo. No último concurso na época da realização da pesquisa, elas foram 60%. O processo de seleção é feito pela via do concurso público, impedindo práticas discriminatórias por determinação legal. Ainda assim, a autora constata a construção de “guetos” femininos no trabalho. Segundo a autora, temos no Brasil um dos sistemas financeiros mais informatizados do mundo e com categoria bancária de alto nível de escolaridade, principalmente se comparada ao trabalho industrial. Mesmo nesse contexto, a flexibilização das relações de trabalho também está presente, assim como o desemprego estrutural. Todavia, isso aparece de maneiras distintas no trabalho feminino e masculino, em que verifica-se a ocupação das mulheres em postos de trabalho de baixo nível de qualificação com funções facilmente substituíveis (cozinha, limpeza, digitação, etc.), “enquanto a subcontratação masculina tende a privilegiar postos de trabalho mais especializados ou qualificados (analistas de sistemas, segurança bancária, etc.)” como constatou Segnini (1998, p. 153-154). A maior parte das mulheres no sistema bancário se inseria no trabalho em tempo parcial (nesse banco, em 1993, 83% delas estavam nesse tipo de relação empregatícia). Elas ocupam os postos

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

de trabalho relacionados às operações simplificadas e repetitivas, mesmo as mulheres bancárias sendo mais escolarizadas do que os homens nesse ramo. Esse diferencial educacional não é remunerado pelo banco. A maioria das mulheres trabalha como escrituária, um cargo que envolve formas de controle mais rígidas, trabalho fragmentado e rotinizado e trabalho taylorizado. Como o processo de seleção e promoção acontece através de concurso público, não impedindo a participação de mulheres, aquelas que se mantêm no cargo escriturário são culpabilizadas individualmente, ignorando que as funções domésticas atribuídas a elas colocam impedimentos a outros regimes de trabalho. Segundo Segnini (1998, p. 157), “desta forma, as mulheres inserem-se nas tramas tecidas socialmente que possibilitam a criação de segmentações e desigualdades estruturais nas relações de trabalho.”. Ademais, há relatos de sobrecarga de trabalho ao conciliar o trabalho em tempo parcial no banco com o trabalho reprodutivo e o alto índice de L.E.R. (Lesão por Esforços Repetitivos) detectada em 408 bancários em 1993, sendo 80% mulheres.

Neves (2006) realizou entrevistas com 10 costureiras escolhidas aleatoriamente e encontrou alguns dados em comum, que são frequentemente confirmados pela literatura sobre o tema. As trabalhadoras afirmam receber ajuda dos filhos e maridos em períodos de produção mais intensa, ou chegam a realizar subcontratações nesses períodos, caracterizando o que é chamado aqui de quarteirização. Verifica-se a utilização do trabalho infantil e a sazonalidade do trabalho, gerando insegurança com relação à renda.

“Segundo as faccionistas entrevistadas, é comum uma empresa contratar várias facções para executar o trabalho, e as tentativas de negociação do preço fracassam diante do grande número de costureiras que aceitam trabalhar pelo preço determinado pelo empresário. Nesse sentido, verifica-se que as costureiras domiciliares atuam como um exército industrial de reserva, não apenas em relação às trabalhadoras diretas das confecções, mas, também, em relação às suas companheiras que se encontram na mesma condição.” (NEVES, 2006, p. 263)

Os depoimentos das costureiras evidenciam que o trabalho não é entendido como uma possibilidade de profissionalização, mas como um complemento à renda familiar. Isso, somado ao trabalho realizado de forma isolada, dificulta algum tipo de organização que pudesse negociar esses valores. Esses fenômenos não são exclusivos desse segmento, mas tendências gerais no processo de reestruturação produtiva (NEVES, 2006).

“O trabalho remunerado é intercalado com as tarefas domésticas e, nas épocas de maior pico produtivo, trabalham também aos sábados e domingos. Esse

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

prolongamento da jornada de trabalho torna-se vantajoso para os empresários, que não arcam com os tradicionais ônus das horas extras, cujo adicional legal no Brasil é de no mínimo 50%, exigido nas relações assalariadas reconhecidas. Dessa forma, o trabalho domiciliar, embora mascarado como autônomo, torna-se uma expressão de precariedade, sem a regulamentação das jornadas de trabalho e outros direitos sociais." (p. 264)

De acordo com Neves (2006), a reestruturação do setor da indústria de confecção envolveu a flexibilização das relações de trabalho, descentralização para diferentes espaços territoriais, incorporando o trabalho das mulheres em domicílio sem proteção trabalhista, carteira assinada e jornada de trabalho definida, além da frequente incorporação das atividades domésticas e de cuidado com a família. A autora constata uma separação entre o processo de concepção e a execução, ou seja, a manutenção de características tayloristas de trabalho repetitivo, especializado e organizado numa rígida divisão do trabalho, na qual as mulheres se encarregam principalmente da costura, que representa 80% da força de trabalho utilizada em todo o processo produtivo.

A inserção das mulheres na construção civil apresentou um grande crescimento a partir de 2007. Jorge (2019) apresenta dados que demonstram que enquanto as mulheres eram 7,14% no setor no ano de 2007, passaram para 10,49% no ano de 2017. Os dados demonstram que as mulheres no setor de edificação do Brasil se inserem majoritariamente nas posições escolarizadas, indicando uma modificação na forma da entrada das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que em outros setores, na maioria dos casos, essa entrada acontece via ocupações mais precarizadas e de trabalho manual. Assim, a autora introduz a dupla segmentação do mercado de trabalho, podendo ser horizontal (maioria das mulheres em poucas profissões e ocupações) e vertical (poucas mulheres em cargos altos, mesmo em setores em que são predominantes). As habilidades manuais aparecem como portão de entrada para as mulheres com baixa escolaridade na construção civil, através de trabalhos que requerem destreza, atenção e cuidado, qualidades tidas como tipicamente femininas na divisão sexual do trabalho. Algumas mulheres, mesmo com o curso de pedreiras, são contratadas como serventes, ou seja, abaixo de sua qualificação técnica e com menor remuneração. Elas são inseridas automaticamente nas atividades que mais se assemelham ao trabalho doméstico, além dos espaços nos quais há menor desenvolvimento tecnológico, ou seja, onde não há a inserção de máquinas, com o trabalho sendo realizado principalmente de forma manual (JORGE, 2019). Nas palavras da autora, suas conclusões a partir da pesquisa são de que:

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

“Destarte, como resposta pode-se afirmar que a organização do trabalho feminino e sua convergência entre gênero, classe e raça atuam para reduzir as oportunidades das mulheres na construção civil, não apenas através de um único modo, mas por meio de um complexo sistema de consubstancialidades e separações que exercem um forte controle e pressão desfavoráveis ao trabalho feminino.” (JORGE, 2019, p. 206)

Nogueira (2006) realizou uma pesquisa com a Atento-Brasil, que é liderança do mercado de *contact centers* e oferece produtos especializados e serviços automatizados com grande redução de custos através do processo de terceirização da força de trabalho, com a conseqüente precarização do trabalho. A Atento-Brasil empresa 24800 funcionários, e mais de 70% destes são mulheres. As jornadas de trabalho são marcadas por uma acentuada exploração da força de trabalho, e 85 a 90% da carga horária diária é passada sentada com atenção total no computador, teclado e *headset*. As operadoras relatam um alto volume de chamadas, impossibilitando descansos e movimentos durante o período de trabalho. Existe uma constante cobrança de aumento de produtividade pelo supervisor e controle do tempo médio de atendimento das teleoperadoras. Segundo a autora, o controle do tempo aparece como um mecanismo de extração de sobretrabalho, imprescindível para a acumulação do capital. Assim, utiliza-se a padronização de diálogos e prescrição de normas através de scripts e fluxogramas de atendimento, com o objetivo principal de garantir as metas de produtividade, além da exigência de controle das emoções através do tom de voz usado para transmitir as informações, impactando na forma que são recebidas pelos clientes. Isso implica um aspecto emocional do trabalho, principalmente uma vez que esse envolve frequentemente situações de agressividade e assédio. O controle é exercido também sobre os intervalos de descanso: são quinze minutos de pausa para lanche que são compensados no fim da jornada e cinco minutos de pausa particular, utilizado para uso do banheiro, configurando um forte traço de desumanização. A realidade do trabalho e das cobranças faz com que algumas teleoperadoras não consigam tirar nem esses horários limitados para intervalo, e o controle sobre atrasos e faltas também é rigorosamente realizado através de campanhas de incentivos, de monitoramento próximo e advertências.

A intensidade da precarização tem sérios impactos na saúde das trabalhadoras, e nesse trabalho, encontramos relatos sobre trabalhadoras esconderem questões de saúde da empresa por medo de demissão, ou apenas não procurarem tratamento, apesar de serem comuns os casos que indicam alguma doença. As trabalhadoras também relatam dificuldade de ter suas queixas reconhecidas pelos médicos, que também são

controlados pela empresa. Nogueira e Pereira (2019) também discutem a saúde das trabalhadoras e sua inserção em trabalhos com condições precárias através de uma pesquisa documental e bibliográfica sobre a inserção da força de trabalho feminina no setor portuário no porto de Santos (SP), o maior da América Latina, com a aplicação de questionários semiestruturados à 15 das 19 “amarradoras” do porto, de forma aleatória. As autoras afirmam que em 2014, eram 194 mulheres entre 1513 funcionários trabalhando no setor portuário, com poucas diferenças nos anos anteriores. O trabalho realizado pelos amarradores é manual e extenuante, exigindo força física, destreza e movimentos repetitivos. A Lei da Modernização dos Portos, que trouxe um maior incentivo à privatização, levou a uma maior intensificação do trabalho, e, como consequência, a um maior adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras. Verificou-se o aumento de depressão e estresse, somado ao esforço físico o aumento da pressão e da responsabilidade, e, de acordo com as entrevistadas, as doenças mais comuns estão relacionadas às condições de trabalho precárias e à insalubridade, como pouca iluminação, muitos ruídos, mau cheiro, entre outras queixas.

3- CONCLUSÃO

A partir dos estudos apresentados, buscou-se ilustrar a realidade do trabalho feminino no Brasil. Uma das principais consequências da reestruturação produtiva da década de 1970 e do neoliberalismo foi a precarização do trabalho, através de mecanismos diversos e novas formas de trabalho, resultando numa piora considerável das condições de vida da classe trabalhadora. Todavia, foi demonstrado que as mulheres, e em especial as mulheres negras, são as principais vítimas desse processo. Através dos estudos apresentados, constata-se que a inserção das mulheres se dá nos cargos de menor qualificação, tecnologia e remuneração, envolvendo condições precárias de trabalho, que se agravam quando se leva em consideração a necessidade das mesmas de equilibrar essas jornadas de trabalho de intensa exploração com o trabalho doméstico de reprodução social do qual é majoritariamente encarregada.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

4- REFERÊNCIAS

DIEESE. Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: velhas desigualdades e mais precarização. 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/mulher.html>.

LIMA, Terezinha Moreira; HIRATA, Helena; NOGUEIRA, Cláudia Mazzei; & GOMES, Vera Lúcia Batista. Trabalho, gênero e a questão do desenvolvimento. *Políticas Públicas*, v. 11, n. 2, p. 221-235, 2007.

JORGE, Maria Aparecida Sanches Silva. Trabalho na construção civil no Brasil: feminização, segmentação e consubstancialidade. Tese. 246f. (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Goiás. 2019.

NEVES, Magda de Almeida. Trabalho e gênero: permanências e desafios. *Sociedade e Cultura*, v. 9, n. 2, p. 257-265, 2006.

NEVES, Magda de Almeida & PEDROSA, Célia Maria. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, 2007.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. A feminização do trabalho no mundo do telemarketing. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei & PEREIRA, Marina Coutinho de Carvalho. A força de trabalho feminina no setor portuário e a saúde da trabalhadora e do trabalhador em tempos de modernização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV*. São Paulo: Boitempo, 2019.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. O duplo trabalho feminino: o exemplo das teleoperadoras. *Confluências*, v. 10, n. 2, p. 71-93, 2008.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Relações de gênero no trabalho bancário informatizado. *Cadernos Pagu*, v. 10, pp. 147-168, 1998.

SEVERO, Renata Vieira Rodrigues. As relações de trabalho e a terceirização: um estudo com as trabalhadoras do setor de conservação e limpeza em um órgão público. 123f. Tese (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pelotas. 2019.

O DEBATE EM TORNO DA RELIGIÃO E OS CONSUMIDORES DE DROGAS

Dayana Barbosa Furtado⁶³

RESUMO

O presente trabalho propõe tratar o estreito relacionamento entre o puritanismo estadunidense e a moralização dos usuários de drogas desde as embrionárias formas de organização política em torno destes sujeitos. Para tanto, será necessário percorrer a literatura que evidencia este movimento de controle assumido pelo Estado para com os indivíduos tidos como dissidentes. Esta breve exposição, justifica-se pela necessidade de atualização do debate, principalmente se levarmos em consideração o poder do movimento religioso neopentecostal na política nacional.

Palavras-chave: usuários de drogas; puritanismo; moralização.

ABSTRACT

The present work describes the relationship between American puritanism and the moralization of drug users as in early forms of organization around these subjects. For that, it will be necessary the literature supported by this movement of control as dissidents. This brief exposition is justified by the need to update the debate, especially if we take into account the power of the neo-Pentecostal religious movement in national politics.

Keywords: drug users; Puritanism; moralization.

1- INTRODUÇÃO

Conforme Carneiro (2018) esclarece em sua obra – Drogas a história do proibicionismo; o excesso como uma atividade humana pautada no que *passa da medida* não é herdado pelas substâncias psicoativas, onde o sujeito consumindo tais produtos sem moderação envenenou seu meio social (de modo que consideramos a criminalização das drogas e a guerra a estas inerente a nossa realidade). Pelo contrário, manifesta a inclinação ao excesso advindo do modo de produção capitalista (mais

⁶³ Mestranda em Trabalho e Política Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista CAPES; dayanabf1997@gmail.com. **Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais.**

precisamente em sua fase tardia) onde a característica da contemporaneidade pode ser definida pela *exuberância irracional*.

A herança da filosofia grega de Platão e Aristóteles já definiam este padrão de comportamento humano pela palavra *pleonexia* – seria o “desejo desmesurado por muitas coisas, muitas riquezas e muitos consumos” (Carneiro,2018).

Evidenciamos esta condição cuja qual a sociedade contemporânea se exhibe; para caminhar na direção onde possamos corroborar que - há vícios em muitas coisas no capital. Ao passo que o consumo de drogas em excesso pode se relacionar mais a uma fuga e uma tentativa de remediar o mal-estar gerido nesta organização.

Assim como a religião tem sido para Marx: o *ópio do povo*⁶⁴; a loteria: o *ópio da miséria*; todos se associam como uma manifestação de sofrimentos reais. Do sofrimento do espírito, do mesmo modo como Hawthorne (1850) em seu clássico - A letra Escarlata,⁶⁵ designa a manifestação do mal-estar da alma - em suas palavras: “*uma doença do corpo, para a qual olhamos como se contivesse em si o todo, talvez não seja afinal senão um sintoma de alguma enfermidade do espírito*”.

A relação cuja qual a sociedade e o Estado desenvolveu ao longo dos últimos cem anos com as drogas e seus usuários se equívoca em muitos aspectos. E seu tratamento materializa a punição e moralização dos sujeitos. Ao passo que vivenciamos uma barbárie em torno e em prol da “guerra às drogas” que esgota os recursos em nome de uma purificação dos indivíduos que consomem drogas.

Forjando um saber que limitou a relação dos usuários a seu combate. O movimento puritano associado ao pensamento sanitário, “também contrário aos excessos e as paixões referidas às massas urbanas, indicou uma continuidade da força religiosa no processo de secularização das sociedades” (CAVALCANTE&GOMES,2020), havendo a necessidade por parte das ciências sociais (e outras áreas associadas ao estudo da sociedade) de compreender o poder religioso diante da sociabilidade, onde a mesma é

⁶⁴A famosa frase de Marx a respeito da religião como o ‘ópio do povo’ serviu, numa interpretação rasteira, para uma condenação ao mesmo tempo das drogas e do sentimento religioso. Deste fato, temos nas palavras de Marx, sua colocação sobre a religião que se aplica às drogas: ‘é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito (grifos nossos, CARNEIRO,2008,p. 434,437).

⁶⁵A letra Escarlata de Nathaniel Hawthorne publicado em 1850, trata – se de um romance norte-americano onde a personagem principal Hester Prynne é tomada por uma comunidade puritana no século XVII como bode expiatório. Faremos uma analogia ao processo de moralização vivenciado pela protagonista da obra, para melhor exemplificar a forma como o puritanismo estadunidense influenciou e ainda predomina a concepção em torno da punição sobre o qual sua doutrina estabelece o que considera pecaminoso.

capaz de contemplar “o apoio social e a intolerância – nos espaços cotidianos da reprodução da vida”.

O presente artigo propõe demonstrar o papel da cultura puritana estadunidense, associada a moralidade que tem construído lapsos dentro da sociedade e do Estado. No Brasil temos a intensificação deste movimento pela reafirmação conservadora e sua liderança com traços fascistas com estreito relacionamento entre o governo Federal e a ação religiosa neopentecostal.

2- DO PURITANISMO AO PROIBICIONISMO

Trilhar este caminho da moral junto a legalidade da ilegalidade das drogas se fundamenta na crítica cuja qual o movimento da sociabilidade ocorre através (mas não somente) pela correlação das forças presentes em dada conjuntura. Não se limita e não pode ser observado apenas como a repressão do Estado frente aos consumidores de drogas . Ao contrário, é fundamentado na contrariedade das relações sociais onde as classes hegemonicamente influenciam o controle social.

A atitude do Estado frente aos consumidores de drogas “*moderados e imoderados*”, parte das transformações vivenciadas pelas reações puritanas norte – americana, onde um conjunto de posições morais se voltam a determinados grupos sociais, contendo estes: classe social, religião ou raça. Cada segmento marginalizado da sociedade, é vinculado a determinada substância psicoativa concomitantemente a característica de possuírem uma “*inferioridade tanto moral como econômica*” (ESCOHOTADO,2004).

Como os processos históricos já esclarecem que sempre há na construção da sociabilidade a necessidade de exclusão por parte do ordenamento econômico do capital. Não bastaria apenas este fundamento puritano para expressar esse movimento contraditório que o Estado assume frente às drogas. Também a influência se dá pelas mudanças que desconstroem os ideais liberais, simultaneamente intensificando a burocratização das relações sociais e Estado, para reiteradamente justificar as transformações da relação capital e trabalho. Aliado segundo Escotado (2004), ao esgotamento terapêutico que foi assumido pelos eclesiásticos em outros tempos e agora (no final do século XIX) será entregue ao campo da medicina⁶⁶.

⁶⁶ Sobre este processo Escotado, nos esclarece a partir da fala de Benjamin Rush já em 1785: “No futuro será assunto do médico salvar a humanidade do vício, tanto como até agora o foi do sacerdote. Concebamos

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

[...] esta aliança do puritanismo e terapeutismo cristaliza – se em leis porque se coordena com a expansão norte-americana sobre o planeta, somada à actividade incansável de três homens. O primeiro é o reverendo W. S. Crafts, alto funcionário com Th. Roosevelt, que na Conferência Missionária Mundial (1900) propõe celebrar o início do segundo milénio cristão com uma cruzada civilizadora internacional contra bebidas e drogas; o seu fim é uma política de proibição para as raças aborígenes, no interesse tanto do comércio, como da consciência (ESCOHOTADO,2004;p.94).

Em consonância com os preceitos puritanos, a venda e o consumo de substâncias que antes se encontravam dispostas aos consumidores em prateleiras de farmácias, passa a ser intolerado e regido por legislações que consonavam com o seguinte pensamento: *“quem mata o corpo de um homem é um anjo comparado com quem destrói a alma de outro”* (ESCOHOTADO,2004).

A legislação que funda a proibição à venda de álcool – Lei Seca, vigora na América do Norte a partir de 1920 embricado na ideia da construção de uma nova nação - *“todos os homens voltarão a caminhar de cabeça erguida, sorrirão todas as mulheres e rirão todas as crianças. Fecharam – se as portas do inferno”*⁶⁷ (ESCOHOTADO, 2004). Todavia, a punição do comportamento *“convinha a uma gente para qual a religião e a lei eram quase a mesma coisa”* (HAWTHORNE,1850).

Carneiro (2018) esclarece, que a história das drogas se funda juntamente com a história de sua criminalização. Contemplando a partir do momento onde passam a ser reguladas pelos mecanismos do Estado, instituindo *representações culturais e políticas de repressão, incitação ou tolerância*. Ou seja, os limites que são colocados às paixões, aos hábitos, aos vícios, está ligado a determinado contexto histórico – social que o reproduz conforme sua necessidade de organização.

A verdade é que a ideologia proibicionista inaugurada pela cultura moralista estadunidense, não deixou espaço para a moderação – o excesso da proibição foi deixando marcas da necessidade da abstinência, acarretando em um *modus operandi* que apenas excluía segmentos e grupos sociais, privando – os de seus direitos e os criminalizando como meio para objetivar um fim utópico. Um “mundo sem drogas”, que desconsiderava a relação milenar dos sujeitos com as substâncias.

os seres humanos como pacientes num hospital; quanto mais se resistir aos nossos esforços para os servir, mais serão necessários os nossos serviços” (ESCOHOTADO,2004;p.92).

⁶⁷ Discurso do senador americano Volstead difundida pelo rádio sobre a promulgação da Lei Seca–Volstead Act.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

A sobriedade contínua da existência é equiparada à defesa do juízo moral. Independentemente do efeito, o que realmente se trata é da condenação da indulgência para consigo próprio. Essa severidade puritana foi o traço característico da relação com o corpo ao longo da era cristã. A renúncia total, a abstinência completa, o jejum eterno dos psicofármacos, a castidade completa dos orgasmos químicos é a norma proibicionista que decorre da arcaica condenação do fruto proibido, inscrito na cultura como emblema do limite da interdição (CARNEIRO, 2018;p.291).

“O admirável mundo novo⁶⁸” estabelecido pelo fordismo (não apenas no âmbito da fábrica) se estende a vida privada dos indivíduos (os trabalhadores ideais - na concepção de Henry Ford), ultrapassa os limites das escolhas individuais dos sujeitos de poderem conduzirem seus hábitos fora das fábricas, vinculando o proibicionismo ao projeto industrial fordista. “O sexo e a droga, no caso o álcool, eram os principais prazeres a serem contidos pela coerção industrial, interessada no aproveitamento máximo da força de trabalho” (Carneiro, 2002).

O presente processo foi também percebido por Gramsci em seus *Cadernos*⁶⁹, onde evidenciou a necessidade da política norte americana, pautada no modo de produção industrial, de contenção da vida privada de seus operários; acrescentando “que o controle do consumo de álcool era indissociável do controle da vida sexual, uma característica indispensável do novo modelo de organização do trabalho” (Carneiro,2002).

Quem ironizasse estas iniciativas (mesmo fracassadas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de “puritanismo” estaria se negando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o alcance objetivo do fenômeno americano, que é também o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem (GRAMSCI, 2017; p.258).

Escotado (2004) já esclarecia que a forma como a norma se organiza no início do século XX pauta – se principalmente pelo *cercos jurídico – moral* ao retirar do sujeito a autonomia sobre as decisões a respeito das substâncias que alteram o “juízo, o comportamento, percepção ou estado de ânimo”. Para essa finalidade, é necessário ao campo do direito “aprisionar os corpos que tenham espíritos rebeldes ou

⁶⁸ Referência ao clássico livro da literatura distópica. Onde o autor Aldous Huxley cria uma sociedade autoritária baseada no mundo pós as inovações de Henry Ford. O admirável mundo novo nos apresenta uma realidade pautada no trabalho e na necessidade dos personagens de utilizar uma droga fornecida pelo Estado para se submeterem a um mundo fantasioso sem plena consciência de sua realidade concreta. A analogia se funde ao processo hegemônico da ideologia dominante, bem como Ford o fez em seus tempos de modo reverso.

⁶⁹ Contido no Caderno 22 (1934) – Americanismo e Fordismo.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

farmacologicamente dissidentes, ou seja, a fórmula se baseia em reprimir a dissidência política e religiosa” (grifos nossos, CARNEIRO, 2018).

As ideias hegemonicamente dominantes sobre as drogas são portanto, construções que se baseiam em campanhas de grupos moralistas, associadas ao eugenismo; ao racismo; a violação de corpos de sujeitos cujo quais há necessidade de enquadramento aos ditames do capital e sua exploração de raça, classe, gênero, etnia.

A cruzada baseada na suposta *ciência sobre as drogas* desconsidera o vínculo intrínseco das substâncias psicoativas na história da humanidade. Lançando ao campo da medicina (mas especificamente da neurociência, genética e epidemiologia) como único capaz de desvendar e tratar os sujeitos consumidores de drogas e sua *dependência*. A medicina, sancionada pelo Estado, se arroga assim o direito de determinar como ‘quem deve tomar as decisões sobre quando devem ser usadas, por quem e por meio de quem’ (CARNEIRO, 2018).

Há pensadores que explicaram o vínculo estreito entre determinadas substâncias e a forma como a sociedade lida com tais consumos por base na crença. Ao passo que a cultura humana (que desde sempre tende a fazer este movimento de busca por respostas com base na teologia) associou ao longo de sua ordem ao - “fruto proibido do Éden e na punição ao seu consumo”. As drogas são vistas como “bodes expiatórios, na qual a humanidade e a própria divindade recebem esta condição sacrificial na sua gênese constitutiva” (CARNEIRO, 2018).

Como na obra de Escohotado (2004), “as religiões apresentam conhecimentos ancestrais e ritualizados sobre o uso das drogas” o que parece dar – lhes o direito de discutir o tratamento nos meios público e privado, muita das vezes negando a ciência para estabelecer tratamentos baseados no “livramento do pecado”. Coincidindo com “aquilo que caracterizava a moralidade capenga da época puritana” (Hawthorne, 1850).

Todavia, os tempos de prosperidade vivenciados pelo pacto fordista – keynesiano pós segunda Guerra Mundial se esgotam nos fins dos anos sessenta adentrando em uma crise que vai às raízes de acumulação do capital. Para tanto, a solução das nações, desenvolvidas a partir de 1970, centralizam os ideais neoliberais nas políticas e práticas do Estado, ocasionando transformações nas relações sociais e culturais em âmbito global conforme a sua progressão e avanço.

No campo da política das drogas – temos um novo ordenamento reafirmando o pacto proibicionista no combate às substâncias e seus usuários. Discursos marcantes como o do presidente Nixon (1970-1973), onde sobre suas palavras declarou às drogas

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

como inimigas número um dos EUA, desencadearam uma nova onda de violência em torno dos sujeitos que consomem tais substâncias, como também a reafirmação de que os países latinoamericanos influenciavam o consumo e o mercado⁷⁰.

Para nossa análise voltada à influência religiosa nas políticas estatais. O fato do afastamento do catolicismo como religião predominante na América Latina a partir da década de 1970, e a conseqüente ascensão do movimento evangélico, nos dá um novo norte para contemplar o último decênio deste século. Destacando que as mudanças ocasionadas pela esfera do capital e do trabalho (o desemprego; a imprevisibilidade do futuro; a violência; a globalização) acarreta na aproximação a novas vertentes espirituais.

O exame da secularização no projeto de modernidade dos países da América Latina combina distintos componentes no âmbito da cultura popular, cujas tradições se reproduzem numa cotidianeidade marcada pela incerteza de acesso aos meios para reprodução da vida e pelo sistemático distanciamento das massas à educação formal atualizando traços religiosos tradicionais com modernos numa racionalidade *hemiderna* (CAVALCANTE&GOMES,2020;p.61).

Sobre circunstâncias econômico e sociais pautadas em um estreitamento das relações sociais; a religião protestante e suas manifestações dentro da organização política nos países latino americanos, e aqui damos destaque a realidade brasileira; faz – se evidenciar, e se torna parte integrante da atuação do Estado em meio as manifestações da crise do capital junto a um forte movimento do conservadorismo.

A conjuntura política desfavorável aos movimentos sociais (junto a uma perda do espaço político da esquerda para a direita ultraneoliberal) no Brasil, tornam a influência pentecostal como um meio de organizar as políticas nacionais como também as instituições, não se preocupando com a ostensiva evidencia de que se trata de um processo estritamente moral dos usuários dos serviços públicos. Nas palavras de Brown (2019) “conjugam a retidão moral com uma conduta amoral e não civilizada quase celebradora. Endossam a autoridade enquanto exibem desinibição social e agressão pública sem precedentes”.

Portanto, a forma como o proibicionismo se organiza no século XXI se distingue dos anteriores; pautando – se mais nas drogas ilícitas, acarretando conseqüentemente na inflação do “aparato policial na tarefa da repressão moral” (Carneiro,2002).

⁷⁰ Este movimento segundo Cavalcante e Gomes estaria mascarando o a intenção de conter os movimentos revolucionários na América Latina, asseverando a constatação dos Estados de tornar novamente as drogas como bode expiatório.

3- CONCLUSÃO

Buscamos através desta breve exposição, contemplar uma análise que vincula organicamente a questão das drogas à religião, principalmente na relação de moralização contida na sociedade civil; executada pelo Estado e aclamada pelos movimentos religiosos que tendem a uma purgação dos sujeitos que desassemelham ao tradicionalismo moral. Neste passo a intenção seria de contribuir para o debate crítico em torno das políticas para consumidores de drogas ilícitas.

Todavia, coube (mas cabendo ainda muito mais) estabelecer a necessidade de compreensão em torno do peso da religião dentro da sociedade e Estado para contemplarmos a forma como demasiada permanência influência às políticas em torno dos consumidores de drogas mas com um aspecto estritamente moral a estes sujeitos se estendendo ao campo privado.

A permanência da religião dentro da esfera estatal, representa um processo que acarreta simultâneos retrocessos no campo das políticas públicas e conseqüentemente desencadeia uma onda de perseguição sobre os usuários que não se limita ao campo penal.

As instituições que trabalham pelo viés da cidadania, vem ao longo dos últimos vinte anos, perdendo espaço para a repressão e uso da violência exercido por instituições como as Comunidades Terapêuticas que trabalham vinculadas ao campo religioso com base na moral como fundamento constituinte de sua organização e ação.

Desse modo, o debate em torno da correlação de forças dentro do Estado, que se articula aos movimentos religiosos para reafirmar uma conduta moral burguesa, é mais que necessário pelos movimentos antiproibicionistas para que seja possível reconquistar os espaços políticos e públicos que estão sendo perdidos.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente.** São Paulo: Filosófica Politéia, 2019.

CARNEIRO, H. **Drogas: a história do proibicionismo.** São Paulo (SP): Autonomia Literária, 2018.

CARNEIRO, H. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX.** Publicado na revista Outubro, IES, São Paulo, vol. 6, 2002, pp.115-128. Disponível

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-6-Artigo-10.pdf>

CAVALCANTE, R.C.L.& GOMES, T.M.S. **Neoliberalismo e ascensão do fundamentalismo religioso na América Latina: o caso das comunidades terapêuticas.** GOMES, T. M. da S.; PASSOS, R. G.; DUARTE, M. J. de O. (Orgs.). Saúde mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do Serviço Social. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

ESCOHOTADO, A. **História elementar das drogas.** Lisboa – Portugal: Antígona, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 4/** Antonio Gramsci; tradução: Carlos Nelson Coutinho; Luiz Sergio Henriques; Marco Aurelio Nogueira. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HAWTHORNE, Nathaniel. **A letra escarlate.** Tradução de Christian Schwartz – 1º edição - São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social:
resistências e articulações internacionais



EIXO TEMÁTICO 3 **Lutas Sociais, resistências** **e internacionalização**

OFENSIVA ULTRANEOLIBERAL: o ataque as lutas sociais urbanas como resposta à crise do capital

Kathleen Pimentel dos Santos⁷¹

RESUMO

O artigo apresenta reflexões acerca do avanço ultraneoliberal sob as lutas sociais urbanas, destacando as respostas dadas pelo Estado às demandas dos movimentos por moradia para favorecer o capital. Os resultados preliminares apontam que o capital aprofunda a mercantilização do espaço urbano como resposta à crise capitalista estrutural, empenhando-se em combater as lutas sociais através de novas formas de deslegitimação, além de intensificar as estratégias de criminalização dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Lutas sociais; Ultraneoliberalismo; Movimentos urbanos; Criminalização; Moradia.

ABSTRACT

The article presents reflections on the ultraneoliberal advance under urban social struggles, highlighting the responses given by the State to the demand of housing movements to favor capital. Preliminary results indicate that capital deepens the commodification of urban space as a response to the structural capitalist crisis, striving to combat social struggles through new forms of delegitimation, in addition to intensifying the strategies of criminalization of social movements.

Keywords: Social struggles; Ultraneoliberalism; Urban movements; Criminalization; Dwelling.

1- INTRODUÇÃO

As mudanças no mundo do trabalho, desencadeadas da crise de 1970, com a reestruturação produtiva, a mundialização financeira e o neoliberalismo apresentavam uma nova realidade para a classe trabalhadora. A redução dos postos de trabalho

⁷¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: pimentelk18@hotmail.com. Eixo temático: Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais.

decorrente do processo de desindustrialização e da reestruturação produtiva, e a redução de gastos sociais e a privatização dos serviços públicos com o avanço das políticas neoliberais põs o trabalho e a moradia no centro da problemática urbana.

No sentido de promover uma retomada da acumulação do capital, o capitalismo aprofunda o processo de apropriação do espaço urbano como mercadoria, promovendo a segregação socioespacial. Com o avanço do ultraneoliberalismo, as respostas às demandas por moradia e a partilha dos espaços citadinos foram voltando-se cada vez mais para suprir a necessidade incessante de valorização do capital. Ao mesmo tempo, as lutas sociais urbanas em torno de moradia sofrem o empenho ininterrupto do capital em penaliza-las, operando ora por via do tratamento repressivo, com uso de violência e dominação, ora pelo processo de deslegitimação, fechando os espaços de controle social democrático conquistados pelos movimentos sociais, bem como pela criminalizando das suas pautas.

Diante disso, o artigo objetiva refletir o avanço do capital sobre o espaço urbano e, conseqüentemente, sobre as lutas sociais em torno do direito à cidade e a moradia. Através da revisão bibliográfica, identificou-se que no processo de reconversão da crise, o capitalismo tem empreendido forças para deslegitimar as lutas sociais. Assim, o primeiro item concentra-se em compreender as repercussões da crise capitalista no espaço urbano, e o segundo concentra-se nas conseqüências desse processo às lutas sociais.

2- CRISE CAPITALISTA E SUAS REPERCUSSÕES NO ESPAÇO URBANO

O capitalismo, em qualquer um de seus estágios, particulariza-se pela busca incessante de lucros, sendo próprio do capital a necessidade permanente de valorização. No decorrer de sua história, esse modo de produção encontra intervalos de recessão, com o comprometimento da reprodução ampliada do capital. Esses intervalos, pela sua periodicidade, denominam-se crises cíclicas. Tais crises são inerentes à dinâmica capitalista, em virtude das contradições próprias do seu modo de funcionamento e ocorrem logo após uma fase de grande prosperidade econômica, interrompendo o processo de acumulação do capital.

Conforme a análise de Mota (2009), as crises afetam diferentemente as duas classes sociais antagônicas: para a burguesia, representam uma ameaça ao seu poder; já para o proletariado, trata-se da intensificação da exploração da força de trabalho posto que são afetados na sua materialidade e subjetividade pelas condições do mercado de

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

trabalho, com o desemprego estrutural, as reduções salariais, o crescimento do exército industrial de reserva, o aumento da pobreza e miséria e o enfraquecimento da sua organização política.

Após a crise estrutural do capital, que foi causada por uma crise de superprodução, a recuperação dos lucros se daria pela via dos investimentos especulativos, dado que foi disponibilizado um montante de capital em sua forma monetária, do qual parte permaneceu na circulação da esfera financeira, estruturando um novo regime mundial de acumulação capitalista em que o capital se valoriza na própria esfera financeira e não mais na esfera de produção, o que Chesnais (1996) denomina de mundialização do capital.

Nessa nova fase do desenvolvimento capitalista, o capital financeiro e especulativo se valoriza em seu interior, por meio das instituições financeiras e dos fundos mútuos e de pensão, e se sobrepõe ao capital produtivo, conforme reitera Chesnais (1996, p. 14) ao afirmar que “o estilo da acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros”. Sob esse novo padrão de acumulação, foram articuladas medidas de liberalização, desregulamentação e privatização como forma de sustentá-lo, rompendo com qualquer tipo de controle às relações sociais.

A adoção do receituário neoliberal pelo Brasil em 1990 e o avanço das suas políticas implicam decisivamente na configuração das cidades e no acirramento da questão urbana/habitacional brasileira, tanto pela redução de gastos sociais do Estado e a privatização dos serviços públicos quanto pela concepção de cidade – em sua organização espacial – como fonte de investimento no setor produtivo, para potencializar a reprodução e acumulação de capital financeiro com empreendimentos urbanos (ALVES, 2019). Souza (2018) destaca que estes empreendimentos urbanos sob forças neoliberais compromete a gestão das cidades ao passo que

[...] é observado um crescente movimento de privatização seletiva e de exclusividade no acesso aos novos empreendimentos, aspectos que dão conteúdo ao urbanismo neoliberal instalado no País a partir dos megaeventos recentes, em detrimento da potencialização dos espaços públicos e do ambiente urbano mais inclusivo (SOUZA, 2018, p. 247).

Em linhas gerais, esse processo representa a financeirização do capital no setor imobiliário. É a utilização de instituições financeiras e de crédito para melhorias na infraestrutura dos espaços urbanos, transformando o fenômeno da urbanização em

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

mecanismo de absorção da produção excedente que os capitalistas produzem sempre que buscam por lucros, como defende Harvey (2013).

Os mecanismos de acumulação do capital se mostram na alarmante – e visível – segregação urbana na realidade brasileira. De acordo com o jornal Estadão (2011), pelas fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o quantitativo de aglomerados subnormais⁷² teve seu número quase dobrado no período de 20 anos. Em 1991, cerca de 4,48 milhões de pessoas (3,1% da população) viviam em assentamentos irregulares, passando para 6,53 milhões (3,9%) em 2000. No ano de 2010, essa realidade alcançou 11,42 milhões de pessoas morando em favelas, palafitas ou outros assentamentos irregulares.

Assim, o progresso das cidades brasileiras é limitado e/ou delimitado pelo segmento populacional que possui meio de pagá-lo, uma vez que a moradia nas cidades é altamente mercantilizada, ou seja, possui valor de troca e a exploração do espaço urbano é fonte de acumulação do capital. A seqüela é um enorme contingente de pessoas expropriadas dos direitos básicos, sendo “resultado de um processo de urbanização que segrega e exclui” (MARICATO, 2000, p. 155). Dessa forma, o aumento exponencial de ocupações de terras de forma irregular é sintetizado por Santos (2009 apud MONTEIRO; VERAS, 2017), pela lógica excludente do mercado imobiliário e pela ausência de políticas sociais – principalmente de uma política de habitação – que atendam as reais demandas da classe trabalhadora, em especial, da parcela que vivencia o trabalho informal e aquelas condições de trabalho e de vida da forma estagnada da Superpopulação Relativa no Brasil.

Na realidade, o que se percebe é que a ação do Estado, por meio das políticas habitacionais, e do capital, por meio do setor imobiliário, oferece as condições estruturais para a produção da segregação socioespacial, determinando uma divisão da população por classe social nos espaços urbanos (SANTOS, 2018). Os indicadores socioeconômicos e a segregação e guetização encontradas nas cidades revelam as agruras que seguimentos populacionais t em enfrentado para que as estratégias de reconversão da crise econômica sejam realizadas.

⁷² Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros (IBGE, 2021).

A concentração de renda e riqueza pelas empresas capitalistas no campo, a redução de gastos sociais seguindo o receituário neoliberal, e o avanço do capital imobiliário sobre as cidades como resposta à crise do capital monopolista aprofunda as desigualdades urbanas, e também, contrário a esse movimento, desencadeia um processo de luta por moradia.

3- O AVANÇO NEOLIBERAL ÀS RESISTÊNCIAS SOCIAIS URBANAS

De acordo com a análise de Duriguetto (2017), o constrangimento e a criminalização das lutas sociais das forças populares são inerentes à sociedade capitalista e das relações de dominação e opressão da classe dominante sobre as classes subalternas. No contexto da ofensiva neoliberal tem se percebido a intensificação das ações de criminalização dos movimentos sociais e suas lutas, na tentativa de deslegitimar as resistências organizadas da classe trabalhadora contra as desigualdades sociais desse sistema.

O processo de criminalização dos movimentos sociais, que expressa o poder coercitivo do Estado, se complementa com a deslegitimação das ações reprimidas e a incriminação daqueles que as fazem, como forma de garantir que as ações de repressão não gerem um efeito contrário na sociedade, pondo em xeque os interesses da classe capitalista (VIANA, 2018).

A luta por moradia vem se constituindo como uma luta fundamentalmente de trabalhadores negros, em que as respostas do Estado vêm se dando a partir dos despejos e uso de violência. Soma-se a esse cenário a oferta institucionalizada de uma política habitacional que acentua e sustenta o histórico processo de segregação socioespacial, conduzindo para áreas desprivilegiadas esses/as trabalhadores/as pobre e pretos/as, mesmo com a instituição de programas que se apresentam como destinados ao atendimento dos segmentos da classe trabalhadora mais empobrecida.

Esses traços das respostas do Estado à luta por moradia podem ser verificados nas ações mobilizadas, pelas gestões municipais e estaduais, envolvendo o Poder Judiciário e a Força Policial em todo território nacional. São recorrentes os despejos e reintegração de posse que atingem os movimentos sociais de luta por moradia, em um contexto cujos programas de habitação não respondem ao déficit habitacional, tão pouco desaceleram a apropriação da cidade pelo capital.

Como indica Chesnais (1996), ascentrais diretivas da mundialização da economia, impõe restrições à soberania e à autonomia dos Estados nacionais e na periferia

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

capitalista, mesmo sob o comando de projetos políticos inclinados “à esquerda”, as ações são movidas para

[...] implementação de programas e projetos para atendimento de demandas de seguimentos sociais historicamente excluídos sem que sejam produzidas modificações nas suas formas de inserção produtiva, nos processos de apropriação de terra urbana, de periferização e mecanismos de acumulação e apropriação do valor. (SANTOS et. al., 2014, p. 715).

Daí porque esse contexto tem impulsionado os movimentos urbanos de moradia a reivindicarem o direito à moradia e à cidade, constitucionalmente instituídos, mas comumente negligenciados, principalmente em um cenário com dois agravantes conjunturais: o mandato presidencial da direita radical bolsonarista e a pandemia do Covid-19.

Desde o início do governo, o presidente Bolsonaro não tem apresentado demonstrativos de preocupação com as minorias e/ou direitos sociais. Os espaços de atuação e diálogos dos movimentos populares urbanos, conquistados anteriormente, viu-se cada vez mais atacados e deslegitimados. Uma série de ações nos últimos anos vem cada vez mais intensificando a “criminalização da pobreza, na judicialização do protesto social, na repressão política aberta e na militarização” (LONGO; KOROL, 2008, p.46) contra os movimentos sociais e populares, sendo muito presente nos movimentos urbanos.

Para Sauer (2008 apud DURIGUETTO, 2017, p. 112), esse tipo de ação é caracterizado como “mecanismos mais sofisticados de repressão das demandas sociais”, principalmente quando são fechados os canais dos espaços de diálogo com os movimentos populares, a exemplo da extinção do Conselho Nacional das Cidades. A esses mecanismos de repressão se soma a substituição do Programa Minha Casa, Minha Vida pelo Casa Verde e Amarela. Nesta, percebe-se a reversão às conquistas e retardamento do acesso à moradia do contingente mais empobrecido da classe trabalhadora. O ataque aos investimentos da política habitacional mostra o quanto é regressiva a destinação dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social: em 2019 recebeu 63,2 milhões (0,39% de participação do Ministério do Desenvolvimento Regional) e caindo para 24,1 milhões (0,19%), em 2021, conforme dados do Siga Brasil (2022).

Além do ataque aos investimentos governamentais na área da habitação social do atual governo, de não fomentar espaço de diálogo com os movimentos populares, de retroceder da produção de moradias para famílias de baixa renda e das tentativas de judicialização dos conflitos e lutas sociais, as ações sociopolíticas do Estado em resposta

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

às reivindicações dos movimentos sociais urbanos de luta por moradia, também se mantiveram na esfera da violência e repressão.

São os pobres e considerados incapazes de contribuir para o desenvolvimento econômico do país que devem ser expulsos e excluídos dos lugares privilegiados das cidades. Essa estratégia ganha força na opinião pública por propagar – veículos midiáticos com financiamento do capital – a ideia do outro como inimigo e perigoso. Por isso recorrem a estratégia de associação da pobreza à criminalidade como parte das medidas punitivas e repressivas estatais, conjugando-os suas reivindicações como ilegais e seus sujeitos como criminosos (SAUER, 2008 apud DURIGUETTO, 2017). Trata-se, portanto e ao mesmo tempo, de “ocultar a lógica conflituosa das lutas de classe” e uma forma de “administração das desigualdades e, também, das resistências organizadas pelos trabalhadores” (DURIGUETTO, 2017, p. 108).

As ações de remoção com justificativas questionáveis também é uma estratégia que acompanha há muito tempo os movimentos urbanos que ocupam áreas estratégicas de valorização do capital. Essa tendência compõe o bojo das intervenções abusivas e arbitrárias dos agentes do Estado na retirada dos integrantes dos movimentos, que utilizam

chegada repentina de equipes de demolição, sem qualquer aviso prévio para que os moradores providenciassem outra moradia ou a remoção adequada dos seus pertences; emprego de táticas violentas e intimidantes, como o acionamento da polícia militar para lançar bombas com gás de pimenta contra moradores resistentes; retirada de pessoas sem o recebimento de habitação alternativa e/ou indenização justa; realização de remoções com base em justificativas contestáveis, como as de definição de área de risco (MATTOS, 2013, p.180-181).

Revela-se, assim, o duplo caráter de ataque do capital aos movimentos sociais urbanos de luta por moradia, quando reduzem cada vez mais suas demandas por meio de cortes de recursos para a política habitacional, e quando tem criminalizado suas ações e penalizando seus sujeitos e seus conflitos. No atual cenário, com o avanço ultraneoliberal, a realidade instaurada é de exacerbação dos retrocessos democráticos, seja na retirada de direitos e no aprofundamento dos desmontes das políticas públicas, seja nos ataques às lutas sociais e às forças sociais populares.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado, torna-se evidente que o processo de mercantilização do espaço urbano tem levado a cabo os determinantes da mundialização do capital, onerando a classe empobrecida do acesso à moradia digna e ao direito à cidade. Com o

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

fortalecimento do ultraneoliberalismo, esse cenário se aprofunda e se soma a um projeto reacionarista conservador que promove ataques às forças sociais populares, tal como ocorre com os movimentos de luta por moradia.

Pressupõe-se que, em tempos turbulentos, em termos políticos e econômicos, como os atuais, compreender os processos que cercam e estruturam a vida urbana contribui para o conhecimento da realidade social do sujeito político denominado "sem-teto" ao tempo que contribui para fortalecer as formas de resistência contra as determinações do capital.

5- REFERÊNCIAS

ALVES, Carina de Santana. A formação Sócio-histórica brasileira e a questão urbana. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL. 7., 14., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2019.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 104-122, jan./abr. 2017.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Revista Piauí**. Edição 82. 2013.

IBGE. **Aglomerados Subnormais**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 out. 2021.

LONGO, Roxana; KOROL, Claudia. Criminalização dos movimentos sociais na Argentina. In: BUHL, Kathrin; KOROL, Claudia. **Criminalização dos protestos e dos movimentos sociais**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo Stiftung, 2008. p. 10-13.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MATTOS, Romulo Costa. Remoção das favelas do Rio de Janeiro: uma história do tempo presente. **Outubro Revista**, n. 21, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CFESS, ABEPSS (org.). **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CEAD/UnB, 2009.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, AntonioTolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, 2017.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos et al. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Direito à Moradia - a experiência dos Sem Teto em Salvador. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 713-734, 2014.

SANTOS, Mario Jorge Silva. A Política habitacional (1968-2002) e a (re) produção da segregação socioespacial no espaço urbano regional de Aracaju. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 19., 2018, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: AGB, 2018

SIGA BRASIL. **Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social**. 2022. Disponível em:

[https://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2Fsigabrasilp_ainelcidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&Sheet=shOrcamentoVisaoGer](https://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2Fsigabrasilp_ainelcidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&Sheet=shOrcamentoVisaoGeral)
al. Acesso em: 4 fev. 2022.

SOUZA, Angela Maria Gordilho. Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade: impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras. **Cadernos MetrÓpole**, v. 20, n. 41, p. 245-265, 2018.

VIANA, Nildo. A criminalização dos movimentos sociais. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202, mar. 2018.

DA INCONSEQUÊNCIA IRRACIONAL À CRISE POLÍTICA: Notas sobre classismo, lutas sociais e antirracismo

Fillipe Perantoni⁷³

Resumo: Convidamos o/a leitor/leitora a refletir sobre a importância de fazer um debate fraterno para quem se coloca no mesmo campo de luta anticapitalista e antirracista, conscientes de que somente assim é possível o fortalecimento da luta, absolutamente tranquilos/as em aprender sobre o que não sabemos, mas também preocupados em apresentar elementos questionadores sobre o que tende a nos fragmentar e reforçar exatamente o que combatemos: capitalismo e racismo.

Palavras-chave: 1. Antirracismo; 2. Lutas Sociais; 3. Classismo.

Abstract: We invite the reader to reflect on the importance of having a fraternal debate for those who place themselves in the same field of anti-capitalist and anti-racist struggle, aware that only in this way is it possible to strengthen the struggle, absolutely calm in learning about the that we don't know, but also concerned with presenting questioning elements about what tends to fragment us and reinforce exactly what we fight: capitalism and racism.

Keywords: 1. Anti-racism; 2. Social Struggles; 3. Classism.

1- INTRODUÇÃO

Para além de uma hipótese sobre determinado movimento da realidade, nossa intenção neste artigo é abrir um debate fraterno com alguns dos movimentos sociais que lutam pelo fim da opressão de raça, imprescindíveis nas lutas anticapitalistas, mas que, devido à sua heterogeneidade, tem trilhado caminhos de pouco diálogo e isolamento.

Com o cuidado e a necessária atenção aos fundamentos históricos que a discussão exige, gostaríamos de quebrar o tabu de realizar essa interlocução na polêmica, amplamente abertos aos contrapontos, e com o objetivo prioritário de buscar um caminho comum que nos unifique contra o principal inimigo do tempo presente: o desenfreado avanço capitalista no extermínio de populações e destruição deste mundo.

⁷³ Assistente Social do IFPB, campus João Pessoa, e doutorando em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da UFRJ.

Eixo Temático: Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Acreditamos que nenhuma opressão será superada nos marcos deste modo de produção, embora, também é importante reconhecer que, diversas outras opressões, e aqui destacamos a opressão de raça, não serão automaticamente extirpadas com o fim da exploração de classe.

Assim como a ampla maioria dos movimentos antirracistas, nos parece ser uma posição irracional desconsiderar a luta anticapitalista apartada da luta antirracista, da mesma forma que não é possível combater o racismo sem um enfrentamento sistemático ao predatório modo de produção capitalista.

Clamar por uma “identidade branca” ou ostentar uma identidade nacional contra não brancos e imigrantes é um clássico da direita, especialmente em tempos de crise do capitalismo, que, de liberal universalista, rapidamente pode virar a chave para o fascismo. Mas uma “identidade negra” desconectada das estruturas sociais também pode ser conservadora ou reacionária e servir aos propósitos de reprodução do capitalismo, que historicamente tem se mostrado capaz de metabolizar o racismo e transformá-lo em aspirações de consumo e de poder. Ao fim e ao cabo, a política identitária, especialmente em tempos neoliberais, é um fator importante para que a divisão social e a atomização que marcam o capitalismo continuem a acontecer. (ALMEIDA, 2019, p.13-14)

Neste sentido, desde já nos colocamos no campo do pensamento que entende que para superarmos o sistema capitalista é imprescindível que se tenha uma ampla unidade entre trabalhadores e trabalhadoras, nas suas mais diversas expressões (negros, negras, LGBTQIA+, povos originários, jovens, idosos, idosas, deficientes, etc.) e opressões.

Da mesma forma, acreditamos que para derrotar o racismo, a luta antirracista deve igualmente ser ampla, possuindo como elemento de unidade o ódio ao racismo e a intencionalidade de sua erradicação desta sociedade, num movimento que deveria unificar todos e todas que repudiam as múltiplas violências oriundas através da raça dos sujeitos.

Todavia, nesse debate partimos do determinado princípio de que enquanto houver capitalismo vai haver racismo e, somente sem capitalismo é que teremos condições mais favoráveis para extirparmos o racismo.

2- “Antirracismos”: aspectos da crise política à brasileira

De antemão gostaríamos de elucidar que, de forma alguma, entendemos ser específico do Brasil o contexto da crise política, em que os caminhos dos movimentos sociais são permeados por contradições e conflitos. Nos chama a atenção a dificuldade

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

para se estabelecer um eixo comum entre movimentos que caminham de maneiras tão diferentes. Considerando que ainda há nos movimentos sociais clássicos, tais como partidos e sindicatos, um racismo velado, acreditamos haver também um constrangimento geral em reconhecer isso publicamente. Nenhum partido ou sindicato do campo anticapitalista se assume racista, muito embora tenham dificuldades em aplicar políticas realmente antirracista na maioria das vezes. Sabemos que isso é grave, mas felizmente tem se tornado cada vez mais comum o diálogo formativo/educativo com movimentos antirracistas classistas, o que tem permitido aos poucos uma reaproximação entre estas pautas. Não sem cicatrizes, não sem dificuldades, no entanto permeado com o argumento mais forte para que a unidade aconteça, que é destruir o modo de produção capitalista e o racismo.

Entretanto, gostaríamos de nos atentar para um outro movimento que vem ganhando força, identificados por nós como um movimento antirracista sectário não classista. No seu programa, a luta contra o racismo combinada a ataques sistemáticos a partidos e sindicatos, mas não só. Ataques também aos movimentos que tenham brancos/brancas em suas fileiras, sejam eles/elas filhos/filhas da classe trabalhadora ou não.

Sabemos que esse é um fenômeno mundial, mas gostaríamos de contribuir no debate sobre o caso brasileiro, sobretudo nesta conjuntura neoconservadora⁷⁴.

Longe de fechar a discussão, nossa intenção é apenas iniciá-la, sobretudo sabendo o tabu existente quando se toca nesse temário, uma vez que

[...] hoje em dia com frequência os pensadores e militantes de esquerda radical ficam relutantes em criticar até mesmo a mais elitista das expressões da ideologia racial, por receio de que pareça estar deslegitimando qualquer movimento contra o racismo e o sexismo. (HAIDER, 2019, p.46)

Com o devido cuidado que a questão exige, acreditamos que um dos principais aspectos da crise de representatividade política vivida no Brasil, expressa nas severas dificuldades de partidos e sindicatos (movimentos classistas) em agregar trabalhadores/as, advém do seguinte cenário:

O conflito social de classe não é o único conflito existente na sociedade capitalista. Há outros conflitos que, embora não se articulem com as relações de classe, não se originam delas e tampouco desapareceriam com ela: são conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais que podem remontar períodos anteriores ao capitalismo, mas que nele tomam uma forma especificamente capitalista. Portanto, entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo,

⁷⁴ Para maiores definições sobre o neoconservadorismo, recomendamos o livro organizado por Gallego (2019), “O ódio como política: reinvenções da direita no Brasil”.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual. A relação entre Estado e sociedade não se resume à troca e produção de mercadorias; as relações de opressão e de exploração sexuais e raciais são importantes na definição do modo de intervenção do Estado e na organização dos aspectos gerais da sociedade” (ALMEIDA, 2019, p. 97).

Acreditamos que a afirmação de Almeida (2019) é incisiva quando nos mostra a necessidade de se ampliar o olhar sobre a classe trabalhadora na sua diversidade. Esses são elementos importantes na reflexão da crise política atual, pois reforça as lacunas que historicamente foram preteridas pelos partidos e sindicatos e que, nesse momento, são cobradas quando se pensa em formas universais de organização da classe trabalhadora. No correr da história, pouco se viu, nos movimentos classistas, sobre políticas sérias e realmente inclusivas considerando gênero, raça, etnia e religiosidade, aspectos importantes que conformam a heterogeneidade da classe trabalhadora. Via de regra, estes espaços, sobretudo de direções de movimentos e núcleos de formulação de políticas, sempre foram conformados pelo militante homem, branco, de meia idade, heterossexual, com piadas homofóbicas e racistas, e machista nas relações afetivas.

Com o passar dos anos, e ocorrendo apenas na história recente, muitas destas organizações, percebendo o absurdo do erro e a necessidade de se reaver com segmentos importantes da classe trabalhadora, começaram a mudar sua política, tentando, não só acolher, mas também inserir os até então “excluídos”, nas direções do movimento.

Esta síntese nos mostra que a simples inserção de segmentos oprimidos/as nas direções dos mediadores universalizantes não é suficiente. O necessário é que isso contribua para uma política interna forte, que combata toda e qualquer ação com características opressoras, alterando a estrutura orgânica da organização e, sempre que possível, fazendo reparações históricas.

Pensar na importância da inserção de pautas específicas nos mediadores universais, mais do que uma necessidade, é uma obrigação. São aspectos intrínsecos e constitutivos de uma mesma simbiose para pensar um mundo anticapitalista. Almeida (2019) demonstra isso na argumentação sobre o racismo:

A questão racial não é uma questão secundária se considerarmos o desenvolvimento do capitalismo que historicamente esteve atrelado a práticas coloniais. O racismo não é apenas um problema moral. O racismo é um problema político, mais especificamente, de economia política, uma vez que se materializa como uma tecnologia que reproduz desigualdade e justifica a morte e a manutenção de privilégios” (ALMEIDA; SILVA, 2019, p. 132)

Entendemos que o caminho da reconciliação histórica entre partidos e sindicatos, as maiores expressões do movimento classista, com os movimentos antirracistas

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

classistas, deve ser recíproco e sincero, pois somente com o fortalecimento dessa unidade é que será possível enfrentar o capitalismo predatório contemporâneo.

O risco aqui, e é sobre isso que gostaríamos de dar uma atenção especial, pois vem sendo uma tendência, e também é uma das nossas hipóteses, é de que está ocorrendo uma disputa intraclasse, em que os movimentos clássicos, como partidos e sindicatos, estão sendo atacados (e acabam também atacando), por movimentos antirracistas sectários não classistas. Com o argumento principal de hierarquizar o racismo como a maior de todas as opressões, não se dão conta de que ela não é a única e nem necessariamente a que mais oprime. Na batuta deste argumento, nenhum movimento social, que não negro, seria relevante nos embates políticos do tempo presente.

De antemão já ponderamos que esta perspectiva, para além de um estranhamento entre os movimentos de resistência, acaba também enfraquecendo ambos os lados, deixando o capital seguir seu fluxo exploratório sem a unidade das resistências organizadas.

Sobre isso, o exemplo da política estadunidense pode nos ajudar a apresentar a hipótese. Aqui entendemos, partindo do argumento de Haider (2019), como as lutas identitárias⁷⁵ não podem se prender a traços específicos. A insistência nessa posição pode levar a derrotas históricas, que podem ser até mais duras para os movimentos identitários.

O que começou como uma promessa de superar algumas limitações do socialismo, de modo a construir uma política socialista mais rica, mais diversa e inclusiva, terminou sendo aproveitado por aqueles com uma política diametralmente oposta àquelas do Combahee River. O exemplo mais recente e mais marcante foi a campanha presidencial de Hillary Clinton, a qual adotou a linguagem da “interseccionalidade” e do “privilégio” e usou a política identitária para combater o surgimento de uma opção de esquerda no Partido Democrata, em torno de Bernie Sanders. Os apoiadores de Sanders foram condenados como “manos do Bernie”, apesar de haver amplo apoio entre as mulheres. Eles foram acusados de negligenciar as preocupações dos negros, apesar do efeito devastador para muitos negros americanos do comprometimento da corrente dominante do Partido Democrata com as políticas neoliberais. (HAIDER, 2019, p. 34)

E continua:

[...] essa era claramente a situação em que estávamos nos metendo nos Estados Unidos, enquanto liberais otimistas celebravam a substituição de movimentos de massa, distúrbios e células armadas por um plácido multiculturalismo. Ao longe de várias décadas, o legado dos movimentos antirracistas foi canalizado para o progresso de indivíduos como o Barack

⁷⁵ Entendemos que o termo identitário não é o mais apropriado, preferimos utilizar o termo de movimento social antirracista, pensando especificamente neste movimento. Destacamos também as ressalvas feitas a esta conceituação por Virgínia Fontes, em vídeo gravado para o Canal da editora Boitempo em outubro de 2021, assim como em entrevista de Alysson Mascaro gravada para o Canal da TV247 em 2020.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Obama e o Bill Cosby, que iriam liderar o ataque contra movimentos sociais e comunidades marginalizadas. (HAIDER, 2019, p. 44)

As experimentações estadunidenses contribuem para reflexões importantes: nem todo negro é antirracista, nem toda mulher é feminista, assim como nem toda pessoa LGBTTI é contra a homofobia. *As pautas emancipatórias devem ser tarefa de todos/as que pensam em construir um novo mundo sem opressões, mas também podem ser uma armadilha neoconservadora caso as arestas do “específico” não sejam aparadas.*

A identidade, demonstra-nos Haider com os exemplos dos revolucionários como as feministas negras do Combahee River, Malcom X e os Panteras Negras, não é a armadilha em si. A armadilha antirrevolucionária apresenta-se quando a política se reduz à afirmação de identidades específicas. (ALMEIDA, 2019, p. 12)

Entendemos ser um grande problema para os movimentos sociais anticapitalistas esse tipo de disputa intraclasse. Antirracismo e anticapitalismo devem ser lutas conjuntas, cujo objetivo comum é a emancipação da classe trabalhadora em todas as suas opressões, seja ela de classe, de raça, de gênero, orientação sexual, etc.

O antirracismo sectário não classista, como já apontamos anteriormente, hierarquiza um segmento específico como o mais explorado (muitas vezes entendido como o único explorado), e abre espaço para um neoconservadorismo de novo tipo, em que movimentos classistas são combatidos por movimentos identitários específicos (nos termos de Haider), - como se já não fosse suficiente a criminalização aos movimentos sociais imposta pelas conjunturas dos aparatos geridos pela onda conservadora -, numa guerra inútil em que o único ganhador é o sistema capitalista.

3– Conclusão

Como já ressaltamos, esse é um debate permeado por polêmicas e esta é apenas uma contribuição inicial ao tema.

O caminho que apontamos aqui é o da absoluta necessidade de que movimentos classistas e movimentos antirracistas caminhem juntos, numa pauta ampla contra o capital nessa conjuntura neoconservadora.

Nesse caminhar coletivo, é fundamental perceber a força que o movimento antirracista carrega no tempo presente, sendo um pilar fundamental na luta anticapitalista.

Nessa altura da história americana, quando o movimento dos trabalhadores está em declínio, o movimento negro está em ascensão. O fato é que, desde 1955, o desenvolvimento e o dinamismo da luta dos negros têm feito deles a força revolucionária que domina a cena americana... O objetivo de uma

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

sociedade sem classes é exatamente o que esteve e que está hoje no coração da luta dos negros. São os negros que representam a luta revolucionária por uma sociedade sem classes. (HAIDER, 2019, p. 41)

Entretanto, reforçamos mais uma vez, *o identitário preso ao específico não traz avanços e, pelo contrário, faz o jogo do inimigo de classe.*

A transformação mais significativa na vida dos negros nos últimos cinquenta anos foi o surgimento de uma elite negra, fortalecida pela classe política negra, que tem sido responsável por administrar cortes e impor orçamentos escassos nas costas dos eleitores negros. (HAIDER, 2019, p. 44)

É importante aqui pontuar a crítica para que o amadurecimento seja coletivo.

Na academia e nos movimentos sociais, nenhuma contestação séria surgiu contra a cooptação do legado antirracista. Intelectuais e ativistas permitiram que a política fosse reduzida ao policiamento da nossa linguagem, à questionável satisfação de provocar culpa nos brancos, enquanto as estruturas institucionais de opressão racial e econômica permanecem. (HAIDER, 2019, p.45-46)

Partindo desta premissa, nosso alerta vai no sentido de que alguns grupos, identificados com este campo antirracista sectário não classista, *assumidamente ou não*, acabam por fazer a “política do constrangimento”, desqualificando militantes e organizações, não por suas posições teóricas ou entendimentos de realidade, mas pela condição de gênero, raça e etnia.

Acreditamos que, na atual conjuntura de crise política e ascenso neoconservador, nada mais funcional a este sistema do que reforçar o estranhamento entre militantes e organizações que poderiam se unificar numa pauta universalizante.

Sem correr o risco de cometer generalizações, o debate no campo da teoria social crítica deveria ser o de instrumentalizar os mediadores universalizantes e não o de eliminar da trincheira das lutas sociais as organizações clássicas.

Longe de reduzir a importância da vivência acumulada de segmentos sociais explorados para além da condição de classe trabalhadora, todavia, nos parece mais tático, vislumbrando a luta anticapitalista, a unidade na refuncionalização do mediador universal das lutas sociais, num caminhar coletivo, horizontal, heterogêneo, fraterno e, principalmente, anticapitalista.

Na contramão de uma “política de constrangimento”, muito mais propositivo contra este sistema seria incorporar, em partidos e sindicatos, cursos de formação, secretarias específicas, direção compartilhada, trabalho de base em territórios específicos e,

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

fundamentalmente, um balanço político em que seja reconhecida a lacuna histórica no não tratamento adequado destas pautas.

A própria classe trabalhadora precisa aprender sobre relações de opressão intraclasse, não sem tensões, mas com a responsabilidade histórica de construir com os irmãos de classe a ferramenta de luta responsável por destruir o “velho mundo” e pensar num mundo sem opressões.

Se com o fim do capitalismo não é garantido o fim de todas as opressões, no capitalismo, sobretudo durante as crises, as opressões tendem a se acentuar para violências ainda mais brutais.

Para a resistência da classe trabalhadora é fundamental a organização de um movimento contra-hegemônico e, para isso, a disposição para educar o conjunto da vanguarda militante nesse momento é imprescindível. Ao capitalismo, nada interessa mais do que uma guerra intraclasse, pulverizando lutas totalizantes e perdendo do horizonte a macropolítica, enquanto as políticas de estado garantem a alta lucratividade do grande capital às custas do sangue dos/as trabalhadores/as em toda sua heterogeneidade.

Somos socialistas porque acreditamos que o trabalho deve ser organizado para o bem coletivo daqueles que fazem o trabalho e criam os produtos, e não para o lucro dos patrões. Os recursos materiais devem ser igualmente distribuídos entre aqueles que criam esses recursos. Porém não estamos convencidas de que uma revolução socialista que não seja também uma revolução feminista e antirracista garantirá nossa libertação. (HAIDER, 2019, p.32)

Assim, fica nesta contribuição o nosso apelo contra os sectarismos que só servem aos nossos inimigos de classe. Sabemos que o momento é de profunda resignificação do mediador universal, algo impossível sem a intrínseca participação de todos os movimentos sociais. Acreditamos que esta ferramenta organizativa ainda apresenta enorme potencial para organizar o grande exército da classe trabalhadora. A *velha toupeira* continua incessantemente o seu trabalho por debaixo da terra. Cabe a nós a escolha em sermos a água que amolece o solo ou o concreto que inutiliza os caminhos subterrâneos.

4- BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Silvio Luiz de; SANTOS, Júlio César Silva. Crise, racismo e neoliberalismo. In: SOUZA, Edvânia Â. de; Silva, Maria Liduína de Oliveira e (Orgs.). **Trabalho, Questão Social e Serviço Social: a Autofagia do Capital**. São Paulo: Cortez, 2019.

ALMEIDA, Silvo Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

_____. Estado, direito e análise materialista do racismo. In: KASHIURA JUNIOR, Celso Naoto; AKAMINE JUNIOR, Oswaldo; DE MELO, Tarso (Orgs.). **Para a crítica do Direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2015.

FONTES, Virgínia. **O QUE É IDENTITARISMO BURGUEZ?** 21 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5YwBBRN_mL8>.

HAIDER, Asad. **Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.

MEMÓRIAS DE LUTAS E RESISTÊNCIA: O que Walter Benjamin tem a nos dizer?

Juliana Viana Ford⁷⁶

Gustavo José de Toledo Pedroso

Resumo:

Esse texto apresenta o ponto de vista de Walter Benjamin sobre a memória e a resistência política na modernidade. Para o autor, o declínio da primeira por meio do avanço das técnicas de alienação sensorial repercute na fragilização da segunda. O que pode ser analisado segundo o tratamento dado à memória das vítimas da ditadura brasileira e o consequente enfraquecimento da resistência política e popular acerca do legado de violência deixado por ela.

Palavras-chave: Memória. Resistência. Choque. Alienação sensível.

Abstract:

This text presents Walter Benjamin's point of view on memory and political resistance in modernity. For the author, the decline of the first through the advancement of sensory alienation techniques has repercussions on the weakening of the second. What can be analyzed according to the treatment given to the memory of victims of the Brazilian dictatorship and the consequent weakening of political and popular resistance about the legacy of violence left by it.

Keywords: Memory. Resistance. Shock. Sensitive alienation.

⁷⁶ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp-Franca/SP. Mestre em Serviço Social. E-mail: juliana.ford@unesp.br. Professor doutor do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp-Franca/SP. Doutor em Filosofia. Professor orientador. E-mail: gustavo.pedroso@unesp.br. Eixo temático: Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais; Memória de lutas e resistência.

1- INTRODUÇÃO

O tema desta comunicação soa bastante provocativo ao leitor de Walter Benjamin tendo em vista que, para o autor, a memória e as formas de resistência a ela vinculadas estão em profunda baixa. A produção da memória entrou em declínio devido à reconfiguração da experiência na modernidade a partir do avanço das forças produtivas num quadro social em que o capital exerce a dominação. Conseqüentemente, as estratégias de resistência aos processos de dominação social no capitalismo tendem a ser menos enraizadas nas memórias de lutas, precisamente porque estamos deixando de produzi-las e de compartilhá-las. Nesse sentido, o vazio causado pela perda da memória na modernidade está ligado ao enfraquecimento da resistência de modo geral, mas principalmente nas regiões do planeta onde a experiência moderna está bem desenvolvida.

Neste breve texto procuramos apresentar a discussão de Benjamin a respeito da memória e de sua importância para a resistência. Entretanto, a negatividade do pensamento benjaminiano vislumbra, no bojo dos processos de destruição da memória, também a produção de condições que propiciam resistências mais ou menos interessadas em recuperar as lutas do passado. As possibilidades de se enfrentar a forma social do capitalismo são dadas nele mesmo. A geração do presente tem a possibilidade de escolher se pretende seguir desconectada do passado rumo a um futuro que, desde já, se desenha catastrófico, ou, se prefere deter-se nessa trajetória e retomar o passado para refazer o próprio presente.

A perda da memória, segundo Walter Benjamin, é constatada com o fim da experiência (*Erfahrung*) e da sua narração, quer dizer, da capacidade de transmiti-la por gerações. A experiência a que Benjamin se refere significa um processo de desenvolvimento e um aprendizado para a vida, algo de comum aos homens, que os nutre de valores e princípios da vida comunitária, um saber que transcende a vivência individual e, por isso, é compartilhada, principalmente pela oralidade. Tal experiência foi forjada sob circunstâncias históricas anteriores à consolidação do capitalismo, não tendo resistido ao avanço da produção mercantil e à submissão do trabalho ao capital. O desaparecimento da experiência gerou, como consequência, o desaparecimento da narração enquanto forma de comunicação ligada às condições da produção artesanal que não sobrevive ao desenvolvimento da modernidade, sobretudo no que se refere ao caráter destrutivo das forças produtivas em expansão. Benjamin aponta que as mudanças neste sentido ocorridas no período da Primeira Guerra Mundial mostravam já

seus efeitos no fato de que os homens voltavam silenciosos dos campos de batalha, pois aquilo que tinham vivenciado não era mais comunicável (BENJAMIN, 2012, p. 124).

A guerra produz um trauma coletivo, no corpo e na psique dos indivíduos. Todavia, isso não acontece apenas nela. Na modernidade, com o aumento do poder da técnica, o trauma passa a ser vivido pelas pessoas cotidianamente, ao passo em que a modificação dos espaços afeta a capacidade de resposta aos estímulos em excesso nesses ambientes. Essa reação instantânea, não mediatizada aos estímulos, está ligada à redução da produção de memórias e de resistência aos processos de submissão ao capital.

2- CHOQUE, ALIENAÇÃO E MEMÓRIA

No ensaio “Estética e anestésica: uma reconsideração de *A obra de arte de Walter Benjamin*”, Susan Buck-Morss adentra a questão dos efeitos do desenvolvimento da técnica sobre a capacidade individual e coletiva de percepção do mundo que repercutem no declínio da memória, a partir da aproximação de Benjamin com o conceito freudiano de choque. Segundo a autora (1996), para Benjamin a experiência moderna é neurológica, centrada no choque. Ou seja, ele admite que sob pressão extrema a consciência impede a abertura do sistema sinestésico - de percepção sensorial e interpretação dos estímulos externos - e isola a consciência presente e a memória passada, evitando a produção de uma memória traumática.

O sistema estético da consciência sensorial chamado de sistema sinestésico existe na confluência entre as percepções sensoriais externas e as imagens internas da memória e da antecipação (BUCK-MORSS, 1996, p. 19). Este está aberto para o mundo por meio dos órgãos sensoriais e da formação de redes de células nervosas. A consciência sensorial protege o organismo de estímulos - energias em excesso - do exterior impedindo, assim, que esses estímulos fiquem retidos como memória. O registro dos choques pela consciência pode ter efeitos mais ou menos traumáticos. Quando em situações muito estressantes, o ego aciona a consciência para que ela bloqueie o canal de acesso ao sistema sinestésico, isolando assim a consciência do agora da memória passada. Portanto, fica inibida a conexão entre os estímulos externos percebidos e a memória interna pré-existente, de modo que “Sem a dimensão da memória, a experiência se empobrece.” (BUCK-MORSS, 1996, p. 22).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Ocorre que na modernidade os choques são cotidianos e, por conseguinte, responder aos estímulos sem pensar não se tornou apenas corriqueiro, mas necessário à sobrevivência. Pois, o desenvolvimento tecnológico inunda nossos sentidos com estímulos constantes, e a reação instantânea que o corpo produz em resposta aos choques passa a dominar o modo de existir em coletividade. Os indivíduos se alienam de si mesmos para se adequar à configuração do espaço modificado pelo progresso técnico, e em última instância pelo capital.

Benjamin sustentava que esta experiência do campo de guerra "se tornou a norma" na vida moderna. Percepções que antes suscitavam reflexos conscientes são agora fonte de impulsos de choque dos quais a consciência se deve esquivar. Na produção industrial bem como na guerra moderna, em meio a multidão das ruas e em encontros eróticos, em parques de diversão e cassinos de jogo, o choque é a essência mesma da experiência moderna. O ambiente tecnologicamente alterado expõe o aparato sensorial humano a choques físicos que têm o seu correspondente em choques psíquicos, como o testemunha a poesia de Baudelaire. Registrar a "quebra" da experiência foi a "missão" da poesia de Baudelaire: ele "situou a experiência do choque no centro mesmo da sua obra artística". (BUCK-MORSS, 1996, p. 22).

Esse processo tem um efeito embrutecedor sobre o sistema estético, de modo que as capacidades miméticas passam a defletir o mundo em lugar de realizar sua incorporação como forma de empoderamento. Essa reação é mais evidente na fábrica, por ser esse um sistema em que o trabalhador aprende a adequar os seus movimentos ao funcionamento das máquinas. A exploração, aqui entendida como uma categoria cognitiva, afeta os sentidos humanos e paralisa a imaginação criativa do trabalhador. A realização do trabalho é apartada da experiência, a memória é substituída por respostas condicionadas, a aprendizagem pelo adestramento, e a destreza pela repetição (BUCK-MORSS, 1996, p. 23). A perda da experiência se converteu no estado geral do homem moderno, e o sistema sinestésico organiza-se para evadir os estímulos tecnológicos de modo a proteger o corpo de acidentes e a *psique* dos choques. Consequentemente, o sistema inverte a sua função: passa a retardar os sentidos, reprimir a memória e emudecer o organismo. Nesse processo, o sistema cognitivo do sistema sinestésico é convertido, segundo Buck-Morss, em um sistema anestético.

A anestésica torna-se uma técnica sofisticada na segunda metade do século dezenove. Enquanto as defesas auto-anestésicas do corpo são largamente involuntárias, esses métodos envolviam a manipulação consciente e intencional do sistema sinestésico. Às já existentes substâncias narcóticas da época iluminista, café, tabaco, chá e álcoois, acrescentou-se um vasto arsenal de drogas e práticas terapêuticas, do ópio, éter e cocaína à hipnose, hidroterapia e choque elétrico. (BUCK-MORSS, 1996, p. 24).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

O uso consciente de técnicas anestéticas é uma característica da modernidade, na qual a própria realidade é transformada em um narcótico. Tal configuração pode ser entendida sob o prisma do desenvolvimento da fantasmagoria. O termo, afirma Buck-Morss, “Descreve uma aparência de realidade que engana os sentidos através de manipulação técnica. E conforme se multiplicavam no século dezenove as novas tecnologias, assim também o potencial para efeitos fantasmagóricos.” (BUCK-MORSS, 1996, p. 27). Nos ambientes privados da burguesia produz a sensação ilusória de controle total por meio de texturas, tons e prazeres sensuais, assim como nos espaços públicos a formação das cidades continha o aspecto fantasmagórico das mercadorias em exibição nas vitrines de lojas, forma esta que deu origem aos centros comerciais como ambientes que provocam a falsa sensação de serem absolutamente controlados. “Fantasmagorias são tecnoestéticas. As percepções que oferecem são ‘reais’ o quanto baste - o seu impacto sobre os sentidos e nervos é ainda ‘natural’ de um ponto de vista neurofísico.” (BUCK-MORSS, 1996, p. 27). Todavia, os efeitos da fantasmagoria são compensatórios em relação aos choques: ela manipula o sistema sinestésico por meio do controle dos estímulos externos, ocasionando a anestesia do corpo devido à inundação dos sentidos. A consciência é alterada por distração sensorial, de modo que os efeitos dessa alteração são experimentados coletivamente, como uma mesma percepção do mundo e dos ambientes totais. Por isso, diferente da anestesia provocada pelas drogas, a fantasmagoria assume a posição de um dado objetivo. Em resumo: “A adicção sensorial a uma realidade compensatória. toma-se um meio de controle social” (BUCK-MORSS, 1996, p. 28).

Nos interiores burgueses do século XIX, o mobiliário fornecia uma fantasmagoria de texturas, tons e prazeres sensoriais que imergia o morador da casa num ambiente total, num mundo privatizado, de fantasia, que funcionava como um escudo protetor para os sentidos e sensibilidades dessa nova classe dominante. Em *Passagens*, Benjamin documenta a disseminação das formas fantasmagóricas no espaço público: as galerias parisienses de compra, onde as fileiras de vitrines de lojas criavam uma fantasmagoria das mercadorias em exposição; panoramas e dioramas que tragavam o espectador numa simulação de ambiente total em miniatura; e as exposições mundiais, que expediam esse princípio da fantasmagoria em áreas do tamanho de pequenas cidades. Essas formas oitocentistas foram as precursoras dos atuais *shoppings*, parques temáticos e fliperamas, assim como do ambiente totalmente controlado dos aviões (em que o sujeito sentado fica ligado à imagem, ao som e ao serviço de bordo), do fenômeno da “bolha turística” (no qual todas as “vivências” do viajante são monitoradas e controladas de antemão), do ambiente audiossensorial individualizado do *walkman*, da fantasmagoria visual da propaganda ou do sensorio tátil de uma academia repleta de equipamentos Nautilus (Ibid., p. 27).

O declínio da memória sob o avanço da alienação estética na modernidade se tornou determinante para a recente configuração das lutas sociais e organização de

formas de resistência política. Pois, se a memória está ligada à produção de experiência com sentido na convivência social, na edificação de valores coletivos relativos ao trabalho como forma de desenvolvimento das capacidades humanas e não apenas de sobrevivência no capitalismo, e essa experiência desaparece, levando embora consigo o compartilhamento de conhecimentos orgânicos por meio da narração, rompe-se o processo pelo qual o passado é revisitado no presente por meio da rememoração (*Eingedenken*). O passado fica cada vez mais distante de nós, e sem as suas referências o presente se realiza como a mera expansão de si mesmo, como um campo em que as expectativas e as possibilidades não são projetadas para além dos limites do que é conhecido.

3- RESISTÊNCIA EM TEMPOS MODERNOS

Com a consolidação da experiência moderna como aquela estruturada por valores inerentes à forma social do capital, portanto, o individualismo, a competitividade, a fragmentação, a superficialidade e outros, a memória se tornou obsoleta. Ela se desvaloriza no âmbito da coletividade conforme é inibida pela consciência até parecer inútil, que não serve para realizar as aspirações dos modernos. Nesse cenário, dispensa-se a memória, de modo que se amplia o vazio entre as experiências do presente e aquelas do passado. O que acarreta consequências para as lutas sociais que se desdobram nessas condições. A concretização do potencial anticapitalista dessas lutas é fragilizado diante da perda de referências do passado que antecederam o capitalismo. Ou seja, que não sofriam os sofisticados processos de alienação do presente, e que reconheciam o caráter social das relações produzidas em torno da atividade do trabalho. É preciso salientar que, para Benjamin, a importância dessas referências não está na sua origem feudal, artesanal e arcaica. Ou seja, de negação completa das realizações do capitalismo. Ela está no contato com outros saberes, produzidos antes de nós, que nos conectam com a nossa natureza, que estão em sintonia com a busca da emancipação humana.

Pensar a resistência em tempos modernos significa admitir que algo de essencial tem sido perdido na maneira como buscamos produzi-la. Em termos concretos, a relação estabelecida no Brasil com os acontecimentos durante a ditadura e os seus responsáveis é mais um esforço de esquecimento do que construção de memórias que sirvam para estabelecer resistência contra novas ameaças de controle autocrático da ordem social.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Os acontecimentos mais recentes, sob o atual governo federal, apontam que o passado não foi suficientemente elaborado a ponto que os horrores da ditadura não se repitam. Os responsáveis por esses horrores nada sofreram, estão impunes. Muitos foram homenageados, dando nome a ruas, praças e edifícios. Seus familiares foram recompensados pelos serviços prestados ao Estado com o recebimento de pensões que lhes garante uma vida confortável, sem dissabores. Enquanto isso, as memórias das vítimas desse período continuam sendo desrespeitadas. Seus familiares seguem inquietos, lutando para que não haja esquecimento.

Gagnebin (2014), afirma que há uma política de esquecimento das atrocidades cometidas durante a ditadura. Ela se define, entre outros elementos, pela não criação de um estatuto das vítimas, evitando-se até mesmo o uso dessa palavra em textos oficiais; a promulgação da Lei de Anistia, de 1979, que incluía militares e policiais acusados de tortura, assassinato e desaparecimento e excluía vários militantes de esquerda; o não julgamento dos torturadores como prova de que a tortura é tolerada no país, apesar da assinatura de tratados internacionais condenando-a; e a continuação do uso desse expediente por agentes de órgãos do Estado.

Conclusão: a ditadura brasileira, tantas vezes celebrada como ditadura suave (tal qual no infame jogo de palavras entre “ditadura” e “ditabranda”), porque não assassinou um número tão grande de vítimas como as de seus ilustres vizinhos, não é somente objeto de uma violenta coerção ao esquecimento, mas também é um regime que se perpetua, que dura e contamina o presente. Trata-se não apenas de um caso de recalque social e político violento, mas também da “naturalização da violência como grave sintoma social no Brasil”, como afirma a psicanalista Maria Rita Kehl. A luta pela revisão da lei da anistia, pela abertura dos arquivos secretos e pela restituição dos restos mortais dos desaparecidos, vai além de uma luta pelo esclarecimento do passado, pois visa também a transformação do presente (GAGNEBIN, 2014, p. 255).

Os impeditivos para que se elabore uma memória das lutas do passado que sirva para modificar o presente enfraquecem nossa posição perante as ameaças que persistem desde lá. Isso não quer dizer que não há mais memória ou resistência que nela esteja amparada. Afinal, embora o capitalismo tenha se expandido para todo o planeta, não podemos dizer que o progresso técnico avançou sobre diferentes regiões com a mesma velocidade e intensidade, eliminando as diferenças entre elas. A superestimulação dos sentidos por meio das tecnoestéticas e o anestesiamiento dos corpos ocorre de formas distintas, conforme as condições existentes. No Brasil, a penetração das fantasmagorias tecnoestéticas se somou a certas condições existentes, próprias da nossa formação socioeconômica e cultural.

Nosso passado colonial deixou marcas profundas nas estruturas sociais que constantemente são repostas por interesse do capital internacional. Por exemplo, o paternalismo que atravessa as relações contemporâneas, e que indica a não superação de desigualdades econômicas, políticas e culturais, determina quem são os cidadãos brasileiros, aqueles que acessam direitos e são respeitados. Nem todos têm reconhecidas as suas necessidades. Nem todos serão considerados dignos de existir. Até mesmo a vida não lhes pertence, mas a alguém que decide quem vive e como vive. O senso de impotência diante dessas estruturas torna as pessoas conformadas com um “destino”, despojadas do que é fundamental para a resistência política.

Sobre a desarticulação das lutas do presente e da resistência com base no sequestro da memória das vítimas da ditadura pelo Estado, temos que

[...] a questão do passado, em vez de se tornar uma herança dolorosa a ser elaborada em conjunto por todo o corpo social, é reduzida, graças às leis de “reparação”, a uma regulamentação de indenizações individuais. Essa violência e essas mortes são tratadas como meros acontecimentos singulares, acidentes ou incidentes de percurso, o que torna uma elaboração coletiva da violência passada e presente impossível, pois assim se reduz a memória da ditadura a histórias individuais, pessoais, “casos excepcionais” que devem ser resolvidos rapidamente para mais bem poderem ser esquecidos. A possibilidade de construir uma memória social e coletiva de tal violência é, portanto, suprimida (GAGNEBIN, 2014, p. 256).

4- CONCLUSÃO

As considerações de Walter Benjamin sobre a perda da experiência no sentido filosófico e a consolidação da experiência moderna sob o fundamento do choque soam como um alerta para pensar a produção de memórias de luta e de resistência na atualidade. Sem reconhecer a importância da memória para a elaboração de formas de resistência verdadeiramente anticapitalistas, movidas por interesses políticos ligados à ideia da plena emancipação humana, a resistência que se torna possível é aquela que não avança no sentido de contestar as estruturas sociais que mantém todo um estado de coisas existente. Obviamente, os elementos expostos não conseguem esgotar as reflexões sobre o tema, mas tocam em pontos relevantes para compreender a realidade e propor mudanças na forma como nos relacionamos com o passado.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

5- REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. *In*: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8 ed. - São Paulo : Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas v. 1), p. 123-128.

BUCK-MORSS, S. Estética e anestésica: O “Ensaio sobre a obra de arte” de Walter Benjamin reconsiderado. *In*: **Travessia** : Florianópolis, n. 33, ago.-set., 1996. p. 11-41. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/view/16568/15124>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2021.

GAGNEBIN, J. M. Esquecer o passado? *In*: GAGNEBIN, J. M. Limiar, aura e lembrança: Ensaio sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 251-263.

O DEBATE SOBRE OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: perspectivas e críticas

Euler Antônio Campos⁷⁷

Resumo:

As discussões elencadas nesse artigo, buscam debater sobre a influência pós-moderna na conformação dos novos movimentos sociais, bem como os impactos na construção da luta de classes. Inicialmente, busca-se caracterizar a pós-modernidade. Por seguinte, versamos sobre os novos movimentos sociais, realizando algumas críticas. Por fim, refletimos, aqui, sobre as perspectivas e potencialidades na atualidade, bem como a relação dos movimentos sociais com o serviço social brasileiro.

Palavras-chave: Novos movimentos sociais; pós-modernidade; serviço social

Abstract:

The discussions listed in this article seek to discuss the postmodern influence on the conformation of new social movements, as well as the impacts on the construction of the class struggle. Initially, we seek to characterize post-modernity. Next, we talk about the new social movements, making some criticisms. Finally, we reflect here on the current perspectives and potential, as well as the relationship between social movements and Brazilian social work.

Keywords: New social movements; post-modernity; social work

1- INTRODUÇÃO

O presente texto busca reunir as discussões sobre novos movimentos sociais e as tendências teóricas que sustentam. Para traçar esse debate, propõe-se aqui discorrer brevemente sobre a pós-modernidade. Debater a pós-modernidade frente aos novos movimentos sociais consiste em considerar as formulações teóricas que deram/dão estrutura para a especificidade destes novos movimentos, que se confrontam com os

⁷⁷ Assistente Social na Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail. euler.campos@hotmail.com. Eixo temática: Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais.

nomeados “velhos movimentos sociais”. Nesse caminho, busca-se problematizar esta novidade e seus pressupostos, que se vinculam à uma pseudocrise da perspectiva marxista. Ainda, aponta-se as características que estes novos movimentos possuem para debater, a partir da perspectiva marxista, as fragilidades e potencialidades que eles apresentam. Por fim, busca-se entender quais possibilidades existem diante desta realidade, na busca por uma leitura marxista que considere a diversidade da classe trabalhadora, percebendo que as determinações da estrutura social é que produz as particularidades que sujeitam setores da classe trabalhadora a diferentes opressões.

2- DESENVOLVIMENTO

2.1- Apontamentos sobre o pensamento pós-moderno

Os emergentes pensadores pós-modernos vão, nas suas formulações, tencionar a máxima da modernidade - sustentada pela razão - e vão questioná-la, afirmando que o projeto da razão “está morto; todas as antigas verdades e ideologias perderam sua relevância; os velhos princípios de racionalidade não valem mais” (WOOD, 1996, p.120). Os pós-modernos, nesse aspecto, vão negar a existência de qualquer conexão estrutural que permita analisar a realidade, tudo vai ser substituído por “fragmentos e contingências”. Eles negam a ideia “de processo e causalidade histórica inteligível e, com isso, evidentemente, a toda idéia de ‘fazer história’” (WOOD, 1996, p.122), negando assim a história. Rejeitam a possibilidade de uma relação causal entre processos sociais que conformam um “sistema social” (por exemplo, o sistema capitalista)”, apostam e acreditam nas existências de diferentes poderes, opressões, identidades e discursos (WOOD, 1996). Na perspectiva de recusa da história eles reafirmam ou anunciam o fim da história, resultando em lutas e identidades fragmentadas frente a processos de opressão também fragmentados, que vão requerer mudanças fracionadas, superficiais e segmentadas.

Conforme exposto por Wood (1996), os pós-modernos vão enfatizar a “linguagem, a cultura e discurso”, sob a ótica de que a linguagem é o que permiti conhecer o mundo, frente às determinações econômicas e às indagações feitas pela economia política, debatidas pela esquerda tradicional. A autora segue afirmando que os pós modernos vão rejeitar a construção de conhecimentos totalizantes, bem como de valores universalizantes, “incluindo as concepções ocidentais de “racionalidade”, as idéias gerais de igualdade, liberais ou socialistas, e a concepção marxista da emancipação humana

geral” (WOOD, 1996, p.122), em detrimento de fazer emergir a diferença, apresentando distintas identidades particulares, vinculadas às características de “gênero, raça, etnicidade, sexualidade”, bem como a expressão destas particularidades nas opressões e resistências individualizadas e diversificadas. Wood (1996) aponta que na perspectiva pós-moderna, tende a se insistir na “natureza fluida e fragmentada do eu humano (o “sujeito descentrado”), que toma nossas identidades de tal modo variáveis, incertas e frágeis” (WOOD, 1996, p.123), o que dificulta na construção de um reconhecimento coletivo capaz de construir solidariedade e uma ação coletiva que se sustente por uma identidade, experiências e interesses comum – como a identidade de classe – havendo uma ênfase nas diferentes experiências de opressão. Finalizando, a autora reforça que a pós-modernidade se estrutura rejeitando as grandes narrativas, incluindo as teorias marxistas da história. (WOOD, 1996)

2.2- Pós-modernidade e a “crise” da perspectiva marxista

Para os pós-modernos, a teoria social de Marx era determinista e limitada, especialmente no aspecto revolucionário, tendo em vista a experiência do socialismo real. Segundo Braz (2006), esse movimento de questionamento da perspectiva marxista teve solo fértil de desenvolvimento especialmente a partir da conjuntura da década de 1960, conjugando a “desestalinização” - que o autor aponta ter acontecido a partir da

“falência das teses stalineanas que postulavam a crise sistêmica capitalista como o motor da revolução proletária mundial; as insuficiências teórico-políticas das premissas marxistas-leninistas frente às novas necessidades do movimento socialista nos países capitalistas ocidentais; a derrota soviética na questão iugoslava; o relativo reequilíbrio de forças entre os PC's com a vitória da revolução na China e, com isso, com o advento do PC chinês como novo pólo do movimento comunista internacional; a própria morte de Stalin sem a qual, possivelmente, assistiríamos a uma postergação do Relatório Secreto de Krushev.” (BRAZ, 2006, p.252)

- e as novas configurações do processo produtivo, que provocaram importantes mudanças no perfil da classe trabalhadora e nas formas organizativas que começaram a se configurar. Essa conjuntura produziu no interior do movimento comunista uma grande pulverização de “novas esquerdas”, que mantinham a estratégia revolucionário enquanto objeto central do debate, mas com diferentes perspectivas “variantes insurrecionais e reformistas, tons moderados e radicais”. (BRAZ, 2006, p.278)

É neste cenário que emergem, a partir de uma “nova esquerda”, os “novos movimentos sociais”. Anunciavam o “esgotamento de ‘velhas’ formas de fazer política” e das perspectivas de organização social da “velha esquerda” (NEVES, 2020, p.39). O novo, nesse sentido, propõe uma atualização da organização de lutas, com tendência a formas mais “democrática e horizontais” (NEVES, 2020, p.39).

Houtart (2007) sustenta que, com as mudanças na organização do trabalho, especialmente com a inserção das novas tecnologias que permitiram ampliar a base material da reprodução dos sujeitos sociais, o sujeito social acaba sendo também amplificado e passam ganhar visibilidade alguns “novos sujeitos”. Assim, a “nova” perspectiva vai de encontro às transformações na realidade concreta, partindo de uma leitura que localiza no tempo – década de 1960/70 - sua novidade, rejeitando o que nomeiam de velhas formas organizativas de fazer política, anunciando uma nova forma. Uma formulação desse novo fazer, que reconheceria as novas configurações sociais, emergindo novas identidades, criticando o passado que ocultava a diversidade de opressões vividas pela população sob a máxima da classe. No entanto, como atenta Fontes (2017), cria-se uma ideia e uma

“periodização fictícia, na qual se propõe uma espécie de ‘marco zero’ de ‘novas’ reivindicações na década de 1970, apagando-se as intensas lutas feministas e antirracistas que atravessaram os séculos XIX e XX, sombreando as lutas anticoloniais e o papel desempenhado pelos partidos comunistas, trotskystas e, até mesmo, socialistas” (FONTES, 2017, p. 64).

2.3- Características dos novos movimentos sociais

Os pressupostos pós-modernos, fundados nos limites da leitura marxista, subsidiam a emersão das novas organizações sociais. Com tendência a articulação de base, darão as características dos novos movimentos sociais, em meados dos anos de 1960. Esses movimentos vão se conformar a partir da articulação de indivíduos com identidades similares que se aproximam e organizam-se conforme projetos particulares de emancipação humana, tendo como ponto de partida a experiência desse novo cotidiano (NEVES, 2020). A identidade dos movimentos, suas falas, suas práticas cotidianas conformam os objetivos centrais para a análise, e não mais as determinações estruturais econômicas sobre as ações coletivas em andamento (GOHN, 1997). Cada organização acaba por constituir uma identidade política específica, num processo de abandono da categoria totalizante “classe trabalhadora”, “porque se trataria “[...] de uma

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

interpelação discursiva que não tem levado suficientemente em conta o passado cultural e as contradições específicas de cada segmento em particular" (SCHERER-WARREN, 1996, p. 70 apud MARTINS, 2017). Cada qual, a partir das suas lutas individualizadas, estariam organicamente contribuindo para o aprofundamento da experiência democrática.

Nestes aspectos, os novos movimentos sociais acabam retirando a centralidade do trabalho na relação social, bem como esvaziando a ideia de classe trabalhadora enquanto conjunto uniforme com potência revolucionária frente à burguesia, deslocando o antagonismo entre capital e trabalho. A categoria “consciência de classe” passa a não ter sentido (GOHN, 1997), bastando o reconhecimento no campo da experiência individualizada, que identifique o sujeito em relação aos outros, para compor os processos de lutas. O lugar da exploração econômica passa a estar no bojo das outras formas de exploração – racial, feminina, sexual, dentre outras -, sendo mais uma das formas de opressão experienciadas pelos sujeitos. Acabam por esvaziar as formas organizativas mais conhecidas e consolidadas, centradas em sindicatos e partidos. A superação do sistema social que produz as opressões – numa leitura marxista, o sistema capitalista - não está na perspectiva destes novos movimentos, o sujeito revolucionário inexistente assim. Em seu lugar estão diferentes sujeitos sociais que se organizam de maneira heterogênea, na busca por contestar as opressões sofridas, sem reconhecer as conexões que as causam. As novas formas organizativas vão abandonar a ideia de classe trabalhadora, enquanto conceituação homogeneizadora, criticando-a com o pressuposto de que já não mais cabe para perceber a realidade social da população.

Os novos movimentos sociais, embrenhados de concepções pós-modernas, acabam por disputar o espaço político, defendendo por diversas vezes a proposta neoliberal. Conforme Petras (1999), apresentado por Motta (1999), toda a construção realizada foi importante para a consolidação do neoliberalismo, pois consolidaram uma crítica rasa e superficial ao socialismo frente ao socialismo real; produziram a confusão entre uma proposta de leitura totalizante e regimes totalitaristas; por enfatizarem as experiências individualizantes, dissolvem a classe em identidades raciais, étnicas, de gênero, de sexualidade; desacreditam a construção de um processo revolucionário e buscam centralizar na democracia a possibilidade de superação das opressões vividas, creditando aos processos eleitorais a possibilidade de mudança; ainda:

“antagonizam Estado e democracia; transferem incumbências políticas do Estado para a “sociedade civil”; desqualificam a luta pelo poder estatal, concentrando-se exclusivamente nos conflitos locais; promovem a solidariedade como um imperativo humanitário em contraposição à luta

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

entre dominantes e dominados; reapresentam o projeto nacional desenvolvimentista, a apologia da cooperação e da interdependência e, com isto, ocultam o imperialismo.” (PETRAS, 1999, apud MOTTA, 1999, p.181)

Nesse sentido, são pertinentes alguns apontamentos. Com a negação da contradição entre capital e trabalho e, por consequência, negar a centralidade do trabalho em nossa sociedade, as teorias que sustentam os novos movimentos sociais acabam por desvincular as diversas opressões com o sistema que as produzem. Nesse complexo de negação, desconsidera que a classe trabalhadora não se resume somente naquele que possui contratualização legal da venda de força de trabalho. Netto (1981) alertava que,

“sob o salariado não se encontra mais apenas a classe operária, mas a esmagadora maioria dos homens; a rígida e extrema divisão social do trabalho subordina todas as atividades, “produtivas” e “improdutivas”; a disciplina burocrática transcende o domínio do trabalho para regular a vida inteira quase todos os Homens. (NETTO, 1981, p.82)

Nesse sentido, desconsidera-se que a relação capital e trabalho estrutura, na esfera da produção social, um modo de viver, produzindo e reproduzindo as relações sociais. A relação capital e trabalho não findou. Contrariando alguns teóricos, a sustentação do capital pelo trabalho não desapareceu mesmo com toda mudança no processo produtivo. Assim, não há como desconsiderar a relação de classe, mesmo percebendo as nuances e diferenças em seu interior.

Outra questão importante: ao analisar as identidades individualizadas e a-históricas, os novos movimentos sociais perdem o ponto de partida que produz e reproduz estas identidades, ou seja, a estrutura capitalista. Essas identidades sujeitas à opressão são produtos da sociedade de classes. Marx e Engels (2007, p.47), sustentam que, “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”. Assim, a burguesia exprime, enquanto processo de dominação, uma identidade universal. Essa identidade perpassa também as características individualizantes, seja no tocante ao gênero, sexualidade, raça e etnia. Essa construção, inclusive, define o padrão civilizatório social, sendo utilizado na história como ferramenta para exploração e dominação de outros povos e nações. Assim, confrontar essas identidades e as opressões vivenciadas por elas sem considerá-las enquanto expressões da estrutura social – ou seja, a estrutura capitalista – desconsidera aquilo que as produz e as mantém.

Por último, ao anunciar enquanto “novo”, estes movimentos acabam por construir narrativas que desconsideram as históricas resistências dos diferentes setores que sofrem opressão.

É importante reforçar que o modo de produção capitalista produz e reproduz as expressões que configuram a diversidade do conjunto da classe trabalhadora. Nesse sentido, ele não considera somente o operário, mas todo o conjunto de sujeitos que não estão vinculados à classe dominante. Assim, as opressões atingem toda a classe trabalhadora. Incorre em erro a leitura em que desconsidere esta realidade objetiva, reconhecer opressões que não considerem a relação de classe.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se aqui trazer, ainda que brevemente, alguns pontos que possibilitam resgatar a relação entre pós-modernidade e os novos movimentos sociais, bem como realizar a crítica, reconhecendo as fragilidades e importâncias. Nesse apanhado, é importante reconhecer que os tensionamentos provocados pelos novos movimentos sociais permitiram desvelar as diversas opressões vivenciadas no interior da classe trabalhadora, oportunizando construções importantes. No entanto, incorre em erro e limitações quando estes movimentos desvinculam sua relação enquanto classe trabalhadora, demandando importante atenção. Carece articular os questionamentos sobre gênero, sexualidade, raça, dentre outros, num viés classista, inclusive recuperando importantes construções de autores e autoras que se esforçaram (e esforçam) em demonstrar quão intrínseca é essa relação, como Rosa Luxemburgo, no debate sobre gênero, Ângela Davis sobre gênero e raça, e John D’Emilio no debate sobre a sexualidade. É necessário construir junto aos novos movimentos sociais um debate crítico que considere a classe.

Outro fato importante é atentar a relação que o serviço social construiu com os movimentos sociais. Iamamoto (2004), alertava sobre a necessidade da consolidação dos vínculos da relação serviço social e movimentos sociais, levando em consideração a agenda política e reivindicações, tendo em vista que estas “sinalizam a existência de profundas formas de violação de direitos e de opressão que aparecem naturalizadas em diferentes instituições e dimensões da vida social” (CISNE; SANTOS, 2014, pág.172). Contudo, deve-se atentar para que esta vinculação não corrobore com a leitura pós-moderna da realidade, em que se desconsidera a classe. O serviço social possui, em seu

processo histórico, importante acúmulo teórico que permite ampliar o debate juntos aos novos movimentos sociais num viés classista. É fundamental construir estratégias que permitam vincular as demandas levantadas pelos novos movimentos sociais às lutas gerais da classe trabalhadora, na busca por superar o velho e o novo, evitando incorrer em erros ou maior fragmentação nas lutas gerais. Abre-se, então, um novo caminho que vem sendo traçado por diferentes setores da esquerda marxista, que busca combinar a ação revolucionária a partir das lutas dos movimentos particulares, numa ação que cria, em um processo dialético, a luta geral pela emancipação humana e superação da sociabilidade imposta.

4- Referências bibliográficas:

BRAZ, M. *Partido Proletário e Revolução: sua problemática no século XX*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.347, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp021765.pdf>. Acesso em: 22/01/2022.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M.M dos. *Movimentos feministas e pela liberdade de orientação e expressão sexual: relações com a luta de classes no Brasil de hoje*. In: ABRAMIDES; DURIGUETTO (org). *Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.

FONTES, Virginia. *Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho*. Marx e o marxismo, v. 3, nº 8, pp. 45-67, jan./jun. de 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220>. Acesso em: 23/01/2022.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS-1.pdf>. Acesso em: 25/01/2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINS, Caio. *Teorias dos novos movimentos sociais e a estratégia democrática e popular no Brasil*. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC06/mc062.pdf>. Acesso em: 26/01/2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 1ª edição, São Paulo, Boitempo, 2007.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

MOTTA, Célia Maria da. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa de James Petras*. Lutas Sociais. São Paulo, n.9, p.180-183, 1999. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/issue/view/1209>. Acesso em:

NETTO, J. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981. Disponível em: <https://marxismo21.org/jose-paulo-netto/> . Acesso em: 26/01/2022.

NEVES, Victor. *Movimentos sociais “clássicos”, “contemporâneos” e relevância da estratégia socialista*. Revista Marx e o Marxismo, Rio de Janeiro, v.8, n.14, p.36-56, jan/jun2020. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/366>. Acesso em: 28/01/2022.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. Disponível em: <https://psicanalisepolitica.files.wordpress.com/2014/10/tornar-se-negro-neusa-santossouza.pdf>; Acesso em: 06 de jun. de 2020.

WOOD, Ellen Meiksins. *Em defesa da História: o marxismo e a agenda pós-moderna*. Crítica Marxista, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.118-127. Disponível em:

https://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.ifch.unicamp.br%2Fcriticamarxista%2Farquivos_biblioteca%2Fartigo262Art1.8.pdf&clen=73103&chunk=true. Acesso em: 20/01/2022.

RELAÇÕES ENTRE QUESTÃO AGRÁRIA, QUESTÃO SOCIAL E LUTAS SOCIAIS NA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA

Anderson Martins Silva⁷⁸

Resumo: O presente artigo é fruto das discussões travadas ao longo do curso de Serviço Social na faculdade de Serviço Social-UFJF. Nele, apresentamos uma primeira aproximação acerca do debate da questão agrária no Brasil. Nesse sentido, partimos da leitura e do diálogo com Alentejano (2012), Almeida e Bezerra (2021) e Stedile (2012a; 2012b) com o objetivo de apresentar a maneira como compreendemos a relação estabelecida historicamente entre questão agrária, lutas sociais e serviço Social na formação econômico-social brasileira.

Palavras chave: Brasil; questão agrária; lutas sociais.

Abstract: This article is the result of discussions held during the course of Social Work at the Faculty of Social Service-UFJF. In it, we present a first approach to the debate on the agrarian question in Brazil. In this sense, we start from the reading and dialogue with Alentejano (2012), Almeida e Bezerra (2021) and Stedile (2012a; 2012b) with the objective of presenting the way we understand the historically established relationship between agrarian question, social struggles and Social Service. in the Brazilian economic and social formation.

Keywords: Brazil; agrarian question; social struggles.

⁷⁸ Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente doutorando e bolsista CAPES no programa citado sob orientação da Prof^a. Dr^a Ednéia Alves de Oliveira. E-mail: anderson.martins.silva@hotmail.com.

1- INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto das discussões travadas ao longo do curso de Serviço Social na faculdade de Serviço Social-UFJF, em particular no âmbito da disciplina Classes e Movimentos Sociais III, a qual tratou dos desdobramentos históricos da questão agrária no Brasil. Nele, apresentamos uma primeira aproximação acerca do debate da questão agrária no país. Nesse sentido, partimos da leitura e do diálogo com Alentejano (2012), Almeida e Bezerra (2021) e Stedile (2012a; 2012b) com o objetivo de apresentar a maneira como temos compreendido a relação estabelecida historicamente entre questão agrária, questão social e lutas sociais na formação econômico-social brasileira.

2- A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Na acepção contemporânea o termo questão agrária delimita uma área do conhecimento dedicada a “estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra” em um determinado país ou região. Quando falamos dos usos da terra nos referimos a quais produtos são cultivados para atender as necessidades sociais e qual o destino dado a essa produção em uma determinada sociedade. Do ponto de vista da posse, trata-se da consideração dos sujeitos sociais que ocupam e vivem em um determinado território. Por fim, em relação à propriedade privada, trata-se de considerarmos que a terra somente se torna mercadoria por meio das leis e instituições estabelecidas historicamente em um determinado país ou região (STEDILE, 2012a, p. 641).

No Brasil, desde o início da colonização, a invasão portuguesa serviu aos interesses do mercado mundial. Financiados pela nascente burguesia comercial na Europa e apoiados em sua superioridade militar, os lusitanos apoderaram-se do território e impuseram as “leis e vontades políticas da Monarquia portuguesa”. Por meio da cooptação e da violência contra os povos originários e, posteriormente, contra os negros e negras sequestrados no continente africano, os portugueses dominaram todo território e submeteram os “povos que aqui viviam ao seu modo de produção, às suas leis e à sua cultura” (STEDILE, 2012b, p. 21). Deste modo, a partir daí, toda a produção e a apropriação dos bens da natureza no Brasil passaram a responder a lógica das leis do capitalismo mercantil já predominantes na Europa daquele período e, que impunham, a

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

transformação de todos os bens em mercadorias a serem vendidas no mercado de modo a gerar lucros aos seus possuidores. Ademais, toda a produção passou a ser orientada para o mercado externo (metrópole portuguesa) com vistas a realização do processo de acumulação capitalista na Europa.

Nesse período, foi estabelecida aquela que nos parece a forma mais duradoura e persistente de exploração capitalistas do povo brasileiro e de seu solo, qual seja, o modelo agroexportador brasileiro pautado na produção em larga escala de gêneros como a cana-de-açúcar, o algodão, o gado bovino, o café, dentre outros, para abastecer o mercado externo. A enorme dimensão tomada pelo modelo assinalado na economia brasileira pode ser apreciada quando observamos que em meados do século XIX a “colônia Brasil exportava mais de 80% de tudo o que era produzido em nosso território” (STEDILE, 2012b, p. 22).

No que diz respeito a organização da produção entre 1500 e 1850, observamos a consolidação do sistema de plantation. Tal sistema era caracterizado pela produção agrícola em grandes e contínuas extensões de terra baseada na monocultura orientada para a exportação e no trabalho escravo. Dada a sua orientação para o mercado externo, a localização das empresas deveria se dar “próxima aos portos, para diminuir custos com transporte”. Apesar de utilizarem mão de obra escrava, as unidades produtivas adotavam o que existia de mais avançado no que diz respeito as técnicas e aos meios de produção disponíveis à época.

Com relação a propriedade da terra, no período tratado até aqui, não havia a propriedade capitalista da terra no Brasil de modo que as terras ainda não eram tratadas como mercadoria. Não havia possibilidade de comprar ou vender terras. Toda a terra era propriedade da Coroa que, concedia o direito hereditário de uso de grandes extensões terra aos capitalistas-colonizadores e seus descendentes. Como destaca Stedile (2012b, p. 24), o principal critério para a escolha dos donatários era a “disponibilidade de capital e o compromisso de produzir na colônia mercadorias a serem exportadas para o mercado europeu”.

Sob pressão do capitalismo inglês pelo fim da escravidão e da série de movimentos contestatórios da escravidão que se desenvolvem no interior da sociedade brasileira ao longo do século XIX, foi somente em 1850 com a Lei nº 601 (Lei de terras) que a terra foi transformada em mercadoria por meio da normatização da propriedade privada da terra. Estabelecia-se como princípio excludente que “todos” poderiam ter acesso à terra, desde que a comprassem com dinheiro. De maneira geral, tratava-se de um expediente com o objetivo de, frente a iminência da abolição da escravidão no Brasil

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

impedir que os negros e negras libertos pudessem se apossar das terras, perpetuando a concentração de terras e pela via do direito criando o latifúndio moderno no país.

O modelo agroexportador e o sistema de plantation no Brasil ao longo da colônia e do império basearam-se em um “verdadeiro genocídio para o povo brasileiro”. Como indica Stedile (2012b), a população que em 1500 era de cerca de 5 milhões, a qual se somaram os milhões de negros e negras sequestrados na África durante os 350 anos de tráfico, ao fim do século XIX não era muito maior do que os mesmos 5 milhões observados no início da invasão portuguesa, evidenciando-se a ocorrência ao longo de todo o período de um massacre sistemático da população indígena e negra como um dos fundamentos do desenvolvimento do modelo agroexportador brasileiro.

Como sinaliza Stedile (2012b, p. 26), após a Lei Aurea a inviabilização pelas elites dominantes brasileiras da transformação dos trabalhadores negros em camponeses por meio da Lei de terras de 1850 ocasionou a migração de um contingente de 2 milhões de pessoas das fazendas para as cidades em busca de alguma forma de sobrevivência “agora vendendo ‘livremente’ sua força de trabalho”. A mesma Lei também vedou o acesso dos trabalhadores negros a terrenos nas cidades para a construção de suas moradias, visto que os melhores terrenos já eram propriedade privada dos capitalistas. Deste modo, restou aos negros e negras a ocupação dos piores terrenos, nas encostas de morros e manguezais economicamente não atrativos para a acumulação de capital. Assim, nesse período, começaram a se formar as primeiras favelas brasileiras.

Com a abolição do trabalho escravo, o sistema de plantation entrou em crise. A solução encontrada por nossas elites para substituir o trabalho escravo foi a importação de trabalhadores do exército industrial de reserva de países como Alemanha, Itália e Japão. Esses trabalhadores foram direcionados, por um lado, para a região sul com a venda de pequenos lotes de 25 a 50 hectares aos imigrantes e, por outro, para as grandes plantações de Café do Rio de Janeiro e São Paulo, nas quais eram obrigados a trabalhar sob o regime de colonato.

A crise vai se estender entre a abolição e os anos 1930 e é no seu bojo que vai conformar-se o campesinato brasileiro que viria a protagonizar as importantes lutas pela terra anos depois no pré-golpe de 1964. A primeira vertente de formação desse campesinato consistiu nos dois milhões de imigrantes europeus já assinalados, ao passo que, a segunda deve a sua origem as “populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização”. Dada a limitação de seu acesso à terra pela Lei de terras, migraram para o interior do país em busca de possibilidade de trabalhar em terras ainda não ocupadas pelo setor agroexportador. Nesse longo percurso rumo ao sertão, o

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

interior do Brasil – notadamente Minas Gerais, Goiás e o interior da Bahia – foi ocupado por milhares de trabalhadores que pouco a pouco o povoaram com base em atividades de produção agrícola de subsistência. Apesar de não terem a propriedade privada da terra a “ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades” (STEDILE, 2012b, p. 28-29).

O ano de 1930 inaugurou uma “nova fase da história econômica brasileira. A crise do modelo agroexportador levou a manifestação de uma crise política e institucional no país, expressa na queda da monarquia e no estabelecimento da República, no movimento tenentista e na coluna Prestes e, por fim, no golpe – “revolução política por cima – dado pela burguesia industrial ascendente contra a oligarquia rural exportadora e que colocou Getúlio Vargas na Presidência da República em 1930. A partir daí, passou a se desenvolver o processo de industrialização dependente do Brasil, caracterizado por se realizar sem “rompimento com os países centrais, desenvolvidos, e sem rompimento com a oligarquia rural, origem das novas elites dominantes”. Trata-se de fato, de uma aliança entre a burguesia nascente e a oligarquia agroexportadora de origem colonial, fundamentada na necessidade das divisas geradas por essa última para o processo de industrialização brasileiro (STEDILE, 2012b, p. 29).

No que diz respeito a questão agrária, o “período se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria”. Surge nesse momento, as indústrias de insumos, máquinas e equipamentos, adubos químicos e venenos voltados para o “desenvolvimento” da agricultura. Ademais, também passa a se desenvolver a agroindústria com a criação de indústrias para o beneficiamento da produção agrícola brasileira.

Em síntese, tratou-se de um “processo de modernização capitalista da grande propriedade rural” que do ponto de vista dos camponeses, significou a ampliação da submissão as regras do mercado de trabalho capitalista e a exploração industrial de sua força de trabalho; a ampliação do seu papel enquanto exército industrial de reserva via migração para as cidades, pressionando o salário médio para baixo; o fortalecimento de seu papel enquanto fornecedor de alimentos a preços baixos para nascente classe trabalhadora das cidades e por fim; os camponeses também foram convocados a produzir “matérias primas agrícolas para o setor industrial” (STEDILE, 2012b, p. 31-32).

Do ponto de vista da propriedade da terra, apesar de haver a multiplicação de pequenas propriedades por meio da compra e venda no mercado, a tendência predominante continuou sendo de ampliação da concentração da propriedade das terras no Brasil. Deste modo, no início dos anos 1960, o campo brasileiro apresentava como

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

característica a moderna agricultura capitalista combinada a um setor camponês “completamente subordinado aos interesses do capital industrial” (STEDILE, 2012, p. 32-33).

É nesse cenário que se desenvolvem no pré-1964 – em meio à crise cíclica do modelo de industrialização dependente durante os governos de João Goulart – as grandes lutas do movimento dos trabalhadores do campo pela reforma agrária – Ligas Camponesas, MASTER etc – no bojo da luta pelas reformas de base na sociedade brasileira e que serão violentamente reprimidas a partir do golpe civil-militar de 1964.

O golpe militar teve como objetivo fundamental destruir toda a mobilização democrático-popular e projetos de esquerda que se desenvolviam no Brasil entre 1950 e 1964. Deste modo, no que diz respeito a questão agrária, em oposição a perspectiva da Reforma Agrária gestada pelos movimentos sociais, a ditadura apresentou uma proposta de modernização conservadora da agricultura brasileira sem Reforma Agrária. Contraditoriamente, tratava-se da tentativa mais organizada de modernização no campo brasileiro até aquele período, evidenciando-se o papel significativo do Estado ao longo de todo o processo de modernização conservadora. O Estado foi responsável pela criação das condições para o desenvolvimento da produção de equipamentos e insumos agrícolas em solo nacional, de um sistema de pesquisa e extensão – como dão exemplo a Embrapa e Embrater – para o desenvolvimento da agricultura e, por fim de condições de financiamento para levar adiante todo o processo. No cerne dessa modernização conservadora encontrava-se a aliança do grande capital-agroindustrial com a oligarquia fundiária.

Também foi uma característica da modernização da agricultura brasileira a sua relação com a Revolução Verde, tanto ideologicamente com a oposição a Reforma Agrária, quanto por meio da ampliação da utilização de máquinas, sementes transgênicas e agrotóxicos baseados em armas de guerra obsoletas para “ampliar” a produtividade das lavouras. Como fruto desse processo o Brasil é atualmente o país que mais consome agrotóxicos no mundo.

Como aponta Alentejano (2012, p. 480), a modernização conservadora da agricultura inverteu de maneira radical o princípio da agricultura tradicional, segundo o qual, deve-se respeitar não somente a diversidade ambiental, como também os distintos regimes alimentares vigentes na humanidade. Na direção contrária dos princípios observados, o que avançou foi, por um lado, uma “agricultura padronizada que se impõe à diversidade ambiental, artificializando os ambientes e adequando-os ao padrão mecânico-químico da agricultura moderna” e, por outro, a imposição ao conjunto da

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

humanidade de um “padrão alimentar que atende aos interesses das grandes corporações agroindustriais”.

Deste modo, o processo de modernização da agricultura brasileira implicou a ampliação do controle das transnacionais/agronegócio sobre a agricultura brasileira, seja por meio da determinação e controle do padrão tecnológico da produção brasileira, seja por meio do investimento na indústria de beneficiamento da produção agropecuária. A título de exemplo, em 2010, as transnacionais tinham uma participação de 44% nos investimentos do agronegócio, eram responsáveis por 51% das exportações de soja e 37% das de carne suína brasileira.

A compreensão da questão agrária a partir de uma perspectiva ontológica exige a consideração dos distintos momentos de expropriação das terras/concentração aos produtores diretos ao longo da história do capitalismo, sua transformação em simples meio de exploração do trabalho alheio, nesse sentido, produção e reprodução do mais-valor e, por fim, toda a luta de classes que envolve o movimento capitalista de concentração e centralização da terra (WOOD apud ALMEIDA; BEZERRA, 2021).

Segundo Almeida e Bezerra (2021, p. 41-42), o agronegócio brasileiro nos fornece um “interessante exemplo do modo como opera o capital na agricultura” por meio de expropriações que alienam os recursos naturais do ser social e os apresentam como meio de dominação das coisas sobre os produtores sociais, estabelecendo-se uma relação de exploração da força de trabalho – produção do mais-valor – que se desdobra na distribuição do mais-valor nas formas de renda da terra e lucro, apropriados respectivamente, pelo proprietário fundiário e pelo capitalista industrial.

Para compreender o agronegócio enquanto expressão da questão agrária no Brasil, faz-se necessária a consideração não apenas das condições de vida e de trabalho do proletariado urbano-industrial, mas também, da situação de exploração na qual se encontram o proletariado rural e o camponês mini fundiário que produz para o mercado e retira dessa atividade uma remuneração similar em grandeza aquela obtida pelo proletariado. No bojo dessa análise também se torna fundamental a consideração dos aspectos relacionados as assimetrias de cor e ração e suas diferentes expressões enquanto constituinte de nossa questão agrária desde o início da invasão portuguesa. Ademais, cabe destacar o enorme número de camponeses expulsos do campo e que engrossam as fileiras do proletariado sob a forma de superpopulação relativa pronta à ser empregada pelo capital de acordo as necessidades de sua acumulação.

Sob pressão da crise estrutural do capital iniciada nos anos 1970 e de seus desdobramentos em uma série de crises cíclicas nesse início de século XXI, a exploração

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

da força de trabalho do proletariado urbano-industrial, proletariado rural e do campesinato brasileiro tem sido intensificada promovendo o retrocesso das relações de trabalho no país, por meio da intensificação das jornadas, ampliação da extração de mais-valia relativa por meio da utilização de maquinaria no agronegócio, destruição de direitos trabalhistas, ampliação do trabalho informal e proliferação do emprego de trabalho análogo a escravidão nos grandes latifúndios do país. O quadro é aprofundado pela ausência da reforma agrária ao longo dos distintos governos do pós-ditadura.

Nas condições sinalizadas, ganham especial importância as lutas sociais contra o agronegócio e suas expressões na arena política. Trata-se da luta contra a política econômica brasileira atual de favorecimento dos setores agroexportadores e financeiros, da luta por políticas públicas voltadas para a distribuição de terras, fornecimento de crédito barato aos pequenos produtores, fiscalização do latifúndio improdutivo, em síntese, políticas orientadas para a retomada da reforma agrária no país como um dos elementos fundamentais para a resolução da questão agrária no Brasil e de suas implicações para o desenvolvimento de nossa questão social.

3- À GUIA DE CONCLUSÃO

Como destacamos a modernização conservadora da agricultura brasileira contribuiu para a ampliação e reiteração da concentração da propriedade da terra constituída historicamente na formação econômico-social brasileira e para a manifestação de uma distribuição regressiva da renda, elevando a desigualdade no campo. Pari-passo a ampliação a concentração das terras avançaram também a transformação das terras em objeto de especulação, a “proletarização e a pauperização” do camponês e a destruição do meio ambiente, com o avanço da fronteira agrícola, o massacre dos povos indígenas, o envenenamento do alimento pelo agronegócio, e os recorrentes rompimentos de barragens da mineração que tem castigado o povo brasileiro nos últimos anos.

Por fim, dado o caráter estrutural e estruturante da questão agrária no processo brasileiro é fundamental que ela esteja presente na pauta de lutas dos assistentes sociais na medida em que impacta concretamente o seu cotidiano de trabalho. Assim, concluímos destacando que os assistentes sociais tem como possibilidade a partir de seu trabalho no âmbito da questão agrária 1) dar visibilidade as diversas lutas sociais em torno da questão da propriedade da terra, seja no campo ou na cidade; 2) contribuir para a descriminalização dos movimentos de luta pela terra a partir do fortalecimento da

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

defesa dos direito à alimentação e a segurança alimentar e nutricional no país; 3) lutar pela reforma agrária como política pública – para além dos limites da política de governo – e redistributiva para além do minimalismo assistencialista visto ao longo do último período; 4) contribuir para a discussão da questão ambiental e social junto aos trabalhadores por meio da dimensão socioeducativa presente no Serviço Social e 5) por fim, atuar permanentemente junto aos movimentos sociais da classe trabalhadora da qual o assistente social também é parte.

4- BIBLIOGRAFIA

ALENTEJANO, P. Modernização da Agricultura. In CALDART, R; PEREIRA, I; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ALMEIDA, J; BEZERRA, C. Questão agrária e questão social no capitalismo brasileiro: uma falsa dicotomia. In: BRUZIGUESSI, B; BEZERRA, C; CAPUCHINHO, M; JESUS, N; ALAGOANA, V. Questão Agrária e Políticas Públicas em Minas Gerais: conflitos sociais e alternativas populares. Juiz de Fora: UFJF, 2021.

STEDILE, J. Questão Agrária. In CALDART, R; PEREIRA, I; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012a.

_____. Introdução. In STEDILE, J. (org). A Questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2012b.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR: contribuições às experiências de formação política no Brasil e na Espanha

Mônica Aparecida Grossi *

David Gallar Hernández**

Resumo: Este artigo tem como objetivo trazer reflexões sobre a necessária afirmação da agroecologia e da soberania alimentar, como alternativas ao sistema agroalimentar capitalista das corporações transnacionais do agronegócio, suas contribuições à formação política de quadros, visibilizadas nas experiências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Brasil, e de organizações agrárias na Espanha, através da Escola de Ação Camponesa. Concluímos que estas experiências são indispensáveis aos processos político-organizativos de organizações agrárias, ao fortalecimento da reforma agrária e à construção de outro sistema agroalimentar.

Palavras-chave: Agroecologia; Soberania Alimentar; Formação de Quadros; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Escola de Ação Camponesa.

Abstract: This article aims to bring reflections on the necessary statement of agroecology and food sovereignty, as alternatives to the capitalist agri-food system of transnational agribusiness corporations, their contributions to the political formation of cadres, which are made visible with the experiences of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) in Brazil and agrarian organizations in Spain, through the Escuela de Acción Campesina (EAC). We conclude that these experiences are indispensable for the political-organizational processes of agrarian organizations, for the strengthening of agrarian reform, and the construction of another agri-food system.

Keywords: Agroecology; Food Sovereignty; Formation of cadres; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Escuela de Acción Campesina(EAC).

* Assistente Social, Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutoranda pelo Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses da Universidade de Córdoba, Espanha. Email: monicagrossiufjf@gmail.com

** Sociólogo y antropólogo. Profesor e investigador del Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC) de la Universidad de Córdoba. Director del máster “Agroecología: un enfoque para la sustentabilidad rural”. Email: david.gallar@uco.es

1- INTRODUÇÃO

Neste momento de crise estrutural do capital e de seu atual processo de acumulação, os bens da natureza, com destaque para as terras, águas e sementes, e também os camponeses, vêm sofrendo grandes ofensivas, demonstrando que estamos vivendo um processo mais amplo de crise civilizatória, que se expressa na negação/retirada dos direitos à alimentação, ao trabalho, à terra e à vida. Na atual fase do capitalismo financeiro internacional, sob a hegemonia do agronegócio, vêm sendo desenvolvidos mecanismos de controle da agricultura e do comércio de alimentos, agravando a concentração da propriedade das terras, dos meios de produção e de toda cadeia agroalimentar, trazendo como consequências o aumento da fome e da insegurança alimentar, e de ameaças à existência dos camponeses e povos da terra, das águas e das florestas.

As organizações do campo, vêm buscando construir alternativas, através de ações coletivas em torno da agroecologia e da soberania alimentar, onde a formação política de quadros vinculadas à Via Campesina tem se configurado como forma de preparo para enfrentamentos e disputas, em torno do atual modelo capitalista de agricultura e ao uso dos bens ambientais. No Brasil, será abordada a experiência do MST, a partir da sua Política de Formação de Quadros, da Educação do Campo e da Reforma Agrária Popular. Na Espanha será destacada a Escola de Ação Camponesa –EAC, por ser uma experiência pioneira que {...}“nos países do Norte Global são pouco comuns e há escassa análise a este respeito” (GALLAR HERNANDEZ, 2021,p.1). Não pretendemos realizar nenhum tipo de comparação entre experiências e sujeitos coletivos tão distintos, mas demarcar algo muito caro ao Serviço Social: a importância de processos político-organizativos e formativos da classe trabalhadora que, em tempos de ofensiva “ultraneoliberal do capital”, tornam-se vitais.

Nosso objetivo é refletir sobre a necessária afirmação da agroecologia e da soberania alimentar, como alternativas ao sistema agroalimentar capitalista, destacando suas contribuições á formação política de quadros, através de experiências no Brasil e Espanha.

2- AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR: elementos centrais para a formação de quadros de organizações camponesas da Via Campesina.

A formação de quadros é algo presente na Via Campesina desde sua criação em 1993. Os avanços da agroecologia nas décadas de 1980 e 1990, e a criação do conceito

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

político de soberania alimentar em 1996, são elementos que se potencializaram mutuamente, fortalecendo também, a formação de quadros na afirmação uma agricultura camponesa contraposta ao modelo de agricultura capitalista hegemônico.

A Via Campesina trabalha desenvolve processos de formação política e técnica de suas organizações, de seus dirigentes e de sua base. Fortalece a formação em agroecologia e soberania alimentar, como elementos que congregam força social e político-organizativa, para que suas organizações possam fundamentar suas ações direcionadas para mudanças sociais significativas na agricultura e na sociedade, relacionadas com a construção da soberania dos povos e dos territórios.

Compreendemos a agroecologia numa perspectiva que ultrapassa o desenvolvimento de uma agricultura ecológica, que produza alimentos saudáveis, uma vez que esta perspectiva restrita, pode e vem sendo capturada pelo capitalismo como um nicho de mercado. Numa perspectiva mais ampla, a construção da agroecologia compreende três dimensões que são complementares: a dimensão técnico-produtiva (manejo ecológico na produção agrária); a dimensão sócio-econômica (elementos sociais e econômicos do processo de produção, circulação e consumo, formas organizativas) e a dimensão política (relações de poder, níveis de autonomia alcançados nos territórios, suas culturas, envolvendo produção, circulação e consumo) Sevilla Guzmán e Cuéllar Padilla (2012).

Sevilla Guzmán (2005), vem defendendo que a dimensão política da agroecologia, questiona a destruição das culturas camponesas operada pela revolução verde, e remete à compreensão dos camponeses sobre os processos de exploração aos quais estão submetidos, para que eles possam desenvolver, junto com técnicos, processos de transição da agricultura convencional para a agroecologia. Estes processos envolvem,

{...}propostas coletivas que transformem as relações de dependência dos agricultores em relação ao funcionamento atual da política e da economia. Ela se propõe, para além do nível da produção, introduzir-se nos processos de circulação, transformando os mecanismos de exploração social. Requer a utilização de experiências produtivas em agricultura ecológica na elaboração de propostas para ações sociais coletivas que demonstrem a lógica predatória do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, permitindo sua substituição por outro que aponte para uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada". (Sevilla Guzmán, 2005,p.3).

O conceito de soberania alimentar criado pela Via Campesina, em 1996, e sua evolução, pode ser definido como: o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos saudáveis, com produção sustentável em nível local, respeitando a diversidade cultural e produtiva, e como o direito de definir sua

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

política agrícola e de alimentos. Dentre seus pilares destacamos: a centralidade da alimentação como um direito humano coletivo, e não como uma mercadoria, deve estar no centro das políticas; a importância de quem produz e quem consome os alimentos; o controle dos sistemas alimentares em nível local e nacional, priorizando a produção da agricultura familiar em pequena escala, diversificada, reduzindo a distância entre quem produz e quem consome; valorização e promoção dos conhecimentos camponeses e indígenas, através de processos de investigação participativa e do diálogo entre os saberes tradicionais e científicos; valorização, recuperação e potencialização da natureza, e das energias renováveis, para as atuais e futuras gerações. (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI, 2007).

Gallar e Calle (2017) trazem questões importantes relacionadas à necessária repolitização da agroecologia, no sentido de ressituar a agroecologia como ponto de saída para a transição agroecológica em direção à soberania alimentar. Para estes autores, a agroecologia política é compreendida como "el análisis e la actuación sobre las condiciones sociales, las redes y los conflictos que resultan del apoyo hacia un cambio social agroecológico{...}la democratización alimentaria"(p.2). Afirmam a indispensável participação de sujeitos políticos coletivos, que ocupem a arena social e política em disputa, com aborgagens contra hegemônicas, que tenham base social, cooperação estável, espaços de reflexão próprios, intelectuais orgânicos, capacidade de articulação e horizonte social e político, para fortalecer os necessários enfrentamentos e a construção de alternativas.

Estas resistências se acentam em experiências de diversos sujeitos coletivos como movimentos camponeses, sindicalismo agrário e movimentos urbanos de consumo crítico, tendo a agroecologia e a soberania alimentar como base para as estratégias produtivas e como elementos decisivos para a luta política.

Por un lado la agroecología, como enfoque científico e como filosofía de acción, que tiene su razón de ser en el manejo participativo y sustentable de los recursos naturales. Por outro lado, la Soberanía Alimentaria como concepto de transformación social y de lucha política, que tiene como razón de ser la redistribución del poder en la toma de decisiones en torno de la alimentación(SEVILLA GUZMÁN e CUÉLAR PADILLA 2012,p.16-17).

Neste sentido, a formação de quadros ocupa lugar estratégico nos processos de transição para a agroecologia, através do preparo e fortalecimento dos sujeitos coletivos, que vão dar forma, conteúdo e sentido à construção da soberania alimentar.

3- FORMAÇÃO POLÍTICA NO MST COM ÊNFASE NA AGROECOLOGIA.

A construção de uma política de formação de quadros no MST ganha materialidade com a Escola Nacional Florestan Fernandes, que em sua inauguração(2005), realiza um seminário sobre esta temática(2007), discutindo sua perspectiva junto a outras experiências internacionais.

A preocupação do MST com a efetivação da luta pela reforma agrária popular com base na agroecológica, direciona-se ao necessário preparo técnico, para as experiências produtivas, e também ao preparo político para enfrentamentos ao agronegócio, que se inscrevem na direção da construção da soberania alimentar e de novas relações sociedade/natureza. Esta perspectiva ampla, envolve diferentes processos, que representam a reapropriação social da natureza, em contraposição a sua apropriação privada.

Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de co-produção ser humano e natureza, na diversificação produtiva, capaz de revigorar e promover a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza. Os camponeses, trabalhadores/as do campo e povos tradicionais (indígenas, extrativistas, quilombolas) têm sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto à agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direto ao capital. (MST, 2013,p.46-47)

O dinamismo do MST e da Via Campesina, através de parcerias com as universidades públicas brasileiras, vem ampliando a formação de quadros a partir da perspectiva da agroecologia. Os espaços formativos em agroecologia estão relacionados às estratégias e aos princípios comuns defendidos pelo MST e pela Via Campesina, constituindo-se em articulações, baseadas em trocas de experiências, que resguardando as particularidades, dinâmica e autonomia de cada experiência, constroem uma perspectiva de formação mais unitária. Esta concepção abrange, o cuidado e a defesa da vida, a produção de alimentos e a ampliação da consciência política e organizacional considerada,

[...] inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, defesa e recuperação de territórios, reformas agrária e urbana, aliança entre os povos do campo e da cidade e cooperação[...] consciente e livre, tomada como o meio fundamental para a superação da divisão social do trabalho e conseqüentemente da alienação dos sujeitos trabalhadores (GHURUR et al, 2012,p. 8).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

A fundamentação teórico-metodológica dos centros/escolas de formação baseia-se nos princípios filosóficos e pedagógicos da educação e da pedagogia construídos pelo MST, a partir de três principais fontes: a Pedagogia Socialista, a Educação Popular e o Materialismo Histórico Dialético. A partir de sua luta, estes processos pedagógicos são orientados pelo projeto de Educação do Campo, que se manifesta na ação prática da relação entre ciência, cultura e trabalho como princípio educativo. Nesta perspectiva ampliada de educação e de formação humana, o método pedagógico de formação em agroecologia não se restringe à dimensão técnica, uma vez que o perfil do educando que se pretende formar é concebido

[...]como *militante-técnico-educador-em agroecologia*, que envolve: capacidade crítica de compreender e intervir ativamente na realidade concreta das comunidades camponesas, utilizando tecnologias adequadas aos seus interesses e necessidades; de contribuir para fortalecer os processos de transformação da sociedade, orientando e promovendo a reconstrução ecológica da agricultura e o desenvolvimento de formas sociais de cooperação; comprometimento e qualificação para estabelecer mudanças na relação com as famílias camponesas, superando a “insistência técnica” em direção à convivência dialógica (Ghurur, et all, 2012,p.6).

Concordando com as conclusões de Ghurur, et all (2012) reforçamos que a capacitação em agroecologia oferecida/construída nestes espaços formativos, efetivamente, se direcionam para a ruptura com o ensino fragmentado instituído pelo capital, enfrentado coletivamente o desafio de unir o pensar e o fazer, ou tornar a concepção/direção e execução, como unidades indivisíveis. A construção e a sustentação da agroecologia como base para a soberania alimentar, envolve a produção e a luta política, demandando o aperfeiçoamento dos conhecimentos científicos e humanos, que ultrapassam a capacitação técnica, requerendo rigor na análise e na ação sobre a natureza e a sociedade.

4- FORMAÇÃO POLÍTICA NA ESCOLA DE AÇÃO CAMPONESA– EAC (ESPANHA) E SOBERANIA ALIMENTAR: re-campesinização e fortalecimento de organizações agrárias.

A experiência da EAC constitui-se como uma ferramenta de formação política, baseada nos princípios das pedagogias camponesas da Via Campesina, colocados em prática dentro de uma organização agrária em aliança com o Movimento pela Soberania Alimentar-FSM, da Espanha. Apresentada em artigo elaborado por Gallar-Hernandez(2021), esta experiência baseia-se em 10 anos de dedicação deste autor à investigação ativista e ao efetivo trabalho(como membro do consórcio organizador, como

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

coordenador pedagógico, como professor), abrangendo todo o processo de concepção (2010-2013) e desenvolvimento de cinco cursos concluídos pela EAC (2014, 2015, 2016, 2017-2018, 2019-2020). Situa este estudo

nos processos materiais e ideológicos de re-campesinização das organizações agrícolas, em nível internacional, a partir da proposta de soberania alimentar construída pela Via Campesina como ferramenta para promover um modelo produtivo e agroalimentar mais sustentável. Uma das principais ferramentas nesses processos de reavivamento é o desenvolvimento do programa de capacitação de jovens agricultores para que possam liderar as novas agendas e estratégias sindicais nos diferentes territórios (GALLAR-HERNANDEZ, 2021, P.1-2).

O surgimento da EAC foi fruto de um amplo processo de articulações, esforços de coordenação e colaboração entre diferentes atores do FSM. Concretiza-se com a formação de um consórcio constituído por diversas organizações que contribuem com recursos: COAG - Coordenador de organizações de pequenos e médios agricultores familiares, e suas juventudes agrárias, EHNE - Sindicato dos Agricultores Bascos, Mundubart e VSA-Justiça Alimentaria (ONGs de desenvolvimento), Universidade Rural Paulo Freire – URPF, Amigos de La Tierra (entidade ambientalista), CAS – Coletivos de Ação Solidária (ONG de associações de desenvolvimento rural) e o Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos – ISEC da Universidade de Córdoba. Todas compartilham do diagnóstico de que é preciso fortalecer as organizações agrárias (fundamentalmente o COAG) para continuar apoiando o FSM. Mesmo considerando a importância da transição agroecológica e da recampesinização na agricultura, a EAC é concebida como um espaço de formação política, mas sem pretensão de dar formação técnico-agronômica. Neste sentido, a EAC visa à re-campesinização ideológica do COAG, que defende um modelo social e profissional da agricultura familiar, baseada na pequena e média produção, e por ser um órgão coordenador, compõem-se por diferentes Unidades Territoriais – UTs, que são autônomas, sendo marcado pela heterogeneidade relacionada às diferentes características produtivas e econômicas dos diferentes territórios da Espanha.

Gallar-Hernandez (2021) mostra que a partir da dinâmica pedagógica, estrutura e conteúdos ideológicos desenvolvidos para a formação de novos quadros, destacam-se três áreas principais deste processo formativo: o fortalecimento da união coletiva e identidade camponesa (“construindo um “nós” Sindicalista e Camponês” p.17); a formação na ideologia “camponesa proposta” (“a proposta ideológica da EAC é a soberania alimentar e o princípio camponês” p.21); integração dos estudantes como novos quadros

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

nas estruturas das organizações(na perspectiva gramsciana, de formação de sujeitos políticos coletivos e intelectuais orgânicos em luta pela hegemonia). O desenvolvimento da organicidade da turma e da mística, também são elementos fortalecedores da identidade coletiva.

A partir das pedagogias camponesa e populares, a pedagogia da alternância, envolvendo os saberes trabalhados durante os “tempos de estudo”, verificados e aplicados nas realidades específicas dos estudantes durante os “tempos comunitários”, são compartilhados com a turma de estudantes e educadores, através de um contínuo processo de ação-reflexão-ação. Importante destacar que a EAC não tem um local fixo e não se limita ao estudo em sala de aula, reúne cerca de 20 estudantes em cada curso e cerca de 10 UTs, com duração média de 10 meses, e concretiza-se através de encontros itinerantes, onde se trabalha conteúdos e habilidades em diversas atividades, contemplando visitas de campo para conhecimento de diferentes realidades agrárias, e dos Planos de Ação Camponesa. Elaborados pelos estudantes, de acordo com as necessidades das UTs para o seu fortalecimento, estes Planos são supervisionados por professores e chefes das UTs, configurando a estratégia educativa através desta “tríade pedagógica”.

O trabalho por meio dos Plano de Ação Camponesa é uma forma de fortalecer a relação dos alunos com o sindicato local, {...} assumirem responsabilidades diretas perante o sindicato local, e por meio do relacionamento específico com o chefe político da UT, para atender às demandas do sindicato local e ampliar o trabalho ou vínculo entre o aluno, o sindicato e o território(GALLAR-HERNANDEZ, 2021,P.13).

As conclusões reforçam que através da EAC, houve a incorporação de muitos destes jovens nas estruturas sindicais como novos quadros; a identidade camponesa e sindical foi reforçada e houve assimilação da proposta “camponesa” da soberania alimentar, podendo-se afirmar como “{...} um instrumento útil para a formação de quadros camponeses no processo de reavaliação das organizações agrárias, reforçando o seu caráter de sujeito político coletivo pró camponês(GALLAR-HERNANDEZ, 2021,P.28).

5- Conclusões

A agroecologia e a soberania alimentar apresentam-se como elementos chave para a construção de resistências e alternativas na direção de uma nova sociedade, que coloque a vida como centro. Visibilizar experiências é importante para

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

socializar os esforços, as dificuldades e as potencialidades da formação de quadros. Concluimos que, possuindo suas especificidades, estas experiências correspondem aos princípios de formação de quadros construídos pela Via Campesina, sendo relevantes e indispensáveis, aos processos político-organizativos e ao fortalecimento de organizações camponesas, para lutas sociais pela reforma agrária e para a construção de outro sistema agroalimentar, que se contrapõem ao modelo hegemônico das corporações transnacionais do agronegócio.

6- Referências Bibliográficas

DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI. **Fórum Mundial Pela Soberania Alimentar**. Nyéléni, Selingue, Mali, 2007.

ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. **A política de formação de quadros**. 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; CALLE COLLADO, Ángel. **La construcción de sujetos políticos y la agroecología: una lucha por la vida**. Boletín ECOS-Fuhem, 39, 2017.

GALLAR HERNÁNDEZ, David. **Forging Political Cadres for Re-Peasantization: Escuela de Acción Campesina (Spain)**, Sustainability, 2021, 13, 4061, doi.org/10.3390/su13074061

GUHUR, Dominique Michèle Perioto et al. As Práticas Educativas de Formação em Agroecologia da Via Campesina no Paraná. In: **Seminário Nacional de Educação em Agroecologia**, 1, 2013, Recife: ABA; NAC/UFRPE.

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Programa Agrário do MST: VI Congresso Nacional**. São Paulo, 2013.

SEVILLA, GUZMÁN Eduardo. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: Via Campesina, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; CUÉLAR PADILLA, Mamen. **Aportando a la construcción de la Soberanía Alimentaria desde la Agroecología**. Revista Ecología Política, 2012.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A GREVE INTERNACIONAL DE MULHERES DE 2017

Lucimara dos Reis Pinheiro⁷⁹

Maria Lúcia Duriguetto⁸⁰

Resumo: o presente artigo objetiva evidenciar elementos do processo de construção da greve internacional de mulheres de 2017, evidenciando as determinações sócio-históricas que o ensejaram, bem como as construções teórico-políticas que informaram seu desenvolvimento. A GIM se constituiu em uma importante demonstração da vitalidade de um feminismo materialista marxista que imputa às lutas feministas uma perspectiva classista e anticapitalista.

Palavras-Chave: Feminismo; Greve Internacional de mulheres; anticapitalismo

Abstract: This article aims to highlight elements of the process of construction of the 2017 international women's strike, highlighting the socio-historical determinations that gave it as well as the theoretical-political constructions that informed its development. The GIM was an important demonstration of the vitality of a Marxist materialist feminism that imputes to feminist struggles a classist and anti-capitalist perspective.

Keywords: Feminism; International Women's Strike; anti capitalism

1- INTRODUÇÃO

Os mecanismos que normalizam a exploração do trabalho, a propriedade privada dos meios de produção e as opressões que lubrificam essa máquina que transforma os seres humanos em mercadorias lucrativas, enredam os seres sociais em uma teia cuja libertação se encontra no desvendar desses mecanismos e no seu desmonte. Dentre as muitas ações necessárias, ressaltamos, as que oferecerem recusa e combate às linhas divisórias intraclasse. Composto de forma significativa e significante esse espaço, estão as relações mediadas pelo gênero e pela raça/etnia. Superar as exclusões impostas por tais relações é tarefa de elevação de consciência do conjunto da classe trabalhadora e de sua recorrente tematização pela teoria social crítica voltada para supressão da sociedade

⁷⁹ Graduação em História na UFJF, Mestrado em Serviço Social no PPG/Serviço Social da UFJF. Mail: lureisp@hotmail.com

⁸⁰ Professora da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Mail: maluduriguetto@gmail.com

de classes. Neste trabalho, buscamos visibilizar a formação da classe trabalhadora numa perspectiva que abarque as mulheres, não apenas contingencialmente, mas buscando entender que as relações de dominação de gênero agem enquanto componentes fundantes da conformação da classe e de seus processos de exploração. Nos parece evidente, a partir da percepção de que a classe não é homogênea, que a composição étnico/racial é outra determinação estruturante para o entendimento do que aqui nos ocupamos. Constatada a diversidade que a formação da classe comporta, partimos da compreensão das opressões vivenciadas pelas mulheres como componentes necessários da dinâmica da luta de classes. Sua percepção de sujeito explorado em um duplo processo de alienação que, ao mesmo tempo as aliena do trabalho realizado e da sua própria condição de trabalhadoras pertencentes a esta mesma classe, e, portanto, com direitos em luta em níveis diferenciados dentro do conjunto da classe, como elucida Saffioti (2019). É este entendimento da dupla exploração e opressão que leva à construção de formas organizativas exclusivas de mulheres com vistas a ganhos de ascensão enquanto sujeito histórico e político pertencente à classe; elevação de consciência de sua posição no sistema capitalista; ganhos qualitativos de direitos e, por consequência, um entendimento ampliado do sistema de dominação a que são submetidas. É necessário que essas movimentações sejam percebidas e investigadas sob uma perspectiva teórica que compreenda a práxis numa dimensão de totalidade, que ultrapasse os recortes que identificam as opressões como um dado em si mesmas, com historicidade própria alheia aos processos históricos mais amplos, os quais têm na exploração da força de trabalho suas determinações centrais. Partindo dessa compreensão, buscamos apontar por meio do advento da GIM/2017, que parcela do movimento feminista contemporâneo tem efetuado ações de auto-organização do conjunto das mulheres da classe trabalhadora numa perspectiva de combate ao sistema capitalista.

2- ELEMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA CONSTRUÇÃO DA GREVE INTERNACIONAL DE MULHERES

O século XXI tem demonstrado uma força renovada na ação de parcela do movimento feminista, em particular nas organizações, movimentos e coletivos cujas militantes apreendem os processos sócio-históricos sob o crivo teórico-analítico crítico-materialista. É neste campo de pensamento e de ação que analisaremos as “novas” construções teórico-reflexivas e de lutas implementadas pelo feminismo, como a GIM

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

ocorrida em 2017. Demarca este construto teórico e de ação, a vinculação do movimento feminista ao processo geral da luta emancipatória, em que um dos elementos centrais está na articulação e na construção de alianças com as demais frações e segmentos da classe trabalhadora. Assim, apreendemos a construção da greve como ponto de partida do que consideramos ser mais um marco da ação organizada das mulheres sob o crivo do pensamento feminista materialista no campo da movimentação da luta de classes em âmbito mundial.

As mudanças no padrão de acumulação - passagem do modelo fordista para o da acumulação flexível (e a acentuação crônica do rentismo financeiro) a partir dos anos de 1970, bases edificantes da formulação das políticas de ajustes neoliberais como um novo *ethos* político-econômico adensaram os condicionantes estruturais da crise do capitalismo, cujos efeitos mais agudos se avolumaram a partir de 2007 e implicaram no aprofundamento da reorganização das formas e meios de exploração das frações das classes dominantes sobre o conjunto da classe trabalhadora. O movimento dos ciclos de intensidade e variedade das formas e meios de exploração desenvolvidos no interior deste padrão de acumulação foram acompanhados, para além da instrumentalização aberta dos Estados nacionais na garantia da reprodução da valorização do capital, pela hipertrofia dos seus aparatos coercitivos contra as possibilidades emergentes de resistência e de contestação à esta conformação Cf Harvey (1993); Antunes (1999); Vaccant (2001). É neste contexto de desmonte, nos países centrais, do padrão de regulação social *welfariano* e os deletérios impactos regressivos nas condições de vida e de trabalho das classes subalternas que assistimos, no ano de 2016, a agitação do movimento de mulheres em vários países, circunscrevendo suas reações e demandas em questões relacionadas aos direitos reprodutivos, violências de gênero e aos desdobramentos políticos e econômicos da crise sobre as mulheres trabalhadoras.

Na Polônia, país que possui uma das legislações menos avançadas sobre a questão do aborto na Europa, milhares de mulheres foram às ruas contra um projeto de lei que visava restringir ainda mais os direitos de decisão das mulheres sobre seus corpos. O projeto previa a proibição do aborto, até então autorizada, em casos de má formação fetal grave. Uma paralisação das atividades junto a uma grande mobilização de mulheres marcou o recuo da apresentação do projeto de lei no parlamento polonês. Na Argentina, também neste ano, sob o lema *Ni Una Menos*, centenas de mulheres ficaram à frente da organização de grandes manifestações em várias cidades do país devido ao alto índice de feminicídios. O crime brutal cometido contra Lúcia Perez, de 16 anos que foi estuprada, drogada e empalada, levou um número ainda mais expressivo de mulheres

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

às ruas naquele ano, assim como à paralização das atividades laborais. Numa demonstração da abrangência da movimentação feminista e de sua ação política, no continente americano, diante da eleição do representante da direita conservadora, Donald Trump à presidência em 2016, as mulheres declararam que não aceitariam as posturas sexistas, xenófobas, racistas e conservadoras por ele defendidas. No dia seguinte a sua posse, em janeiro de 2017, ocuparam as ruas de várias cidades, com o apoio de setores da mídia, intelectuais e artistas, com o objetivo de demarcar posição contrária à ascensão do conservadorismo e da política ultraliberal representada por Trump. Dentre as oradoras da marcha em Washington, Angela Davis politiza, num sentido mais amplo, aquela movimentação.

Em um momento histórico desafiador, vamos nos lembrar que nós somos centenas de milhares, milhões de mulheres, transgêneros, homens e jovens que estão aqui na Marcha das Mulheres. Nós representamos forças poderosas de mudança que estão determinadas a impedir as culturas moribundas do racismo e do hétero-patriarcado de levantar-se novamente. [...]Esta é uma Marcha das Mulheres e ela representa a promessa de um feminismo contra o pernicioso poder da violência do Estado. E um feminismo inclusivo e interseccional que convoca todos nós a resistência contra o racismo, a islamofobia, ao anti-semitismo, a misoginia e a exploração capitalista⁸¹.

A grande adesão das mulheres ao movimento tomou conta dos noticiários em torno da posse de Trump:

[...] a Marcha das Mulheres em Washington, pareceu atrair uma multidão maior do que a que compareceu um dia antes para testemunhar o juramento de Trump nos degraus do Capitólio. [...] claramente superaram os 200 mil manifestantes projetados pelos organizadores, preenchendo longas faixas do centro de Washington ao redor da Casa Branca e do National Mall. Centenas de milhares de mulheres se aglomeraram em Nova York, Los Angeles, Chicago, Denver e Boston, somando a uma manifestação pública de dissidência em massa contra Trump incomparável na política moderna dos EUA para o primeiro dia completo de um novo presidente no cargo. Organizadoras da chamada Marcha das Irmãs estimaram 750 mil manifestantes nas ruas de Los Angeles, uma das maiores [...]. A polícia afirmou que o comparecimento foi maior que a marcha pró-imigração que levou às ruas 500 mil pessoas. Cerca de 400 mil pessoas marcharam em Nova York [...] O evento de Chicago ficou tão grande que os organizadores fizeram um comício, em vez de uma parada pela cidade. A polícia afirmou que mais de 125 mil pessoas compareceram, [...], mesmo número reportado para Boston e Denver. Protestos menores ocorreram também em cidades como Seattle, Portland, Oregon, Madison, Wisconsin e Bismarck, na Dakota do Norte⁸².

Protestos organizados por mulheres também ocorreram em diversas partes do globo como parte de uma grande onda de mobilizações contra a escalada da direita

⁸¹Davis, A. <https://blogdaboitempo.com.br>. Blog da Boitempo, 23 janeiro 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/01/23/o-discurso-de-angela-davis-na-marcha-das-mulheres-contratump/>>. Acesso em 20 julho 2019.

⁸²<https://br.reuters.com>, 22 Janeiro 2017. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKBN1560RU>>. Acesso em 20 julho 2019.

conservadora no mundo. Nos cabe observar que, em 2016, nos três países em que a ação organizada das mulheres tomou relevância de forma a chamar a atenção do mundo, os governos centrais estavam sob direção de políticos do campo da direita conservadora. No que pese as questões de gênero serem o fator imperativo das mobilizações, podemos entendê-las dentro de um vasto campo de movimentações políticas orquestradas numa reação à acentuação das formas de exploração e opressão postas neste marco de crise estrutural do capital.

3- ELEMENTOS TEÓRICO-POLÍTICOS DA CONSTRUÇÃO DA GREVE INTERNACIONAL DE MULHERES DE 2017

É neste contexto que buscamos observar as movimentações de novo fôlego organizativo que se apresentam na contemporaneidade para o enfrentamento das tarefas de construção de projetos societários em contraposição aos hegemônicos de poder. Dentre estas novas formas de enfrentamento, destacamos a ação das feministas, suas organizações e capacidade de alianças com setores das classes subalternas a partir das relações de raça e classe, entendendo a última em um amplo espectro que o próprio processo de acumulação capitalista permite alargar pelas mudanças operadas no padrão de acumulação e regulação social Cf Mattos (2019). Uma das questões centrais que evidenciam elos da luta das feministas contemporâneas com as disputas por projetos societários em meio à crise global foi a resignificação do fenômeno da greve. Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya, intelectuais/ativistas que estavam dentre as organizadoras internacionais da greve, nos textos de preparação da ação internacional apontam que:

As mulheres que trabalham no mercado formal e informal e na esfera social não reprodutiva são todas trabalhadoras. Essa consideração deve ser central para qualquer discussão sobre a reconstrução de um movimento operário não só nos Estados Unidos, mas também globalmente⁸³.

Assim, a luta por elas conclamada não está somente circunscrita às questões mediadas pelo gênero que informam tipos e formas de discriminação. Mesmo sendo este o mote da ação, extrapolam esse sentido a partir do entendimento de que é necessária uma ação que transcenda a luta por direitos iguais entre homens e mulheres, para a garantia real da construção de um novo projeto de sociedade. Se, por um lado, as feministas resgatam essa forma de enfrentamento ao buscar interromper o processo de produção, por outro a revigoram trazendo à cena o debate da divisão sexual do trabalho e o da reprodução social. A greve proposta pelas mulheres inclui trabalhadoras formais,

⁸³Arruzza,C.;Bhattacharya. <https://vermelho.org.br>. O Vermelho, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2017/03/04/o-significado-da-greve-das-mulheres-neste-8-de-marco/>>. Acesso em 20 de julho de 2020.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

informais, desempregadas e, por via da paralisação das atividades, também na esfera privada, levantam a questão do uso e exploração/expropriação por parte do sistema capitalista de sua força de trabalho na esfera da reprodução da vida.

No capitalismo, o trabalho das mulheres no mercado formal é apenas uma parte do trabalho que realizam. As mulheres são também as principais realizadoras do trabalho reprodutivo – trabalho não remunerado que é igualmente importante para a reprodução da sociedade e das relações sociais capitalistas. A greve das mulheres destina-se a tornar este trabalho não remunerado visível e enfatizar que a reprodução social é também um local de luta. Além disso, devido à divisão sexual do trabalho no mercado formal, um grande número de mulheres ocupam postos de trabalho precários, não têm direitos trabalhistas, estão desempregadas ou são trabalhadoras sem documentos⁸⁴.

Em um manifesto originalmente publicado na revista *Viewpoint Magazine*, em janeiro de 2017, as ativistas e intelectuais Linda Martín Alcoff, Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser, Keeanga-Yamahtta Taylor, Rasmae Yousef Odeh e Ângela Davis, conclamam as mulheres norte-americanas e do mundo a fazerem parte de um movimento amplo e unitário, motivado pelas marchas contra Trump, objetivando a construção de processos de luta de horizontes anticapitalistas:

Como primeiro passo, propomos ajudar a construir uma greve internacional contra a violência masculina e na defesa dos direitos reprodutivos no dia 8 de março. Nisto, nós nos juntamos com grupos feministas de cerca de trinta países que têm convocado tal greve. A ideia é mobilizar mulheres, incluindo mulheres trans, e todos os que as apoiam num dia internacional de luta – um dia de greves, marchas e bloqueios de estradas, pontes e praças; abstenção do trabalho doméstico, de cuidados e sexual; boicote e denúncia de políticos e empresas misóginas, greves em instituições educacionais. Essas ações visam visibilizar as necessidades e aspirações que o feminismo do “faça acontecer” ignora: as mulheres no mercado de trabalho formal, as que trabalham na esfera da reprodução social e dos cuidados e as desempregadas e precárias.⁸⁵

Percebe-se, que o entendimento da unidade das feministas passa também por perceber suas vertentes e sua dinâmica dentro da luta de classes. Há uma evidente demarcação com o campo dos identitarismos e com o feminismo liberal. Esse debate é extremamente oportuno, visto que o processo de cooptação e esvaziamento de lutas pelo viés da fragmentação ou por uma apreensão do feminismo enquanto “estilo de vida” se espalha pelo mundo. Essa foi uma das questões que, ao mesmo tempo, abriram a greve de 2017 para um amplo movimento de massas, assim como definiu, naquele ano, o tipo de condução política daquela “nova” expressão do dia 8 de março. O blog da editora Boitempo fez a publicação da tradução do Manifesto das ativistas do Feminismo para os

⁸⁴<https://vermelho.org.br/2017/03/04/o-significado-da-greve-das-mulheres-neste-8-de-marco/>>. Acesso em julho de 2020.

⁸⁵Alcoff, L. M. et al. Blog Junho. blogjunho.com.br, 5 fevereiro 2017. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/alem-do-faca-acontecer-para-uma-feminismo-dos-99-e-uma-greve-internacional-militante-em-8-de-marco>>. Acesso em 22 julho 2019.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

99%. Na introdução do manifesto, Biroli (2017) tece uma aproximação do feminismo proposto no manifesto com a luta política feminista no Brasil.

As reações aos direitos das mulheres se ampliaram ao mesmo tempo em que outros direitos são colocados em xeque de maneira brutal. No Brasil e em outras partes do mundo, direitos trabalhistas, à saúde e à segurança na velhice são desmantelados, evidenciando a face atual do neoliberalismo. Sexismo, xenofobia, racismo e transfobia estão articulados à redução das garantias de trabalhadoras e trabalhadores e ao aumento das desigualdades e da violência. Por isso intelectuais feministas chamam a todas nós para uma greve internacional no 8 de março, em que mulheres de diferentes partes do mundo estejam nas ruas contra todas essas violências. É uma chamada pelo que temos buscado por aqui também, uma reconstrução das esquerdas na qual feminismos capazes de conectar direitos reprodutivos e trabalho, sexualidade e xenofobia em uma agenda ampla, marcada pelo diálogo com diferentes grupos de mulheres, têm um papel central a cumprir⁸⁶.

Para além do ativismo prático, da visibilidade das questões relacionadas ao gênero, das manifestações propositivas a respeito das realidades locais, nacionais e mundiais, o chamamento à greve significou, também, uma maior abertura ao debate sobre o desenvolvimento das teorias críticas da realidade social, situadas no campo progressista/esquerda, a respeito da necessidade da inclusão de perspectivas de gênero e raça/etnia para o alcance da emancipação humana. No fragmento de Biroli vimos, ainda, um chamado à uma ampla aliança que, sem desconhecer visões e perspectivas diferenciadas de enfrentamento às opressões expressas na vida dos sujeitos sociais, aposta na construção da unidade no campo da esquerda para o enfrentamento dos retrocessos postos às mulheres e aos seus direitos na realidade nacional.

4- CONCLUSÃO

O movimento feminista, resgatado pela GIM, é o inserido na tradição das lutas de caráter anticapitalista e que amplia seu projeto político internacionalista para uma transformação radical da sociedade. O que pudemos observar da construção da GIM de 2017, foi que tal movimentação trouxe ganhos organizativos contínuos, com o desenvolvimento em anos subsequentes da greve nos 8 de março, como também de frentes, fóruns amplos de coletivos, organizações partidárias, sindicais entre outras⁸⁷ para

⁸⁶ Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/25/feminismo-esquerda-e-futuros-possiveis/>>. Acesso em agosto de 2020.

⁸⁷ É importante salientar que não vigorou ou vigora posturas que desacreditam nas organizações tradicionais da classe. Ao contrário, cada vez mais o chamamento da GIM e da construção dos seus fóruns e frentes buscam tais organizações para engrossarem a efetividade e alcance de suas ações, bem como entende que estes são espaços privilegiados de disputa contra hegemônica das manifestações ideológicas representadas nas mediações desiguais e de dominação de gênero, raça/etnia e, assim, contribuir para corrigir distorções e contradições que o movimento de esquerda carrega ao não incluir de forma qualitativa o debate sobre as relações de dominação mediadas por gênero e raça/etnia às pautas das categorias ou às pautas gerais da política.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

o debate da luta antissistema comprometida com a luta do conjunto heterogêneo das mulheres, o que indica um avanço do próprio movimento feminista.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola, 1993.

MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: De Marx ao nosso tempo*. São Paulo. Boitempo, 2019.

SAFFIOTI, H. "Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade". In: (ORG), H. B. D. H. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

WACQUANT, Loic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 2001.

QUESTÕES DE GÊNERO, MOVIMENTO FEMINISTA E SERVIÇO SOCIAL

Livia Neves Masson¹

Giovanna Urbano²

Elizabeth Regina Negri Barbosa³

RESUMO:

Este trabalho aponta os desdobramentos históricos e culturais da questão de gênero e seus impactos nas relações sociais, reconhecendo-a como uma das expressões da questão social, tendo em vista a relação estabelecida com o sistema capitalista vigente. Ademais, reflete o histórico do movimento feminista e o papel do Serviço Social no enfrentamento das questões de gênero, com base no compromisso ético político da profissão e eliminação de todas as formas de preconceito, afirmando um projeto profissional empenhado na construção de outra ordem social sem dominação e exploração de classe, gênero e raça/etnia.

Palavras-chave: Gênero; Movimento Feminista; Serviço Social.

ABSTRACT:

This work points out the historical and cultural development of the gender issue and its impact on social relations, recognizing it as one of the expressions of the social issue, in view of the relationship established with the current capitalist system. Furthermore, it reflects the history of the feminist movement and the role of Social Work in confronting gender issues, based on the ethical political commitment of the profession and the elimination of all forms of prejudice, affirming a professional project committed to the construction of another social order without domination and exploitation of class, gender and race/ethnicity.

Keywords: Gender; Feminist Movement; Social service.

1- INTRODUÇÃO

São inúmeros os aspectos que permeiam as questões de gênero. Os valores e ideais fundamentados nas desigualdades entre homens e mulheres presentes na sociedade capitalista se estabeleceram historicamente, e explicitam uma construção social. O cenário revela uma submissão feminina nos aspectos sociais, políticos e econômicos que limitam e estabelecem papéis desempenhados por homens e mulheres e explicitam as condições de exploração e dominação entre eles.

As desigualdades de gênero determinam e condicionam os comportamentos e vivências dos indivíduos, desencadeando uma sociedade marcada pela opressão, preconceito e violência contra as mulheres.

A existência de gêneros é a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias as vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas (CARLOTO, 2001, p.5).

Este cenário revela os obstáculos socialmente impostos para a ascensão social das mulheres e para a conquista de seus direitos, que só passou a ter uma outra perspectiva através das iniciativas e da organização do movimento feminista que consolidou conquistas como a participação política, o direito ao voto, e a inserção no mercado de trabalho. No entanto, ainda hoje a luta por direitos, o combate às violências de gênero e desconstrução dos papéis socialmente impostos às mulheres, necessitam tomar proporções e ocupar espaços cada vez maiores na sociedade, tendo em vista os inúmeros desdobramentos e impactos das desigualdades presentes no meio social.

Considerando as ideias de Yamamoto e Carvalho (2015), o serviço social participa do processo de produção e reprodução das relações sociais no contexto capitalista e lida com as diversas expressões da questão social. Nessa conjuntura, a profissão também se depara com as demandas das questões de gênero.

Torna-se fundamental refletir e perceber as relações de dominação, exploração e desigualdade e os seus efeitos na realidade social, econômica e política, para que no seu exercício profissional, o assistente social reforce o compromisso com a liberdade, a autonomia, a emancipação e a expansão plena dos indivíduos sociais, afirmando a defesa dos direitos humanos e a recusa dos preconceitos de qualquer natureza, além da defesa da equidade e da justiça social, visando a construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, ressaltando a importância de sua intervenção no âmbito das expressões da questão social, tendo em

vista os princípios do Código de Ética do/a Assistente Social e o projeto ético político da profissão.

2- DESENVOLVIMENTO

Compreender a maneira como se constituem e se expressam as relações de gênero e todos os seus desdobramentos no meio social, significa também pensar os significados e conceitos de gênero existentes na nossa sociedade, reconhecendo-os como determinantes para as relações sociais.

Um dos vieses que perpassam às definições e conceitos de gênero, são pensados de maneira associada e intimamente ligados ao fator biológico, caracterizando a diferença sexual dos indivíduos, assumindo a partir disso, um caráter limitante, que define a existência de características universais e essencialmente masculinas e femininas.

Segundo Carloto (2001), existe uma naturalização da ideia de construir o ser mulher enquanto subordinado, tendo em vista que os espaços de aprendizado e os processos de socialização reforçam os preconceitos e estereótipos de gênero, se apoiando na determinação biológica e em sua suposta natureza (feminina/masculina), diante disso, a diferença biológica se transforma em desigualdade social, se apropriando da aparência de naturalidade.

Em contrapartida, para Araújo (2005), o gênero pode ser refletido a partir da perspectiva culturalista, que reconhece que as relações se estabelecem através da socialização e da cultura, considerando que as concepções, papéis determinados e modelos de comportamentos são internalizados por homens e mulheres por meio do convívio social.

Essa perspectiva de análise crítica, foi utilizada inicialmente pelas teóricas feministas, que visavam compreender a desigualdade entre os sexos e de que maneira esse cenário interferia na realidade e no conjunto das relações sociais.

A compreensão de que gênero é parte da construção social é recente e nem sempre foi reconhecida por esta perspectiva. Torna-se fundamental destacar então que o conceito de gênero foi estabelecido em nossa sociedade a partir dos preceitos do conservadorismo. O conservadorismo pode ser atribuído a diversos significados, no entanto, segundo Sepulveda Sepulveda (2017), a partir da perspectiva política, o conservadorismo pode ser visto como algo contrário ao enfrentamento de qualquer mudança no ordenamento político, e que conseqüentemente possa modificar as relações de poder na sociedade.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Nesse sentido, evita qualquer tipo de transformação na ordem social ou melhorias para as classes trabalhadoras, ou para qualquer grupo minoritário, para que não ocorra modificações nas relações sociais ou a ascensão de novas classes sociais ao poder.

Netto (2012), também contribuiu nas reflexões teóricas a respeito dos ideais conservadores, associando-os sempre à questão social:

Entre os ideólogos conservadores laicos, as manifestações da “questão social” (acentuada desigualdade econômico social, desemprego, fome, doenças, penúria, desproteção na velhice, desamparo frente a conjunturas econômicas adversas etc.) passam a ser vistas como o desdobramento, na sociedade moderna (leia-se: burguesa), de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada (NETTO, 2012, p.204).

Nesse sentido, relacionando as reflexões do autor com as questões de gênero, é possível identificar uma naturalização das relações de poder, opressão, preconceito e desigualdade contra as mulheres, que são vistas como algo inerente e normais na ordem ultraneoliberal vigente.

Em resposta a essas inúmeras desigualdades, as mulheres começaram a se organizar e avançar nas lutas políticas e por conquista de direitos. Nesse sentido, o movimento feminista se estabeleceu como uma importante ferramenta para a desconstrução das relações de poder impostas historicamente.

As ações do movimento feminista vão se sucedendo em diferentes marcos históricos de acordo com os contextos e reivindicações de cada época, são as chamadas ondas feministas.

O movimento feminista surgiu no final do século XVIII e tomou corpo no século XIX, estando presente na maioria dos países europeus e nos EUA, junto com as mobilizações da Revolução Francesa e Americana. Esse período representou a primeira onda do feminismo, que assumiu um caráter reivindicatório, de conquista do poder político e do direito ao sufrágio feminino. Os ideais da época foram aos poucos sendo disseminados, alcançando também vários países da América Latina como o Chile, Argentina, México, Peru, Costa Rica e Brasil.

No Brasil, as inquietações feministas acenderam na segunda metade do século XIX, momento no qual muitas brasileiras exerceram participações em diversas revoltas que permearam a construção do país. Além disso, elas também se envolveram na causa abolicionista, lutando pelo fim da escravidão.

Por volta de 1890 surgiu no cenário nacional, os ideais de luta pelo direito ao voto, no entanto, foi a partir da primeira década do século XX que a luta foi se consolidando e

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

ganhando espaços através das ações de organizações feministas, que se estenderam até 1932, ano em que se deu a instituição do Código Eleitoral Brasileiro, durante o governo de Getúlio Vargas.

A chamada segunda onda do feminismo, surgiu na década de 60 no EUA, e no Brasil, um pouco mais tarde, na década de 1970, o foco das reivindicações, segundo Boni (2015) estavam na busca pela igualdade e pelo fim das discriminações, atuando de forma crítica contra os modelos de mulher, padrões sexuais e de família vigentes.

Torna-se importante destacar que neste período o Brasil enfrentava o Regime Militar, que teve início em 1964, momento político marcado por muitas barreiras e repressões aos movimentos de mulheres, tendo em vista o caráter opressor e violento da ditadura.

Com o golpe militar de 1964, tanto os movimentos das mulheres, quanto os demais movimentos populares e de esquerda foram silenciados, erradicados e massacrados. No entanto, ocorriam ações de grupos de mulheres em resistência à ditadura através de passeatas, manifestações e organizações clandestinas.

Pode-se dizer então, que nesse período, o movimento feminista brasileiro compunha um movimento de articulação das lutas contra as formas de opressão das mulheres juntamente com as lutas pela redemocratização. Entre as décadas de 70 e 80, o movimento feminista adentrou na sua terceira onda, em que prosseguiu se expandindo no cenário da redemocratização até a promulgação da Constituição Federal de 1988, assumindo uma perspectiva mais propositiva, de intervenção nas políticas públicas, buscando maior representatividade e legitimidade.

Nos anos que se seguiram, adentrando os anos 2000, as atividades dos movimentos no Brasil estiveram voltadas para as ações políticas e organizativas e de conquista de políticas públicas, visando o aprimoramento das legislações de proteção a mulher e o monitoramento/ implantação dessas políticas, em constante articulação e interlocução com o Estado.

Com esse cenário de lutas e resistências as mulheres foram transformando o seu modo de vida em muitos aspectos, conquistando o mínimo de liberdade, ingressando no mercado de trabalho, conhecendo sua sexualidade, sendo, afinal, reconhecidas como sujeitos de direitos.

O fundamento do serviço social é a realidade social, que se demonstra complexa e multifacetada, logo, o exercício profissional deve ser entendido a partir do movimento histórico e das transformações da sociedade, tendo em vista a apreensão crítica das relações sociais.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Enquanto categoria profissional que trabalha com a realidade social, é fundamental encontrarmos ferramentas de ação que possibilitem repensar e transformar cada vez mais nossa sociedade com relação à desigualdade de gênero, por meio da educação, da cultura e de políticas que sejam inclusivas e voltadas para a valorização da mulher, visando a eliminação das desigualdades e violências existentes e o acesso aos direitos.

As demandas provenientes das desigualdades de gênero se expressam para o serviço social nos mais diversos espaços sócio ocupacionais, assim, o assistente social se depara com inúmeras situações que envolvem os impactos das desigualdades de gênero e as vulnerabilidades decorrentes, como a violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial, situações de exclusão e preconceito, ausência de acesso a condições básicas de vida dentre outras violações de direitos.

No que se refere ao enfrentamento das desigualdades de gênero, é fundamental que a atuação do assistente social reforce sua postura ética e política e demonstre preparo teórico metodológico, compreendendo a questão de gênero em sua totalidade, com base na realidade histórica, conjuntural e estrutural.

O projeto ético político do serviço social brasileiro e os princípios fundamentais trazidos pelo Código de Ética da Profissão, tem como valores centrais a liberdade e o comprometimento com a autonomia, a emancipação e a expansão plena dos indivíduos sociais, afirmando a defesa dos direitos humanos e a recusa dos preconceitos de qualquer natureza, além da defesa da equidade e da justiça social, visando a construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

Partindo disso, é imprescindível que o assistente social em suas intervenções nas questões de gênero, busque fomentar a autonomia a emancipação das mulheres, contribuindo para que se percebam enquanto sujeitos de direitos e para que se reconheçam enquanto seres livres. Nesse sentido, reforçamos que é fundamental que o profissional se posicione contrariamente às situações de preconceitos, violação de direitos, autoritarismo e arbitrariedade, reforçando o seu compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos.

É necessário atuar em contraposição ao pensamento conservador e de senso comum, a partir do reconhecimento das realidades sociais de maneira crítica, considerando os contextos e determinantes históricos, econômicos e culturais que envolvem cada demanda que se expressa no cotidiano profissional, articulando estratégias de enfrentamento das desigualdades de gênero, que assumam umas práxis

feminista que busque reverter as desigualdades vigentes e resistir à banalização das violências, preconceitos e opressões.

É necessário que os profissionais estejam inseridos na elaboração, gestão e operacionalização das políticas públicas com compromisso de promover a equidade de gênero e atuar em diferentes contextos, a partir da prática investigativa voltada à construção do aporte teórico da área, que pode subsidiar as políticas públicas na perspectiva de gênero.

Ademais, deve-se considerar a articulação da dimensão teórica e interventiva, construída a partir do olhar crítico e generalista do assistente social, que percebe como as relações sociais se estruturam perpassando as questões de classe e gênero, com o compromisso de promover a equidade de gênero, a construção de uma nova ordem societária sem exploração de classe, e pela defesa da liberdade, cidadania, democracia, direitos humanos e justiça social.

3- CONCLUSÃO

As desigualdades e violências vivenciadas pelas mulheres ao longo da história da humanidade estão ligadas à construção de gênero, se estabelecendo sob as condições objetivas e subjetivas das relações sociais nos aspectos políticos, econômicos e culturais.

A estruturação da dinâmica das relações sociais, manifesta uma distribuição desigual de responsabilidades na produção social da existência, determina estereótipos, maneiras de se relacionar, agir e se comportar, pois as concepções de masculino e feminino formam em cada cultura, um sistema símbolos e significados, que relacionam o sexo aos conteúdos culturais de acordo com os valores e hierarquias sociais, estabelecidos em nossa sociedade a partir dos preceitos do conservadorismo.

Sendo assim, é possível identificar uma naturalização das relações de poder, opressão, preconceito e desigualdades contra as mulheres, que são vistas como algo inerente e normais na ordem ultraneoliberal vigente.

A partir dessa análise, é fundamental pensar a questão de gênero como sendo uma expressão da chamada questão social, considerando a influência e o impacto que o modo de produção capitalista e a formação da sociedade de classes, acrescido ao sistema patriarcal vigente, exercem sobre a vida das mulheres.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Nesse sentido, entende-se que para o enfrentamento das desigualdades de gênero, é fundamental que a atuação do assistente social reforce sua postura ética e política, e demonstre preparo teórico metodológico, compreendendo a questão de gênero em sua totalidade, com base na realidade histórica, conjuntural e estrutural. Além disso, é necessário que os profissionais de Serviço Social estejam inseridos na elaboração, gestão e operacionalização das políticas públicas com compromisso de promover a equidade de gênero.

4- REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria De Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41-52, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/212755>.

CARLOTO, Cassia. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, jan./jun., 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e barbárie contemporânea**. Abepss, 2016. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/netto-jose-paulo-201608060404028661510.pdf>.

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antônio. Práticas conservadoras: suas influências nas tessituras identitárias de gêneros e sexualidades. **Periferia**, v. 9, n. 2, jul./dez., 2017.

LUTAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: a diversidade sexual na revisão da literatura profissional brasileira

Marco José de Oliveira Duarte⁸⁸

Carolina Pereira Fernandes⁸⁹

Matheus Souza Silva⁹⁰

RESUMO: Essa comunicação objetiva-se problematizar o tema da diversidade sexual no âmbito do Serviço Social, a partir da revisão da literatura profissional, tendo por base os vinte e um periódicos da referida área de conhecimento. Toma-se como foco as lutas sociais por direitos humanos e políticas públicas travadas pelos sujeitos identificados como LGBTI+ no contexto do Estado brasileiro. A análise foca nas considerações históricas do movimento LGBTI+ e nas críticas no interior da área sobre as dissidências sexuais, revelando a pouca produção científica referente a temática, apesar de qualificada e seu lugar ainda secundarizado no conjunto da agenda acadêmica e profissional.

Palavras-chaves: Serviço social; Sexualidade; Direitos; LGBTI+; Revisão.

ABSTRACT: This communication aims to problematize the issue of sexual diversity within the scope of Social Work, based on a review of the professional literature, based on the twenty-one periodicals in that area of knowledge. The focus is on social struggles for human rights and public policies waged by subjects identified as LGBTI+ in the context of the Brazilian State. The analysis focuses on the historical considerations of the LGBTI+ movement and on the criticisms within the area about sexual dissidence, revealing the little scientific production on the subject, despite being qualified and its place still secondary in the set of the academic and professional agenda.

Keywords: Social work; Sexuality; Rights; LGBTI+; Revision.

⁸⁸ Assistente Social, Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pós-Doutor em Políticas Sociais. E-mail: marco.duarte@ufjf.br. Eixo temático: Resistências, Lutas e Internacionalização do Serviço Social.

⁸⁹ Graduanda em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq no GEDIS/CNPq/UFJF sob orientação do Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte. E-mail: carolina.fernandes@outlook.com. Eixo temático: Resistências, Lutas e Internacionalização do Serviço Social.

⁹⁰ Graduando em Odontologia da Faculdade de Odontologia da UFJF. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq no GEDIS/CNPq/UFJF sob orientação do Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte. Email: matheuacontato0i@gmail.com. Eixo temático: Resistências, Lutas e Internacionalização do Serviço Social.

1- INTRODUÇÃO

Esse trabalho se propõe a tratar de algumas considerações a respeito do tema da sexualidade na área do Serviço Social, com foco nas lutas sociais contemporâneas travadas pelos sujeitos identificados como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais, intersexos e mais (LGBTI+) no contexto do Estado neoliberal, com o desmonte das políticas públicas e na regressão dos direitos humanos voltados para este segmento da sociedade brasileira.

A pesquisa aqui apresentada e a produção analítica sobre os dados produzidos, tem por objetivo analisar as produções científicas sobre diversidade sexual na área do Serviço Social. Esse é um esforço intelectual e preliminar dos pesquisadores deste trabalho para tratar sobre o campo dos estudos de sexualidade no Serviço Social, principalmente, sobre as dissidências sexuais, tomando as produções científicas de seus 21 (vinte e um) periódicos da área de conhecimento.

Metodologicamente tomou-se o processo de mapeamento e levantamento bibliográficos a partir do banco de dados destes periódicos da área, quais sejam: Serviço Social & Sociedade; Katálysis; Revista de Políticas Públicas; Argumentum; Textos & Contextos; Em Pauta; O Social em Questão; Ser Social; Temporalis; Serviço Social em Revista; Gênero; Emancipação; Sociedade em Debate; Libertas; Direitos, Trabalho e Política Social; Oikos; Serviço Social e Saúde; Revista Praia Vermelha; Revista Serviço Social em Perspectiva; Moitará e Serviço Social em Debate.

Utilizou-se os seguintes descritores: “diversidade sexual”, “LGBT”, “transexualidade”, “travestilidade”, “transgeneridade” e “homossexualidade” associado ao descritor-chave “serviço social”. Ressalta que o coorte temporal foi entre 2010-2020, como referência para essa periodização, tendo em vista, que o ano de início, 2010, tivemos dois marcos, um é a emergência do grupo temático de pesquisa (GTP) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPESS) com foco nas ênfases de gênero, sexualidade, raça/etnia e geração, marcados pelas relações de exploração e opressão do sistema capitalista, institucionalizado no XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), no Rio de Janeiro. O outro é o debate sobre os temas do racismo, homofobia e machismo em uma mesa no XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em julho, em Brasília.

Tomou-se a técnica de revisão da literatura de base integrativa (SOUZA et al., 2010) que consiste em 5 etapas: i - a elaboração de pergunta norteadora, que no caso, elegeu-se o que a literatura de Serviço Social tem publicado em seus periódicos sobre diversidade sexual, tomando como foco as políticas públicas e direitos humanos de

LGBTQI+?; ii - a busca nas bases de dados, utilizando-se dos descritores e os periódicos acima descritos; iii - a análise crítica dos conteúdos apresentados nos artigos selecionados; iv - a discussão dos resultados; v - a apresentação da revisão integrativa. Ressalta-se que a escolha pela revisão integrativa é que ela é mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado.

2- SERVIÇO SOCIAL E SEXUALIDADE: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Tomando a produção de Vance (1995), colocamos a seguinte pergunta: Se para a antropologia houve uma certa relutância em reconhecer a sexualidade como objeto de estudo, que de certa forma nos surpreende, na medida em que as pesquisas e teorias antropológicas são reconhecidamente abertas e democráticas, sem a presença de correntes dogmáticas e sectárias. O que pensar sobre o referido tema na e para área de Serviço Social?

É nesta particularidade que recorremos a Vance (1995), quando ela expõe sobre determinadas situações constrangedoras aos que se interessam em tomar a sexualidade como seu objeto de estudo e pesquisa na antropologia, e no nosso caso, no Serviço Social. Parece que se tomarmos essas duas disciplinas, em suas historicidades, observaremos elementos comuns sobre tal fenômeno.

O primeiro diz respeito ao **lugar secundário ou periférico** (DUARTE, 2000 apud ALMEIDA, 2008, p. 156) de importância ao referido debate em si. Contudo é bom ressaltar que, de forma embrionária, os primeiros estudos e publicações sobre tal tema circunscreveram-se em relação as homossexualidades e, em particular, aos gays.

Antes dos anos 2000, a discussão da homossexualidade já transitava nos interstícios profissionais, de maneira frequentemente. A definição da homofobia como “ódio, rejeição ou medo de alguém por causa de sua orientação sexual” só apareceu pela primeira vez numa publicação do CRESS 7ª Região, em setembro de 2000, numa matéria de capa do jornal Práxis (ALMEIDA, 2008, p. 151).

Almeida (2008) destaca ainda que na década de 1990, “a AIDS fornecia à sexualidade a gravidade necessária para que fosse mais incorporada como objeto de discussão formal nas ciências da saúde e sociais em geral” (ALMEIDA, 2008, p. 151).

Tomar, portanto, o tema da sexualidade, com foco nos direitos sexuais, em contexto de democratização, na década de 1980, com a Assembleia Nacional Constituinte, mas também com a advento da AIDS, era, de forma articulada as feministas, questionar a ideia de separação nítida entre as esferas pública e privada, e, corroborar com a consigna, *o pessoal é político*. No sentido de romper com o triplo

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

estigma que pesava historicamente sobre as vidas de homossexuais -criminoso, degenerado e louco-, e, conseqüentemente, asua *cidadania precária* (BENTO, 2014),

que representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeito que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Para adentrar a categoria de humano e de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se construir como “corpo político” (BENTO, 2014, p. 167).

Eis, portanto, a reinvidicação dos corpos abjetos marcados pelo heterossexismo compulsório: o reconhecimento político, econômico e social que ainda atualmente é lento e descontínuo. Contudo, hoje, observa-se que os setores conservadores e seus projetos vem historicamente se colocando radicalmente de forma anti-LGBT, mesmo na produção da Constituição Cidadã de 1988, ocupando centros políticos do poder em vários espaços da gestão pública, consolidando um projeto de sociedade, numa ofensiva antigênero e anti-LGBT no Brasil, na América Latina e no mundo (PRADO; CORREA, 2018).

Não reconhecer a liberação ou libertação sexual como direito, é desconsiderar os antecedentes históricos que embasaram a luta por direitos sexuais e o entendimento desses como direitos humanos. Seria, tomando como exemplo as lutas feministas, frente as suas bandeiras, esvaziar o sentido da legalização do aborto. É necessário pontuar que a questão das sexualidades de LGBTI+ não necessariamente está vinculada as identidades, como se houvesse um único modelo para cada letrinha a ser seguido. São dissidências sexuais e de gênero na sua diversidade, além de que nem são todos os direitos, mesmo que judicializados, que são exercidos, ou mesmo acionados por estes sujeitos.

Portanto, nestes mais de 40 anos de movimento LGBTI+, vemos reatualizar o conflito das lutas gerais versus as lutas específicas, no campo da esquerda, quando na época do enfrentamento a ditadura militar-civil-empresarial, com a questão que se coloca hoje, da luta de classe versus as pautas identitárias. Neste sentido,

É importante ressaltar que o tema das representatividades e identidades historicamente construídas que atravessam e socialmente determinam a configuração da classe trabalhadora, pois, na maioria das vezes, é lugar-comum, na esquerda sectária, dogmática e economicista, reduzir e rotular tudo de pós-modernismo ou identitarismo, posto que, como afirma Curiel (2018), “na América Latina e no Caribe, revela evidências de pré-modernidade”. Ao invés disso, seria importante encarar, formular, problematizar e politizar o debate, de forma crítica e fraterna, acerca das identidades e das lutas de reconhecimento, redistribuição e representatividade que pulsam na realidade histórica (FERREIRA, 2020) e que se organizam e vinculam aos projetos societários em disputa (DUARTE; OLIVEIRA, 2021, p. 158)

O segundo elemento diz respeito ao **desencorajamento ou mesmo as tentativas de dissuadir a mudança sobre o tema**. Essa é uma questão que não está

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

na publicização pública dos fatos, mas em conversas informais tanto com estudantes de graduação e pós-graduação, em diversas unidades de formação acadêmica, como com profissionais da área em diversos lugares sócio-ocupacionais em que se dá o trabalho profissional.

Há uma suspeita e de certo modo, um medo, que está muito mais no campo privado e moral dos protagonistas desta ação de dissuadir, tomando emprestado a narrativa que faz defesa de um projeto de classe que é isento, vago e lacunar das sexualidades e gêneros. Esse último, ainda é um tema mais palatável e plausível, tendo em vista o acervo bibliográfico e o legado das lutas feministas para esses estudos e suas organizações, o que diferencia substancialmente dos estudos de sexualidade, mesmo que os tomem pelo sistema sexo/gênero (RUBIN, 1986).

É necessário romper com a colonialidade dos discursos e com a tutela da razão. Assim, em vez de identificar e aniquilar as diferenças na vida social e no mundo acadêmico, padronizando, patrulhando e criando cópias de si, é imperativo o exercício da democracia, no debate político e na produção do conhecimento científico, em uma perspectiva crítica e emancipatória, elementos tão caros ao nosso projeto ético-político profissional e que nos alicerça para as (r)existências na disputa dos projetos societários em curso.

O terceiro diz sobre **a tensão entre dois paradigmas radicalmente distintos**, um sobre as estruturas discursivas determinista, essencialista e universal sobre a sexualidade, o sexo e o gênero, típicas do modelo biologizante e medicalizante ou, sumariamente dizendo, o modelo biomédico. Este ainda é muito presente na ordem dos discursos profissionais, sobre uma verdade sobre o corpo e a diversidade humana. E o outro, os paradigmas e abordagens construtivistas e/ou de produção social dos corpos, sexualidades e subjetividades, que no campo da saúde coletiva tem-se como determinação social da saúde.

É, portanto, sobre essa disputa de narrativas, essencialista versus construtivista, na ordem dos discursos acadêmicos, em geral, mas do Serviço Social, em particular, que está a gênese para outros debates sobre a sexualidade e as dissidências sexuais.

Assim, Vance (1995), tomando como referência a considerável contribuição da também antropóloga Gayle Rubin (1986), que descreveu a sexualidade e gênero em domínios distintos, retoma a questão afirmando que

a sexualidade e o gênero são sistemas distintos entrelaçados em muitos pontos. Embora os membros de uma cultura vivenciem esse entrelaçamento como natural, sem costuras e orgânico, os pontos de conexão variam historicamente e nas diversas culturas. Para os pesquisadores da sexualidade, a tarefa não consiste apenas em estudar as mudanças na expressão do comportamento e

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

atitudes sexuais, mas em examinar a relação dessas mudanças com alterações de base mais profundas no modo como o gênero e a sexualidade se organizam e inter-relacionam no âmbito de relações mais amplas (VANCE, 1995, p. 12).

Cabe destacar que ao tratar da sexualidade, de modo geral, influenciado por análises essencialistas, inclusive no campo progressista, pensa-se logo na forma reducionista do sexo ao órgão genital, no corpo biológico, como a base material da sexualidade, mas não exclusivamente. Concordamos com Week (1999), ao afirmar que,

Embora o corpo biológico seja o local da sexualidade, estabelecendo os limites daquilo que é sexualmente possível, a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo [...] o órgão mais importante nos humanos é aquele que está entre as orelhas. A sexualidade tem a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico [...] os corpos não têm nenhum sentido intrínseco e a melhor maneira de compreender a sexualidade é como um 'construto histórico' (WEEK, 1999, p. 38).

Assim, pensar a questão da sexualidade é implicá-la historicamente no conjunto das relações sociais, e, particularmente, nos limites mesmo de uma democracia sexual, tratando das políticas e direitos sexuais, no cenário do capitalismo, para quem os corpos e as sexualidades, principalmente, das dissidências ou se transformam em mercadorias ou são fetichizadas, tendo como parâmetro a lógica do consumo no mercado sexual presencial e virtual, mas sempre balizados pelos cisheterossexismo, o patriavirarcalismo e a homonormatividade.

Assim, em se tratando de relacionar a questão da sexualidade e consequentemente da diversidade sexual, a luta contra a LGBTIfobia não pode acontecer isoladamente, abstraindo-se do resto de injustiças e desigualdades sociais. Portanto, os estudos de sexualidade e, particularmente, das dissidências sexuais, sobre a égide da cidadania e da democracia sexuais, desenhado pelos limites da formação social e política do Estado capitalista, devem tentar ser orgânicos aos projetos emancipatórios, libertários e desprivatizados em que os sujeitos e suas relações de reconhecimento com a diferença exerçam seus modos de existência singular e coletiva.

O quarto e último diz respeito a ***lentidão das pesquisas e produções científicas sobre o tema***. Isto ainda acontece pelo fato de que a sexualidade se faz presente de maneira carente e lacunar nos discursos acadêmicos. Poucas são as unidades de formação acadêmica da área que incluem tal temática no sentido formal, através da grade curricular e suas disciplinas, mas também como linhas e projetos de pesquisa e extensão no cenário da formação profissional graduada e pós-graduada.

De certo, o campo dos estudos de sexualidade tem um legado que vem sendo apropriado de forma tímida pela área de Serviço Social, e, portanto, esta lacuna, nos espaços da formação e do trabalho profissional, é enfrentada pelo diálogo crítico, na perspectiva da totalidade da vida social. Tendo em vista que a ordem e a moral sexual burguesa em tempos neoconservadores impõem normas e disciplinas, expressos nas políticas sexuais à coletividade, pela lógica do capital,

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

que de forma hegemônica impõe o controle no exercício e na expressão das sexualidades, tendo por base a hegemonia patriarcal, o sexismo, a heterossexualidade compulsória, a cisgeneridade e os binarismos de gênero e sexualidade (EURICO et al., 2021, p. 301-2).

É necessário registrar a importância sobre os aparatos jurídico-normativos e legais sobre e para o exercício profissional, alguns eventos e publicações produzidos pelo conjunto do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS) que tomam a questão da sexualidade muito mais que a entidade de pesquisa e formação profissional, que restringe o debate ao seu único evento científico nacional, o ENPESS.

3- O BALANÇO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA PROFISSIONAL

Ao tomarmos o levantamento bibliográfico a partir do banco de dados dos 21 (vinte e um) periódicos da área, para a revisão integrativa da literatura, como descrito na introdução deste trabalho, encontramos 66 artigos que tematizam a sexualidade, e, com base nos critérios de exclusão e inclusão, restaram 42 artigos que tratam especificamente da diversidade sexual. A partir das considerações analíticas tratadas, pode-se aferir que esse objeto na área permanece periférico e secundarizado, frente a outros na agenda acadêmica-profissional. Todavia, observa-se uma certa visibilidade na produção científica, principalmente, pelo debate amadurecido apresentado nos artigos, para a formação e o trabalho profissional.

Cabe ressaltar que antes do período estudado, de 2010 a 2020, encontramos oito artigos em um único periódico, O Social em Questão, publicado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2009, primeira revista a apresentar um dossiê com a temática da diversidade sexual na área e com raros profissionais da área. Este processo inaugural foi observado nos seguintes periódicos: Em Pauta (2011), Serviço Social e Sociedade (2018)⁹¹ e Katálysis (2018)⁹². Em 2022, a Argumentum foca na sexualidade e a Serviço Social e Sociedade na relação sexo/gênero.

Por outro lado, para registro de nossos achados, o ano de 2011 foi observado um elevado número de publicações, sendo nove, fora dos critérios de inclusão e exclusão, e sete, dentro desses critérios, isto se deve aos marcos históricos sinalizados, no ENPESS e no CBAS. Contudo, este fenômeno de aumento do número de artigos, se repetiu em 2018, particularmente, por conta das duas chamadas para publicação em dois periódicos

⁹¹ Não se trata de um dossiê sobre diversidade sexual, dos 8 artigos que compõem a revista, somente um tratou do tema, a totalidade teve como foco a questão de gênero, mais precisamente, mulheres e feminismo.

⁹² O dossiê reproduziu o título do GTP, Serviço Social, gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade. Apesar de não ser específico sobre sexualidade ou diversidade sexual, a revista apresentou significativos artigos sobre o tema

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

citados acima. Dos 21 periódicos, os 42 artigos selecionados foram encontrados em 15, o restante dos outros periódicos nada foi encontrado, em seus bancos de dados, sobre os temas da sexualidade ou da diversidade sexual, são eles: Argumentum; Libertas; Direitos, Trabalho e Política Social; Oikos, Serviço Social e Saúde; Moitará e Serviço Social em Debate.

Tabela 1 – Publicações sobre diversidade sexual nos periódicos da área

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE – 1
KATÁLYSIS – 7
REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS – 1
TEXTOS & CONTEXTOS – 1
EM PAUTA – 7
O SOCIAL EM QUESTÃO – 2
SER SOCIAL – 2
TEMPORALIS – 4
SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA – 1
GÊNERO – 3
EMANCIPAÇÃO – 1
SOCIEDADE EM DEBATE - 1
REVISTA PRAIA VERMELHA – 5
REVISTA SERVIÇO SOCIAL EM PERSPECTIVA – 5
ARGUMENTUM - 1

Fonte: Sistematização dos autores

Nesse balanço da produção científica da área, além de identificamos os quatro elementos caracterizados por Vance (1995), um merece destaque, a lacuna e lentidão com que as pesquisas e produções científicas quanto ao tema da diversidade sexual. Apesar do tímido acervo, este é consistente e qualificado, e apresenta **duas tendências**: a) temáticas mais amplas sobre a diversidade sexual, aqui identificado de LGBTQI+, com vinte artigos; e b) temáticas específicas desse universo, como do universo da homossexualidade, com oito artigos, e da transexualidade, incluindo as poucas de travestilidade, com quatorze artigos.

A partir destas duas tendências, as produções se articulam em dois subconjuntos, a) **aos temas gerais dos direitos humanos e das políticas públicas voltados para LGBTQI+** e b) **aos temas específicos** que são diversificados, destacando-se, saúde, educação, família e violência, os mais expressivos na análise de conteúdo. Com isso e corroborando com Vance (1995, p. 15), o campo dos estudos da “sexualidade é uma área simbólica e política ativamente disputada, em que grupos lutam para implementar plataformas sexuais e alterar modelos e ideologias sexuais”.

4- CONCLUSÃO

Há de se registrar a importância do debate sobre a sexualidade para o Serviço Social historicamente e na atual conjuntura, por certo, é uma questão política. Assim, apesar de nos últimos colóquios do referido GTP no interior do ENPES observar a consolidação e expressivo salto de quantidade e de produções científicas da ênfase nos estudos das relações de gênero, ainda assim, os estudos de sexualidades, vem tendo expressivos trabalhos nos últimos eventos da categoria e nas produções científicas na área, mas não acompanharam a de gênero. O que demonstra ainda uma falta de investimento da categoria e da área profissional na formação acadêmica, em particular, em disciplinas de graduação e pós-graduação, como em pesquisas e produções científicas. Além da ausência de estudos interseccionais dessas três ênfases, articulando gênero, feminismos, sexualidade e raça.

5- REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. S. Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos assistentes sociais. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 20, ano XI, p. 142-169, 2008.
- BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.
- DUARTE, M. J. O.; OLIVEIRA, D. F. S. LGBTQI+, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 48, v. 19, p. 153 – 168, jul./dez., 2021.
- EURICO, M. C. et. al. Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades. **Temporalis**, Brasília, ano 21, n. 42, p. 293-309, jul./dez. 2021.
- PRADO, M. A. M.; CORRÊA, S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**, Florianópolis, v. 18, n. 43, p. 444-448, set./dez., 2018.
- SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einsten**, v. 1, n. 8, p. 102-106, 2010.
- RUBIN, G. El Tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo”. **Revista Nueva Antropología**, México, v. VIII, n. 30, p. 95-145, noviembre, 1986.
- VANCE, C. S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 7-32, 1995.
- WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social:
resistências e articulações internacionais



EIXO TEMÁTICO 4

**Política Social, trabalho e questão social:
retrocessos e resistências na conjuntura atual**

POLÍTICA SOCIAL, AVANÇOS, RETROCESSOS E DESAFIOS: uma análise a partir da teoria valor-trabalho

Darana Carvalho de Azevedo^{93, 94}

RESUMO: A ânsia por uma sociedade mais justa tem contribuído para análises em torno de políticas sociais que tenham como parâmetros a cidadania e/ou a concessão de políticas redistributivas. No entanto, acreditamos que ensaios nesse sentido são mistificadoras da realidade e frustrantes à medida que descartam os aspectos fundantes da teoria social em Marx, obtendo resultados que não são condizentes com as fundamentações da política social e com as condições concretas de luta dos trabalhadores. Desta forma, apresentamos uma reflexão sobre as confluências da teoria do valor-trabalho, reconhecendo a política social como síntese de múltiplas determinações, apontando seus retrocessos e desafios.

PALAVRAS-CHAVES: Política social; Valor-trabalho; Capitalismo financeiro

ABSTRACT: The yearning for a fairer society has contributed to analyzes around social policies that have citizenship and/or the granting of redistributive policies as parameters. However, we believe that essays in this sense are mystifying reality and frustrating as they discard the foundational aspects of social theory in Marx, obtaining results that are not consistent with the foundations of social policy and the concrete conditions of workers' struggle. In this way, we present a reflection on the confluences of the labor-value theory, recognizing social policy as a synthesis

⁹³ Assistente Social, servidora pública da Prefeitura Municipal de Macaé-RJ, Doutoranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Artigo orientado pelo professor Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes.

⁹⁴Artigo vinculado ao eixo temático: Política Social, trabalho e questão social: retrocessos e resistências na conjuntura atual

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

of multiple determinations, pointing out its setbacks and challenges.

KEYWORDS: Social policy; Labor value; financial capitalism

1- INTRODUÇÃO

Incontáveis são os artigos que expressam o grande avanço alcançado no âmbito da Política Social no Brasil com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. No que diz respeito à proteção social, destacam-se, não somente, a garantia do direito do cidadão e o dever do Estado, como ainda, a configuração de uma nova organização agora alicerçada sob os parâmetros da seguridade social, tendo destinação orçamentária própria e princípios universais.

Importante explicitar que tratam de conquistas de movimentos sociais, em uma determinada conjuntura política e econômica, tendo em vista que as Políticas Sociais expressam o conjunto de resposta oriundas das relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre o Estado e a sociedade civil, diante o conflito e luta de classes, e a necessidade de manutenção da ordem pelo Estado, sendo impactadas pelas alterações no padrão de acumulação capitalista, repercutindo assim na capacidade de enfrentamento das questões sociais.

Não é por outro motivo que ao longo da história observamos as transformações, avanços ou retrocessos no âmbito da política social, assuntos estes que, também, não têm passado despercebidos pelas pesquisas acadêmicas. Análises que trazem apontamento sobre a investida neoliberal, as demandas sociais suscitadas pela atual conjuntura, os paradoxos e os desafios enfrentados pela Política Social são recorrentes no meio acadêmico.

Assim sendo, é notório que a ratificação/sustentação da concepção de proteção social orientada pela garantia da cidadania e pelo acesso universal, fruto das conquistas dos movimentos sociais da década 80 do século passado é alvo de preocupação para aquelas pessoas que ainda sonham com uma sociedade mais justa.

Por outro lado, defendemos que, conforme aponta Behring (2009), as discussões em torno da estruturação da política social tendo como parâmetros somente a cidadania e a concessão de políticas redistributivas são mistificadoras da realidade e frustrantes à medida que descartam os aspectos fundantes da teoria social em Marx, quais sejam:

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

teoria do valor-trabalho, o materialismo histórico e dialético e a perspectiva da revolução, esperando dessa forma resultados que não são condizentes com as fundamentações da política social e com as condições concretas de luta dos trabalhadores.

Partindo desse pressuposto, justificamos ser primordial trazer luz a um dos elementos estruturantes do capitalismo, que por sua vez é pouquíssimo abordado na literatura no tocante as políticas sociais. Estamos falando da teoria valor-trabalho acima citado.

Por esse motivo, objetivamos apresentar uma reflexão sobre política social brasileira na era do capitalismo financeiro, partindo da análise das confluências da teoria do valor-trabalho no modelo de produção capitalista em vigência. Reconhecendo, portanto, a política social como síntese de múltiplas determinações e conectando-a com a realidade concreta objetiva, contribuindo, assim, para a superação de análises ingênuas em relação à sua capacidade de resposta e até mesmo a sua estruturação.

Dessa forma, iniciamos esse artigo analisando as condições concretas da política social no capitalismo financeiro partindo das confluências do processo de valorização do capital e a repercussão nas relações sociais de produção e reprodução capitalista, fazendo, portanto, antes disso, uma explanação sobre a teoria valor-trabalho e o modelo de produção toyotista.

2- A TEORIA DO VALOR-TRABALHO E CONDIÇÕES CONCRETAS DA POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO FINANCEIRO

De acordo com Marx, toda mercadoria possui valor de uso e de troca. O valor de uso é a utilidade de uma coisa, e se realiza com sua utilização ou consumo. Na sociedade capitalista os “valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca” (MARX: 2013, I. 830). O valor de troca, por sua vez, é definido pela quantidade de um produto que é possível conseguir em troca de uma certa quantidade de outro produto. **Desta forma, o valor de troca depende da quantidade de trabalho que é medida pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações do tempo.**

Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores de troca, só podem diferir na quantidade, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso. (MARX: 2013, I. 842).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Assim, na relação de permuta das mercadorias, o valor de troca se revela independente do seu valor de uso, instaurando a autovalorização.

Isto é, mediante a divisão social do trabalho e a propriedade privada, o trabalho na sociedade capitalista aparece como trabalho assalariado, trabalho que pertence ao outro, cujo produto é para satisfazer a necessidade do outro e não a sua, ocorre, dessa forma, a subsunção do processo de trabalho ao capital, subjugando-o ao processo de valorização.

Através do trabalho, o homem eleva-se sobre a natureza exterior e sobre sua própria natureza, e é nessa superação que consiste sua autoprodução. Sendo assim, para Marx, o homem é sujeito de sua própria história, ser genérico, que assim se confirma ao transformar a natureza.

Conforme Marx, o trabalho como objetivação da vida genérica do homem, em sua forma universal, positiva, de forma sinóptica, confere a ele a capacidade de: 1) relacionar-se com o gênero (com a sua própria essência); 2) relacionar-se consigo mesmo enquanto ser genérico; 3) reconhecer-se em seu próprio objeto, como obra sua, como sua efetividade; e 4) contemplar-se a si mesmo num mundo criado por ele.

No entanto, na particularidade da sociedade capitalista, o homem objetiva-se (se autoproduz) caindo em dependência com os outros, matriz da alienação. A atividade produtiva do homem só se manifesta enquanto trabalho assalariado, assim o objeto que o trabalho produz e o seu produto tornam-se estranhos a ele. Como pode-se perceber, os processos de alienação são o pano de fundo nesse movimento de reprodução, trazendo consequências para a *vida genérica*.

Mészáros (2006) explica: 1) o homem está alienado da natureza, entendendo que o homem é um “ser natural”, a natureza é seu corpo inorgânico, da qual ele depende para sobreviver. No caso da sociedade capitalista, o produto de seu trabalho, em vez de saciar as suas carências, pertence a outro, é um objeto estranho a ele, conseqüentemente alienado da natureza; 2) alienado de si mesmo (de sua própria atividade produtiva), o trabalho não é mais a efetivação de sua vida, mas apenas um meio para sobreviver, seu trabalho satisfaz a necessidade do outro, parece, ele mesmo, pertencer a outro durante o seu trabalho, como se ele, durante o trabalho, não pertencesse a si mesmo, desencadeando uma desumanização e uma degeneração humano-social da ação e da convivência humana; 3) alienado de seu “ser genérico” (de seu ser como membro da espécie humana), sua atividade, por pertencer a outro, deixa de ser uma manifestação da essência humana, vira um mero meio de vida, e suas funções se reduzem às funções

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

animais (comer, beber e procriar); 4) homem alienado do homem, se torna estranho aos outros homens, autoestranhamento humano, conseqüentemente, às suas possibilidades históricas:

[...] Através do trabalho estranhado o homem engendra, portanto, não apenas sua relação com o objeto e o ato de produção enquanto homens que lhe são estranhos e inimigos; ele engendra também a relação na qual outros homens estão para a sua produção e o seu produto, e a relação na qual ele está para com estes outros homens” (MARX, 2004, pág. 87)

Em obras posteriores, Marx vai desenvolver suas elaborações sobre o fetichismo, repondo a problemática da alienação de forma mais concreta, centrada no desenvolvimento histórico-econômico específico da sociedade capitalista.

A partir de então, o autor aponta que a forma de alienação específica da sociedade capitalista é a reificação, que surge quando o fetichismo se universaliza e as relações sociais não só aparecem como características do fetichismo, mas são também mediadas por coisas (pelo produto do seu trabalho, pelas mercadorias), ou seja, são reificadas.

A natureza reificada da sociedade capitalista origina-se quando ocorre a subsunção do processo de trabalho ao capital, subjugando-o ao processo de valorização. A subsunção corresponde a um movimento dialético no qual a força de trabalho é incluída e transformada em capital. Mostra-se como um elemento vivo, em permanente mediação de forças, gerando conflitos e oposições ao outro polo, que é a relação e o processo social capitalista. Em seu estágio final, observa-se que não se trata de uma relação de dominação pela força ou por coerção política, mas de uma relação de subordinação e dependência que se dá por meio das coisas.

Acompanhando o processo de desenvolvimento do capitalismo, Marx distingue dois tipos de subsunção, quais sejam, a formal e a real. Aponta que nas sociedades capitalistas em que a forma de aumentar a mais valia ocorre por meio da mais valia absoluta, prevalece a subsunção formal:

“[...]só se pode produzir mais-valia recorrendo ao prolongamento do tempo de trabalho, quer dizer, sob a forma de mais-valia absoluta. A esta modalidade, como forma única de produzir mais-valia, corresponde, pois, a subsunção formal do trabalho ao capital”. (MARX, 1985, p. 90).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Nessa forma de produção, o operário ainda tem consciência do processo de trabalho, o qual permanece sob seu domínio. O único comando que o capital tem sobre o operário é o da coerção, mas como diz Marx (1980) não deixa de já ser uma perversão, as coisas são personificadas e as pessoas coisificadas.

Já a subsunção real corresponde a um sistema capitalista em que há o aumento na escala de produção, mais especificamente estamos falando do modelo de produção toyotista. Diferente do momento anterior, há uma divisão de tarefas, o trabalho é executado por trabalhadores diferentes (trabalhador especializado). Assim, há uma transformação na forma como o processo de trabalho se organiza, revolucionando o elemento subjetivo desse processo:

[...]do processo produtivo o trabalhador nada conhece, e, muitas vezes, nem participa do processo de transformação do objeto em produto, sendo mero acessório (TRISTÃO, 2010 p. 19).

O trabalho vivo encontra-se subordinado ao trabalho materializado, que age de modo autônomo. Nessa altura o operário é supérfluo [...] (MARX, 1978, p. 211 apud TRISTÃO, 2010 p. 17)

Assim, na modelo de produção toyotista sob a égide do capitalismo financeiro, a mais-valia não depende apenas do prolongamento da jornada de trabalho, mas agora é resultado de uma diminuição do tempo de trabalho que reproduz o valor da força de trabalho (extração da mais-valia relativa). Torna o operário instrumento não só no processo de valorização, como também no próprio processo de trabalho.

A inversão entre sujeito e objeto ganha dimensão palpável: não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, ao contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador, ampliando com isso a exploração em todos os sentidos, repercutindo, não somente nos salários, mas na vida dos indivíduos, também.

Dessa forma, com o desenvolvimento do capitalismo, representado hoje pelo capitalismo financeiro, estabelece-se um modo de vida que é sem sentido, à medida que se trabalha para a geração de lucro e não para as suas necessidades. Para tanto, imputa aos seres humanos uma forma de pensar e agir favorável à sustentação dessa ideologia. Da mesma forma, determina um sistema de relações entre sociedade/ Estado/ Capital que reforça o controle social no cotidiano da vida dos indivíduos.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

E quais são as consequências dessa relação nas políticas sociais? A sociedade capitalista é caracterizada pela divisão social do trabalho e a propriedade privada, a partir da contradição existente entre a produção social de riqueza e a apropriação privada da mesma, daí eclodem as desigualdades sociais e, conseqüentemente, as expressões da questão social. Para manutenção dessa sociedade burguesa e do seu modo de produção capitalista emerge o papel do Estado.

Desta forma, a valoração do capital, em cada fase do capital, juntamente com outros determinantes, irá influir diretamente nas relações sociais de produção e reprodução social da humanidade, estruturando, assim, o planejamento do Estado e as medidas de proteção social por ele adotada.

Concernente a esta questão, na atual conjuntura, pode-se observar a “minimização” do Estado no que diz respeito às políticas sociais, ao passo que, contraditoriamente a política social está sendo cada vez mais necessária nesse atual cenário de ampliação das desigualdades sociais e de extensa exploração, portanto vemos a ampliação de políticas redistributivas de cunho focal com critérios cada vez mais restritivos, em detrimento da oferta de serviços sociais universais. A conformação da atual tendência é uma aceitação a tal ideologia, no entanto, isso não quer dizer que sua negação é a conquista de maiores direitos.

Vejamos, não há como situar as estratégicas direcionadas à política social apartando-a de todo o universo do planejamento estratégico, mais especificamente, em relação ao Estado é necessário inferir sobre o papel do fundo público, levando em consideração ao que ele é destinado, as isenções que são atribuídas, as medidas tributárias que são adotadas e as políticas macroeconômicas que são seguidas.

Dessa forma, veremos que a “minimização” do Estado no que diz respeito às políticas sociais não implica dizer necessariamente, à desmontagem do fundo público como suporte à acumulação do capital, como relata Oliveira (1998), “*essa relação estrutural não pode ser desfeita, à condição de completa anulação da possibilidade de reprodução ampliada do capital*” (p. 27). Em vista disso, em análises realizadas por Salvador (2012; 2020); Behring (2021) conclui-se que as estratégias adotadas pelo Estado vêm reforçar a acumulação capitalista não só na ausência de políticas universais, mas também, ao dotar regras de financiamento e isenções que favorecem a classe dominante em detrimento da classe trabalhadora, recaindo sob esta última o ônus dessas políticas.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Dito isso, observamos que a arena de disputa, nesse campo, não se resume a questão de políticas sociais redistributivas ou não, até mesmo porque essas em momento nenhum alteraram as bases da produção, e sim incidiram nas questões de distribuição, a qual bem sabemos não são a origem da desigualdade social. As “perspectivas redistributivas levaram, no máximo, a um conflito na ordem – ainda que taticamente importante -, em especial nos países de capitalismo periférico” (BEHRING, 2009, p. 24).

Para tanto, é necessária uma análise ampliada em torno da estruturação da política social que vai para além dos parâmetros de cidadania ou concessão de políticas redistributivas é preciso conectá-las à aspectos fundantes da teoria social em Marx, como aqui fizemos em relação aos determinantes desse processo de valorização do capital, a fim de desmistificar as possibilidades e limites.

Através dessa análise, observamos, também, a forte tendência a segmentação das demandas e a despolitização das mesmas, o que imprime a necessidade de uma direção mais segura e politizada dos movimentos operários. Avançar nessa luta requer reconhecer as múltiplas determinações que integram o processo de definição das políticas sociais, o que vem na contramão das condições da força de trabalho presentes no toyotismo, com a alteração do processo de valorização do capital, o que impõe tendências neocorporativas e individualista, impondo dificuldade a construção de alianças, sendo um obstáculo a constituição de uma consciência de classe para si.

Enfim, o sistema de valoração do capital acima do sujeito e a subsunção da classe operária trazem transformações nas próprias dimensões das políticas sociais. O desconhecimento dessa realidade é uma inserção inocente e despreparada, no campo de batalha.

3- CONCLUSÃO

As Políticas Sociais são uma síntese de múltiplas determinações, então para além dos elementos estruturantes do capital a luta de classes, delimitada pela força de dominação da burguesia, pelas contradições e exigências das diferentes frações da burguesia e pela força dos movimentos das classes subordinadas, irão, também, conferir concessões e/ou construir alternativas concretas ao poder existente, estabelecendo assim, nova tessitura à conflituosa engrenagem do capital.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Dessa forma o modo de produção capitalista, ordenado pela lógica de valoração que lhe é própria, assim como, a luta inter e intraclases irão estruturar as medidas adotadas pelo Estado, tanto em relação ao mercado quanto ao modo de produção e reprodução da sociedade capitalista, imputando às políticas sociais uma verdadeira força política e econômica a serviço do capital, porém, também uma oportunidade de emancipação política dessa sociedade.

Desta forma, as políticas sociais na atualidade servem de material tanto para o planejamento econômico quanto político, quanto como campo de luta e de resistência, porém não pode ser apartada da realidade objetiva em que está, sobo risco das ambiciosas pretensões se naufragarem em meio ao oceano de determinações em que se encontram.

4- REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. **Política Social no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Cortez, 2009.

BEHRING, Elaine. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013 – E-book

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004

_____. **Teorias da mais-valia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980

_____. **Capítulo VI inédito de O capital**. São Paulo: Moraes, 1985

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do Antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo Público e Financiamento das Políticas Sociais no Brasil. Serviço Social em Revista (Online)**, v. 14, p. 4-22, 2012.

_____. **Fundo público e conflito distributivo em tempos de ajuste fiscal no Brasil**. In: POCHMANN, M. CASTRO, J. Brasil (Orgs.). **Brasil: Estado social contra a barbárie**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020, p. 367-388.

TRISTÃO, E. **Alienação, reificação e formas de subsunção do trabalho ao capital**. In: **Anais Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Sociabilidade**. Marília, SP: UNESP, 2010

NEOLIBERALISMO, FUNDO PÚBLICO E A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Sarah Danielle Campos da Silva⁹⁵

RESUMO: O presente estudo visa compreender a relação entre o neoliberalismo a expropriação do fundo público brasileiro e a instituição da seguridade social. Para tanto, desenvolveu-se através da pesquisa qualitativa, por meio de investigações bibliográficas a fim de entender o objeto pesquisado e penetrar nas suas particularidade e interconexões, utilizando-se do método dialético. Entende-se que o neoliberalismo, portanto, reitera-se como uma ofensiva contra os recursos do fundo público, que inibe a sua capacidade de atender as necessidades sociais das classes subalternas através da garantia de direito sociais, como o acesso universalizado à seguridade social.

PALAVRAS-CHAVE: Fundo público. Neoliberalismo. Seguridade Social.

ABSTRACT: The present study aim stounderst and the relationship between neoliberalism, the expropriation of the Brazilian public fundand the institution of social security. Therefore, it was carried out through qualitative research, bibliographic investigations in order tounderst and the researched object and penetrate its particularities and interconnections, using the dialectical method. It is understood that neoliberalism reiterates It self as an offensive against the resources of the public fund, which inhibits its ability to meet the social need sof the subaltern classes through the guarantee of social rights, such as universal access to social security.

KEYWORDS: Public fund. Neoliberalism. Social security.

⁹⁵Acadêmica do 6º período em Serviço Social na Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES, voluntária de Iniciação Científica intitulada “Crise do capital e a espoliação do fundo público”, orientada pelo professor Doutor Wesley Helker Felício. Trabalho filiado ao eixo temático **Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais**.

1- Introdução

O fundo público assume um papel essencial para a reprodução do capital e da força de trabalho na fase madura do capitalismo. Este se estabeleceu no século XX nos países centrais do capitalismo com a implementação, por parte do Estado, de políticas de cunho fordista/keynesiano e se consolidou com a fundação do *Welfare State* como modelo de proteção social. Após a instituição do *Welfare State* houve inúmeros progressos no campo das políticas sociais que, posteriormente foram reprogramadas a partir do sucesso do neoliberalismo. Nesse sentido, esse trabalho busca fazer uma revisão histórica acerca do nascimento e consolidação do neoliberalismo como modelo econômico e político, além de compreender de que forma o modelo neoliberal impacta no fim do *Welfare State*, mudando o modo de organização e distribuição do fundo público e também os seus impactos na seguridade social.

O presente trabalho se deu através da pesquisa qualitativa, por meio de investigações bibliográficas a fim de entender o objeto pesquisado e penetrar nas suas particularidade e interconexões. Usou-se o método crítico dialético para fazer uma análise do tema pesquisado, entendendo a sua relevância científica e histórica para analisar o fenômeno tendo em vista sua totalidade.

2- Desenvolvimento

O neoliberalismo se origina após a II Guerra Mundial, nos países de capitalismo avançado, principalmente na Europa e América do Norte. Essa corrente surge em contraposição ao Estado de Bem-Estar, as ideias social-democratas, também contra o intervencionismo, se opondo veementemente contra a regulação do mercado por parte do Estado.

O nascimento do neoliberalismo, enquanto contraponto teórico e também político ao Estado de Bem-Estar, é datado a partir da publicação do livro *O caminho da Servidão* de Friederich Hayek, em 1944. Hayek fundou a Sociedade de Mont Pèlerin “uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos” (ANDERSON, 2003, p.1). Esta sociedade contava com participantes como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga e outros mais. O propósito da sociedade consistia em combater o keynesianismo e o solidarismo presente na sociedade, almejando um outro capitalismo, menos rígido e livre de regras, regido

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

naturalmente pelas leis do mercado, pela livre concorrência e pautado no individualismo. Ademais, defendiam ferrenhamente a desigualdade, chamado de valor positivo, necessário para a sobrevivência do capital.

Nesta mesma época há a consolidação do Estado de Bem-Estar (welfare-state) nos países da Europa Ocidental. O sucesso do Estado de Bem-Estar colocou-se como um empecilho para o espraiamento e, posteriormente, adesão das ideias neoliberais. No campo econômico há, entre os anos de 1950 a 1960, o mais rápido crescimento da história, se tornado conhecido como os anos de ouro do capitalismo avançado.

Entretanto, o Estado de Bem-Estar decompôs-se a partir dos anos 1970. O modelo econômico do pós-guerra, acabou em ruínas após a crise de 1973 que encaminhou todo o capitalismo avançado para uma profunda recessão, que combinou baixas taxas de crescimento econômico com altas taxas inflacionárias, metamorfoseando a estrutura do capital (ANDERSON, 2003). O neoliberalismo encontrou terreno fértil e espraiou-se no contexto de crise do modelo econômico do pós-guerra.

Sem demora, a sociedade de Hayek apontou os motivos para a crise do modelo keynesiano. Segundo Hayek foram eles: o poder excessivo dos sindicatos; o movimento de operários, que atrapalhou a acumulação capitalista com suas reivindicações sobre o salário que fez com que o Estado se endividasse com gastos sociais.

Anderson (2003) narra o processo de elevação do neoliberalismo, que, a partir de então, defendeu ferrenhamente o modelo societário e econômico que viria a assumir o lugar do Estado de Bem-Estar. Segundo o autor, os preceitos propagados por Hayek e a Sociedade Mont Pelerin, foram: Estado forte no sentido de repressão sindical e controle dos recursos, no entanto, diminuto nos gastos sociais e nas intervenções no mercado. A estabilidade orçamentária deveria ser o objetivo de todos os governos. Sendo necessário disciplina orçamentária, diminuição de gasto com bem-estar e a criação de um exército industrial de reserva, feito a partir da manutenção de uma taxa de desemprego “natural” que ajudaria na regulação dos salários e na diminuição do poder sindical, a partir do medo de ser trocado por outro trabalhador que se sujeitaria aquelas condições de trabalho. Para os neoliberais, a partir da implementação destas condições haveria novamente crescimento e estabilidade, que o modelo keynesiano havia desviado da ordem natural do mercado.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

A implementação do neoliberalismo ao redor do mundo é considerada de sucesso, um projeto que hoje é hegemônico, mas essa hegemonia não se construiu de um dia para o outro. Com o sucesso do neoliberalismo em suceder o Estado de Bem-Estar de modelo Keynesiano, principalmente na Europa Ocidental, e, posteriormente em outras partes do mundo, começou então o declínio dos direitos sociais e das políticas sociais implementadas anteriormente.

Laurell (1995) analisa como as políticas sociais são instituídas. Conforme a autora o desenvolvimento do capitalismo agudiza a “questão social” e acarreta o surgimento de novas expressões. Alguns exemplos dessas expressões são a proletarização, que faz do salário necessidade central para a sobrevivência humana e o definhamento das formas tradicionais de proteção social que ocasiona a insegurança social e pobreza. Entretanto, Laurell (1995) sinaliza uma interessante contradição que acontece, na medida em que o capitalismo avança há o encorajamento, e a necessidade, de luta social para a garantia da satisfação de suas necessidades sociais (saúde, educação, aposentadoria), que transforma a “questão social” em fato político.

O resultado direto das lutas protagonizadas pelos sujeitos sociais está nas políticas sociais, que são “um conjunto de medidas e instituições que tem por objetivo o bem-estar e os serviços sociais” (LAURELL, 1995, p. 153). O Estado tem papel fundamental na criação e consolidação dessas políticas. Para caráter de análise, considera-se aqui as políticas sociais e o modelo de proteção social que se consolidam no Estado de Bem-Estar que surgiu no pós-guerra.

Esping-Andersen (1991) salienta a existência de três tipos distintos de Estado de Bem-Estar Social, são eles: O social democrata que tem como aspecto principal a universalização e a redução do papel do mercado nos direitos sociais e bem-estar; o conservador-corporativo baseado nos direitos sociais, entretanto de caráter redistributivo mínimo; e, por fim, o liberal em que os direitos sociais são dominados pelo mercado e pela lógica do merecimento, sendo quase totalmente garantido a partir de contribuição por salário.

Para entender o desmonte das políticas sociais e a expropriação do fundo público no contexto da hegemonia neoliberal, o termo “desmercadorização” empregado por Esping-Andersen (1991) pode contribuir para essa análise, apesar dos limites na crítica ao capitalismo. Para o autor, a desmercadorização ocorre quando a prestação de serviços específicos é entendida como direito (saúde, educação, aposentadoria), ou seja,

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

significa atenuar as determinações do mercado, na medida em que o Estado toma para si a responsabilidade de garanti-los enquanto direito para todas as pessoas, e não apenas a quem merece ou realizou uma contribuição prévia.

A desmercadorização dos direitos é vista como ameaça ao neoliberalismo, visto que significa a diminuição da dependência dos trabalhadores em relação ao mercado, quanto melhores são os benefícios e as políticas sociais “ofertadas” pelo Estado, mais os trabalhadores terão a liberdade de escolher por empregos menos degradantes. Nesse sentido, de acordo com Esping-Andersen (1991, p.102) “a desmercadorização fortalece o trabalhador e enfraquece a autoridade absoluta do empregador”. Nesse sentido que os neoliberais se opõem às políticas sociais de caráter universal.

Em resumo, nos termos de Laurell (1995), para os neoliberais o intervencionismo estatal é de caráter antieconômico e antiprodutivo, visto que provoca não somente a crise fiscal do Estado – dado os gastos com bem-estar através das políticas sociais – e revolta dos que contribuem através de imposto, como também desestimula o capital a investir e os trabalhadores de trabalhar. O modelo também é ineficaz e ineficiente, porque monopoliza nas mãos do Estado a tutela de interesse de grupos específicos (trabalhadores e a população pauperizada), além de não ser capaz de acabar com a pobreza, fazendo com que os pobres fiquem carentes e dependentes do paternalismo estatal.

O fundo público consolidou-se como peça central para a reprodução do capital e da força de trabalho, por isso fez-se imprescindível para a garantia dos direitos sociais por meio do financiamento das políticas sociais e da seguridade social. Ele se estabeleceu nos países centrais do capitalismo no século XX, no contexto de pós Segunda Guerra Mundial, através de reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho.

Dessa forma, a seguridade social estrutura-se com o objetivo de organizar socialmente o trabalho e acontece de forma diferente em cada país, esbarrando nas especificidades estruturais, culturais e objetivas de cada lugar, como o grau de desenvolvimento do capitalismo e a articulação da classe trabalhadora (BOSCHETTI, 2009). O trabalho sempre se colocou como requisito central para o acesso à proteção social, principalmente para políticas no âmbito da previdência, que só tinha acesso quem contribuía previamente.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Em conformidade com Fleury (2004), as primeiras medidas de proteção social ocorreram em contexto de negação da necessidade de intervenção estatal na “questão social”, com o argumento de que o mercado seria eficaz na erradicação dos problemas que emergiam decorrentes do modo de produção capitalista. Entretanto, a teoria liberal mostrou-se ineficiente no controle dos problemas que surgiam, evidenciando a necessidade do Estado institucionalizar um modelo de proteção social que assegurasse direitos mínimos aos trabalhadores.

No Brasil, apesar do crescimento econômico no século XX, seu caráter periférico e dependente não permitiu que o país alcançasse um patamar de proteção social como a dos países desenvolvidos, fazendo com que, até meados da década de 80, imperasse, simultaneamente, dois diferentes modelos de proteção social: assistencialista e o seguro social.

As primeiras medidas que surgiram a partir do momento em que o Estado intervém na organização e reprodução do trabalho, principalmente no âmbito da previdência e da saúde, culmina na combinação do modelo de seguro social com o modelo assistencialista. O modelo de proteção social assistencialista se caracteriza por ações emergências que aliam o poder público e o poder privado, juntando a intervenção do Estado com a filantropia dos setores privados, agindo de forma pontual e específica, de forma que não sana a questão apresentada, sendo orientado a camada mais carente da população que não tem acesso ao seguro social, por não possuírem vínculo de trabalho formal. Fleury (1997) denomina a relação que impera no modelo assistencialista de “cidadania invertida” no qual, conforme a autora, o indivíduo que requer assistência tem que provar que fracassou no mercado de trabalho para ter acesso a proteção social.

O modelo de seguro social direciona os benefícios, principalmente previdenciários, ao trabalhador com vínculos formais de trabalho, mediante carteira assinada. Sendo assim, o acesso ao seguro social, fica condicionado a contribuição anterior, se caracterizando com uma relação contratual. Os benefícios eram proporcionais as contribuições prévias, não levando em conta a necessidade de quem o requeria. Fleury (1997) se apropria do termo cunhado por Wanderley G. Santos (1997) e denomina a relação que acontece no seguro social como “cidadania regulada”, que, para ambos os autores, se caracteriza pela regulação do acesso à proteção vinculada à relação contratual trabalhista.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

O aumento, ou diminuição, da proteção social entre os anos 1930 e 1960, se dá, exclusivamente, por jogo de poder e para legitimação dos governantes. Cabe aqui ressaltar as principais características das políticas no âmbito da proteção social nestas décadas, Fleury (1997) elenca a centralização, o caráter autoritário, a baixa eficácia e eficiência, a baixa cobertura, o caráter paternalista e clientelista como as características centrais das políticas sociais empregadas até então.

Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que, no Brasil, houve a universalização da proteção a partir da estruturação das políticas de saúde, previdência e assistência social que formam o tripé da Seguridade Social, que vigora nos dias de hoje. Boschetti (2009) aponta que, apesar de ter um caráter inovador e ter a intenção de ser um amplo sistema de proteção social, a seguridade social brasileira trouxe as marcas dos modelos assistencial e do seguro social, juntando direitos derivados e dependentes do trabalho. Em outras palavras, o acesso a previdência é para quem trabalha e contribui, o acesso a assistência social fica a cargo da comprovação da necessidade. Já o direito à saúde se consolidou de forma mais universal que o resto da seguridade social, ainda que tendo os seus desafios.

Entender que a seguridade social brasileira não rompeu totalmente com os modelos conservadores anteriores, não é negar que representou um grande avanço para na concepção de direitos sociais. A constituição de 1988 representou um grande progresso ao definir a seguridade social como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Título VIII, Capítulo II, Seção I, art. 194). A constituição estabeleceu também os princípios da seguridade social, destaca-se aqui os mais pertinentes ao estudo: A uniformidade da cobertura e no atendimento; a uniformidade dos benefícios (previdência); seletividade e distributividade da proteção social (assistência social); irredutibilidade dos valores pagos; por fim, a equidade no custeio.

No capitalismo contemporâneo, o fundo público é um espaço de lutas crescentes disputando os seus recursos. O capital demanda a maior parte dos recursos do fundo para utilização em amortização de juros da dívida e em isenções fiscais para grandes empresas, retirando a capacidade do fundo público de garantir direitos sociais, por causa do desfinanciamento e desvio dos recursos destinados as políticas sociais. Conforme Evilásio Salvador (2009), o orçamento público é quem garante a materialidade da

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

políticas sociais, pauta a direção das ações do Estado e dita quais políticas sociais serão priorizadas. Para tanto, é fundamental que o fundo público tenha recursos suficientes para garantir o financiamento da seguridade social e de outras políticas sociais que são necessárias para a população.

3- Considerações finais

As (contra) reformas neoliberais impactam na vida dos trabalhadores de forma geral. O neoliberalismo vem se consolidando cada vez mais, começou primeiro com a destruição dos modelos de Estado de Bem-Estar e foi se aprofundando na derrocada da proteção social e também na defesa de privatizações e sucateamento de serviços públicos. Neste contexto, as políticas sociais são cada vez mais atacadas e solapadas, pauperizando ainda mais a vida da classe subalterna.

Compreende-se que o fundo público é a peça central para a reprodução do capital e da força de trabalho no capitalismo maduro, e por isso é essencial no financiamento e atendimento às políticas sociais e demandas das classes subalternas. A seguridade social apresenta-se como importante avanço no âmbito da proteção social brasileira que, apesar de não romper plenamente com os modelos de proteção anteriores, a constituição de 1988 aponta princípios para a seguridade social que norteiam a busca pela universalização da proteção social.

O neoliberalismo, portanto, revela-se como uma ofensiva do capital contra os recursos do fundo público, inibindo sua capacidade civilizatória de atender as necessidade sociais das classes subalternas através dos direitos sociais e garantindo a seguridade social.

4- Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

BEHRING, Elaine. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivanete, [et al.]; **Capitalismo em crise: política social e direitos.** São Paulo; Cortez, 2010.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

BOSCHETTI, Ivanete. A Política de Seguridade Social no Brasil. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009, v. 1, p. 323-340.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do WelfareState. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, p. 85-116, 1991.

FLEURY, Sônia. Política Assistencial – Política Marginal: O Direito dos Desassistidos Sociais. São Paulo: [s. n.], 1989.

FLEURY, Sônia. Seguridade Social Inconclusa. In: Denise Rocha; Maristela Bernardo. (Org.). **A era FHC e o Governo Lula: transição**. Brasília: INESC, 2004. p. 105-119.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando m direção ao passado: A política social do neoliberalismo. In: **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3ª ed. São Paulo. Cortez,1995. p. 151 a 177.

SALVADOR. Evilásio. Fundo público, crise e financerização da previdência social. In.: SALVADOR, Evilásio [et al]. **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. (orgs.). – São Paulo: Cortez, 2019.

A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL E A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Laís Duarte Corrêa⁹⁶

Shirlene Anabor⁹⁷

RESUMO: Este artigo busca refletir, de forma aproximativa, a relação entre a superexploração da força de trabalho e o desmonte da proteção social no capitalismo dependente, particularmente no Brasil. Trata-se de uma revisão bibliográfica, de natureza qualitativa e orientada pelo método materialista histórico-dialético. São apresentados dados sobre o aumento da falta de moradia, da fome, da informalidade e do desemprego. Contraditoriamente, acompanham-se retrocessos que deslegitimam as conquistas sociais e promovem a perda de direitos, que são autorizados pelo Estado para a manutenção da superexploração da força de trabalho, resultando em precárias condições de vida e de trabalho para a população brasileira.

Palavras-chave: Desproteção Social; Contrarreforma trabalhista; Capitalismo dependente.

ABSTRACT: This article proposes a reflection, in an approximate way, of a relationship between the over exploitation of the work force and the dismantling of social protection in dependent capitalism, particularly in Brazil. This article is a bibliographic review, of a qualitative nature and guided by the historical-dialectical materialist method. Data are presented on the increase in homelessness, hunger, informality and unemployment. Contradictorily, there are setbacks that delegitimize social achievement and promote the loss of rights, that are authorized by the State to maintain the super-exploitation of the workforce, resulting in precarious living and working conditions for the Brazilian population.

Keywords: Social Unprotection; Labor Counter-Reform; Dependencapitalism.

⁹⁶Assistente Social. Integrante pesquisadora GEPETFESS/UFRGS; NEPES/PUCRS; Coletivo Veias Abertas/UFSC; NEPES/PUCRS. E-mail: ldcorrea@ucs.br. Mestra em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutoranda em Serviço Social (PUC/CNPq). E-mail: ldcorrea@ucs.br.

⁹⁷Assistente Social. Integrante pesquisadora do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética Profissional em Serviço Social - GEPETFESS (UFRGS). Mestra em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: shiranabor@gmail.com.

1- INTRODUÇÃO

As recentes transformações nas relações de trabalho comprovam diretrizes governamentais para o desmantelamento da proteção social no Brasil. Cada vez mais, a população brasileira está desprotegida dos seus direitos sociais e trabalhistas, o que autoriza aos contratantes renovar e sustentar processos de trabalho intensificados na exaustão, expropriação e extração de sobre trabalho, com direitos reduzidos e quando não extintos, inexistentes.

O processo de desmonte dos direitos trabalhistas brasileiros teve seu início oficializado com a aprovação do Projeto de Lei 4302/98, conhecido por lei da terceirização, em 22 de março de 2017. Com isto, o Plenário da Câmara dos Deputados autorizou três grandes regressos para os trabalhadores na relação hegemônica empregador e empregado, tais como: o aumento do período de trabalho temporário de três para seis meses, o uso da terceirização em as todas áreas (atividade fim e meio) e a subcontratação de outras empresas pela empresa terceirizada — artifício nomeado de *quarteirização*, conforme uma nota da Câmara dos Deputados.

Os interesses neoliberais avançam com medidas retalhadoras para a classe trabalhadora numa rapidez jamais vista, anunciando inevitáveis impactos sobre as relações de trabalho. Em 11 de julho de 2017, poucos meses depois de legalizada a terceirização, foi aprovada também a reforma trabalhista. Expressa pelo Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017, esta emenda traz uma série de retrocessos no que se refere à proteção social dos trabalhadores e das trabalhadoras. Dentre as principais mudanças autorizadas, conforme matéria do Senado Federal, algumas chamam mais a atenção pela gravidade, entre elas destacam-se: o fracionamento das férias em até três vezes, o aumento da jornada de trabalho para 12h horas diárias, a redução negociável do intervalo para 30 minutos, a dispensa de pagamento do piso ou do salário mínimo para trabalhos por produção e as modalidades de trabalho intermitente e de teletrabalho.

Alguns aspectos da reforma trabalhista merecem evidência, pois fragmentam a ação sindical e, conseqüentemente, fragilizam os direitos trabalhistas, inclusive perante a única esfera que ainda os assegurava, que é a Justiça do Trabalho. Neste sentido, menciona-se a contribuição sindical facultativa, a terceirização e a possibilidade de realizar rescisão contratual dentro da empresa. Além disso, se o trabalhador entrar com ação trabalhista e perder a causa, ele pode ser condenado a indenizar as custas do processo entre 5% a 15% da sentença. Para as mulheres trabalhadoras, a situação é

ainda mais grave, pois foi autorizado que gestantes trabalhem em postos laborais insalubres. Logo, pela condição biológica e de gênero, com esta reforma trabalhista, é provável que as mulheres estejam mais submetidas que os homens a sofrer com as diversas formas de violência, decorrentes da intensificação da precarização do trabalho.

Diante do exposto, este artigo busca refletir, de forma aproximativa, a relação entre a superexploração da força de trabalho e o desmonte da proteção social no capitalismo dependente, particularmente no Brasil. Para tanto, consideram-se as crises política e econômica brasileiras, que têm seu agravamento a partir de 2016, gerando diversas perdas no que se refere a garantia de direitos para a classe trabalhadora.

Compreende-se a proteção social como as diferentes formas assumidas, sejam por patrocínio público ou privado, para aliviar e prevenir a privação material de grandes parcelas da sociedade, que diz respeito a um conjunto de direitos civilizatórios materializados de uma sociedade. Nos marcos do capitalismo, teve sua institucionalidade e conteúdo modificados no que se refere, entre outros motivos, “à insuficiência dos mecanismos de proteção indiferenciada diante da insegurança social produzida pelas novas formas de exploração do trabalho industrial” bem como das pressões advindas do movimento operário ao Estado, demandando melhores condições de vida e de trabalho na perspectiva dos direitos (PEREIRA, 2016).

É importante mencionar que as políticas públicas sociais se constituem como uma modalidade de intervenção do Estado e como um produto da sociedade burguesa, necessária para a reprodução do sistema capitalista: ao mesmo tempo que amortiza o conflito que decorre da luta operária, se refuncionaliza “[...] para atender as demandas decorrentes da reprodução social tipicamente capitalista, como mecanismo de aproveitamento lucrativo do excedente econômico” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 157).

No presente texto, serão apresentadas reflexões fundamentadas por revisão bibliográfica, de natureza qualitativa e orientada pelo método materialista histórico-dialético. O debate teórico será exposto a partir de duas seções: na primeira, *A relação entre capital e trabalho e o Estado no capitalismo dependente*. Já a segunda, trata da relação entre a superexploração da força de trabalho e a (des)proteção social brasileira. Por último, apresenta-se a Conclusão, seguida das referências bibliográficas utilizadas neste artigo.

2- A RELAÇÃO ENTRE CAPITAL E TRABALHO E O ESTADO NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Para compreender a relação entre capital e trabalho no *capitalismo dependente* (MARINI, 1976) é fundamental apreender sobre a relação de dependência constituída entre os países periféricos na ordem do capital com os países de economia central. Isto porque, a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD), não se pode considerar a “condição periférica de uma dada economia em virtude apenas de sua dinâmica interna”, mas sim como “o produto de um modelo de integração imposto pelas economias avançadas” (XAVIER, 2018, p. 388).

A relação dialética entre capital e trabalho, é uma chave explicativa para apreender os meios de exploração perpetrados nos países de economia dependente, considerando “as estratégias geopolíticas do capital de grandes empreendimentos transnacionais, ligados, sobretudo, ao setor primário, e os efeitos deletérios sobre as economias periféricas e suas sociedades” (XAVIER, 2018, p. 388), que se explicam sob a égide do fenômeno do imperialismo e de novas⁹⁸ roupagens mais complexas.

A essência do imperialismo e, conseqüentemente, da dependência, é a superexploração da força de trabalho estruturada pelo aumento da intensidade do trabalho, pelo prolongamento da jornada de trabalho e pela expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para refazer sua força de trabalho, os quais configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, em detrimento do desenvolvimento de sua capacidade produtiva (MARINI, 1976).

As raízes da superexploração da força de trabalho estão vincadas no colonialismo, atravessado pelo escravismo colonial, que se perpetua na região latinoamericana uma vez que o processo de reprodução do capital, e conseqüentemente no Brasil, não viabilizou condições para a superação do colonialismo mesmo após as independências formais. Abordar o período colonial é intencional, visto que é sob a sua estrutura que se encontram os germes da dependência. Essas e outras determinações constituem uma das engrenagens necessárias para a reprodução da acumulação

⁹⁸O autor se refere a um novo imperialismo que “tem seus vetores de ação em movimento num contexto de supremacia do capital fictício, um contexto de expansão dos mercados sem precedentes e de dispersão do poder político e econômico para novos países do globo” (XAVIER, 2018, p. 388).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

capitalista, que, ao mesmo tempo em que concentra riquezas nas economias centrais, aprofunda a pauperização das economias periféricas.

Emanam desta estrutura de dominação colonial e imperialista relações sociais racializadas e sexistas, que “[...] explicitam a imposição da superexploração da força de trabalho e da desigualdade brutal e crescente” instituindo violências como o genocídio, o etnocídio e o memoricídio (BÁEZ, 2010) “como dinâmica permanente de subjugação dos povos originários e dos afrodescendentes na América Latina” (PAIVA; SOUZA; MARIOTTO, 2021, p. 312) conformando as relações entre capital e trabalho nos nossos países.

Pensar as consequências desse processo para a população latino-americana e partir dela, a brasileira, supõe considerar que as novas formas assumidas pelo desenvolvimento do capitalismo e complexificação do imperialismo, implicam, conforme Xavier (2018, p. 388), na “ampliação da pobreza e da miséria, perda de alguns direitos que foram duramente conquistados”, bem como da ampliação das formas de extração do mais valor vividas na pele pela nossa gente. Felizmente, “[...] as velhas, requentadas e atuais formas de colonialismo, historicamente estabelecidas, mas condições até aqui descritas, não foram impostas sem a resistências dos povos latino-americanos (originários ou aqui formados no processo de colonização)” (SILVA, 2021, p. 9), opondo-se também as consequências deste processo sobre suas vidas.

Essas resistências, sob a forma de reivindicações por terra, por alimento, por trabalho, entre outras, são absorvidas pelo Estado, que, assim como as classes sociais aqui constituídas e suas lutas travadas, não se explicam pelo puro exercício da política, “mas pela crítica à economia-política, ou seja, pela análise das condições reais que determinam a produção e reprodução da vida de seres humanos em condições históricas reais” (SILVA, 2021, p.8).

Ao se tratar do Estado latino-americano, é indispensável considerar as formações sociais em que se constituiu, bem como, o significado da superexploração da força de trabalho, que determina as relações entre classes, frações e setores no capitalismo dependente. Em uma sociedade na qual a independência se deu apenas formalmente e não efetivamente, o Estado possui uma dimensão subsoberana, que implica na subordinação e/ou na associação do capital e das classes dominantes locais, assim como, ao capital e às classes dominantes dos países desenvolvidos (OSÓRIO, 2019). Do mesmo modo, conforme Bambilra (1978), a partir de Fidel Castro: “[...] não há

independência se não há independência econômica, [...] a independência política é uma mentira se não há independência econômica” (p. 65, tradução nossa). Assim, o Estado no capitalismo dependente reproduz os interesses do capital em meio à debilidade produtiva latino-americana, constituindo-se como fundamental para a reprodução e manutenção da superexploração da força de trabalho.

3- A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

O atual cenário brasileiro evidencia o agravamento da desigualdade advinda da relação capital e trabalho, comprovado por índices alarmantes de fome, desemprego, trabalho informal e falta de moradia. De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN, 2022), 33,1 milhões de brasileiros passam fome hoje. Desde o final de 2020, houve um aumento de 14 milhões de pessoas que não têm o que comer no país. Os números são ainda mais alarmantes quando se trata de insegurança alimentar, pois mais da metade da população brasileira (58,7%) vivencia essa situação em algum grau — leve, moderado e grave (fome) —, totalizando 125,2 milhões de pessoas, um patamar equiparado ao da década de 1990.

Quanto aos dados sobre trabalho no Brasil, destacam-se as taxas de desemprego e de trabalhadores que sobrevivem da informalidade. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, 2022), estima-se que das 172,6 milhões de pessoas em idade de trabalhar no Brasil, 11,9 milhões (11,1%) estavam desocupadas durante o primeiro trimestre móvel de 2022. Já os índices sobre a população ocupada, que era de 95,2 milhões de pessoas, identificou-se que 12,21 milhões de trabalhadores empregados no setor privado não possuíam carteira de trabalho assinada e, conseqüentemente, estavam desprotegidos de direitos trabalhistas. Além disso, o estudo intitulado Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução, identificou que há 32,5 milhões de pessoas (48,9% das ocupações existentes no país) que provêm da renda de trabalho informal (VAHDAT, V. S.; et al. 2022, p. 72).

O último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2020, é o dado oficial mais recente que se tem sobre o número de pessoas em situação de rua no Brasil, são cerca de 221.869mil brasileiros. Já um estudo (DIAS, 2021) realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

População em Situação de Rua, juntamente com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), estima que, no ano de 2021, 160.097 mil pessoas viviam em situação de rua no Brasil. Conforme reportagem⁹⁹, em 2022, são 142 mil famílias brasileiras que vivem em ocupações por conta da falta de moradia, sendo que São Paulo ocupa a primeira colocação entre os estados com maior número de família nessa situação (45.183), seguido do Amazonas (29.291), Pernambuco (19.278), Paraíba (9.973) e Rio Grande do Sul (8.121), em quinto lugar.

Os índices brevemente aqui expostos, evidenciam os mecanismos da superexploração da força de trabalho, e também as suas consequências, visto que a população brasileira não acessa o mínimo de condições para a sua reprodução, tais como a alimentação e a moradia, pois mesmo trabalhando, seu acesso não é permitido de forma plena. Contraditoriamente, “tanto mais as desigualdades existam, persistam/ampliem, tanto mais privadas de direitos estarão as populações expropriadas da sociedade, e mais se reitera e torna visível a questão social por meio de suas expressões históricas [...]” (CHAVES; ARCOVERDE, 2021, p. 166-167), o que evidencia fenômenos inter-relacionados decorrentes do aspecto estrutural do capitalismo, quais sejam as desigualdades e a privação de direitos. Nesta perspectiva, Paiva, Rocha e Carraro (2010, p. 172) revelam que, na América, as políticas sociais “jamais foram pujantes e decisivas na garantia das necessidades sociais em escala de massas. No continente, o desenho revela insuficiência, e é voltado especialmente a setores médios de trabalhadores formais”.

Acrescenta-se a captura do fundo público reconvertendo a lógica de “direitos” por políticas compensatórias, fragmentadas e refilantropizadas podendo ser sintetizadas como um “[...] arranjo pulverizado de ações emergenciais, que nem de longe se propõem à transformação, sequer imediata, das condições de vida da população” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p.172).

Portanto, se no capitalismo dependente, o Estado reproduz os interesses do capital em meio à debilidade produtiva latino-americana, conseqüentemente a população submetida à superexploração da força de trabalho, tem suas necessidades ignoradas. Como resposta do Estado aos processos de conflito social que daí emergem, este se

⁹⁹ Reportagem veiculada pela Rede Globo de Televisão, no Jornal Hoje. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2022/06/27/o-drama-da-falta-de-moradias-no-brasil-142-mil-familias-vivem-em-ocupacoes.ghtml>

utiliza de mecanismos coercitivos e autoritários, mesmo que sob a aparência democrática para a manutenção da ordem social (OSÓRIO, 2019), “garantindo” com isso, as condições de sobrevivência da população, ao mesmo tempo em que a reprodução da superexploração da força de trabalho e da estrutura que a sustenta.

4- CONCLUSÃO

A crescente hegemonia do capital financeiro tem imposto a submissão da classe trabalhadora a quaisquer condições laborais para manter o emprego. Afinal, ter qualquer emprego é melhor do que não ter nenhum. Entretanto, este estudo demonstra, a partir dos dados apresentados, o aumento do contingente de desempregados, além do aumento da população vivendo sob precárias condições de trabalho e de vida.

A intensificação dos processos de exploração dos trabalhadores é autorizada pelo Estado por meio de medidas de contrarreformas trabalhistas e sociais, bem como com a redução de investimentos em políticas públicas, ocorrendo gradativamente nos últimos anos no Brasil. Dentre estas, cabe citar a proposta da reforma trabalhista e a aprovação do Projeto de Lei 4302/98, que evidenciam os ideais neoliberais que rompem com a estabilidade nas condições de trabalho. Revela-se, assim, o retrocesso pelo qual o país atravessa, que deslegitima as conquistas sociais e promove a perda de direitos e o papel predominante do Estado na manutenção da superexploração da força de trabalho e privação de direitos à classe trabalhadora.

5- REFERÊNCIAS

DIAS, André Luiz Freitas (org). **Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil** - Relatório técnico-científico – Plataforma de Atenção em Direitos Humanos, Programa Polos de Cidadania, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: Marginália Comunicação, 2021.

BAEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina**: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BAMBIRRA, Vânia. **Teoria de Independência**: uma anticrítica. Serie Popular Era: México, 1978.

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 141, p. 164-182, maio/ago. 2021. Disponível

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

em:<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/jK8Jvp8DJFPsS6FHGcBXSnt/>. Acesso em Dezembro de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2022. Disponível em: <https://retratodotrabalhoinformal.com.br/>

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PAIVA, Beatriz Augusto; SOUZA; Cristiane Luiza Sabino de; MARIOTTO, Cristiano. A luta antirracista como exigência ético-política: reflexões numa perspectiva latino-americana. In. **Questão Social e Direitos Humanos**. Volume IV. (orgs) Paiva, Beatriz Augusto de; SAMPAIO, Simone Sobral. Florianópolis : Editora da UFSC, 2021.

PAIVA; Beatriz Augusto de; ROCHA; Mirella; CARRARO, Diceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista. **SER Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010. Disponível em:https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12702. Acesso em Dezembro de 2021.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo**: Crítica a Teorias e Ideologias Conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica da Dependência**. Coimbra: Centelha, 1976.

PENSSAN. 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Comentarios_Sinteticos/2022_1_trimestre/pnadc_202201_trimestre_comentarios_sinteticos_Brasil_Grandes_Regioes_e_Unidades_da_Federacao.pdf

SILVA, José Fernando Siqueira da. América Latina: capital e devastação social. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 7-19, jan./abr. 2021. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rk/a/8nbqcNbSMnh3mcPYzBgWXYh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em Dezembro de 2021.

Trabalho e Previdência: Câmara aprova terceirização para todas as atividades da empresa. Matéria publicada no site da Câmara dos deputados. Publicado em 22/03/2017 - 22h58.

VAHDAT, V. S.; BORSARI, P. R.; LEMOS, P. R.; RIBEIRO, F. F.; BENATTI, G. S. S.; CAVALCANTE FILHO, P. G. FARIAS, B. G. Retrato do Trabalho Informal no Brasil: desafios e caminhos de solução. São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas. 2022.

XAVIER, Glauber Lopes. O imperialismo na América Latina e a atualidade da Teoria Marxista da Dependência. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 387-395, maio/ago. 2018. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rk/a/xmKNmDJTcyk85sMLkkDjcvn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em Dezembro de 2021.

A CENA DE USO DA TECNOLOGIA E A DESIGUALDADE SOCIAL DO BRASIL

Maria Alice Silva Santos
Félix Roberto Coelho Do Carmo

RESUMO:

O trabalho por hora proposto é resultado dos primeiros movimentos de projeto de Iniciação Científica intitulado “Novas tecnologias nos processos de trabalho e a teoria do valor trabalho de Marx”. Esta publicação retrata o momento inicial da pesquisa e busca apresentar a cena que torna pertinente a investigação. Traz dados e informações que demonstram o crescimento de novas tecnologias de comunicação e informação, mediando a produção e a circulação de mercadorias e apresenta questões preliminares.

Palavras-chave: Novas tecnologias. Produção e circulação. Processos do trabalho. Políticas sociais. Classe trabalhadora.

ABSTRACT:

The proposed hourly work is the result of the first movements of a Scientific Initiation project entitled “New technologies in work processes and Marx's labor theory of value”. This publication portrays the initial moment of the research and seeks to present the scene that makes the investigation relevant. It brings data and information that demonstrate the growth of new communication and information technologies, mediating the production and circulation of goods and presents preliminary questions.

Keywords: New technologies. Production and circulation. Work processes. Social politics. Working class.

1- INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é apresentar a cena que identifica a crescente da tecnologia na mediação do trabalho, seja dos agentes da circulação de mercadoria, seja na produção. A implicação direta que esta cena apresenta é a alteração na composição orgânica do Capital, que, por sua vez, pode reverberar em agudização da atual crise estrutural.

A integração de novas tecnologias nos setores de trabalho tem causado recessões aos direitos trabalhistas e à saúde mental do trabalhador, visto o sentimento de vigilância, ausência de relações humanas diretas e crescimento de formas pretéritas de trabalho como o trabalho informal. Os serviços digitais são presentes no cotidiano da parcela da população brasileira com acesso à internet, seja na prestação de serviços em *home office*, seja o uso dos serviços dos trabalhadores por plataforma¹⁰⁰. No sudeste brasileiro, onde a infraestrutura tecnológica se destaca, o percentual de trabalhadores que têm migrado para o trabalho em casa, para o consumo de casa, o relacionamento por aplicativo, para a “vida na gaiola” é maior, se comparado ao resto do país (Ipea, 2022).

Também essas novas tecnologias, através das mídias digitais atuam como superestrutura difusora de uma determinada subjetividade. Isso se aprimora constantemente ao ponto de que mesmo *offline*¹⁰¹, é possível permanecer “conectado”, como propagado pelos programas e aplicativos, como o Spotify, por exemplo, que permite salvar nos aparelhos pessoais parte do conteúdo que será consumido no futuro. Isto significa que estar *always-on*¹⁰² é possível, uma vez que não é necessário estar com um *smartphone* ou com um *notebook* nas mãos para estar conectado ao mundo. Painéis publicitários digitais espalhados pelas cidades propagam informações em tempo real, avisos visuais emitidos por aparelhos atualizam a localização dos ônibus via GPS, recomendações de vestimenta de acordo com a previsão climática. Outros usos da tecnologia são os caixas-rápidos, tanto para compra de passagens, supermercados, cosméticos e roupas, catalisando longas filas e pessoas que operam caixas eletrônicos, quanto para instigar o consumo imediato, fomentando uma sociedade imediatista.

Todo o engajamento de dados e informações pessoais e profissionais coletados sem ser tático ao indivíduo, como um termo de esclarecimento e responsabilidade,

¹⁰⁰ O trabalho por plataforma aqui referenciado diz respeito, dentre outros, ao trabalho de motofretistas e motoristas que vendem sua força de trabalho mediada por aplicativos de celular.

¹⁰¹ Com os aparelhos digitais desconectados de qualquer rede de acesso à internet.

¹⁰² Sempre ligado à rede mundial.

aparecem como devolutivas ao entrar em sites com anúncios direcionados a buscas recentes, incentivos de compras nas redes sociais, complementação de buscas nas plataformas de pesquisas, e até os tipos de notícias que aparecem no *feed*¹⁰³. As mudanças propostas desde o navegador que o indivíduo utiliza ao aceitar *cookies*¹⁰⁴ de sites e assinar formulários que repassam matérias a terceiros até decisões governamentais não questionadas pela sociedade estariam ligadas à pressa de resultados.

Na indústria nacional, poderíamos rememorar a análise do filme *Blade Runner*, realizada por Duayer (2010), no desejo capitalista de ter um “humano” que não esteja sujeito às fragilidades do ser humano e possa ser explorado livremente. Espalham-se pela internet vídeos de indústrias de ponta do capitalismo central apenas com autômatos operando.

Por fim, é importante destacar que tais fenômenos ocorrem concomitantes às mudanças nas regras do trabalho. Onde até mesmo a identidade do trabalhador estaria em disputa, ser trabalhador ou ser empreendedor. Este é um pouco do cenário que buscaremos evidenciar, vejamos.

2- TECNOLOGIA E MISÉRIA COMO EXTENSÃO DA CONTRADIÇÃO

É inegável que a pandemia de COVID-19 trouxe a reboque várias mudanças. Mudanças que já caminhavam como tendências e que, com o isolamento, foram aceleradas. Um exemplo disso é o crescimento do terceiro setor na América Latina que, segundo dados obtidos pela Cable News Network (CNN) e produzidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo LinkedIn. Ao que se constata houve um aumento de 60% em comparação ao espaço ocupado pelas tecnologias no período pré-pandêmico. A saber que esse aumento considerável se deve à necessidade do *home-office*, de modo que as empresas pudessem continuar atuando durante o período de isolamento, o aprimoramento exponencial do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) se destacou.

Ao que se constata segundo o Ministério do Trabalho e Previdência (2020), no período pandêmico (que ainda vivenciamos em menor escala de preocupação) houve menor número de admissões. O fenômeno também conviveu com alto número de demissões, desempregos e empregos informais no mesmo período.

¹⁰³ Página principal que apresenta um fluxo de conteúdos mais recentes (fotos, vídeos, links, etc).

¹⁰⁴ Fragmentos de código que permitem ao site guardar em uma memória de curto prazo as informações do usuário, tais como login e preferências de navegação, de modo a direcionar um serviço mais personalizado.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

No Brasil a imanente contradição se entrelaça na condição de que, o país está entre as nações mais digitalizadas do mundo, por outro lado, é um dos países com maior concentração de renda, com mais de 11 milhões de pessoas desempregadas pelo país e altos níveis de miséria. Além do mais, a falta de investimento em infraestrutura coloca nossa telefonia e conectividade dentre as mais caras, de acordo com o Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2016).

Se de um lado tivemos um grande número de salas de cinemas fechadas por todo o globo, serviços como a Netflix cresceram acima das expectativas de *Wall Street*, abrindo espaço a um público maior, entretanto sem invisibilizar o número de pessoas que não tiveram onde morar, o que comer e se arriscar diariamente ao sair de casa para trabalhar. Em matéria na revista *Época Negócios*, das dez empresas que mais cresceram durante a pandemia, todas eram voltadas para negócios digitais, liderando a lista Amazon, Microsoft e Apple, com Facebook em sexto lugar e PayPal em nono. No Brasil, os serviços de Delivery de comida, que já vinham em franco crescimento antes da pandemia, só nos três primeiros meses após o anúncio do primeiro caso no país, cresceu mais de 60%.

Um panorama do uso de TI no Brasil, realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), retrata que se tem 447 milhões de dispositivos digitais, isto inclui: computador, notebook, tablet e smartphone, tanto em uso corporativo, quanto doméstico, em uso no Brasil. Esse número revela haver mais de dois dispositivos digitais por habitante até junho de 2022. A de se destacar que isso não significa que cada brasileiro terá dois dispositivos, mas, haja vista a desigualdade econômica e o custo do acesso, o dado pode traduzir uma disparidade enorme no acesso. Isso será um problema, à medida que direito e cidadania estiverem condicionados à inclusão digital. Como foi o caso do ensino remoto pelas escolas e universidades por todo o país. Ou ainda com a presença maciça dos smartphones permanecendo como dominante na maioria dos usos, como nos bancos, compras e mídias sociais.

Ainda de acordo com a FGV, em 2021, quando ainda se vivia o isolamento social de maneira mais extensiva, houve um crescimento de 27% de vendas de dispositivos digitais, com 14 milhões de unidades; em 2022, a estimativa foi de um crescimento próximo a 10%. Numa prospecção, não havendo nenhuma turbulência atípica na economia do país, é previsto para 2023 a ultrapassagem de 216 milhões de computadores (desktop, notebook e tablet) em uso, resultando em um computador por habitante, uma vez que se observa a permanência do home-office e/ou do trabalho híbrido. Da mesma forma, isso não significa que todas as pessoas do país terão acesso

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

aos computadores, haja vista que o “Mercado de trabalho: conjuntura e análise” publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) 2022, apresentou que, em aspectos gerais na análise do mercado de trabalho, a taxa de desemprego foi de 11,1% no quarto trimestre de 2021, uma queda expressiva em relação ao mesmo trimestre de 2020 (14,2%).

Outro ponto que contradiz os dados apresentados acima acerca da inclusão digital à sociedade concerne o acesso e condições de compra da classe trabalhadora brasileira aos meios digitais. Os modelos são por vezes limitados em termos de recursos, causando problemas tais como um facilmente visto e vivido por muitos ao longo da Pandemia: a incompatibilidade do aparelho em acessar um aplicativo do Governo. O mercado de aparelhos eletrônicos permanecerá em ascensão pelos próximos anos, atingindo a esfera doméstica, como os *Smart Home Devices* e também a corporativa, desde a educação até o trabalho, com o uso de Machine Learning.

Cada vez mais as empresas investem em TI, e ao que se apresenta nos dados mais recentes obtidos, os bancos lideram esse patamar, posto que a indústria bancária possui um gasto superior a 120 mil reais para cada empregado. E os investimentos em TI, equivalem a 8,7% de suas receitas.

O Estudo Mercado Brasileiro de Software: Panorama e Tendências 2022, elaborado em parceria com a International Data Corporation (IDC), — apontada como líder em inteligência de mercado, serviços de consultoria e eventos para os mercados de tecnologia da informação, telecomunicações e tecnologia de consumo —, registrou que o Brasil detém 1,65% dos investimentos em tecnologia ao nível global, e é o principal nos investimentos na América Latina (40% de todo o investimento na região).

Como meio de trabalho nos processos produtivos, o estudo “investimento em indústria 4.0” da Confederação Nacional da Indústria (CNI), aponta o crescimento do investimento de 2016 a 2018 para processo de produção. 46% das empresas que responderam à pesquisa utilizam tecnologias de automação com sensores de identificação do produto e condições operacionais. No desenvolvimento de produtos 37% das respondentes utilizam sistemas integrados de engenharia para desenvolvimento e manufatura de produtos. Quanto aos modelos de negócios, 11% incorporam serviços digitais nos produtos (Internet das Coisas) e 16% utilizam serviços de nuvem associados ao produto. Dessas empresas que responderam ao estudo, 48% pretendem investir ou continuar investindo em tecnologias digitais.

A concentração de uso da tecnologia está na região sudeste do Brasil, com 88,8% na área urbana e 64,6% na área rural, considerando os dados de 2019 Pesquisa

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua), e com pessoas entre 20 e 24 anos, a média principal que corresponde a ocupação dos postos de trabalho. Nesta mesma região é onde se concentra o maior número de empregos e faturamento do setor TIC do país.

No que diz respeito ao Estado, além das reformas legislativas para se “abraçar” novos modelos de negócios digitais como a uberização, há o reconhecimento da necessidade das tecnologias. O Estado de São Paulo, por exemplo, possui política de acesso gratuito, o Acesso São Paulo, cujo objetivo é promover o acesso gratuito à internet em espaços públicos com desktops. No Rio de Janeiro há o programa Baixada Digital, que se volta para o acesso em banda larga sem fio a 11 municípios da Baixada Fluminense. No Espírito Santo há 15 cidades digitais mapeadas, com destaque a capital, Vitória Online é um projeto que permite a qualquer cidadão acessar a internet utilizando uma rede sem fio. Belo Horizonte, a capital mineira, além de ser considerada a cidade brasileira mais digital no ranking divulgado em 2011 pelo CPqD, foi eleita neste ano pelo Congresso Smart City Expo Latam, uma das três principais ‘cidades inteligentes’ do mundo.

Com isso, acredita-se ter apresentado as primeiras aproximações de pesquisa ao cenário das novas tecnologias que medeiam o trabalho na produção e circulação de mercadorias na contemporaneidade brasileira.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se apresentar o Brasil, como uma das nações mais adiantadas na implementação de novas tecnologias e culturas digitais. Seu destaque na América Latina é notório. Entretanto, haja vista o curto espaço e o movimento ainda inicial da pesquisa, elencam-se temas e mediações não tratadas ou não aprofundadas aqui. Por exemplo, em termos econômicos, qual o impacto que esta alteração na composição orgânica do capital traz para a economia nacional? Qual o impacto da desigualdade socioeconômica no acesso a estas novas tecnologias? Como pensar a relação entre o mercado de trabalho atual (informal, terceirizado, uberizado e precarizado) e o acesso dessas novas tecnologias pelos trabalhadores? Em termos políticos, precisamos avançar análises sobre a relação entre cidadania e a presença digital em um país de tantas desigualdades. Garantir acesso gratuito em áreas públicas pode ser prática paliativa em um país onde a desigualdade econômica também pode reverberar como analfabetismo digital. Na cultura, é preciso dimensionar a influência dessas novas tecnologias na mobilização e formação

de consciência da classe trabalhadora. É sabido, desde junho de 2013 que o potencial de mobilização dos meios digitais é real, entretanto, em termos subjetivos, o referido movimento expressava, dentre outras coisas, a decadência ideológica do pensamento burguês, outrora revolucionário.

Ao fim deste trabalho, além de maior clareza da dimensão e do impacto que essas novas tecnologias podem ter sobre a classe trabalhadora, fica mais latente o potencial de desenvolvimento para futuras investigações.

4- REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **RETOMANDO O CAMINHO PARA A INCLUSÃO, O CRESCIMENTO E A SUSTENTABILIDADE**. Washington, D.C. : World Bank Group. 2016. Acesso em: 30 jun. 2022.

DUAYER, Mário. **CAPITAL: More Human than Human** (Blade Runner e a Barbárie do Capital). Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6117/5082>. Acesso em: 30 jun. 2022.

GAGLIARDI, Pedro; TAMAYO, Eugenia. **Um estudo de caso da Development Partnership Data**: dados do LinkedIn sobre o impacto da COVID-19 no mercado de trabalho. Disponível em: <https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/um-estudo-de-caso-da-development-partnership-data-dados-do-linkedin-sobre-o-impacto-da-covid-19-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

GÓES, Geraldo; MARTINS, Felipe; ALVES, Vinícius. O teletrabalho potencial para as macrorregiões brasileiras: Número de ocupados em teletrabalho potencial: resultados atualizados. **O Teletrabalho Potencial no Brasil Revisitado**: uma visão espacial. IPEA — Carta de Conjuntura. N.º 55 — nota de conjuntura 20 — 2º trimestre de 2022. Acesso em: 3 jul. 2022.

IBGE educa. **USO DE INTERNET, TELEVISÃO E CELULAR NO BRASIL**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MATIAS, Vandeir.; MATOS, Ralfo. **A GEOGRAFIA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**. Caminhos de Geografia, [S. l.], v. 14, n. 48, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/22599>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MEIRELLES, Fernando. **Panorama do Uso de TI no Brasil - 2022**. Ed. 2022. São Paulo. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/panorama-uso-ti-brasil-2022>. Acesso em: 27 jun. 2022.

Mercado de trabalho: conjuntura e análise - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v.1, n.0, (mar.1996). Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 1996-

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Irregular (de 1996-2008); Trimestral (de 2009-2012); Semestral (a partir de 2013). Título da capa: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. ISSN 1676-0883. Acesso em: 3 jul. 2022.

Previsões da IDC Brasil para 2021 apontam que o mercado de TIC crescerá 7%.

Disponível em:

<https://www.idc.com/getdoc.jsp?containerId=prLA47452221#:~:text=Sobre%20a%20IDC%3A%20A%20International,telecomunica%C3%A7%C3%B5es%20e%20tecnologia%20e%20consumo>. Acesso em: 27 jun. 2022.

CRISE E RETROCESSO NAS POLÍTICAS E DIREITOS SOCIAIS: opressões da classe trabalhadora no governo Bolsonaro

Joyce Queiroga Resende¹⁰⁵

RESUMO: O presente artigo objetiva refletir como a crise estrutural do capitalismo influenciou nos retrocessos das políticas sociais e direitos sociais da classe trabalhadora. Tomamos como referência autores que analisam o governo atual do presidente Jair Messias Bolsonaro que intensificou as formas de opressão e precarização da vida da classe trabalhadora no Brasil.

Palavras-chave: crise estrutural; políticas sociais; direitos sociais; retrocessos; classe trabalhadora

ABSTRACT: This article aims to reflect how the structural crisis of capitalism influenced the setbacks of social policies and social rights of the working class. We take as reference authors who analyze the current government of President Jair Messias Bolsonaro that intensified the forms of oppression and precariousness of working class life in Brazil.

Keywords: structural crisis; social policies; social rights; setbacks; working class

1- INTRODUÇÃO

A crise estrutural capitalista trouxe consigo um aprofundamento das expressões da questão social. A disputa entre capital e trabalho existe desde a gênese do sistema capitalista de produção, porém, em momentos de crise este sistema para retomar suas taxas de lucro encontra diversas estratégias para não fenecer. Uma dessas estratégias é a redução dos investimentos em políticas sociais e retiradas de direitos da classe trabalhadora, entendida como grande desperdício de gastos públicos pela ingerência do Estado.

As transformações societárias dentro do capitalista sempre apontam para um direcionamento de manutenção das desigualdades sociais e desse jeito manutenção da

¹⁰⁵ Assistente Social do Projeto Social Curso Preparatório Luísa Mahin (CPLM). Graduada e Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: joyce.queiroga@hotmail.com –**Eixo Temático:** Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais – Política Social, trabalho e questão social: retrocessos e resistências na conjuntura atual.

dominação, opressão e exploração da classe trabalhadora. Partindo dessa concepção o presente artigo pretende fazer uma breve análise sobre o direcionamento dado a política econômica do governo atual de Jair Bolsonaro, entendida por muitos autores como de extrema direita, que tem intensificado as expressões da opressão da classe trabalhadora.

Para isso organizamos o artigo em três momentos. Primeiro realizamos uma breve contextualização das configurações político-econômicas pré-governos Bolsonaro, no final do Governo Dilma Rousseff e como o direcionamento das suas políticas levaram ao processo de impeachment. O segundo momento faremos explicações sobre a configuração das políticas sociais e econômicas de extrema direita já dentro do governo de Jair Bolsonaro e como isso influenciou diretamente na maior opressão dos(as) trabalhadores(as) do país. Finalizaremos com algumas notas conclusivas sobre o tema sem a pretensão de uma conclusão definitiva sobre o assunto.

2- BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONFIGURAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS PRÉ-GOVERNO JAIR BOLSONARO

A disputa entre capital e trabalho está no cerne do modo de produção capitalista, desde o seu surgimento os capitalistas procuram explorar ao máximo os trabalhadores, extraindo a maior quantidade de valor excedente possível do seu trabalho. A classe trabalhadora, por sua vez, luta por melhores condições de trabalho e de vida e resiste as ofensivas do capital. Séculos de lutas proporcionaram importantes ganhos à classe trabalhadora, concretizados através de políticas e direitos sociais.

Tanto as reformulações feitas pelos governos Dilma quanto as realizadas pelo governo Temer, foram influenciadas pela doutrina neoliberal. A política econômica implementada pelo governo Dilma, não diferenciou muito da que vinha sendo adotada pelo governo Lula em seus dois mandatos. As compatibilizações dessas duas linhas de política econômica foram possibilitadas durante certo período pela grande expansão da economia mundial, entre 2003 e 2007. O bom desempenho das exportações de commodities e a entrada volumosa de capital estrangeiro abriram espaço para adoção de políticas expansivas. A partir de 2007 a crise estrutural atinge de forma mais intensa a acumulação do capitalismo global, esse cenário começa a mudar gradativamente, emergindo as contradições existentes entre as duas linhas de política econômica (CORSI, 2016).

De acordo com Corsi (2016), uma série de medidas intensificaram o atrito do governo com a classe dominante e ao desagradar os setores da classe dominante Dilma

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

afetou sua base de sustentação no Congresso e com a queda no crescimento da economia ampliaram-se os descontentamentos. Os escândalos de corrupção e a forte defesa da imprensa e dos economistas neoliberais a uma rígida política ortodoxa, baseada na contenção do crédito, na elevação dos juros e no corte de gastos públicos, minaram ainda mais o apoio da presidenta.

Dilma conseguiu reeleger-se, mas com o agravamento da crise política e econômica seu governo perdeu rapidamente a iniciativa política. De acordo com Oreiro e Paula (2019), com o impeachment veio a transição para uma agenda ortodoxa-liberal, que apresentava propostas extremamente prejudiciais a classe trabalhadora

Esta agenda tem direcionado a economia para um novo modelo de desenvolvimento, baseado em reformas liberalizantes (reforma trabalhista, reforma previdenciária, etc.) e na reafirmação das políticas econômicas conduzidas de forma ortodoxa: uma política monetária mais conservadora (sob argumento de “ancorar expectativas inflacionárias” dos agentes), uma política fiscal contracionista (implementação do teto de gastos com base no argumento da “contração fiscal expansionista”), e uma política cambial mais flexível (inclusive sinalizando para maior conversibilidade do real) (OREIRO e PAULA, 2019, p.2).

A agenda do governo Temer não apresentou novidades sendo a reforma trabalhista e a reforma da previdência seus carros-chefes da política econômica. Conforme explica Oreiro e Paula (2019), ao final de 2016, o governo Temer aprovou um conjunto de regras fiscais que impediram o uso da política fiscal como mecanismo anticíclico.

Para Oreiro e Paula (2019), a política econômica ortodoxo-liberal do governo Temer é marcada por dois aspectos principais. O primeiro, baseado na tese da “contração fiscal expansionista”, corresponde a execução de uma intensa contração fiscal. O segundo diz respeito a um conjunto de políticas liberais de incentivo a iniciativa privada via desregulamentação do mercado, permitindo que a iniciativa privada assumisse o direcionamento do processo econômico, inclusive no que tange aos investimentos.

Além das reformas realizadas, o governo Temer colocou em pauta a reforma tributária; a privatização de diversas empresas estatais; inclusive a Petrobrás; a necessidade abertura comercial com redução nas tarifas alfandegárias, para recuperar a competitividade via economia de mercado; e o acordo de livre comércio com União Europeia (OREIRO e PAULA, 2019).

Vemos que a política econômica estava orientada para facilitar e potencializar o acúmulo de riqueza pela burguesia nacional e internacional. Os programas voltados para

a classe trabalhadora seguiam as orientações de organismos internacionais, que, em sua maioria, apresentavam benefícios somente a curto prazo.

Mediante essa breve contextualização, faremos no item seguinte explicações sobre o aprofundamento das opressões e retrocessos ainda maiores nas políticas públicas e direitos sociais da classe trabalhadora.

3- POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA E O GOVERNO JAIR BOLSONARO

Iniciamos este item concordando com a afirmação de Félix (2019) de que o Estado é a forma política do capital, assim mesmo que os direitos sociais estejam firmados na carta constitucional e sua efetivação vai depender dos limites da sociabilidade capitalista. Nesse caso a afirmação da cidadania mediante às políticas sociais vai ser limitada e determinada de acordo com a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas.

No Brasil como outros países da periferia capitalista, apresenta condições particulares de desenvolvimento econômico e grande desigualdade social, o sistema de proteção social se torna insuficiente no sentido de proteger e garantir direitos aos cidadãos. Os benefícios sociais aqui se caracterizam por serem administradas com poucos recursos financeiros, benefícios mínimos e direcionados aqueles considerados os "mais pobres" e para os que não conseguem acessar os benefícios ou não se enquadram no perfil de miserabilidade podem adquirir via mercado os direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado. Segundo Vianna (1997) o Brasil tem um sistema de proteção "americanizado", um sistema mercantilizado que "aprofunda as desigualdades e penaliza contundentemente os de baixo; além do que, a assistência "caritativa" aos excluídos" (VIANNA, 1997, p.171-172)

Trazendo um pouco do trabalho de Fiori (2007) entendemos que temos um padrão de caráter residual, limitado e neoliberal sendo oferecido de forma temporária e na maioria das vezes para os "comprovadamente" pobres, com regras para habilitação e carregadas de estigmas sociais. "Um sistema não-redistributivo é montado sobre um quadro de grandes desigualdades e de misérias absolutas". (GEORGE KORNIS *apud* FIORI, 2007, p.9)

Pois bem, vamos nos localizar agora no final do governo Dilma Rousseff, que após as investidas políticas da oposição contra o seu governo a partir de 2015, o distanciamento de movimentos sociais da classe trabalhadora e a opção por um direcionamento político-econômico diferente do que foi prometido na campanha de

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

governo culminou no golpe em 2016 com seu impeachment, tivemos a intensificação de dois projetos considerados opostos. O governo de seu então vice-presidente Michel Temer seguiu um direcionamento aprofundando políticas de cunho mais conservador, deu andamento as contrarreformas como a Reforma Previdenciária e Trabalhista, a EC – 95 que limita os gastos governamentais em políticas sociais por 20 anos e com a crise estrutural econômica e política instáveis terminamos em 2018 com a eleição de um candidato de extrema-direita representante das classes dominantes.

Desde sua campanha eleitoral, o atual presidente Jair Bolsonaro já vem demonstrando o direcionamento que daria durante o seu governo em relação às diferentes demandas sociais no país. Segundo Marques (2019) o candidato já apresentava posições misóginas, machistas, homofóbicas e racistas, defendia a tortura, a ditadura e outras barbaridades com um direcionamento conservador. O que se deseja segundo autor é implementar "um projeto ideológico e econômico bem específico, no qual não há margem para concessões aos movimentos sociais e para o convívio com a diversidade entre outros aspectos" (MARQUES, 2019, p.13).

A partir de 2019, sob a nova gestão governamental, observamos um grande salto na destruição da proteção social, das questões ambientais, da reforma agrária, dos direitos da população indígenas, da população negra, dos LBTQIAP+. A autora Cohn, traz como exemplos a revisão e redução de benefícios previdenciários e assistenciais; redução de gastos com a educação e saúde o que afeta diretamente a produção científica, de tecnologia e meio ambiente; redução de políticas direcionado a produção cultural; o aumento da população em situação de rua; doenças já consideradas erradicadas sífilis e sarampo voltam a aparecer com frequência; alto do índice de desemprego fechando o ano de 2021 com 12 milhões de desempregados (IBGE, 2021), o Brasil voltando para o Mapa da Fome configurando grande retrocesso nas políticas de combate à fome.

O projeto político e social do atual governo além retirar recursos materiais usa a dominação ideológica, alienando a classe trabalhadora em relação aos seus direitos enquanto cidadãos, objetivando segundo Cohn (2020) retornar aos anos 1960, porém de forma agravada, rompendo com a solidariedade social mesmo que sejam políticas direcionada aos extremamente mais pobres.

Castilho e Lemos (2021) colocam que o “bolsonarismo tem implementado como política oficial a necropolítica, que advém de um domínio autoritário de definir quem deve morrer e quem merece viver, aprofundando ainda mais a barbárie social contra a classe trabalhadora” (CASTILHO E LEMOS, 2021,p.269). A Necropolítica, termo trabalhado por

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Achille Mbembe caracteriza a direção política que vai contra a sobrevivência da classe trabalhadora, aponta para o extermínio de sujeitos considerados descartáveis ao sistema.

O direcionamento das políticas no atual governo leva ao desmatamento criminoso da Amazônia, liberação de agrotóxicos contrarreforma da Previdência Social, políticas repressivas de combate ao crime, redução do orçamento das políticas sociais, cortes de recursos nas universidades, na ciência, na cultura, incentivo a política armamentista. Não são elaboradas propostas que tenha como objetivo principal a proteção à vida e contra miséria. As autoras afirmam que as ações do governo têm a direção de viabilizar a morte, com enxugamento do Estado brasileiro e elaboração de políticas punitivas contra a classe trabalhadora configurando o estado de contenção social e penal.

Destacamos as contrarreformas da previdência Social como um dos pontos principais da “gestão” de Jair Bolsonaro, retirando das às políticas públicas levando um desmonte da Seguridade Social. Nessa lógica, de uma seguridade social enfraquecida somada a uma ideologia antiestado presente no governo de Bolsonaro fragiliza ainda mais o que restou do sistema de proteção social. Em apenas vinte e seis meses de governo a destruição implementada pelo Estado, que constitucionalmente tem o dever de financiar e implementar políticas de proteção social, revela a agudeza do ultraneoliberalismo e genocídio perpetrado pelo Estado: a necropolítica (CASTILHO E LEMOS, 2021, p.274)

As autoras ainda trazem alguns exemplos de práticas do atual governo como o Auxílio Emergencial, recurso financeiro emergencial destinados às famílias em situação de maior vulnerabilidade social e econômica mediante a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). É sabido que a pandemia afeta de forma mais cruel a classe trabalhadora que se encontra em piores condições de vida, acesso precário ao sistema de saúde, alto índice de desemprego, moradias precárias e alimentação insuficiente, além de outros direitos sociais negados. Ao recorrer a esse benefício, que já é muito pouco diante do custo de vida para se suprir as necessidades básicas, apresentou grande dificuldade para o acesso, processos lentos de análises, recusa de avaliação, grande espera para o recebimento, além de ficar mais evidente o não acesso à tecnologia de grande parte da classe trabalhadora. Na saúde continua o processo de sucateamento dos serviços, e a partir da aprovação da Emenda Constitucional 95 a situação foi agravada acelerando o desfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Uma de suas primeiras ações foi o cancelamento do Programa Mais Médicos que mesmo com seus problemas de planejamento e execução, atendia em torno de 700 municípios em áreas isoladas.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

As políticas de privatização do Estado, as terceirizações, contrarreformas trabalhistas e previdenciárias, o desemprego em massa e o crescimento do trabalho informal, sucateamento da saúde, da educação, a propagação de um senso comum da ineficiência do serviço público e de seus servidores, mercantilização dos direitos sociais, a questão social sendo naturalizada, a legitimação da violência estrutural e racial leva direta e indiretamente ao extermínio da classe trabalhadora.

4- NOTAS CONCLUSIVAS

As políticas sociais implementadas por diferentes governos dentro de um Estado capitalista apresentam desde a sua origem a intenção de dominação e alienação da classe trabalhadora e não a efetivação da cidadania de fato. Porém, essa dominação e exploração pode variar na sua intensidade de acordo, como o momento histórico, social, político e cultural da sociedade. Assim o governante de uma nação pode dar um direcionamento mais social para sua política ou não, sempre dentro dos limites da produção capitalista.

Discorremos no presente artigo como o governo do atual presidente tem intensificado desde o início da perda de direitos da classe trabalhadora e redução das políticas sociais direcionadas a redução das desigualdades sociais e econômicas. A crise capitalista já direciona para maior exploração, opressão e marginalização da classe trabalhadora, porém com um governo de extrema direita essa opressão ganha outros patamares, pois configura e exclusão não só como base na renda como também na segregação racial, de gênero, posturas homofobias, misóginas e patriarcalistas.

É presente a desvalorização e precarização das ciências, educação, saúde, políticas de habitação, dentre outras. Incentiva ao desmatamento da natureza e violência direta e indireta contra as populações indígenas. Não possui respeito a diversidade e incentiva políticas repressivas e punitivas da população, individualizando todos os problemas sociais que na realidade tem sua origem no sistema excludente do capitalismo.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. R. Katál., Florianópolis, v.24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021 ISSN 1982-025. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rk/a/TyMKscqwjWfwpbScmWpwCvc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 31 de março de 2022

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

COHN, Amélia. As Políticas de Abate Social no Brasil Contemporâneo. Lua Nova, São Paulo, 109: 129-160, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ln/a/Y3jzjrjsLPLS9QfRhnC3kvG/?lang=pt>. Acesso em 20 de março de 2022

CORSI, F. L. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. 2016. Revista Novos Rumos, 53(1), 153–165. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/0102-5864.2016.v53n1.09.p153>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FÉLIX, P.R. Cidadania e Capitalismo: uma análise a partir da crítica marxista do direito. R. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.29, n. 1 (especial), p. 13-38, 2019. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/14324>. Acesso em outubro de 2021

FIORI, J.L. Estado do bem-estar social: padrões e crises. • Publicado em 2007 – Physis - Revista de Saúde Coletiva • Disponível em <http://obsestadosocial.com.br/literatura/estado-de-bem-estar-social-padroes-e-crises/> . Acesso em 14 de dezembro de 2021

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E PESQUISA. Desemprego Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> . Acesso em 22 de março de 2022

MARQUES, R.M. Brasil: Direita, Volver! Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Nº52 – Janeiro – Abril - 2019. Disponível em: <https://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/522> Acesso em 02 de fevereiro de 2022

MBEMBE, Achille. Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política da Morte. N-1 edições, 2018

OLIVEIRA, E.A. A funcionalidade da política social e os limites da emancipação humana na ordem do capital. Revista Ser Social. Brasília, n.37, vol17 , p. 348-367, 2015. Disponível em https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13436. Acesso em 14 de dezembro de 2021

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar. 2019. Recuperado em 09 de abril, 2020, de https://www.researchgate.net/publication/336147850_A_economia_br

VIANNA, M.L.W. Parte III - O estado de bem-estar no contexto atual Política versus economia: notas (menos pessimistas) sobre globalização e Estado de bem-estar. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8fmv5/pdf/gerschman-9788575413975-11.pdf> Acesso em 14 de dezembro de 2021

FOME, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: Desafios e retrocessos em tempos pandêmicos

Daniel Luiz Pitz¹⁰⁶

Roberta SperandioTraspadini¹⁰⁷

RESUMO: Sem saúde, sem trabalho e sem comida. Essa é a realidade de muitos brasileiros na atual gestão fascista do governo brasileiro que demonstra não se importar com as mais de quinhentas mil mortes ocasionadas pela pandemia da COVID-19. O objetivo geral deste trabalho é refletir sobre a fome e a superexploração da força de trabalho como particularidades da expressão da questão social no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia; Fome; Superexploração.

ABSTRACT: No health, no work and no food. This is the reality of many Brazilians in the current fascist management of the Brazilian government, which shows that it does not care about the more than five hundred thousand deaths caused by the COVID-19 pandemic. The general objective of this work is to reflect on hunger and the overexploitation of the workforce as particularities of the expression of the social question in Brazil.

KEYWORDS: Pandemic; Hungry; overexploitation.

1- INTRODUÇÃO

A atual pandemia da COVID-19 tem gerado grandes desafios para o Brasil e para toda a economia mundial. A crise econômica instaurada tem impactado principalmente o

¹⁰⁶ Advogado. Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. E-mail: danielpitz@gmail.com

¹⁰⁷ Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Professora colaboradora no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFSC. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: robertatraspadini@gmail.com

mundo do trabalho, intensificando as desigualdades históricas de nosso país por meio do aumento da fome, do desemprego, expondo a situações de risco a classe trabalhadora e limitando ainda mais os serviços essenciais.

O objetivo geral deste trabalho é refletir sobre a fome e a superexploração da força de trabalho como particularidades da expressão da questão social no Brasil.

De fato, a fome e a superexploração da força de trabalho correspondem a características estruturais da nossa sociedade, sendo produto da luta de classes, afinal, ambas se relacionam à expropriação dos direitos da classe trabalhadora.

O mercado de trabalho brasileiro é heterogêneo e possui um alto índice de informalidade que soma um total de mais de 38 milhões de pessoas, representando mais da metade da força de trabalho em onze estados brasileiros (RUBINSTEIN, 2020). Na América Latina, os trabalhadores informais tiveram uma perda média de 81% de rendimento na pandemia, a impactar diretamente o aumento da fome, da pobreza e das desigualdades. Logo, a garantia de uma renda básica a esses trabalhadores é fundamental ao combate à pandemia, à miséria e para garantir, minimamente, a proteção aos seus direitos humanos e fundamentais (SILVA, 2020).

A atuação do governo brasileiro na pandemia tem se baseado principalmente em medidas para responder à crise direcionada ao interesse burguês, ou seja, ao benefício de grandes empresários para a suspensão dos contratos de trabalho, redução salarial etc. Pouco é oferecido para as políticas voltadas para a sobrevivência da classe trabalhadora.

Portanto, parte-se do entendimento que a questão social e os seus desdobramentos, como a fome e a superexploração da força de trabalho, ocorrem não somente pela falta, mas pela sua forma de consumo, sendo essenciais para a reprodução do capitalismo.

A metodologia aplicada a este trabalho foi a pesquisa bibliográfica e a técnica de abordagem qualitativa. Portanto, utiliza-se a literatura relacionada com a temática com a finalidade de fundamentar a sua análise.

2- DESENVOLVIMENTO

O Brasil é um dos países mais desiguais no mundo no que se refere a distribuição de renda. Essa desproporção simboliza um mercado de trabalho heterogêneo e fragmentado por gênero, raça, classe social, entre outros aspectos. Dessa forma, as desigualdades afetam de maneira mais perversa a classe trabalhadora e esses grupos

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

que representam a maioria entre os pobres e os trabalhadores informais no país (COSTA, 2010).

É imprescindível que façamos uma análise de conjuntura sobre essa situação, entenda o processo de formação social brasileira, que em suas estruturas traz marcas profundas de desigualdades ainda não enfrentadas e tampouco superadas.

Ademais, percebemos que a atual gestão catastrófica de Bolsonaro no combate a pandemia da Covid-19 tem prejudicado diretamente diversos trabalhadores, principalmente os informais que representam mais de 50% da população, tentando suportar todas as incertezas desse período junto a recorrente repressão do próprio poder público(SILVA, 2020).

Apesar do auxílio emergencial ter garantido, mesmo que de forma inédita e temporária, um mínimo de dignidade e subsistência para essa população, a realidade brasileira é que muitos passaram por dificuldades tecnológicas para se cadastrarem e terem acesso ao benefício. Além disso, diversos trabalhadores de aplicativo e ambulantes também tiveram seu benefício negado ou foram excluídos compulsoriamente, propagando uma lógica higienista pelo governo (COSTA, 2020).

Nesse seguimento, o governo federal se abstém de debates sobre a pauta histórica da renda básica universal, reanimado pelo contexto de pandemia, pelo pretexto de aumento da crise econômica no período pós-pandêmico. No entanto, permanece urgente a preservação da ótica dos direitos fundamentais, sendo a renda básica universal uma possibilidade de ampliação da cidadania para além da formalidade, garantindo uma estabilidade mínima aos trabalhadores cuja rotina diária é essencial para a sua sobrevivência e de sua família (SILVA, 2020).

Portanto, é necessário políticas públicas efetivas e abrangentes que atendam diretamente todos esses trabalhadores atingidos no Brasil, que identifique a realidade de cada grupo social para organizar e implementar programas de combate a fome, a renda básica, moradia social e promoção de trabalho e renda sustentáveis, sempre seguindo na direção para que os trabalhos sejam emancipatórios (SILVEIRA, 2020).

É necessário entender que dentro da ótica capitalista, o trabalho se apresenta não como um dignificador da vida, mas sim como forma de exploração da classe trabalhadora, principalmente em países com fortes estruturas desiguais e com determinantes históricos de profunda desigualdade social como o Brasil (ANTUNES, 2018).

Os Estados latino-americanos, como o Brasil, não buscam mecanismos para alterar a desarmonia entre os valores de seus produtos exportados, buscando suprimir essa

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

perda apenas através da ampliação da exploração do/a trabalhador/a. Logo, a América Latina auxiliou nitidamente o aumento de mais-valia e da taxa de lucro nos países industriais, resultando em implicações totalmente distintas e rigorosamente opostas à realidade desses países (MARINI, 2005).

Se observarmos as explicações de Williams (2012) e Cueva (1983) percebemos que o Brasil, como outras colônias latino-americanas e caribenhas possuem uma dependência econômica proveniente do monopólio comercial, bem como uma dependência política e cultural.

Frisa-se que a dinâmica de nossa dependência é baseada na superexploração da força de trabalho como forma de compensar a transferência de valor para os Estados centrais. De fato, a nossa dependência hoje é mantida e perpetuada pelo capitalismo global, se aprofundando por meio das contrarreformas e das expropriações realizadas pelo Estado.

É importante mencionar sobre a superexploração do trabalho pois é uma característica estruturante da economia capitalista dependente brasileira, contribuindo para o entendimento sobre as particularidades da política social e sobre o processo histórico da luta de classes em nosso país. Afinal, historicamente o método operado pelo Estado dependente é inclinado a rejeição e exclusão da classe trabalhadora, preservando essa lógica de superexploração, limitando totalmente o impacto das políticas sociais e impossibilitando qualquer chance de rompimento com a imensa desigualdade e da participação democrática em nosso país.

A propensão do Estado monopolista é justamente afastar a classe trabalhadora dos espaços decisórios, a partir da concentração de poder pela burguesia e da simulação da democracia na América Latina. Desse modo, a política social em nosso país, originada pela luta da classe trabalhadora, refletirá suas limitações a partir dessa própria luta que é consumida pela dominação econômica e política dos Estados monopolistas e pela manutenção desse Estado ao se estabelecer essa dominação e desigualdade como padrões normais de sociabilidade (FERNANDES, 2006).

Além disso, é importante destacar que se observamos a relação da questão social com o sistema capitalista, vemos que há processos estruturais que sustentam as desigualdades e as divergências que formam a questão social. É sob o contexto de fome, desemprego, subempregos e pauperismo da classe trabalhadora que se manifestam dimensões urgentes da questão social, afinal, “a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração do trabalhadores do campo e da cidade” (IANNI, 1989, p. 147).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

De fato, o desenvolvimento da sociedade do capital se favorece diretamente das condições hostis sob as quais a classe trabalhadora encontra-se forçada a produzir. Justamente nessa sociedade que busca o crescimento econômico se desenvolvem as desigualdades que formam a questão social (IANNI, 1989).

No documentário “História da Fome no Brasil”, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2019, percebe-se nitidamente como a fome é uma expressão da questão social em nosso país e como o modo de produção capitalista contribui para a sua sustentação. Afinal, as formas de produzir e reproduzir o capital contribuem para o privilegiamento da burguesia, tendo ela prioridade no acesso direto à água, terra, sementes e na distribuição de alimentos. Portanto, é essencial a compreensão da discussão teórica acerca da fome, enquanto expressão da questão social, para termos um pensamento crítico acerca das suas políticas públicas de enfrentamento e não acharmos que os programas sociais irão solucionar problemas estruturais da sociedade do capital (ONU, 2019).

A materialidade da fome, potencializada pela pandemia da COVID-19, pode ser observada no estudo realizado pela Rede Penssan sobre a insegurança alimentar em 2020:

Do total de 211,7 milhões de brasileiros(as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros(as) enfrentavam a fome (REDE PENSSAN, 2021, p. 35).

Ao mesclarmos esses dados com o processo histórico da fome do nosso país, ao qual tivemos um aumento de 9 milhões de pessoas em situação de fome, insegurança alimentar grave, no período de 2018 até 2020, percebemos que esses números tão significativos são a expressão brutal do capitalismo, não sendo apenas uma anomalia do acaso ou pela pandemia, mas um processo estrutural. “Eram 10,3 milhões de pessoas em IA grave em 2018, passando para 19,1 milhões, em 2020. Portanto, neste período, foram cerca de nove milhões de brasileiros(as) a mais que passaram a ter, no seu cotidiano, a experiência da fome.” (REDE PENSSAN, 2021, p. 53).

Podemos perceber a gravidade do momento atual em que nos encontramos pelos dados de 2022 que demonstram que tivemos um aumento da fome para mais de 19 milhões de pessoas, totalizando 33,1 milhões de pessoas que não têm o que comer no nosso país. Além disso, a fome tem um recorte de gênero onde 6 a cada 10 domicílios liderados por mulheres estão em algum grau de insegurança alimentar, tendo a fome dobrado nas famílias com crianças menores de 10 anos e apenas 4 entre 10 famílias têm acesso pleno à alimentação (REDE PENSSAN, 2022).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

É importante compreendermos que mesmo antes da pandemia a insegurança alimentar já fazia parte da realidade de grande parte da classe trabalhadora brasileira, seja ela leve, moderada ou grave. O privilégio da burguesia sempre preponderou em nosso país e não foi alterado nestes anos de pandemia.

Frisa-se que a fome, a pobreza, a superexploração da força de trabalho etc. são expressões da questão social que atravessam a vida da classe trabalhadora e com os quais os/as assistentes sociais e outros profissionais esbarram habitualmente na sua prática profissional. Logo, partimos da óptica que a questão social é um elemento central na relação entre profissão e realidade. Ao inseri-la como referência para a ação profissional vislumbra-se a divisão da sociedade em classes, cuja apropriação da riqueza socialmente produzida é totalmente diferenciada (YAZBEK, 2001, p. 33).

A questão social se transforma e se reorganiza, porém se mantém substancialmente a mesma por se referir a uma questão estrutural, que não se soluciona numa formação econômico social por natureza excludente. Percebe-se que no cenário atual, vemos novas expressões da questão social com impactos enormes sobre o trabalho, gerando perdas no nosso sistema de proteção social (YAZBEK, 2001, p. 33).

É importante ressaltar também que a política neoliberal, sobretudo a partir dos anos de 1990 no Brasil, impulsionou a ideia de refilantropização estabelecendo um “amparo moral que visa a ajuda ao necessitado”, não se criando direitos e se despolitizando os padrões de proteção social. Logo, o crescimento do terceiro setor traz respostas privatistas à questão social, sendo autenticado pelo neoliberalismo (YAZBEK, 2001, p. 37).

Ao se instituir a política neoliberal é consolidado a dissociação entre mercado e direitos, aprofundado a cisão entre o econômico e o social, separado a acumulação da produção, instalado desregulamentações públicas, reiterado desigualdades” e estabelecido uma conformação despolitizada de abordagem da questão social (YAZBEK, 2001, p. 38).

De fato, os limites e as possibilidades da ação estão postos na prática cotidiana. São limites de várias ordens, mas, principalmente limites de ordem estrutural, postos pelo próprio sistema capitalista. Estamos em um terreno de disputa em que o desafio é reinventar mediações capazes de articular a vida social da classe trabalhadora com o mundo público dos direitos e da cidadania.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, é importante compreendermos as limitações das políticas públicas na ordem vigente, bem como a sua importância para que se possa minimizar a fome e os impactos da Covid-19 na vida da classe trabalhadora, pois mesmo que não se mostrem como formas de erradicação ou superação das desigualdades existentes, são de extrema importância para a garantia de direitos mínimos ou formas de subsistência para muitas famílias.

Além disso, diversas pesquisas apresentarão os impactos nefastos da pandemia da COVID-19 na vida da classe trabalhadora, mas precisamos ressaltar que a gravidade do problema não é somente a crise sanitária, mas como a sociedade capitalista se organiza e promove a proteção da propriedade privada, proporcionando a fome a superexploração da força de trabalho como expressões da questão social.

É preciso compreendermos que a ciência, apesar de nos emancipar, é também prisioneira da sociedade do capital para se multiplicar e de garantir a realização de mais-valor. Só assim perceberemos como ela alcança a classe trabalhadora. Afinal, vemos dificuldade em: reverter o quadro pandêmico, na implementação de políticas rígidas de isolamento social e na garantia de políticas de transferência de renda.

À luz do que apresentamos, o quadro pandêmico, sob a face fascista de Bolsonaro, expressa os elementos estruturais e estruturantes do capitalismo dependente, conduzindo a manutenção dos superprivilégios da classe burguesa por meio da superexploração da classe trabalhadora e do aumento da fome, expropriando seus direitos, seus salários, sua saúde e suas vidas.

Diante do atual cenário de aumento da fome e do desemprego, frente à indispensabilidade do capital de que suas mercadorias sejam vendidas, é preciso visionarmos a construção de um projeto popular radicalmente democrático que vise sobretudo um país efetivamente igualitário, concebendo novas possibilidades de sociabilidade. É necessário agir, tendo como perspectiva essa nova cultura e sociedade.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na eradigital**. São Paulo, Boitempo, 2018.

COSTA, Larissa. **Trabalhadores têm auxílio emergencial negado mesmo atendendo todos os requisitos**. Brasil de Fato, 2020. Disponível em:

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/07/mesmo-atendendo-requisitos-trabalhadores-tem-auxilio-emergencial-negado>. Acesso em 7 maio 2022.

COSTA, Marcia da Silva. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**. Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n58/v23n58a11.pdf>. Acesso em 10 maio 2022.

CUEVA, A. O processo de acumulação primitiva. In: **O desenvolvimento do capitalista na América Latina**. São Paulo: Global, 1983.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista USP**, 1989. p.145-154. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25490/27236>. Acesso em: 05 mai. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ONU Brasil. **Documentário**: histórias da fome no Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k-dnlpn1erQ>. Acesso em: 06 jun. 2022.

REDE PENSSAN. **Insegurança alimentar e o Covid-19 no Brasil**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. ed. [S.l.: s.n], 2021. p. 1-66. Disponível em http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em 20 jun. 2022.

REDE PENSSAN. **Insegurança alimentar e o Covid-19 no Brasil**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. ed. [S.l.: s.n], 2022. p. 1-112. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em 20 jun. 2022.

RUBINSTEIN, Licia. País tem 11 estados com mais de 50% na informalidade, que 'sustenta' o emprego. **Rede Brasil Atual**. 14 fev. 2020. Economia. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2020/02/pais-tem-11-estados-com-mais-de-50-na-informalidade-que-sustenta-o-emprego/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

SILVA, Pedro Henrique Isaac. O mundo do trabalho e a pandemia de COVID-19: um olhar sobre o setor informal. **Revista Caderno de Administração**. Maringá, v. 28, p. 66-70, 2020. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53586/751375150138>. Acesso em: 11 maio 2022.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Cenário de enfrentamento ao Covid-19: agenda dos direitos humanos e das políticas públicas em perspectiva decolonial. In: CASTRO, Daniel; SENO, Danillo Dal; POCHMANN, Marcio. **Capitalismo e a Covid-19**: um debate urgente. São Paulo: 2020. p. 139-148.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

YAZBEK, Maria C. **Pobreza e exclusão social**: expressões da questão social no Brasil. In: *Temporalis*, n.3. Brasília: ABEPSS, 2001. p.33-40. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 05 mai. 2022.

REALIZAÇÃO

ufjf
FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL
PPGSS/UFJF

APOIO


CAPES

A POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM BELO HORIZONTE: uma proposta de análise dos anos de 2017 a 2022

Olga Inah- Inarê Aquino Ribeiro¹⁰⁸

RESUMO: O presente artigo trata-se de uma intenção de pesquisa que se propõe-se identificar quais são as políticas públicas ofertadas para população em situação de rua no município de Belo Horizonte e como estas se relacionam. Através da análise da organização e execução da política municipal, busca-se apreender qual a concepção que norteia a atenção ao público em questão e o “projeto” e estratégia de Estado que orientam o enfrentamento a essa expressão da “questão social”.

Palavras-chave: População em situação de rua; Políticas sociais; Seguridade Social.

ABSTRAT: This article is a research intention that aims to identify which public policies are offered to the homeless population in the city of Belo Horizonte and how they relate. Through the analysis of the organization and execution of municipal policy, we seek to understand the conception that guides the attention to the public in question and the “project” and State strategy that guide the confrontation to this expression of the “social question”.

Keywords: Homeless population; Social politics; Social Security

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma intenção de pesquisa, que ainda está na fase inicial de desenvolvimento através do Programa de Mestrado em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ. O tema é a Política Municipal para População de Rua em Belo Horizonte, em que se pretende analisar sua estrutura e organização, a partir da publicação decreto municipal 16.730 de 28 de setembro de 2017,

¹⁰⁸ Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, olgainah@gmail.com. Eixo temático: Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais: Política Social, trabalho e questão social: retrocessos e resistências na conjuntura atual

que institui a Política Municipal Intersetorial para Atendimento à População em Situação Rua, em que a Prefeitura Municipal assume compromissos intersetoriais de atendimento a este público, como: garantia de ações de saúde, assistência social, trabalho e renda, educação, segurança alimentar e nutricional, dentre outros.

A pesquisa a ser realizada será de caráter exploratório, de natureza qualitativa. Pretende-se realizar entrevistas semiestruturadas, com gestores e movimentos sociais participantes da construção do decreto municipal e do Comitê de Monitoramento e Avaliação da Política Municipal para População de Rua; análise documental de portarias, decretos, notas técnicas referente ao atendimento à população em situação de rua no município em questão e pesquisa bibliográfica.

2- DESENVOLVIMENTO

O fenômeno de população em situação de rua possui determinantes sociais importantes e constitui-se como uma das mais complexas expressões da questão social, além de desvelar radicalmente a falha do sistema de produção capitalista. Com o advento das crises deste sistema; a diminuição do papel do Estado; o acirramento do neoliberalismo; os altos níveis de desemprego e o aumento da informalidade, observa-se no Brasil, um crescente número de pessoas em situação de rua..

Ao observar os dados do CadÚnico, em especial a série histórica de famílias em situação de rua, pode-se observar um crescimento exponencial. Destarte cumpre destacar que, segundo os dados públicos deste cadastro, em janeiro de 2017, havia 5.686 famílias vivendo nas ruas de Belo Horizonte e em setembro de 2020, último dado disponível, 8.871 famílias, evidenciando um crescimento de pessoas que fazem da rua local de moradia.

No que se refere ao objeto deste trabalho, faz-se necessário a caracterização de população em situação de rua. Segundo o Decreto Federal de 7043 de 23 de dezembro de 2009, a população de rua é:

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Segundo Silva (2011), é necessário compreender população em situação de rua como um fenômeno que está relacionado às condições estruturais da sociedade capitalista. Segundo a autora, as pessoas vão para as ruas por diferentes razões, porém

uma delas é estruturante: “a formação de uma superpopulação relativa sobrando, que não é absorvida pelo mercado de trabalho” (SILVA, 2011, p. 204). Destaca também que este fenômeno acontece com maior incidência nos grandes centros urbanos, espaço onde circula mais facilmente, o capital.

A partir deste marco conceitual, Silva (2011) apresenta sua pesquisa, em que se destaca alguns elementos, entre eles: a faixa etária da população, que varia de 25 a 55 anos, ou seja, as pessoas estão em idade produtiva. Outro ponto relevante apontado pela autora, é que as pesquisas realizadas a partir de 2000, apresentam o fato de que grande parte das pessoas em situação de rua são do próprio município em que permanecem nas ruas, ou de cidades próximas, o que para a autora se relaciona com o desemprego e reafirma a característica urbana do fenômeno.

Tiengo (2018) assim como Silva (2011) ressaltam o fenômeno de população em situação de rua e sua relação direta com a sociedade capitalista, resgatando conceituações marxianas. Desta forma, tendo como base a Lei Geral de Acumulação Capitalista¹⁰⁹, traz a vinculação do fenômeno da população em situação de rua ao processo de acumulação do capital e conseqüentemente, da pauperização e miséria da classe trabalhadora.

A Lei Geral de Acumulação Capitalista, é de acordo com Netto (2010) objeto central para a “questão social”, que por sua vez está inscrita no cerne da relação entre capital x trabalho, na exploração da classe trabalhadora e na luta de classes.

As respostas do Estado para o enfrentamento da “questão social” é fundamental para o surgimento e desenvolvimento das políticas sociais.

Behring e Boschetti (2011) evidenciam que o surgimento e o desenvolver das políticas sociais não podem ser analisados de maneira unilateral, pois seria insuficiente para a compreensão da sua formação. Estas, por sua vez, precisam ser consideradas sob vários fatores, entre eles políticos, econômicos e sociais. Para tanto, apontam o campo contraditório da política social, que se constituiu uma resposta do Estado para garantir a sua hegemonia, e possuem funcionalidade para reprodução e

¹⁰⁹De acordo com Marx (2017) a Lei Geral da Acumulação Capitalista diz respeito ao processo de acumulação do capital na mesma medida em que se aumenta o proletariado. Este processo por sua vez, se dá por meio da valorização do capital, que diz respeito à parcela do valor do trabalho não pago/ não repassado ao trabalhador e acumulada pela classe capitalista, que por sua vez se transforma em capital. A acumulação, se dá, portanto, por meio da exploração do trabalho e extração da mais valia, absoluta ou relativa, que é o seu elemento constitutivo. Esta extração cada vez maior de lucro (advindo da mais-valia) permite o desenvolvimento das forças produtivas e por conseqüência permite que uma quantidade menor de trabalhadores produza uma quantidade maior de produtos, conforme já abordado na conceituação da superpopulação relativa. A partir deste fato, há uma alteração na composição técnica do capital, principalmente do capital variável, ou seja, segundo Marx (2017) há um aumento da massa dos meios de produção comparada à massa da força de trabalho.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

acumulação no sistema capitalista, ao reduzir custo da força de trabalho, mantendo índices de consumo, ao mesmo tempo em que respondem às pressões, demandas e necessidades sociais da classe trabalhadora organizada, não deixando, porém, de ser utilizada enquanto estratégia de cooptação desta classe social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011)

Corroborando com a mesma perspectiva, Iamamoto e Carvalho (2007) apontam que ao incorporar as lutas sociais da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho e vida, o Estado através da sua classe dirigente, a burguesia, incorpora parte de seus interesses como estratégia de legitimação do modo de produção capitalista e da institucionalização das lutas sociais, esvaziando-as assim de um caráter de rompimento com o sistema. Yazbek (2015) aponta ainda que, ao mesmo tempo em que as políticas sociais possuem características funcionais a este modo de produção, correspondem, em certa medida, a incorporação de demandas históricas das classes subalternizadas.

Neste sentido, Iamamoto e Carvalho (2007) em acréscimo aos pontos já mencionados, enfatizam que estas se caracterizam enquanto estratégias do capital de socialização dos custos de reprodução social do segmento da classe trabalhadora. O capital ao não garantir um salário que corresponda ao suficiente para suprir as necessidades sociais, lança mão das políticas sociais com forma de salário indireto ou complementação deste, na “garantia” da reprodução da classe trabalhadora, dividindo para o conjunto da sociedade os seus custos, através das ações realizadas pelo Estado. Ou ainda, repassa ao Estado à responsabilidade de manutenção da superpopulação relativa¹¹⁰ ou o chamado exército industrial de reserva.

Ainda sobre o referencial de Behring e Boschetti (2011), no que se refere ao surgimento das políticas sociais tal qual são conhecidas atualmente, é importante a localização das primeiras experiências, pós Segunda Guerra Mundial, que deram início a um processo na história, em que se instala em alguns países do capitalismo central, o chamado “Estado de Bem-estar Social”, ou como assim nomeia posteriormente, Boschetti (2016), o Estado Social Capitalista. As primeiras experiências com políticas sociais tiveram origem na Alemanha, a partir da ideia de Seguro Social obrigatório, que consistia

¹¹⁰De acordo com Marx (2017) a superpopulação relativa está diretamente vinculada ao processo da Lei Geral da Acumulação do Capital, a partir do crescimento excessivo da massa trabalhadora ao mesmo tempo em que não ocorre o mesmo crescimento nos meios de ocupação, há assim, a existência de grandes massas que estão subitamente disponíveis para serem alocadas, ou seja, há transformação de parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semi desempregada, que se constitui como superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. A partir do investimento nos meios de produção desenvolve-se métodos que diminuem a quantidade de trabalhadores necessários para criação de determinados produtos, ocorre então a exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individuais. Cresce, portanto, a força produtiva do trabalho e há o aumento de trabalhadores não empregados.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

no pagamento de empregado e empregador de um determinado valor e que garantiam, posteriormente, o acesso a auxílios relativos ao trabalho. Este período demarca a passagem de um Estado mais liberal para um mais intervencionista.

Boschetti (2016) nos aponta que ao longo do desenvolvimento do capitalismo, a questão dos capacitados x incapacitados para o trabalho sempre foi ponto central para a formatação da política social. Garantir a manutenção de indivíduos incapacitados para o trabalho e a reprodução da força de trabalho, assegurando a capacidade de trabalhar de homens e mulheres, através de regulação de salários é segundo a autora, umas das funções do Estado Social Capitalista. Este fato gera uma tensão constante entre trabalho e assistência, inclusive esta última atua como uma forma de “mediar à reprodução da superpopulação relativa” (Boschetti, 2016, p. 89), conceituação esta que abordaremos adiante.

Netto (2011) ao discorrer sobre o método em Marx também nos faz apontamentos sobre concepção histórica do objeto de pesquisa e reafirma que ao estudar teoria social não estamos abordando “coisas acabadas”, mas de um conjunto de processos, para tanto é necessário compreender as instituições sociais como produtos históricos.

Para a construção que aqui se pretende fazer, é necessário destacar o processo de *contrarreforma* ocorrido no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), processo este que possui rebatimentos diretos na política social no Brasil na atualidade. Neste período, destaca-se as privatizações, o sucateamento da Seguridade Social e flexibilização das relações de trabalho (BEHRING, 2008).

A partir das reflexões desta autora, no que se refere a redefinição do papel do Estado, este foi marcado a privatização, pelo entreguismo de empresas públicas para o capital estrangeiro, mas também teve fortes rebatimentos na Seguridade Social, atingindo inclusive conquistas previstas na Constituição. Como consequência, ocorre a focalização das políticas públicas, transformando as mesmas, em ações pontuais e compensatórias, destinadas somente para aqueles que não poderiam acessar através da iniciativa privada, reafirmando a concepção de uma política pobre para os pobres, em que se evidencia o estímulo aos planos de saúde e convênios, comprometendo a lógica da universalidade do SUS, além das reformas na previdência social. Calca-se assim, conforme nos aponta Mota (2010), a ideia do cidadão-consumidor, aquele que pode pagar para acessar determinados bens e serviços e o cidadão-pobre, que acessaria por via da esfera pública, este último, público da assistência social.

Ainda no que concerne à assistência social, Mota (2010), elucida que diante da focalização das políticas sociais nos pobres, ou ainda na extrema pobreza, inclusive

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

através da privatização da saúde e da previdência social, a assistência social assume centralidade na política de Seguridade Social, por meio dos seus benefícios de transferência de renda, o que responde inclusive às orientações dos mecanismos internacionais, como FMI e Banco Mundial (NETTO, 2010; MOTA, 2010).

Mota (2010), a partir de estudos sobre a Seguridade Social nas décadas de 90 e 2000, alerta que é importante correlacionar esta centralidade ao processo ideológico das classes dominantes, que ao subordinar o Estado aos seus interesses, constrói a narrativa de um novo modo de enfrentamento à questão social e, portanto, ao pauperismo, deslocando as bases de sua compreensão na exploração do trabalho e na acumulação de riquezas, para perspectivas que dão ênfase à ideia de “excluídos” socialmente, desfiliaados da proteção social do Estado.

Neste sentido, segundo a autora, enquanto aparato ideológico cabe à política de assistência social, através da garantia de renda e de acesso ao consumo, a tarefa de “incluir-los”. Destarte, a política de assistência social se transforma em um fetiche, no principal instrumento de enfrentamento à desigualdade social e à pauperização relativa. Transforma-se em um mito e contribui para o apassivamento da questão social. (MOTA, 2010)

Ao refletirmos sobre a esfera municipal, é importante ressaltar o pioneirismo de Belo Horizonte na execução de uma política para população em situação de rua, conforme nos aponta Reis Junior (2012), a capital mineira foi a primeira metrópole a criar um programa municipal, em 1993, o “Programa da População em Situação de Rua” através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, além de fomentar a criação do Fórum Municipal para População em Situação de Rua. O autor ainda destaca, que o Centro de Saúde Carlos Chagas, localizado na região central da capital, foi o equipamento em saúde em que se executou a primeira equipe de saúde da família no Brasil com atendimento voltado exclusivamente para pessoas em situação de rua.

Atualmente, segundo o site institucional da Prefeitura de Belo Horizonte, a capital oferta 17 serviços socioassistenciais destinados a este público¹¹¹. Ademais, ao longo destes anos houve esforços de reordenamento e parametrização destes serviços, como se pode observar na Resolução CMASBH nº 030, de 13 de dezembro de 2017.

Dos marcos regulatórios importantes, identifica-se o Programa Estamos Juntos, instituído pela lei municipal Nº 11.149, que prevê o desenvolvimento de ações de

¹¹¹² abrigos na modalidade de casa de passagem, 2 na modalidade de acolhimento institucional para famílias, 05 acolhimentos; adultos (sendo 02 para mulheres e 05 para homens) e 04 para adolescentes em trajetória de vida nas ruas. 03 Centros POPs (sendo um para adolescentes) e 01 unidade de pós alta hospitalar. Além de 9 equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

inclusão produtiva tanto pela Subsecretaria de Assistência Social, quanto pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, ações como intermediação de mão de obra e qualificação profissional. O programa “Estamos Juntos”, portanto, nos permite analisar a compreensão do executivo municipal sobre a inserção da população de rua no mundo do trabalho, além de possibilitar a análise da relação de tensão entre trabalho e assistência social, conforme já explicitado no presente trabalho.

No concernente à política urbana, em 2017, foi instituída portaria conjunta com diversas outras áreas, incluindo assistência social, em que se estabelece diretrizes para atuação de agentes públicos com a população em situação de rua no que se refere à ocupação do espaço público. A disputa pelo espaço urbano e conseqüentemente o direito à cidade é constantemente negado a este público e medidas de caráter coercitivo foram fundantes no início do desenvolvimento das políticas sociais, como por exemplo, a Lei dos Pobres, o trabalho forçado e as workhouses (casas de trabalho), nas primeiras legislações sociais que visavam o combate à mendicância, conforme nos relembra Behring e Boschetti (2011).

3- CONCLUSÃO

Estes são somente alguns elementos que podem ser observados diante de uma pesquisa preliminar as orientações e publicações da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Isto posto, este trabalho por se tratar de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, parte-se de duas hipóteses a serem confirmadas ou refutadas pelo o estudo. A primeira hipótese é de que a política de assistência social no município de Belo Horizonte assume uma centralidade nas ofertas destinadas a pessoas em situação de rua, caracterizando-a assim, como a principal estratégia do poder público municipal no enfrentamento a esta expressão da “questão social”. Assume, portanto, a função de mediadora de acesso às demais políticas setoriais, atuando como mecanismo integrador das demais políticas públicas. Neste sentido, corrobora-se com os apontamentos realizados por Mota (2010) ao discutir a Seguridade Social Brasileira.

Como segunda hipótese, supõe-se que a maioria dos serviços são executados por meio de parcerias com o terceiro setor, organizações sociais, fator que influencia significativamente na organização da política e no papel do poder público municipal.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: Desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2a edição. São Paulo, Ed. Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete Salete. **Política Social: fundamentos e história**. 2a edição. São Paulo, Ed. Cortez, 2011.

BELO HORIZONTE. **Decreto Nº 16.730, de 27 de setembro de 2017**. Dispõe sobre a Política Municipal Intersetorial para Atendimento à População em Situação de Rua e dá outras providências. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1184553>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

BELO HORIZONTE. **Lei 11.149 de 08 de janeiro de 2019**. Institui o Programa Estamos Juntos em Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2019/1114/11149/lei-ordinaria-n-11149-2019-institui-o-programa-estamos-juntos-no-municipio-de-belo-horizonte-e-da-outras-providencias>. Acesso em 05 de abril de 2021.

BELO HORIZONTE. **Portaria Conjunta SMGO/SMPU/SMASAC/SMSA/SMSP/SLU Nº 001/2017, de 29 de setembro de 2017**. Estabelece diretrizes para atuação dos agentes públicos na abordagem da população quando da utilização dos bens comuns em desacordo com as normas legais e institui a Comissão Especial de Operação e Monitoramento. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1184611>. Acesso em 05 de abril de 2021.

BELO HORIZONTE. **Resolução CMASBH nº 030, de 13 de dezembro de 2017**. Aprova os parâmetros de Oferta de Serviços Socioassistenciais voltados para a População em Situação de Rua no Sistema Único de Assistência Social – SUAS/BH. Disponível em <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1189257>. Acesso em 05 de abril de 2021.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo, Ed. Cortez, 2016.

BRASIL. Governo Federal. **Dados Cadastro Único**. Belo Horizonte. CECAD- MC. Disponível em: https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=31&nome_estado=MG+-+Minas+Gerais&p_ibge=3106200&nome_municipio=Belo+Horizonte&id=44. Acesso em 01 de março de 2021.

BRASIL. **Decreto 7053/09 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em 14 de agosto de 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilella; CARVALHO, Raul de. PARTE I- Proposta de interpretação histórico-metodológica. In: IAMAMOTO, Marilda Vilella; CARVALHO, Raul de. **Relações**

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Sociais e Serviço Social no Brasil: : esboço de uma interpretação teórica-metodológica. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Cap. 1 e 2. p. 29-121.

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. In: MARX, Karl. **O Capital:** livro I. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. Cap. 23. p. 689-770.

MOTA, Ana Elizabete(org.). A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. **O mito da assistência social:** ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 4.ed. 2010. p.133-146.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.**1ed. São Paulo: Expressão Popular,2011.

NETTO, José Paulo. **Uma face contemporânea da barbárie.** 2010. Disponível em <http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>. Acesso em 29 de março de 2021.

REIS JUNIOR, Antonio Garcia. População em situação de rua: contexto histórico e político. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica (org.). **Manual de cuidados em saúde junto à população em situação de rua.** Brasília. 2012. Cap. 01. p. 17-18.

SILVA, Maria Lucia Lopes. (Des)Territorialização, População de Rua e o Trabalho de Assistentes Sociais. **Seminário Nacional- O trabalho do Assistente Social no SUAS.** Brasília. CFESS. 2011, p.200- 217.

TIENGO, Verônica Martins. **O Fenômeno População em Situação de Rua Enquanto Fruto do Capitalismo.** Textos & Contextos (Porto Alegre), [S.L.], v. 17, n. 1, p. 138, 22 ago. 2018. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1677-9509.2018.1.29403.3526-0524>

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social.** 8ª ed. São Paulo, Ed. Cortez, 2015.

MULHERES EM CÁRCERE

Graziela de Carvalho Maia Campos¹¹²

Dagoberto José Fonseca¹¹³

Resumo:

O presente artigo objetiva analisar a conjuntura do aprisionamento de mulheres no Brasil, especialmente do estado de São Paulo. Pretendo apontar as principais características da população prisional feminina, visando os determinantes sociais e históricos que marcam estas mulheres. Abordamos a análise dos programas de ressocialização ofertados pelo Estado, buscando compreender em qual momento a instituição promove a emancipação da mulher como forma de romper este processo que (re)produz as expressões da Questão Social antes de seu cárcere. Apresentarei dados da seletividade do sistema punitivo, onde mulheres pretas e empobrecidas estão no eixo central do sistema de controle do Estado.

PALAVRAS CHAVES: encarceramento de mulheres; questão social; emancipação social.

Abstract:

This article aims to analyze the situation of the imprisonment of women in Brazil, especially in the state of São Paulo. I intend to point out the main characteristics of the female prison population, aiming at the social and historical determinants that mark these women. We approach the

¹¹² Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” - UNESP/Franca; Especialista em Atendimento Psicossocial a Vítimas de Violência (Psicologia, UFSCAR); Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós Graduação da Unesp/ Franca sob a orientação do Professor Dagoberto José Fonseca.

¹¹³ Professor Livre Docente em Antropologia Brasileira pela Faculdade de Ciências e Letras-UNESP-Campus de Araraquara, Professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (Campus Franca-UNESP). Linha de Pesquisa: Trabalho e Sociabilidade Capitalista - Área de Pesquisa: Relações étnico-raciais, racismo, cidadania, educação, memória, corpo, identidade, imaginário, cultura, políticas públicas, religião, mulher negra, organizações sociais, sociedades e culturas africanas. email: dagobertojose@gmail.com

analysis of the resocialization programs offered by the State, seeking to understand at what moment the institution promotes the emancipation of women as a way of breaking this process that (re)produces the expressions of the Social Question before their imprisonment. I will present data on the selectivity of the punitive system, where black and impoverished women are at the center of the state control system.

KEY WORDS: incarceration of women; social issues; social emancipation.

1- Introdução

Hannah Arendt, em “A condição Humana”, desmistifica o espaço privado como sendo o retrato da intimidade, colocando a privacidade em oposição ao espaço público, de embates políticos, ao expor que privado, em seu entendimento original significa privação, ou seja, de ser privado de sua própria existência.

Seguindo esta compreensão, permite-se identificar a evidente invisibilidade daquela pessoa que fica confinada ao espaço privado, porque não é vista pelos outros e que por mais que se esforce, é desprovida de interesse por estes outros. Investigando de que maneira ocorreu o confinamento da mulher ao espaço privado, verifica-se que as diferenças biológicas serviram como fundamento para a naturalização da divisão dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres.

Transformações relevantes nas estruturas das formações sociais ocorreram da compreensão dos mecanismos concebidos que alteraram fatores naturais em processos culturais compostos pelos grupos sociais que levaram à metamorfose de machos e fêmeas em homens e mulheres (MIYAMAMOTO, 2020).

Nesta perspectiva de entendimento da realidade social através da categoria de gênero, partimos da percepção que os papéis e significados de masculino e feminino são, de fato, engendrados pelas escolhas socioculturais e não pelo seu destino biológico.

O patriarcado configura-se em um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade, tem uma base material, corporifica-se, por fim, representando uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (SAFFIOTI, 2004).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, ele maximiza as relações de dominação e de poder exercido pelo homem em relação à mulher, assim indica os estereótipos em relação às mesmas, de sua suposta inferioridade intelectual e cognitiva, de sua instituída

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

dependência emocional, social e econômica ao homem, de seu confinamento ao espaço privado e ao seu destino biológico reprodutivo e de sua suposta aversão à política (SAFFIOTI, 2004).

Por sua vez, o sistema político econômico desenvolve estratégias deliberadas de manutenção da ordem pública e assim, ratifica a conservação das classes, revelando as desigualdades sociais, deste modo, produzindo mecanismos invisíveis e eficientes de controle social.

Segundo Borges, vivemos em uma sociedade marcada pela lógica hoje neoliberal e desde sua fundação, racista e com desigualdade de gênero. São opressões estruturais da constituição de uma sociedade que surge, para o mundo ocidental, pela exploração colonialista e ainda marca, em todos seus processos, relações e instituições sociais, as características da violência, a usurpação, a repressão e o extermínio daquele período (BORGES, 2000).

A institucionalização das cadeias e prisões no Brasil ocorreu no final do XVIII através da Carta Régia de 8 de julho de 1796 e as primeiras prisões públicas foram construídos a partir de 1850 (Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, 2022) e eram consideradas como estabelecimentos de grande importância dentro do sistema punitivista, funcionando como local para manter as pessoas presas até o momento de serem julgadas ou para as que aguardavam a execução de sentenças.

Dessa forma, formou-se o alicerce para a criação de locais disciplinadores, visando produtividade e dominação, tais como os conventos, quartéis, escolas e hospícios, entendidos como instituições totais, a prisão, segundo Goffman, também seria um

“...local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.” (GOFFMAN, 1999, p. 22).

A hipótese é de que a composição dos papéis sociais exercidos por homens e mulheres que acentuam as relações de dominação do homem em relação à mulher e as desigualdades sociais decorrentes desses papéis sociais é perpetuada dentro do sistema prisional brasileiro, uma vez que, desde o legislador, passando pelo sistema de justiça, governantes eleitos e gestores públicos, servidores de carreira do sistema prisional e, inclusive os aprisionados, composição é majoritariamente masculina.

O encaminhamento teórico das questões postas pelo cruzamento no modo de operação e das relações entre a determinação comum ao sexo e a determinação essencial do sistema capitalista de produção – a divisão da sociedade em classes sociais – impunha

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

que se revissem, criticamente, os dois tipos correntes de abordagem dos problemas femininos (SAFFIOTI, 2013, p.40).

Uma sociedade patriarcal aliada aos interesses da ideologia capitalista para refletir sobre novas perspectivas de emancipação da mulher encarcerada no sistema prisional. As políticas públicas de ressocialização da mulher encarcerada devem oportunizar o seu ingresso ao mercado de trabalho em atividades e competências que possam de fato promover a sua emancipação social.

Segundo Iamamoto, o regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que desenvolve sob relações sociais –histórico –econômicas – de produção específicas. Em sua dinâmica, produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações contraditórias e formas sociais através das quais se expressam (IAMAMOTO, in TEMPORALIS/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social 2001).

2- Desenvolvimento

Dados sobre o encarceramento, obtidos pelo Infopen - Informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, mostra que até dezembro de 2021 temos uma população encarcerada de aproximadamente de 811 mil presos entre homens e mulheres no Brasil e no estado de São Paulo atualmente temos, dados confirmados pelas informações no site da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, um total de 234 mil pessoas presas em 179 unidades prisionais.

Em relação às mulheres, são cerca de 9.470 mil presas no Estado de São Paulo em 22 unidades prisionais, o que representa pouco mais de 4% do total de pessoas presas no Estado¹¹⁴.

Diante do crescimento significativo e constante da população carcerária feminina, torna-se importante promover a reflexão da condição da mulher encarcerada no sistema prisional brasileiro, em especial no Estado de São Paulo, que prevê um orçamento de quase 5 bilhões de reais (Lei nº 17.498, de 29 de dezembro de 2021 - Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2022) para a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado em 2022.

¹¹⁴As 22 unidades femininas estão divididas em 11 Penitenciárias (02 Centros de Progressão Penitenciária (CPP), 01 Centro de Detenção Provisória (CDP), 05 Centros de Ressocialização (CR), 01 unidade de Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) e 02 Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátricos (masculino e feminino) e 01 Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário também masculino e feminino. (www.sap.sp.gov.br).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

As mulheres representam cerca de 6% do total de pessoas encarceradas no país e no Estado de São Paulo 4,1% do total de presos, segundo os dados divulgados pelo Infopen (Informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro).

O perfil das mulheres encarceradas revela as condições de vulnerabilidade sociais e, em muitos casos, de miséria, resultado de processos de exclusão direitos sociais anteriores ao aprisionamento.

“... isto significa que o desafio teórico acima, salienta, ainda, a pesquisa das diferencialidades histórico – culturais (que entrelaçam elementos de relações de classe, geracionais, de gênero e de etnia constituídos me formações sociais específicas) que se cruzam e tencionam na efetividade social. Em poucas palavras: a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico culturais e nacionais”(NETO, in TEMPORALIS/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 2001,p 49).

A maioria das mulheres encarceradas são jovens, são solteiras ou estavam em união estável, possuem entre 18 e 45 anos, tem filhos, e eram as responsáveis pelo sustento familiar quando em liberdade, sendo responsáveis não apenas pelos próprios filhos, mas também por outros membros da família. De acordo com o Infopen Mulheres 2018, 74% das mulheres encarceradas possuem filhos.

3– Conclusão

A pesquisa assume, assim, um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto a uma intervenção profissional qualificada, quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão, que vem sendo produzido especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Apesar da nossa recente tradição em pesquisa e do viés empirista e epistemologia a que a caracteriza, nota-se uma significativa expansão dela nos últimos anos e também um significativo avanço na sua qualidade, a partir da adoção do referencial teórico metodológico extraído da tradição marxista (GUERRA, 2009).

A metodologia aplicada para condução da presente pesquisa é a histórico-dialética. Segundo (Gil, 2008)

“Para Marx e Engels, a estrutura econômica (ou infra-estrutura) é a base sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, à qual correspondem determinadas formas de consciência social ou ideológica. O modo de produção da vida material é, portanto, o que determina o processo social, político e espiritual. Cabe ressaltar, entretanto, que essa relação infra-estrutura/superestrutura deve ser entendida dialeticamente. Não é uma relação mecânica nem imediata, mas se constitui como um todo

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

orgânico, cujo determinante é em última instância a estrutura econômica”(GIL, 2008, p 22).

No Brasil, através das contradições entre o sistema patriarcal ainda dominante nas relações sociais brasileiras que são de relações de dominação e de poder do homem sobre a mulher e as políticas públicas de ressocialização da mulher encarcerada do Estado de São Paulo é que permitirão verificar se as mesmas reforçam os papéis sociais predominantes de submissão da mulher em relação ao homem e de confinamento da mulher ao espaço privado ao invés de sua emancipação social.

Colocando o Serviço Social como um importante papel da história recente, a contribuição aos estudos e pesquisas no campo das relações de gênero e na questão social.

A primeira etapa desta investigação consiste na revisão bibliográfica na medida todo o trabalho de pesquisa precisa estar sustentado em conhecimentos previamente erigidos, inclusive por ser também a forma de delimitar o que nos propomos investigar.

Apresentará uma abordagem quantitativa tanto quanto qualitativa, promovendo uma perspectiva mistacomotodo fenômeno humano implica em dimensão, magnitude e intensidade, a pesquisa qualitativa vai exigir em permanente interação com a quantitativa, interação esta que na verdade é intrínseca a ambos (MARTINELLI, 2005).

Apesquisa se dará no universo do Centro Ressocialização Feminino de Araraquara, na unidade de regime fechado, com capacidade para64 presas, segundo consta no site da Secretaria de Administração Penitenciária do Governo de São Paulo (SAP). Em Araraquara¹¹⁵ a SAP ainda possui uma Penitenciária masculina e um Centro de Ressocialização Regime Semi Aberto para mulheres e no mesmo local, como anexo, funciona o Centro de Detenção Provisória Feminino.

Estamos realizando uma ampla pesquisa documental tanto interna da SAP quanto os dados disponíveis no Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOPEN), do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), da Secretaria da Administração Penitenciária do estado São Paulo (SAP). Os documentos internos da SAP que pretendo analisar são os Instrumentais de Identificação as Presas, Ordens de Serviços, Portarias, Regimentos e Regulamentos internos e outros documentos ou registros que possam surgir no decorrer da pesquisa de campo.

Utilizar o recurso da entrevista proporciona aos sujeitos maior liberdade de expressar como orientam suas ações na perspectiva das regras internas do Centro de

¹¹⁵Araraquara é uma cidade do interior paulista.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Ressocialização, o que nos permitirá compreender se a instituição está condicionada à lógica meramente punitivista ou se há a preocupação em garantir direitos.

Pretendemos, portanto, responder as indagações contidas nos objetivos gerais e confirmar a hipótese de que a gestão do sistema penitenciário no Estado de São Paulo produz e reproduz as expressões da Questão Social que atravessa a vida das mulheres encarceradas. Em como elas viviam antes do encarceramento e como e posterior a sua inserção no sistema prisional.

4 -Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo, prefácio de Celso Lafer. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BORGES, Juliana. Encarceramento em massa. (Feminismos Plurais). São Paulo: Editora Jandaíra, 2000.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa em ciências sociais. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília, 2009. p. 702-715.

GOFFMAN Erving: Manicômios, Prisões e Conventos(1974), São Paulo, Ed. Perspectiva, 2012.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. Salvador: Caderno CRH, v. 21, n. 53, p. 389-404, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Pesquisa Qualitativa: Um Instigante Desafio 2. ed. São Paulo: Editora Veras, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classes. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

TEMPORALIS/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano, 2, 3 (jan/jul 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

Sites Institucionais

www.carceraria.org.br/

www.dados.mj.gov.br

www.gmf.tjrj.jus.br/histórico

www.orcamento.planejamento.sp.gov.br/

www.sap.sp.gov.br/

TRANSVESTIGÊNERES E PRECARIEDADE DA VIDA: Interseccionalidade, prostituição e trabalho em realidade interiorana.

Dandara Felícia Silva Oliveira¹¹⁶

Marco José de Oliveira Duarte¹¹⁷

Resumo:

Trata-se de estudo de caso, com pesquisa em andamento que tem por objeto as transvestigêneres trabalhadoras de sexo. Tal pesquisa pretende analisar o nível de precariedade da vida, a interseccionalidade das opressões e a organização da prostituição transvestigênera enquanto trabalho.

Para isso, analisamos a origem do termo transvestigênera, o conceito de precariedade da vida e o conceito de interseccionalidade de gênero, raça, classe e território.

Entrevistamos 6 trabalhadoras sexuais transvestigêneras, analisaremos o discurso sob a ótica foucaultiana e traremos os resultados dessa pesquisa como escrevivência de Conceição Evaristo, que é o narrar as histórias das suas e de si.

Palavras-chave: Interseccionalidade, trabalho sexual, transvestigêneras

Abstract:

This is a case study, with on going research that has as its object transvestigender sex workers. This research intends to analyze the level of precariousness of life, the intersectionality of oppression and the organization of transvestigender prostitution as a work.

¹¹⁶Socióloga. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora sob orientação do Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte. E-mail: dandaradoxum@gmail.com. Eixo temático: Resistências, Lutas e Internacionalização do Serviço Social.

¹¹⁷Assistente Social, Professor adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pós Doutor em Políticas Sociais. E-mail: majodu@gmail.com. Eixo temático: Resistências, Lutas e Internacionalização do Serviço Social.

For this, we analyzed the origin of the term transvestigender, the concept of precariousness of life and the concept of intersectionality of gender, race, class and territory.

We interviewed 6 transvestigender sex workers, we will analyze the discourse from a Foucaultian perspective and we will bring the results of this research with the “escrivência” of Conceição Evaristo, which she narrates the stories of theirs and of themselves.

Keywords: Intersectionality, sex work, transvestigenders

1- INTRODUÇÃO

O Brasil é o país que mais mata pessoas transvestigêneres no mundo. Esse dado alarmante, ressoa nos ouvidos de quem, de alguma maneira se vê atravessado por essa violência. O fato de viver nesse país nos levou a tentar entender os processos de precarização da vida das pessoas transvestigêneres, a interseccionalidade de gênero, raça, classe e território e a organização do trabalho dessas pessoas em nossa cidade.

É assim que nasce a pesquisa em andamento que subsidia essa comunicação oral analisando a precariedade da vida e o modo como as opressões se dão sobre os corpos transvestigêneres que tem como único modo de sobrevivência a prostituição.

Nas linhas abaixo, ainda que rapidamente procuramos trazer a metodologia utilizada, nosso referencial teórico analisado e o princípio dos resultados de pesquisa que subsidiarão a construção de políticas públicas para essa população.

2- DESENVOLVIMENTO

Coube a nós investigar melhor a origem do termo transvestigêneres pois durante a pesquisa as informações desconstruídas não nos apresentaram uma referência crível sobre o conceito. Assim, entrevistamos Indianarae Siqueira, ativista do movimento trans e citada como a genitora do conceito em questão.

Indianarae afirma que em determinado momento, começa a se definir como “uma mulher transgênera, normal, de peito e pau”. (SIQUEIRA, 2021, n. p.) Com o tempo, também foi contestando o que era ser normal, depois o que era ser mulher e passou a usar o termo transgênero, mas sempre lembrando que este não era também da nossa comunidade. “Então os três termos que nos definem né? Vamos dizer assim, travesti,

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

transexual e transgênero, que é o termo mais guarda-chuva que a comunidade discute e não são da nossa comunidade. São da cisgeneridade para nos definir”. (SIQUEIRA, 2021, n. p.)

Assim, em 2015, como surgimento do Prepara Nem, curso pré-vestibular voltado para a aprovação de pessoas transvestigêneres nos vestibulares, ocorreu o lançamento do curso em vídeo, que é o primeiro marco onde é usado o termo transvestigêneres¹¹⁸.

Indianarae explica que:

“Se ser travesti no termo mais raiz da palavra quer dizer através da vestimenta, nós somos além de vestimenta né? Além de vestimenta né... E ainda tem aquela questão de orientação sexual e tudo isso, não é apenas uma questão de identidade, não é apenas uma questão de orientação, é apenas uma questão de não ser do outro, ou seja, dacisgeneridade né? E apenas isso né? E como você se sente mais confortável. Ser transexual é também através da vestimenta, da identificação com o gênero oposto e através da genitália. Nós também somos além genitália, nós somos além gênero, nós somos além dessas questões todas né? Porque nós, é rompemos com o sistema né? E se transgênero é um termo guarda-chuva né, mas que também na sua terminologia em transicionar uma viagem através do gênero, e que também traz a questão da identidade do gênero oposto. Como eu disse nós somos além disso. Então se nós somos além disto nós teríamos que criar uma terminologia e a gente poderia unir as três palavras em uma só para criar uma nova, mas que fosse da nossa comunidade que nos definisse, mas que ampliasse, que também fosse cômoda para todas as pessoas né, inclusive não binários, pessoas intersexuais que quisessem usar um termo. E aí, eu então lancei a palavra transvestigênera né, que é justamente isso nós somos além, nós somos uma... nós somos uma viagem, nós estamos do outro lado, nós estamos em transição, nós podemos ir transicionar, transformar, romper, desconstruir e ver que nada disso mais hoje importa, e voltar tudo novamente ao início e refazer tudo” (SIQUEIRA, 2021, n. p.).

A visita de Erika Hilton à cidade do Rio de Janeiro teve dois motivos, um, por conta do surgimento da Casa Nem e o outro, da busca de explicação do significado do conceito de transvestigênera, que acontece em um bar, na zona norte da cidade do Rio, junto a Conceição Evaristo. A partir deste momento, elas e várias pessoas começaram a usar o conceito, na militância e em trabalhos acadêmicos, afirmando que ele foi criado por ela para o movimento, de nós por nós.

Indianarae pontua que é necessária a contestação, porque esta traz o espaço para novas vivências, mas também para que possamos pensar sempre se ao defender a ideia de mulheres e homens trans não estarmos criando uma binariedade de gênero do lado de cá também. A fim de que possamos mostrar outras mulheridades e masculinidades, para além da cisgeneridade, pois esta, de alguma maneira, oprime outras que não tenham a mesma vivência da nossa. Ao analisar o movimento, observa que se tem uma reafirmação do corpo cisgênero, que é um corpo branco e com uma

¹¹⁸ O vídeo pode ser assistido no Facebook no perfil da Casa Nem, disponível em: <<https://www.facebook.com/PreparaNem/videos/1716751091872064>>. Acesso em 21 mar. 2022

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

forma definida e com isto questiona o quanto este está reproduzindo de opressões e cisgeneridade (SIQUEIRA, 2021).

Usamos como referencial teórico para a pesquisa a interseccionalidade dos conceitos de precariedade da vida da filósofa americana Judith Butler e de interseccionalidade de raça, gênero, sexualidade e território na visão de Lélia Gonzalez e Patricia Hill Collins. Nesse sentido procuramos explorar o conceito de precariedade da vida.

Para Butler essa percepção de que nossos corpos são frágeis e que a qualquer momento podemos ser mortas pelo capricho de outrem traz medo e traz luto (BUTLER, 2019). Esse luto, permanente na vida de nós, pessoas transvestigêneres, é causado pela sobrevivência no país que mais mata pessoas transvestigêneres no mundo em números absolutos. Segundo os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Brasil teve 89 pessoas trans mortas no 1º semestre em 2021, sendo 80 assassinatos, 9 suicídios. Houve ainda 33 tentativas de assassinatos e 27 violações de direitos humanos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

A ideia da morte aqui é única e exclusivamente a morte por ousar ser um corpo ininteligível, abjeto, execrável e matável. Corpo onde o enquadramento social do ininteligível, atua, segundo Butler (2015), para diferenciar aquelas vidas que podem viver e aquelas que podem morrer, ou em outras palavras, aquelas que podem ser produzidas num continuum de vida. Esses enquadramentos sociais, que veremos mais algumas vezes nessa parte do projeto, tem seus reflexos e expressões que necessariamente constroem e geram ontologias específicas para cada sujeito (BUTLER, 2015). Esses enquadramentos sociais que definem ontologias para o sujeito, diferentemente daquelas definidas pelo sujeito, atuam e definem vidas enlutáveis ou não e colocam sobre esse mesmo sujeito o peso do medo e do luto individual (BUTLER, 2015).

Funciona mais ou menos assim. A nossa identidade é construída sobre alguns pilares, como as performances de gênero e as atuações na sociedade que conformariam a égide da ontologia do sujeito, aquilo que definiria quem somos como sujeitos. Tais pilares são exemplificativos, mas não únicos e diriam para nós e para nossas irmãs, que somos pessoas transvestigêneres e como tal merecemos existir no mundo, sermos enlutáveis e temos o direito de contarmos com uma rede de proteção para a diminuição da precariedade da vida.

No entanto, para a sociedade cisheterossexista, aquilo que seria garantido para eles de maneira natural, no nosso caso se transforma em antinatural. Ou seja, se uma mulher cis, performa a feminilidade e isso diz que ela é uma mulher, para nós, enquanto

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

sujeitos, esse direito básico, que seria construtor de nossas identidades, é negado e, assim, transformado em antinatural, transformando nossos corpos em corpos não inteligíveis. Portanto, para a sociedade cisheterossexista, é ela quem pode dizer quais são os corpos inteligíveis, quais as práticas permitidas, enquanto sujeito e identidade, quais os corpos podem performar determinados gêneros, quais não e quem nessa sociedade pode viver e quem não, tendo a sua existência ameaçada de violação a todo momento.

As primeiras elaborações da autora sobre a interseccionalidade de gênero, raça e classe está no artigo, intitulado, racismo e sexismo na sociedade brasileira, publicado em 1984. No artigo a autora introduz o conceito de lixo falante, contando sobre uma festa organizada por pesquisadores brancos para falar sobre uma pesquisa sobre pessoas pretas. De forma jocosa e bem-humorada, Lélia fala de uma festa em que ela estava. Uma festa figurada sobre como ainda funciona a produção de conhecimento em uma sociedade estruturalmente racista e machista, talvez. Ela nos conta que estavam todos os brancos arrumados em torno da mesa e tão ocupados em ensinar o “crioléu”, que nem repararam que com um pouco de esforço o espaço da mesa serviria a todos, brancos e pretos (GONZALEZ, 2020).

A autora explica seu interesse pela interseccionalidade, sinalizando a falta de uma análise mais profunda sobre os elementos constitutivos das opressões das mulheres negras nas ciências sociais e se fundamentando em Jacques-Alain Miller, em sua Teoria da Alíngua, para afirmar que “a análise encontra seus bens nas latas de lixo da lógica. Ou ainda: a análise desencadeia o que a lógica doméstica (MILLER, 1976, p. 17 apud GONZALEZ, 2020, p. 98).

No artigo a autora introduz o conceito de lixo falante, contando sobre uma festa organizada por pesquisadores brancos para falar sobre uma pesquisa sobre pessoas pretas. De forma jocosa e bem-humorada, Lélia fala de uma festa em que ela estava. Uma festa figurada sobre como ainda funciona a produção de conhecimento em uma sociedade estruturalmente racista e machista, talvez. Ela nos conta que estavam todos os brancos arrumados em torno da mesa e tão ocupados em ensinar o “crioléu”, que nem repararam que com um pouco de esforço o espaço da mesa serviria a todos, brancos e pretos (GONZALEZ, 2020) Em determinado momento da festa a coisa toda se dá assim:

“Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente deu uma de atrevida. Tinham chamado ela pra responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa pra falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso pra bagunçar

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava mais pra ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos 45 ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente pra festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discurseria deles?” (GONZALEZ, 2020, p. 95).

Assim, a autora questiona, na medida em que negros estão na lata de lixo da sociedade brasileira, posição determinada pela lógica da dominação, “porque o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós sabemos) domesticar?” (GONZALEZ, 2020, p. 98). Então explica que o risco que ela assume nesse momento, de forma majestosa -retornando à citação que colocamos acima quando ela se coloca como a negrinha que fez desaforo-, é o ato de falar com todas as implicações. E esse ato advém do fato de que a gente vem sendo falado, infantilizado e que a partir desse trabalho assumimos nossa própria fala. “Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (GONZALEZ, 2020, p. 98).

Para analisar a situação do mercado de trabalho e a precariedade da vida que se instala, quando não se está inserido nele, como as pessoas transvestigêneres, precisa-se, primeiramente, considerar a diminuta produção e debate acerca do acesso ao mercado de trabalho de pessoas transvestigêneres. Assim, segundo a pesquisa de Almeida e Marinho (2019), mesmo com toda a visibilidade dada às identidades trans na mídia, na política, na academia e mesmo com toda a importância da temática identidades transvestigêneres e trabalho, a discussão ainda é bastante diminuta na produção acadêmica brasileira e na sociologia do trabalho.

Tal fenômeno revela como a transfobia estrutural das relações sociais capitalista faz com que tenhamos dificuldades, inclusive, em produzir números a respeito do tema em questão. Particularmente, no caso de travestis, que depois receberam a categorização de transexuais e em seguida de transgêneros, como vimos anteriormente, sem, contudo, alterar a sua marca de abjeto como modo de controle e de enquadramento social.

Com base nesses conceitos e acompanhando um grupo de Whatsapp que foi convencionado no início da pandemia da COVID-19 pela auto-agência das pessoas transvestigêneres que nos procuraram para auxílio devido ao fechamento do comércio e consequentemente esvaziamento das ruas onde essas pessoas tiram seu ganha pão avançamos na pesquisa de “campo” entendendo melhor alguns conceitos e estranhamentos no caso das mulheres transvestigêneres prostitutas numa realidade interiorana. A complementação da pesquisa se dará a partir das entrevistas que serão

feitas com 6 mulheres transvestigêneres e que aguarda a aprovação do comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Após a transcrição das 6 entrevistas coletadas, os dados serão compilados e produzidos de acordo com a análise de discurso foucaultiano, que se pretenderá analisar as narrativas pensando estas, na perspectiva da escrevivência, como construções sociais, refletindo a visão de mundo das sujeitas entrevistadas na sociedade em que vivem. Mas também de nossas implicações, uma vez que como travestis prostitutas que somos deixaremos de ser somente pesquisadora para mergulharmos na escrita com nossas vivências que farão da pesquisa da dissertação de mestrado um ato subversivo de escrever de si e das suas. É a epistemologia travesti colocada às escuras na academia.

3- CONCLUSÃO

Embora essa seja ainda uma pesquisa em andamento, com base em nossas entrevistas que estão no momento sendo transcritas e com a análise da participação dessas trabalhadoras em grupo de whatsapp organizado para o auxílio e assistência dessas trabalhadoras, pudemos perceber que diferentemente do discurso moralista da falta de mercado de trabalho para essas profissionais, a escolha da prostituição enquanto trabalho, não se dá somente sob a ótica da compulsoriedade. Ainda que essa seja a principal causa para a procura da prostituição enquanto modo de sustento na sociedade capitalista, é preciso considerar a auto-agência das pessoas transvestigêneres na escolha da prostituição enquanto meio de sustento. Esperamos elaborar melhor esses entendimentos ao final da dissertação de mestrado que está construída e pretendemos defender até o final desse ano.

4- REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. S. DE; MARINHO, S. **Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo.** Revista Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 22, n. 1, p. 114-134, jan./jun. 2019.

BENEVIDES, B. G. (org.). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021.** Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>.

Acesso em 21 ago. 2021.

BUTLER, J. **O capitalismo tem seus limites**. Blog da Boitempo, 20 mar. 2020. Disponível em: . Acesso em: 4 dez. 2020.

BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. COLLINS, P. H.; BILGE, S. Interseccionalidade. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. In: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SIQUEIRA, I. **Entrevista**, 9. jun. 2021. Entrevistadora: Dandara Felícia Silva Oliveira. Juiz de Fora, 2021. 1 arquivo MP4 (120m).

ESCALADA CONSERVADORA E ULTRANEOLIBERALISMO: indicações a partir da política de assistência social

Mossicleia Mendes da Silva¹¹⁹

Anna Paola Tuão de Oliveira Souza¹²⁰

RESUMO: O presente texto tem como objetivo discutir o contexto recente de escalada do conservadorismo, articulado ao ultraneoliberalismo no Brasil. Apresentam-se alguns elementos relativos ao *modus operandi* do bolsonarismo. Com base nestes fundamentos, refletimos sobre o processo de desmonte da assistência social e as contradições no atendimento às demandas imediatas da fração mais empobrecida da classe trabalhadora. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, tendo como metodologia a revisão bibliográfica e análise empírica de fontes secundárias.

Palavras-chave: Ultraneoliberalismo; Conservadorismo; Ajuste Fiscal; Assistência Social.

ABSTRACT: The present text aims to discuss the recent context of the escalation of conservatism articulated to ultraneoliberalism in Brazil. Some elements related to the *modus operandi* of Bolsonaroism are presented. Based on these foundations, we reflect on the process of dismantling social assistance and the contradictions in meeting the immediate demands of the most impoverished fraction of the working class. This is a qualitative study, using a literature review and empirical analysis of secondary sources as its methodology.

Keywords: Ultraneoliberalism; conservatism; Tax Adjustment; Social assistance.

¹¹⁹ Assistente Social. Professora Adjunta na Escola de Serviço Social da UFRJ. Doutorado em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da UERJ. Professora orientadora. Vinculação a um eixo temático: Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais.

¹²⁰ Graduanda do 6º Período da Escola de Serviço Social da UFRJ. Bolsista de Iniciação Científica FAPERJ.

1- Bolsonarismo e ultraconservadorismo

Vivemos há quase quatro anos sob a tutela de um governo que, como Virgínia Fontes¹²¹ elucida, apesar de não poder ser caracterizado, de fato, como um governo fascista, é possível afirmar se tratar de um governo protofascista. Ademais, acumula características do militarismo, conservadorismo e autoritarismo. A extrema direita, em sua reconfiguração, busca tomar novos espaços de poder, somou elementos para que pudesse se fortalecer e expandir. O governo Bolsonaro aglutinou, para além dos principais elementos citados acima, uma espécie de cruzada contra grupos historicamente discriminados e oprimidos, como mulheres e a população LGBTQi+, bem como contra os povos indígenas, aos movimentos sociais e à esquerda de um modo geral.

O atual governo condensa e amplifica o pior da nossa formação social brasileira, legitimando e reproduzindo discursos e práticas compatíveis com ideias de supremacia branca, do racismo estrutural, subalternização das mulheres e a intensificação do aparato coercitivo do Estado como principal estratégia de enfrentamento à “*questão social*”. Borges e Matos (2019) (afirmam que) tais “ideias não nasceram de Bolsonaro, já germinavam pela sociedade, ele e seus aliados souberam capitalizá-las e transformar em poder, unindo-se às forças reacionárias, de matriz fundamentalista.” (2019, p. 73). Rompendo com a promessa eleitoral de um governo composto por profissionais técnicos e capacitados, torna-se evidente a divisão de ministros(as) entre aqueles que defendem e dão seguimento ao projeto ideológico bolsonarista, nas pastas de Educação, Direitos Humanos e Relações Exteriores e o projeto de submissão econômica nas pastas de Economia, Meio Ambiente e Saúde, por exemplo.

O ultraconservadorismo, portanto, tem sido fundamental para criar bases de consenso e legitimação em torno do projeto político-econômico em curso, extremamente desfavorável à classe trabalhadora. Ao desempenhar diversos ataques às Universidades Públicas, ao Sistema Único de Saúde, Política de Atenção à Mulher, Previdência Social e às políticas de transferência de renda, bem como à toda estrutura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), direitos do trabalho, entre outros, o projeto econômico caminha em consonância com as exigências do grande capital, ampliando cortes e contingenciamento de recursos, acentuando, de forma cada vez mais aguda, o subfinanciamento imposto à Seguridade Social e demais políticas sociais.

¹²¹ Virgínia Fontes, pela TV Boitempo, dialogando sobre “O Protofascismo no Brasil sob Bolsonaro”. Disponível em: <<https://youtu.be/PbbyXhr7cB0>>. Acesso em: 18 mar. 2022.

Conforme destacado por Borges e Matos (2019), além de cumprir seus deveres com a classe rentista, o atual governo tem compromisso com pautas conservadoras e, por meio delas, reproduzem a violência em sua forma excessiva. O verdadeiro sucesso de vários dos objetivos principais do governo Bolsonaro que, somente não caiu, como terminará seu mandato é dado pois “em síntese, o governo atual só está realizando uma agenda programada e em consonância com os interesses do capital financeiro.” (BORGES; MATOS, 2019, p. 74). O conservadorismo é companheiro inseparável do ultraneoliberalismo, atualmente o êxito de um se deve ao sucesso na implementação de outro.

2- Ultraneoliberalismo e ajuste fiscal permanente: de Temer à Bolsonaro

É possível observar uma intensificação da agenda do ajuste fiscal ainda no último governo Dilma Rousseff, sob a intensa pressão a que estava submetido seu governo em função do aprofundamento da crise econômica, aliadas a erosão dos pactos conciliatórios que sustentavam a plataforma governista do PT, expressos entre outros elementos nos escândalos de corrupção. A partir do governo Michel Temer, no ano de 2016, desenvolve-se uma radicalização neoliberal com determinadas características estruturadas, como o arrocho da política macroeconômica e a aprovação de algumas contrarreformas já citadas. O período de devastação tem sua continuidade com o governo Bolsonaro, onde cada vez mais é possível ver as expressões da “questão social” no Brasil e o “direito à miséria” se massificando para milhões de brasileiros.

O projeto encabeçado pela classe rentista e impetrado por Temer e Bolsonaro imputou uma profunda devastação democrática econômica, social, institucional e ambiental brasileira da forma mais veloz que pôde. O ultraneoliberalismo, a partir de 2016, em consonância com um governo protofascista, foi a combinação perfeita para a radicalização do processo de desmonte de uma já frágil estrutura de proteção social.

A rápida ascensão do ultraneoliberalismo assentada em um discurso e práticas político-governamentais ultraconservadoras consolidaram políticas econômicas austerizadas, como definem Costa e Rosa (2021), conceberam um caminho para socializar a barbárie. Através de ações efetivas empreendidas pelo Estado, organizadas com o apoio de uma base parlamentar desde o ano de 2016 e consolidada com a onda bolsonarista, podemos concordar que tal inflexão materializou “o agravamento da crise social através da celeridade do ajuste fiscal e das medidas contrarreformistas” (FREIRE E CORTES, 2021, p. 40).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Segundo Behring (2021), dispositivos jurídicos e institucionais são elaborados já a partir da década de 1990, condensando uma espécie de “ajuste fiscal permanente”. Desde então, tivemos o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRE)(1995), a Desvinculação de Receitas da União (DRU/1994), a Lei de Responsabilidade Fiscal (2001), a Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos (2016) e o Orçamento de Guerra (2020) e consolidaram a transferência de recursos em nome da estabilidade econômica, já que o Estado pode flexibilizar a qualquer momento as regras administrativas e até mesmo orçamentárias, principalmente, quando se trata de “gastos” com as políticas sociais.

Por seu caráter mais extensivo e permanente a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e a Emenda Constitucional 95 despontam como expressão acirrada da inflexão neoliberal a partir de 2016.

A DRU partiu de um mecanismo provisório e se tornou parte de uma estratégia permanente em que, obrigatoriamente, a porcentagem inicial de 20% de todos os impostos e contribuições devem ser desvinculados. Em 2016, durante o governo de Temer, a Emenda Constitucional nº 93/2016 ampliou o alcance da DRU, que passou da incidência de 20% para 30%, acompanhado pela expansão também temporal, passando a valer até o ano de 2023, afiançando a garantia de sua renovação. O aumento da desvinculação junto à EC nº 95 configuram medidas econômicas excepcionais de expropriação econômica e, conseqüentemente, de direitos sociais na esfera mais sensível de sua materialização, ocasionando impacto direto na sua continuidade e manutenção.

Já a Emenda Constitucional nº 95 compõe “a estratégia de formulação de um novo regime fiscal para o Brasil, com o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, é medida inédita no mundo.” (COSTA; LIMA, 2021, p. 313). Enquanto a mídia reproduzia, em 2016, que o Teto de Gastos, como foi denominada a EC, seria utilizada para tentar melhorar contas públicas¹²² já que, segundo o ministro da Economia Henrique Meirelles, a despesa pública teria crescido de forma insustentável no Brasil. Determinados segmentos de parlamentares brasileiros, em defesa da PEC 55¹²³ (EC/95) definem a medida como um ato responsável do Estado e, durante o processo de tramitação, manusearam dados de países centrais que aderiram a um modelo econômico similar de

¹²² Martello, Alexandre; Matoso, Felipe. “Governo propõe teto para gastos públicos com duração de 20 anos”. Net, jun. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/teto-para-gastos-publicos-tera-duracao-de-20-anos.html>>. Acesso em: 14 de mai. de 2022.

¹²³ Medeiros, Étore. “Nenhum país adotou teto de gastos como o da PEC 241”. out. 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/chechagem/2016/10/truco-nenhum-pais-adotou-teto-de-gastos-como-o-da-pec-241/>>. Acesso em: 14 de mai. de 2022.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

contenção de gastos, divulgando a recuperação da economia e queda na taxa de desemprego.

No entanto, à despeito da narrativa ideológica em curso, a EC 95 não permite a expansão do orçamento, especialmente das despesas públicas não obrigatórias nas políticas de saúde, educação, ciência, tecnologia e infraestrutura (TEIXEIRA; BOSCHETTI, 2018), comportando apenas o ajuste da inflação anual e não impactou em melhorias nos níveis de emprego ou indicadores econômicos do país. Ao tempo em que vem promovendo o desfinanciamento das políticas sociais, as despesas com a dívida pública permanecem intocadas. Um ajuste fiscal desse porte é indicativo de uma profunda radicalização neoliberal que vem centrando as bases da destruição das já frágeis estruturas do Estado social brasileiro. Trata-se, portanto, de uma das pilstras centrais da ofensiva ultraneoliberal que ganha contornos cada vez mais destrutivos para a política social brasileira.

Por fim, no sentido de definir sinteticamente o ultraneoliberalismo sua particularidade precípua reside na sua face “ultra”, isto é, uma espécie de “plus” a mais de neoliberalismo, caracterizado pela radicalidade e rapidez com que seus objetivos são traçados e igualmente veloz em relação a expropriação de direitos trabalhistas e sociais da classe trabalhadora. Intensifica o processo de socialização dos custos da crise do capital com todo conjunto da sociedade, enquanto se utiliza da escalada do discurso ultraconservador como mote mobilizador do ressentimento social em prol da agenda reacionária. A jornada de ascensão ultraneoliberal, iniciada em 2016 no Brasil, permeia medidas político-econômicas sem precedentes e sua continuidade dada em 2018 foi essencial para aprofundar o projeto seminal iniciado pelo governo Temer.

Desse modo, aliado ao ultraconservadorismo, o ultraneoliberalismo demonstram sua ampla capacidade de devastação, como classifica Behring (2021), ao afirmar que trata-se da face de um “[...] capitalismo em estado puro, exaurindo a força de trabalho como forma de recompor suas taxas de lucros, o que corrobora o debate anterior sobre a função precípua do fascismo.” (2018, p. 211).

Conforme demonstrado por Cislighi (2021), se o “neoliberalismo de cooptação” comportava tímidas medidas de conciliação de interesses de classes antagônicas, com ganhos (ainda que frágeis) para a classe trabalhadora e as chamadas “minorias sociais”, o ultraneoliberalismo é muito mais brutal e praticamente impermeável às demandas da classe trabalhadora.

3- À guisa de conclusão: Desmonte e assistencialismo: velhos artifícios em novos formatos

Os mesmos órgãos internacionais que definiram a órbita da política social no país e deram origem ao Índice de Desenvolvimento Humano, as “linhas da pobreza”, “mapa da fome” e que reconheceram o potencial das políticas de alívio à pobreza dos governos petistas no que tange aos impactos nos indicadores socioeconômicos, reconhecem a volta do aumento da pobreza no mundo e no país. O Brasil, desde 2018, voltou ao mapa da fome¹²⁴ e, entre os anos de 2018 e 2020 segundo a FAO, OMS e ONU 7,5 milhões de brasileiros voltaram a compor o mapa, aumentando em cerca de 3 milhões de brasileiros no período de dois anos.

Em meados de 2022, em dois anos de pandemia e em quatro anos de uma desgovernada gestão bolsonarista, o Brasil é assolado gravemente por seu maior problema estrutural que atinge 4,1% da população total do país, de acordo com o Mapa da Fome realizado pela Organização para Alimentação e Agricultura (FAO)¹²⁵. A agenda de cortes e falta de vontade política, a não ser a eleitoreira responsável por organizar uma PEC recheada de auxílios incluindo o aumento em duzentos reais no Programa Auxílio Brasil, impulsionaram o aumento quantitativo da população atiradas à de insegurança alimentar grave, somando 61 milhões de pessoas, onde desses, 15 milhões a enfrentam em sua forma moderada.

Em consonância com o desmonte da política de assistência social, o atual governo vem inviabilizando de forma concreta o acesso de diversos segmentos à alimentação, no momento em que fragiliza a concepção da legislação, do programa e dos conselhos relativos à Política de Segurança Alimentar. Ao fragilizar mecanismos que viabilizam o direito humano à alimentação adequada, toda a cadeia de programa e meios necessários para executá-la se tornam igualmente frágeis. O elo entre o SUAS e o Programa de Aquisição de Alimentos, por exemplo, possui uma materialização limitada que acompanha a inconsistência das medidas de atendimento das necessidades da classe trabalhadora.

Desde 2017 a Função 08 (Assistência Social) vem perdendo recursos e com o governo Bolsonaro há uma intensificação do desfinanciamento. Ademais do impacto da EC95, que já é extremamente nociva e implica o congelamento de gastos, o governo

¹²⁴ GUIMARÃES, José. “Com Bolsonaro, o Brasil voltou ao mapa da fome”. Net, jul. de 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniaofrente-ampla/com-bolsonaro-o-brasil-voltou-ao-mapa-da-fome/>>. Acesso em: 13 de mai. de 2021.

¹²⁵ G1. “Brasil volta ao Mapa da Fome das Nações Unidas”. Net, 06 jul. de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>>. Acesso em: 8 de jul. de 2022.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Federal tem impetrado outros mecanismos para amplificar o desfinanciamento, com impactos sobre o núcleo central do pacto federativo e da lógica de financiamento do SUAS que está assentada no cofinanciamento federal.

O alcance da Assistência Social permanece engessado e apenas em um momento excepcional, como o de calamidade pública pela Pandemia da COVID -19, observa-se crescimento nos recursos da União para este campo. No ano de 2020, os gastos executados na Função 08 do orçamento Federal foram de, aproximadamente, R\$ 410 bilhões, de acordo com o Portal da Transparência. Um aumento exponencial, se comparado ao executado em 2019 que foi de R\$ 92,85 bilhões. Devemos elucidar que este crescimento tão significativo se deu em função dos gastos com o pagamento do Auxílio Emergencial, com mais de 60 milhões de beneficiários.

Após o período mais crítico da pandemia, Paulo Guedes, ministro da Economia, insistia que o alto valor do Auxílio Emergencial iria quebrar a economia brasileira e então inicia a jornada de redução do valor até a extinção do benefício, ignorando milhões de brasileiros no desemprego, informalidade e em insegurança alimentar. Apenas na assistência social a queda no volume de recursos para o ano de 2021 foi de mais de 63 % (BEHRING; SILVA, 2022).

Em um contexto de desfinanciamento da política de assistência social e desmonte dos serviços socioassistenciais do SUAS e tendo, o Programa Bolsa Família, uma fila de espera em torno de 1,4 milhão de famílias, o governo Federal, através da Medida Provisória nº 1.061, institui O Programa Auxílio Brasil e extingue o Programa Bolsa Família, em novembro de 2021. De acordo com o governo, “o Programa Auxílio Brasil constitui uma etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da renda básica de cidadania a que se referem o caput e o § 1º do art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.” (BRASIL, Lei nº 14.284 de 29 de dezembro de 2021). No entanto, o padrão e formato do Programa proposto distanciam-se sobremaneira da ideia de renda básica universal.

As consecutivas extinções do Auxílio Emergencial e do Programa Bolsa Família, a PEC dos Precatórios e o processo de pente-fino somado aos consecutivos cortes de mais de 158 mil beneficiários¹²⁶, bloqueios de 654 mil bolsas¹²⁷ e contingenciamento de recursos em nome do controle de gastos estruturaram os subsídios para o novo

¹²⁶Notícias. Política genocida e os cortes no Bolsa Família.Net. ago. de 2020. Disponível em: <<https://adusb.org.br/web/page?slug=news&id=10630&pslug#.YoAt9WjMJdh>>. Acesso em: 14 de mai. de 2022.

¹²⁷Notícias. **Pente-fino cancela 469 mil contratos do Bolsa Família e bloqueia outros 654 mil.** Net. nov. de 2016. Disponível em: <<https://www.ugt.org.br/index.php/post/15168-Pente-fino-cancela-469-mil-contratos-do-Bolsa-Familia-e-bloqueia-outros-654-mil>>. Acesso em: 14 de mai. de 2022.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

programa do governo Bolsonaro que surgia com prazo de validade (final de 2022), expressando de maneira evidente o caráter eleitoreiro da proposta, conforme defendido por Boschetti (2022). O que somente se alterou por que o Congresso garantiu que o benefício extraordinário, que completa o valor de R\$ 400 tenha um caráter mais permanente, com previsão orçamentária pelo menos até 2026

É muito característico de diferentes governos a substituição de programas com vistas à legitimação de seus projetos políticos. No governo Bolsonaro essa tendência assume um alinhamento extremamente ideológico, como o que se deu com as mudanças, por exemplo, do Ministério dos Direitos Humanos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do Bolsa Família para o Auxílio Brasil, o “Minha Casa, Minha Vida” substituído pelo programa “Casa Verde e Amarela”, entre muitos outros.

A proximidade com as eleições e o reconhecimento do potencial de capitalização política de programas de transferência de renda possibilitada pela experiência do Auxílio Emergencial fez com que o presidente mudasse sua postura pública em relação a esta modalidade de programa social.

Seguindo o formato do autoritarismo característico deste governo, o Programa é instituído por decisão unilateral, sem estudo de viabilidade, sem debate ou construção coletiva nas instâncias de pactuação da política de assistência social, com quebra do pacto federativo e desprezo pela institucionalidade recente no campo do SUAS. Pelo formato e composição, o referido programa se afasta do conceito de benefício /direito social que tem uma perspectiva de continuidade de permanência do direito de base constitucional para a perspectiva do auxílio, que carrega o viés da transitoriedade e instabilidade, já que sua base de financiamento está assentada, basicamente, em endividamento público.

Além do mais, a configuração proposta consolida um programa de intensa fragmentação de benefícios, com um assento muito forte dos auxílios complementares. O próprio governo chegou a denominar o Auxílio Brasil como uma “cesta de benefícios”. Nessa mesma direção, o conjunto de critérios para acesso a estes benefícios complementares implica em um recrudescimento das exigências de acesso, como ter grávida, nutriz, criança ou adolescente, pessoas do grupo familiar acessando emprego formal. E, entre outros elementos que assentam uma lógica ainda mais focalista e conservadora, tem mecanismos de ativação para o trabalho muito mais proeminentes do que no PBF.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

4- REFERÊNCIAS

- BEHRING, E. Fundo público, valor e política social. São Paulo: Cortez Editora, 2021.
- BEHRING, E; CISLAGHI, J. F.; SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, M. I. ; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. (ORGs). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia-MG: Navegando Publicações, 2020.
- BOSCHETTI, I. “Há perigo na esquina”: Auxílio Brasil e propostas de esquerda para direitos e políticas sociais. In: **Esquerda Online**. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2022/04/27/ha-perigo-na-esquina-auxilio-brasil-e-propostas-da-esquerda-para-direitos-e-politicas-sociais/>. Acesso em: 26/05/2022.
- BOSCHETTI, I.; TEIXEIRA, S. O. (orgs). O fardo do radical ajuste fiscal para a classe trabalhadora sob a ótica das despesas do Orçamento da Seguridade Social. In: **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, 2018.
- Bravo, M. I. S., Pelaez, E. J., Cislighi, J. F., Behring, E. R., Teixeira, S. O., & Boschetti, I. S. (2020). AJUSTE FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL: retrocessos e desafios em tempos de ofensiva conservadora. *Revista de Políticas Públicas*, 24, 200-220.
- COSTA, C. R. M.; LIMA, R. M. C. Despotismo financeiro e Políticasaustericidas: o ultraliberalismo em ação. In: *Revista Temporalis*, v. 21, n. 41, p. 303-319, 2021.
- AGÊNCIA SENADO. DRU. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/dru>>. Acesso em: 09 maio 2022.
- CISLAGHI, J. F. Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise. In: *Esquerda Online*. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/06/08/do-neoliberalismo-de-cooptacao-ao-ultraneoliberalismo-respostas-do-capital-a-crise/>>. Acesso em: 13 abr. 2022.
- MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência social brasileira nos anos 80 e 90. Cortez, 7ª edição, São Paulo, 2017.
- SINDICONTAS/PR. Orçamento de Guerra: uma PEC para favorecer os bancos. 2020. Disponível em: <https://sindicontaspr.org.br/?area=ver_noticia&id=2162>. Acesso em: 09 maio 2022.
- TOBALDINI, R. T. C; SUGUIHIRO, V. T. A desvinculação de recursos da união – dru e o (des)financiamento da seguridade social brasileira. Brasília, DF: Ipea, 2011. 14 p. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo10.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2022.
- VIEL, R. “O bolsonarismo é o neofascismo adaptado ao Brasil do século 21”. *Apública*, 29 de jul. de 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/07/o-bolsonarismo-e-o-neofacismo-adaptado-ao-brasil-do-seculo-21/>>. Acesso em: 17 de abr. de 2022.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, BENEFÍCIOS EVENTUAIS E DESAFIOS ATUAIS

Aline Macêdo Câmara Gracindo¹²⁸

Bruna Cristina Silva Oliveira¹²⁹

RESUMO:

Partimos de nossas experiências profissionais no campo da Política de Assistência Social e de pesquisa bibliográfica, para levantarmos algumas reflexões sobre os atuais desafios enfrentados pela referida política na materialização dos benefícios eventuais, no atual contexto ultraneoliberal. Os resultados evidenciam que o ultraneoliberalismo neofascista implica no avanço da degradação das condições dignas de vida, com aumento e naturalização da pobreza e do desemprego o que, por sua vez, eleva significativamente a demanda por tais benefícios, que deveriam ser eventuais e complementares, mas acabam se tornando essenciais à sobrevivência da classe explorada.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Benefícios Eventuais. Ultraneoliberalismo.

ABSTRACT:

We start from our professional experiences in the field of social assistance policy and bibliographic research, to bring forth some reflections about modern challenges faced by such policy in the materialization of eventual benefits, in the current ultra neoliberalism context. Results show that the ultra neoliberalism neo-fascist implies the advancement of the degradation of decent life conditions, with increase and naturalization of poverty and unemployment, which, in turn, significantly elevates the demand for the aforementioned benefits which should be occasional and complementary, but in the end become vital to the exploited class's survival.

Key words: Social Assistance Policy. Occasional Benefits. Ultra neoliberalismo.

¹²⁸Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social do município de São Rafael/RN. Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: gracindoaline@gmail.com.

¹²⁹Assistente Social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município de Apodi/RN. Especialista em Políticas Públicas e Intervenção Social. Mestranda em Serviço Social e Direitos Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: bcsohn@gmail.com.

Eixo temático: Política Social, trabalho e questão social: retrocessos e resistências na conjuntura atual.

1- INTRODUÇÃO

Os reflexos da reestruturação produtiva, o desmonte dos direitos sociais e a hipotrofia do Estado Social Democrático de Direito, atingem potencialmente a Política de Assistência Social na prestação de seus serviços e benefícios. Dentre as referências organizadoras dos serviços socioassistenciais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) está a proteção social, a qual prevê a segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, que se materializa através de benefícios continuados e eventuais, os quais compõem a proteção social básica, voltados “a idosos e pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento; pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências; situações de forte fragilidade pessoal e familiar, em especial às mulheres chefes de família e seus filhos” (PNAS, p.40, 2004). Diante do cenário atual de precarização das condições de sobrevivência e desmantelamento das seguranças sociais previstas na Constituição de 1988, a demanda por esses benefícios elevou-se significativamente. As famílias beneficiárias acabam estabelecendo um vínculo de dependência em relação ao que deveria suprir apenas eventualmente algumas de suas necessidades básicas, o que é fruto do aumento do desemprego, do trabalho desprotegido, da pobreza e da extrema pobreza.

2- POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ULTRANEOLIBERALISMO

O *status* de política pública e direito social conferido pela Constituição Federal de 1988, expressou um passo de suma importância na trajetória histórica da assistência social, representou um marco na luta pelos direitos sociais, ofuscado, no entanto, pela onda neoliberalista que redirecionou a ordem econômica mundial, pregando dentre outras coisas, a redução do papel do Estado, a retração das políticas públicas e a negação dos direitos sociais. “Seus pilares fundamentais centram-se nos ajustes econômicos, materializados na privatização e na supremacia do mercado, na cultura anti-Estado, no papel equivocado atribuído à sociedade civil, na desqualificação da política e da democracia” (SIMIONATTO, 2009, p.11).

Orquestrada pela ofensiva neoliberal, a ação sociorreguladora do Estado se retrai, pulverizando os meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores entre organizações privadas mercantis e não-mercantis, limitando sua responsabilidade social à segurança pública, à fiscalidade e ao atendimento, através da assistência social, àqueles absolutamente impossibilitados de vender sua força de trabalho. A classe trabalhadora é também atingida pelos processos de privatização, inicialmente através da venda de empresas produtivas estatais, seguindo-se uma ampla ofensiva mercantil na área dos serviços sociais e de

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

infra-estrutura, tais como os de saúde, previdência, educação, saneamento, habitação etc., amparados pela liberalização da economia, sob a égide da liberdade de mercado e retração da intervenção do Estado (MOTA, 2009, p. 09).

Como retratado por Mota (2009), os reajustes econômicos de ordem ultraneoliberal diminuem a figura do Estado Social Democrático de Direito, priorizando a via mercadológica e as Organizações Sem Fins lucrativos (ONGs) na prestação dos atendimentos as necessidades sociais. Quem não pode acessar seus direitos por essas vias, resta recorrer a Assistência Social, apresentada como a política que ampara “os pobres dos pobres”, os desvalidos, isto é, aqueles que perderam sua valia para a manutenção da ordem social vigente, os incapacitados de vender sua força de trabalho (idosos, crianças, adolescentes, deficientes) e que, portanto, não podem pagar para ter acesso a um plano de saúde, a uma educação de melhor qualidade, a uma segurança privada.

A supracitada autora menciona o voraz processo de privatização que os serviços públicos de atendimento à população vêm sofrendo, como consequência da lei do “tudo pode”, desde que a favor do mercado. “Portanto, a privatização gera uma *dualidade discriminatória*, entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, no mesmo passo em que, propicia um nicho lucrativo para o capital [...]” (BEHRING; BOCHETTI, 2007, p. 159 *grifos dos autores*). Assim, para Yazbek (2001, p. 37) as propostas ultraneoliberais “esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. São propostas fundadas numa visão de política social apenas para se complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade”.

A crise do capitalismo de 2008 com a falência do banco *Lehman Brothers*, seguida pela queda nas bolsas mundiais, demarca o início do recrudescimento do denominado ultraneoliberalismo, praticado moderadamente pelos governos petistas, fortalecido no governo Temer e consolidado na atual gestão bolsonarista. Desde então, deu-se início ao “*show de horrores*”, com a Proposta de Emenda Constitucional 95/2016, a denominada “PEC da morte”, que congelou por 20 anos os gastos públicos e alavancou os processos de privatização da coisa pública, com o fito de beneficiar os capitalistas rentistas e dar continuidade a mercantilização dos serviços públicos sociais, evidenciando, assim o descompromisso com as demandas da sociedade. Além disso, ainda no Governo Temer, tem-se a concretização dos vínculos políticos com a frente parlamentar evangélica, o que despertou a perspectiva familista no entorno da Política de

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Assistência Social, reforçando o viés de proteção conservador, voltado ao modelo tradicional de família, desconsiderando as dinâmicas familiares, ao passo em que a responsabiliza por demandas que deveriam ser supridas pelo Estado.

A recuperação de uma concepção única, nuclear e heteronormativa da família enquanto base da nacionalidade brasileira constitui-se assim num poderoso mito que condensa conservadorismo, nacionalismo militarizado, racismo e religiosidade, constituindo o núcleo da branquitude brasileira e, portanto, instituindo-se enquanto norma-padrão para as relações sociais e políticas (FONSECA; ALENCAR, p.332, 2021).

Com a chegada de Bolsonaro ao poder em 2018, presenciamos o recrudescimento do ultraneoliberalismo “caracterizada pela fusão de seu característico fundamentalismo de mercado com a retomada de uma espécie de ‘nacionalismo ultra militarizado’, projeto constitutivo da branquitude republicana brasileira fundado na lógica do genocídio” (FONSECA; ALENCAR, p.328-329, 2021). Algumas investidas nefastas dessa mistura foram: o esvaziamento dos espaços públicos decisórios, mediante a tomada de descabidas medidas decretistas, a exemplo do Decreto n. 9.759/2019, que extinguiu e limitou o funcionamento de conselhos, comitês, comissões, fóruns, dentre outros. O resgate do modelo tradicional de família e a conseqüente negação da diversidade, dos direitos de segmentos sociais marginalizados (LGBTQIA+, negros, indígenas e mulheres). E o agravamento da pobreza e da extrema pobreza, fruto do desemprego estrutural e dos retrocessos no âmbito dos direitos trabalhistas, despindo o trabalhador de proteção legal e fortalecendo a aliança com o empresariado, mediante condições de trabalho precárias, intensificação da flexibilidade, da rotatividade, da instabilidade, de demissões abusivas e da informalidade (típicos do processo de reestruturação produtiva).

Esse quadro marcado pelo desemprego estrutural e pela desregulamentação dos direitos trabalhistas, se desenvolve acompanhado de uma pífia e retraída proteção social aos sujeitos sociais que, no mínimo, são alvos de políticas descontínuas, fragmentadas e compensatórias, as quais alimentam a refilantropização e a despolitização da “questão social”. Assim, a Política de Assistência Social se caracteriza na contemporaneidade, pelo trinômio da despolitização-desfinanciamento e familismo.

3- BENEFÍCIOS EVENTUAIS E OS DESAFIOS PARA SUA MATERIALIZAÇÃO ENQUANTO DIREITO SOCIAL

Os serviços socioassistenciais no Sistema Único de Assistência Social são organizados a partir de três pilares: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional. Entre as aquisições ofertadas no eixo da proteção social, destacamos a segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, com ênfase nos benefícios eventuais que, segundo o que estabelece a Lei Orgânica de Assistência Social em seu Art. 22º “ são provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública” (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

De acordo com o documento de orientações técnicas sobre benefícios eventuais no SUAS, produzido pelo Ministério da Cidadania em 2018, os benefícios eventuais são concedidos em forma de pecúnia, bens ou serviços e buscam garantir segurança de sobrevivência aos indivíduos ou famílias que estão impossibilitados, temporariamente, de enfrentar, por conta própria, vulnerabilidades em decorrência de perda, danos, riscos e agravos. Logo, “visam restaurar a segurança social de indivíduos e famílias em situação de insegurança social, que foram acometidas por um evento, uma contingência, que ocasionou ou agravou uma situação de vulnerabilidade social” (BRASIL, 2018, p. 21).

O benefício eventual por situação de nascimento compreende provisões com vistas a reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família, como o “apoio à mãe no caso de morte do recém-nascido ou apoio à família no caso de morte da mãe” (Art. 5º). Já o benefício eventual por situação de morte, também chamado de benefício eventual funeral (ou auxílio-funeral), visa garantir o enfrentamento de vulnerabilidades que surgem ou se intensificam depois da morte do membro da família (Resolução CNAS nº 212, 2006).

No que se refere ao benefício eventual de vulnerabilidade temporária, esse está relacionado a ocorrência de fatos ou situações inesperadas que comprometam a segurança social de sujeitos ou famílias. São situações que caracterizam a vulnerabilidade temporária, segundo o Art. 7º do Decreto 6.307/07:

I - A falta de: a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação; b) documentação; e c) domicílio; II - situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos; III - perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

de situações de ameaça à vida; e V - outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Destacamos ainda o benefício eventual por calamidade pública, o qual visa garantir mínimos sociais a pessoas e famílias que se encontram em situação de insegurança social provocada por baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios e epidemias. “O objetivo é assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal, respeitadas às responsabilidades precípuas das políticas de Assistência Social, de Defesa Civil, Habitação, entre outras” (BRASIL, 2018, p. 60).

A partir dessas definições, podemos compreender que os benefícios eventuais são proteções sociais indispensáveis para a garantia da dignidade humana de pessoas em situação de vulnerabilidade social. No entanto, apesar de termos avançado no que se refere as suas definições, muitos ainda são os desafios para sua materialização.

O primeiro deles tem relação com seu caráter integrativo, isto é, por se configurar como aquisições temporárias, os benefícios eventuais necessitam estar integrados a rede de serviços socioassistenciais e intersetoriais, pois, somente a partir de uma perspectiva de integralidade e totalidade é que as situações de risco social podem ser minimizadas. No entanto, o que temos presenciado, no cotidiano profissional da Política de Assistência Social, é que os benefícios eventuais têm perdido seu caráter temporário, tornando-se um benefício permanente em decorrência do desmonte dos direitos sociais que, por vez, inviabilizam padrões dignos de vida e a consequente superação da vulnerabilidade social vivenciada. Desse modo, os sujeitos atendidos nos equipamentos sociais não conseguem dispor de autonomia para enfrentar os desafios do cotidiano familiar e comunitário, uma vez que, o acesso precário aos serviços de habitação, emprego, lazer, saúde, educação, entre outros, impossibilitam sua função protetiva.

Esse cenário é resultado de cooptação do Estado pelo capital financeiro que, ao conclamar a necessidade de redução do Estado social, penaliza duramente a classe trabalhadora, pois

De um lado ampliam-se as necessidades não atendidas da maioria da população, pressionando as instituições públicas por uma demanda crescente de serviços sociais. E de outro lado, esse quadro chocasse com a restrição de recursos para as políticas sociais governamentais, coerente com os postulados neoliberais, que desmontam as políticas públicas de caráter universal, ampliando a seletividade, fragmentação e mercantilização dos programas e serviços sociais (IAMAMOTO, 2007, p. 148).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Outro desafio relacionado a materialização dos benefícios eventuais se refere a seletividade, isto é, mediante o desfinanciamento da Política de Assistência Social, os benefícios eventuais têm perdido seu caráter de direito social, uma vez que, apesar do seu acesso ser garantido a todos que deles necessitem, sua concessão acaba sendo marcada pela seleção do mais necessitado entre os necessitados. Assim, famílias e sujeitos que são público-alvo dos benefícios eventuais acabam tendo seu direito negado, mediante os poucos recursos destinados as afianças sociais. Isso ocorre porque

Ao haver uma subordinação dos direitos sociais a lógica orçamentária, observa-se uma inversão: ao invés do direito constitucional orientar a distribuição das verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido a disponibilidade dos recursos, isto é, são as definições orçamentárias que se tornam parâmetros inquestionáveis para a implementação dos direitos sociais, justificando as prioridades governamentais (IAMAMOTO, 2007, p. 149).

Além disso, não podemos deixar de destacar o desafio posto pela cultura assistencialista que incide sobre os benefícios eventuais. Ao manter tais benefícios como política de governo ao invés de política de Estado, as gestões municipais, prioritariamente, utilizam os benefícios eventuais como valor de troca, endossando práticas paternalista e clientelista, a partir da indicação de quais sujeitos vão ser contemplados com o benefício eventual. Essa realidade se agudiza mediante a falta de regulamentação dos benefícios eventuais. Ou, quando regulamentados, sua transformação em letra morta.

Não é casual que a prática da concessão dos benefícios eventuais venha apresentando as seguintes tendências: cada governo municipal os concebem, denominam, proveem e administram, de acordo com o seu entendimento, valendo-se quase sempre, do senso comum para, dentro de suas possibilidades financeiras gerenciais, atender contingências sociais prementes. Tem-se, assim, num espaço não desprezível de participação da Assistência Social como política pública e direito de cidadania a condenável prática do assistencialismo que, além de desafiar os recentes avanços no campo assistencial, vem se afirmando como um não-direito social (PEREIRA, 2010, p.20).

Portanto, garantir benefícios eventuais a partir da perspectiva do direito e da universalidade do acesso requer lutar pela primazia da responsabilidade do Estado na condução das políticas públicas e na ampliação dos direitos sociais, bem como contribuir para a organização coletiva da classe trabalhadora, com vistas a superação da ordem capitalista vigente.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as análises aqui desenvolvidas, resta evidente que no atual cenário político-econômico brasileiro, de predomínio da extrema-direita de viés fundamentalista cristão e militarista-autoritário, o padrão de reprodução social das classes empobrecidas caiu drasticamente. Com isso, os benefícios eventuais como parte dos serviços socioassistenciais, acabam sendo descaracterizados e assumindo um lugar central na sustentação de famílias e indivíduos que tiveram suas condições de vida gravemente afetadas pelo ultraneoliberalismo. Sem contar que, nos espaços de operacionalização da Assistência Social há o reavivamento de práticas reiteradas de conservadorismo, assistencialismo e do velho primeiro-damismo, bem como veem sendo potencializados os processos de desfinanciamento e despolitização desta.

Nesse norte, se faz urgente a defesa do financiamento da Política de Assistência Social e demais políticas públicas, dos espaços de controle social, e o combate a onda neoconservadora que se recrudescer, alimentando visões unilateralistas, racistas e sexistas.

5- REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução CNAS n. 212**, de 19 de outubro de 2006.

BRASIL. **Decreto Presidencial n. 6.307**, de 14 de dezembro de 2007.

BRASIL. (2004). Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** - Brasília, secretaria Nacional de Assistência Social.

BRASIL. **Orientações técnicas sobre benefícios eventuais no SUAS**. Ministério da Cidadania, 2018.

FONSECA, R. S. R. da.; ALENCAR, T. R. de. Para uma análise inicial dos impactos do ultraneoliberalismo brasileiro sobre a reprodução social. **RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. 6, nº 10, p. 317-338, jan.-jun./2021.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche**. Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. São Paulo: Cortez, 2007.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

MOTA, A. E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

SIMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS nº 3, 2001, p.33-40. Disponível em http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social201804131245276705850.pdf. Acesso em 16 de jun. de 2021.

BENEFÍCIOS EVENTUAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: uma análise das demandas e desafios na oferta no município de Parintins/Am

Isabelle Ferreira Teixeira¹³⁰

Dayana Cury Rolim¹³¹

Resumo: Este artigo buscou analisar as demandas e os desafios na oferta dos benefícios eventuais de assistência social em tempos de pandemia da Covid-19 no município de Parintins/AM. Realizou-se entrevista semiestruturada com as assistentes sociais que atuam no plantão social no setor dos Benefícios Eventuais da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SEMASTH) e análise com abordagem qualitativa. Verificou-se que diante do período pandêmico houve um aumento das demandas por serviços socioassistenciais na Proteção Social Básica. Assim, acredita-se que a oferta de Benefícios Eventuais tem contribuído para atender as necessidades de parte dos cidadãos em situações de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Benefícios eventuais; assistência social; pandemia.

Abstract: This articles ought to analyze the demands and challenges in offering eventual social assistance benefits in times of the Covid-19 pandemic in the municipality of Parintins/AM. A semi-structured interview was carried out with social workers who work on social duty in the Eventual Benefits sector of the Municipal Department of Social Assistance, Work and Housing (SEMASTH) and analysis with a qualitative approach. It was found that in the face of the pandemic period there was an increase in demands for social assistance services in Basic Social Protection. Thus, it is believed that the offer of Eventual Benefits has contributed to meet the need of part of citizens in situations of social vulnerability.

Keywords: Eventual benefits; social assistance; pandemic.

¹³⁰Acadêmica do curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas, Campus Parintins. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Sociais e Seguridade Social na Amazônia. E-mail- isabelleteixeira25101999@gmail.com

¹³¹Professora doutora adjunta do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Sociais e Seguridade Social na Amazônia. E-mail- dayana.rolim@gmail.com

1- INTRODUÇÃO

Este artigo traz a discussão sobre as demandas e os desafios na oferta dos benefícios eventuais de assistência social em tempos de pandemia da Covid-19 no município de Parintins/AM. A hipótese é que a pandemia da covid-19 juntamente à crise econômica do país agravou as situações de vulnerabilidades sociais da população de baixa renda, gerando novas demandas aos benefícios sociais da política de assistência social.

A pandemia do novo coronavírus tem afetado milhões de trabalhadores, gerando desemprego e causando danos às famílias vulnerabilizadas. Nesse contexto, o cenário pandêmico adquiriu visibilidade pública, dada a sua magnitude, todavia, com o intuito de suprir as necessidades básicas, muitas famílias recorreram aos benefícios eventuais ofertados pelos serviços socioassistenciais da Política Pública de Assistência Social.

A assistência social reconhecida e amparada legalmente pela constituição federal de 1988, como direito do cidadão e dever do Estado é uma política pública que realiza ações socioassistenciais e assenta suas bases pela Lei Orgânica de Assistência Social-Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993. Nesta legislação, os Benefícios Eventuais integram o artigo 22 e fazem parte do rol de serviços socioassistenciais que compõe a Proteção Social Básica.

A proteção social básica busca prevenir situações de risco e vulnerabilidade social por meio da potencialização de vínculos familiares, comunitário e afetivo (PNAS, 2004). Segundo Rizzotti (2009), a vulnerabilidade social está associada à insuficiência de uma rede de proteção que garanta às famílias o acesso aos direitos.

Em tempos de pandemia, os benefícios eventuais surgem como alternativa para cobrir as necessidades básicas dos cidadãos desprotegidos e expostos aos riscos, perdas e danos vivenciados em circunstâncias como: ausência de documentação, alimentos, residência, violências, ruptura de vínculos familiares e situações de ameaça a vida (BRASIL, 2018).

Destaca-se que a Política de Assistência Social sempre foi necessária aos seus usuários, principalmente na garantia da sobrevivência de vários segmentos de trabalhadores e grupos sociais deste país, como os desempregados, a população de rua, os indígenas, os quilombolas, ribeirinhos, agricultores, dentre outros sujeitos que têm a assistência social como uma via de acesso à serviços, programas, benefícios e demais políticas setoriais.

Dessa forma, os Benefícios Eventuais inserido na Proteção Social Básica são imprescindíveis para cobrir as necessidades básicas daqueles de que dela necessitam. São provisões ofertadas em forma de pecúnia e bens de consumo que contribuem para garantir a Proteção Social dos grupos majoritários da sociedade. Nessa perspectiva, é dever do poder público implementar políticas públicas sociais concretas para viabilizar os direitos dos cidadãos vulnerabilizados.

2- Benefícios eventuais: da Lei Orgânica da Assistência Social ao reordenamento à luz da Política de Assistência Social

Os benefícios eventuais são provisões gratuitas de caráter complementar e provisório, e são concedidos aos cidadãos que se encontram em situações de vulnerabilidade temporária, calamidade pública, ou ainda em razão dos acontecimentos que incidem sobre os ciclos da vida, como nascimento e morte.

De acordo com Bovolenta (2011, p, 366), “a concessão de auxílios e benefícios é uma prática inerente de atenção por parte da assistência social, a qual se construiu no campo do direito”. Porém, tais benefícios só passaram a ser reconhecidos como direitos socioassistenciais por esta política a partir de 1993 com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Esta legislação afirma no Art. 22, “entendem-se por benefícios eventuais aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo”. Sendo assim, a provisão dos benefícios eventuais é prevista pela Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS desde 1993 e foi incorporada mais adiante pela lei nº12. 435, de 2011, nesta há a responsabilização dos Conselhos de Assistência Social em suas respectivas esferas-municipais, estaduais e Distrito Federal.

Nessa direção, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) no decreto n. 212/2006 estabeleceu critérios e prazos para a regulamentação dos benefícios eventuais. O artigo 4º do documento menciona “a regulamentação dos benefícios eventuais e a sua inclusão na Lei Orçamentária do Distrito Federal e dos municípios dar-se-ão no prazo de até doze meses e sua implementação até vinte e quatro meses [...]”.

Portanto, somente em 2007 foi decretada a Lei nº 6. 307, de 14 de dezembro, que regulamentou os benefícios eventuais dando enfoque as situações de calamidade pública e vulnerabilidade temporária. O referido decreto estabelece princípios normativos que orientam as ofertas dos Benefícios Eventuais e estão em consonância com a Lei

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Orgânica de Assistência Social no Art. 4º da Lei 8. 742/1993. Assim, um desses princípios é a, *I-Integração à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas*. Com base nessas legislações que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) define e assenta fundamentos cruciais para a execução de ações, visando estabelecer objetivos direcionados à Proteção Social.

Com o avanço da pandemia da Covid-19 desde março de 2020, os segmentos mais vulneráveis da sociedade têm sido duramente impactados, necessitando de medidas de proteção social em seus variados setores. Nesse momento de excepcionalidade, vários campos de trabalho criaram estratégias para o acompanhamento dos usuários aos serviços públicos e privados.

No âmbito da política de assistência social o Ministério da Cidadania disponibilizou a Portaria Nº337, de 24 de março de 2020, que trata acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Nesta resolução foi acordado que os atendimentos aos usuários seriam realizados por meio de ligação telefônica ou via WhatsApp, sendo voltados principalmente aos grupos de risco, tais como idosos, gestantes e lactantes, visando assegurar sua proteção.

Para tanto, a mesma portaria orienta o Sistema Único de Assistência Social a disseminar informação acerca dos cuidados necessários a prevenção do novo coronavírus. Além disso, a socialização de informação acerca dos serviços da rede socioassistencial e as estratégias adotadas em tempos de pandemia da covid19 foi extremamente necessária aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, para que os mesmos tivessem acesso às necessidades básicas.

3- Demandas dos benefícios eventuais de assistência social e possibilidades da oferta no município de Parintins/Am

Em período pandêmico, os benefícios eventuais constituíram-se como uma alternativa para diminuir os efeitos nefastos da crise sanitária, tendo como objetivo cobrir as necessidades básicas de alimentação, higiene e moradia das famílias em situação de vulnerabilidade. Diante disso, os Benefícios Eventuais são ofertados de acordo com as normativas previstas pelo SUAS, sendo caracterizados como auxílio natalidade, auxílio funeral, vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

O auxílio natalidade conforme a Resolução Nº212/2006 constitui-se como uma provisão temporária, não contributiva da assistência social, é concedido em forma de

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

bens de consumo e direcionado à família para atender as condições do nascimento. No município de Parintins/Am, recentemente, o auxílio natalidade, segundo a assistente social 01 da equipe do Plantão Social da SEMASTH, tem a demanda acentuada voltada para a concessão de “kit bebê”.

No ano de 2020 foram ofertados cerca de 521 kits bebê e no ano de 2021, houve um aumento expressivo de procura sendo concedido 1.045 Kits. Este benefício geralmente contém os itens como enxoval, utensílios de higiene e alimentação, sendo ofertado de acordo com a dignidade e cultura da família beneficiária.

A respeito do auxílio funeral, em conformidade com o Conselho Nacional de Assistência Social, decreto Nº212/2006 que regulamenta os Benefícios eventuais, o auxílio funeral constitui-se como uma prestação temporária que visa reduzir a vulnerabilidade da família em situação de morte.

Durante a pandemia da covid-19a demanda por auxílio funeral no Município de Parintins ocorreu, principalmente, pelas famílias que não têm condições de custear as despesas dos serviços advindos da morte. Assim, constatou-se que a oferta para esse auxílio se deu basicamente para cobrir as despesas através da concessão de urna funerária, sendo concedido no ano de 2020 um total de 303 urnas funerária, já no ano de 2021 houve um aumento expressivo, sendo concedidas 675 urnas pelo serviço funeral.

Na atual conjuntura, a oferta de benefícios eventuais voltada às pessoas vulnerabilizadas tem se intensificado, sendo as cestas básicas a maior demanda no município de Parintins. No entanto, foram concedidas no ano de 2020 um total de 4.305 cestas básicas, já no ano de 2021 a demanda elevou-se para 10.508 concessão deste benefício, sendo o limite da oferta, pois sabe-se que a demanda é bem maior.

A respeito disso, o assistente social 01 que atua no plantão social da Secretaria Municipal de Assistência Social elucida que:

A demanda é muito grande, quando acontece algo como a pandemia, a demanda acaba sendo maior, inesperada. Para amenizar a situação das famílias é concedida a cesta básica, mas acaba chegando um quantitativo, por exemplo, o governo pode mandar 3.000 Cestas Básicas a gente tem que ter a ‘tendência’ de 3.000 cestas, mas as vezes acaba passando. E isto não é o suficiente, então a gente tem que ir atrás de recursos.

Com isso evidenciou-se que os poucos recursos destinados à política pública de assistência, resulta na focalização e seletividade dos benefícios eventuais direcionados às famílias em situação de extrema pobreza. Sabe-se que a pandemia agravou a vulnerabilidade social dos cidadãos, gerando desemprego, violência, pobreza, entre outras condicionalidades.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Em vista disso, a procura por cestas básicas tornou-se acentuada, um dos motivos está atrelada ao aumento do desemprego. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021), apontam que a taxa de desemprego, no primeiro trimestre de 2021 atingiu 14,8%. Isto retrata a realidade de milhares de pessoas que não têm condições de suprir as necessidades materiais de existência, mas também comprova a inoperância do Estado na implementação de políticas públicas permanentes relacionadas à segurança alimentar.

Diante do alto índice de desemprego e de situações de calamidade pública como a enchente que atingiu o município no ano de 2020 e 2021, a Semasth concedeu o aluguel social às famílias atingidas. Assim, pode-se dizer que a “calamidade” ou “desastre” faz parte de uma historicidade sociocultural e política de acesso desigual às riquezas sociais, o que acarretou ocupações precárias e em áreas de risco (CFESS, 2022).

Em situações de calamidade pública, a Política de Assistência Social não intervém de forma isolada, mas opera junto à Defesa Civil. No mais, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) articulado à Defesa Civil e em consonância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais são responsáveis pelo mapeamento territorial, com intuito de estabelecer o Serviço de Proteção às famílias afetadas por desastres naturais.

As ofertas dos benefícios sociais direcionadas às pessoas em situações de vulnerabilidade e risco social são geralmente concedidas de acordo com as necessidades detectadas pela equipe que atua no Plantão Social, sendo avaliada as vulnerabilidades agravadas por ocorrências que geram perdas e afetam a integridade física e psíquica dos indivíduos e membros da família.

Nesse contexto, percebe-se que a equipe do plantão social atende à demanda dos usuários conforme a realidade específica das famílias. Constatou-se que mesmo atendendo as demandas e ofertando todas as modalidades de benefícios. Existe um protocolo a ser seguido pelos profissionais, ou seja, é feita uma seleção para que os benefícios sejam concedidos às famílias em situação de vulnerabilidade.

De acordo com as falas das assistentes sociais do plantão social, verificou-se que a seleção é feita mediante a renda per capita familiar:

A seleção é por conta da situação de vulnerabilidade e se a família se encaixa no perfil. Tem muita gente que tem renda no final do mês, mas tem família que não tem nenhuma renda. Só tem do auxílio Brasil que agora é 400 reais por mês, mas fora isso, tem indivíduo que não tem renda nenhuma, não recebe nenhum benefício. Então essas são as principais famílias que passam a ser selecionadas para receber o benefício eventual (Assistente social 02).

É traçado um perfil, é levado em consideração a questão da renda, é verificado se a pessoa é um servidor público, se ela recebe algum benefício

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

socioassistencial. Temos o auxílio Brasil, o auxílio estatal, o BPC 87/88. Mas tem suas exceções. Há famílias digamos que, tem um emprego, mas naquele determinado mês, ficou desempregado, como ocorreu na pandemia, que houve o aumento do desemprego, ou ainda devido a uma possível eventualidade e precisou de algum benefício, mas enfim, a gente sabe que a gente está sujeito a isso, aí é analisado, se a pessoa se enquadrar, é contemplada (Assistente social 03).

Verificou-se nas falas dos assistentes sociais que, o atendimento no plantão social, faz-se necessário à população em situação de vulnerabilidade. Porém, percebeu-se que ao seguir à rigor os critérios de seleção para a concessão dos benefícios eventuais, os profissionais correm o risco de cair nas armadilhas do assistencialismo. Reproduzindo assim, a prática conservadora e pragmática.

Em tempos de pandemia isto tornou-se evidente, principalmente no que concerne à tentativa de atender as demandas imediatas. Contudo, foi necessário atuar com base nas diretrizes e princípios que norteiam a ação profissional no âmbito da política de assistência social em tempos de pandemia da covid19, visando a concessão de oferta de benefícios eventuais aos cidadãos em situações de vulnerabilidade, atuando de forma crítica em meio a um cenário caótico de destituição dos direitos de cidadania.

Infere-se, portanto, que a equipe do Plantão social que atua no setor dos benefícios eventuais, responsáveis pela efetivação de políticas voltadas aos direitos de cidadania, devem criar estratégias e mecanismos de intervenção diante do atendimento de demandas e operacionalização de oferta por benefícios eventuais em tempos de pandemia da covid19. De modo a possibilitar o acesso da população vulnerabilizada aos benefícios socioassistenciais, visando cobrir as necessidades básicas dos cidadãos.

4- CONCLUSÃO

A partir do exposto foi possível compreender a importância e essencialidade dos serviços ofertados pela política pública de assistência social, principalmente no que tange à concessão de benefícios eventuais. Verificou-se que há um aumento significativo de demandas por serviços socioassistenciais por parte de segmentos sociais vulnerabilizados, que recorrem aos benefícios eventuais nas modalidades de auxílio natalidade, vulnerabilidade temporária, entre outros, em meio a um contexto de cortes de recursos orçamentários destinado à Política de Assistência Social.

Diante desta perspectiva, ressalta-se o trabalho do Assistente Social na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SEMASTH) frente aos desafios impostos tanto pelas condições objetivas das instituições empregadoras, quanto pelo

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

cenário instaurado pela pandemia da Covid-19. Logo, os profissionais tiveram que redefinir suas ações, fundamentando-se a partir do arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, atuando de forma crítica na busca pela garantia e efetivação dos direitos sociais.

5- REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Secretaria Nacional da Assistência Social: Departamento de Benefícios Assistenciais e Previdenciários: Coordenação Geral de Regulação e Análise Normativa. Orientações Técnicas Sobre Benefícios Eventuais no SUAS. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Portaria nº 337/2020. Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Diário Oficial da União de 25/03/2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-337-de-24-de-marco-de-2020-249619485>

BOVOLenta, G, A. Os benefícios eventuais previsto na LOAS: o que são e como estão. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 106, p. 365-387, abr./jun. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Brasília, novembro de 2004.

CFESS manifesta. O trabalho de assistentes sociais em situações de calamidades. Brasília (DF), 21 de março de 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6307.htm

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm

BRASIL. Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 26 de janeiro de 2022.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional De Assistência Social. Resolução Nº 212, de 19 de outubro de 2020. Diário Oficial da União. Nº207, 26 de outubro de 2020.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

IBGE/PNAD COVID19. Desemprego atinge 14 milhões de pessoas na quarta semana de setembro. In: agenciadenoticias.ibge.gov.br.

RIZOTTI, M. L. A. Centro de referência especializado de assistência social (CREAS): a proposição de garantir atenção à situação de risco vulnerabilidade. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, J, C; AGUINSKY, B, G. O sistema único de assistência social: as contribuições à fundamentação e os desafios de implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID 19 NA CIDADE DE SÃO PAULO

Robson de Jesus Ribeiro¹³²

Maria José de Oliveira Lima¹³³

RESUMO:

O novo Coronavírus exigiu das políticas públicas medidas voltadas para a prevenção e mitigação aos agravos causados pela crise sanitária. Nesse cenário, busca-se compreender as estratégias de gestão da Política de Assistência Social na cidade de São Paulo no enfrentamento da calamidade pública frente à experiência já consolidada com emergências e riscos socioambientais. Espera-se com esse estudo aprimorar o debate sobre o enfrentamento de riscos e emergências socioambientais na Assistência Social minimizando possíveis impactos no cotidiano vivido pela população.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Assistência Social. Calamidade Pública.

ABSTRACT:

The new Coronavirus required public policies to take measures aimed at preventing and mitigating the harm caused by the health crisis. In this scenario, we seek to understand the management strategies of the Social Assistance Policy in the city of São Paulo in the face of public calamity in the face of the already consolidated experience with emergencies and socio-environmental risks. This study is expected to improve the discussion on coping with socio-environmental risks and emergencies in Social Assistance, minimizing possible impacts on the daily life of the population.

Key Word: Public policy. Social Assistance. Public Calamity.

¹³² Mestre em Desenvolvimento Territorial e Doutorando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP/FCHS

¹³³ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/FCHS e líder do Grupo de Pesquisa Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social – GESTA – EIXO: – Política Social, trabalho e questão social: retrocessos e resistências na conjuntura atual

1- INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender as estratégias de enfrentamento da SARSCOV-2 (COVID-19) na megalópole de São Paulo no contexto da Política Municipal de Assistência Social.

Nesse sentido é necessário contextualizar questões importantes no sentido de enfrentamento da crise sanitária com rebatimentos sociais, econômicos, políticos e ambientais no país.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil, atualmente ocupa o 7º lugar no ranking de país mais desigual no mundo, conforme o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD,2019). Em 2019 eram 206 pessoas acumulando uma riqueza correspondente á quase 20% do PIB brasileiro (IBGE/PNAD, 2019).

Do lado oposto, milhares de pessoas vivem em situação de miséria, onde 104 milhões de pessoas têm renda média per capta inferior á R\$413,00 mensais e 10,4 milhões de pessoas sobrevivem com menos de R\$51,00 mensais (IBGE/PNAD, 2019).

É importante destacar que a desigualdade que assola o Brasil também se manifesta nas relações de trabalho, onde em 2019 tínhamos um contingente de 12, 6 milhões de brasileiros nesta situação e, também 41,4% de seus trabalhadores em situação de trabalho informal (IBGE/PNAD, 2019).

Lara e Hillesheim (2020) explicitam que a COVID-19 provocou diversas incertezas no mundo do trabalho; dessas a única certeza é que as classes subalternas e vulneráveis estão sendo e continuarão a ser as mais atingidas. Para os autores a pandemia acentuou a crise econômica que coexistia com a crise ecológica (aquecimento global, desmatamentos, poluição), gerando uma crise sanitária em proporções globais (LARA e HILLESHEIM, 2020).

Nesse contexto, segundo Lara e Hillesheim (2020), a produção destrutiva intensificou sua ação e colocou em xeque o direito à vida. Por isso, são necessárias políticas de seguridade social que ofereçam saúde, emprego e assistência social para milhões de pessoas que entrarão em pobreza absoluta.

Em uma escala global, as políticas sociais têm sido contestadas por determinados grupos que através da retórica de enfrentamento ao novo Coronavírus, tem se enfatizado

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

a necessidade de contrarreformas, agravando ainda mais a situação de crise profunda que estamos vivendo, onde segundo Yazbek et.al., (2020) as desigualdades se tornam mais visíveis, atingindo de forma distinta alguns grupos da população.

No Brasil, tal enfrentamento às políticas sociais, no sentido de enfraquecimento das políticas públicas e da ciência é frequentemente veiculado em diversos espaços, principalmente na mídia, essas ações têm se intensificado após o surgimento do novo Coronavírus.

Para Yazbek et.al., (2020), a situação de calamidade pública na qual estamos imersos, torna mais visível a aguda crise e expõe os pontos críticos das contrarreformas neoliberais no Brasil, em favor do grande capital e em detrimento das necessidades e direitos das classes trabalhadoras.

A expansão da(s) direita(s) no cenário nacional e internacional, o crescimento do conservadorismo de traços fascistas e intensa precarização das condições de trabalho e de vida são expressões concretas da atual fase de acumulação do capitalismo internacional que não podem ser creditadas à pandemia causada pelo novo Coronavírus (YAZBEK, et al., 2020 p. 207).

A Pandemia coloca na pauta do dia a reflexão de que se o vírus não faz distinções para infecção, por outro lado, os privilégios de classe desvelam os abismos socioeconômicos da sociedade brasileira, que segundo Toledo e Rosa (2020) a partir dessa realidade escancarada, muitas ações poderiam ser tomadas no sentido de enfrentamento à essas questões, mas, ao que parece, a lógica adotada para a condução das políticas públicas tem focalizado a “indústria na UTI” e a “morte dos CNPJs”.

2- DESENVOLVIMENTO

De modo geral, a crise oriunda do novo Coronavírus apenas reafirma questões já vivenciadas no âmbito das políticas públicas diariamente em todo o Brasil. Para Mascaro (2020), a dinâmica evidenciada pela pandemia é o modelo de relação social baseado na apreensão dos meios de produção pelas mãos de alguns e pela exclusão da maioria dos seres humanos do sustento natural da sua subsistência.

Uma das expressões dessa divisão desigual dos meios de produção e distribuição de riquezas se materializa na precarização das relações de trabalho, segundo Mascaro, (2020) as classes desprovidas de capital são coagidas a obter através de estratégias de venda a sua força de trabalho.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

A imensa desigualdade existente apenas intensifica os custos humanos da pandemia. Mascaro (2020) afirma que o flagelo do desemprego, as habitações precárias (que inviabilizam suportar a quarentena), as contaminações em transporte público lotados e a fragilidade do sistema de saúde são exatamente e necessariamente contradições históricas do sistema capitalista.

São Paulo, enquanto maior cidade do país acumula cenários de agudização da pandemia e explicita as inúmeras desigualdades socioterritoriais existentes, demonstrando necessidade urgente de intervenção das políticas públicas.

Boaventura de Souza Santos (2020), afirma que as discussões sobre as medidas de enfrentamento à pandemia e, também os debates culturais, políticos e ideológicos, que frequentemente conduzem o rumo da ciência, têm uma opacidade estranha que decorre do distanciamento em relação ao cotidiano vivido pela maioria da população. Diante disso, alguns problemas existentes na vida das pessoas como a mortalidade infantil, expectativa de vida e condições de moradia, por exemplo, ficam em segundo plano.

É nesse processo de intensificação de vulnerabilidades sociais e ambientais que se tornam cada vez mais possíveis quadros de riscos, emergências e calamidades e as diversas barbáries que a humanidade produz. Mészáros (2011, p.29) aponta que o que está necessariamente em curso atualmente não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento histórico.

Os abismos sociais presentes no lócus desse projeto de pesquisa servem para contextualizar e justificar a escolha do recorte de estudo e a necessidade de intervenção das políticas públicas e estão analisados pelas Figuras 1 e 2.

A Figura a seguir mostra que o distrito de Moema (81 anos) e Jardim Paulista (80 anos) tem a maior idade média ao morrer da capital e registraram número baixo de óbitos por Covid-19. Ambos os distritos somaram 130 casos de falecimentos.

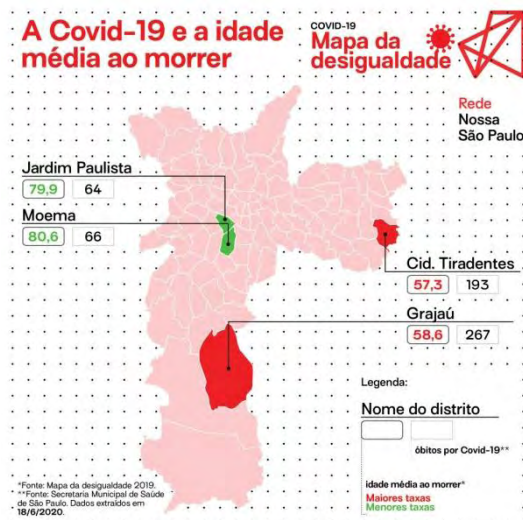
Do lado oposto, temos os distritos Grajaú (59 anos) e Cidade Tiradentes (57 anos), que além de apresentarem a menor idade média ao morrer, demonstram altos números de óbitos por Covid-19, somam 469 mortes.

Isso representa que os distritos mais vulneráveis têm 3,5 vezes mais óbitos se comparados a distritos localizados em regiões mais abastadas da cidade.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Figura 1. Covid-19 e idade média ao morrer na cidade de São Paulo



Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2020.

A intensa desigualdade socioterritorial, ilustrada pela Figura 1, deixa evidente que a pandemia vitimiza com maior frequência a população que reside em regiões mais periféricas e que convive com acesso limitado às políticas públicas. Evidencia ainda, a seletividade do atual modelo de sociabilidade vigente e mostram que alguns indicadores sociais podem acelerar o impacto da pandemia.

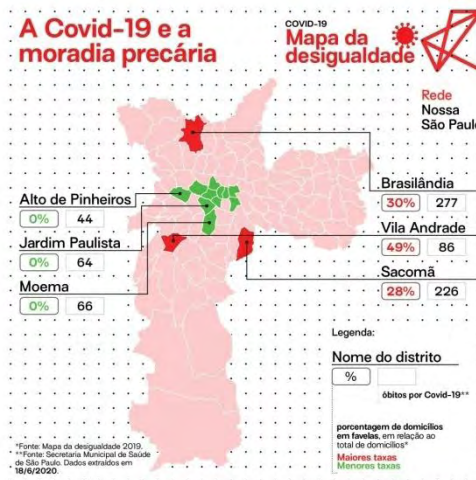
Iamamoto (2018), ao escrever sobre a questão social brasileira na complexidade dos tempos atuais, assume que essa é a materialização de:

Múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, mobilidades espaciais, formações regionais e disputas ambientais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural-enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho -, a questão social atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos (IAMAMOTO. 2018 p.72).

A Figura 2 mostra que os três distritos que não reúnem domicílios em favelas, Alto de Pinheiros, Jardim Paulista e Moema, de acordo com os dados oficiais, tem baixo número de óbitos pelo Covid-19 se comparados com a média da cidade.

Os distritos de Brasilândia e Sacomã com 30% e 28% de seus domicílios localizados em favelas concentram mais de 500 mortes.

Figura 2. Covid-19 e moradia na Cidade de São Paulo



Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2020.

Diversos estudos têm evidenciado que a aceleração do impacto da pandemia de Covid-19 relaciona-se diretamente com o aumento das vulnerabilidades socioterritoriais. Loureiro Werneck e Sá Carvalho (2020) apontam que no Brasil, os desafios para o enfrentamento do Coronavírus ainda são maiores, pois em contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração, há um possível aumento da transmissão do vírus.

Nesse cenário de intensa desigualdade social existente e acelerado pela pandemia do COVID 19 fica evidente a necessidade da atuação das políticas públicas, principalmente em regiões com maior prevalência de vulnerabilidades onde às vezes a única política pública existente é a assistência social.

Desta forma, Sposati (2004) reafirma que a assistência social, como campo de efetivação de direitos é política estratégica, está voltada para a construção de mínimos sociais e para a universalização de direitos.

Os desastres socioambientais têm variação no tamanho do impacto de acordo com as condições de risco, vulnerabilidade social e capacidade de resposta do espaço socioterritorial onde ocorrem. Santos (2012) destaca que esses desastres são frutos, dentre outros fatores, da crise socioambiental vivenciada na atualidade e dos modelos de desenvolvimento.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Discorrendo sobre a Assistência Social e a Pandemia, Bichir e Stuchi (2020), defendem a ideia de que em face à pandemia de Covid 19, as provisões da Política de Assistência Social mostram-se essenciais, principalmente a partir da estrutura consistente que se consolidou nos últimos anos.

Os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social são responsáveis por assegurar operações ágeis e procedimentos regulados para atenção excepcional junto aos mais vulneráveis, em especial à população que não possui condições básicas para sua sobrevivência cotidiana através do trabalho. Entretanto, é necessário fortalecer a coordenação e a governança dessa rede socioassistencial, evitando dispersão, fragmentação e sobreposição de ações, além da falta de investimentos adequados (BICHIR E STUCHI, 2020, p. 07).

Dentre as políticas públicas, a Política de Assistência Social tem um papel fundamental na gestão do risco em situações de emergências socioambientais como a vivenciada atualmente, uma vez que dispõe de uma rede de serviços socioassistenciais, um conjunto de programas, projetos, benefícios e serviços voltados para possibilitar a proteção social e atendimento da população.

Para Santos (2012), analisando a realidade brasileira, pode-se constatar que a política pública que vem, constantemente, sendo chamada a dar respostas aos desastres é a Política de Assistência Social que se sobrecarrega especialmente nas fases de emergência e pós-impacto.

Bichir e Stuchi (2020) defendem que o enfrentamento da crise sanitária que estamos vivenciando é uma excelente oportunidade para consolidar e ampliar estruturas de proteção social que vem instituída desde a Constituição de 1988. Para as autoras, o grande desafio é a construção de uma ampla coalizão de apoio a essas estruturas, para além de esforço conjuntural, consolidando a noção de direito à proteção social e garantindo investimentos para a manutenção dessas estruturas.

3- CONCLUSÃO

Desde que o início da crise sanitária, uma série de medidas vem sendo tomadas, tanto no sentido da prevenção, como no enfrentamento e mitigação dos impactos da pandemia na sociedade, em especial na Política de Assistência Social.

As políticas públicas, outrora alvo de contrarreformas e ausência de investimentos tão contestadas, demonstraram-se imprescindíveis no contexto da pandemia, o maior desafio da humanidade desde a Segunda Grande Guerra.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Diante disso é necessário a compreensão de que a crise sanitária que estamos imersos trouxe, para o Poder Público em geral e para o Sistema Único de Assistência Social em particular, o desafio de aliar o objetivo de prevenção redução da disseminação da COVID com as inúmeras vulnerabilidades presentes no cotidiano da população, especialmente em uma megalópole com mais de 12 milhões de habitantes como é o caso de São Paulo.

O desafio da dimensão epidemiológica do vírus se alarga a partir dos estudos que vão desvelando novas mutações e variantes, quanto ao impacto social da crise sanitária, ainda estão sendo conhecidos no âmbito global as diversas expressões da crise sanitária no desenvolvimento socioterritorial e em grupos específicos.

No caso de São Paulo foi possível perceber que o enfrentamento do vírus só foi possível a partir do trabalho intersetorial da assistência social com outras políticas públicas, principalmente pelo fato de que as inúmeras vulnerabilidades presentes no território exigiam ações de caráter intersetorial.

É necessário aprimorar o debate sobre o enfrentamento de riscos e emergências socioambientais e as interfaces com a Política de Assistência Social e ainda para a necessidade de gestão e planejamento, principalmente em tempos de contrarreforma e perdas significativas de direitos para que seja possível minimizar possíveis impactos no cotidiano vivido pela população e na violação de direitos.

4- REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

BICHIR, Renata. STUCHI, Caroline Gabas. A assistência Social na Pandemia: contribuições de uma política relegada. Revista Comitê SUASSC/COVID19. Santa Catarina, v. 1, n.1, 2020.

IAMAMOTO, Marilda V. Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche. In: RAICHELIS, R. et al. (orgs.) *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

LARA, Ricardo e HILLESHEIM, Jaime. Modernização trabalhista em contexto de crise econômica, política e sanitária. Revista Comitê SUASSC/COVID19. Santa Catarina, v. 1, n.1, 2020.

MACHADO, Neila Maria Viçosa. Pandemia, fome e miséria: uma relação destruidora. UFSC, 2020.

MASCARO Alysso Leandro. Crise e Pandemia. São Paulo: Boitempo, 2020.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

NEGRI, Fabiana Luiza. Planos de Contingência em razão da pandemia de COVID-19: subsídios para elaboração. Revista Comitê SUASSC/COVID19. Santa Catarina, v. 1, n.1, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. São Paulo: Boitempo, 2020.

SPOSATI, Aldaiza Oliveira Sposati. A menina Loas: um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. SUAS e trabalho profissional: a/o trabalhadora/or assistente social. Revista Comitê SUASSC/COVID19. Santa Catarina, v. 1, n.1, 2020.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. A Questão Social Acrescida. Rev. Nau Social, v. 11, n. 20. p. 105-109., 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. RAICHELIS, Raquel. SANT'ANA, Raquel. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 138, p.207-213, maio/ago. 2020.

NEGACIONISMO E DESVALORIZAÇÃO DA CIÊNCIA: expressões do conservadorismo na Política de Saúde brasileira atual

Isabella da Paixão Alves¹³⁴

Bruna Atalaya de Almeida Rocha¹³⁵

Débora Cristina Lopes Santos¹³⁶

Isadora das Graças Freitas¹³⁷

Laura Marcelino Leal¹³⁸

Marina Monteiro de Castro e Castro¹³⁹

Resumo: O presente artigo debate o negacionismo e a desvalorização da ciência e seu impacto para a política de saúde brasileira. Realiza uma crítica do Governo Bolsonaro e o direcionamento dado à política de saúde ,na a pandemia da covid-19

Palavras-chave: Negacionismo. Conservadorismo. Covid19.

Abstract: This article discusses the denialis mand devaluation of science and its impact on Brazilian heal th policy. Performs a critique of the Bolsonaro government and the direction given to health policy, in the covid-19 pandemic.

Keywords: Denialism. Conservatism. Covid-19.

¹³⁴ Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: isbellapaixaoalves@gmail.com

¹³⁵ Graduanda em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Iniciação Científica- BIC/UFJF. email: brunatalaya@gmail.com

¹³⁶ Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: deboracristinalopessantos@gmail.com

¹³⁷ Graduanda em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Iniciação Científica- BIC/UFJF. Email: isa.freitas101@outlook.com

¹³⁸ Assistente Social. Mestre em Serviço Social-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: lauralealufjf@gmail.com

¹³⁹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social/UFRJ. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Orientadora do projeto de pesquisa: "Determinação social da saúde e pandemia da COVID-19 no Brasil". Eixo temático: Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais- Política Social, trabalho e questão social: retrocessos e resistências na conjuntura atual. Email: marinamcastro@gmail.com

1- INTRODUÇÃO

Desde o início da pandemia, o Brasil viveu uma intensificação do discurso anti-ciência e negacionista, e a adoção da defesa da seleção natural como resposta à pandemia, aliado a um amplo ataque às medidas de isolamento. O impacto desse processo foi à resposta tardia à pandemia.

Se a pandemia se impôs em escala global, podemos afirmar que seus impactos no contexto brasileiro têm importante ligação com as particularidades das formas como o conservadorismo se explicita em nossa realidade e do direcionamento dado às políticas de saúde pelo governo federal brasileiro.

Neste sentido, este artigo tem por objetivo problematizar a relação entre negacionismo e desvalorização da ciência e os impactos das expressões do conservadorismo na Política de Saúde brasileira atual, enfatizando os processos desencadeados na pandemia.

2- DESENVOLVIMENTO

2.1- Bases do Conservadorismo

O pensamento conservador tem origem como enfrentamento ao novo mundo que surgia com a revolução burguesa e com os ideais do iluminismo, especialmente à concepção anti-tradicionalista que se chocava com os interesses da nobreza. Contudo, se em sua gênese o conservadorismo era anti burguês, passa logo a servir à luta de classes ao espriar seu pensamento contra a luta dos trabalhadores na primeira metade do século XIX (SOUZA et al, 2020).

Coutinho (2010) afirma que uma das principais causas que a burguesia apressava-se em abandonar era a categoria “Razão”. Esta passa a ser vista de forma cética, como instrumento de conhecimento ou limitada às esferas menos significativas da realidade. A decadência do pensamento está posta na medida em que há a negação ou limitação do papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens.

Netto (2011) destaca que a argumentação conservadora ao longo do século XIX, pode ser sintetizada da seguinte forma: só são legítimas a autoridade e a liberdade fundadas na tradição; a liberdade deve ser sempre uma liberdade restrita ; a democracia é perigosa e destrutiva; a laicização é deletéria; a Razão é destrutiva e inepta para organizar a vida social; a desigualdade é necessária e natural, ou seja, em toda

sociedade constituída por classes distintas, necessariamente algumas classes se encontram em situação superior.

Podemos dizer que existe certo consenso em colocar Edmund Burke como o pai do conservadorismo clássico, quando em 1790 publica “Reflexões sobre a Revolução na França” - origem da sua matriz ideológica que possui forte irracionalismo e discurso reacionário, os quais ainda são conceitos que estruturam as formas conservadoras atuais (SOUZA, 2016).

Lukács (1959) em “El asalto a La Razón” aponta que o irracionalismo é a resposta mais clara do pensamento reacionário e que se manifesta na luta constante contra o materialismo e o método dialético, sendo uma expressão filosófica da luta de classes. O que marca o irracionalismo é o conteúdo fundamental de repulsa ao marxismo e de afirmação dos preceitos da burguesia reacionária.

Nos encontramos aquí com una nota muy importante del irracionalismo: uno de los servicios más señalados que esta filosofía presenta a la burguesía reaccionaria consiste precisamente en ofrecer al hombre cierto “confort” en lo tocante a la concepción del mundo, la ilusión de una libertad total, la ilusión de la independencia personal y la dignidad moral e intelectual, en una conducta que lo vincula en todos y cada uno de sus actos a la burguesía reaccionaria y lo convierte en servidor incondicional suyo (LUKÁCS, 1959, p.19).

Todo este processo influencia a eliminação do pensamento crítico e da consciência, conduz ao treinamento, à obediência e ao conformismo e criam pré-requisitos para a aceitação semifascista de ordens desumanas (MANDEL, 1985).

2.2- O conservadorismo no Brasil e os impactos na política de saúde

O conservadorismo no Brasil da atualidade vem se expressando com a ascensão de um governo de extrema direita, reacionário e de caráter autocrático. Dessa forma, o golpe parlamentar, jurídico, midiático e empresarial contra a presidenta Dilma Roussef em 2016, bem como as eleições de Jair Messias Bolsonaro em 2018, demonstram um importante retrocesso em pautas que pareciam “superadas” e uma substancial escalada do conservadorismo no Brasil.

Souza et al. (2020) compreendem esse contexto como uma “intensificação das marcas da nossa formação social”. Ou seja, um país marcado por uma ausência de projeto nacional da burguesia brasileira, perpetuando a subalternidade, e calcado no trabalho escravizado e na colonização, que reproduziu sob essas bases, uma política de saúde de base racista e eugênica.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Sobre a ascensão da extrema-direita no Brasil, embora diversos autores dêem importante destaque às manifestações ocorridas em 2013¹⁴⁰, Calil (2020) defende que as bases do avanço da extrema direita já estavam se estruturando pelo menos desde o início dos anos 2000.

O autor demonstra, através do estudo de Patschiki (2012), que o “Mídia sem máscara” foi uma rede social importante na disseminação de idéias conservadoras e reacionárias. Esta veiculava ideais Olavistas¹⁴¹, disseminando *fakenews*, através de um forte discurso anticomunista e que tinha como principal objetivo demonstrar como toda a grande mídia brasileira seria supostamente comandada pela esquerda.

Assim, as raízes do Bolsonarismo não são resultado apenas do processo vivido na última década, mas pode-se dizer de um marco relacionado às efervescentes manifestações de 2013, que demonstram importante esgarçamento do pacto social que se vinha administrando.

Desde as manifestações de junho de 2013, começam a ser expostas as profundas limitações deste pacto (pacto social petista com a burguesia) verbalizados nos motes do alto custo de vida e do caos nos serviços públicos, em particular nos transportes. Cria-se assim, a fissura política para que o capital não reconhecesse mais no pacto petista a capacidade para realizar os ajustes controlando os trabalhadores e movimentos sociais (SOUZA et al., 2020, p.43).

Para Vilela e Selles (2020) o negacionismo científico não é um fenômeno novo, porém este seguia sem muita força na opinião pública brasileira nos últimos tempos. O crescente discurso negacionista de temas e teorias que já pareciam consensuais na atualidade, emergiram com bastante força em decorrência da ascensão do conservadorismo que se dá mundialmente.

Na tese de Calil (2021), o negacionismo propagado pelo governo Bolsonaro é uma estratégia de fascistização, ao considerar ser o irracionalismo um importante pilar do fascismo. O autor entende o processo de fascistização como um projeto com traços

¹⁴⁰ As jornadas de junho de 2013 foi um grande movimento de massa ocorrido no Brasil que, a partir da disputa de diferentes pautas, contribuiu para o avanço de grupos conservadores no Brasil. A esse respeito ver em: DEMIER, F. Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad x, 2017.

¹⁴¹ Olavo de Carvalho (1947-2022) foi um autodeclarado filósofo, com trajetória controversa e polêmica, expressivo representante do conservadorismo brasileiro, destacou-se por sua visão reacionária que forneceu importantes bases ideológicas ao bolsonarismo. (CALIL, 2021) Tendo sido diversas vezes referenciado pela mídia brasileira como “guru do bolsonarismo”. Com relação à pandemia propriamente dita, não foram raras as vezes que Olavo de Carvalho minimizou sua gravidade, chamando-a de “historinha de terror”, colocou em dúvida a existência do coronavírus e dos benefícios da vacina. Ironicamente faleceu de complicações da Covid-19, vírus que negava a existência, no início de 2021. Para entender sobre a relação entre Olavismo e Bolsonarismo, consultar: CALIL, Gilberto. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. ARGUMENTUM (VITÓRIA), v. 13, p. 64-82, 2021.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

fascistas em um “regime político que ainda mantém um conjunto de salvaguardas democráticas” (CALIL, 2021, p.71).

O negacionismo tem distintas dimensões, desde sua formulação original por pretensos historiadores nazistas que negavam o holocausto, passando pelo negacionismo ambiental e científico e culminando no negacionismo da pandemia. A perspectiva negacionista remonta às publicações de Paul Rassinier na década de 1960, negando a existência do holocausto, mas teve maior projeção a partir das obras de Robert Faurisson, no final dos anos 1970. O avanço destas perspectivas negacionistas foi denunciado em Os assassinos da memória, obra fundamental do historiador Pierre Vidal Naquet. Entre 1986 e 2001, o Brasil esteve entre os países com maior volume de publicações negacionistas, em virtude das atividades da Editora Revisão, constituída em Porto Alegre por Siegfried Ellwanger Castan. Embora tenha recebido apoio de neonazistas pelo menos desde 2011, Bolsonaro mantém discurso público baseado em outra vertente do negacionismo: a proposição de que o nazismo é de esquerda reiteradamente reproduzida nas redes sociais bolsonaristas (CALIL, 2021, p.71).

Muito se disse de uma possível falta de estratégia e habilidade do governo brasileiro na condução da situação sanitária no país, contudo, o estudo de Calil (2021) busca demonstrar como o governo de Bolsonaro atuou com uma estratégia bem definida que foi decisiva aos rumos da pandemia no Brasil e que se consolidou entre os meses de março e abril de 2020. Esta teve crescentes incentivos de comportamentos que aceleravam os índices de contaminação, descredibilizavam a gravidade da pandemia, propagaram falsas informações sobre tratamentos cientificamente comprovados como ineficazes, sob o mote de alcançar a “imunidade de rebanho”.

A OMS (2020, p.2) desde o início da pandemia, sinalizava que os países teriam que tomar decisões difíceis para atingir um equilíbrio entre as “demandas de resposta direta à COVID-19 e a realização de planejamento estratégico e ação coordenada para manter a prestação de serviços essenciais de saúde, reduzindo o risco de um colapso do sistema”.

Essa sinalização esteve baseada na experiência científica do surto do Ebola e da evidência de que, quando os sistemas de saúde ficam sobrecarregados, há um aumento drástico na mortalidade direta causada por um surto e também na mortalidade indireta por doenças imunopreveníveis e por aquelas doenças que possuem tratamento¹⁴².

Lara (2020) faz um retrospecto das doenças e pandemias que devastaram a humanidade e indica que estas estão presentes desde a origem da sociedade. O autor

¹⁴² Análises do surto de ebola em 2014-2015 sugerem que o aumento no número de óbitos causados por sarampo, malária, HIV/AIDS e tuberculose atribuíveis a falhas no sistema de saúde ultrapassou o número de óbitos causados pelo ebola (OMS, 2020).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

destaca algumas delas que no desenvolvimento da sociedade moderna transformaram-se em epidemias e pandemias, em ordem temporal, a saber:

Peste de Atenas (430-427 a.C); Peste antonica em Roma (166); Epidemia de varíola no Japão (735-737); Peste bubônica (1347-1353); Praga da China (1641); Epidemia de febre amarela em Nova Orleans (1853); Pandemias de cólera (ao longo do século 19; Gripe Espanhola (1918-1919); Pandemias de AIDS (1980); Pandemia de SARS - 1 (2002-2004); Gripe Suína (2009); Epidemia de cólera no Haiti (2010); Ebola (2013-2016); Zica Vírus (2015); Pandemia de Covid-19 (2020) (LARA, 2020, p. 54).

Porém, o governo federal manteve a postura negacionista e anticientífica, vista expressamente na larga rejeição de acordos internacionais para obtenção de vacinas tendo impactado no reconhecimento da doença e nas baixas taxas de vacinação no início da campanha. Esse fato, aliado as denúncias de falta de oxigênio no Amazonas e desvios de verbas públicas, gerou a abertura de investigação através da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid¹⁴³.

Nascimento (2022) destaca ainda a utilização das redes sociais no processo de negação à ciência no que diz respeito à covid-19. Parte da estratégia negacionista, as redes sociais serviram para disseminar narrativas conspiracionistas e conservadoras, gerando dúvidas e informações inverídicas. Assim, a autora se utiliza dos estudos do filósofo Hansson para destrinchar algumas características do discurso negacionista, que se valem de estratégias denominadas: Zumbi, que representa fazer reviver argumentos comprovadamente refutados pela ciência (ex: terraplanismo); e cortina de fumaça, que traz à tona debates que objetivam desviar atenção dos pontos centrais da discussão.

Outra falácia indicada foi a separação saúde/economia e a indicação de que ao avanço das desigualdades no Brasil foi desencadeado estritamente pela pandemia. Fontes (2020, p.01) indica que "longe da falaciosa versão de que "vínhamos crescendo e o vírus poderia atrapalhar" (...), o Brasil já experimentava uma crise em curso. Portanto, a crise não surge na pandemia, na verdade, neste cenário ela se agudiza.

Sistematizando as posturas do Governo federal na pandemia, Matos (2021) apresenta de forma clara, as posições:

Sobre o distanciamento social, desde o início, Bolsonaro se posicionou contrariamente, dizendo que não era para toda a população e sim para um público, que as pesquisas internacionais indicavam - ao contrário da realidade no Brasil - como mais vulnerável, que eram idosos/as e pessoas com comorbidades.

¹⁴³A CPI da Covid foi criada em 13/04/2021 no Senado Federal, sendo presidida pelo Senador Omar Aziz, e teve como finalidade investigar a falta de oxigênio para pacientes internados no Amazonas, bem como possíveis desvios de verbas públicas e omissão dos entes federados na condução da situação de calamidade pública gerada pela pandemia. O relatório final foi aprovado em 26/10/2021 e pode ser acessado em <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>. Acesso em 14 jun 2022.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Ao mesmo tempo em que relativizava o risco, disse que pessoas com perfil de atletas, como ele, não seriam acometidas pela doença. Não por acaso, também se posicionou nos meios de comunicação de que a economia não poderia parar por causa de alguns, tidos na retórica governamental, mesmo que não expressamente, como “débeis”, “fracos”, “incapazes”, enfim, gente que poderia ser descartada pela economia do capital e por uma sociedade “ideal”, tal qual nos antigos sonhos hitleristas (MATOS, 2021, p.32).

Dessa forma, no Brasil, é com o governo Bolsonaro, declaradamente conservador, de extrema direita e reacionário, que o discurso anticiência ganha força e traz danos incalculáveis no enfrentamento à pandemia.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo buscamos demonstrar um movimento do governo federal de descrédito com relação às pesquisas e à ciência, através de ideais negacionistas e conservadores que afetaram diretamente à política de combate à pandemia.

Vimos neste artigo, que desde a indicação de medidas de isolamento com o mote do “fica em casa”, mantendo em trabalho presencial somente os serviços essenciais e sem políticas de proteção social, *asfakenews* e o forte discurso anti-vacina, representaram uma negação da ciência e da realidade de desigualdade nacional.

Ressaltamos que esse direcionamento estabelecido pelo governo brasileiro vai na contramão do que a humanidade vem avançando em termos do conhecimento, como também na dos princípios e diretrizes que balizaram a construção do Sistema Único de Saúde brasileiro.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALIL, Gilberto Grassi. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **ARGUMENTUM** (VITÓRIA), v. 13, p. 64-82, 2021.

CALIL, Gilberto Grassi. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serv. Soc. Soc. (140)** • Jan-Apr 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfJNTypm87qS/?lang=pt>. Acesso em 27/05/2022.

CALIL, Gilberto Grassi. (2021). Brasil: o negacionismo da pandemia como estratégia de fascistização. **Materialismo Storico - Rivista Di Filosofia, Storia E ScienzeUmane**, 9(2), 70–122. <https://doi.org/10.14276/2531-9582.2470>.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2 ed. Expressão Popular, 2010.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

DEMIER, F. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad x, 2017.

FIOCRUZ. **Imunidade de rebanho**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2020. Disponível em: <https://www.epsiv.fiocruz.br/noticias/dicionario-jornalistico/imunidade-de-rebanho>. acesso em 09 jun 2022.

LARA, Ricardo. Pandemia e capital: as repercussões da Covid-19 na reprodução social. **Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.1, p.53-69, jan/jun.2020.

LUKÁCS, G. *El asalto a larazón*. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. **Fundo de Cultura econômica**. México, Buenos Aires, 1959.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MATOS, M. C. O neofascismo da política de saúde de Bolsonaro em tempos perigosos da pandemia da covid-19. **Revista Humanidades e Inovação**. V8, n.35, p.25-35, 2021.

NASCIMENTO, Silvania Sousa. Negar as ciências nas redes sociais: controvérsias e falácias em vozes anônimas sobre a COVID-19. In: DOS-SANTOS, Marcus Vinícius et al (orgs). **Dossiê contra o negacionismo da ciência: a importância do conhecimento científico**. Belo Horizonte, MG: Editora PUC Minas, 2022. Disponível em: <https://www.editora.pucminas.br/obra/dossie-contra-o-negacionismo-da-ciencia-a-importancia-do-conhecimento-cientifico-e-book-google-livros>. Acesso em 14 jun 2022.

NETTO, L. E. **O Conservadorismo Clássico** – elementos de caracterização crítica. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

OMS. COVID-19: **Orientação operacional para a manutenção de serviços essenciais de saúde durante um surto**. OMS, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52069#:~:text=Os%20pa%C3%ADses%20ter%C3%A3o%20que%20tomar,de%20um%20colapso%20do%20sistema>. acesso em 09 jun 2020.

SOUZA, Jamerson Murillo. **Anúnciação de Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. 304f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2016.

VILELA, Mariana Lima; SELLES, Sandra Escovedo. É possível uma Educação em Ciências crítica em tempos de negacionismo científico? **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**. v.37, n.3, p.1722-1747, dez 2020.

COMUNIDADES TERAPÊUTICAS NO NORTE FLUMINENSE DO ESTADO DO RJ: análises iniciais e preocupantes.

Juliana Desiderio Lobo Prudencio¹⁴⁴

Laís Santos Theodoro¹⁴⁵

Késsia Ramos Ferreira¹⁴⁶

Victoria Lavignia Oliveira Baqueiro¹⁴⁷

Resumo: O presente estudo pretende refletir acerca das Comunidades Terapêuticas - CTs na região Norte Fluminense localizado no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma revisão de literatura e documental. Diante disso, observa-se inicialmente uma concentração das CTs em Campos dos Goytacazes e Macaé que reafirmam a lógica da religiosidade, trabalho forçado e abstinência.

Palavras chaves: Drogas, comunidades terapêuticas, antiproibicionismo, atenção psicossocial

Abstract: The present study intends to reflect on the Therapeutic Communities - TCs in the North Fluminense region located in the State of Rio de Janeiro. This is a literature and document review. In view of this, it is initially observed a concentration of TCs in Campos dos Goytacazes and Macaé that reaffirm the logic of religiosity, forced labor and abstinence.

Keywords: Drugs, therapeutic communities, anti-prohibitionism, psychosocial care

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto do projeto de pesquisa intitulado “Política de Drogas e Comunidades Terapêuticas - CTs na Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro”, com financiamento da FAPERJ, realizada por docente e alunas do Curso de Serviço Social da UFF- Campos dos Goytacazes e que compõem um grupo de pesquisadores da UFF Niterói, UFRJ e UERJ que pensam as Comunidades Terapêuticas

¹⁴⁴ Assistente Social / Docente, UFF – Campos dos Goytacazes / Dra em Política Social, professora orientadora, julianalobo@id.uff.br

¹⁴⁵ Discente do curso de Serviço Social / UFF – Campos dos Goytacazes, laissantostheodoro7@gmail.com

¹⁴⁶ Discente do curso de Serviço Social / UFF – Campos dos Goytacazes, kessia_ramos@hotmail.com

¹⁴⁷ Discente do curso de Serviço Social / UFF – Campos dos Goytacazes, victoriabaqueiro@id.uff.br

Eixo temático- **Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais** / Política Social, trabalho e questão social: retrocessos e resistências na conjuntura atual

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

no Estado do Rio de Janeiro. O projeto visa mapear as CTs credenciadas e em funcionamento na Região Norte Fluminense no Estado do RJ, através da identificação da quantidade de CTs em funcionamento localizadas no Norte Fluminense, com o objetivo de compreender como o cuidado em saúde mental vem sendo realizado pelas CTs e qual a forma de financiamento das mesmas.

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo, através de pesquisa bibliográfica nos principais indexadores de literatura e levantamento documental acerca do objeto de pesquisa. O levantamento das comunidades terapêuticas que compõem a Rede de Atenção Psicossocial no Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro vem sendo realizado através de sites oficiais e não oficiais, redes sociais e visitas institucionais (Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Vigilância Sanitária). Com a coleta de dados será realizada a análise de conteúdo, de forma não ordenada, com a categorização, inferência, descrição e interpretação, pois se propõe a reflexões sobre o processo de financiamento das CTs na região Norte Fluminense do RJ.

Nesse sentido, a pesquisa em andamento expressa a tentativa de mapear e compreender as formas de financiamento das comunidades terapêuticas localizadas no Norte Fluminense através do monitoramento dos editais de habilitação e financiamento de vagas para internação no âmbito federal, estadual e municipal. Todavia destaca-se a dificuldade de acesso as informações sobre o financiamento das CTs e o funcionamento das mesmas.

Para tal, os integrantes do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas – NEPSAD, no período de setembro de 2021 até o presente momento não vem medindo esforços na compreensão acerca dos temas que auxiliam na compreensão sobre a Política sobre Drogas, a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, o financiamento para a política de saúde mental no campo do álcool e outras drogas e a lógica para a existência e funcionamento das Comunidades Terapêuticas no Brasil.

Diante disso, cabe destacar o atual retrocesso que abate a Rede de Atenção Psicossocial -RAPS desde o ano de 2015, retrocessos esses que reforçam o chamamento e financiamento das Comunidades Terapêuticas em âmbito nacional. Cabendo destaque aos estudos o olhar acerca das CTs as quais representam o trabalho forçado, as práticas religiosas obrigatórias e abstinência como cura para os usos de drogas.

Com isso, a aproximação com o Norte Fluminense no Estado do RJ no olhar sobre as CTs revela, ainda parcialmente, a efervescência de instituições na região de estudo, em especial no meio urbano e dificuldade do acesso à informação de forma transparente e socializada sobre onde as CTs se localizam, forma de funcionamento, terapêutica ofertada e base de financiamento. Como expressão do desmonte da Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas e inserção das Comunidades Terapêuticas como caminho de cuidado que expressa o trato moralista e cristão ao tema.

2- OS RETROCESSOS NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Com a implementação da Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas, em 2003, que se inaugura a intervenção no âmbito da saúde pública sobre o cuidado aos usuários de álcool e drogas e a estratégia de redução de danos como estratégia de ação. Diante deste cenário, têm-se o avanço das políticas públicas de saúde mental, álcool e outras drogas, efetivando assim a importância de uma atenção integral, centrando no Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS ad) a construção deste cuidado, pautado no reconhecimento dos usuários enquanto cidadãos que necessitam de um cuidado pautado na liberdade, autonomia e respeito, distanciando-se da negação dos direitos humanos e estigma carregado por estes usuários.

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) fazem parte do avanço da Reforma Psiquiátrica no Brasil, tornando-se um modelo de atenção psicossocial mais amplo e potente, e uma rede assistencial substitutiva dos leitos psiquiátricos, incentivando o processo de desinstitucionalização. Assim, a política de saúde mental, álcool e outras drogas se intensificou ao longo dos anos e é consolidada com a criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) instituída pela Portaria GM/MS no 3.088/2011. A RAPS representa também a necessidade de ampliação dos serviços no SUS para usuários de substâncias psicoativas e o foco em sua reinserção social, para além do CAPS.

A RAPS sofre retrocessos e se distancia dos ideários da Reforma Psiquiátrica a partir da Portaria no 3588/2017, denominada “Nova Raps”, que implica no direcionamento hospitalar, manicomial e na convocação às Comunidades Terapêuticas (CTs). Ademais, a “Nova RAPS” ameaça a proteção e cuidado da pessoa em sofrimento psíquico e / ou usuário de álcool e outras drogas. Neste sentido, há o estabelecimento de intenso

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

investimento de recursos financeiros para a manutenção das Comunidades Terapêuticas e hospitais psiquiátricos.

Cabe ressaltar, que as críticas feitas as CTs versam sobre o trabalho forçado, as práticas religiosas obrigatórias e a abstinência da droga, como cura para os usos de drogas, seguindo o caminho da violação dos direitos humanos na contramão da redução de danos. Isso reforça a lógica do não cuidado em redes de saúde cunhada no respeito, liberdade e cuidado no território, colocando a internação como solução.

Em 2019 assistimos a avanços no desmonte da Política de Saúde Mental, álcool e drogas através da Nota Técnica CG-MAD n. 11/2019 que ajusta o financiamento para os hospitais que atendem a “psiquiatria” somada a “Nova RAPS”, as quais ampliam o financiamento para aumento no número de leitos nas Comunidades Terapêuticas, passando de 2.900 leitos em 2018, para 11 mil em 2019, chegando em 2020 com financiamento para 20 mil leitos, representando R\$300 milhões em financiamento público federal (IPEA, 2021). Ainda em 2019, observa-se a mudança na Política sobre drogas através da lei 13.840/2019, dando aval a práticas retrógradas e legitimando a remanicomialização no cuidado.

Deve-se entender que os retrocessos se enquadram em ações que se apresentam na contramão da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial e Antiproibicionista estabelecendo o retorno a práticas de cunho opressivo, racista e proibicionista que possibilitam a “guerra às drogas” e a guerra aos usuários de drogas, instaurando uma lógica de internação e não de cuidado no território.

3- AS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS NO BRASIL

As comunidades terapêuticas no Brasil se fortaleceram no final do século XX através de influência das experiências estadunidense pautada na reforma moral, individual e cristã. Logo, o tratamento está relacionado com a mudança do indivíduo, baseado na premissa que alterando o meio onde ele vive, ou seja, mantendo-o longe do álcool e outras drogas é possível “salvá-lo”. Nessas instituições são introduzidos valores como espiritualidade, responsabilidade, solidariedade, amor e honestidade para manter os usuários de álcool e outras drogas privados de substâncias químicas a maior tempo possível.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Esse modelo de tratamento pode ser relacionado à psiquiatria tradicional, pois nota-se traços importantes da violação de direitos humanos, estigmas e a exclusão dos usuários de drogas. Com a justificativa de mantê-los em um ambiente livre de substâncias psicoativas, segregando os sujeitos e os afastando de suas relações sociais. As comunidades terapêuticas são regulamentadas por lei através da Resolução nº 01/2015, que as classifica como “entidades que realizam o acolhimento de pessoas com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa” (BRASIL, 2015). Essas instituições são financiadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal através da Secretaria Nacional de Política de Drogas desde 2011 e tiveram a ampliação do seu fundo com o enfrentamento a epidemia falaciosa do crack, com o Plano Crack: É Possível Vencer.

A pesquisa do Ipea (2017) indica que o modelo de cuidado proposto pelas comunidades terapêuticas é ancorado em três pilares: trabalho, disciplina e espiritualidade. O exercício do trabalho é entendido como laborterapia, envolvendo atividades de manutenção da própria comunidade e atividades produtivas e geradoras de renda. As práticas espirituais são um recurso indispensável, onde utiliza-se da fé dos internos como mecanismo de cura e enquadramento moral tendo como referência a moralidade cristã. Segundo a pesquisa do Ipea (2017) 82% das CTs são vinculadas a igrejas e organizações religiosas, predominando, CTs pentecostais. A rotina nas CT's conta com horários bem demarcados e regras de convivência, as quais são informadas aos internos no início do “tratamento”.

Ademais, de acordo com a referida pesquisa as Comunidades Terapêuticas estão instaladas em todo país, porém, há maior concentração na região Sul e Sudeste. Sendo 420 em São Paulo; 275 em Minas Gerais; 234 no Rio Grande do Sul; 156 no Paraná; 120 em Santa Catarina; e 75 no Rio de Janeiro. Cabe destacar que 74,3% das comunidades terapêuticas se encontram em áreas rurais, dificultando o contato dos internos com o mundo exterior. Ainda, a pesquisa do Ipea (2017) revela que haveria cerca de 83.600 vagas para tratamento em 1.950 comunidades terapêuticas no ano de 2017, porém a distribuição dessas vagas não é equitativa entre os sexos. Isso porque 80% das vagas são destinadas ao sexo masculino; 15% ao sexo feminino e masculino; pouco mais que 4% ao sexo feminino e baixa tolerância a pessoas com orientações sexuais que divergem da heterossexualidade. Ressaltasse que ainda não se tem a atualização desses dados em 2022.

O funcionamento desses espaços restringe os direitos do usuário, excluindo-o do convívio com a sociedade e família e violando justamente o que a Lei 10.216/2001 que inaugura a Reforma Psiquiátrica, destacando o cuidado em liberdade. A inclusão das Comunidades Terapêuticas na Portaria 3088/2011, que instaura a RAPS, imprime condução repressiva que se olha a questão das drogas. Por fim, o financiamento público com autorização governamental tenta enfatizar as CTs como serviço de referência para a “Nova Política de Saúde Mental” no campo da droga, ocasionando um risco a política de saúde mental e fortalecendo o sucateamento dos CAPS ad e o desmonte da atenção neste campo.

3.1- CTs no Norte Fluminense no Estado do Rio de Janeiro: olhares primeiros

A pesquisa debruça o seu olhar acerca das Comunidades Terapêuticas no Norte Fluminense no Estado do Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito ao mapeamento dessas instituições e o financiamento das mesmas. A região estudada em questão é compreendida por nove municípios, sendo eles: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana e São Fidélis.

Os resultados parciais da pesquisa expressam o levantamento inicial 15 (quinze) CTs nessa região, majoritariamente localizadas nas cidades de Campos dos Goytacazes (6) e Macaé (7). Contraditoriamente, a concentração se dá no meio urbano indo contra ao estudo do Ipea (2017) que apontava sus sedes em meio rural. Afinando assim uma “nova” lógica territorial, como aponta Cavalcante (2019).

A partir disso, observa-se que há um número expressivo de CTs e com tendências a crescimento em detrimento da quantidade de serviços álcool e outras drogas no âmbito do SUS na região. É importante sinalizar que apenas em Campos dos Goytacazes e Macaé, possuem serviços Ad inscritos no SUS, conta-se com 2 (dois) Centro de Atenção Psicossocial álcool e outras drogas e 1 (uma) Unidade de Acolhimento Infante Juvenil (UAI).

Ainda assim, é percebido a dificuldade para obtenção de informações desses espaços como financiamento, organização interna, capacidade máxima de usuários e a forma terapêutica ofertada. A pesquisa vem buscando fazer o mapeamento através de informações colhidas na internet em sites associados às CTs, sites não oficiais, redes

sociais, sites das prefeituras dos municípios do Norte Fluminense, visitas as Secretarias Municipais de Saúde e Secretarias de Vigilância Sanitária. Porém, pode-se dizer que a pesquisa demonstra uma clara dificuldade para acessar informações concretas e mais elaboradas sobre esses espaços.

É evidente a falta de responsabilização do poder público quanto ao serviço prestado pelas Comunidades Terapêuticas, principalmente para uma melhor fiscalização no que tange a oferta de cuidado e para a não violação dos direitos humanos. Assim sendo, faz-se urgente uma maior aproximação da sociedade civil com estes espaços, sobretudo pelo crescente financiamento público nestes serviços nos últimos anos e o funcionamento que se faz na violação dos direitos humanos. É necessário reafirmar assim a importância de práticas que coadunam com os princípios da Reforma Psiquiátrica, luta antimanicomial e antiproibicionista.

4- CONCLUSÃO

A presente pesquisa nos permite refletir sobre a Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas e o cuidado aos usuários de drogas através do cuidado em redes de saúde perpetrado pela compreensão e exercício da RAPS. Nos últimos anos, observa-se que os serviços que compõem a RAPS e que em diálogo com as políticas sociais na lógica do cuidado intersetorial e em rede estão sofrendo com o desmonte da política social brasileira.

O desmonte das políticas sociais rebatem diretamente no sucateamento dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas, assim como na regulamentação trabalhista dos trabalhadores da saúde mental reforçando uma lógica que não assegura cuidado integral e de qualidade aos usuários de drogas. Com a instalação de uma “Nova RAPS” e uma “Nova Política de Saúde Mental” tem-se a convocatória “descarada” às Comunidades Terapêuticas como instituição/ serviço para a oferta da “cura ao vício” com financiamento público.

As CTs ganham espaço no campo do álcool e outras drogas reforçando a lógica higienista e abstermia que reforça a cena da repressão como caminho de cuidado neste campo e descarta a redução de danos como estratégia de cuidado na saúde pública. As denúncias feitas as CTs representam o traço moral e cristão que ainda se tem sobre os

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

usuários de drogas que simbolizam um não lugar para estes no cuidado no território como cidadãos de direitos.

5- Referências

BRASIL. **Resolução Conad nº 01/2015**. Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como comunidades terapêuticas. Disponível em <Portaria nº 106/GM/MS, de 11 de fevereiro de 2000 (saude.gov.br)> acesso em: 08 jun. 2022

CAVALCANTE, R. A institucionalização clínica e política das comunidades terapêuticas e a sua relação com a saúde mental brasileira. In: VACONCELOS, E. M.; CAVALCANTE, R. **Religiões e o paradoxo apoio social intolerância, e implicações na política de drogas e comunidades terapêuticas**. Rio de Janeiro: HUCITEC Editora, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Perfil Das Comunidades Terapêuticas Brasileiras**. Brasília (DF), 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/20170418_nt21.pdf> Acesso em: 08 jun. 2022

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Análise das Políticas Públicas sobre Drogas no Orçamento Federal – 2005 a 2019**. Relatório Institucional. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37958&Itemid=457>. Acesso em 10 de junho de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei n. 10.216** de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Legislação em Saúde Mental. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva da Coordenação Nacional de DST e AIDS. **A política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de nº 3088/GM**, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde. Brasília, 2011

BRASIL. PORTARIA GM/MS Nº 3.588, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017. **Altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial.** Brasília, DF; 2017.

BRASIL. NOTA TÉCNICA Nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS. **Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas.** Brasília, DF; 2019.

BRASIL. **LEI Nº 13.840**, DE 5 DE JUNHO DE 2019. Esta Lei altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e tratar do financiamento das políticas sobre drogas e dá outras providências. Brasília, DF; 2019.

A ATUAÇÃO DOS RESIDENTES NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID - 19

Luciane da Silva Ferreira¹⁴⁸

Resumo: O presente artigo é resultado das experiências vivenciadas em um programa de residência no período da pandemia. Apresenta uma reflexão sobre os desafios da atenção primária neste contexto, a partir da vivência em uma Unidade Básica de Saúde do município de Juiz de Fora, no ano de 2020. Assim, destaca os desafios e possibilidades apresentados no contexto da pandemia novo Coronavírus (COVID-19).

Palavras Chaves: COVID-19. Pandemia. Atenção Primária à Saúde. Estratégia de Saúde da Família.

Abstract: This article is the result of the experiences lived in a residency program during the pandemic period. It presents a reflection on the challenges of primary care in this context, based on the experience in a Basic Health Unit in the municipality of Juiz de Fora, in the year 2020. Thus, it highlights the challenges and possibilities presented in the context of the new Coronavirus (COVID) pandemic -19.

Keywords: COVID-19. Pandemic. Primary Health Care. Family Health Strategy.

1- INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como intuito apresentar a atuação dos profissionais de um programa de residência na Estratégia de Saúde da Família diante dos desafios e possibilidades apresentados no contexto da pandemia novo Coronavírus (COVID-19).

¹⁴⁸Assistente Social graduada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em Saúde da Família e em Saúde do Adulto pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Orientadora: prof.^a.Dra. Marina Monteiro de Castro e Castro. Professora da Faculdade de Serviço Social/UFJF. E-mail: luciane_silvaf@yahoo.com.br. Eixo temático: resistência, lutas e internacionalização do Serviço Social. Sub eixo: Política Social, trabalho e questão social: retrocessos, resistências e desafios ao Serviço Social.

A pandemia do Covid-19 originou-se no continente asiático, espalhando-se rapidamente pelo mundo como pontuado por (CIRINO et.al, 2021). Trata-se de um vírus respiratório (SARS-CoV-2), sendo transmitido principalmente por 3 meios: contato, gotículas ou aerossóis. Com isso, algumas medidas para a contenção da disseminação do vírus devem ser seguidas, a exemplo do distanciamento social, da etiqueta respiratória ao tossir e espirrar, higienização constante das mãos e superfícies, e do uso de máscaras. (BRASIL, 2021a, 2021b).

Desta maneira, diante do avanço da doença no país, no início de 2020 as autoridades sanitárias seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgaram as primeiras orientações, que teve mudanças significativas na dinâmica de vida da população. Assim, foram adotadas estratégias com o intuito de diminuir a circulação desnecessária de pessoas sendo decretados: *lockdown*; o fechamento de escolas e comércios, sendo permitido apenas o funcionamento das atividades consideradas essenciais; o incentivo ao *home office*, além da reorganização dos fluxos e rotinas de trabalho a exemplo dos serviços de saúde.

Tais mudanças também trouxeram impactos na vida dos usuários e para o atendimento prestado como, por exemplo: suspensão dos grupos educativos e visitas domiciliares, restrições nos atendimentos de rotina com foco nas situações mais graves, medidas de prevenção de contaminação (distanciamento social, higienização das mãos e uso de máscaras) entre outros.

Destacamos, nesse processo, a importância do lugar e do papel desempenhado pela Atenção Primária à Saúde (APS). As Unidades Básicas de Saúde - UBS (principalmente as que têm como direcionamento a Estratégia de Saúde da Família) por estarem próxima do cotidiano da população, tiveram papel fundamental de orientar os indivíduos por meio de ações educativas, incentivando o uso de máscaras, a lavagem das mãos, o distanciamento social, esclarecendo os mitos e verdade sobre a transmissão do vírus:

Apostar naquilo que é a alma da atenção primária, como o conhecimento do território, o acesso, o vínculo entre o usuário e a equipe de saúde, a integralidade da assistência, o monitoramento das famílias vulneráveis e o acompanhamento aos casos suspeitos e leves, é uma estratégia fundamental tanto para a contenção da pandemia, quanto para o não agravamento das pessoas com a COVID-19. (SARTI et. al, 2020, p.2).

Nesse sentido, o artigo apresenta a realidade vivenciada nesse período a partir da experiência em um programa de residência inscrito na atenção primária à saúde.

2- DESENVOLVIMENTO

O Ministério da Saúde em 3 de fevereiro de 2020, por meio da portaria nº 188 declarou “Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”. Na mesma semana, em 6 de fevereiro de 2020 foi criada a lei nº 13.979 que dispôs sobre “as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”, visando a proteção da coletividade. Posteriormente tais medidas tornaram-se compulsórias mediante pena de “responsabilização civil, administrativa e penal dos agentes infratores”. (BRASIL, 2020c, n.p). Entre as medidas previstas, estavam:

(...) I- **Isolamento**; II- **quarentena**; III- determinação de **realização compulsória** de: a) exames médicos; b) testes laboratoriais; c) coleta de amostras clínicas; d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou (Vide ADFP nº 754) e) tratamentos médicos específicos; III-A – **uso obrigatório de máscaras de proteção individual**; (Incluído pela Lei nº 14.019, de 2020) IV – estudo ou investigação epidemiológica (...). (BRASIL, 2020b, n.p).

Nesse contexto, o município de Juiz de Fora, precisou adequar-se as orientações das autoridades sanitárias nacionais diante do avanço da transmissão do vírus, e do reconhecimento da situação de ocorrência do estado de calamidade pública nacional. (BRASIL, 2020d). Assim, para exemplificarmos o rápido crescimento do número de pessoas infectadas na cidade fizemos uma análise trimestral dos casos confirmados, tendo como base os boletins divulgados pela Secretária Saúde nos dias 31 de março e 31 de maio de 2020. Observamos então, o aumento assustador de 584 novos casos neste período, sendo que no primeiro mês, tínhamos apenas 31 casos confirmados.

Desse modo, a Prefeitura de Juiz de Fora determinou algumas ações importantes tem do em vista a importância do distanciamento social e das medidas de proteção individual e coletiva, como: a criação do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Coronavírus e do Plano de Contingenciamento Municipal de Prevenção e Enfrentamento do Coronavírus (COVID-19); o fechamento do comércio e escolas, sendo permitido apenas o funcionamento dos serviços considerados essenciais para a população; o afastamento dos trabalhadores que apresentarem sintomas gripais e ou atestado médico indicando suspeita de COVID 19 e a realização de trabalho remoto para os servidores municipais em situações específicas como, por exemplo, gestantes, idosos e pessoas com agravos de saúde, entre outras medidas. (PJF, 2020a, 2020c).

De uma maneira geral, foi preciso que todos se adaptassem a nova realidade imposta, mudando o seu ritmo de vida e de trabalho. Desse modo em relação aos serviços de saúde do município:

(...) Art. 5º Fica determinado à secretaria de saúde que adote providências para: i - **capacitação de todos os profissionais** para atendimento, diagnóstico e orientação quanto a medidas protetivas; ii – **estabelecimento de processo de triagem** nas unidades de saúde que possibilite a rápida identificação dos possíveis casos de COVID-19 e os direcionem para área física específica na unidade de saúde – separada das demais – para o atendimento destes pacientes; III – suspensão das cirurgias eletivas; IV - as prescrições de receituários de medicamentos utilizados em doenças crônicas e de medicamentos sujeitos a controle especial que contenham a indicação “uso contínuo” ou o período de tratamento superior a 30 dias, no âmbito do Sistema Único de Saúde local, serão aceitas pelo prazo de validade de 06 meses da data de emissão; V – **aquisição de equipamentos de proteção individual – EPIs** para profissionais de saúde; VI –

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

ampliação do número de leitos para os casos mais graves(...). Idem (2020b,n.pgrifonosso).

Diante das novas recomendações, os profissionais de saúde precisaram criar novas estratégias de organização do trabalho, readequando todas as atividades e fluxos da UBS. Vale ressaltar que os trabalhadores que se enquadravam nas situações específicas da legislação citada acima, foram afastados das atividades, passando a realizar o trabalho de forma remota.

Assim, foram suspensas todas as atividades consideradas “não essenciais”, que envolviam as atividades coletivas, visitas domiciliares, atendimentos odontológicos e as consultas de rotina para hipertensos, diabéticos, saúde mental, puericultura etc. É importante ressaltarmos que os usuários em acompanhamento na UBS com doenças crônicas e em uso de remédios de controle especial, não ficaram totalmente desassistidos, visto que houve a prorrogação do prazo das receitas de uso contínuo, não sendo necessário agendamento de consulta para esse fim. Portanto, apenas os casos considerados urgentes, preferencialmente os de sintomas gripais, de suspeita de COVID-19 foram priorizados. Além disso, os serviços da farmácia e das alas de vacinação continuaram em funcionamento normal.

Acerca da reorganização do trabalho dos residentes, estes contribuíram com a produção de cartazes informativos sobre a temática do COVID-19 para disponibilização no território da Unidade de Saúde; e com o atendimento ao público na recepção/triagem e por meio do atendimento telefônico.

A vacinação foi outra frente de trabalho importante. Ressaltamos a relevância da campanha contra a Influenza, que foi antecipada, visando a diminuição da sobrecarga sobre os serviços de saúde. “Destaca-se que os sintomas desta doença são semelhantes aos do coronavírus e essa antecipação visa reduzir a carga da circulação de influenza na população”. (SBIM, 2020b, p.3). É importante ressaltarmos que até aquele momento, ainda não tínhamos vacinas aprovadas contra o COVID-19, chegando ao Brasil apenas no início de 2021 (FIOCRUZ, 2022, n.p).

Esse novo contexto, não trouxe impactos apenas para os profissionais da chamada “linha de frente” e sim para a população como um todo. Com a suspensão das atividades educativas e coletivas na rede socioassistencial e com o fechamento das escolas, muitos usuários com forte vínculo com a rede ficaram desassistidos, principalmente as crianças.

É importante problematizarmos que no território da UBS as casas não contam como uma infraestrutura adequada para acolherem todos os residentes, sendo inviabilizada a campanha do “Fique em casa”, e ainda, o isolamento dos indivíduos com casos confirmados ou suspeitos para COVID-19, como recomendado pelas autoridades sanitárias.

Além disso, nem todos os trabalhadores usuários da Unidade tiveram condições de realizarem o homeoffice, já que muitos exercem trabalhos domésticos, ou sobrevivem por meio do subemprego. “Ficar sob isolamento passou a significar o risco de não ter o

que comer, não ter como obter a sobrevivência cotidiana, não poder pagar o aluguel, conta de luz, comprar botijão de gás, e ainda, ter filhos apinhados no espaço com ausência de cuidados” (SPOSATI,2020,p.102).

Corroborando com esse pensamento, Nedel (2020) e Facchini (2020) chamam a nossa atenção para o fato de que a experiência do isolamento social e as consequências da pandemia ocorrem e maneiras diferentes quando comparamos sujeitos de classes sociais distintas, afetando assim, de maneira mais significativa as famílias mais pobres:

Já as classes mais populares, os trabalhadores formais e informais, os desempregados, desalentados e miseráveis terão muita dificuldade em, ou impossibilidade de guardar tais recomendações e imposições. Em favelas e comunidades pobres, dispersas em municípios pequenos, médios e grandes de todo o território brasileiro, falta mais do que produtos e regras de higiene pessoal, falta água, trabalho e dinheiro para enfrentar cada dia. (FACCHINI, 2020p.5).

Soma-se a isso o discurso amplamente divulgado pelo Presidente da República nos meios de comunicação incentivando a descrença na letalidade do vírus, desmerecendo as evidências científicas e indo contra as recomendações propostas pelas autoridades sanitárias (SBIM, 2020a). Esse posicionamento equivocado e egoísta fez com que grande parte da população negligencias se os cuidados básicos e colocasse em risco o bem-estar da coletividade.

Ressaltamos a importância dos Agentes Comunitários de Saúde para o fortalecimento da atenção primária à saúde neste contexto, principalmente mediante as ações de monitoramento por telefone dos casos suspeitos e confirmados, e das orientações de educação em saúde referente ao COVID- 19, garantindo assim a continuidade do vínculo entre a UBS e a comunidade.

3- CONCLUSÕES

Ao realizarmos uma avaliação dos desafios e aprendizados presentes nesta trajetória da pandemia, podemos dizer que por um lado, o contexto da pandemia trouxe impactos negativos para a residência como um todo visto que não tivemos a oportunidade de vivenciarmos por completo as atividades propostas inicialmente, ficando o trabalho multiprofissional e as experiências coletivas prejudicadas.

Entretanto, a necessidade de reorganizarmos nossas atividades nos “obrigou” a interagirmos e trabalharmos em conjunto com os demais profissionais da UBS, o que consideramos como um importante aprendizado.

A necessidade de repensarmos nossas atividades visando o cumprimento das medidas indicadas pelas autoridades sanitárias colocou em evidência a importância do papel dos residentes para o fortalecimento da APS, mediante a colaboração com o trabalho em equipe, participando da reorganização dos fluxos da UBS e do processo educativo da população sobre a temática do COVID-19.

4- REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 188 de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). **Gabinete do Ministro**. Brasília DF/2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/Portaria-188-20-ms.htm. Acesso em: 30 de março de 2022.

BRASIL. **Presidência da República**. Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019. Secretaria - Geral subchefia para assuntos jurídicos. Brasília DF/2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm. Acesso em: 30 de março de 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública/Gabinete do Ministro. Portaria Interministerial nº 5, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**. Brasília DF/2020. Edição: 52-C Seção: 1 – Extra p.1 <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3071/portaria-interministerial-n-5-2020>. Acesso em: 17 de abril de 2022.

BRASIL. Atos do Congresso Nacional. Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. **Diário Oficial da União**. República Federativa do Brasil. Imprensa Nacional. Edição extra. Brasília/DF, seção 1, p.1, Ano CLVIII Nº 55-C. 20 de Março de 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/03/2020&jornal=602&pagina=1>. Acesso em: 04 de abril de 2022.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Governo Federal. Como se proteger? Confira medidas não farmacológicas de prevenção e controle da pandemia do novo coronavírus. Publicado em 08/04/2021 18h03. Atualizado em 14/10/2021 17h02. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-se-protger>. Acesso em 04 de abril de 2022.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Governo Federal. Como é transmitido? Vírus pode ser transmitido durante um aperto de mão (seguido do toque nos olhos, nariz ou boca), por meio da tosse, espirro e gotículas respiratórias contendo o vírus. Publicado em 08/04/2021 20h10 Atualizado em 12/05/2021 01h24. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-e-transmitido>. Acesso em 04 de abril de 2022.

CIRINO et al. Desafios Da Atenção Primária No Contexto Da Covid-19: A experiência de Diadema, SP. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**. Rio de Janeiro/RJ p.14, Jan- dez 2021. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2665/1619>. Acesso em: 23 de março de 2022.

FACCHINI. L.A. COVID- 19: Nocaute do Neoliberalismo? Será possível fortalecer os princípios históricos do SUS e da APS em meio a pandemia? Belo Horizonte/BH. **APS em revista** v. 2 n.1 p. 3- 10, jan-abr 2020. Disponível em: <https://www.apsemrevista.org/aps/article/view/73/53>. Acesso em: 17 de abril de 2022.

FIOCRUZ- Fundação Oswaldo Cruz. Brasil celebra um ano da vacina contra a Covid-19. Rio de Janeiro/RJ. Publicado em 18 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/brasil-celebra-um-ano-da-vacina-contracovid-19>. Acesso em 05 de abril de 2022.

NEDEL, F.B. Enfrentando a COVID- 19: APS mais forte do que nunca! Belo Horizonte/BH. **APS em revista**, v.2, n.1, p. 11-16, jan-abr 2020. Disponível em: <https://apsemrevista.org/aps/article/view/68>. Acesso em: 03 de novembro de 2021

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Decreto N.º 13.893 - de 16 de março de 2020 – Dispõe sobre as medidas preventivas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências. Atos do governo do poder executivo. **Diário oficial eletrônico do município de Juiz de Fora**. Publicado em: 17 de março de 2020. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=74964. Acesso em: 2 de junho de 2022.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Decreto n.º 13.894 - de 18 de março de 2020 – Declara situação de emergência em saúde pública, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID 19) e Altera o Decreto nº 13.893, de 16 de março de 2020 que “Dispõe sobre as medidas preventivas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), dá outras providências”. Atos do governo do poder executivo. **Diário oficial eletrônico do município de Juiz de Fora**. Publicado em: 18 de março de 2020. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=75017. Acesso em 05 de abril de 2020 .

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Decreto n.º 13.898 - de 20 de março de 2020 – Altera o Decreto nº 13.893, de 16 de março de 2020, e dá outras providências para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19). Atos do governo do poder executivo. **Diário oficial eletrônico do município de Juiz de Fora**. Publicado em: 20 de março de 2020 às 18:01. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=75055. Acesso em 05 de abril de 2020.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Boletim Epidemiológico. **Informe Epidemiológico Coronavírus**. Cenário em Juiz de Fora. 31 de março de 2020. Disponível em: <https://covid19.pjf.mg.gov.br/boletim.php#gsc.tab=0>. Acesso em: 4 de abril de 2022.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Boletim Epidemiológico. **Informe Epidemiológico Coronavírus**. Cenário em Juiz de Fora. 31 de maio de 2020. Disponível em: <https://covid19.pjf.mg.gov.br/boletim.php#gsc.tab=0>. Acesso em: 4 de abril de 2022.

SARTI, D.T. *et.al.* Qual o papel da Atenção Primária à Saúde diante da pandemia provocada pela COVID-19? **Periódicos Epidemiologia e Serviço de Saúde**, Brasília, n 29, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/SYhPKcN7f8znKV9r93cpF7w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 de abril de 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÃO- SBIM. Posicionamento: discurso do presidente Jair Bolsonaro em 24/03/2020. **Diretoria da Sociedade Brasileira de Imunizações**. São Paulo/SP. 25 de março de 2020, p.1. Disponível em:

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

<https://sbim.org.br/images/files/posicionamento-discurso-presidente-covid19-v3.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÃO- SBIM. **Informe Técnico 22ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza**. Brasília, 2020. p. 1-30. Disponível em: <https://sbim.org.br/images/files/notas-tecnicas/informe-tecnico-ms-campanha-influenza-2020-final.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2022.

SPOSATI, A.D.O. Covid 19 Revela a desigualdade de condições da vida dos brasileiros. Fórum democracia, políticas públicas e COVID- 19. **Revista NAU Social-** v.11, n.20,p.101- 103 Mai/ Out 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/36533>. Acesso em 5 de abril de 2022.

A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS SOCIAIS PARA PESSOAS TRANS E A JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À CIDADANIA

Júlio Mota de Oliveira¹⁴⁹

RESUMO: No Brasil, a ausência de políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades econômicas e sociais de grupos historicamente marginalizados como as pessoas trans mantém índices como a alta mortalidade, baixa renda e escolaridade, e baixo acesso aos serviços públicos. Neste artigo, aborda-se a omissão do Estado em legislar em favor desse grupo, bem como a ausência de políticas públicas que visem assegurar o acesso ao direito à cidadania, o que promove o deslocamento do poder decisório acerca das políticas públicas para o Poder Judiciário. Conclui-se que apenas decisões judiciais isoladas não são capazes de efetivar os direitos das pessoas trans.

Palavras-chave: Pessoas trans; Transgêneros; Direito à Cidadania.

ABSTRACT: In Brazil, the absence of public policies aimed at reducing the economic and social inequalities of historically marginalized groups such as trans people maintains indices such as high mortality, low income and schooling, and low access to public services. This article addresses the State's failure to legislate in favor of this group, as well as the absence of public policies aimed at ensuring access to the right to citizenship, which promotes the shift of decision-making power on public policies to the Judiciary. It's concluded that only isolated judicial decisions are not capable of effecting the right of trans people.

Keywords: Transpeople; Transgender; Right to Citizenship.

1- INTRODUÇÃO

A Constituição Federal brasileira dispõe no seu art. 1º que a cidadania é um direito fundamental. Em outras palavras, a cidadania constitui um fundamento do Estado Democrático de Direito. A valorização da cidadania ganha forma com a expansão do capitalismo monopolista, trazendo consigo uma relação direta com o conceito de igualdade que também é um direito previsto constitucionalmente.

¹⁴⁹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Relações de Gênero e Sexualidades: perspectivas interdisciplinares pela Faculdade de Educação da UFJF. Bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas Vianna Júnior e advogado colaborador integrante da equipe técnica do Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ (CeR-LGBTQI+) da UFJF. Pesquisador do GEDIS/UFJF/CNPq. E-mail: jmotadeoliveira@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6535-6257>.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Na teoria, os direitos decorrentes da cidadania são acessíveis a todos de forma igualitária. No entanto, na prática, a cidadania não vem sendo usufruída por todos os cidadãos da mesma forma, uma vez que grupos sociais considerados minoritários são excluídos e marginalizados e tem seus direitos fundamentais suprimidos.

Ante a ausência de políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades econômicas e sociais, grupos como o de pessoas trans e travestis que apresentam índices como a alta mortalidade, baixa renda, alta evasão escolar, baixa escolaridade, baixo acesso à bens e serviços e pouco acesso a serviços públicos como a saúde.

2- AS POLÍTICAS SOCIAIS NO SISTEMA CAPITALISTA

As políticas sociais surgem em decorrência da ascensão do capitalismo a partir da Revolução Industrial, das lutas de classes e do intervencionismo estatal. A origem dessas políticas geralmente é associada aos movimentos de massa social-democratas e ao surgimento dos Estados-nação na Europa no final do século XIX, mas sua difusão situa-se entre a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, em especial após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945) (BEHRING E BOSCHETTI, 2017).

A função precípua dessas políticas era responder às múltiplas expressões da “questão social”, que pode ser compreendida a partir da relação contraditória entre o capital e o trabalho que tem por consequência o surgimento de um conjunto de expressões das desigualdades sociais. Segundo IAMAMOTO (1999), a questão social pode ser definida como:

o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

No Brasil, diferentemente de outros países, a questão social passa afigurar como questão política apenas após a primeira década do século XX e, por consequência, se dá o início do desenvolvimento das políticas sociais. Sem o objetivo de garantir o bem comum e como consequência do agravamento das desigualdades sociais, o Estado passou a assumir algumas responsabilidades sociais com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem como forma de conservar o modo de produção capitalista (BEHRING E BOSCHETTI, 2017).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

No entanto, a dificuldade da gestão estatal estaria em conciliar uma política de acumulação que não acentue as iniquidades sociais de modo a torná-las ameaçadoras, e uma política de equidade que não só não comprometa, como também ajude a acumulação do capital (SANTOS, 1979).

Uma explicação das políticas sociais considera que estas devem ser vistas como respostas às “necessidades” do trabalho e às “necessidades” do capital, compatibilizando-se entre si. Nesse sentido, participam “tanto [d]a elaboração política de conflitos de classe quanto [d]a elaboração de crises do processo de acumulação”. Propõe, além disso, que a sua importância decisiva consistiria em regulamentar o processo de proletarização, tendo nele uma função constitutiva (AUGUSTO, 1989, p. 110).

O termo política social teve seu uso generalizado no Brasil após 1970 em decorrência do aumento do interesse oficial pelas questões sociais e passou a integrar, mesmo com status secundário, os nos planos de governo elaborados a partir de então. Embora inicialmente não tenha sido estabelecido claramente o papel do Estado na gestão das políticas públicas, saúde, educação, habitação, transporte, alimentação e saneamento aparecem como áreas de intervenção das políticas sociais (AUGUSTO, 1989).

No ano de 1988, foi promulgada a Constituição Federal brasileira considerada “a constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã” (CARVALHO, 2017, p. 201). No entanto, seu texto não foi capaz de reduzir as desigualdades sociais e garantir o acesso igualitário à cidadania.

A cidadania, quando analisada sem considerar seus fundamentos, é vista como um meio em que se pode, em maior ou menor medida, construir, ampliar e consolidar direitos a partir das lutas das classes sociais. No entanto, essa é uma compreensão parcial de seus fundamentos, uma vez que há uma relação substantiva entre a forma mercantil e a forma jurídica a ela correspondente, que prescinde a existência de sujeitos livres, iguais e proprietários aptos a possibilitar o intercâmbio de mercadorias (FELIX, 2019).

Contudo, a cidadania é uma expressão da relação entre forma mercantil e forma jurídica e política, estando diretamente relacionada ao modo de produção capitalista. Neste sentido, a superação do sistema capitalista envolve a sucumbência do Estado, enquanto forma política e jurídica e, por consequência, a própria cidadania. No entanto, não podemos desconsiderar a relevância tático-estratégica da luta pelo direito à

cidadania (FELIX, 2019), principalmente quando consideramos grupos historicamente marginalizados como é o caso das pessoas trans e travestis.

3- PESSOAS TRANS E A JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À CIDADANIA

Embora não exista uma paridade entre os termos, as desigualdades sociais podem ser organizadas em, no mínimo três eixos: classe, raça e gênero. O gênero, assim como a raça e a classe, foi historicamente utilizado para justificar e criar hierarquia entre os sujeitos (SCOTT, 1995).

Hoje, como antes, a determinação dos lugares sociais ou das posições dos sujeitos no interior de um grupo é referida a seus corpos. Ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideais da cultura. Então, os corpos são o que são na cultura (LOURO, 2020, p.69).

Os corpos, antes mesmo do nascimento, são marcados por significações, valores e discursos sociais que tem por objetivo produzir e reproduzir diferenciações, violações, hierarquizações, submissões e outras infinidades de práticas (LAURETIS, 1987).

As tecnologias discursivas apresentam, desde o nascimento, a única possibilidade de construção de inteligibilidade identitária para os gêneros e as sexualidades. A infância se constrói baseada numa pedagogia de gêneros hegemônicos - que se dá através de um controle minucioso na produção da sexualidade por meio de proibições e afirmações - com o objetivo de moldar os corpos para um modelo de sociabilidade referenciado pela heterossexualidade que se constrói a partir da ideologia da complementariedade dos sexos (BENTO, 2008).

A diversidade dos seres humanos é estudada a séculos, mas em muitos casos, temas voltados para gênero, sexo e sexualidade foram restritos a estudos dentro de um padrão binário que contemporaneamente conduzimos ao padrão da cis-heteronormatividade, onde todo e qualquer ser humano “desviante” de tal padronização é tido como uma aberração da natureza (SOUZA, 2018).

As transgressões e as subversões da concepção binária do sexo podem ser experimentadas por três categorias - quais sejam: sexo, gênero e sexualidade; que são relegadas ao espaço do incompreensível ou do patológico (LOURO, 2020).

A orientação sexual é diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero (JESUS, 2012), ela refere-se a qual ou quais gêneros cada sujeito direciona seu interesse sexual, afetivo e/ou psicológico. Neste sentido, a orientação sexual é a identidade que se atribui ao sujeito em decorrência da orientação de seu desejo ou de suas condutas sexuais (PEDRA, 2020). Podemos compreender o sexo como a

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

“classificação biológica das pessoas como macho ou fêmeas [ou intersexuais], baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais” (JESUS, 2012, p. 13).

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende a tese de que, por mais que sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo (BUTLER, 2019).

O gênero, portanto, é uma construção social que se expressa a partir de padrões ditos femininos e masculinos. A identidade de gênero diz respeito ao modo como uma pessoa se percebe no mundo em relação ao próprio gênero, independentemente de seu sexo biológico (SCOTT, 1995). De acordo com a Recomendação n. 128/2022 do Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre “Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero”:

Pessoas que não se conformam com o gênero a elas atribuído ao nascer foram e ainda são extremamente discriminadas no Brasil e no mundo, na medida em que a conformidade entre sexo e gênero continua a ser a expectativa dominante da sociedade.

No ano de 2021, foram registrados 140 assassinatos de pessoas trans e travestis no Brasil. O país ocupa pelo 13º ano consecutivo o primeiro lugar no ranking dos países que mais matam travestis e transexuais no mundo (VALENTE, 2021). Os números assustadores revelam a ausência de políticas públicas que tenham por objetivo promover os direitos fundamentais dessa população e, dentre eles, a cidadania.

O que se vê, ainda hoje, a partir a conjugação de preconceitos, descaso e ignorância, é um quadro de negligência estatal, atraso legislativo, desorientação judicial e marginalização social ainda reinante, que obstaculiza o exercício da cidadania, segrega e invisibiliza, quando deveria incluir (PEDRA, 2020).

De acordo com Marshall, “a cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status” (MARSHALL, 2002, p. 24). Num sistema de medida de igualdade, aqueles que possuem o mesmo status social também possuíram um mesmo conjunto de direitos e obrigações.

Seja por ação ou por omissão, muitos estados têm se furtado de reconhecer a existência de uma violência específica, que inclui a orientação sexual e/ou a identidade de gênero das pessoas como fator determinante dessa violência e das violações de direitos humanos, sociais e políticos, e pautar política de enfrentamento das mesmas, que garantam dignidade, respeito, proteção e a garantia dos direitos as pessoas trans e Não-Binárias (BENEVIDES, 2021).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Na prática social, pessoas trans e travestis não possuem proteção do Estado e não estão seguras para existir numa sociedade em que são reiteradamente desumanizadas e onde o próprio Estado, governos e agentes públicos fazem parte do problema sobre diversas óticas.

Ainda que se apresentem como espaço neutro, as intervenções do Estado são, portanto, formas de reatualização ou de manifestação do padrão de domínio existente na sociedade. Embora financiadas com recursos extraídos da totalidade do público, o “interesse geral” que proclamam traduz-se como intermediação estatal dos interesses particulares (AUGUSTO, 1989, p. 108).

Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística passou a quantificar a população em função de sua orientação sexual, mas deixou de considerar dados acerca das pessoas trans e travestis. Deste modo, é possível estimar o número de gays, lésbicas e bissexuais no país, mas não é possível quantificar o número de travestis e transexuais no Brasil (ALMEIDA, 2018).

O apagão de dados acerca da população trans e travestis é uma realidade e, não por acaso, inviabiliza a criação de políticas públicas que visem alterar a realidade social. Diante da ausência de garantia de dignidade e igualdade, esse grupo social é incapaz de exercer a sua cidadania, ainda que nos moldes da sociedade capitalista.

As políticas públicas e, conseqüentemente, a política social, tem como uma de suas principais funções a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e amparada pela lei (BEHRING E BOSCHETTI, 2008, p. 102).

No entanto, mesmo diante dos números não oficiais e da realidade social que demonstram que as pessoas trans existem e estão em sua maior parte em situação de vulnerabilidade social, o Poder Legislativo se nega a discutir a inclusão e a diversidade e se posiciona contrário às medidas que garantam direitos básicos à essa população.

Ao buscar pelos termos “travesti”, “transexual” e “transgênero” no site da Câmara dos Deputados, em Brasília, são encontrados pelo menos 40 projetos de lei e decretos que citam diretamente a população trans e, em sua maioria, aguardam votação. No entanto, apenas 19 deles podem ser considerados em favor das pessoas trans, enquanto os demais propõem a retirada dos poucos direitos conquistados anteriormente.

A inércia do Poder Legislativo desestabiliza os Poderes Executivo e Judiciário. Enquanto o Poder Executivo é colocado diretamente sob a pressão dos movimentos sociais,

as omissões legislativas criam a necessidade de que a Justiça garanta e reconheça direitos por meio de decisões judiciais, que precisam acontecer

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

mediante o cumprimento de procedimentos específicos que tem a morosidade como característica (PEDRA, 2020, p. 20).

Neste sentido, o Poder Judiciário passou a ser acionado reiteradamente para decidir acerca das mais diversas violações de direitos fundamentais das pessoas trans e travestis, promovendo o deslocamento do poder decisório acerca da efetivação de políticas públicas, típicos dos Poderes Executivo e Legislativo.

As políticas públicas e, conseqüentemente, a política social, tem como uma de suas principais funções a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e amparada pela lei (BEHRING E BOSCHETTI, 2008, p. 102).

Em 2018, o Supremo Tribunal Federal (Habeas Corpus 152.491) realocou na esfera pública a discriminação que a população trans sofre dentro do sistema prisional e determinou que duas travestis fossem transferidas para uma unidade prisional compatível com sua identidade de gênero (MELLO, 2018).

No entanto, embora o STF tenha acertadamente decidido sobre a questão, é sabido que dentro do sistema prisional pessoas trans e travestis são violentadas em seus direitos, sendo vítimas de mutilações, espancamentos e estupros coletivos (MELLO, 2018). No mesmo ano, ao analisar a ADI 4.275 o Supremo Tribunal Federal definiu que pessoas trans podem alterar o nome e/ou o gênero no registro civil sem que se submetam a qualquer tipo de cirurgia e diretamente nos cartórios de registro civil, independente de decisão judicial.

Em seguida, o CNJ publicou o Provimento 73/2018 que regulamenta a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento das pessoas trans no Registro Civil das Pessoas Naturais, mas condicionou o procedimento de concessão do benefício à legislação específica a ser definida por cada Estado e pelo Distrito Federal.

Todavia, até os dias de hoje, em diversos estados como é o caso de Minas Gerais, por não haver previsão legal específica da isenção dos custos da retificação de nome e gênero nos cartórios, ainda que seja requerida por pessoa manifestamente hipossuficiente, não se concede a gratuidade no pagamento dos emolumentos. Na prática, a assistência jurídica integral - dever do Estado de garantir aos indivíduos em vulnerabilidade econômica o acesso à justiça – é indeferida pelos cartórios, impedindo o acesso das pessoas trans em vulnerabilidade à retificação e, por consequência, à efetivação do direito ao nome.

Recentemente, em abril de 2022, em decisão histórica e extremamente significativa por se tratar do combate à violência de gênero, o Superior Tribunal de Justiça estabeleceu que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) se aplica aos casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres transexuais. Na prática, pessoas trans e travestis dificilmente podem contar com a segurança pública, uma vez que a relação entre a polícia e esse grupo social é sempre identificada como conflituosa.

Não se trata aqui de uma crítica à atuação do Poder Judiciário, uma vez que a garantia de direitos deve ser uma prioridade do Estado. O que se pretende é provocar a reflexão acerca das limitações das decisões judiciais que buscam garantir direitos fundamentais das pessoas trans e travestis no contexto de uma sociedade em que a transfobia é estrutural; bem como acerca da necessidade da proposição de políticas públicas que tenham por objetivo o combate efetivo do preconceito, estigmatização e exclusão desse grupo e o acesso à cidadania.

4- CONCLUSÃO

O neoliberalismo retomado pelo Governo Temer acabou por retirar os poucos direitos conquistados pelas classes sociais mais pobres e acentuou as desigualdades sociais e a concentração de renda. Embora as consequências da adoção das políticas neoliberais atinjam as camadas mais pobres da população, existem grupos historicamente marginalizados, como o caso das pessoas trans e travestis, que sempre estiveram em situação de vulnerabilidade social. Nesse momento, pessoas trans e travestis buscam a efetivação de direitos básicos como o direito ao nome, à vida, ao uso do banheiro, à prevenção de suicídio e tantos outros direitos que lhe são suprimidos exclusivamente em decorrência de sua identidade de gênero.

Embora tenha crescido o número de candidaturas de pessoas trans e travestis a cargos eletivos, a invisibilidade social reflete na exclusão política desse grupo demonstrada pela ausência de representatividade nos espaços políticos e institucionais responsáveis por formular políticas públicas que se desdobram em programas, planos, projetos, pesquisa e base de dados.

Como consequência da omissão legislativa e da ausência de políticas públicas que busquem assegurar o direito à cidadania das pessoas trans, ocorre a judicialização

que promove o deslocamento do poder decisório acerca da efetivação de políticas públicas, função típica dos Poderes Legislativo e Executivo, para o Poder Judiciário.

No entanto, as decisões judiciais não têm sido capazes de enfrentar a transfobia estrutural e institucional e efetivar os direitos das pessoas trans. Apesar de ter seus direitos reconhecidos pelo Poder Judiciário, ainda hoje as pessoas trans e travestis encontram barreiras na estrutura burocrática do Estado que não permitem que essa população acesse o direito fundamental à cidadania.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Políticas públicas, políticas sociais e política de saúde: algumas questões para reflexão e debate. *Tempo social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 1(2): 105-119, 2.sem. 1989.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2017 – (Biblioteca Básica do Serviço Social; v.2).

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. p 9-15.

BENTO, Berenice. *O que é Transexualidade*. Ed. Brasiliense, 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 17ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 23. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FÉLIX, P.R. *Cidadania e Capitalismo: uma análise a partir da crítica marxista do direito*. R. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.29, n. 1 (especial), p. 13-38, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos* / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012.

LAURETIS, Teresa de. *Technologies of Gender: Essay on Theory, Film, and Fiction*, Bloomington/. Indiana: Indiana University Press, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho - ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

MELLO, Adriana. O Supremo Tribunal Federal e o Direito das Travestis à Unidade Prisional Feminina - Comentários à Decisão Proferida no Habeas Corpus nº 152.491. Direito em Movimento, Rio de Janeiro, v. 16 - n. 1, p. 193-211, 1º sem. 2018.

PEDRA, Caio Benevides. Cidadania trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil / Caio Benevides Pedra. – 1. ed. – Curitiba, Appris, 2020.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1979.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, n. 20 (2), 1995. p. 71-100.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, nº39, vol. 16, 2003b, p.11-24

VALENTE, J. Brasil registrou 140 assassinatos de pessoas trans em 2021. Agência Brasil, Brasília, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-01/brasil-registrou-140-assassinatos-de-pessoas-trans-em-2021>. Acesso em: maio 2022

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social:
resistências e articulações internacionais



EIXO TEMÁTICO 5

**Ofensiva ultraconservadora e resistências:
formação e trabalho profissional**

TENDENCIAS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE A PARTIR DAS MONOGRAFIAS.

Alessandra Ribeiro de Souza¹⁵⁰

Liliane Maria Domingues da Silva¹⁵¹

PallomaEfigenia Quirino¹⁵²

RESUMO:

O Trabalho de Conclusão de Curso constitui requisito obrigatório e indispensável à formação do Assistente Social. O estudo objetivou analisar as principais tendências temáticas e metodológicas das monografias elaboradas pelos discentes do curso de no período compreendido entre 2015 e 2021. Os dados foram coletados nos trabalhos depositados na biblioteca digital do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) e analisados pelas pesquisadoras. A análise evidenciou forte relação entre os objetos de estudo e os campos de estágio, os impactos da pandemia de COVID-19 para o desenvolvimento das pesquisas bem como indicou desafios a serem enfrentados para o fortalecimento da pesquisa.

Palavras chave: Pesquisa; Serviço Social; Trabalho de Conclusão de Curso

ABSTRACT

The Course Completion Work is a mandatory and indispensable requirement for the formation of the Social Worker. The study aimed to analyze the main thematic and methodological trends of the monographs prepared by the students of the course in the period between 2015 and 2021. Data were collected from works deposited in the digital library of the Institute of Applied Social Sciences (ICSA) and analyzed by the researchers. The analysis showed a strong relationship between the objects of study and the internship fields, the impacts of the COVID-19 pandemic on the development of research, as well as indicating challenges to be faced in order to strengthen the research.

Keywords: Research; Social service; Completion of coursework

¹⁵⁰ Professora Adjunta do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto

¹⁵¹ Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto

¹⁵² Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto

1- INTRODUÇÃO

O Serviço Social está relacionado ao surgimento da questão social e à necessidade de resposta e atuação do Estado para além da coerção, possibilitando a preservação da dinâmica capitalista. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998). Na década de 1980 a profissão passou por um processo de reconceituação no qual o projeto profissional passou a conceber a profissão enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva de profissão compreende sua inserção no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado o que implica compreender a profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho atuando no âmbito da reprodução social (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998). De acordo com lamamoto (1998)

Dentre os eixos de preocupações fundamentais do movimento de reconceituação podem ser salientados: o reconhecimento e a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano; a criação de um projeto profissional abrangente, atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo; a necessidade de atribuir um estatuto científico ao Serviço Social; a explícita politização da ação profissional, solidária com a libertação dos oprimidos e comprometida com a “transformação social”. Tais preocupações canalizam-se para a reestruturação da formação profissional que articule ensino, pesquisa e prática profissional, exigindo da universidade o exercício da crítica e da produção criadora de conhecimento no estreitamento de seus vínculos com a sociedade (lamamoto, 1998, p. 209).

Os anos 90 no Brasil foram marcados por profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social alterando as demandas profissionais e conseqüentemente a formação profissional. Foi nesse cenário conjuntural e embasado pelo Movimento de Reconceituação que o arcabouço jurídico legal da profissão foi reformulado e expresso na Lei 8142/93 que regulamenta a profissão, no Código de Ética Profissional e nas novas diretrizes curriculares de 1996 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. De acordo com as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, o Serviço Social é uma profissão interventiva no âmbito da questão social expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista. A questão social é entendida como objeto da intervenção profissional e seu agravamento face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho. (ABEPSS, 1996: 5)

Essa perspectiva de profissão requer um perfil profissional conforme o projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFOP, crítico à ordem capitalista que atua nas expressões da questão social formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, junto as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e todo movimento dos trabalhadores. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica que potencialize a sua competência na área onde for trabalhar e o comprometa com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. De acordo com as diretrizes curriculares, a efetivação de um projeto de formação profissional remete diretamente a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em três Núcleos de Fundamentação: 1- Núcleo de fundamentos teóricometodológicos da vida social I; 2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS, 1996:8)

É importante salientar que o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação da formação sóciohistórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades. (ABEPSS, 1996:8)

Cabe ressaltar que esses três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida a matérias e disciplinas. Esta articulação favorece uma nova forma de realização das mediações entendida como a relação teoria-prática que deve permear toda a formação profissional, articulando ensino-pesquisa-extensão (ABEPSS, 1996:9). Assim, a lógica curricular proposta compreende a pesquisa como principio formativo transversal à formação profissional.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

O projeto político pedagógico do curso de Serviço Social da UFOP, em consonância com as Diretrizes da ABEPSS, instituiu componentes curriculares profundamente relacionados à pesquisa: a disciplina de Pesquisa em Serviço Social 1, Pesquisa em Serviço Social 2, e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que também se desenvolve em dois componentes curriculares. De acordo com as Diretrizes o TCC:

É uma exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso. Este processo de sistematização, quando resultar de experiência de estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico-operativos. Realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmicas científicas. Portanto, o TCC se constitui numa monografia científica elaborada sob a orientação de um professor e avaliada por banca examinadora (ABEPSS, 1996:19).

À partir dos elementos que reconhecem a importância da pesquisa para a profissão e tendo em vista que o TCC é um importante componente curricular, que se origina nossa pesquisa. Partimos do reconhecimento da importância da análise das pesquisas que tem sido desenvolvidas pelo curso de Serviço Social da UFOP para conhecermos as principais tendências temáticas e metodológicas bem como os desafios indicados pelos discentes no processo de elaboração das monografias no período compreendido entre 2016 e 2021.

2- ANÁLISE DAS MONOGRAFIAS; APROXIMAÇÕES REFLEXIVAS

O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi implementado em março de 2009 no Instituto de Ciências Sociais e Humanas (ICSA) campus de Mariana. Os discentes são formados na perspectiva das Diretrizes Curriculares vigentes capacitando-os para os processos de investigação científica e intervenção profissional de forma criativa e propositiva dentro do conjunto das relações sociais e do mercado de trabalho. Essa proficiência se dá por meio de atividades pedagógicas com aproximações sucessivas à realidade social, seminários temáticos, atividades de pesquisa, estágio supervisionado, extensão e laboratórios/oficinas.

O Trabalho de Conclusão de curso, componente curricular obrigatório é compreendido pelo Projeto Pedagógico do curso como síntese da formação do discente elaborado de forma monográfica sob a orientação de docentes do curso de ao longo das

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

disciplinas de Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso I e II. Nossa pesquisa se baseou na análise de trinta TCC's elaborados no período compreendido entre 2016 e 2021 que foram depositados na biblioteca digital do ICISA. É importante ressaltar que a inserção de TCC's na biblioteca digital teve início em 2016 demarcando o ano de início do período analisado. Cabe ressaltar ainda que em 2021 ainda não foi atingida a submissão da totalidade de TCC's no formato digital ainda que o número de trabalhos submetidos tenha crescido.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi construído um instrumento para organização do banco de dados. partir da leitura das monografias o banco de dados foi alimentado com as informações que respondiam aos objetivos desta pesquisa.

Inicialmente buscamos identificar as principais dificuldades para elaboração dos TCC's. De acordo com os registros inseridos nas monografias as principais dificuldades apontadas foram a escassez de referências bibliográficas em algumas temáticas e os impactos da Pandemia de Covid-19. A produção escassa em diversas temáticas indica a importância da sistematização, produção teórica e socialização referentes a temáticas como, por exemplo, a dimensão pedagógica do Serviço Social, construção de bases de dados sobre população de rua e estudos sobre questões relacionadas ao território no qual a UFOP se insere como a questão da moradia em Ouro Preto. Em relação a pandemia, as dificuldades indicadas nas monografias são diversas com destaque para a alteração de metodologias tendo em vista a impossibilidade de realizar entrevistas com usuários e profissionais; os prejuízos gerados pela adoção do ensino remoto; e o desgaste na saúde dos discentes.

Buscamos analisar também as metodologias utilizadas nas pesquisas. É importante destacar que partimos da compreensão de que a metodologia é muito mais que um conjunto de técnicas. Ela inclui concepções teóricas da abordagem articulando a teoria com a realidade. Concordamos com Minayo que o endeuamento de técnicas produz um formalismo árido ou respostas estereotipadas. Seu desprezo, ao contrário, leva ao empirismo sempre ilusório em suas conclusões, ou a especulações abstratas e estéreis. (Minayo, 1994, p.15)

A análise dos TCC's indicou uma predominância na realização de pesquisas de revisão bibliográfica e análise documental. Conforme já indicamos, o período pandêmico impôs a necessidade de alterações metodológicas, mas é importante compreender que outros fatores podem estar relacionados ao predomínio na definição por essas

metodologias. Uma hipótese importante a ser investigada refere-se à possível definição por metodologias que não exijam a submissão e tramitação nos comitês de ética em pesquisa que, principalmente em um período marcado pela redução na duração dos períodos letivos, pode inviabilizar o cronograma de execução das pesquisas.

Outro aspecto importante para nossas reflexões sobre a ética em pesquisa está relacionado à indicação do Código de Ética como referência no processo investigativo. Ainda que o código de ética indique os princípios que devem nortear as pesquisas chama a atenção que os autores não se refiram ao mesmo ao construir suas propostas metodológicas e por vezes esse documento basilar para a profissão sequer é indicado entre as referências bibliográficas. Essa ausência pode indicar uma lacuna a ser trabalhada nas disciplinas de pesquisa em Serviço Social e nas orientações de TCC's.

Em relação a construção dos objetos de pesquisa buscamos compreender sua relação com a inserção em estágio, extensão, pesquisa etc. É importante ressaltar que 55,2% das monografias relaciona a construção do objeto com o estágio obrigatório; 17,2% relacionam com a participação em extensão; 13,8% com projetos de iniciação científica; 3,4% com monitoria e 10,3% com alguma disciplina. Esses dados evidenciam a importância do estágio no processo formativo bem como a importância na construção de projetos de pesquisa e extensão para a qualificação da formação profissional. Esses dados indicam o potencial dos campos de estágio para o desenvolvimento da dimensão investigativa da profissão reafirmando a importância da qualificação desse componente curricular. Os dados também reafirmam a importância do tripé que constitui a formação superior composto por ensino, pesquisa e extensão e, principalmente em tempos de aprofundamento das medidas de ajuste fiscal que corroem o orçamento das universidades reafirma a importância da luta pela destinação do fundo público para a educação.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

‘Concordamos com PRATES (2017) ao afirmar que na graduação não formamos pesquisadores mas sim profissionais com habilidade investigativa capazes de lançar mão da pesquisa como parte fundamental do instrumental de trabalho em qualquer área ou espaço sócio ocupacional. É a partir dessa compreensão que nos dedicamos a análise dos Trabalhos de Conclusão de curso buscando nos aproximar do processo de construção dos objetos de investigação, das principais dificuldades enfrentadas pelos

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

discentes nas pesquisas bem como buscamos identificar lacunas que devem ser objeto de aprofundamento em disciplinas da graduação.

Nossas análises indicaram a forte relação da construção dos objetos de estudo com o estágio em Serviço Social reafirmando a importância desse componente curricular para a qualificação da formação profissional e também do trabalho dos/das Assistentes Sociais. A pesquisa também indica a importância de aprofundar análises sobre o processo de construção das metodologias adotadas bem como do Código de Ética como base para a construção dos processos investigativos.

Por fim, é importante indicar que nossas análises, ainda que iniciais, indicam o impacto do período pandêmico para as pesquisas. Tais impactos merecem ser aprofundados para que seja possível construir estratégias de qualificação da formação profissional.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: ABESS/CEDEPSS, 1996.

MARX, Karl. "Introdução" in Para a crítica da economia política, Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, "Os economistas", 1982.

CARVALHO, A. M. P. A pesquisa no debate contemporâneo e o Serviço Social. Caderno ABESS nº 5. São Paulo: Cortez, 1992.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética** Profissional do **Assistente Social**. Brasília, 1993.

BARROS, Aidil. J. P e LEHFELD, Neide. A. S. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis, Rj: Vozes, 1999.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

MINAYO, Maria Cecília. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 1994.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina. Metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PRATES, Jane Cruz. A pesquisa e a extensão no processo de ensino-aprendizagem da Graduação e Pós-Graduaçãoem Serviço Social. Textos& Contextos, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 1-8, jan./jul. 2017

RICHARDSON, Roberto. J. etall. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RUDIO, Franz V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

A INDISPENSABILIDADE DO ESTUDO DA (CRÍTICA DA) ECONOMIA POLÍTICA PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Juliano Zancanelo Rezende¹⁵³

RESUMO: O trabalho apresenta uma reflexão teórica acerca da indispensabilidade da (crítica da) Economia Política enquanto disciplina científica para a formação profissional em Serviço Social, capaz de oportunizar a compreensão teórico-crítica das relações sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista. A partir de revisão bibliográfica, de forma sumária, são situadas algumas mediações entre o estudo crítico da Economia Política e o próprio significado social do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Economia Política.

ABSTRACT: The work presents a theoretical reflection on the indispensability of (criticism of) Political Economy as a scientific discipline for professional training in Social Work, capable of providing an opportunity for a theoretical-critical understanding of the social relations of production and reproduction of capitalist society. Based on a bibliographic review, in a summary way, some mediations between the critical study of Political Economy and the social meaning of Social Work are located.

Keywords: Social Work; Professional Training; Political Economy.

1- INTRODUÇÃO

Enquanto resultante do processo histórico de renovação crítica do Serviço Social brasileiro, a incorporação da (crítica da) Economia Política como matéria básica para a formação em Serviço Social — bem como outras disciplinas científicas — representa o movimento de constituição da maioria intelectual da profissão entendida como área de produção de conhecimento. Movimento este que se expressa, por exemplo, na formulação das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em

¹⁵³ Assistente Social; Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF (bolsista FAPEMIG); e-mail julianozancanelo@gmail.com ; Eixo Temático: Resistências, Lutas e Internacionalização do Serviço Social / área temática: ofensiva ultraconservadora e resistências: formação e trabalho profissional;

Serviço Social (ABEPSS), de 1996. As quais estabelece no Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social a necessidade da abordagem científica sobre o ser social e sua produção histórica e particular na sociedade capitalista, sob a compreensão das leis econômicas que regem tendencialmente o processo produtivo e a dinâmica de reprodução social no bojo da luta de classes. Algo que está necessariamente articulado com os outros núcleos de fundamentação para a formação profissional — Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Fundamentos do Trabalho Profissional (ABEPSS, 1996).

Todavia, a conjuntura contemporânea de avanço dos retrocessos sociais sob a égide ultraneoliberal, impõe uma crescente mercantilização e precarização da Educação Superior, junto da difusão ideológica da anticiência produzida pela ascensão da extrema direita no país (FARAGE, 2021). O que aumenta significativamente os desafios de manutenção e soerguimento de uma formação acadêmico-profissional crítica, de qualidade e socialmente referenciada. Portanto, acreditamos ser prudente a realização do presente trabalho como resistência teórico-política do pensamento crítico e do legado hegemônico ainda permanente no Serviço Social brasileiro. Assim, nas páginas seguintes buscamos reforçar a compreensão coletiva do campo crítico da profissão sobre a indispensabilidade da (crítica da) Economia Política na formação profissional, de forma a fortalecer os pressupostos teóricos do Núcleo de Fundamentos da Vida Social com que conta as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

2. ECONOMIA POLÍTICA E OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Conforme Lange (1966), o termo *Economia* advém de Aristóteles, e é designado como uma espécie de ciência das leis da economia doméstica — em grego, *Oikos* significa “casa”/“ambiente doméstico”, e *nomos*, “lei”. Já a expressão *Economia Política*, mesmo tendo origem também na noção grega de *politeia*, foi cunhada a partir da obra “*Tratado de Economia Política*”, publicada no século XVII pelo francês Antoine Montchrétien. Na Inglaterra, com notável influência francesa, a expressão *Economia Política* começou a ser utilizada nos textos de James Steuart (1712-1780), como de outros pensadores ingleses, embora ainda não tivesse adquirido corpo teórico suficiente enquanto teoria social. Mas é prudente destacar que mesmo a Economia Política sendo reconhecida como teoria social somente no começo do século XIX, as contribuições reflexivas de pensadores antecedentes contribuíram para a constituição de um arcabouço

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

de conhecimentos sobre as leis econômicas, desenvolvido no chamado período clássico da Economia Política. Segundo Marx (1982), a tradição intelectual franco-inglesa forjou os pensadores que marcaram a Economia Política Clássica, desde William Petty (Inglaterra) e Pierre de Boisguillebert (França) a David Ricardo (Inglaterra) e Jean de Sismondi (França). Também, destacamos o intelectual britânico Adam Smith que, junto com David Ricardo, representam os principais pensadores da fase clássica da Economia Política.

Em acordo com os pensadores clássicos da Economia Política, essa disciplina científica não se propõe em determinar um objeto particular da sociedade para ser analisado de forma isolada e compartimentalizada; na verdade, seu objeto de investigação é a própria sociedade moderna e suas múltiplas relações econômicas e sociais de produção. Devido à crise do modo de produção feudal e o surgimento de novas relações sociais de produção, a Economia Política buscou, enquanto teoria social, explicar o funcionamento da vida social assentada na expansão das relações mercantis e de trabalho. Assim, com a gestação e desenvolvimento da sociedade burguesa se fez necessário compreender o conjunto das relações sociais dessa nova sociabilidade e, para isso, o homem — no sentido humano genérico — apontou a possibilidade de distinção entre o “natural” e o “social” no processo de construção do conhecimento. Isto é, para conhecer e explicar a sociedade nascente, tornou-se possível a separação entre o que é “social” do que é “natural” no caminho de conhecimento da realidade. Logo, a teoria social somente pode surgir quando, para conhecer o conjunto da sociedade, o “social” começa a emergir, sendo a primeira expressão da teoria social a Economia Política¹⁵⁴.

Por mais que a Economia Política Clássica é expressão da emergência do “social” na compreensão da realidade, seus teóricos imbricados em concepções próprias do jusnaturalismo moderno acabaram por entender categorias e instituições como algo natural e não movente, pois “uma vez descobertas pela razão humana e instauradas na vida social, permaneceriam eternas e invariáveis na sua estrutura fundamental” (NETTO e BRAZ, 2012, p.30). Essa característica reflete o *compromisso de classe* que a Economia Política Clássica acabou desempenhando, compromissada com a burguesia

¹⁵⁴“La economía política estudia, pues, los diversos aspectos del proceso económico que se manifiestan a través de las leyes económicas. Es una ciencia teórica, contrariamente a la historia económica y a la economía descriptiva, que estudian el desarrollo de procesos económicos concretos en tiempos y lugares determinados.” (LANGE, 1966, p.87);

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

revolucionária. Afinal, alicerçada em preceitos do liberalismo clássico em contraposição à sociabilidade feudal e absolutista, a Economia Política Clássica representou a vontade coletiva da burguesia revolucionária de superação do Antigo Regime e de irrupção da nova ordem — a ordem burguesa.

Ainda na primeira metade do século XIX, a Economia Política Clássica caminhou por um percurso de crise dado o contexto de modificação da relação da burguesia com o próprio Programa da Modernidade. A Ilustração enquanto projeto de emancipação da humanidade se sintetizava nos princípios de *liberdade*, de *igualdade* e de *fraternidade*. No entanto, este projeto da cultura ilustrada somente foi possível ser concebido, nos moldes do regime burguês, enquanto emancipação política em alguns países da Europa Ocidental, e não como emancipação do gênero humano, haja vista que a igualdade, na sociedade burguesa, se limita ao plano jurídico e não abarca o âmbito econômico-social. E o próprio âmbito jurídico não pressupõe realmente a liberdade concreta se considerarmos as suas disparidades conforme a origem e posição de classe dos sujeitos.

Com a conversão da burguesia de classe revolucionária para classe conservadora, conformaram-se os elementos essenciais para a crise do período clássico da Economia Política. Afinal, se os clássicos da Economia Política compreendiam que é a partir do trabalho que se cria valor, essa compreensão não se fazia mais válida para a burguesia enquanto classe dominante e conservadora, que se mantém pela lógica da exploração do trabalho pelo capital (MARX, 2008). Isto é, se a criação de valor advém do trabalho e a ordem burguesa está assentada na exploração do trabalho, gera-se uma incompatibilidade entre o entendimento da Economia Política Clássica e os interesses de classe da burguesia.

Somada às insurgências populares de trabalhadores na Europa, que marcou o ano de 1848¹⁵⁵, a burguesia conservadora rejeita a Teoria do Valor-Trabalho (T-V-T) e, conseqüentemente, desqualifica a análise teórico-social desempenhada pela Economia Política Clássica a partir da produção econômica e da vida social. Diante disso, a Teoria

¹⁵⁵Mesmo ano da publicação do Manifesto do Partido Comunista, elaborado e escrito por Marx e Engels devido à sua deliberação no II Congresso da Liga dos Comunistas, em 1847, enquanto um documento programático da Liga. “Nos começos de fevereiro de 1848, o documento (de cujo original só se conservou uma página, manuscrita por Marx) é enviado à sede da Liga, em Londres, e provavelmente a 23 ou 24 do mesmo mês sai da pequena tipografia de J. E. Burghard a primeira edição, com três mil exemplares em alemão, do Manifesto — naturalmente sem a identificação dos autores, uma vez que se tratava do programa de um coletivo político. E quase ao mesmo tempo em que a Liga ingressava aberta e publicamente na arena política, apresentando-se com o Manifesto, a revolução — que logo se estenderia pela Europa continental — explodia em Paris” (NETTO, 1998, p.16).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

do Valor-Trabalho e a análise das relações sociais a partir da produção foram incorporadas por intelectuais que se vinculavam ao proletariado, observadas as críticas à própria construção clássica da Economia Política (NETTO e BRAZ, 2012).

Vinculado aos interesses históricos da classe trabalhadora, o pensador que inaugura a *Crítica da Economia Política* é Karl Marx (1818-1883) — um estudioso alemão que incorpora a história e seu movimento enquanto categorias fundamentais para a análise do conjunto das relações constituídas e constitutivas na sociedade burguesa (MARX, 2008). Buscando superar os limites da Economia Política Clássica, Marx apresenta para análise efetiva do movimento do real um método analítico — vulgarmente conhecido como *materialismo histórico-dialético* — que visa compreender e explicar o conjunto das relações sociais da dinâmica da sociedade moderna e, conseqüentemente, para isso, do modo de produção capitalista (LUKÁCS, 2003).

Compreendemos que para o desenvolvimento da Teoria Social Crítica, a recorrência crítica aos pressupostos da cultura ilustrada foi elementar, tendo em vista a referência crítica de Marx a Hegel (1770-1831) e aos clássicos da Economia Política. Somada a necessidade que Marx (2017) observava em relação ao conhecimento real do real para o êxito da ação revolucionária do proletariado e, por Marx estar intelectualmente vinculado aos interesses das massas trabalhadoras, o caminho apontado foi o de assentar a ação revolucionária da classe trabalhadora em uma teoria social capaz de reproduzir ideal e concretamente o movimento da sociedade do capital, para que, conhecendo realmente a realidade, fosse possível obter efeitos concretos sobre o movimento do real por parte da ação revolucionária do proletariado.

Assim como nos elucida o professor Netto (2011), a teoria é um conjunto de explicitações teórico-metodológicas acerca de um objeto determinado, e se constitui enquanto uma modalidade de conhecimento dentre as várias maneiras de se processar o *conhecer*. Na perspectiva marxiana, há várias formas de conhecimento — não validando todas essas modalidades de conhecer, mas as reconhecendo. Sendo o conhecimento teórico uma modalidade de conhecer que se difere das outras formas de conhecimento, pois a teoria é a “reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (NETTO, 2011, p.21). Reprodução porque o conhecimento teórico não produz nada por si só. Ou seja, é uma reprodução ideal, no “mundo” das ideias, do concreto na cabeça dos sujeitos — especificamente o sujeito que busca conhecer, pesquisar, com

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

referência no conhecimento teórico. Portanto, esse movimento é algo que parte do externo e é reproduzido no plano das ideias. Então, para a tradição marxista, teoria não é o que retrata estaticamente a realidade, ela extrai da realidade um movimento efetivo dela própria.

E no que se trata a (crítica da) Economia Política, elencando a dinâmica da sociedade como objeto de análise, segundo Lange (1966), sua tarefa teórica é investigar as leis sociais que regem o processo econômico — de produção e distribuição — entendido na totalidade das relações sociais do capitalismo. Dessa maneira, a (crítica da) Economia Política enquanto disciplina científica que aborda a atividade econômica sobre a qual se organiza a sociedade burguesa, se apresenta como condição indispensável para a compreensão dos fundamentos da vida social.

Neste ponto, podemos suscitar a indispensabilidade da (crítica da) Economia Política, enquanto teoria social, para a compreensão das relações sociais de produção e reprodução da sociedade e, portanto, das motivações societárias e de classes para a requisição de profissionais, inscritos sob a divisão social e técnica do trabalho, para lidar com um conjunto de problemáticas que circundam a realidade reprodutiva do capital. Aqui nos referimos especificamente ao Serviço Social. Uma profissão historicamente desenvolvida e especializada a laborar racionalmente no campo da reprodução social, consideradas as necessidades sociais e impasses resultantes do desenvolvimento das forças produtivas na sociabilidade capitalista (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014).

Recorrendo ainda à indispensável produção de Iamamoto e Carvalho (2014), em meio ao desenvolvimento industrial do capitalismo monopolista e sob a gestação de novas determinações e expressões da Questão Social, no acirramento do antagonismo entre as classes fundamentais desse modo de produção da vida social, reafirmamos a inerente imersão do Serviço Social no bojo da reprodução das relações sociais tipicamente capitalistas, especialmente no que se refere à reprodução material e espiritual da força de trabalho e à reprodução da ideologia da classe dominante e seu controle social, político e econômico sobre a ordem do capital. Partindo da compreensão marxista sobre o processo de reprodução social das relações desta sociabilidade enquanto reprodução de seu modo de vida, os referidos autores pontuam que tal dinâmica social imbrica no desenvolvimento das lutas sociais entre as classes fundamentais que participam do processo de produção social da sociedade capitalista, tendo em vista o relacionamento contraditório entre tais classes sociais que vivem sob

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

constante disputa de interesses estruturalmente antagônicos. Dessa forma, percebemos que o Serviço Social ao participar do processo de reprodução das relações sociais, atua sobre a basilar contradição entre capital e trabalho que sustenta a atual ordem societária. Assim, enquanto uma profissão que se insere na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo e que se debruça sobre a reprodução das relações sociais capitalistas, o Serviço Social é transpassado pelas contradições desta sociedade de classes fundamentalmente divergentes. Como a reprodução das relações sociais do atual modo de produção pressupõe a reprodução de suas características fundantes no movimento histórico do real, mais uma vez reafirmamos que a reprodução das relações sociais presume a reprodução da ineliminável contradição entre a classe dominante e a classe despossuída e explorada. E como o Serviço Social atua na reprodução das relações sociais, sua natureza profissional, essencialmente, é polarizada pelo conflito estrutural entre as classes sociais historicamente opostas. Dessa forma, por mais que o Serviço Social, enquanto uma profissão inscrita sob o estatuto do assalariamento, tende a aderir ao hegemônico pensamento conservador das classes proprietárias e que exploram o trabalho alheio, não se pode eliminar a conflitividade de interesses de classes que é situado no significado social desta profissão. Afinal, conforme Iamamoto e Carvalho (2014), o Serviço Social além de atender requisições do capital para a reprodução das relações sociais, também, e neste mesmo processo social, responde a certas necessidades do polo oposto na luta de classes. Sob essa perspectiva, os autores afirmam que o Serviço Social

responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.82)

Mesmo que o fazer profissional do Serviço Social, ao atuar na reprodução das relações sociais, conseqüentemente, reproduz as condições de conservação dessas relações próprias da dinâmica capitalista, vimos que as respostas da profissão não se configuram, exclusivamente, enquanto ações direcionadas a atender os interesses das classes dominantes. Por ser envolvida pela insuprível contradição entre capital e

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

trabalho, a intervenção profissional responde a necessidades e interesses de ambas as classes. E nesse processo, a depender da vinculação teórico-política de seus agentes profissionais e da correlação de forças sociais e institucionais em que estão inseridos, a profissão, no bojo de sua autonomia relativa, conta com a potencialidade de poder fortalecer uma ou outra extremidade da luta de classes. Assim, mesmo com as condições estruturais desfavoráveis, o agir profissional do Serviço Social, imerso na contradição entre as classes, pode, por exemplo, potencializar certas necessidades das classes trabalhadoras e subalternas, ao mesmo passo que responde a determinados interesses das classes dominantes.

Dessa maneira, enquanto legado histórico do movimento crítico-profissional referenciado teórico-metodologicamente na tradição marxista — desenvolvido e consolidado há pelo menos quatro décadas no Brasil — a incorporação da (crítica da) Economia Política na formação profissional em Serviço Social se apresenta como elementar, tendo em vista que é imprescindível compreender a profissão como um processo entendido na trama das relações sociais e de classes. Isto é, em nosso julgamento, a crítica da Economia Política participa de forma fundamental no rol de disciplinas científicas que desvelam teoricamente o modo de produção da sociedade burguesa e, portanto, o movimento de sua reprodução social, em que o Serviço Social é requisitado a atuar profissionalmente. Dessa maneira, a (crítica da) Economia Política enquanto recurso teórico-científico se encontra indivorciável de uma formação acadêmico-profissional qualificadamente capaz de propiciar a compreensão científica da sociedade capitalista e das desigualdades sociais — estas, entendidas como expressões da Questão Social — gestadas pela contradição histórica entre capital e trabalho.

3- CONCLUSÃO

Sob o prisma analítico sumariamente comentado, situamos a indispensabilidade da (crítica da) Economia Política como matéria básica — mas não exclusiva — na formação profissional em Serviço Social. Pois, além de possibilitar fundamentos teóricos para a compreensão estrutural e totalizante das relações sociais de produção e reprodução; do objeto de intervenção profissional, entendido como refrações da Questão Social; e do próprio significado social da profissão; também, representa parte fundamental do arcabouço teórico-crítico e conceitual em sintonia com o Projeto Ético-

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Político hegemônico da profissão, expresso, por exemplo, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Sem desprezar a importância da recorrência bibliográfica a fontes primárias — o que é, inegavelmente, fundamental — julgamos como imprescindível o recurso ao livro didático “*Economia Política: uma introdução crítica*”, elaborado pelos professores José Paulo Netto e Marcelo Braz. Um material introdutório, didático e crítico que possibilita ao leitor, além do primeiro contato com a (crítica da) Economia Política, um recurso auxiliar para estudos mais apurados a partir de fontes de primeira linha.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social*. ABEPSS: Rio de Janeiro, 1996.

FARAGE, Eblin. Educação Superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional em Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.* São Paulo, n. 140, p.48-65, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LANGE, Oskar Richard. *Economía Política: problemas generales*. / trad. de Siverio Ruiz Daimiel. — México: FCE, 1966.

LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução: Rodnei Nascimento [edição brasileira]. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. / tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. *Contribuição à crítica da Economia Política*. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes: 2.ed. — São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Para a crítica da Economia Política. Salário, Preço e Lucro. O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril, 1982.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. — 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Prólogo: Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. In: MARX, Karl e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

O ENSINO DA QUESTÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Camila Maewe da Silva Bandeira¹⁵⁶

Thaísa Teixeira Closs¹⁵⁷

RESUMO: O estudo aborda o ensino da questão social e suas expressões na formação em Serviço Social, à luz das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, a partir de revisão bibliográfica e pesquisa documental. Evidencia-se que a materialização das referidas diretrizes neste ensino ainda enfrenta desafios impostos pelo projeto neoliberal na política de educação, implicando à profissão construções críticas e estratégicas de novas mediações que qualifiquem o ensino da questão social, a formação e o trabalho profissional e a concretização do seu Projeto Ético-Político.

Palavras-chave: Questão Social; Ensino; Trabalho; Serviço Social.

ABSTRACT: The study approaches the teaching of the social question and its expressions in the formation in Social Work, in the light of the Curricular Guidelines of ABEPSS of 1996, from a bibliographic review and documental research. It is evident that the materialization of the seguide lines in this teaching still faces challenge simposed by the neoliberal project in the in the education policy, implying in the profession critical and strategic constructions of new mediations that qualify the teaching of the social question, the formation and the professional and the realization of its Ethical-Political Project.

Keywords: Social Question; Teaching; Work; Social Work.

¹⁵⁶ Assistente social. Especialista em Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental (UNISINOS). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora orientadora: Dra. Thaísa Teixeira Closs. camilamsdb@hotmail.com.

¹⁵⁷ Assistente social. Mestre e doutora em Serviço Social (PUCRS). Especialista em Residência Integrada em Saúde/Atenção Básica (ESP/RS). Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atuando no curso de graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social. thaisatcloss@gmail.com.

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho se constitui em um estudo exploratório que compõe a pesquisa de mestrado acadêmico da autora e da sua professora orientadora, que tem por objetivo compreender os desafios e possibilidades no ensino da questão social e das suas expressões, a partir dos aportes e da direção trazidos pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 (ABEPSS, 1966) na formação graduada em Serviço Social no Rio Grande do Sul (RS), identificando os elementos que têm fundamentado, favorecido e dificultado este ensino a partir dos Núcleos de Fundamentação da Formação e das suas expressões de resistências sociais, no sentido de analisar se a questão social vem sendo trabalhada a partir da sua concepção crítica, enquanto categoria fundante sócio-histórica da profissão e como seu objeto de trabalho, conforme pautado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e pelo atual Projeto Ético-político do Serviço Social.

Diversos são os impactos na formação profissional dos desmontes e mercantilização do projeto neoliberal na política de educação, que implicam na necessidade de uma permanente avaliação da materialização das Diretrizes Curriculares com relação ao ensino da questão social. As produções sobre a mesma em suas mediações com a formação e o ensino na profissão são escassas, o que reforça a relevância do presente estudo. Dessa forma, apresenta-se por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental, uma análise preliminar da conjuntura da formação profissional com ênfase no ensino da questão social, no sentido de conhecer a organização prevista e a materializada na realidade dos cursos do estado do Rio Grande do Sul, das disciplinas que abordam essa temática e da estruturação dos seus currículos.

2- A CENTRALIDADE DA QUESTÃO SOCIAL NO PROCESSO FORMATIVO DO SERVIÇO SOCIAL SOB O MARCO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS DE 1996

Ainda que haja problematizações no debate teórico-metodológico sobre a questão social entre os autores do Serviço Social, com relação a sua apropriação pelo pensamento conservador, sua ineficiência em desvelar as relações sociais e de produção capitalista, sua origem nas particularidades das formações das sociedades, o momento em que efetivamente se constitui enquanto questão social e se ela deve se constituir no objeto de intervenção da profissão, o fato é que no marco do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América-Latina e no processo de renovação da

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

profissão no Brasil entre a ditadura militar e a redemocratização da sociedade brasileira, o Serviço Social, a partir da vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo e da aproximação com a tradição Marxista, se apropria, ressignifica e difunde na profissão a concepção de questão social nos aportes analíticos da matriz do materialismo histórico dialético, (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982) marcando assim seu posicionamento e compromisso com os direitos da classe trabalhadora e com a superação da ordem burguesa.

A questão social, passa assim a ser compreendida como um conjunto de expressões de desigualdades e lutas sociais que emergem de uma relação de disparidade e contradição entre as classes sociais no sistema de produção e sociabilidade capitalista, em aspectos econômicos, políticos e culturais, mediadas ainda pelas relações de gênero, étnico-raciais, regionais e culturais (IAMAMOTO, 2001). A incorporação da teoria social de Marx como matriz teórico-metodológica fornece as mediações necessárias para desvendar os artifícios do pensamento conservador que pairam sobre a questão social, segundo Netto (2001, p.45), ao desvendar a dinâmica da lei geral de acumulação capitalista, a análise marxiana também "revela a anatomia da questão social", portanto revela sua dimensão contraditória e indissociável do modo de produção capitalista. A questão social passa a ser concebida como fundante sócio-histórica do Serviço Social e, dessa forma, como eixo analítico dos fundamentos da profissão (CLOSS, 2015), assumindo uma posição central na formação profissional, bem comose constitui em objeto de intervenção profissional do assistente social, aspectos que as Diretrizes Curriculares formuladas pela ABEPSS em 1996 têm por objetivo materializar. (ABEPSS, 1996).

A construção das referidas diretrizes marca a história da formação em Serviço Social no Brasil. Goin (2019) explicita que a nova lógica curricular, ao apostar na indissociabilidade entre história, teoria e método, rompe com a endogenia que analisava o Serviço Social nele e por ele mesmo e possibilita compreendê-lo nos processos sociais, como produto e produtor desses processos, em suas múltiplas determinações. Closs (2015) aponta que a concretude histórica que a questão social atribui à profissão, faz com que ela tenha esse caráter de centralidade, junto à categoria trabalho, na estruturação curricular, esta centralidade enriquece a proposta de formação, pois articula componentes de análise da gênese profissional, da particularidade da profissão na divisão sociotécnica do trabalho e na sociedade burguesa e as bases interpretativas críticas do espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, por isso as Diretrizes Curriculares

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

da ABEPSS apostam na transversalidade da questão social aos componentes curriculares para garantir uma formação generalista.

Dessa forma, a apreensão das particularidades da questão social, e de todos os conteúdos e matérias do currículo, é subsidiada pela articulação de três Núcleos de Fundamentação da formação: Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social, que trata da compreensão dos fundamentos, categorias, conhecimentos e teorias que explicam a realidade e a totalidade histórica do ser social; Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira, que articula o processo histórico de formação da sociedade brasileira, as particularidades do seu desenvolvimento e dos desdobramentos do capitalismo em um país latino-americano dependente e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, que recupera a profissionalização do Serviço Social, como trabalho especializado, considerando sua matéria e objeto de trabalho, os instrumentos, técnicas e recursos que conformam a intervenção profissional. (ABEPSS, 1996).

Mas as contra-reformas do ensino superior atropelaram esses processos, e trouxeram diversos desafios na implementação efetiva das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Em sua aprovação em 2001 sofreu várias descaracterizações, supressão de princípios e conteúdos das matérias, deixando as unidades de ensino com escassa referência, prejudicando a garantia da transversalidade e articulação dos conteúdos, o que indica desafios de materialização da questão social como ordenadora do currículo passando as matérias e disciplinas nos currículos dos cursos de Serviço Social. Diante da conjuntura de precarização da formação e do ataque neoliberal às universidades, se evidencia a importância de preservar as conquistas que atribuem legitimidade intelectual, moral e cultural à profissão e impulsionar seu avanço. (KOIKE, 2009).

3- DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DA QUESTÃO SOCIAL NA PROFISSÃO

O projeto neoliberal traz diversas contrarreformas no interior do Estado e nas políticas sociais que impactam profundamente o mundo do trabalho e as condições de vida da população. Behring e Souza (2020) definem que o neoliberalismo, enquanto um projeto de dominação de classe, tem por objetivo ampliar a extração de mais-valia, a partir de reestruturações na produção, elevando para uma superexploração e ao mesmo tempo impondo limites crescentes às possibilidades de resistência dos trabalhadores. Os

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

impactos das contrarreformas na política de educação na formação em Serviço Social hoje são inúmeros e, segundo Iamamoto (2014), são decorrentes do contexto de expansão acelerada da oferta de vagas, principalmente na modalidade à distância, de prevalência de instituições de ensino privadas não universitárias que prejudicam o tripé ensino, pesquisa e extensão como base da formação, de precarização das condições de trabalho docente, de alteração no perfil socioeconômico e de identidade dos estudantes, com relação à gênero, etnia e geração, de financeirização, mercantilização e privatização da política educacional e da vida social e de proposta do ensino superior por competência focado no sistema produtivo.

Guerra (2018) alerta que nesse contexto as categorias centrais para a formação de assistentes sociais tendem a ser tratadas como conceitos positivados, descontextualizados e/ ou desconexos da natureza da profissão. É necessário tratá-las rigorosamente no âmbito teórico, histórico e metodológico, os docentes devem adotar um recurso pedagógico que demonstre claramente os nexos internos e intrínsecos entre as categorias, na perspectiva de superar tendências formais-abstratas e antiontológicas que invadem a racionalidade da profissão: o teorismo, o metodologismo e a adoção de uma concepção de história cronológica e para isso, é necessário radicalizar as diretrizes e seus princípios, defender a universidade como espaço de formação integral, crítica e de produção de um conhecimento socialmente relevante.

O que ocorre é que com relação ao ensino da questão social, a profissão tem analisado pouco se seu processo formativo está contemplando o ensino a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Closs (2015), em seu estudo sobre a produção dos periódicos da área sobre a questão social em sua mediação com o ensino e a formação, apontou que as produções são escassas. Em levantamento realizado em outubro de 2021 no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o objetivo de identificar as produções sobre o ensino da questão social na formação profissional, a partir dos descritores "questão social", "Serviço Social" e "ensino", somente uma tese foi encontrada tratando especificamente sobre o tema, a de Ferreira (2015), que revela diversos desafios que ainda se colocam no processo da apreensão da questão social pelos assistentes sociais, como a heterogeneidades de concepções, a dificuldade de compreensão da sua gênese e estrutura no conflito capital-trabalho e da sua dimensão contraditória e política de desigualdades e resistências, afetando o desenvolvimento das mediações necessárias para a intervenção profissional.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Realizou-se pesquisa documental em julho de 2022 nos currículos disponibilizados nos sites de 10 instituições públicas e privadas que ofertam cursos de Serviço Social presenciais ativos no Rio Grande do Sul, identificados a partir do sistema E-MEC do Ministério da Educação. A pesquisa revelou a seguinte realidade e configuração curricular com relação às disciplinas de questão social: 9 cursos (9 de 10) possuem ao menos uma disciplina com o descritor "questão social" no currículo, que se localizam entre o primeiro e o terceiro semestre. Um curso (1 de 10) não tem disciplina intitulada dessa forma no currículo e é de uma instituição privada. Apenas dois cursos (2 de 10) ofertam duas disciplinas intituladas de questão social, de carga horária total de 60h cada e ambos são de instituições públicas, em um (1 de 2) as disciplinas são ofertadas no primeiro e no terceiro semestre e em outro (1 de 2) uma é ofertada no primeiro semestre e outra é optativa, podendo ser cursada em qualquer etapa, o restante do total dos cursos (7 de 10), ofertam somente uma disciplina com esse título no currículo. Das 11 disciplinas levantadas nessa pesquisa, nove (9 de 11) possuem carga horária de 60h e duas (2 de 11) possuem 80h. Elas estão nomeadas principalmente como: "questão social e Serviço Social" (5 de 11) e o restante articula dimensões como: objeto de trabalho do Serviço Social (1 de 11), trabalho (1 de 11), capitalismo (1 de 11), transformações societárias (1 de 11), formação social brasileira (1 de 11) e mídia (1 de 11).

Nestes mesmos cursos, realizou-se pesquisa documental nos seus sites institucionais, nos itens que apresentam as informações do curso, do processo formativo e da profissão, com objetivo de identificar se/como a questão social aparece nesta descrição, se evidenciou o que segue: as apresentações nos sites seguem a tendência comum de citar o que a instituição concebe como competências profissionais do assistente social, seus espaços de atuação, os segmentos com que trabalha e seu objeto de intervenção. Dos 10 cursos, somente um (1 de 10), de uma universidade pública, cita a questão social na sua apresentação, quando se refere ao objetivo geral do curso. Os demais objetos de estudo e de intervenção citados nas apresentações aparecem da seguinte forma e frequência: necessidades, demandas e desigualdades sociais (4), políticas públicas e sociais e programas sociais (3), processos sociais (2), realidade social (1), conjunto das relações sociais (1) e exclusão social (1).

Apesar da maioria dos cursos no estado prever a disciplina de questão social no seu currículo é preciso aprofundar a análise de como ela está sendo abordada nestas disciplinas e na configuração total do processo formativo. É curioso que a questão social e suas expressões sejam elementos invisibilizados nas apresentações dos cursos, o

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

objeto de intervenção da profissão não é algo publicizado para a sociedade e futuros alunos no principal portal de divulgação, informações e ingresso dos cursos, que são as mídias digitais das instituições. As competências profissionais tão amplamente citadas nas apresentações traduzem as formas de enfrentamento ao objeto de trabalho, mas não o objeto em si e essa demarcação é importante na atual conjuntura. Guerra (2018) sinaliza que o projeto de formação deve ser orientado por um projeto de profissão coerente e consistente, que deixe claro de que Serviço Social está se falando, quais os seus objetivos, atribuições e competências sócio-profissionais e à qual perspectiva se vinculam, de maneira a não ceder às tendências neutralizadoras, conservadoras e neoliberais que disputam terreno na profissão.

É preocupante que no interior do Serviço Social ainda seja necessário travar esforços para que a questão social seja afirmada como objeto de trabalho a partir dos fundamentos teórico-metodológicos definidos nas Diretrizes Curriculares, enquanto as expressões da questão social se agudizam, se complexificam e se fetichizam no cenário sócio-político e sanitário brasileiro, no auge da revolução 4.0 de intensificação do uso das tecnologias de informação e comunicação, da pandemia de covid-19, que aprofundou o processo de regressão dos direitos sociais e que segundo Rafael (2020, p. 128) descortina "o quão violento e anticivilizatório é o modo de produção capitalista, que sacrifica vidas dia a dia", das novas morfologias que se colocam mundo do trabalho, como o teletrabalho, a plataformização e uberização, que promovem desvinculação empregatícia e desregulamentação social do trabalho, legitimadas por legislações como a reforma trabalhista e da previdência, criando uma tendência de intensa precarização, terceirização, instabilidade e desemprego total, que segundo Antunes (2018) coloca a servidão como um privilégio de sobrevivência. É preocupante que não tenhamos consolidado na profissão a questão social como objeto de trabalho, enquanto suas expressões nos demandam profundamente uma intervenção cada vez mais complexa, atenta, crítica, criativa e coletiva.

Para Koike (2009), manter sob permanente crítica e atualização o processo da formação profissional é uma necessidade de todos os campos profissionais. Para os assistentes sociais, pensar seu processo educativo/formativo, requer cautelosa avaliação do atual estágio do capitalismo e seu Projeto Ético-político. Lewgoy e Maciel (2016) destacam que desde a década de 1990, podemos resgatar da trajetória histórica do Serviço Social, uma composição dialética de configurações, problematizações e resistências que buscam garantir o Projeto Profissional por meio de estratégias que se propõem a enraizar e florescer as Diretrizes Curriculares, de manter a organização

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

política da profissão e de sintonizar seu Projeto com a direção social da formação. Nesse sentido, se faz necessário fortalecer e apostar nessa composição dialética diante de contextos tão desafiadores que se colocam, germinar as sementes que a luta coletiva dos assistentes sociais plantou no decorrer da história, passa por afirmarmos o compromisso de traçar permanentemente caminhos de análise da qualidade da formação e do trabalho profissional, consolidando o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

4- CONCLUSÕES

Diante do exposto, se reforça a importância da constante avaliação do processo de formação profissional do Serviço Social com relação ao ensino da questão social a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, no sentido de fortalecer o Projeto Ético-Político da profissão, diante dos rebatimentos do projeto neoliberal em curso e os processos de reestruturação produtiva do capital que acentuam a exploração do trabalho e reconfiguram e complexificam as expressões de desigualdades da questão social, na medida em que desmobilizam as possibilidades de resistência da classe trabalhadora.

O estudo exploratório do ensino da questão social na formação profissional no estado do Rio Grande do Sul revelou algumas tendências da organização do ensino e da concepção dessa categoria nos cursos de Serviço Social, que indicam a importância de aprofundar e ampliar as análises de como a questão social está sendo de fato concebida pela profissão e abordada e absorvida no processo de ensino e aprendizagem. Estes aspectos seguirão em estudo na pesquisa de mestrado acadêmico da autora e sua professora orientadora, com o objetivo de desvendar as particularidades dessa realidade no estado e contribuir com a qualificação da formação e do trabalho profissional.

5- REFERÊNCIAS

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf> Acesso em: 28/04/2022.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, E. R.; SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e fundo público: análise do orçamento das políticas sociais e do ajuste fiscal em tempos de pandemia. In: SOUSA, A. A. S. de; OLIVEIRA, A. C. O. de.; SILVA, L. B. Da; SOARES, M. (Orgs.). **Trabalho e os limites do**

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

capitalismo: novas facetas do neoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

CLOSS, T. T. Questão Social e Serviço Social: uma análise das produções dos periódicos da área. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 253 - 266, ago./dez. 2015.

FERREIRA, J. W. **Questão Social:** um estudo acerca dos fundamentos teóricos, estratégias metodológicas e relação teórico-prática no ensino em Serviço Social. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015

GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Yolanda et al. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018, p. 25-46.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

IAMAMOTO, M. V. formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

KOIKE, M. M. Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais. In **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LEWGOY, A. M. B.; MACIEL, A. L. S. **O projeto de formação em Serviço Social:** análise da sua trajetória histórica no período 1996 a 2016. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14227>> Acesso em: 08/05/2020.

NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da Questão Social. **Temporalis**, n. 03, Ano 02, ABEPSS, Grafiline, 2001.

RAFAEL, J. C. Trabalho, questão social e opressões: contribuições ao debate sobre violência de classe, raça e gênero no Brasil. **GÊNERO**, Niterói, v. 20, n. 2, p. 110-131, 1. sem 2020.

AS OBRAS DE RICARDO DE ANTUNES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: apresentando pistas...

Hiago Trindade¹⁵⁸

Ana Lídia Alves¹⁵⁹

Mateus Matias da Silva¹⁶⁰

Rayane Abrantes¹⁶¹

Resumo: A partir de uma pesquisa documental, realizamos levantamento no âmbito de 33 Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social de Instituições de Ensino superior Públicas no Brasil para averiguar que livros do sociólogo do trabalho Ricardo Antunes são referenciados nesses documentos, com a finalidade de pensar e problematizar suas contribuições no âmbito da formação profissional de assistentes sociais a partir das categorias, temas e discussões envoltas ao chamado “mundo do trabalho”. Concluímos atestando que tal influência se dá a partir de duas de suas obras mais conhecidas (Adeus ao trabalho? e Os sentidos do trabalho), mas sem se restringir à elas.

Palavras-chave: Trabalho. Ricardo Antunes. Formação Profissional.

Abstract: Based on a documental research, we carried out a survey within the scope of 33 Political Pedagogical projects of the Social Service courses of Public Higher Education Institutions in Brazil to find out which books by the work sociologist Ricardo Antunes are referenced in these documents, with the purpose of thinking and to problematize their contributions in the scope of professional training of social workers from the categories, themes and discussions involved in the so-called “world of work”. We conclude by attesting that such influence comes from two of his best-

158 Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), onde coordena o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS). E-mail: hiagolira@hotmail.com

159 Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS). E-mail:

160 Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS). E-mail:

161 Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS). E-mail:

known works (Adeus ao Trabalho? and Os Sentidos do Trabalho), but without being restricted to them.

Keywords: Work. Ricardo Antunes. Professional qualification.

1– Introdução

Não constitui novidade, no âmbito do Serviço Social brasileiro, a relevância dos estudos acerca do chamado “mundo do trabalho”. Tais estudos, têm se desenvolvido por meio de disciplinas no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação, dos debates promovidos pela área, dos grupos de estudo e pesquisa, dentre outros espaços de formação acadêmica e política. De fato, na medida em que tal estudo avança por entre os segmentos da categoria, temos produzido um conjunto de aportes teórico-metodológicos que propiciam uma melhor compreensão da realidade, de modo geral, bem como das demandas, desafios e perspectivas com as quais se defronta o Serviço Social (TRINDADE, 2020). Por isso, quando da formulação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), observamos diversos elementos que apontam a relevância desse debate na transversalidade da formação profissional, como podemos observar, à título de exemplo, nos aportes evidenciados nos três núcleos de fundamentação a enfeixarem as referidas Diretrizes, os quais, articulados, ressaltam a relevância do entendimento sobre o trabalho, suas transformações históricas, as características assumidas no modo de produção capitalista e suas especificidades na particularidade brasileira e para o trabalho profissional do assistente social, nos diversos espaços sócio-ocupacionais por ele ocupado.

Assim, desvelar as transformações processadas ao longo dos tempos é fundamental para conseguirmos “[...] compreender as mudanças atuais do mundo do trabalho, a desregulamentação dos direitos, a questão social, a conformação da classe trabalhadora na atualidade e a centralidade do trabalho e da questão social para o serviço social” (SOUZA, SILVA, 2019, p. 25).

Partindo desse entendimento, o texto que ora apresentamos a público debruça-se sobre dados parciais do projeto de pesquisa intitulado: “Serviço Social e trabalho: a influência das obras de Ricardo Antunes”. Tal projeto é desenvolvido pelo Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS),

no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). De modo geral, o referido projeto tem por objetivo identificar a influência das obras produzidas por Ricardo Antunes no âmbito dos cursos de graduação em Serviço Social ofertados por Instituições de Ensino Superior públicas no Brasil e, para isso, está em curso a produção de dados relacionada a diversos aspectos, tais como: número de referências obrigatórias e complementares das obras de Ricardo Antunes, períodos e disciplinas em que estas obras aparecem, dentre outros aspectos. No âmbito deste artigo, temos como foco a análise de um dado específico, qual seja: aquele direcionado para apresentar os livros¹⁶² registrados no âmbito dos 33 Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) a que consultamos, mediante pesquisa documental.

Como mencionado anteriormente, apresentamos, neste momento, resultados parciais. Nesse sentido, não constitui nossa pretensão esgotar os debates nesse campo temático, tampouco apresentar análises rígidas e imutáveis. Estamos convencidos que a conclusão da produção das informações oriundas da pesquisa, irá descortinar novos elementos para robustecer ainda mais o nosso conhecimento sobre o tema e esperamos, por isso, instigar outros pesquisadores ao debate.

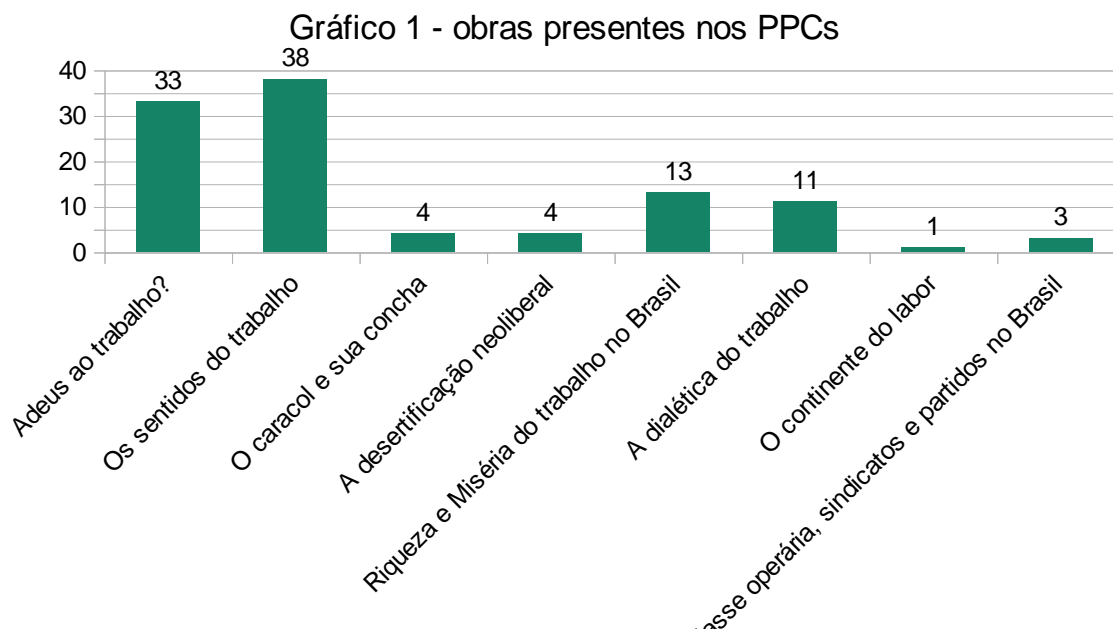
2- Apresentando as pistas...

No gráfico a seguir, apresentamos o compilado das informações obtidas ao averiguar os livros publicados por Ricardo Antunes, citados/presentes nos PPPs dos cursos de Serviço Social de IES públicas no Brasil. Vale mencionar que o quantitativo abaixo sistematizado, faz referência aos livros indicados tanto como referências obrigatórias, quanto como referências complementares. Nesse sentido, identificamos oito obras escritas e/ou organizadas pelo autor, presentes nos PPPs. Ao todo, essas oito obras foram citadas 107 vezes nos Projetos, demonstrando, dessa forma, que a maioria dos PPPs adota como referência mais de uma obra do autor, em distintas disciplinas. Senão, observemos mais atentamente o gráfico abaixo:

¹⁶²É mister lembrar que, durante o processo de produção dos dados mediante pesquisa documental, além dos livros, também identificamos um número (reduzido) de artigos e capítulos de livro, os quais não constituem objetos de tratamento de nossa análise nesse momento.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais



Cumprir frisar que, além destas obras, também registramos, em menor proporção, a presença de artigos e capítulos de livros. Dentre os livros mais referenciados, há duas particularidades que precisam ser apontadas: 1) O livro Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil, nos três volumes registrados (2006, 2010, 2013), não constitui um material de autoria exclusiva de Ricardo Antunes, trata-se, em verdade, de uma coletânea que aglutina diversos pesquisadores do chamado mundo do trabalho, apresentando os resultados de pesquisas sobre diversas categorias e temas envoltas à temática. Não por acaso, em grande medida, esta obra consta nas disciplinas que intencionam problematizar as questões e dilemas do mundo do trabalho na contemporaneidade.

2) A obra A dialética do trabalho, também não é de autoria de Ricardo Antunes. Tal livro constitui-se a partir da reunião de textos clássicos de Marx e Engels que abordam categorias importantes, como trabalho, alienação, processo de trabalho, processo de valorização dentre outros temas igualmente importantes. Nesse caso, é preciso ressaltar algo: por meio dessa seleção, atestamos a aproximação das Instituições de Ensino Superior das leituras propriamente marxianas para debater o mundo do trabalho. Entendemos que a opção por esta obra expressa o acerto da escolha de textos feita por Ricardo Antunes para introduzir o debate acerca da categoria trabalho a partir dos autores clássicos no tema.

Assim, as obras de autoria específica de Ricardo Antunes mais reivindicadas pelos PPPs foram *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho e *Os sentidos do trabalho* – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho¹⁶³, publicadas, respectivamente, nos anos de 1995 e 1999. Como percebemos, antes desse período, outras interessantes produções do autor já haviam sido socializadas, à exemplo de *Trabalho e Rebeldia* (1992) e *O que é sindicalismo?* (1983). Mas, de fato, foi com *Os sentidos do trabalho* e com *Adeus ao trabalho?* que Ricardo Antunes ganhou maior notoriedade no universo acadêmico intelectual.

No que se refere especificamente a esta segunda obra, fazemos coro com José Paulo Netto, ao levantar a ideia segundo a qual

[...] este Ricardo Antunes que conhecemos no seu perfil atual emergiu com *Adeus ao trabalho?* Penso que o livro publicado em 1995 assinala o estágio em que o livro publicado pelo autor alcança o plano sobre o qual vai se desenvolver, desde então e com seus traços pertinentes e peculiares, a sua *elaboração teórica* mais decisiva. (NETTO, 2015, p. 273 – grifos originais).

Por que esses livros são tão expressivos? Podemos dizer avançar em uma chave de interpretação segundo a qual, em meios aos debates sobre o fim do trabalho, de sua centralidade e/ou sobre a extinção da classe trabalhadora a ganhar terreno no Brasil a partir dos anos 1980, Ricardo Antunes foi construindo um conjunto de pesquisas e sendo atravessado por outros tantos questionamentos fazendo com que, de um lado, suas obras já publicadas fossem ganhando apêndices para auxiliar no aprofundamento dos temas abordados e, de outro lado, novas obras fossem produzidas para dar respostas complexas a uma realidade também complexa e em constante movimento.

Na sequência, aparecem outros importantes produtos: *O caracol e sua concha* (2005), *a desertificação neoliberal* (2005), *classe operária, sindicatos e partidos* (1984), *A rebeldia do trabalho* (1992 [1988]) e *o continente do labor* (2011). Na impossibilidade de produzir, neste curto espaço, uma análise e descrição mais pormenorizada das obras supramencionadas, gostaríamos apenas de destacar que, desde os anos 1980, Ricardo Antunes vem – como o fazem os grandes intelectuais – perseguindo um objeto de estudo, desvelando-o criticamente e, como corolário, oferecendo relevantes contribuições acerca dele. Assim para o autor, o estudo da classe trabalhadora, sua composição, morfologia, bem como suas formas de luta e resistência constituem uma agenda teórica e política, que marca a sua própria existência.

¹⁶³ Doravante, faremos referência a essas obras apenas por seus títulos principais.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Cada qual a seu tempo e a seu modo, os livros presentes no gráfico trouxeram contribuições importantes para o universo acadêmico e para os setores da esquerda e progressista no Brasil. Estas obras, expressam o amadurecimento intelectual e, especialmente a partir de “A rebeldia do trabalho”, uma produção que se nutre e se aproxima, das concepções de Lukács e seu debate sobre a ontologia do Ser Social, como revela o próprio Antunes (2015) em entrevista concedida por alusão à comemoração dos 15 anos de Adeus ao trabalho? no Brasil.

Nessa direção, podemos depreender da análise que o conjunto de aportes teórico-metodológicos a dinamizarem a obra de Ricardo Antunes e que se expressam nos diversos componentes curriculares dos cursos de serviço social no Brasil oferecem subsídios fundamentais a formação profissional na área, considerando os três núcleos de fundamentação expressos nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

3- Considerações Finais

Como apontam os dados, duas obras de Ricardo Antunes comparecem de maneira expressiva no âmbito dos PPPs dos cursos de Serviço Social de Instituições de Ensino públicas no Brasil, quais sejam: Adeus ao trabalho? e Os sentidos do trabalho. No caso desses dois livros, em específico, podemos deduzir algo importante: eles aparecem em praticamente todos os PPPs analisados e, em alguns casos, em mais de uma disciplina na mesma instituição, caso evidente com a obra Os sentidos do trabalho, referenciada 38 vezes num quantitativo total de 33 PPPs analisados.

Associado a estas obras, também há notoriedade de livros organizados por este autor, bem como outros materiais, produzidos e publicizados entre os anos 1980 e 2000.

A larga trajetória de investigação deste autor no trato para com o mundo do trabalho, explica a recorrência de suas obras nos PPPs, mas, ao mesmo tempo, diante de uma realidade que vem experimentando alterações substantivas, faz-se importante refletir o que motiva as instituições de ensino à escolha de obras voltadas para a análise de conjunturas anteriores.

Nossa pesquisa ainda está em curso e, com a etapa subsequente – interessada no estudo e análise das ementas das disciplinas que citam as obras deste autor, cremos

ser possível avançar na indicação de algumas pistas a esse respeito, contribuindo assim para fomentar dos debates nesse campo temático.

4- Referências

ABEPSS. **Lei de diretrizes curriculares de 1996**. Rio de Janeiro, 1996.

ANTUNES, R. 2015a. Entrevista (2015). In: NOGUEIRA, C. M. OLIVEIRA E SILVA, M. L. **Adeus ao trabalho?** Vinte anos depois... Entrevista com Ricardo Antunes. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RZSyCv5F8dfQZrydPkDJc4w/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 jun. 2021.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho** – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, [1999] 2012.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, [1995] 2015.

ANTUNES, R. O Continente do Labor. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**. São Paulo: Cortez/Editora Ensaio, 1982.

ANTUNES, R. **A rebeldia do trabalho**(O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80). 2. ed. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1992.

ANTUNES, R. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho:** escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil** – Volume 1. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil** – Volume 2. São Paulo: Boitempo, 2010.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil** – Volume 3. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, J. P. posfácio. In: ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, [1995] 2015.

SOUZA, E. SILVA, M. L.O. (Orgs). **Trabalho, Questão Social e Serviço Social: a Autofagia do Capital**. São Paulo: Cortez, 2019.

TRINDADE, H. Serviço Social e Trabalho: percursos trilhados e desafios à investigação. In: **Temporalis**, ano 20, n. 40, 2020.

LIBERDADE, DEMOCRACIA E CIDADANIA: tendências identificadas no debate dos fundamentos

Fátima da Silva Grave Ortiz¹⁶⁴

Josiley Carrijo Rafael¹⁶⁵

Paulo Roberto Felix dos Santos¹⁶⁶

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar os primeiros resultados de projeto de pesquisa integrado, obtidos por meio de revisão e análise bibliográfica e documental, o qual pretende identificar e analisar as tendências expressas nos fundamentos históricos, teóricos e políticos acerca das categorias liberdade, cidadania e democracia no contexto da sociabilidade burguesa nos países centrais e dependentes, com ênfase na particularidade brasileira. A pesquisa vem demonstrando que apesar da afirmação histórica e política da liberdade, cidadania e democracia a partir de fundamentos críticos da realidade, também dialogam com a categoria profissionaltendências teórico-analíticas, que expressam vinculação a um projeto reformista da ordem do capital.

Palavras-chave: liberdade, cidadania, democracia, fundamentos

Abstract: This paper aims to present the first results of an integrated research project, obtained through bibliographic and documental analysis review, which aims to identify and analyze the trends expressed in the historical, theoretical and political foundations about the categories freedom, citizenship and democracy in the context of bourgeois sociability in central and dependent countries, with emphasis on the Brazilian particularity. The research has shown that despite the historical and political affirmation of freedom, citizenship and democracy from critical foundations of reality, theoretical-analytic trends

¹⁶⁴ Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social, docente do Departamento de Fundamentos do Serviço Social da Escola de Serviço Social/UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. fgraveortiz@gmail.com

¹⁶⁵ Assistente social, mestre em educação, doutor em Serviço Social, docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso. josileyrafael@yahoo.com.br

¹⁶⁶ Assistente social, mestre e doutor em Serviço Social, docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. felix.ufs@gmail.com

also dialogue with the professional category, which express a link to a reformist project of the order of capital.

Keywords: freedom, citizenship, democracy

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado do acúmulo proporcionado por pesquisas desenvolvidas no âmbito de projeto de pesquisa integrado, do qual fazem parte pesquisadores oriundos de três universidades federais e seus respectivos programas de pós-graduação. Todas partem da mesma preocupação central, quer seja, a apreensão de determinados fundamentos históricos, teórico-metodológicos e políticos que alicerçam o projeto ético-político profissional do Serviço Social: a liberdade, a democracia e a cidadania.

Entende-se que tais fundamentos patentemente vinculados a outros como a emancipação, a justiça, a equidade e o pluralismo, possuem prioridade analítica para apreendermos o conjunto de concepções e princípios ético-políticos que constitui o projeto ético-político profissional e que, portanto, deve orientar a formação e o trabalho profissional, e nestes especificamente a constituição de um perfil profissional condizente com uma atuação balizada por uma crítica postura ética e política.

Assim, os fundamentos apontados – liberdade, democracia e cidadania – além de ontologicamente autoimplicados, estão presentes nos princípios ético-políticos do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais em vigência, constituindo a tríade central deste documento:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

[...] Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas a garantia dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora;

Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; [...]. (CFESS, 1993, p.23).

Consistem, deste modo, em importante expressão histórica do amadurecimento teórico e político de segmentos expressivos da categoria profissional brasileira e deixam nítida a opção política [e societária] feita por esta desde o final dos anos de 1970, cujos esforços despontaram anos mais tarde na revogação do Código de Ética de 1975 e posteriormente na revisão do Código de Ética de 1986, bem como na luta pela afirmação de uma nova lei de regulamentação da profissão no Brasil (a lei 8662 de 1993) e na

aprovação das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social (1996).

Deste modo, entende-se que esta aliança acadêmica e político-institucional se revela não somente importante, como estratégica, visto a necessidade premente de interlocução das pesquisas afins e seus pesquisadores, tendo em vista que: i.) a análise própria do objeto – fundamentos do projeto ético-político profissional – pressupõe a exigência de que o mesmo se coloque a partir da perspectiva da totalidade; ii.) é inconteste que a pesquisa quando coletiva e integrada tende a ampliar sua capacidade reflexiva e propositiva; iii) tende a favorecer a mobilidade discente, a formação de quadros de pesquisadores graduados e pós-graduados e a proposição de novas investigações, dentre outros aspectos.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar os primeiros resultados do referido projeto, obtidos por meio de revisão e análise bibliográfica e documental, cujo objetivo central é: identificar e analisar as tendências expressas nos fundamentos históricos, teóricos e políticos acerca das categorias liberdade, cidadania e democracia no contexto da sociabilidade burguesa nos países centrais e dependentes, com ênfase na particularidade brasileira.

2. SOBRE AS POSSÍVEIS TENDÊNCIAS IDENTIFICADAS A PARTIR DA TRÍADE LIBERDADE, CIDADANIA E DEMOCRACIA

Desde a década de 1970 vivenciamos uma das mais profundas crises do capital, que assume uma natureza “estrutural”, conforme sinaliza Mészáros (2009). Em meio às consequências destrutivas desse processo, verificamos a derruição do que se convencionou denominar de “Estado de Bem-Estar Social”, além de um contínuo movimento de redução de direitos – humanos e de cidadania –, pelo estreitamento dos canais democráticos, bem como o aprofundamento de diversas formas de restrições de liberdade.

Tal fenômeno, resultante das contradições irreconciliáveis do próprio desenvolvimento capitalista, apesar de assentar-se nas suas estruturas gerais, assume rebatimentos particulares nos distintos países. No Brasil, cuja dinâmica sócio-histórica conformou-se de modo periférico e dependente, tais consequências resultam em contornos mais acentuados. Pois bem, como um país inscrito num processo de *desenvolvimento geral desigual e combinado*, possuímos traços que incorporam elementos demarcados por “ritmos irregulares e espasmódicos, desencontrados e

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

contraditórios” (IANNI, 1992, p.60), ademais de uma *persistente coexistência entre o moderno e o arcaico* articulados num mesmo processo de desenvolvimento de “modernização conservadora” (FERNANDES, 1987). Isso quer dizer que a precariedade de seu sistema de proteção social, a não constituição de um Estado de Bem-Estar – tal qual se estruturou em outros países de economia central –, a sua estrutura sócio-política de caráter autoritário, com baixa participação democrática acabam por particularizar as consequências da crise capitalista.

Mesmo com essas marcas estruturantes, destacamos o significado que representou o processo de “redemocratização no país” a partir de uma abertura lenta e gradual que possibilitou o reingresso na cena política de sujeitos coletivos (movimentos sociais, partidos políticos, organizações da sociedade civil, etc.) que contribuíram para estruturação de uma nova cultura sócio-política que incidiram, por sua vez, em diversas organizações e profissões, como o Serviço Social. Nesse contexto, um novo perfil profissional se amadureceu, ressignificando sua auto-imagem, a partir de uma direção ético-política e pressupostos teórico-metodológicos, orientados a partir de determinados princípios emancipatórios.

Ao longo dos de 1990, tais princípios foram incorporados nos marcos de um novo projeto profissional, tendo na *liberdade* o seu valor ético central, apreendida enquanto “possibilidade de escolher entre alternativas concretas” (NETTO, 1999). Nesse percurso, afirma-se um compromisso com a “autonomia”, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos”. Como afirma Netto (1999, p.105, grifos no original) o *núcleo político* desse projeto se reclama “*radicalmente democrático – vista a democratização enquanto socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida*” (NETTO, 1999, p.105). A defesa da democracia aqui – política e econômica – assume um *caráter tático fundamental*, na contramão da estrutura autocrática brasileira.

Conquanto, alinhado no bojo das lutas gerais da classe trabalhadora, o projeto que ganhou hegemonia no interior da categoria profissional reafirmou um posicionamento a favor da *equidade* e da *justiça social*, bem como investido no âmbito da cidadania, pauta-se pela sua *ampliação e consolidação*, com vistas a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes sociais.

Trata-se, de um *conjunto* de valores que devem ser apreendidos de modo articulado, orientados na perspectiva de vinculação a um projeto que propõe a *construção de uma nova ordem, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero*. Essa vinculação assumida nos marcos desse projeto profissional, como vimos, tem na luta por

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

direitos, humanos e de cidadania, da democracia e da liberdade sustentáculos ético-políticos fundamentais.

Convém pontuarmos que, apesar da inscrição daqueles valores nos marcos de um projeto profissional mais amplo de cariz crítico, disso não deriva um alinhamento homogêneo, seja pela apropriação dos fundamentos daqueles valores em sua dimensão categorial, seja pelos distintos compromissos ético-políticos que deles resultam, o que nos demanda um esforço teórico-analítico na qualificação do debate e da problematização de suas consequências.

No tocante ao debate, vale destacarmos algumas tendências teórico-metodológicas que vem se processando e que, por sua vez, implicam na afirmação de determinados projetos sócio-políticos. Verificamos a influência de postulados que reafirmam a defesa da cidadania, nos limites das conquistas democrático-cidadãs burguesas, seja incorporando os pressupostos do sociólogo inglês T. H. Marshall (1967 [1950]); seja na sua reatualização conservadora, com a incorporação de outros fundamentos, alguns de matriz eclética, que, ao fim e ao cabo, enfatizam uma proposta que atrela os compromissos profissionais em seus níveis de apreensão teórica e valores ético-políticos na defesa de direitos de cidadania e da democratização do Estado aos limites das conquistas do Estado de Bem-Estar Social (GOMES, 2013; SANTOS, 2018), sustentando a reafirmação de um novo contratualismo de matriz socialdemocrata.

Nesse percurso, dialogam com a categoria profissionaltendências teórico-analíticas, que expressam vinculação a um projeto reformista da ordem do capital, exigindo para isso a adoção de medidas que possam tornar aquele sistema sociometabólico mais “socialmente responsável”, “democrático”, a partir de “soluções negociadas” entre o conjunto das personificações do capital, buscando o estabelecimento da “verdadeira liberdade humana”, transfigurados na fluida condição de “cidadão/ã”. De um modo, a “armadilha categorial” na qual se sustenta algumas dessas análises acaba por requisitar alternativas de estruturação de uma “igualdade de *status*”. As alternativas, portanto, centram-se na maior “participação”, no “controle social”, no “aperfeiçoamento dos quadros institucionais”, na “inclusão dos excluídos” – como se existisse um “lado de fora” do processo de acumulação capitalista –, ou seja, determinantes que, no limite, buscam incidir no campo da distribuição, distando-se da defesa de uma “igualdade substantiva”, conforme Mészáros (2009).

Noutro campo, identificamos tendências que, nos marcos da recente crise do capital, assentam-se em pressupostos reatualizados com influência da vulgata pós-moderna cujas alternativas buscam se localizar sob a perspectiva de uma nova

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

“emancipação social” (SOUSA SANTOS, 2002), reduzida ao processo de “democratização da democracia” (burguesa). Na tentativa de atualizar a defesa da cidadania, rejeita-se, a limitada formulação marshalliana centrada na esfera dos direitos civis, políticos e sociais, exigindo a sua ampliação e incorporação de outras demandas, a partir do “fortalecimento da esfera pública”, do significado dos chamados “Novos Movimentos Sociais” (NMS) como um espaço importante da luta pela cidadania, enquanto uma esfera para além do Estado e que a este interpela pela possibilidade de maior democratização. Os conflitos – identificados no campo da luta de classes, ou não – passam a se constituir como objeto regulador a partir do “discurso” do “simbólico”, do aperfeiçoamento do “político”, o que acaba por recair, em larga medida, numa cisão com a base material que sustenta aquelas dimensões, derivando-se num *politicismo*.

Nessa esteira, é possível apontarmos o estímulo à estratégia do “empoderamento” (*empowerment*) como paradigma teórico-metodológico de intervenção. A lógica que subjaz esse tipo de defesa, conforma-se na potencialização dos sujeitos desprovidos, nessa leitura, de força e de poder (material e simbólico). De algum modo, acoplam-se a uma perspectiva de *reatualização conservadora* as não ultrapassadas “práticas” voltadas para a *ajuda*, o *apoio*, circunscritas nos processos de *psicologização das relações sociais*, ou numa nova “pedagogia da ajuda” (ABREU, 2011), servindo em algumas dessas discussões de um solo fértil para ao estímulo às chamadas “práticas terapêuticas” no interior da profissão.

De um modo ou de outro, identificamos nesses quadros referenciais (marshalliano e eclético) um *alinhamento ao projeto reformador capitalista*, que acaba por desaguar em mais um sustentáculo ideopolítico de hegemonia burguesa, não acidentalmente, plasmando-se no aparente discurso consensual da defesa intransigente da cidadania que, intentando velar os conflitos irreconciliáveis de classe, homogeneiza o conjunto da sociedade burguesa numa forma ilusória de “comunidade cidadã”. Não nos parece ocasional, por exemplo, que uma das retóricas que informa parte dessas abordagens no atual estágio do desenvolvimento capitalista seja a defesa de uma “cidadania mundial”, sintonizada nos marcos da “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996).

Tais abordagens, de caráter conservador, se vêem tensionadas nos debates formulados no interior da categoria profissional, a partir da apropriação crítica histórico-ontológica marxiana/marxista dos fundamentos da cidadania, da democracia e da liberdade e do esforço teórico-analítico em buscar apreender as contradições que permeiam o debate e por quais mediações seria possível conectar a luta pela cidadania, democracia e liberdade no horizonte da construção de outra ordem societária, para além

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

do capitalismo. Posto não se configurar um bloco homogêneo, ainda que, em muitas situações, reivindicando o legado da tradição marxista, entendemos que na apreensão dessas *distintas mediações* também se localizam algumas das divergências, por exemplo, no que concerne, ao papel que pode ser atribuído às lutas que se operam *por dentro* do Estado, dos limites das políticas sociais, e da apreensão do que se constitui a própria cidadania, a democracia e a liberdade e sua relação com o processo de desenvolvimento capitalista.

Constatamos que a *direção estratégica* que preconiza o CE no compromisso com a construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe etnia e gênero (CFESS, 1993), incorpora a defesa da liberdade, da democracia e da cidadania. Tais fundamentos não se colocam somente no campo de legitimação profissional, mas se inserem no arco de mediações (algumas explicitamente táticas como a democracia e cidadania, aqui também se inserem as liberdades “democráticas”) fundamentais na dinâmica da luta de classes, expressa em suas múltiplas formas na dinâmica contemporânea, o que nos exige a capacidade de inserção no conjunto dessas lutas, ainda que plasmadas no campo mais imediato (por terra, por moradia, por uma seguridade social universal e pública, etc.), articulando com aquela meta estratégica.

Vale destacar que apesar dos desafios que podemos problematizar, também nos foi possível identificar o esforço que vem sendo sustentado com vistas ao fortalecimento daquela direção sócio-política construída ao longo dos anos de 1980, a qual vem sendo qualificada nas mais diversas manifestações, tais como a produção acadêmica, o protagonismo das entidades representativas e o compromisso de diversos profissionais afinados/as com essa direção.

Certamente, para desvelamento dessas tendências que se processam no interior do debate profissional faz-se necessário o investimento em estudos e pesquisas que tornem mais nítidas essas polêmicas e divergências teórico-metodológicas que, por sua vez, traduzem-se em diferentes propostas de projetos profissionais.

3- CONCLUSÕES

Por ser um projeto ainda em andamento, todos os seus resultados são absolutamente parciais e carecem de maior desenvolvimento. Contudo, as pesquisas têm mostrado que tais tendências incidem sobre os fundamentos que orientam a disputa política entre projetos societários, e no caso do Serviço Social, projetos profissionais.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Assim, considerando a necessidade do desvelamento crítico de tais tendências, uma vez que muitas vezes, as mesmas se mostram como isentas de contradição, o que camufla suas diferenças estruturais, entendemos ser imprescindível a qualificação do processo de apropriação dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. Esta [qualificação] tende a fortalecer o ensino para graduandos e pós-graduados da área, bem como, e, por conseguinte, também o processo de afirmação das Diretrizes Curriculares de ABEPSS.

A formação crítica de pesquisadores, professores e assistentes sociais (em especial os supervisores de estágio), a partir da realização de diversos cursos e atividades, também pode favorecer a análise crítica dos fundamentos, impedindo uma análise rasa e acrítica das concepções de liberdade, democracia e cidadania na sociedade burguesa e para o Serviço Social, fortalecendo teórica e politicamente a categoria profissional e sua relação mais ampla com a classe trabalhadora e as lutas sociais.

4- REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2011. 4ed.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CFESS. *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais*. Resolução CEFESS n. 273, de 13 de março de 1993. Brasília, DF, 1993.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 3ªed., Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

GOMES, C. *Em busca do Consenso*. Tendências contemporâneas no Serviço Social – radicalidade democrática e afirmação de direitos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

IANNI, O. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MÉSZÁROS. *Para além do Capital*. Rumo a uma teoria de transição. São Paulo, Boitempo, 2009.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

NETTO, J.P. A construção do projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea”. In.: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, Mod. 1 Brasília, CEAD, 1999.

SANTOS, P. R. F. dos. *Dos limites da cidadania crítica à crítica dos limites da cidadania – perspectivas teóricas e projetos políticos em disputa no Serviço Social brasileiro*. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SOUSA SANTOS, B. *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradativa, 2002.

A ÉTICA ENQUANTO OBJETO DE PESQUISA NA CONTEMPORANEIDADE

Raquel Pereira da Silva¹⁶⁷

Resumo: O presente artigo é fruto da pesquisa realizada no Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, que teve como objetivo compreender a relação entre Ética e Serviço Social nas produções dos dois últimos Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e dos dois últimos Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Apresenta-se parte da análise dos trinta e dois artigos lidos, sendo treze do ENPESS e dezenove do CBAS.

Palavras-chaves: Ética; Serviço Social; CBAS; ENPESS.

Abstract: This article is the result of research carried out in the Course Completion Work, of the Social Work course at the Federal University of Juiz de Fora, which aimed to understand the relationship between Ethics and Social Work in the productions of the last two National Meeting of Researchers in Social Service (ENPESS) and the last two Brazilian Congress of Social Workers (CBAS). Part of the analysis of the thirty-two articles read is presented, thirteen from ENPESS and nineteen from CBAS.

Keywords: Ethic; Social Work; CBAS; ENPESS.

1- INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto da pesquisa desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como critério para obter o diploma de bacharel em Serviço Social. Intitulado “O DEBATE DA ÉTICA NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: análise das produções do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)”. O trabalho foi finalizado em fevereiro de 2022, teve como objetivo compreender a relação entre Ética e Serviço Social nas produções dos dois últimos encontros dos dois eventos citados.

Metodologicamente realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o referido tema, tendo como foco o debate da ética no âmbito da pesquisa no Serviço Social brasileiro. Para tanto, efetuou-se uma busca nos anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em

¹⁶⁷ Assistente Social Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família - HU/UFJF. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2022).E-mail: raquel.silvaab2@gmail.com

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Serviço Social (ENPESS), de 2016 e 2018, e do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), de 2016 e 2019. O método de abordagem da pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, foi o de análise de conteúdo, articulou-se as categorias que emergiram no processo de análise das narrativas e gramáticas científicas. Baseou-se em analisar as compreensões teóricas e conceituais evidentes nos relatos, observando tendências do debate, autores e referências teóricas, perspectivas ético-políticas. Salientando a compreensão a respeito da ética e como está se relaciona com a profissão. Para tanto, efetuou-se a leitura dos artigos encontrados e análise de seus conteúdos.

Consideramos que existe certa desproporção entre a importância que a discussão ética passou a assumir, nos anos 1990, na sociedade brasileira e no Serviço Social, e sua apropriação pela academia. São raros os núcleos de pesquisa em ética e mesmo a existência de uma disciplina de ética profissional nos cursos de pós-graduação, o que evidencia uma contradição, na medida em que o exercício profissional é cotidianamente perpassado por conflitos e questionamentos de caráter ético-moral (BRITTES, BARROCO, 2021, p. 29).

É imprescindível que o Serviço Social se aproprie de forma mais profunda acerca do debate da ética, tendo em vista que o campo da pesquisa é tão prezado pela categoria, portanto, a temática ainda pouco produzida é necessária de se ser fomentada, torna-se relevante compreender como este debate está sendo trilhado.

2- A COMPREENSÃO ONTOLÓGICA DA ÉTICA

A reflexão constituída fundamentou-se em uma compreensão de homem específica, tendo como norte a teoria marxista que à explica, uma vez que para o entendimento do debate da ética torna-se imprescindível, como assinala (VÁZQUEZ, 2018, p.28) “[...] a ética não pode deixar de partir de uma determinada concepção filosófica do homem”. Apenas através da apropriação do modo de constituição histórica do ser social que uma ética assentada ontologicamente é capaz de ser entendida, portanto, parte-se da constituição histórica do ser social.

Em virtude da apropriação do processo de constituição histórica do ser social, que se pode entender a ética fundada ontologicamente, sendo a ética “uma parte, um momento da práxis humana em seu conjunto” (LUKÁCS, apud BARROCO, 2009, p. 06).

O homem é um ser capaz de agir eticamente, possui capacidades que lhe proporciona oportunidades de decidir racional e conscientemente entre possibilidades de valor, de projetar de modo teleológico tais escolhas, de agir de forma a concretizá-las, procurando intervir na realidade social, em termos valorativos, conforme os princípios,

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

valores e projetos éticos e políticos, em contextos sócio-históricos precisos (BARROCO, 2009).

[...] a reflexão ética é parte da práxis humana e desempenha importante função mediadora no processo através do qual é possível o homem comum se elevar ao humano genérico, ou, como quer Lukács, à condição de homem completo, e interferir crítica e conscientemente no destino da humanidade, através da luta contra o capitalismo e a sociedade burguesa (VINAGRE, 2013, p. 111).

A possibilidade de efetivação da reflexão ética, do sujeito ético-moral, está posta a partir da constituição do processo histórico de desenvolvimento do ser social salientado, as capacidades humano genéricas conquistadas, presentes em todos os homens. O cotidiano representará um importante papel nesse processo, uma vez que sua suspensão, por meio da reflexão crítica é um âmbito imprescindível da reflexão ética, enquanto mediação da elevação do homem a sua dimensão humano genérica. Como ressalva, (LUKÁCS, 2018, p.30) “O prosaico e terreno senso do cotidiano, alimentado pela práxis diária, pode de quando em quando constituir um saudável contrapeso aos modos de ver estranhos da realidade das esferas superiores”.

É por meio da reflexão ética, enquanto parte da práxis humana, ou seja, fundamentado na concepção de marxista, a ética é “uma parte, um momento da práxis humana em seu conjunto” (LUKÁCS, 2007, p.72). E como tal, norteia à transformação dos homens consigo, dos seus valores, requisitando posicionamentos, escolhas, motivações que envolvem e movem a consciência, os modos de sociabilidade, a aptidão teleológica dos sujeitos, almejando a liberdade, a universalidade e emancipação do gênero humano (BARROCO, 2009).

Logo, cria-se o terreno para a realização do sujeito ético-moral, conforme (BARROCO, 2010), o papel ativo da consciência e da liberdade possibilitam a existência do sujeito ético-moral, considerado como apto a responsabilizar-se por seus atos em termos morais, tem responsabilidade sobre suas ações, possui senso, consciência e moral. “Ontologicamente considerada, a consciência moral fundamenta-se na liberdade; vincula-se à responsabilidade do sujeito ético que escolhe com compromisso em face das alternativas e dos riscos envolvidos” (BARROCO, 2010, p. 79).

Já no que se refere a ética profissional,¹⁶⁸ enquanto uma esfera particular de objetivação ética, que dispõe de suas particularidades, formada pela dimensão filosófica;

¹⁶⁸ a) a dimensão filosófica - fornece as bases teóricas para uma reflexão ética voltada à compreensão dos valores, princípios e modos de ser ético-morais e oferece os fundamentos para uma concepção ética; b) o

o modo de ser (ethos) da profissão; a normatização objetiva no código de ética profissional. É concretizada “[...] como ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional, como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético política” (BARROCO, 2009, p. 175).

3- BREVES ELEMENTOS DO CAMPO DA PESQUISA DA ÉTICA NA CONTEMPORANEIDADE

A ética é de extrema importância para o trabalho e para a formação profissional, sendo imprescindível a necessidade de pesquisas referentes a essa temática, todavia o cenário mostra o seu gradual caminho trilhado, o que evidencia a necessidade do aprofundamento e da continuidade de seus estudos. Esse questionamento foi um dos motivos que levou a construção do trabalho de conclusão de curso, o despertar do interesse de compreender os caminhos que o debate vem trilhado em torno das produções da categoria profissional.

Portanto, compreendendo a importância da pesquisa para o Serviço Social, o cenário desta pesquisa tem como norte os anais dois maiores eventos da categoria, o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) realizado nos anos de 2016 e 2018, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) ocorridos em 2016 e 2019, analisando produções que dissertam no que tange o debate da ética e sua relação a profissão. O objetivo de escolher esses dois âmbitos foi para compreender o modo como o debate da ética está sendo fomentando no âmbito das pesquisas acadêmicas, bem como entender os elementos elaborados pelos profissionais que trabalham diretamente na ponta das políticas públicas, com os usuários e as instituições, a forma que a ética atravessa o terreno do trabalho profissional.

Referente ao ENPESS de 2018, foram encontrados um total de (18) artigos dentro do descritor “Ética”; (48) com o descritor “Ética e Direitos Humanos”; (49) “Projeto Ético-Político”. No ano de 2016, que contou com (917) trabalhos aprovados no evento, colheu com o descritor “Ética” (16); “projeto ético-político” (15); “Ética e Direitos Humanos” (0).

modo de ser (ethos) da profissão que diz respeito - 1) à moralidade profissional (consciência moral dos seus agentes objetivada na teleologia profissional), o que reproduz uma imagem social e cria determinadas expectativas; 2) ao produto objetivo das ações profissionais individuais e coletivas (consequências ético-políticas);c) a normatização objetiva no Código de Ética Profissional, com suas normas, direitos, deveres e sanções (BARROCO, 2010, p. 70).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Contudo, cabe salientar que os artigos aparecem de forma repetida, ou seja, os encontrados com o descritor “ética e direitos humanos” também aparecia nos de “Ética” e do “Projeto Ético-Político”. Nos anais do ENPESS de 2016, foram selecionados oito artigos e no ano de 2018 foram coletados quatro artigos, relacionados à temática da ética e dos direitos humanos.

Os treze artigos dos anais do ENPESS, selecionados para leitura e análise da pesquisa, propiciaram um leque de ricos elementos para a construção desta reflexão. Embora o número não seja tão grande de pesquisadores dentro da temática da ética, nota-se a preocupação em resgatar os princípios defendidos pela profissão em seu projeto ético-político crítico, os caminhos desse debate, a importância da continuação desses estudos e pesquisas dentro do Serviço Social brasileiro. No evento de 2018 foi encontrado cento e quinze artigos ao todo, sendo o descritor “ética” com apenas dezoito produções, no de 2016 trinta e dois, somente quinze referente a ética.

Após a leitura minuciosa de todos os trabalhos, constatou-se que nove dos artigos lidos fizeram menção a ética no seu sentido ontológico, resgatando brevemente a ontologia do ser social, o trabalho no seu sentido ontológico, a moral, os valores, demonstrando uma preocupação em fazer essa demarcação teórica na construção da argumentação. Pois, como bem nos lembra (BARROCO, 2010), somente norteadas pela análise feita da apropriação do processo de instituição histórica do ser social, que a ética instituída ontologicamente é capaz de ser entendida. É indispensável elucidar qual a concepção de ética pautada em seus escritos, uma vez que existem distintas compreensões sobre a mesma, sendo que o Serviço Social tem instituída uma determinada apreensão acerca de seu conceito.

Quatro dos treze artigos não explicitam as particularidades da ética no seu sentido ontológico, o que é de suma importância, pois conforme destaca (BARROCO, 2009, p. 167) “É pela apropriação do processo de constituição histórica do ser social que a ética fundamentada ontologicamente pode ser compreendida”. Portanto, é relevante apontar as bases ontológicas da ética, ainda que brevemente, seus pressupostos ontológicos fundamentados no pensamento crítico marxista.

Ainda que parte dos escritos não tenham evidenciado os fundamentos ontológicos da ética, de uma determinada compreensão de homem, de sociedade, de moral, de valores, fizeram um resgate da importância de defesa do projeto ético-político crítico do Serviço Social brasileiro, tanto no âmbito da formação como do trabalho profissional, se

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

restringindo apenas ao debate da ética profissional. Todavia, mesmo que essa demarcação não tenha sido sinalizada, o projeto que estão defendendo é expresso nos inscritos, o qual baseia-se na perspectiva marxista defendida nos fundamentos do projeto ético-político crítico do Serviço Social, assim como nota-se a preocupação em apontar esse projeto.

Acerca dos autores que fundamentam os debates, em sua maioria a Maria Lúcia Barroco é a autora mais citada, aparecendo em seis dos treze trabalhos, sendo utilizada tanto nas particularidades da ética profissional como no debate da ética na perspectiva ontológica. O que reflete a importância histórica dessa grande pesquisadora para o Serviço Social brasileira, haja vista sua contribuição significativa para o debate da ética. A segunda autora mais utilizada é a Cristina Brites, que também tem contribuições precisas para o debate da ética e dos direitos humanos. Tal quadro demonstra a preocupação em fundamentar-se nos autores do campo profissional, respaldados na defesa da perspectiva crítica, fortalecendo o pluralismo, embora alguns em campos com análises que se diferem, estão dentro do campo democrático das ideias.

Ainda a respeito dos autores usados, que aparecem de forma considerável, principalmente nos cinco trabalhos dos anais do ENPESS de 2018, em todos os mesmos são mencionados. Lukács, filósofo que aponta a centralidade ontológica do trabalho na vida dos homens. Marx, fundador de pensamento crítico dialético. Agnes Heller, filósofa, responsável por apontamentos a respeito da relação entre ética e vida social, tendo significativas contribuições ao debate da cotidianidade. O autor Vázquez é mencionado apenas em um dos trabalhos, importante filósofo espanhol, que teceu necessárias reflexões em sua obra “Ética”.

Demonstrou-se o movimento de em ir às fontes originais do debate sobre ética, moral, cotidiano, trabalho, dentre outros, expressando a preocupação em fundamentar a análise a partir de autores como Marx, Lukács, Agnes Heller e Vázquez, embora o último usado com menor frequência. Esses pensadores possuem significativas contribuições para se pensar o debate da ética, portanto, recorrer a seus aportes teóricos é de suma relevância. Ressignificando a tendência de ficarmos restritos aos autores somente do campo profissional, o que têm suas contribuições significativas, porém o movimento de

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

perscrutar as fontes originais do debate é de extrema importância para não nos afastarmos da compreensão da ética direcionada pela práxis¹⁶⁹.

É pertinente fazer um destaque de um movimento observado, nos anais de 2016, no qual tinha um número maior de artigos selecionados (08) oito, a maioria das discussões foram concentradas no âmbito da profissão, do trabalho profissional, da formação profissional, dos princípios do código de ética de 1993, dos direitos humanos. Já no ENPESS de 2018 verificou-se nos (5) cinco artigos um movimento de recorrer às fontes originais dos autores, como mencionado acima, além disso, as temáticas foram concentradas nos fundamentos do trabalho profissional crítico, no cotidiano do trabalho do assistente social, nas reflexões e contribuições de autores como Lukács, Heller e Marx, resgatando e salientando a importância do debate marxista dentro do Serviço Social brasileiro.

Já no CBAS de 2016, que teve (1.427) artigos aprovados em todo o evento, encontrou-se (24) artigos com o descritor “Projeto Ético-Político”; (11) “Ética”; (23) “Ética e Direitos Humanos”. Nos anais do evento de 2019, foram (71) com o descritor “Projeto Ético-Político”; (32) “Ética”; (2) “Ética e Direitos Humanos”. Foram selecionados dezenove artigos para análise, nove do ano de 2016 e dez do de 2019. Assim como no do ENPESS, alguns trabalhos aparecem de forma repetida.

Quanto às compreensões acerca da ética, dos dezenove trabalhos analisados, dos dois anais do CBAS, dez apresentam de maneira fundamentada os conceitos sobre a temática e os outros nove com foco maior no debate da ética profissional e do projeto profissional. Fundamentam-se na perspectiva da ontologia do ser social, ainda sinalizam a respeito da importância dessa demarcação, resultado significativo, que reflete a qualidade das produções. Observa-se em paralelo como as produções do ENPESS, onde o salto temporal de um evento para o outro expressa um aprofundamento da ênfase dos pesquisadores acerca da necessidade de defesa do Projeto Ético Político crítico e da importância do debate da ética no campo marxista.

A partir das diversificadas experiências de trabalho, os profissionais produzem conteúdos e têm material para férteis reflexões, sendo o âmbito do CBAS um pertinente evento para partilhá-las, além de reforçar a perspectiva crítica defendida pelo Projeto

¹⁶⁹“Parte significativa das produções éticas contemporâneas se afasta, progressivamente, da crítica, da objetividade, da universalidade, isto é, dos referenciais éticos da modernidade e de autores clássicos como Aristóteles, Kant e Hegel. Ao favorecer a ideologia dominante e o irracionalismo, contribuem para obscurecer os nexos da realidade; ao naturalizar o presente, negam a possibilidade de intervenção do homem na história: fundamento de uma ética orientada pela práxis (BARROCO, 2009, p. 166)”.

Ético Político. Os artigos analisados expressam essa potencialidade, fornecendo ricos subsídios para a construção da reflexão da pesquisa realizada, os estudos apontam observações sobre a trajetória ético-política percorrida pela profissão, o impacto da maturação intelectual do Serviço Social brasileiro no debate da ética, especialmente no que concerne à elaboração dos seus códigos de ética.

4- CONCLUSÃO

Quando falamos do debate da ética como objeto de pesquisa, temos ainda poucas produções, na pesquisa realizada no TCC somente com o descritor “ética” foram encontrados um total de (18) dezoito artigos no ENPESS de 2018, (16) dezesseis no de 2016, (14) quatorze no CBAS de 2018 e (11) onze no de 2016, número expressivamente pequeno de produções tendo em vista a quantidade significativa de trabalhos enviados - 917 no ENPESS de 2018 e 1427 no CBAS de 2016. Possuímos ricas contribuições de pesquisadores como Maria Lúcia Barroco, Cristina Brites, Fátima Grave, Valeria Forti, Marlise Vinagre, Priscila Cardoso, dentre outros, que são citados com frequência nos artigos aqui analisados, mesmo assim ainda é um grupo significativamente pequeno de pesquisadores.

Assim, a pesquisa sobre o ensino dos fundamentos da ética e da ética profissional, em particular, possui estimada relevância, visto que o reconhecimento da liberdade como valor ético central, bem como a defesa de outros princípios como a cidadania, a democracia e o pluralismo, dentre outros, exigem do assistente social e do futuro profissional (no caso do estudante) a apreensão concreta dos fundamentos que os cercam com o objetivo de fomentar nestes sujeitos uma consciência crítica e de classe para que assim possam intervir de forma qualitativa junto às demandas socialmente colocadas pelos usuários e movimentos sociais em geral, dando corpo e voz aos princípios do projeto profissional hegemônico e por nós tão defendidos nos últimos anos (ORTIZ; SOARES; SOARES; CUPELLO, 2016 p. 04).

Pensar a formação profissional é imensamente oportuno e um desafio posto à categoria, haja vista que é fruto desse processo que o profissional posteriormente irá desenvolver seu trabalho. Especialmente em um cenário de forte ataque às universidades públicas e ao campo da pesquisa científica, indo em contra aos princípios que defendemos em nosso projeto de formação acadêmico-profissional. “[...]Tais desafios projetam a profissão para o futuro, exigindo no presente, a análise das determinações do passado que permitiram a construção da direção social do Projeto Ético-Político Profissional” (BRAVO; ELPIDIO; LEMOS; RAIZER, 2019, p. 77).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

5- Referências Bibliográficas

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. - 8. ed. - São Paulo, Cortez, 2010.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. In. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. - Brasília : CFESS/ABEPSS, 2009.

BRAVO, Maria Inês Souza. RAIZER, Eugenia Célia. LEMOS, Esther Luíza de Souza. ELPIDIO, Maria Helena. **O protagonismo da ABESS/ABEPSS na virada da formação profissional em Serviço Social**. In. Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reações conservadoras, novas tensões e resistências. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (org). - São Paulo : Cortez, 2019.

BRITES, Cristina M. BARROCO, Maria Lúcia Silva. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos: história e perspectivas. In. **Ética, direitos humanos e neoconservadorismo**. BARROCO, Maria Lúcia Silva.- São Paulo : EDUC, 2021.

CUPELLO, Barbieri. ORTIZ, Fátima da S. Grave. SOARES, Gabriel G. SOARES, Thais Lisboa. **Indagações sobre o ensino da ética profissional**. In: XV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. n. 15. (2016) Olinda, PE. Anais Eletrônicos. Olinda, PE, CBAS, 2016.

GYÖRGY, Lukács. **Para uma ontologia do ser social I**. - 2. ed. - São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. - 38ª. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

VINAGRE, Marlise. **Ética, Direitos Humanos e Projeto Profissional Emancipatório**. In. Ética e Direitos: ensaios críticos. FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. (org). - 4. ed. - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

A PESQUISA NA FORMAÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS EM MEIO A PRECARIZAÇÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR

Jamile Santos Brito¹⁷⁰

Resumo: O exercício da dimensão investigativa em Serviço Social por meio da pesquisa, fornece subsídios importantes para a intervenção profissional do assistente social. Contudo, a expansão do ensino superior, sobretudo, no âmbito privado traz consigo nuances de um cenário de superexploração dos docentes o que afeta o ensino, a pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Pesquisa. Dimensão investigativa. Precarização. Ensino Superior.

Abstract: The exercise of the investigative dimension in Social Work through research, provides important subsidies for the professional intervention of the social worker. However, the expansion of higher education, especially in the private sphere, brings with it nuances of a scenario of overexploitation of teachers, which affects teaching, research and extension.

Keywords: Research. Investigative dimension. Precariousness. University education.

1- INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de análises e reflexões realizadas para elaboração da dissertação, em andamento, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Assim o texto, tem por objetivo compreender o lugar da pesquisa em Serviço Social no processo do trabalho profissional dos assistentes sociais, uma vez que a pesquisa em Serviço Social traz subsídios para a intervenção profissional.

A metodologia utilizada baseia-se em pesquisa bibliográfica, buscando compreender o debate da formação e do trabalho profissional nas suas particularidades nas pesquisas científicas e produções de conhecimento no âmbito acadêmico. Compreendemos que as transformações operadas no “processo de globalização e mundialização do capital, as mudanças no mundo do trabalho e suas consequências para a classe trabalhadora” (SIMIONATTO, 2014, p. 17) trouxe um avanço na produção de

¹⁷⁰ Assistente social, mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFBA; E-mail: jamilyesantos2011@gmail.com; Eixo temático: Ofensiva ultraconservadora e resistências: formação e trabalho profissional.

conhecimento pelo Serviço Social. Assim para alcançar nosso objetivo, utilizaremos autores tais como Iamamoto (2015), Antunes (2018), Bossi (2007), Druck (2013), Moraes (2016) dentre outros.

Entende-se que o ensino superior privado encontra-se demarcado por uma intensa expansão, mediante as propostas neoliberais, reflexo da reestruturação produtiva do Estado brasileiro. Este cenário tem impactado na formação profissional a partir do momento que a qualidade do ensino tem sido afetada com a instauração de cursos EAD, e a precarização do trabalho docente. Logo, faz-se necessário analisar este cenário de forma a compreender criticamente a realidade, constituindo-se assim como um espaço de luta para o enfrentamento das expressões da questão social.

2- A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E SEUS REFLEXOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A escolha por dialogar sobre o lugar da pesquisa em Serviço Social no processo de trabalho profissional dos assistentes sociais, parte da afirmação relatada por Iamamoto (2015), que nos relembra a “importância de tematizar a relação entre profissão e realidade, sob a ótica da produção e reprodução das relações sociais, no cenário das transformações decorrentes da ofensiva do grande capital na produção, na fragilização da organização dos trabalhadores e de seu patrimônio sociopolítico” (p.182). Esta afirmação nos faz refletir as condições de trabalho dos assistentes sociais, sejam eles profissionais que estão no campo de atuação ou inseridos nas universidades.

A análise inicial busca apontar a necessidade de realizar-se uma leitura da realidade, na sociedade capitalista, a partir de um olhar crítico, uma vez que Iamamoto e Carvalho (2014) destacam a necessidade de compreensão entre a ligação do Serviço Social e a reprodução das relações sociais, na perspectiva do capital e do trabalho, tendo em vista que a profissão se insere em um processo de mercantilização no qual a formação técnica especializada irá traduzir na transformação da força de trabalho que poderá ser comprada.

Compreender o real a partir de uma macro estrutura engendrada pelo modo capitalista de produção, revela as limitações no trabalho profissional e no fazer profissional do assistente social, dada a sua condição de trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho para sua sobrevivência estando sujeitos as imposições do capital ancoradas a alta produtividade, submissão a instituição e redução da relativa autonomia profissional.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Tais nuances são marcadas por um contexto de precarização do trabalho instaurado desde a década de 1990 (DRUCK, 2013). Para Antunes (2018, p. 59) “a precarização não é algo estático, mas um modo de ser intrínseco ao capitalismo, um processo que pode tanto se ampliar como se reduzir, dependendo diretamente da capacidade de resistência, organização e confrontação da classe trabalhadora”. Ou seja, nasce com a criação do próprio trabalho assalariado no sistema capitalista.

É nesta lógica que estão inseridos os assistentes sociais, em um cenário de precarização, de insegurança no trabalho, salários baixos, intensificação na rotina trabalhista, sujeitos ao cumprimento de metas, a superexploração e violação dos direitos trabalhistas.

É nesse contexto que também inserem-se docentes/ pesquisadores, em um processo de precarização evidente,

na organização e nas condições de trabalho, como ritmo e intensidade do trabalho, autonomia controlada, metas inalcançáveis, pressão de tempo, extensão da jornada de trabalho, polivalência, rotatividade, multiexposição a agentes físicos, químicos, ergonômicos e organizacionais. Esses aspectos conduzem a intensificação do trabalho, ritmos acelerados (potencializados pelo patamar tecnológico da microeletrônica) e autoaceleração. (DRUCK, 2013, p. 62)

O trabalho realizado pelos docentes são minimizados aos tramites institucionais, uma vez que os recursos são escassos requerendo dos docentes a criação de estratégias para efetivação da produção acadêmica. Este quadro revela critérios de produtivismo, individualismo e competitividade uma vez que os docentes são reconhecidos por uma lógica voltada a quantidade de produções realizadas, publicações em revistas nacionais e internacionais, ou até mesmo avaliados pelo retorno financeiro que gera a instituição (MORAES, 2016).

Assim, é preciso analisar a realidade de forma a compreender as implicações do neoliberalismo nas produções de conhecimento, que por meio da mercantilização da educação “que estabeleceu a expansão da educação superior pela via privada e introduziu, nas IES públicas, uma tendência – cada vez mais predominante – de mercantilização do trabalho docente materializada, por exemplo, no crescimento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* pagos.” (BOSSI, 2007, p. 1507). Desta forma, a mercantilização da educação modificou o processo de trabalho dos professores a iniciar pela crescente força de trabalho determinada pela flexibilização e precarização de contratos trabalhistas.

Em dados levantados por Bossi (2007), as Instituições de Ensino Superior privadas aumentaram significativamente as matrículas nos cursos presenciais, em 1990 a relação de matrículas nas IES privadas foi de 70% enquanto nas instituições públicas

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

30%, esses índices apontam um legítimo meio de mercantilização da educação superior que impactam a rotina de trabalho de professores. Outras informações trazidas pelo mesmo autor aponta que entre 1980 a 2004, houve um crescimento de docentes em exercício nas IES, tanto pública quanto privada, conforme os registros, o percentual de docentes inseridos nas instituições públicas foi de 53%, enquanto nas instituições privadas atingiu um percentual de 270%, que se tornou possível devido a flexibilização da legislação instituída no segundo mandato de FHC (BOSSI, 2007). De certo modo, Bossi (2007) indica que

tal crescimento da força de trabalho docente foi (e continua sendo) marcado pela flexibilização dos contratos trabalhistas. São essas possibilidades de contratação precária, abertas por práticas constituídas à margem da lei ou mesmo por modificações na legislação trabalhista, que têm feito com que o número de docentes aumente. Nesse sentido, é certo também que, tornado numericamente predominante, o trabalho considerado precário e informal tende a converter-se em medida para todo tipo de trabalho restante. Este é o principal fundamento histórico do processo que atravessamos. É nesse “Espelho de Próspero” às avessas que, por exemplo, os docentes considerados trabalhadores “formais” começam a se verem refletidos, sem necessariamente conseguirem entender as formas atuais do seu próprio trabalho como expressão da dominação capitalista. (BOSSI, 2007, p. 1510).

As características apresentadas caminham para uma desregulamentação do trabalho docente uma vez que a flexibilização do contrato de trabalho e as mudanças na rotina de trabalho acentuam que alguns docentes não possuem dedicação exclusiva às instituições e/ou dedicam-se a duas ou mais instituições cumprindo o regime de “horista” (BOSSI, 2007).

A ofensiva neoliberal tem criado estratégias para desenvolver novas formas de dominação, sobretudo por meio da precarização e flexibilização do trabalho (DRUCK, 2013) o que tem acarretado mudanças no cotidiano das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim, a lógica tem sido voltada para uma perspectiva quantitativa de produtivismo acadêmico, Bossi (2007) destaca que os editais de pesquisa estão sendo cotidianamente cooptados pelas áreas consideradas “rentáveis”, áreas que beneficiam o sistema capitalista. Dessa maneira podemos inferir sobre os órgãos de fomento no qual,

Cada vez mais, o CNPq e as fundações estaduais de apoio à pesquisa têm convertido seus recursos para pesquisas e estudos que aparelhem e potencializem a capacidade de reprodução do capital, desenvolvendo uma razão instrumental que pode ser facilmente verificada no caráter dos editais divulgados. O perfil de pesquisa que escorre caudalosamente desses editais termina por ditar o padrão para a produção acadêmica em geral. Uma das consequências desse processo é que a qualidade da produção acadêmica passa então a ser mensurada pela quantidade da própria produção

e por valores monetários que o docente consegue agregar ao seu salário e à própria instituição.

Em vista disso, muitas universidades, públicas e especialmente as instituições privadas não desenvolvem pesquisas, vinculando o ensino a dimensões operativas do trabalho, simplificando a qualidade de ensino, uma vez que a relação ensino, pesquisa e extensão deixa de existir (MORAES, 2016). Moraes (2016) destaca que as universidades públicas que se empenham em realizar pesquisa, encontram barreiras no que concerne a infraestrutura básica para realização das atividades, outro ponto a ser destacado é o confronto institucional (seja por parte dos docentes ou coordenadores da instituição) a determinadas pesquisas.

Nesse sentido, os ataques à universidade e a precarização do trabalho docente representam uma ameaça à formação do assistente social, sobretudo, no que se refere a dimensão investigativa e a intensificação do debate sobre pesquisa no Serviço Social. É por meio da pesquisa e dimensão investigativa que é possível construir um caminho para um leitura crítica da realidade social, capaz de atribuir maior visibilidade que envolvem a produção e reprodução da questão social.

3- PESQUISA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A pesquisa em serviço social surge como matéria básica a partir do currículo mínimo de 1982 no qual o ensino concentra-se nas “ementas voltadas para História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social além do estágio supervisionado” (IAMAMOTO, 2014, p. 615). É por meio do currículo mínimo 1982 que é estabelecido à pesquisa um status educativo no percurso de ensino aprendizagem na formação profissional do assistente social. Diante disso, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB possibilitou a aprovação das diretrizes curriculares 1996, oriunda da elaboração de um documento intitulado “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: novos subsídios para o debate”, que posteriormente culminou na “Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social” nas quais foram sistematizadas as proposições do conjunto das unidades de ensino, resultando em seis documentos regionais a partir dos quais a diretoria da ABESS, a representação da ENESSO e do CFESS, o grupo de consultores de Serviço Social e a consultoria pedagógica. (ABEPSS,1996)

A proposta das Diretrizes curriculares homologada em 2001 pelo Ministério da Educação e do Desporto “sofre forte descaracterização no que se refere à direção social

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social” (IAMAMOTO, 2014). Sendo assim, a pesquisa se encontrará no núcleo dos fundamentos do trabalho profissional do Serviço Social, estes compreendem todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e administração em Serviço Social e o estágio supervisionado (DIRETRIZES CURRICULARES, 2001).

Portanto, infere-se que a dimensão investigativa é vital para a própria atualização e reprodução do Serviço Social, assim será requerido ao assistente social

competência e agilidade na pesquisa e desvendamento da realidade, isto é, na apreensão da dinâmica, dos processos sociais. Esta observação adquire especial relevo ao se considerar o caráter prático-interventivo da profissão. Assim, além do estímulo as preocupações investigativas e às atividades de iniciação à pesquisa na graduação, laços devem ser estreitados, especialmente no âmbito das políticas de pesquisa, entre a graduação e a pós-graduação, em quantos níveis particulares do processo de qualificação acadêmico-profissional na área de Serviço Social (ABESS, 1997, p.19).

É por meio da dimensão investigativa que a análise crítica da realidade, e o enfrentamento das estratégias neoliberais são possíveis. Vale destacar, que desde o surgimento do Serviço Social até os dias atuais, há um projeto de amadurecimento profissional em curso, que confrontam as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativas, de modo a compreender os fenômenos formulando respostas criativas para o enfrentamento da questão social. Deste modo, a dimensão investigativa atua como um elemento essencial que contribui para desvelar a realidade sócio profissional.

Com o amadurecimento profissional, a literatura profissional, conferiu a pesquisa um destaque como o surgimento dos programas de pós-graduação impulsionando um novo projeto de formação profissional. Um marco no entendimento da importância que a pesquisa tem no cenário da profissão, e como área produtora de conhecimento é a publicação do livro *Relações sociais e Serviço Social no Brasil* (1978), de Iamamoto e Carvalho, que contribuiu para propagação da história do Serviço Social latino-americano a nível nacional.

Tais avanços estão presentes nas diretrizes curriculares, no que se refere os conteúdos propostos para a Pesquisa em Serviço Social:

Natureza, método e processo de construção de conhecimento: o debate teórico-metodológico. A elaboração e análise de indicadores sócio-econômicos. A

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional. (ABEPSS, 1996, p.18)

Assim, Comerlatto (2008) pontua que ao associar a dimensão investigativa à produção de conhecimento é possível criar estratégia político-pedagógica de forma a construir conhecimento a respeito das temáticas sociais. Para Moraes (2016), a dimensão investigativa deve compor o trabalho do assistente social por meio da postura/ atitude investigativa e ação investigativa. Logo o autor explica que,

A postura/ atitude investigativa é constituída no contato direto com a realidade social/meio externo, que vai exigir análise de conjuntura, calcada em conhecimentos relativos à sociedade brasileira em tempos de mundialização do capital e de “reconfiguração” de Estados Nacionais, na tentativa do desenvolvimento econômico e de elevação dos indicadores sociais. (MORAES, 2016, p.105)

Portanto, a postura/ atitude investigativa requer do profissional uma leitura crítica constante da realidade, indagação dos fenômenos sociais, respeitando a autonomia dos sujeitos. E para o exercício da postura/ atitude investigativa é necessário uma atualização constante, participação em congressos, conferências e encontros da área de atuação profissional reforçando seu arcabouço teórico-metodológico.

Logo a ação investigativa é reflexo da postura/atitude investigativa que é indissociável do cotidiano profissional concretizados por meio dos instrumentos de trabalho, que para Moraes (2016)

a ação investigativa supõe imediatamente a postura/ atitude investigativa, mas a postura/ atitude investigativa não necessariamente gera uma ação investigativa no plano do imediato, mas é fundamental para a construção das ações investigativas e intervenções profissionais. Porém, tanto a ação investigativa quanto à postura/ atitude investigativa devem estar pautadas nas dimensões teórico-metodológica e ético-política profissional do projeto do Serviço Social contemporâneo (MORAES, 2016, p.111).

Desse modo, compreende-se que a ação investigativa é um meio onde novas investigações podem surgir no cotidiano profissional. Esses elementos podem ser condensados e utilizados para a produção de novos conhecimentos que poderão ser investigadas por meio de pesquisas e estudos.

Nesse sentido, as pesquisas tem um papel fundamental na formação profissional, pois estas contribuem para desvelar a realidade, sendo um palco para formação do pensamento crítico, propositivo e interventivo na realidade social.

Conforme Moraes (2016)

a pesquisa acadêmico-científica tem sido capaz de gerar teorias na área de Serviço Social que - embora estas estejam sempre sujeitas a problematizações e

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

reformulações – tem tentado, a partir de princípios e definições gerais, explicar uma gama ampla de fenômenos através de um esquema conceitual abrangente e, ao mesmo tempo, sintético. Historicamente construídas, enquanto análise e expressão do interesse de classes, tentaram avançar na construção de reflexões vinculadas ao conhecido e desconhecido, por meio de aproximações e distanciamentos que intentam desvendar dimensões não pensadas a respeito da realidade, que só se revelam a partir de interrogações elaboradas por meio do processo de construção teórica. (MORAES, 2016, p. 128)

Por fim, percebe-se que a pesquisa acadêmico-científica se coloca na tentativa de explicar os fenômenos sociais fundamentadas em critérios científicos, expressados pela produção de consciência humana, questionando os significados da realidade na sociedade capitalista.

4- CONCLUSÃO

Compreender o lugar da pesquisa em Serviço Social no processo de trabalho profissional dos assistentes sociais tem requerido de profissionais e intelectuais do Serviço Social um esforço, ora para expressar a realidade profissional nas pesquisas acadêmicas, ora para sistematizar a realidade no dia a dia profissional.

A institucionalização da pós-graduação no Brasil possibilitou caminhos para a produção de conhecimento assim como o desenvolvimento da pesquisa aumentando a qualificação docente e a produtividade de pesquisadores nas diversas áreas, contudo a flexibilização no ensino superior submete os cursos de graduação e pós-graduação a uma lógica produtivista e subordinada a lógica capitalista.

É inegável as contribuições desta análise, uma vez que a comercialização do educação superior atinge profundamente o projeto de formação do assistente social. A preocupação gira em torno de um ensino fragmentado vinculado diretamente ao mercado, uma formação que encoberta pelos moldes da contrarreforma do Estado.

Assim, defende-se que a dimensão investigativa deve ser indissociável na formação profissional. Tal dimensão não deve ser apenas abordada em uma única disciplina, mas tem de ser transversal por todo processo formativo. Outro ponto a destacar é a articulação com os programas de pós-graduação e as entidades do Serviço Social a fim de debater nesses espaços a “contrarreforma” do Estado e seus reflexos para a sociedade.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

5- REFERENCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). In: Cadernos ABESS. **Formação profissional: trajetórias e desafios**. Edição especial, São Paulo: Cortez, 1996, n. 7.

ANTUNES, R. O privilégio da servidão – o novo proletariado de serviços na era digital, Ed. Boitempo, 2018. Cap. 1 Fotografias do Trabalho Precário Global (p. 19-32); Cap. 2 – A explosão do novo proletariado de serviços, itens: Rumo à precarização estrutural do trabalho (p. 25-32); o trabalho em serviços e seus novos significados (p. 33-39); Entre a precarização e o precariado: estamos diante da constituição de uma nova classe? (p. 55-64)

BOSI, Antônio de Pádua. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL NESSES ÚLTIMOS 25 ANOS. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007

COMERLATTO, D. **Um olhar sobre o ensino da pesquisa: a experiência dos cursos de graduação em Serviço Social da região sul**. 2008. 201 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Porto Alegre, 2008.

DRUCK, M.G. (verbete) A Precarização social do trabalho, IN: IVO, A. (coord.) Kraychete, E.; Borges, A.; Mercuri, C.; Vitale, D.; Senes, S. (org.) (2013) **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social – 81 problemáticas contemporâneas**, São Paulo: Ed. Annablume, verbete Precarização social do trabalho, Druck, G. (p. 373-380).

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015. p. 181-208;

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MORAES, Carlos Antônio de Souza. **O Serviço Social Brasileiro na entrada do século**

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

XXI: formação, trabalho, pesquisa, dimensão investigativa e particularidade da saúde. 2016. 318 f. Tese (Doutorado) - Curso de Fundamentos e Prática Profissional, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SIMIONATTO, Ivete. Intelectualidade, política e produção do conhecimento: desafios ao Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 117, p. 7-21, jan./mar. 2014.

NOTAS SOBRE A PESQUISA E O ENSINO DO SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA

Esther Luíza de Souza Lemos
Maurílio Castro de Matos

RESUMO: A presente comunicação problematiza o porquê do Serviço Social brasileiro na atualidade se debruçar tão pouco sobre a pesquisa e o ensino sobre a trajetória histórica da profissão no país e no mundo. Analisando a literatura profissional no Brasil, passada e recente, concebe a história em seu movimento e suas contradições tendo como base a perspectiva crítico-dialética. Apresenta hipóteses de trabalho na necessária continuidade da pesquisa sobre o tema com objetivo de fortalecer a profissão e a área de conhecimento na articulação do trabalho e formação profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social, História, Ensino, Pesquisa

ABSTRACT: The present communication problematizes why the Brazilian Social Work currently focuses so little on research and teaching on the historical trajectory of the profession in the country and in the world. Analyzing the professional literature in Brazil, past and recent, it conceives history in its movement and its contradictions based on the critical-dialectical perspective. It presents working hypotheses in the necessary continuity of research on the subject with the objective of strengthening the profession and the area of knowledge in the articulation of work and professional training.

KEYWORDS: Social Work, History, Teaching, Research

1- Introdução

A presente comunicação é resultado de reflexões preliminares, portanto ainda em curso, inconclusas, sobre o porquê do Serviço Social brasileiro na atualidade se debruçar tão pouco sobre a pesquisa e o ensino na pós-graduação sobre a trajetória histórica da profissão no país e no mundo.

Tais reflexões foram fomentadas em duas atividades que estamos participando. A primeira se dá com a nossa inserção no projeto de pesquisa coordenado pelas professoras Marilda Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos, intitulado "O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória". A pesquisa foi concluída em 2020, entretanto a rede de pesquisa encontra-se no momento construindo um novo projeto de investigação. A segunda atividade são as aulas ministradas nas disciplinas "Trabalho e Serviço Social na América Latina", na pós-graduação em Serviço Social da UERJ e "Fundamentos do Serviço Social: desenvolvimento socio-histórico e concepções contemporâneas" na pós-graduação em Serviço Social na UNIOESTE – *Campus* de Toledo. Nesses dois espaços foram latentes a constatação de poucos esforços na atualidade para o desvelamento da história na profissão.

Neste sentido, o VII Seminário Internacional da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora oportuniza a problematização do tema no respectivo eixo temático, sua socialização e interação com demais pesquisadores(as) da área.

2- Estudar a história do Serviço Social ou o Serviço Social na história?

No balanço das comemorações dos 80 anos da profissão, em 2016, dois intelectuais do Serviço Social brasileiro se posicionaram sobre a importância de estudar a história da profissão. Ambos são autores das duas maiores obras que buscaram desvendar a particularidade da profissão na divisão social e técnica do trabalho e também realizaram a pesquisa da trajetória histórica da profissão.

Marilda Lamamoto coordenou uma grande equipe de pesquisa, entre 2016 e 2020, sobre a reconceitualização latino-americana e sua interlocução, ou não, com o chamado Serviço Social Crítico na Europa e nos Estados Unidos. A autora responsável pela primeira inflexão sobre a leitura da profissão, seu trato com as diferentes expressões da "questão social" e com o fato de ser uma profissão que responde a determinada necessidade na divisão social e técnica do trabalho. Há tempos essa autora vem chamando a atenção de que o Serviço Social brasileiro fez uma recusa do conservadorismo, mas não procedeu a sua crítica (Lamamoto, 2007).

Para algumas pessoas desatentas, poderia parecer um preciosismo. Mas a cada dia, a pontuação de Lamamoto ganha contornos da premência dessa crítica, vide a reiteração de novidades no cardápio dos programas governamentais e em determinadas bibliografias do Serviço Social, que demonstram o retorno, com verniz modernizado, daquilo que foi superado, mas não devidamente criticado.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

José Paulo Netto, em seu artigo “Para uma história nova do Serviço Social” (2016), critica que desde a década de 1990 o Serviço Social vem realizando mais pesquisas históricas de estudos localizados e particulares e poucas abordagens abrangentes da história, tratando-se assim, nos termos do autor de uma atrofia. Destaca, a falta de estudos sobre a história na profissão no último quartel do século passado. Esse período é praticamente o mesmo da constituição do que atualmente denominamos, projeto ético-político do Serviço Social brasileiro (ainda que como atente o próprio autor, em outro texto, de 1996, um não é sinônimo do outro, mas certamente sem a *intenção de ruptura* o atual projeto não existiria). Considera o autor problemática tal lacuna, pois identifica que “consiste em proclamá-lo e em invocá-lo como se fora um projeto cujo *pluralismo* não tem fronteiras e que, portanto, comporta ilimitadas possibilidades de concretização teórica e prática.” (Netto, 2016, p. 65, *Grifos originais*).

Ao mesmo tempo, o acompanhamento da implantação das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social aprovadas pela ABESS (1996), desde a pesquisa avaliativa realizada em 2006 pela então ABEPSS, entre diferentes aspectos, evidenciou que a temática “aponta um elemento fundamental que é a particularidade histórica do Serviço Social apreendida na história da realidade social em que se insere” (Cardoso, 2007, p. 38).

No que se refere à implementação da matéria “Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social” no âmbito dos cursos de graduação, a pesquisa identificou quatro tendências distintas tanto quanto à forma de organização quanto de sua concepção. Entre elas destaca a que considera a “centralidade no Serviço Social como profissão na história, numa perspectiva de totalidade” (Cardoso, 2007, p. 41), ao mesmo tempo permanecendo o desafio da “compreensão histórica da profissão respaldada em uma concepção crítico-dialética” (Cardoso, 2007, p. 52).

Na literatura profissional no campo da perspectiva histórico-crítica disponível ao leitor, existem duas expressivas obras, que não por acaso são dos autores citados. A obra de Iamamoto e Carvalho (1982) que aborda da emergência da profissão até 1950. E o livro de Netto (1991) que cobre da década de 1960 a 1980.

Problematizando este tema em 1982, Iamamoto inaugurou a interpretação situando

o Serviço Social na história, na contrapartida de uma história do Serviço Social aprisionada em seus muros internos, uma vez que se entende serem as condições que peculiarizam o exercício profissional de assistentes sociais uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade em determinadas conjunturas históricas. (Iamamoto; Carvalho, 1991, p. 81)

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Yazbek (2018) ao analisar os Fundamentos do Serviço Social, baseando-se em lamamoto, afirma que “a profissão só pode ser entendida no movimento histórico da sociedade, no complexo processo de reprodução de relações sociais” (2018, p. 48). lamamoto em seu atual projeto, ao pesquisar o processo de reconceituação do Serviço Social latinoamericano, tem dado ênfase a contribuição do Centro Latino-Americano de Trabalho Social – CELATS para a renovação crítica na região, sendo o clássico livro de Manrique Castro (2011) uma referência que permanece no estudo sobre América Latina.

Se tratou de convencionar o marco inaugurador da reconceituação o Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social realizado em Porto Alegre em 1965, indo até 1975 quando se encerrou a possibilidade de algum debate crítico no Cone Sul, em virtude das ditaduras militares (Lopes, 2016). Em 1974 foi criado o CELATS, órgão que vai dinamizar as ideias reconceituadoras e superá-las, no período entre 1975-1985, desenvolvendo ações na região como capacitações à distância, financiamento de pesquisas, promoção de eventos latinoamericanos, financiamento de eventos regionais e nos países, etc. Estas foram fundamentais para a renovação crítica do Serviço Social.

O balanço crítico realizado no posfácio da obra “Serviço Social na História: América Latina, África e Europa”, lamamoto & Yazbek consideram que “a concepção de fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social privilegia a história em seu movimento e nas suas contradições” (2019, p 511). Ao analisar os 80 anos do Serviço Social no Brasil Mota considera que nas três últimas décadas e meia, a profissão “ampliou sua função intelectual, como profissão e área de produção de conhecimento” (2017, p. 46).

Assim, a análise do passado recente, como nas produções de Silva (2019), Goin (2019), lamamoto & Yazbek (2019), lamamoto & Santos (2021), Mota, Vieira e Amaral (2022) fortalece a “virada” da profissão, explicitando a sua diferença com o Serviço Social Tradicional. O investimento destas pesquisas ilumina o presente e desmascara discursos que se apresentam como pluralistas (conforme Netto, 2016, atenta), que na realidade reapresentam o que já foi negado, mas não suficientemente criticado (de acordo com lamamoto). Reafirmar o conteúdo e acertos do projeto de ruptura, também reafirmará sua imprescindibilidade, demonstrando que não há romantismo que rompa com os desvalores da sociabilidade capitalista.

3- Ponto de partida para se estudar a história da profissão: a negação da endogenia

Consideramos que a preocupação com a história da profissão é parte constitutiva do Serviço Social. Entretanto, até 1982 a totalidade da bibliografia tinha dois pontos em comum: pensava o Serviço Social como mera evolução das formas de caridade e filantropia e a constituição da profissão como ação/resultado apenas da ação de seus agentes, as pioneiras.

A impostação que fez a mudança de rota dessa perspectiva foi a obra de Yamamoto e Carvalho (1991). Entretanto, não quer dizer que com essa obra estava posto o fim das análises endógenas.

Montaño (2007) organiza a produção bibliográfica produzida por autores latinoamericanos como endógena ou estrutural funcionalismo. Na perspectiva endógena, identifica os seguintes autores: Herman Kruse, Ezequiel Ander-Egg, Natálio Kisnerman, Boris Alexis Lima, Ana Augusta Almeida, Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas.

Ressalta que o leque de filiação é amplo, dando destaque para Boris Alexis Lima, um dos autores mais críticos da reconceituação, que identifica quatro etapas históricas: pré-técnica, técnica, pré-científica e científica. E vai mais longe, identifica a origem do Serviço Social na Idade Média!

Partilhamos da análise, segundo Montaño (2007), de que essa perspectiva é endógena porque:

- a) não considera que a realidade (a história da sociedade) como fundamento e causalidade da gênese e desenvolvimento da profissão, apenas situa as etapas do Serviço Social nos contextos historiográficos;
- b) o surgimento da profissão é visto como opção pessoal de filantropos em organizar as formas de caridade;
- c) não considera o papel do Serviço Social na ordem social;
- d) não explica, já que sendo uma evolução, porque a caridade e a filantropia não desapareceram;
- e) não explica as diferenças temporais de criação do serviço social nas diferentes regiões do mundo.

A endogenia pode persistir de maneira menos consciente, por isso, não é por acaso que José Paulo Netto, no recente texto chama a atenção para a diferença entre história e memória afirmando que

Estamos confrontados com os 80 anos de *história* do Serviço Social - que, como toda história, não pode ser reduzida, confundida e/ou identificada à

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

memória (melhor: às *memórias*) que se tem dela. Essa memória, realmente *não* é o fundamento sobre o qual deve se assentar o procedimento qualificado para desvendar e trazer à luz o processo histórico efetivo: a memória (individual e coletiva, aquela dos sujeitos singulares e aquela de categorias profissionais, grupos e classes sociais) é parte constitutiva da história profissional e incide sobre ela; mas a memória não se elabora a partir de parâmetros lógicos e racionais: é uma construção ideal que recupera *vivências* - no sentido do "vivido" conceptualizado por H. Lefebvre - não necessariamente filtradas intelectual e analiticamente. Há *memórias* distintas, e até colidentes, dos mesmos eventos e processos históricos. Ora, a *reconstrução analítica* - suposto da reprodução teórica - do processo histórico efetivo, na pesquisa da sua gênese e do seu desenvolvimento para alcançar o seu conhecimento verdadeiro, demanda operações e procedimentos específicos e rigorosos, próprios da *ciência histórica*" (Netto, 2016, p. 52).

Naturalmente a coleta da memória faz parte do fazer história, como aponta Netto (2016). Porém, há que se considerar dois aspectos.

O primeiro refere-se ao uso exagerado do recurso a entrevistas na pesquisa em Serviço Social e donde as respostas dos sujeitos são, muitas das vezes, pouco problematizadas e tratadas como *a verdade*. O que se trata ser uma expressão, certamente, do real, mas não de toda a realidade. Daí a importância de cotejar com outras fontes, pensemos aqui especialmente na pesquisa documental.

O segundo é que se acompanhamos o desafio que Netto (2016) identifica da história nova, há que se reconhecer que muitos dos sujeitos estão na ativa e corre-se o risco, inconsciente, desses sujeitos ao realizarem a pesquisa histórica darem mais peso para suas memórias (de articulações, embates, etc) em detrimento do contexto mais geral da época (pensemos aqui na totalidade) e do impacto real dessas ações (no curso dos fatos historicamente).

Sendo assim, o objetivo é "impregnar de história o Serviço Social na sociedade contemporânea. O pressuposto é que história na sua processualidade – no seu vir a ser – é o 'terreno' da análise do Serviço Social, o que conclama uma perspectiva de totalidade na leitura dos processos histórico-sociais." (Iamamoto; Yazbek, 2019, 15/16).

Assim, se está correto de que há uma invasão pós-moderna, de raiz neoconservadora no projeto ético-político, se reivindicando como componente desse projeto faz-se urgente: totalizar a história, ou histórias, do Serviço Social; realizar a crítica ao conservadorismo; pesquisar na história a importância da ruptura com ruptura do conservadorismo, estudando a tendência responsável por isso e que constitui o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

4- Considerações finais

A aproximação ao tema no estudo e pesquisa, trouxe algumas hipóteses de trabalho que partilhamos nesta comunicação. Por que se pesquisa tão pouco sobre a história na profissão?

Algumas considerações nesta reflexão. Primeiramente porque ensinar Serviço Social não necessariamente é colocá-lo como objeto de estudo. Se pesquisa pouco sobre o Serviço Social e se ensina/debate pouco a profissão nos programas de pós-graduação. Lembrando que “os desafios e possibilidades da pós-graduação em Serviço Social só podem ser apreendidos no movimento histórico de avanços e retrocessos da política educacional brasileira.” (Guerra, 2011, p. 127).

Um segundo aspecto destacado é porque a tendência tem sido considerar, especialmente, a obra de Iamamoto e Carvalho (1982), mas também a de Netto (1991) como acabadas, como se dessem conta da historicidade da profissão. De fato, são textos clássicos, mas não dão conta das diferenças regionais do país, conforme já atentou Iamamoto, e conforme abordamos, nos estudos que vão até 1985.

Terceiro porque com a crítica ao currículo mínimo de 1979/82, que era pautado no tripé teoria-história-método, a partir das Diretrizes Curriculares da Abepss, com a discussão dos Núcleos de Fundamentação, houve a crítica a tratar a história isoladamente da teoria e do método.

Como desdobramento do que foi apontado no item anterior, no contexto pós Diretrizes Curriculares da Abepss de 1996, o debate *sobre a profissão* se centrou no chamado "Fundamentos do Serviço Social", como hipótese, parece que houve uma supressão da "história" pelos "fundamentos", que são coisas distintas. Por trás disso está a crítica de pesquisadoras da área, de que não haveria uma "história" da profissão e sim "uma história", a metanarrativa. Se está nítido o que fundamenta a profissão, para que então pesquisar a trajetória histórica da profissão?

Uma quinta hipótese que foi apontada como desafio no resultado da pesquisa avaliativa da ABEPSS (2006) é o necessário fortalecimento da concepção de história a partir da concepção crítico-dialética.

Desde as provocações originais que instigaram esse texto, o contexto de divulgação de pesquisas na área teve contribuições significativas. Certamente correndo o risco de algum esquecimento, podemos ressaltar a divulgação de coletâneas que contribuem para o aquecimento qualificado, logo crítico, sobre os textos acerca da história da profissão. Na sua maioria resultado da pesquisa aqui citada na introdução.

Assim, se antes havia uma aridez, hoje existem iniciativas importantes. Netto que em 2016 fez a crítica sobre a importância de uma história nova, em 2021, ao apresentar o livro “A história pelo avesso” (Iamamoto; Santos. 2021), afirma que “a construção desta nova história já está em curso”.

A pesquisa que coloca o Serviço Social como objeto de estudo é central no fortalecimento da profissão também como área de produção de conhecimento no campo das Ciências Humanas e Sociais.

Com essas breves notas queremos contribuir para que se alimentem novas iniciativas de estudos sobre a história, bem como a sua abordagem no ensino pós-graduado, espaço por excelência de novos docentes e pesquisadores. Para alimentar esse ânimo, precisamos discutir francamente os possíveis problemas que podem estar propiciando esse pouco interesse por parte das gerações mais recentes na profissão, vide o pouco número de teses e dissertações que abordam o “Serviço Social na História”.

5- REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social** (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso: 10 jun 2022.

CARDOSO, Franci Gomes. Fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social: tendências quanto à concepção e organização de conteúdos na implementação das diretrizes curriculares. **Temporalis**. Ano VII, n. 14, p. 31 – 54, jul/dez, 2007.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e Caribe**: conceituação, condicionantes socio-históricos e particularidades profissionais. Campinas : Papel Social, 2019.

GUERRA, Yolanda. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília. Ano 11, n. 22, p. 125 – 158, jul/dez, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2141> Acesso: 31 jun 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 8 ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru : CELATS, 1991.

IAMAMOTO, Marilda Villela; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **Serviço Social na história**: América Latina, África e Europa. São Paulo : Cortez, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos Santos (org.). **A história pelo avesso**: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo : Cortez, 2021.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

LOPES, Josefa Batista. 50 Anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, v. 20, n 1, p 237-252, jan./jun. 2016. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5054/3103>.

Acesso: 10 jun 2022.

MANRIQUE CASTRO, Manuel. **História do Serviço Social na América Latina**, 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete; VIEIRA, Ana Cristina; AMARAL, Angela. **Serviço Social no nordeste**: das origens à renovação. São Paulo : Cortez, 2022.

MOTA, Ana Elizabete. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. **Serviço Social e Sociedade**, n. 128, p.39-53, Abr, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0039.pdf>. Acesso: 10 jun 2022.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e Silva (org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje**: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo : Cortez, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzira M. B.; MOLJO, Carina. B.; SERPA, Moema, SILVA, José F. S. da. **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, p. 47 – 84, 2018.

QUESTÃO RACIAL E SERVIÇO SOCIAL: Os desafios para o enfrentamento do racismo na formação profissional

Dagoberto José Fonseca¹⁷¹

TahinaTátilla da Silva ¹⁷²

RESUMO:

Questão racial e Serviço Social: Os desafios para o enfrentamento do racismo na formação profissional tem como referência o momento contemporâneo da formação profissional dos (as/es) futuros Assistentes Sociais, a nova categoria de profissionais. Tem como propósito expor relevantes entraves para a coalisão de uma luta social no interior da profissão no que tange a questão étnico-racial. Inserido na divisão técnica e teórico metodológica o Serviço Social é convidado a dialogar com a questão racial no cerne de sua questão, no entendimento da questão social e suas expressões, bem como no amadurecimento teórico crítico no processo de formação profissional.

Palavras-Chave: Serviço Social; Formação Profissional; Questão Racial.

Abstract: Racial issue and Social Work: The challenges for facing racism in professional training has as a reference the contemporary moment of professional training of future Social Workers, the new category of professionals. Its purpose is to expose relevant obstacles to the coalition of a social struggle within the profession regarding the ethnic-racial issue. Inserted in the technical and theoretical methodological division, Social Work is invited to dialogue with the racial issue at the heart of its issue, in the

¹⁷¹Livre Docente em Antropologia Brasileira pela Faculdade de Ciências e Letras-UNESP-Campus de Araraquara, Orientador. Email: dagobertojose@gmail.com

¹⁷²Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP/Franca-SP. 2022. Email: tahina.tatila@unesp.br
Eixo temático: Lutas Sociais e Serviço Social: a construção de resistências no interior da profissão.

understanding of the social issue and its expressions, as well as in the critical theoretical maturation in the process of professional training.

Keywords: Social Work; Professional Qualification; Racial Issue.

1- INTRODUÇÃO

A formação profissional de Assistentes sociais é sem dúvidas umas das temáticas de maior relevância nos espaços de organização da categoria. As últimas décadas tem sido cruciais no que tange o esforço feito pela profissão em debater a questão racial como expressão de luta social produto das expressões da questão social.

A formação profissional tem como pressuposto a capacitação ético-política e teórico-metodológica como requisitos básicos para a atuação técnico-operativa do (a) Assistente Social que abranja uma perspectiva crítica e analítica da totalidade. Para tal é necessário que se faça uma análise aprofundada sobre o contexto histórico e social particular da sociedade brasileira. O exercício profissional requer do (a/e) Assistente Social uma postura crítica capaz de dialogar com a instituição a qual estar inserido (a), para a defesa de seu campo de atuação, suas atribuições e competências. A aproximação com seus sujeitos e a leitura social da Questão Social deve permitir a este (a) tendências para a materialização do seu projeto profissional e a garantia de direitos para aqueles (as) que são assistidos (as/es) da Política de Assistência Social.

A luta cotidiana para que se entenda o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão técnica do trabalho começa no início da formação e deve conter a gênese da profissão e suas principais rupturas, como norteadores da formação seguidas dos processos metodológicos e teóricos que fundamentam a profissão. O Serviço Social brasileiro surge e tem sua institucionalização entre as décadas de 1930 a 1940. E pode ser entendido em dois processos de extrema importância no que tange sua gênese, o primeiro deles é o redimensionamento do Estado produto da fase monopolista do capitalismo, a qual as suas funções se correlacionavam entre políticas e econômicas. Segundo Forti (2003) tem-se:

[...] a evidência da(s) política(s) como elemento funcional, estratégico da ordem monopolista, por constituir(em) a resposta necessária aos interesses da burguesia e à consequente necessidade de legitimação do Estado burguês face as “novas” configurações

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

dos conflitos de classe, suscitados por essa ordem do capital e pela conseqüente conformação política dos movimentos operários – mecanismo tomado como eficiente para aplacar os conflitos que ameaçam pôr em xeque a ordem societária estabelecida, ou seja, os antagonismos da relação capital/trabalho, objetivados nas múltiplas e tipificadas expressões da “questão social[...]” (FORTI, 2013, p. 51)

O segundo aspecto foi à busca pela hegemonia católica atravessada por um processo de recuperação da igreja Católica que passava por uma série de mudanças estruturais e sofria com o avanço do protestantismo culminando na perda de poder e força no âmbito político. Portanto a Ação Católica Brasileira na tentativa de reforma social buscava recuperar o prestígio da Igreja Católica, o Serviço Social era uma estratégia para tal. Iamamoto (2013) compartilha que:

[...] Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no “mundo temporal”, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa[...] (IAMAMOTO, 2013, p. 18).

Mediante o adensamento das dessemelhanças oriundas do sistema econômico capitalista, houve um avanço nas demandas profissionais do (a/e) Assistente Social, que deixou de ser mero executor de Políticas Sociais para também atuar na efetivação e criação das mesmas, a Lei 8662/93 que regulariza o Serviço Social como profissão preconiza em seu artigo 5º, inciso I: **Art. 5º** Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social. No cenário atual de mobilizações sociais por meio de diversos movimentos têm-se buscado melhores condições de vida. No entanto para além de criar mecanismos de combate às desigualdades sociais para a população em situação de extrema vulnerabilidade, o Brasil devido a sua formação sócio histórica tem especificidades que devem ser reparadas em caráter de urgência, a Lei de Cotas Raciais¹⁷³ é uma política ainda insuficiente, mas eficiente no quesito reparo.

A lei de cotas comparada a outras de combate à desigualdade é muito recente e carrega muitos estigmas e inverdades devido sua tenra idade. Entender a política de cotas raciais como uma forma de reparar danos causados pelo período escravocrata do Brasil não é de simples aceitação. Apesar de a população negra ser a maior que a de

¹⁷³Referência a Lei nº.12.711, de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre a inserção em Universidades Federais, Instituições Estaduais e ensino técnico de nível médio.

não negros segundo o censo do IBGE 2018, ocupando 56% do território nacional é também o contingente que mais é aviltado de seus direitos. O Brasil pelo seu histórico de mais de trezentos anos de escravidão caminha em passos lentos no que diz respeito às tratativas do racismo no que diz respeito à população afro-brasileira. A temática de raça e etnia embora existente no país desde os primórdios de sua constituição de fato não é consideravelmente assimilada ou questionada pela minoria branca, que em grande parte dos casos enxerga a política de cotas como um privilegio ou injustiça aos demais brasileiros.

Aproximar-se da questão racial é uma emergência ao Serviço Social, tendo em vista que a maioria das (os/es) usuárias (os/es) da Política de Assistência é parte do grupo de pretos (as/es) ou pardos (as/es). Que significa que o caráter diagnóstico a qual a população negra se estabelece no Brasil. Apesar de mais de cem anos de abolição da escravatura os (as/es) negros ainda ocupam a posição de inferioridade herdada da escravidão.

2- Relações Sociais e raciais no Brasil: herança inglória

Desde a captura na África até a chegada dos navios no Brasil, os negros (as) sofreram a mais perversa desumanidade que a escravidão podia gerar. O Brasil não se edificaria sem os negros (as/es), não se entende o país se este dado não for levado em conta. É preciso ir além da realidade aparente, guiar-se pelos aspectos econômicos, teóricos e práticos. São estes elementos que determinam as relações organicamente e heterônomas da sociedade (Silva ,p.14. 2017).

Em sociedades como o Brasil com vagaroso histórico de escravidão o racismo e raça estão intrinsicamente adstritos, justificando para a sociedade que o fenótipo desses indivíduos determina características morais, comportamentais e intelectuais. Ao serem extirpados da África negros e negras (es) viajavam por cento e vinte dias, nas primeiras embarcações em situações horríveis, desumanas (pois realmente acreditavam que não os eram), de cócoras ou deitados sob dejetos, vômitos e urina. Muitos morreram de doenças que se alastravam feito epidemias, desvanecidos eram lançados vivos no mar para que não houvesse contaminação com o resto da “carga”.

A maioria dos negros capturados eram prisioneiros de conflitos tribais e eram vendidos para portugueses, espanhóis, franceses e ingleses. A idade média dos negros

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

expropriados do continente africano variava de doze a quinze anos, ao se recuperarem da viagem eram expostos como mercadorias nas lojas dos comerciantes de escravistas, amarrados uns aos outros como animais selvagens que acabara de serem capturados. Apáticos desde a África foram desnaturalizados destribalizados separados dos parentes. Aportando no Brasil como animais pacíficos, martirizados que só reagiam em resposta ao açoite que constantemente eram apresentados. Não tinham tempo de criar bases de revolta, após chegarem viviam em média sete anos, devido às péssimas condições de trabalho e existência que lhes eram concebidas.

[...] tudo foi sangue e chibata, sempre. Jogado nas senzalas imundas. Dormindo no chão ou arranjando-se em cima de folhas, trabalhando de 14 a 18 horas por dia, indo ao tronco pelas menores faltas, a vida dos escravos é uma crônica de crueldades, a que não faltam as manifestações sádicas dos seus senhores e sinhozinhos.[...] (O negro no Brasil, Júlio José Chiavenato, p.107).

As condições de trabalho sempre foram ruins e piorava quando a comercialização do café, açúcar ou algodão estavam em alta, eram bastante exigidos e pouco ou nada garantidos. A desestruturação foi um meio de controlar e anular o negro que perderam o contato com suas tribos, seus costumes, famílias além de serem privados da comunicação por estarem com negros de outras nações e por não compreenderem o português. Seus valores foram naufragados, sem condições de sobrevivência em um meio tão bulhento, impossibilitando de organizar-se e com prazo de vida útil, limitado ao racismo escravista o negro africano não passava de um rude, bronco. O regime escravocrata no Brasil cunhou marcas profundas na população descendente, e o sistema capitalista aliado à crise contemporânea do capital tem cada vez mais afunilado as relações de poder entre negros e não negros.

Torna-se indispensável dar seguimento a construção de pensamentos críticos dentro do Serviço Social sabido que tal situação é possível de ser vivenciada pelo Assistente Social e que este deverá buscar minimamente fazer o alinhamento ao movimento dialético da realidade. São múltiplas as expressões da Questão Social e o racismo a discriminação racial são partes dela. Segundo Guerra existem diversas formas de manifestação e expressões da desigualdade em que o (a) Assistente Social:

[...] lida com múltiplas expressões das relações sociais da vida cotidiana, o que permite dispôr de um acervo privilegiado de dados e informações sobre várias formas de manifestação das desigualdades e da exclusão social em sua vivência pelos sujeitos, de modo que ele é facultado conhecer a realidade de maneira direta: a partir da intervenção na realidade, das investigações que realiza, visando responder esta realidade[...] (GUERRA, 2009, p.712).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

A discriminação racial pode ser evidenciada por todos (as) os (as) profissionais envolvidas no processo assim como pode ser cometida por ele (a) nesse sentido é necessário que o debate das questões étnicas em sua totalidade seja pauta recorrente da categoria para a plena solidificação do Projeto Ético Político Profissional e a garantia de direitos desse contingente social. Neste contexto, destaca-se a importância desse estudo para o Serviço Social enquanto categoria profissional para o conhecimento não apenas da questão racial intrínseca de nossa sociedade. Enfim “um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir das demandas emergentes no cotidiano” (Iamamoto, 1999.p.57).

[...] A sociedade capitalista transforma o significado de raça como dimensão adscritiva dentro de um sistema de estratificação e mobilidade social em que a competição e atributos adquiridos são enfatizados. A sociedade capitalista de classe confere uma nova função ao preconceito e discriminação raciais: as práticas racistas, sejam ou não legalmente sancionadas, tendem a desqualificar os não brancos da competição pelas posições mais almejadas que resultam do desenvolvimento capitalista e da diferenciação da estrutura de classes[...] (HASENBALG, 2006, apud HASENBALG, 1979, p. 77).

Somados os 80 anos do Serviço Social no Brasil acentua a significância do (a/e) Assistente Social na mediação de conflitos gerados pelas expressões da Questão Social repensar sobre o seu fazer profissional no sentido de amenizar o sofrimento de seus (as) usuários (as), por meio da formação continuada, principalmente no que tange a população negra que cotidianamente tem seus direitos violados. Fica tácito que o compromisso em se discutir os desdobramentos da questão racial por parte da categoria deve ser iniciada ainda nos primeiros anos de graduação. A formação profissional do (a) Assistente Social deve assumir um compromisso ético para com a temática. É obrigação das instituições de ensino apregoar o debate racial em seus planos didáticos pedagógicos bem como orienta as Diretrizes Curriculares do Serviço Social. Fazendo deste não uma obrigação curricular, mas assumindo um compromisso ético e político estabelecendo a relação de equidade.

3- Serviço Social e Formação Profissional: aliança ou conciliação? Algumas considerações

As vulnerabilidades sociais enfrentadas pela população negra brasileira são históricas bem como seu passado de negligências e omissões. Para os (as/es) negros libertos fora negado tudo do alimento a dignidade. A escassez de Políticas Sociais desde

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

a abolição formal e documentada permitiu e permite que os (as/es) negros do Brasil continuem as margens da sociedade que ajudaram a construir. Permeia no Serviço Social brasileiro certo descaso com a questão étnico racial. Ainda que o Código de Ética do (a) Assistente Social apregoe não compactuar com nenhuma forma de preconceito; respeito à diversidade e ao exercício profissional sem discriminar ou ser discriminado inclusive no que tange a temática étnica racial.

[...] XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (Código de Ética do (a) Assistente Social *Aprovado em 13 de Março de 1993 Com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11). [...]

O Serviço Social lê questões étnicas raciais como ações isoladas de militância política-ideológica executada por um determinado contingente de profissionais, o que dificulta a compreensão e a leitura franca na perspectiva profissional em se inclinar em responder as demandas sociais dos (as/es) negros sob uma ótica societária. A ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) entende a temática racial como um dado de extrema relevância a profissão no sentido de contextualizar a prática profissional as demandas de sua população usuária. Apesar da morosidade do processo em se entender a questão racial como também fundante as bases do Serviço Social esforços têm sido feitos dentre eles foi o de implementar nas Diretrizes Curriculares do curso (2002) que descreve o perfil dos bacharéis em Serviço Social da seguinte maneira:

[...] Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. [...] (Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, 2002).

Nesse contexto são criados mecanismos de combate a várias formas de opressão Grupos de Trabalhos e estudos passou a pautar a temática racial. O ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social) de 2014 indicou ao menos a inclusão de um eixo curricular obrigatório na formação dos (as) futuros Assistentes Sociais ainda no processo de graduação. O amadurecimento da questão tão cara ao Serviço Social parte da premissa que a questão social é permeada por outros condicionais que não apenas a classe como já exposto em linhas supracitadas a população negra no Brasil tem uma especificidade social diretamente ligada à sua cor o que interfere diretamente em sua ascensão social. Ao Serviço Social fica evidente que:

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

[...] A inclusão, nos conteúdos curriculares obrigatórios, do debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça, sexualidade e geração de forma correlacional e transversal. A realização de, no mínimo, uma disciplina que tematize o Serviço Social e as relações de exploração/opressão de sexo/ gênero, raça/etnia, geração e sexualidades, preferencialmente, antes da inserção da(o) estudante no campo de estágio. Aqui, ressaltamos, ainda, as Leis nos 10. 639/03 e 11.645/2008, assim como a Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação(CNE/MEC), no que diz respeito à incorporação obrigatória do tema sobre relações étnico raciais nos currículos. (ABEPSS).[...]Disponível em:<<http://www.abepss.org.br/noticias/apresentacao-graduacao-15>>. Acesso em: 03/06/2022).

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) organizou em 2016 cartilhas tematizadas “Assistentes Sociais no Combate ao Preconceito” que abarcou uma series de discriminações tais como: o racismo, a xenofobia, a transfobia entre outros, contudo este movimento precisa virar rotina no seio da profissão e não apenas campanhas. O Serviço Social nunca assistiu passivamente os movimentos complexos da realidade e precisa se fazer resistência também para a diversidade.

Em tempos de barbárie impostas pelo capital manter-se na luta é imperativo, ser resistência em tempos de retrocesso é fardo pesado demais para aqueles que carregam na pele cor e a marca. A conjuntura atual exige luta, coletiva e radical a categoria profissional deve ser letrada na base, a formação profissional tem compromisso ético, político e profissional no enfrentamento ao racismo e suas expressões para que possamos galgar uma nova ordem societária que anseie emancipação e plenos direitos. Os desafios a serem enfrentados são muitos, no âmbito da formação profissional, graduação e da pós graduação e exercício profissional.

As articulações entre as lutas sociais devem ser travadas entre os sujeitos sociais coletivos, docentes, discentes, pesquisadores, trabalhadores do SUAS, servidores públicos, população assistida, classe trabalhadora, supervisoras (es) de campo, movimentos sociais, sindicais e populares. Sendo assim a luta e a defesa dos direitos sociais é o horizonte ainda que distante, só se supera as opressões quando se vislumbra projetos de emancipação humana.

4- REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro:Abepss,1996.BRASIL, Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

BRASIL. **Lei nº.12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre a inserção em Universidades Federais, Instituições Estaduais e ensino técnico de nível médio.

CFESS. **Conselho Federal de Serviço Social.** Resolução nº 273/93, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências.

CFESS (Org.) **Assistentes sociais no Brasil:** elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em: 03/06/2020.

CHIVIANATO, José Júlio. **O negro no Brasil** -1.ed- São Paulo: Cortez editora, 2012.

FORTI, Valéria. **Ética, crime e loucura:** reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional.** In CFESS/ ABEPSS: Serviço Social, direitos, competências profissionais. Brasília, 2009.

HASENBALG, Carlos, SILVA DO VALE, Nelson, Lima, Márcia. **Cor e estratificação social.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade;** trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

RESOLUÇÃO nº 15, **Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social** de 13 de março de 2002.

SILVA, Tahina Tátilla. **Discriminação Racial no processo de adoção de crianças negras.** Trabalho de Conclusão de Curso- UNESP-Franca-SP. (2017).

SILVA, Tahina Tátilla da. **Adoção de Crianças negras: Paradigmas e Identidades.** Dissertação de mestrado. UNESP-Franca. 2020.

SÉRIE: **Assistente Social no combate ao preconceito.** Brasília: CFESS, 2016.

“Ó, VIDA FUTURA! NÓS TE CRIAREMOS”: 50 anos do Serviço Social na UFMT¹⁷⁴

JosileyCarrijo Rafael¹⁷⁵

Resumo: O presente artigo apresenta dados da pesquisa intitulada: “Formação Profissional em Serviço Social na UFMT: História e Direção Político-Pedagógica”, que buscou inventariar os avanços e desafios presentes nos 50 anos do curso de Serviço Social. O conteúdo aqui apresentado, versa sobre os projetos pedagógicos que marcaram esse percurso, com ênfase nos fundamentos e características da formação.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; UFMT.

Abstract: This article presents data from the research entitled: “Professional Training in Social Work at UFMT: History and Political-Pedagogical Direction”, which sought to inventory the advances and challenges present in the 50 year of the Social Work course. The content presented here deals with the pedagogical projects that marked this path, with emphasis on the foundation and characteristics of training.

Keywords: Social Work; Professional Qualification; UFMT.

1- INTRODUÇÃO

A comemoração dos 50 anos do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no ano de 2020, foi atravessada por um contexto completamente adverso, rebatendo duramente na profissão, nas políticas sociais e na educação pública como um todo. O mundo estava afundado nas consequências visíveis e inimagináveis da pandemia de Covid-19, cujo desastrosos saldo ainda não é possível de mensurar.

A pandemia não é fato isolado, no Brasil os escândalos e medidas do Governo Bolsonaro já escancarava nossa decadência política numa crise econômica, social e

¹⁷⁴ A frase entre aspas foi extraída do poema *Mundo Grande*, de Carlos Drummond de Andrade.

¹⁷⁵ Assistente Social; Mestre em Educação pela UFMT; Doutor em Serviço Social pela UFRJ; Docente no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFMT. Eixo Temático: Ofensiva ultraconservadora e resistências: Formação e Trabalho profissional. E-mail: josileyrafael@yahoo.com.br

institucional sem precedentes. Tais acontecimentos não podem ser escamoteados dos registros e memórias do cinquentenário da UFMT e do curso de Serviço Social, afinal, o curso e toda a Universidade são gestados no contexto da Ditadura Militar, especificamente no contexto social, econômico e político dos anos 1970, sob as marcas do Ato Institucional (AI) número 5. Vejamos, se o nascimento está marcado pelo sangue dos anos de chumbo, o cinquentenário ironicamente também recebe as digitais do autoritarismo e truculência dos tempos do chamado bolsonarismo.

A pesquisa realizada buscou suprir a carência de sistematização dos dados históricos que marcam essa trajetória, com a complexa tarefa de transcender a uma mera análise endógena do referido curso e sua localidade geográfica, para somar ao que Netto (2016) defende ao provocar sobre a necessidade de “uma história nova do Serviço Social no Brasil”, sem capitulações, e que, extrapole os “estudos históricos localizados/particulares”. A pesquisa documental e bibliográfica aqui apresentada, expõe os dados relacionados as características e especificidades dos projetos pedagógicos que orientaram a formação em Serviço Social no primeiro e único curso público e gratuito do Estado de Mato Grosso.

2- SERVIÇO SOCIAL NA UFMT E OS PROJETOS DE FORMAÇÃO: precedentes históricos e transições curriculares

A UFMT foi criada em 1970, quando a capital do estado, a cidade de Cuiabá, já datava 250 anos do seu surgimento. A junção da Faculdade de Direito com o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá se constitui como acontecimento determinante para o surgimento da primeira Universidade de Mato Grosso. Criado no compasso dessa junção, através da Resolução nº 18 de 09/03/1970, o curso de Serviço Social apresentou, em sua primeira estrutura curricular, um leque de disciplinas que comprovaram seu alinhamento com o movimento que o Serviço Social expressava nacionalmente, ou seja, uma estrutura afinada com o que Netto (2005) denomina como “perspectiva modernizadora”. Em linhas gerais, o curso surgiu a partir das necessidades sociais de Mato Grosso, reflexo de um processo acelerado de urbanização da capital, a partir da segunda metade do século XX. Dado a própria estrutura curricular, entendemos que as respostas buscadas e apresentadas para as necessidades demandadas giravam em torno da coerção estatal, sob a égide do coronelismo, típico da formação política do estado.

Cabe localizar que o curso de Serviço Social da UFMT surge não só no lapso histórico de vigência da autocracia burguesa, mas também no período dos

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

desdobramentos do “Movimento de Reconceituação”, que teve seu ponto de partida no I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado na capital gaúcha, em maio de 1965. A questão central da reconceituação estava atrelada “a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento”, colocando em xeque o Serviço Social “tradicional”. No Brasil, o caldo das problematizações culminou na complexa “renovação do Serviço Social”, definida por Netto (2005, p. 131) como o rearranjo das tradições da profissão por meio de investimento nas tendências do pensamento social contemporâneo, “como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais”.

A pesquisa de Medeiros (1984) sobre a criação do curso de Serviço Social na UFMT, apresenta o processo de urbanização e desenvolvimento de Cuiabá articulado com as relações sociais dominantes que marcam a transição dos anos 1960 para 1970 em Mato Grosso. Para compreensão do processo histórico de criação e desenvolvimento do curso de Serviço Social na UFMT, soma-se a esse estudo, a pesquisa realizada por Santos (1994), que analisou o processo de revisão curricular que se desencadeou durante os anos 1980 no curso de Serviço Social da UFMT. Revisão que foi impulsionada pelo debate nacional capitaneado pela então Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), em torno da elaboração do novo currículo para formação em Serviço Social, que culminou no emblemático Currículo Mínimo de 1982. Recentemente, a pesquisa realizada por Rafael (2020), contribuiu com a sistematização histórica dos 50 anos de curso de Serviço Social, concomitantemente comemorado com o cinquentenário da UFMT.

Ao socializar os dados da pesquisa, Rafael (2020) apresenta um quadro documental dos 50 anos do Departamento de Serviço Social da UFMT, sustentado pelos projetos que orientaram o processo de formação, ou seja, os projetos pedagógicos que marcaram a direção social e política no cinquentenário do curso. Nesse percurso identificamos:

Quadro A – Projetos Pedagógicos

DOCUMENTO	VIGÊNCIA	CARGA HORÁRIA
Estrutura Curricular do Serviço Social	1970 a 1985	2980
Projeto de Formação Profissional do Assistente Social na UFMT (PFP-1985)	1985 a 1997	3300
Projeto Político Pedagógico (PPP-1997)	1997 a 2007	3090

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPP-2007)	2007 a 2010	3705
Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social (PPC-2010)	2011 – vigente	3204

Fonte: Rafael (2020).

Identificamos que o curso não foi criado e implementado através das orientações de um Projeto de Formação, mas sim de uma Estrutura Curricular, que foi revista pontualmente em alguns momentos de sua execução. Essa Estrutura, sustentava-se na tríade metodológica do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, distribuídas em 9 (nove) disciplinas, sendo 3 (três) unidades/semestres para cada. Esse currículo teve como referência as Estruturas Curriculares das Escolas do Rio de Janeiro na época, especificamente os cursos sediados hoje na Universidade Federal Fluminense (UFF-Niterói), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). As professoras que atuaram na criação do curso em Cuiabá entraram em contato com a então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) e foram convidadas pela presidente, Maria Amália Arroz, a participarem de um encontro sobre o currículo mínimo do Serviço Social, promovido pela entidade na Faculdade Fluminense de Serviço Social (MEDEIROS, 1984, p.57).

Apesar da condição periférica de Cuiabá, a criação e desenvolvimento do curso de Serviço Social na UFMT se deu de maneira afinada com as discussões que se processavam nas entidades da profissão.

As inquietações do corpo docente na época culminaram na revisão da grade curricular em 1972, tomando como maior referência o “Currículo Pleno da PUC-RJ, por se considerar o mais completo” (MEDEIROS, 1984, p.73). Nessa reformulação não foi alterado o núcleo duro da proposta de 1970, “a reformulação curricular se fez, primordialmente, para atender às exigências do sistema de crédito”. A forte marca psicologizante continuava imperando na nova grade. Em 1974 o currículo de 1970 passa por outra readequação, com objetivo de atender a política nacional de regionalização das Universidades, o Departamento de Serviço Social da UFMT define a necessidade de formação de um “assistente social amazônico”, na direção do perfil definido pela UFMT enquanto Universidade da Selva (UNISELVA).

A virada dos anos 1970 para 1980 foi marcada pela abertura política, nesse processo temos a possibilidade de revisão do currículo de formação profissional, realizado pela ABESS, com destaque para as Convenções Nacionais. O Currículo Mínimo foi aprovado em 1982 e sancionado pelo então Conselho Federal de Educação.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Em Mato Grosso, as inquietações do corpo docente da UFMT com o seu currículo se espalhavam para os cursos de formação de supervisão de estágio, nas ações de extensão e nas consultorias que eram buscadas junto aos profissionais e intelectuais dos grandes centros. Nesse período, docentes afastados/as para cursar o Mestrado retornam para o Departamento de Serviço Social e trazem consigo a experiência acumulada, já dispondo de material bibliográfico em contraposição ao Serviço Social “tradicional”. A soma desses elementos culminou na elaboração e aprovação do “Projeto de Formação Profissional do Assistente Social na UFMT”, de 1985 (PFP-1985). O percurso de elaboração e implantação desse Projeto, foram analisados por Santos (1994, p. 68), que avalia existir “um certo descompasso entre as questões que permeavam as discussões da categoria, a nível nacional, e as questões que moviam os docentes do curso de Serviço Social da UFMT”.

Santos (1994, p.77) apresenta que o processo de revisão curricular na UFMT se processou alinhada com as orientações da ABESS. Criou-se uma “comissão de currículo” composta por professores/as e alunos/as que posteriormente se desdobrou em outras duas subcomissões, uma que elaborou o “Ante-Projeto de Formação Profissional do Curso de Serviço Social da UFMT”, a outra que produziu o documento “Estruturação da Prática Curricular – Proposta para o Ante-Projeto do Novo Currículo Pleno do Curso de Serviço Social da UFMT”. A elaboração do Projeto de Formação foi marcada por inúmeras reuniões, debates e contribuições de inúmeras assessoras, nomes como Nobuko Kameyama, Alba Maria Pinho de Carvalho, Marilda Yamamoto, Carmelita Yazbek, Rosângela Batistoni, dentre tantas outras.

O PFP-1985 eliminou da estrutura curricular a tríade caso, grupo e comunidade, após 15 anos de vigência na UFMT. Assim, o diferencial do PFP-1985 se expressava na centralidade das disciplinas: História do Serviço Social; Teoria do Serviço Social I, II, III e IV; Metodologia do Serviço Social I, II, III e IV. Com enfoque no neotomismo, positivismo, fenomenologia e centralidade no marxismo.

O PFP-1985 adentrou a década de 1990 levando consigo velhas e renovadas inquietações e contradições em relação ao processo de formação na UFMT. A participação de quadros do corpo docente nas entidades representativas da categoria, período de transição da nomenclatura ABESS para ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, a renovação e qualificação do corpo docente, o estreitamento da profissão com os clássicos da tradição marxista, potencializaram o reconhecimento da necessidade de reformulação do PFP-1985. Esse exercício é cumprido parcialmente, pois não identificamos no PPP-1997 um esboço fidedigno aos

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

apontamentos da ABEPSS, ou seja, aos princípios e objetivos previstos nas Diretrizes Curriculares (DC) de 1996.

As Diretrizes Curriculares de 1996, se constituem na unidade entre os núcleos de fundamentação da formação, distribuídos assim: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológico da Vida Social; Núcleo dos Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade brasileira; Núcleo dos Fundamentos do Trabalho Profissional. Temos então, no Código de Ética de 1993 e nas DC da ABEPSS, juntamente com a Lei nº 8.662/93, de Regulamentação da profissão, os grandes alicerces do que denominamos como Projeto Ético-Político Profissional (PEPP).

A virada para o século XXI foi marcada pelo adensamento do debate nacional e local em torno da implementação das DC, que em 2002 foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, com substancial esvaziamento do conteúdo proposto pela ABEPSS em 1996. Na UFMT, algumas propostas foram esboçadas propondo a reformulação do PPP-1997, porém, nenhuma tentativa culminou na revisão geral, o que se processou foram alterações pontuais e adaptações que tentavam contemplar alguma especificidade das DC.

Somente em 2007, após muitas reuniões, debates, assembleias, inúmeras revisões, tramitações e apreciações em várias instâncias, é aprovado o PPP-2007, atendendo integralmente as DC da ABEPSS.

[...] esse novo projeto tem como desafio abrir trincheiras numa guerra do capital contra o trabalho, do Estado contra a sociedade, fortalecendo dessa maneira a direção social que vimos construindo desde os anos 80 e está impressa no nosso projeto ético-político: formar profissionais em consonância com a realidade social, sem perder de vistas que somente em condições objetivas pode-se mudar o rumo da história, mas que são sujeitos da história todos os homens e mulheres que desejam uma nova ordem social mais humana, mais justa e mais igualitária. Por conseguinte, com garantias de democracia, cidadania e direitos sociais (UFMT, 2007, p.7).

A implementação do PPP-2007 ocorreu num Departamento renovado e qualificado, com professores/as egressos/as de doutorados em Serviço Social e outras áreas, nos programas de pós-graduação mais conceituados do Brasil. É no cenário político da conciliação de classes gerida pelo governo do PT, que pela primeira vez as dissociações entre história, teoria e metodologia estavam eliminadas na concepção e na estrutura curricular do curso de Serviço Social da UFMT, promovido pela adesão ao formato das disciplinas supostamente agregadoras: Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológico (FHTM) do Serviço Social I, II e III. A implementação dos núcleos de fundamentação possibilitou uma melhor compreensão sobre o significado e

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

complementariedade das disciplinas que se distribuem entre eles. A centralidade do trabalho e da questão social se manifestou não somente na forma de disciplinas e ementas, mas na transversalidade que esses conceitos/categorias passaram a ocupar no PPP-2007.

A reformulação também promoveu a implantação de uma Política de Pesquisa e Extensão, assim como o Regulamento de Estágio, que dentre outros elementos definia as atribuições do/a estagiário/a, da supervisão acadêmica e supervisão de campo. O Departamento optou pela dissolução dos núcleos temáticos de pesquisas que haviam sido criados na década de 1990, e definiu duas linhas de pesquisas, em consonância com o projeto de criação do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS).

Em 2010 o PPP-2007 foi revisado e aprovado (implementado em 2011), com objetivo de reparar as lacunas em relação à carga horária, que extrapolava os 100 dias letivos estabelecidos pelo MEC, dado a carga horária de 75 horas das disciplinas. Com isso, foi elaborado o PPC-2010 que propõe a supressão e acréscimos de algumas disciplinas, reformulação de ementas e atualização das bibliografias. Essa reformulação suprimiu um total de 501 horas, na comparação entre o PPC-2010 e o PPP-2007, parte da carga horária eliminada era das disciplinas de Seminário de Práticas do Estágio Supervisionado, espaço que era destinado para a realização da supervisão acadêmica. Temos nesse ponto, um retrocesso político-pedagógico que vai na contramão das DC e da Política Nacional de Estágio (PNE) elaborada e aprovada em 2009 pela ABEPSS.

O PPC-2010 esteve sob vigência até o ingresso dos/as estudantes do ano de 2022, seu processo de implementação articulado ao seu constante monitoramento possibilitou ao corpo docente, Colegiado de Curso e ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), acumularem durante toda a década o conjunto de elementos que exigem revisão e/ou substituição, no sentido de garantir uma formação radicalmente crítica, de qualidade e antenada com o movimento da história e particularmente da profissão. Assim, o Departamento de Serviço Social da UFMT reitera seu compromisso com o Projeto Ético-Político Profissional hegemônico, tendo como suporte a ontologia do ser social.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos reportarmos e analisarmos o denso arcabouço histórico, documental e humano do Departamento de Serviço Social abrimos uma vasta possibilidade de estudos, pesquisas e demandas para implementação de projetos de extensão, que venham somar com as lacunas que reconhecemos existir em nossos esforços de pesquisa. O

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Departamento de Serviço Social da UFMT possui um vasto acervo documental, pouco explorado no âmbito de pesquisas que objetivam apresentar dados sobre o processo histórico, que carecem de digitalização e manipulação cuidadosa, no sentido de construirmos um banco de dados que sirva para os/as pesquisadores/as do quadro docente e para todos/as aqueles virão.

Mesmo reconhecendo as lacunas e necessidades de maiores investimentos, não nos esquivamos em reconhecer a riqueza que identificamos e analisamos nesse recorte de pesquisa, ainda que a particularidade requisite mediações para atingirmos o que nos propusemos a construir, rumo a uma “história nova do Serviço Social”. O acesso e análise à/da documentação apresentada no presente artigo, nos possibilitou identificarmos como a profissão se movimentou na especificidade do espaço formativo mato-grossense, os fundamentos que subsidiaram os diferentes momentos, mostram como o Departamento de Serviço Social também expressam as diferentes perspectivas que atravessaram a reconceitualização do Serviço Social brasileiro, quais seja, perspectiva modernizadora, perspectiva de reatualização conservadora e perspectiva de intenção de ruptura.

Em junho de 2022, o Departamento de Serviço Social aprovou o Projeto Pedagógico de Curso, com intuito de implementá-lo a partir do primeiro período letivo de 2023. O mesmo, deverá ser apreciado e aprovado pelas instâncias superiores, dentre elas a equipe revisora e técnica da Pró-Reitoria de Graduação (PROEG), que aponta sugestões e as correções a serem incorporadas. Nesse movimento, caberá ao Departamento de Serviço Social, criar estratégias para o processo de implementação da curricularização da extensão, tarefa imposta pelo MEC para todos os cursos de graduação. A implementação da extensão não pode ser tratada como mero fortalecimento da extensão, mas como ameaça para as questões de gerenciamento de encargos, no sentido de desabonar necessidade de contratação de corpo docente e consequentemente reduzir as vagas nos Departamentos e Faculdades.

Inúmeros são os desafios, assim como é potente nossa resistência ao tentarmos não ceder espaço para o retrocesso e para o conservadorismo, que parece avançar na velocidade da luz. A riqueza dessa história, analisada aqui pelas brechas possíveis e impostas pelas delimitações normativas, é compreendida como a soma de esforços de várias gerações, de diferentes posições, raças, orientações sexuais e setores da classe trabalhadora, que teceram arduamente essa trajetória. Ainda que, as discordâncias no âmbito dos fundamentos teóricos e posições políticas existam e precisam ser apontadas, entendemos que somente conhecendo de forma aprofundada o que rechaçamos no atual

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

estágio da profissão e da sociabilidade burguesa, é que poderemos criar anticorpos contra os ventos do Serviço Social “tradicional” e conservador que ronda nossas vidas e atravessa igualmente as diferentes gerações, sujeitos individuais e coletivos que construíram os 50 anos de curso de Serviço Social na Universidade Federal de Mato Grosso.

4- REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.)**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABESS/CEDEPSS. Caderno ABESS. N. 07. **Caderno Especial: Formação Profissional: trajetórias e desafios**. Cortez: São Paulo, 1997.

MEDEIROS, Maria Socorro Lopes. **A História De Ensino Do Serviço Social Em Cuiabá: De 1970 à 1982**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1984.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira. **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

RAFAEL, JosileyCarrijo. Frestas de um relicário: 50 anos do Serviço Social da UFMT e seu encontro com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. In: **Revista Temporalis**. Número 40. Volume 20. Brasília: ABEPSS, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/30944>

SANTOS, Tânia Maria Santana. **O processo de revisão curricular do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – Década de 1980**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

UFMT, Universidade Federal de Mato Grosso. **Projeto de Formação Profissional do Assistente Social na UFMT**. Departamento de Serviço Social. Cuiabá: UFMT, 1985.

UFMT, Universidade Federal de Mato Grosso. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Departamento de Serviço Social. Cuiabá: UFMT, 2007.

UFMT, Universidade Federal de Mato Grosso. **Projeto Pedagógico de Curso de Serviço Social**. Departamento de Serviço Social. Cuiabá: UFMT, 2010.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social:
resistências e articulações internacionais



EIXO TEMÁTICO 6

**Internacionalização do Serviço Social:
as articulações contemporâneas
na formação e trabalho profissional**

SERVIÇO SOCIAL E PANDEMIA DA COVID-19: contribuições de pesquisa internacional

Marina Monteiro de Castro e Castro¹⁷⁶

Sónia Mafalda Pereira Ribeiro¹⁷⁷

Resumo: O presente artigo trata de relato de articulação de pesquisa internacional referente ao trabalho dos supervisores de campo de estágio durante a pandemia da Covid-19 no Brasil e em Portugal. Apresenta a interlocução entre duas Instituições de ensino que ofertam o Curso de Serviço Social para o desenvolvimento da pesquisa e os seus resultados preliminares que apontam que, apesar das diferenças entre as formações sócio-históricas dos países, a pandemia interferiu diretamente no trabalho profissional.

Palavras-Chave: Pandemia, estágio, pesquisa, internacionalização

Abstract: This article deals with an international research articulation report regarding the work of internship field supervisors during the Covid-19 pandemic in Brazil and Portugal. It presents the dialogue between two educational institutions that offer the Social Work Course for the development of research and its preliminary results that point out that, despite the differences between the socio-historical formations of the countries, the pandemic directly interfered with professional work.

Keywords: Pandemic, internship, research, internationalization

1- INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19, iniciada em 2020, atingiu severamente diversos países trazendo impactos à organização das políticas sociais e ao mundo do trabalho. Nesse processo, o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, também sofreu conseqüências no que tange a reorganização da sua atuação,

¹⁷⁶ Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (graduação e pós-graduação). Email: marinamcastro@gmail.com. Eixo: Internacionalização do Serviço Social: as articulações contemporâneas na formação e trabalho profissional

¹⁷⁷ Doutora em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa e mestre em Família e Sistemas Sociais, pelo Instituto Superior Miguel Torga. Pós-Graduada em Proteção de Menores e em Economia Social pela Universidade de Coimbra. Licenciada em Serviço Social, pelo Instituto Superior Miguel Torga. Professora convidada na Licenciatura de Serviço Social da Universidade Lusófona do Porto. Coordenadora Geral na Santa Casa da Misericórdia de Vagos. Email: p4118@mso365.ulp.pt

demandas profissionais e impactos nos sujeitos profissionais enquanto trabalhadores, muitas vezes, na linha de frente do combate à pandemia. Dentre esses profissionais, encontram-se os/as assistentes sociais supervisores/orientadores de campo de estágio.

Nesse sentido, avançando nas interlocuções de pesquisa internacional da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) com a Universidade Lusófona do Porto (ULP), apreendemos como fundamental analisar os impactos da pandemia nos assistentes sociais supervisores de estágio das duas Instituições, realizando um estudo comparativo¹⁷⁸, na medida em que há particularidades das formações sócio-históricas dos dois países que interferem diretamente na conformação do trabalho profissional. Os Cursos de Serviço Social das duas Instituições vem nos últimos anos desenvolvendo articulações e colaborações e a proposição desta pesquisa é fruto desse processo que vem sendo construído.

Ressaltamos que essa interlocução parte de uma perspectiva de que

A internacionalização não pode ser um fim em si mesmo, e a recuperação das relações estabelecidas entre o Serviço Social brasileiro e português revela uma rica e profícua relação internacional no campo da formação e da qualificação. O que não significou e nem significa homogeneidade de pensamentos e perspectivas teóricas, mas a construção de projetos comuns que, por sua vez, expressam a particularidade da profissão em cada realidade, a possibilidade de diálogos (MARTINS, CARRARA, 2014, p.223).

Neste artigo, sinalizamos o estágio como componente essencial na formação de assistentes sociais e, por isso, entender a atuação no contexto da pandemia e as consequências desse processo se tornam essencial para qualificar a formação profissional nos dois países.

Assim, apresentamos a experiência de construção desse projeto de pesquisa no âmbito das estratégias de internacionalização da profissão e indicamos os resultados preliminares do estudo.

2- DESENVOLVIMENTO

A pandemia da Covid-19 assolou o mundo em 2020, momento em que a Organização Mundial da Saúde (OMS), declarou a emergência de saúde pública internacional (OMS, 2020).

O alto grau de transmissão do vírus e a mundialização capitalista, interferiram diretamente na velocidade em que os diversos países foram acometidos e tiveram que se

¹⁷⁸ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética da UFJF sob o número 48388821.4.0000.5147.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

reorganizar para contenção do vírus. Como nos afirma Davis (2020, p.12), a pandemia também nos demonstrou que “a globalização capitalista parece agora biologicamente insustentável na ausência de uma verdadeira infra-estrutura de saúde pública internacional”.

Harvey (2020) logo no início da pandemia, já nos sinalizava que os efeitos econômicos da pandemia seriam visíveis, acirrando os processos internos de cada país.

O efeito a longo prazo pode ser o de encurtar ou diversificar as cadeias de abastecimento, ao mesmo tempo em que se avança para formas de produção menos intensivas em mão-de-obra (com enormes implicações para o emprego) e uma maior dependência de sistemas de produção artificial-inteligentes. A ruptura das cadeias produtivas implica demissões ou corte de trabalhadores, o que diminui a procura final, enquanto a procura de matérias-primas diminui o consumo produtivo. Estes impactos sobre a procura teriam, por si só, produzido pelo menos uma ligeira recessão (HARVEY, 2020, p.19).

Os países que tratamos nesse artigo, Brasil e Portugal, possuem formações sócio-históricas diferenciadas, sendo o primeiro um país periférico, de capitalismo dependente, situado na América Latina; o segundo é um país situado na Europa com desenvolvimento sócio-econômico considerável.

Vimos, assim, em âmbito mundial, processos diferenciados do desenvolvimento e controle da pandemia. No segundo semestre de 2020:

enquanto a pandemia mostrava sinais de controle nos países do Norte, a situação se mostra cada vez mais preocupante na América Latina e África. (...) Associadas, as carências dos sistemas de saúde e as enormes desigualdades socioeconômicas e ambientais deixam transparecer um quadro de incertezas e prognósticos sombrios para tais regiões, que têm contado ainda com apoios e intervenções locais, somando orientações globais da OMS e regionais da OPAS e da WHO-AFRO (BUSS et al, p.55-56, 2020).

O Brasil possui uma população de mais de 214 milhões de habitantes (IBGE, 2022b) e uma extensão territorial de 8.510.345,540 km² (IBGE, 2022a); e Portugal, por sua vez, é um país com 10 milhões de habitantes e com extensão territorial de 92.212 km² (PORDATA, 2021).

As diferenças de conformação dos países como também das políticas de resposta à pandemia definidas por cada país, interferiram também nos dados referentes à pandemia. No Brasil, temos em julho de 2022, a contabilização de quase 33 milhões de contaminados e 700 mil mortes pela covid-19. Em Portugal os dados atingem 5 milhões de contaminações e 24.000 mortes.

Os dois países tiveram neste contexto da pandemia alteração na realidade social da população. No entanto, o Brasil teve o seu quadro extremamente agravado, tendo em 2022 11,9 milhões de desempregados e com quase 28 milhões de pessoas abaixo da

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

linha da pobreza (IBGE, 20022 c) e em Portugal, no primeiro trimestre de 2022, o país conta com 308 mil pessoas desempregadas (INE, 2022).

O trabalho do assistente social nos dois países possui particularidades postas a partir da trajetória da profissão, da sua institucionalização e de articulação de entidades organizativas (MARTINS; CARRRARA, 2014; CARVALHO; PINTO, 2015; SANTOS; MARTINS, 2016). Porém, a organização da supervisão de estágio se aproxima na medida em que o estágio é componente estratégico nos currículos formativos do Serviço Social, sendo os/as estudantes acompanhados por um supervisor/orientador assistente social vinculado à espaços sócio-ocupacionais e pelo supervisor/orientador acadêmico¹⁷⁹.

Conhecer a realidade do trabalho profissional é fundamental, na medida em que um dos desafios nos componentes do estágio

é a dimensão teórico-metodológica e pedagógica que orienta o diálogo entre os sujeitos envolvidos diretamente no processo de supervisão de estágio (os acadêmicos, os supervisores assistentes sociais dos campos de estágio e os supervisores professores) para avançarem em direção a propostas substantivas relacionadas ao projeto de qualificação teórica e técnico-política profissional (LEWGOY, 2013, p.77).

Dessa forma, no contexto da pandemia e avançando na articulação entre as Instituições de ensino, entendemos como uma contribuição importante o desenvolvimento de uma pesquisa comparativa identificando os principais pontos de aproximação e afastamento dos impactos da pandemia da COVID-19 na realidade de trabalho dos assistentes sociais supervisores de estágio em serviço social da UFJF e ULP.

Assim, construímos uma proposta de pesquisa qualitativa, uma vez que este tipo de abordagem partilha da premissa epistêmica de que o conhecimento é produzido numa interação dinâmica entre o sujeito e objeto, ocorrendo um vínculo inseparável entre o mundo objetivo e (inter) subjetivo dos sujeitos, e envolve a observação de situações reais e cotidianas, o trabalho na construção não estruturada dos dados, e a busca pelo significado de fatos, relações, práticas e fenômenos sociais de acordo com a percepção dos sujeitos pesquisados (DESLANDES & ASSIS, 2002).

Como instrumento de coleta de dados, realizamos entrevistas com assistentes sociais supervisores de estágio vinculados aos Cursos de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e da Universidade Lusófona do Porto, no período de novembro de 2021 a fevereiro de 2022.

As entrevistas foram desenvolvidas, através de um roteiro semi-estruturado, contendo questões que abarquem a organização do trabalho, demandas e requisições e

¹⁷⁹ Para maior conhecimento sobre a formação profissional nos países, ver em: SANTOS E MARTINS, 2016.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

limites e possibilidades do trabalho profissional no contexto da pandemia; e seus impactos na formação profissional em Serviço Social.

O número de profissionais entrevistados foi de trinta e sete, garantindo a proporcionalidade entre as duas Instituições e os campos de estágio em vigência no momento da coleta de dados, uma vez que a realidade da pandemia impactou no retomada das atividades de estágio. Nas duas Instituições, o estágio sofreu com a paralisação das atividades, reorganização das atividades de trabalho do assistente social e incorporação de atividades na modalidade remota.

O roteiro de entrevista abarcou questões como a modalidade de trabalho desenvolvida durante a pandemia: remota, híbrida ou presencial; as consequências que a pandemia trouxe ao seu trabalho e as principais dificuldades na intervenção profissional durante a pandemia, além de questões que envolvem as consequências deste processo para a população dos dois países. Também demos ênfase às alterações vivenciadas pelas profissões na relação vida pessoal/profissional.

Partimos do indicativo de que, apesar dos processos históricos diferenciados vivenciados por Brasil e Portugal, a pandemia tem impactos similares nas condições de saúde e trabalho das assistentes sociais supervisoras de estágio; além dos/das trabalhadores conviverem permanentemente como medo de contágio do vírus.

Vimos ainda que as profissionais, prioritariamente mulheres, conviveram nesse período com alta carga de stress e de dificuldades de conciliação da vida pessoal com a vida profissional, especialmente àquelas que exercem atividades de cuidado junto às famílias.

Destacamos que a pesquisa ainda está em desenvolvimento e com a análise mais apurada dos dados, teremos um panorama importante dos impactos da pandemia nos espaços sócio-ocupacionais em que os supervisores de estágio das duas Instituições de ensino encontram-se inseridos. No entanto, a coleta de dados já nos afirma que

Tanto a propagação do vírus responsável por esta pandemia como as medidas desigualmente eficazes tomadas pelos Estados para proteger as suas populações provam, se necessário, que a saúde é, antes de mais nada, um bem público: que o estado saudável ou mórbido do corpo de cada pessoa depende em primeiro lugar do estado saudável ou mórbido do corpo social, do qual o primeiro é dependente ou um simples apêndice, e da capacidade ou não do referido corpo social se defender, por si ou através das suas instituições políticas, contra fatores patogênicos, em particular desenvolvendo um sistema de assistência social eficiente e uma política de saúde pública que proporcione ao segundo os meios necessários e suficientes (humanos, materiais, financeiros) (BIRH, 2020, p.27).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Ressaltamos que, especialmente, o cenário do Brasil de retrocessos do âmbito das políticas sociais e de acirramento das expressões da questão social, atingiu fortemente o trabalho dos assistentes sociais, gerando a preocupação nos profissionais em construir estratégias de enfrentamento a esse contexto, especialmente no que tange ao reforço na articulação da rede de serviços sócio-assistenciais e defesa dos direitos da população.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da covid-19 anunciada em março de 2020 atingiu os diferentes países a partir da realidade estrutural de cada localidade e do direcionamento dos Estados em torno do combate à pandemia. Passados mais de dois anos, temos um cenário de mais de 6 milhões de mortes no mundo e também alterações importantes do mundo do trabalho, na incorporação tecnológica e nas condições de vida da população em diversos países, acirradas pelas crises do capital.

A pesquisa apresentada contribuirá para o debate em torno das particularidades do trabalho do assistente social neste contexto, além de contribuir para o planejamento das atividades formativas que envolvem o estágio nessa nova conjuntura.

Neste sentido, compreendemos que este trabalho colabora com a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social internacional, ao possibilitar reflexão sobre a realidade do exercício profissional, a partir de reflexões acerca do cotidiano de trabalho no período da pandemia.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIRH, A. França: pela socialização do aparato de saúde. Terra sem Amos: Brasil, 2020, p.25-30. Disponível em: <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf>. Acesso em: 14 jun 2020.

BUSS, P. et al. Pandemia pela Covid-19 e multilateralismo: reflexões a meio do caminho. *Estudos Avançados*, 34 (99), p. 45-64, 2020.

CARVALHO, M. I; PINTO, C. Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal. *Serviço Social e Sociedade*, n. 121, p. 66-94, jan./mar. 2015 .

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

DAVIS, M. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. DAVIS, Mike, *et al.* *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020, p.5-12. Disponível em: <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf>. Acesso em: 14 jun 2020.

DESLANDES, S. F; ASSIS, S. G. Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças. In: MINAYO, M. C (org). *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002, p. 105-222.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. DAVIS, Mike, *et al.* *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020, p.13-32. Disponível em: jul 2022. <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf>. Acesso em -7

IBGE. Áreas Territoriais. IBGE, 2022 a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em em 02 jul 2022.

_____. Desemprego. IBGE, 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. acesso em 02 jul 2022.

_____. *População do Brasil*. 2022. IBGE, 2022c. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php. acesso em 02 jul 2022.

INE. Especial INE Covid 19. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt, acesso em 04 jul 2022.

LEWGOY, A. O estágio supervisionado em serviço social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional. *Revista Temporalis*, n. 25, p. 63-90, jan./jun. 2013.

MARTINS, A; CARRARA, V. Serviço Social português e brasileiro em diálogo: internacionalização da formação profissional. *EM PAUTA*, n. 33, v. 12, p. 205- 227, 2014.

OMS. *OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia*. OMS, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em 02 jul 2022.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

PORDATA. *Estatísticas sobre Portugal e Europa*. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal>. acesso em 02 jul 2022.

SANTOS, C. M; MARTINS, A. A formação do assistente social em Portugal: tendências críticas em questão. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 324-332, out./dez. 2016.

IRRACIONALISMO, NEOCONSERVADORISMO E INCIDÊNCIAS NO SERVIÇO SOCIAL: notas para o debate

Jhony de Oliveira Zigato¹⁸⁰

Maria Angelina B. de Carvalho de A. Camargo¹⁸¹

Mônica Paulino de Lanes¹⁸²

RESUMO:

Este artigo reflete sobre o avanço do irracionalismo e do neoconservadorismo no Brasil e de suas incidências no Serviço Social. Trata-se de um estudo bibliográfico que explora o irracionalismo e o neoconservadorismo a partir do processo da decadência ideológica. Demonstra que o enfrentamento dessas tendências no seio profissional precisa ser colocado no campo político, pois exige organização das nossas entidades e ampla articulação com todas as forças progressistas.

Palavras-chave: Irracionalismo. Neoconservadorismo. Serviço Social. Resistências Profissionais.

ABSTRACT:

This article aims to reflect on the advance of irrationalism and neoconservatism in Brazil and their impact on Social Service. It is a bibliographic study that explores irrationalism and neoconservatism from the process of ideological decay. It demonstrates that the confrontation of these tendencies in the professional field needs to be placed in the political field, as it requires organization of our entities and wide articulation with all progressive forces.

Keywords: Irrationalism. Neoconservatism. Social Service. Professional Resistances.

¹⁸⁰ Professor no Departamento de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Doutorando em Serviço Social pela UFJF-MG, Mestre em Serviço Social pela UFJF. E-mail: jhony.zigato@ufvjm.edu.br

¹⁸¹ Professora no Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. E-mail: mariaangelinacarvalho@uol.com.br

¹⁸² Professora no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutora em Serviço Social pela UFRJ. E-mail: monicapaulinodelanes@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto que existe uma ofensiva ultraconservadora na dinâmica da vida social com incidências no Serviço Social. Essas incidências não são novidades, considerando as determinações próprias da sociedade capitalista e a relação histórica da profissão com o conservadorismo (Cf. Iamamoto, 2013; Netto, 2005; Escorsim Netto, 2011). Para a reprodução das relações sociais burguesas é vital a produção de comportamentos coisificados. É nesse campo que se revela a função ideológica de um conjunto de ideias e valores incorporados na cotidianidade, enquanto modo de pensar e valorar a realidade na dinâmica da luta de classes, cuja finalidade é a crescente psicologização das relações sociais (Netto, 2005) para naturalizar a relação capital-trabalho.

Isto significa que projetar na dinâmica da vida social uma moral conservadora que prolifere normas e valores de negação da genericidade humana e o “espírito revolucionário” (Marcuse, 1978) são estratégias fundamentais para assegurar o *modo capitalista de se comportar* (Barroco, 2008), que expressa a lógica mercantil que organiza a sociabilidade baseada na valorização da posse privada de bens materiais e na transformação do indivíduo em objeto, em que a *competitividade* e o *individualismo* são valores cultuados para subordinar o homem ao reino das reificações e garantir a manutenção da propriedade privada. É nesse ambiente que a ideologia, diz Lukács (2018), deve ser compreendida como expressão de uma elaboração intelectual da realidade e necessária à administração dos conflitos do ser social, desempenhando uma função social central nas sociedades de classes. Disseminada na cotidianidade via um sistema de representações, normas e valores limita a liberdade como autonomia, o conhecimento crítico, nega e viola os direitos humanos, impõe o conformismo, o irracionalismo, o moralismo, aprofunda a alienação e a banalização da vida. É nesse universo que o Serviço Social brasileiro é desafiado, considerando os avanços obtidos pela profissão nas últimas décadas e objetivado sob a designação de projeto ético-político. A sua gênese e consolidação no seio profissional estão assentadas nas bases sociopolíticas que derrotou a ditadura militar no país, tendo suas bases legitimadoras ampliadas nos processos de mobilização, luta e resistência aos processos sociais que marcam a sociedade brasileira a partir dos anos 80. Assinala, também, a consolidação de uma nova cultura profissional inscrita na razão dialética, com exigências teóricas, práticas e institucionais ao trabalho e a formação profissional. Processo que se abre com o aprofundamento da crise capitalista e com a ideologia neoliberal. Na história mais recente

esse processo se agudiza, a partir 2016, com o golpe que leva a deportação da Presidenta Dilma Rousseff e, na sequência, a eleição de Bolsonaro, cujos contornos e tendências é de ameaça às liberdades democráticas, ataques aos direitos humanos, com forte apelo a práticas discriminatórias, preconceituosas, pragmáticas.

É nesse âmbito que procuramos refletir sobre as tendências neoconservadoras na profissão a partir da pesquisa bibliográfica e, assim contribuir com as reflexões nesse campo de estudo, debate e resistências. O artigo está estruturado em três eixos, a saber: 1) neoconservadorismo e irracionalismo no Brasil; 2) O Serviço Social como profissão da sociedade capitalista; 3) A resistência como desafio permanente. O texto se encerra com uma breve conclusão, considerando os elementos abordados.

2- NEOCONSERVADORISMO E IRRACIONALISMO NO BRASIL

Para entendermos o avanço do irracionalismo e conservadorismo no Brasil é preciso primeiramente situá-los como parte do processo da decadência ideológica, categoria apresentada por Marx e Engels e interpretada por Lukács (2010), que pode ser descrita como o período em que os ideólogos burgueses produzem conhecimentos esvaziados de sua base material, numa explícita evasão da realidade social, com o objetivo de conservação da ordem do capital. Lukács (2010) demonstra a relação entre as distorções da ideologia¹⁸³ e a evolução teórica ideológica da sociedade capitalista, como processo de amenização nas análises sociais que criticam a ordem burguesa.

A concepção científica da decadência ideológica é uma apreensão imediatista e a-histórica, e a objetividade social é ignorada. A práxis social, em todas as suas determinações são apartadas do domínio da racionalidade. Neste sentido, o

¹⁸³ Partimos do entendimento de que ideologia não é uma interpretação do real, mas é parte do processo em que a classe dominante, em uma sociedade de classes, utiliza de mecanismos para ocultar, naturalizar, inverter, justificar o real a seu favor (lembrando que nas formas ideológicas também podem existir uma dimensão do real) e apresentar como interesse universal os seus interesses particulares. Por isso Marx afirma que as ideias dominantes são as ideias da classe dominante. Importante ressaltar ainda que concordamos com Iasi (2007, p. 20-21), quando ele afirma que a “ideologia não pode ser compreendida apenas como um conjunto de ideias que, pelos mais diferentes meios (meios de comunicação de massas, escolas, igrejas, etc.), são introduzidas na cabeça dos indivíduos. Isso levaria ao equívoco de conceber uma ação anti-ideológica como a simples troca de velhas por ‘novas’ ideias. Quando, numa sociedade de classes, uma delas detém os meios de produção, tende a deter também os meios para universalizar sua visão de mundo e suas justificativas ideológicas a respeito das relações sociais de produção que garantem sua dominação econômica [...]”.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

fragmentário, o microscópio, o transitório, o fatural não são percebidos como objetivação da reificação da sociedade capitalista “[...] O mediato é suprimido de qualquer inteligibilidade e instala-se a irrazão. Essas são pistas fundamentais para se chegar ao desvendamento das origens do irracionalismo contemporâneo” (Evangelista, 2007, pg. 71).

A crise do capital de 2007/2008 recoloca no cenário da sociabilidade burguesa os elementos da decadência ideológica quando o irracionalismo assume novos contornos em todo o mundo. Assistimos após esse período uma escalada do conservadorismo e do ultraconservadorismo¹⁸⁴. No Brasil após o Golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016 à ascensão de um conservadorismo dos anos 1980 que ocultava a sua raiz e seus conteúdos conservadores. O atual faz questão de ostentar orgulhosamente seu conservantismo e reacionarismo¹⁸⁵, e o seu flerte fascista, expressando todo o seu ódio por mulheres, negros, membros das comunidades LGBTQIA+, comunidades quilombolas e indígenas e demais segmentos sociais identificados como minorias.

Importante ressaltar que toda a explicitação (simbólica e física) de ódio acontece em meio ao processo de destruição dos parques direitos sociais e trabalhistas que foram construídos nas últimas décadas. Como ressalta Mota e Rodrigues (2020) as práticas do núcleo central deste conservadorismo reacionário revelam a ofensividade ideopolítica das classes dominantes, se colocando como a principal estratégia de enfrentamento da crise do capital no país, estratégia esta que se expressa através de um programa autoritário e antipopular que coaduna com os interesses do capital internacional, recuperando os traços históricos de nossa formação sócio-histórica, em particular da cultura autocrática (Fernandes, 2006).

3- O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Iamamoto e Carvalho (2014); Netto (2005) partem da compreensão histórica que o Serviço Social tem a sua gênese fundante na era monopólica clássica do capitalismo,

¹⁸⁴ A eleição de Donald Trump em 2016 nos EUA e Boris Johnson na Inglaterra em 2019 são exemplos da escalada do conservadorismo no mundo. E a eleição de Bolsonaro coroa no Brasil o avanço ultraconservador.

¹⁸⁵ Importante lembrar que uma das características do neoconservadorismo no Brasil é sua ligação com os elementos do fundamentalismo religioso e anticomunismo.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

assim articula, a profissão, à reprodução das relações sociais, relações em sociedade que tem substrato material nas relações sociais de produção na sociabilidade capitalista.

Confirma-se como uma profissão inserida na divisão internacional do trabalho com recortes estruturais incidentes nas questões de gênero, étnico-raciais, geracionais, dentre outras. O agente profissional torna-se um trabalhador assalariado na inserção do mercado de trabalho, tendo por espaço mediador de excelência as políticas sociais dos estados capitalistas e do empresariado. É contratado pelo Estado e/ou empresariado para atuar junto a classe trabalhadora como “estratégia” de enfrentamento das expressões da “questão social” pelas frações de classe dominante na busca da coerção e do consenso (IAMAMOTO, 2013). Partindo dessas assertivas, o exercício profissional é atravessado pela estrutura de classes, tendendo historicamente a atender as demandas do capital face ao proletariado, embora não excluindo um dos polos de classes pela mediação do seu oposto. De acordo com Netto (2005), a emergência do Serviço Social, a constituição histórica de um mercado de trabalho na era monopolítica não exclui traços de *continuidade* de uma leitura enviesada, linear, dos intentos das ações filantrópicas à racionalização da assistência pelo Estado e/ou empresariado. Para o autor, é o traço *de ruptura* que garante o “tônus” a uma interpretação correlata da profissão entre a sociabilidade vigente e o Serviço Social, pois tal sociabilidade, capitalista, em condições impostas pelo monopolismo estrutura o mercado de trabalho profissional. Contudo, a tecnificação/profissionalização do Serviço Social não elimina traços altruístas como a vocação, a devoção, o primado do ser em relação ao saber devido a forte influência de uma instituição a saber: A Igreja Católica. Embebida, a profissão, de elementos da doutrina social da Igreja (dignidade da pessoa humana, a crítica aos excessos do liberalismo e a negação do socialismo, optando pela terceira via, pelo capitalismo de *cunho humanista-cristão*), os traços de um passado recente não foram eliminados com a dimensão profissionalizante que no passar das décadas foram se espalhando pela profissão.

Um dos elementos basilares a essa compreensão está na sustentação, do Serviço Social, no marco das ciências sociais no esteio do pensamento conservador moderno que não rompe, não problematiza a questão estrutural contraditória desta sociabilidade a saber: a apropriação privada da riqueza produzida na contraface do trabalho cada vez mais social. No discurso da “modernização”, são entrelaçados o discurso do progresso, do avanço, mantendo traços neotomistas, levando Iamamoto e Carvalho (2014) a

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

afirmarem a realidade vivida e representada pelo agente profissional como uma unidade contraditória que não se anulam, mesmo se negando em todo o tempo.

O intento de ruptura com o serviço social tradicional, segundo Netto (2005) não significou a eliminação do lastro conservador da profissão. O que houve, a partir de fins da década de 1970 em diante é a aproximação e maturação da profissão com a teoria social de Marx e que ganhou proeminência, hegemonia no seio profissional, convivendo com elementos da conservação. Soma-se a isto um “descompasso” da vanguarda profissional, com predominância de ocupação nos espaços de formação, e o grande contingente profissional nas esferas terminal e de planejamento das políticas sociais que enfrentam o dilema de que na prática a teoria é outra.

A vertente neoliberal, a crise estrutural do capital, a ideologia do imediato, da negação da razão, contribui para o fortalecimento da sociabilidade vigente e manutenção do seu *status quo*. Nestas duas décadas do novo século, dando ênfase a partir dos anos 2010, assistimos ao acirramento global da crise estrutural capitalista e a as ações de barbárie que colocam em risco a dimensão “civilizatória” da era contemporânea, influenciando o Serviço Social e as demais profissões, pois inseridas na dinâmica de reprodução societal são atingidas e potencializam/refuncionalizam práticas ultraconservadoras e ideológicas como a defesa da pena de morte, da criminalização dos movimentos sociais, na esteira contraditória da não legalidade do aborto com vieses neopentecostais em favor da vida e da dignidade humana, espraiando na formação e no exercício profissional de assistentes sociais do país.

4- A RESISTÊNCIA COMO DESAFIO PERMANENTE

Desde os anos de 1970 o Serviço Social brasileiro vem construindo a resistência ao conservadorismo burguês que penetra historicamente na profissão pela forma como são organizadas as modalidades de intervenção na questão social, ou até mesmo, como demonstrou Netto (2005) em seus estudos, pela *natureza difusa e polimórfica desse eixo original* que se confronta o profissional no cotidiano do trabalho (mas não só); se faz necessário considerar, como parte desse processo, o estatuto assalariado e a subordinação da ação profissional ao dilema do trabalho abstrato e a tendência de reprodução de uma consciência alienada, inerente ao processo de compra e venda da força de trabalho, conforme revela Iamamoto (2008). São determinações centrais à

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

dinamização da cultura conservadora no seio profissional, mas também é solo histórico de constituição de mediações ético-políticas de vinculação do Serviço Social com a classe trabalhadora e suas pautas de lutas e resistências.

O Serviço Social brasileiro tem afirmado o seu posicionamento em defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas e de valorização da categoria profissional. Uma profissão constituída na sua maioria por mulheres e trabalhadoras. De acordo, com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) o Brasil possui atualmente mais de 200 mil profissionais, desses 90% são mulheres negras, indígenas, brancas, quilombolas, periféricas, com deficiências, lésbicas, bissexuais, cis e trans, das cidades e do campo.

São trabalhadoras da linha de frente, atuando, por meio de uma complexa estrutura estatal de execução de políticas sociais setoriais como: saúde, educação, assistência social, habitação, previdência social e, também, de serviços na área sociojurídico. Assim, como resistem e lutam contra a precarização das políticas sociais, o rebaixamento salarial, o desemprego, a violência e tantas outras que rebatem na profissão. Como trabalhador/a assalariado/a o/a assistente social vive duplamente a barbarização da vida, o que exige transitar do campo singular a totalidade social para estabelecer as conexões entre projeto societário e profissional. Nesse bojo, sem dúvida está posta a compreensão do trabalho na sociedade capitalista e, também o reconhecimento do Serviço Social enquanto parte desse trabalho.

Nas últimas décadas o Serviço Social brasileiro ao assumir o *lado da classe trabalhadora* também se fortaleceu como profissão, construindo pautas para além do universo profissional com legitimidade social junto aos trabalhadores/as.

A categoria profissional por meio do conjunto CFESS/CRESS tem explicitado posicionamentos políticos importantes como: descriminalização e legalização do aborto; o trabalho de assistentes sociais em situações de calamidades e a importância da responsabilidade ética, da leitura crítica, da prevenção, do planejamento, da elaboração de respostas concretas às demandas imediatas em articulação com os movimentos sociais; contra a reforma administrativa; contra a tortura e a violência estatal; o Assistentes Sociais no combate ao racismo; os impactos da 'Reforma' da Previdência na classe trabalhadora; os impactos do coronavírus no trabalho do/a assistente social; Machistas não passarão: em defesa dos direitos das mulheres; Nós Mulheres assistentes sociais na Luta; dentre tantas outras manifestações que conecta a profissão a defesa da vida, dos/as trabalhadores/as e da construção de uma sociedade humana e socialmente

justa e, sobretudo, expressam formas de resistências a barbárie que todos/as estamos submetidos/as .

É a profissão falando para a sociedade e para a categoria profissional e, portanto, reafirmando os princípios e os valores radicalmente humanos preconizados no Código de Ética Profissional, que recusa enfaticamente o preconceito e a discriminação. De acordo com Barroco (2016), as raízes do preconceito são *a ignorância, a educação doméstica, a intolerância, o egoísmo e o medo*. A sua *origem é social* e é favorecida pela dinâmica da vida social e pela cristalização do senso comum como modo de pensar e sentir a realidade. Por isso, considera a autora, que os preconceitos são gerados no senso comum e desempenham uma função social de orientação moral e política, constituindo um sistema de preconceito alicerçado socialmente na cultura conservadora, machista, classista, autoritária e discriminatória. Portanto, recusa o conhecimento crítico e histórico da realidade operam as suas visões de mundo por analogias e estereótipos que não podem ser questionados, gestados nos juízos provisórios e na sua rigidez, negam qualquer zona de mediação que não seja o resultado imediato e pragmático, se manifestando na moral, na política, na cultura, nas profissões, enfim no conjunto da vida social.

5- CONCLUSÃO

Nesse bojo, é importante considerar as bases sociais do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro que reside fundamentalmente no protagonismo da classe trabalhadora e nas suas lutas e formas de resistências. O enfrentamento do neoconservadorismo e do irracionalismo no seio profissional precisa ser colocado no campo político, pois exige organização política das nossas entidades e articulação das nossas pautas de lutas com todas as forças progressistas, o que envolve o conjunto da classe trabalhadora. Isso é importante, porque precisamos ter clareza dos limites que envolvem a profissão e, assim atribuir visibilidade ao projeto ético-político na sua relação com o projeto societário. Também, é importante considerarmos que o avanço das tendências conservadoras e irracionistas sobre a profissão é amplamente favorecida precarização das condições de trabalho e da formação profissional, que engendram uma consciência alienada e produzem comportamentos pragmáticos. O que demonstra que a profissão não está imune à essas tendências e investidas do capitalismo contemporâneo,

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

aliás nunca esteve, mas elas se espraiam de diversas formas no seio profissional. E é nesse campo que faz central a razão dialética para combater visões abstratas e aligeiradas da vida social. Aqui destaca-se o papel da universidade pública (*mas só*) na formação em Serviço Social, pois esta não se esgota na graduação, mas, sem dúvida, é o ponto de partida.

6- REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *O que é o preconceito*. Caderno 1. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: 2016.

EVANGELISTA, João Emanuel. Teoria social e pós-modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos. *Cronos*, Natal-RN, v. 7, n. 2, p. 271-281, jul./dez. 2006.

ESCORSIM NETTO, Leila. *O conservadorismo clássico*. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 5 ed., 2006.

IASI, Mauro L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em tempos de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Renovação e conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

LUKÁCS, Georg. *Para a ontologia do ser social*. Vol. 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

_____. Marx e o problema da decadência ideológica. In: *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago, 2020.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2005.

Os Fundamentos do Serviço Social: análise das tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social

*Carina Berta Moljo*¹⁸⁶

*Thaíse Seixas Peixoto de Carvalho*¹⁸⁷

*Shirley da Silva Oliveira*¹⁸⁸

*Mariana Leite Péres*¹⁸⁹

RESUMO:

O estudo apresentado se trata de parte dos resultados da pesquisa intitulada “Fundamentos do Serviço Social: uma análise das tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social”, que tem como objetivo analisar as principais tendências teórico-metodológicas atuais presentes na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro, entre os anos 2007 a 2017. Empiricamente trabalhamos com seis revistas nacionais consideradas referências na área. Os resultados alcançados permitiram afirmar que o direcionamento crítico assentando na perspectiva marxista e marxiana é o que prevalece nas publicações da área.

Palavras-chave: Fundamentos do Serviço Social; tendências teórica metodológicas, produção de conhecimento

ABSTRACT:

The study presented is part of the results of the research entitled "Fundamentals of Social Work: an analysis of theoretical-methodological trends present in the Social Work debate", which aims to analyze the main current theoretical-

¹⁸⁶Assistente Social formada pela UNR, Argentina, Dr.^a em Serviço Social pela PUC-SP, Pós-doutorado em Serviço Social pela PUC-SP e pela UFRJ, Professora titular da UFJF, Faculdade de Serviço Social, (graduação e Pós-graduação) Pesquisadora do CNPq, Membro do grupo de Pesquisa Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Pesquisa: “Fundamentos do Serviço Social: uma análise das tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social”. CNPq.

¹⁸⁷ Assistente Social formada pelo CES-CL, Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Professora do curso de Serviço Social do CES-CL, integrante da Pesquisa: “Fundamentos do Serviço Social: uma análise das tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social”. CNPq.

¹⁸⁸ Graduada em História pela UFJF e Graduada na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista PIBIC/CNPq de Iniciação Científica na Pesquisa “Fundamentos do Serviço Social: uma análise das tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social”. E-mail: shirleyeso@gmail.com.

¹⁸⁹ Graduada na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Voluntária de Iniciação Científica na Pesquisa “Fundamentos do Serviço Social: uma análise das tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social”. E-mail: marianalperes@hotmail.com.

methodological trends present in the production of knowledge. of the Brazilian Social Service, between the years 2007 to 2017. We empirically work with six national journals considered references in the area. The results achieved allowed us to affirm that the critical direction based on the Marxist and Marxian perspective is what prevails in publications in the area.

Keywords: Fundamentals of Social Work; theoretical and methodological trends, knowledge production

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo a apresentação sintética de parte dos resultados obtidos em decorrência da pesquisa intitulada “Fundamentos do Serviço Social: uma análise das tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social”¹⁹⁰. A pesquisa buscou capturar as diferentes perspectivas teórico-metodológicas presentes na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro das últimas décadas.

Trata-se de um estudo teórico que teve como principal estratégia metodológica a revisão. Analisamos os artigos publicados entre os anos de 2007 e 2017 em seis revistas de circulação nacional sendo estas: Revistas Serviço Social e Sociedade (Cortez, SP) Qualis A1, Revista Katálysis (UFSC, SC) Qualis A1, Revista Temporalis (ABEPSS) Qualis B1, Revista Textos e Contextos (PUC, RS) Qualis A2, Revista Argumentum (UFES, ES) Qualis A2, Revista de Políticas Públicas (UFMA, MA) Qualis A1, Revista Libertas (UFJF, MG) Qualis B4. A Revista Libertas, apesar da qualificação Qualis B4 foi escolhida pois, está entre as 14 revistas na qual os pesquisadores do Serviço Social mais publicam.

Vale destacar que todos os artigos foram fichados pelas pesquisadoras contendo as principais informações deles, como autores e principal temática trabalhada. Mas foram analisados apenas os artigos que no seu desenvolvimento construíam uma mediação direta com a profissão do Serviço Social. Esta delimitação está diretamente relacionada ao nosso objeto de estudo. O material pesquisado foi bastante vasto e fértil, já que foram fichados 1896 artigos. Destes, foram identificados um total de 500 artigos que construíam uma mediação direta com a profissão, dos quais, 57 artigos correspondiam

¹⁹⁰ Pesquisa financiada pelo CNPq, através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa e Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq e pela UFJF/BIC: Fundamentos do Serviço Social: uma análise das tendências teórico-metodológicas presentes no debate do Serviço Social.

ao Serviço Social internacional, motivo pelo qual ficaram fora da nossa análise. Portanto, trabalhamos sobre os 443 artigos restantes, a saber 23,4%, dos artigos.

2- DESENVOLVIMENTO

A análise dos dados pesquisados evidenciou que parte significativa das publicações tratam de temáticas amplas e diversas, mas não constroem mediações com a profissão. Dos 1896 artigos analisados, 1396 não realizaram uma mediação direta com o Serviço Social, o que corresponde a um total de 73,6%. Estes artigos, como apresentados no quadro abaixo, discutem temas fundamentais para o Serviço Social, considerando que não é possível conhecer a profissão sem conhecer o contexto no qual se desenvolve, as expressões contemporâneas da Questão Social, as matrizes teóricas pela qual a profissão é analisada, mas entendemos que seja fundamental construir as mediações entre as temáticas mais amplas e a própria profissão, buscando a unidade entre os diferentes conhecimentos.¹⁹¹

As principais temáticas abordadas tem como foco a análise das mais distintas manifestações da dinâmica da sociabilidade burguesa sob os ditames do capital.

No que se refere aos trabalhos que fazem mediação direta com a profissão, a temática dos Fundamentos ainda é a menos discutida pela categoria num total de 18,7%, conforme veremos no quadro pouco mais abaixo, sendo o tema trabalho profissional o mais abordado com 43,8% dos artigos, seguido pela questão da formação profissional com 37,5% das publicações.

2.1- Temáticas dos artigos sem mediação com Serviço Social

Como mencionado acima, do total dos 1896 artigos publicados, entre 2007 a 2017, nas seis revistas investigadas (73,6%) não se vinculam ou fazem algum tipo de mediação com a profissão, se tratando de temas diversos.

O que verificamos no quadro acima é a tendência dos profissionais e pesquisadores do Serviço Social optarem por discussões mais amplas que ultrapassam o

¹⁹¹ Alguns autores já sinalizavam serem poucas as produções, que têm o Serviço Social como objeto de pesquisa, como sinalizou Iamamoto no ENPESS de 2004. Na mesma direção, Closs, Prates e Carraro (2015) analisando os Programas de Pós-graduação em Serviço Social, apontaram, inclusive, ser a Política Social a maior concentração da área.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

universo profissional. O quadro abaixo apresenta os temas recorrentes destes estudos, que não são mediados com a profissão, além do quantitativo destes e suas devidas porcentagens.

Temáticas dentre os artigos que não fazem mediação	Quantitativo	Percentual
Políticas Sociais	472	33,8%
Sistema capitalista	241	17,3%
Estado e sociedade civil	210	15%
Questão Social	178	12,8%
Mundo do trabalho	102	7,3%
Direitos sociais e humanos	64	4,6%
Movimentos Sociais	58	4,1%
Teorias sociais	35	2,5%
Resenhas de livros	36	2,6%

Tabela 1 – Principais temáticas dos artigos que não fazem mediação com o Serviço Social. Elaborada pelo Grupo de Pesquisa Tendências Teórico Metodológicas do Serviço Social na Contemporaneidade, da UFJF, coordenado pela professora Carina B. Moljo, em maio de 2022.

Como é possível verificar nos dados expostos na tabela acima, o número de estudos sobre as Políticas Sociais, em suas variadas discussões, é significativamente maior do que os demais temas, o que corrobora com as análises de Iamamoto (2004) e Closs, Prates e Carrara (2015). Yazbek (2020) irá apontar que a análise das relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista é fundamental para a compreensão da própria profissão.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

2.2- Temáticas dos artigos com mediação com o Serviço Social

Ao considerarmos os 443 artigos que fazem mediação com a profissão, publicados nas seis revistas, podemos notar que a temática sobre Trabalho Profissional (TP) é a mais encontrada nas revistas pesquisadas, sendo 194 (43,8%) artigos no total. Os debates sobre a Formação Profissional (FP) vêm logo a seguir, no que se refere à abordagem da temática pelos pesquisadores nas seis revistas, alvo da presente pesquisa, com 166 (37,5%) estudos. Em terceiro lugar, destaca-se a temática dos Fundamentos do Serviço Social (FSS), com 83 (18,7%) estudos. Como destacado na tabela abaixo:

Temáticas dos 443 artigos c/ mediação com a profissão	Quantitativos	Percentual
Trabalho Profissional	194	43,8%
Formação Profissional	166	37,5%
Fundamentos do Serviço Social	83	18,7%

Tabela 1 – Principais temáticas dos artigos que não fazem mediação com o Serviço Social. Elaborada pelo Grupo de Pesquisa Tendências Teóricas Metodológicas do Serviço Social na Contemporaneidade, da UFJF, coordenado pela professora Carina B. Moljo, em maio de 2022.

2.3- Sobre a análise dos autores mais referenciados nos estudos publicados com mediação com o Serviço Social brasileiro

Uma das estratégias conhecer as matrizes de pensamento presente nos artigos foi a de analisar quais os principais autores eram referência nos artigos.

Após ampla leitura e discussão, chegamos aos resultados de que dentre as 06 revistas analisadas, os autores mais citados nos 443 artigos analisados que fazem mediação com o Serviço Social brasileiro, Marilda Villela Iamamoto se destaca sendo citada em 247 artigos, por 806 vezes. Em seguida, José Paulo Netto sendo citado em 186 artigos, por 649 vezes, Karl Marx em 114, Maria Carmelita Yazbek em 66, Ricardo Antunes em 64, Ana Elizabete Mota em 61, Maria Lúcia Barroco em 55, Elaine Behring em 50, Yolanda Guerra em 49, e, David Harvey em 48. No que tange aos autores mais

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

citados temos: Marilda lamamoto por 806 vezes, José Paulo Netto por 649, Karl Marx por 385, Ricardo Antunes por 159, Maria Carmelita Yazbek por 155, Yolanda Guerra por 140, Ana Elizabete Mota por 139, Antonio Gramsci por 136, Maria Lúcia Barroco por 123, e, GyorgyLukács por 102. A seguir apresentamos os 30 autores mais citados por artigos assim como quantidade de vezes citados.

Autoria	Número de Artigos Citados	Autoria	Quantidade de Citações
Marilda Villela lamamoto	247	Marilda Villela lamamoto	806
José Paulo Netto	186	José Paulo Netto	649
Karl Marx	114	Karl Marx	385
Maria Carmelita Yazbek	66	Ricardo Antunes	159
Ricardo Antunes	64	Maria Carmelita Yazbek	155
Ana Elizabete Mota	61	Yolanda Guerra	140
Maria Lúcia Barroco	55	Ana Elizabete Mota	139
Elaine Behring	50	Antonio Gramsci	136
Yolanda Guerra	49	Maria Lúcia Barroco	123
David Harvey	48	GyorgyLukács	102
Antonio Gramsci	43	Elaine Behring	93
Ivanete Boschetti	38	Vicente Faleiros	91
Maria Lúcia Martinelli	35	IstvánMészáros	91
GyorgyLukács	24	David Harvey	83
Carlos Nelson Coutinho	23	Ivanete Boschetti	68
Vicente Faleiros	39	Maria Lúcia Martinelli	66

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Marilena Chauí	38	Maria Inês Souza Bravo	65
IstvánMészáros	25	Raquel Raichelis	64
Raquel Raichelis	23	Paulo Freire	62
Ivete Simionatto	32	Marilena Chauí	61
Marcelo Braz	17	Ivete Simionatto	60
Sérgio Lessa	4	Carlos Montaña	53
Paulo Freire	13	Carlos Nelson Coutinho	51
Maria Inês Souza Bravo	26	Marcelo Braz	39
Ana Maria de Vasconcelos	3	Aldaíza Sposati	35
Carlos Montaña	25	Raul de Carvalho	27
Marina Maciel Abreu	9	Sérgio Lessa	25
Josefa Batista Lopes	4	Ana Maria de Vasconcelos	25
Ernest Mandel	13	Marina Maciel Abreu	24
Robert Castel	10	Boaventura de Sousa Santos	22

Tabela 5 – Em ordem decrescente, à esquerda, relação de principais autores e quantidade de artigos citados. À direita, relação de principais autores e quantidade de citações. Elaborada pelo Grupo de Pesquisa Tendências Teórico Metodológicas do Serviço Social na Contemporaneidade, da UFJF, coordenado pela professora Carina B. Moljo, em maio de 2022.

Se consideramos que a análise dos autores mais citados e referenciados pela produção de conhecimento da categoria profissional - que faz mediação com a mesma - nos apresenta as tendências teórico-metodológicas predominantes na profissão, então, visualizar os dados da tabela acima significa reconhecer a presença hegemônica da perspectiva crítica nas reflexões do Serviço Social brasileiro. Afinal, os autores elencados como destaque de referências para os autores dos trabalhos analisados se caracterizam ora por serem referências críticas da profissão no Brasil, ora por serem parte do quadro

intelectual do pensamento crítico em nível nacional e internacional e, em ambos os casos, a maioria dos autores se referenciam na teoria social de Marx.

3- CONCLUSÃO

Durante toda a aproximação com os artigos analisados diversas questões foram levantadas e muitas outras surgiram, inclusive, as que extrapolam os objetivos da pesquisa, rendendo intensos debates e reflexões do grupo que a desenvolve. Contudo, no que diz respeito às considerações cabíveis de serem realizadas no presente trabalho, destacamos a importância da compreensão das tendências teórico-metodológicas presentes no debate dos fundamentos do Serviço Social no interior da categoria profissional no sentido de estarmos cientes do que vem sendo produzido enquanto conhecimento pelo conjunto da categoria profissional, a fim de, resgatar, reconhecer e fortalecer a cultura profissional, a defesa de um projeto profissional em defesa da classe à qual pertencemos e o reconhecimento da intelectual e crítico da profissão.

Nesse sentido, consideramos que os resultados obtidos podem servir de base para novos estudos que possibilitem o alargamento de pesquisas sobre a profissão e seus fundamentos, desvelando, por exemplo, os modos de ser do Serviço Social, pensando este como uma profissão inserida nas relações sociais, a partir de uma apresentação do que vem sendo produzido na cena contemporânea.

O presente trabalho nos trouxe apontamentos acerca dos trabalhos da categoria profissional que realizam a mediação com o Serviço Social brasileiro que se, de um lado, a maior parte dos trabalhos não realizam essa mediação, e, quando o fazem destacam-se os debates primeiro, acerca do trabalho profissional, e, em seguida, da formação profissional. Por outro, é evidente o compromisso teórico-metodológico de tomar como referência a teoria social crítica de Marx quando se trata de Serviço Social brasileiro. Que pelo contínuo movimento de reconhecimento e reflexão sobre quem somos e o que queremos possamos caminhar em direção ao fortalecimento da profissão diante dos tantos desafios cotidianos.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

CLOSS, T. T.; PRATES, J. C.; CARRARO, G. **Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil: tendências das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas**. In: *I Congresso Internacional de Políticas Sociais e Serviço Social: desafios contemporâneos*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015.

IAMAMOTO, M. V. **Os caminhos da pesquisa em Serviço Social**. In: *Conferência do XI ENPESS*. Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

_____.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Editora Cortez, 1982.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social**. In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A. M. B.; MOLJO, C. B.; SERPA, M.; SILVA, J. F. S. da (ORG.). *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 218.

_____. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. *Libertas*, v. 20, n. 2, p. 293-306, 2020.

SERVIÇO SOCIAL E PROJETO PROFISSIONAL: ALGUMAS REFLEXÕES

Luciana Gonçalves Pereira de Paula¹⁹²

RESUMO: O presente trabalho propõe realizar um debate sobre o Projeto Ético-Político Profissional crítico do Serviço Social. Objetiva refletir sobre a compreensão de assistentes sociais sobre este projeto profissional e sua adesão ou não a ele. Para isso, traz algumas considerações acerca do Projeto Ético-Político do Serviço Social; apresenta a exposição da análise dos resultados parciais da pesquisa intitulada “Estratégias e Táticas no campo do Serviço Social: reflexões sobre a formação acadêmica e o trabalho profissional do/a assistente social”; e, nas considerações finais, demonstra a pertinência e necessidade da defesa desse Projeto Ético-Político no campo do Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; projeto profissional; assistente social; projeto ético-político.

ABSTRACT: The present work proposes to carry out a debate on the Critical Professional Ethical-Political Project of Social Work. It aims to reflect on the understanding of social workers about this professional project and their adherence or not to it. For this, it brings some considerations about the Ethical-Political Project of Social Work; presents the exposition of the analysis of the partial results of the research entitled “Strategies and Tactics in the field of Social Work: reflections on the academic training and professional work of the social worker”; and, in the final considerations, it demonstrates the pertinence and necessity of defending this Ethical-Political Project in the field of Social Work.

KEYWORDS: Social Work; professional project; social worker; ethical-political project.

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe realizar um debate sobre o Projeto Ético-Político Profissional crítico do Serviço Social. Objetiva, ainda, refletir sobre a compreensão de assistentes sociais sobre estes projetos profissionais e sua adesão ou não ao Projeto Ético-Político ancorado no campo do pensamento marxista.

¹⁹² Assistente Social; Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; email: luggppaula@gmail.com; eixo temático “ofensiva ultraconservadora e resistências: formação e trabalho profissional”.

Para isso, apresenta resultados parciais de uma pesquisa científica realizada pelo Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS), da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF). Essa pesquisa empírica, de caráter qualitativo, foi desenvolvida no período de 2016 a 2019, foi submetida e aprovada junto ao Comitê de Ética para pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os procedimentos metodológicos envolveram entrevistas estruturadas, realizadas com assistentes sociais, alunas¹⁹³ no Curso de Especialização “Serviço Social, Políticas Sociais e Processo de Supervisão de Estágio”, oferecido pela FSS/UFJF.

Para essa comunicação oral nosso recorte trabalhou com as entrevistas realizadas junto a doze assistentes sociais – em um universo de trinta alunas –, no período de setembro a novembro do ano de 2017. Portanto, para esse trabalho, em especial, abordaremos a questão que indagou as assistentes sociais sobre o projeto profissional que pauta o desenvolvimento do seu trabalho.

Para a apresentação dessas reflexões, nosso artigo se desdobra em três partes: na primeira, apresentamos considerações sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social; na segunda, fazemos a exposição da análise dos resultados das entrevistas realizadas com assistentes sociais; e, na última, esboçamos nossas considerações finais, demonstrando pertinência e necessidade da defesa desse Projeto Ético-Político no campo do Serviço Social.

2- REFLEXÕES ACERCA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social enfrenta tempos difíceis de ofensiva destrutiva do capital e precarização do trabalho. São tempos de ataques aos direitos sociais e desmonte completo das políticas sociais. Esses processos incidem diretamente no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais e em seus espaços sócio-ocupacionais, “[...] afetando desde as possibilidades de contratação e os níveis salariais até a qualidade dos serviços prestados àqueles a quem sua ação profissional é voltada” (FORTI; COELHO, 2014, p. 16).

¹⁹³ Com relação às assistentes sociais entrevistadas em nossa pesquisa iremos nos referir a elas no feminino, uma vez que apenas mulheres se disponibilizaram a participar desse processo.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Essas dificuldades, postas pela realidade onde se insere o trabalho profissional do assistente social no campo das políticas sociais, em um contexto de capitalismo ultra neoliberal, muitas vezes são tomadas por esses profissionais como se fossem questões internas, inerentes à profissão e ao seu Projeto Ético-Político (PEP). Muitos profissionais do Serviço Social sentem-se frustrados por não conseguirem “materializar” o Projeto Ético-Político no seu cotidiano profissional e creditam isso ao próprio direcionamento crítico deste projeto e não às condições sócio-históricas prevaletentes na sociedade capitalista na atualidade. Essa frustração, por sua vez, gera percepções equivocadas acerca da realidade profissional e alimenta a falsa dicotomia entre teoria e prática.

Quando isso acontece, o cerne da questão permanece intocado e a estrutura social que provoca processos de desumanização, alienação e desigualdade social segue invisibilizado.

Não podemos deixar de destacar, aliás, que muitas vezes esquecemos que, não obstante negarmos tal sociedade – ou melhor, o modo de vida social de determinada formação social –, se nela fomos formados, podemos estar impregnados dos seus valores, da sua ideologia e, portanto, negando-a, podemos “inconscientemente” reproduzi-la (FORTI; COELHO, 2014, p. 20).

Por isso, o Projeto Ético-Político do Serviço Social se apresenta como uma projeção profissional coletiva pautada em valores e concepções que, justamente, se propõem à defesa da ruptura com a ordem vigente, desvelando a sua lógica perversa e escancarando as suas contradições. E, nesse sentido, as escolhas cotidianas dos assistentes sociais podem fortalecer ou não este projeto profissional crítico. Afinal,

Os valores são sociais e, ao mesmo tempo, produtos da subjetividade dos indivíduos e da objetividade da relação humano-genérica. Qualquer escolha realizada pelos indivíduos compreende uma posição valorativa acerca dos meios e dos fins. As escolhas e decisões apenas imediatamente são singulares, pois elas são constitutivas da sociabilidade humana (FORTI; COELHO, 2014, p. 34).

Portanto, as escolhas singulares dos assistentes sociais, em seus espaços de trabalho, vão construindo, também, a imagem e a direção social desta profissão. Assim, se faz imprescindível perceber a importância dos impactos de nossas ações profissionais, sejam eles objetivos ou subjetivos. E, especialmente, perceber que valores e concepções estas ações estão fortalecendo; se elas estão reforçando ou refutando os valores da democracia, da liberdade, da cidadania, do respeito. Valores estes que se apresentam como pilares do nosso Projeto Ético-Político profissional.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Desse modo, faz-se necessário que os assistentes sociais se debrucem sobre a natureza, o alcance e as possibilidades desse projeto. O Projeto Ético-Político do Serviço Social não é a receita de solução para os problemas cotidianos dos assistentes sociais, ele não pode ser tomado como um guia a ser seguido para se construir uma ação profissional qualificada, ele é muito maior do que isso. E a sua compreensão requer a recuperação da

[...] trajetória histórica na qual o PEP se constituiu, tentando captar os elementos que o potencializaram e, ao mesmo tempo, buscar a sua possibilidade histórica no contexto atual, o que significa encharcar o PEP de historicidade (GUERRA, 2014, p. 41).

Há que se combater uma visão idealista do Projeto Ético-Político do Serviço Social, baseada no senso comum, romantizada, voluntarista e messiânica. Pois nesta perspectiva, o Projeto Ético-Político se torna um “[...] conjunto de princípios ideais, a-históricos, produto do pensamento, desejo, vontade dos sujeitos e dos seus sentimentos, mero resultado da sua boa vontade e compromisso individuais” (GUERRA, 2014, p. 46). Essa percepção do Projeto Ético-Político calcado no idealismo é que provoca o sentimento de frustração nos assistentes sociais quando os mesmos não conseguem “materializar” o PEP no seu cotidiano de trabalho, apesar de todos os seus esforços individuais.

Ao contrário disso, o Projeto Ético-Político do Serviço Social possui os seus pés fincados no materialismo histórico-dialético. O que requer a capacidade de análises institucionais, conjunturais e estruturais capazes de oferecer aos assistentes sociais lucidez sobre as suas reais possibilidades de intervenção e sobre o alcance das suas ações profissionais. Porque “sem uma análise crítica dos fundamentos conservadores da profissão, acabamos nos tornando reféns deles” (GUERRA, 2014, p. 49).

Em Simas e Ruiz (2014) encontramos a seguinte afirmação: dificilmente nos deparamos com assistentes sociais que se disponham a afirmar que não atuam em consonância e/ou defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. No entanto, sendo a nossa categoria profissional extremamente heterogênea, são também distintos os direcionamentos ético-políticos dos assistentes sociais e, conseqüentemente, os valores defendidos e reforçados em suas ações profissionais.

Esses foram os elementos que nos motivaram à questão de pesquisa que será apresentada o item que se segue.

3- ASSISTENTES SOCIAIS E PROJETOS PROFISSIONAIS – ANÁLISE DA PESQUISA

Partindo das reflexões apresentadas no item anterior, pretendemos, agora, trazer as “falas” das assistentes sociais entrevistadas em nossa pesquisa, buscando captar a percepção e apreensão das mesmas sobre o debate acerca do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Nesse sentido, a pergunta realizada às profissionais indagava: “você pauta a sua atuação em algum projeto profissional?” Frente a essa questão, 3 entrevistadas (25%) responderam que não pautam a sua atuação em nenhum projeto profissional ou não souberam responder.

No momento não (Entrevistada 04).

(...) nenhum projeto profissional específico. Eu não sei ao certo o que seria esse projeto profissional, mas assim, acho que não, em nenhum específico (Entrevistada 11).

É... assim, é difícil identificar qual projeto, nominar o projeto, qual o projeto profissional? (Entrevistada 10)

Essas respostas nos levam à falta de clareza, a respeito do direcionamento ético-político da atuação profissional destas assistentes sociais. Essa é uma realidade entre os profissionais do Serviço Social, e ela pode gerar maior subsunção ao processo de alienação, fazendo com que o assistente social seja, mais facilmente, capturado pela lógica institucional. O assistente social que não possui clareza e firmeza na defesa do seu projeto profissional, pode sucumbir, mais facilmente, à sedução de perspectivas conservadoras. Entretanto, ressaltamos que o fato da assistente social não saber informar, com precisão, a qual projeto profissional se vincula, não significa, necessariamente, que suas ações tendam ao conservadorismo.

Nesse sentido, outras 2 entrevistadas (17%) não citaram, diretamente, o Projeto Ético-Político do Serviço Social, quando foram perguntadas se algum projeto pautava a sua atuação, mas sinalizaram princípios coerentes com esse projeto, a exemplo das respostas abaixo:

Embasando no código de ética da profissão, eu acho que é em cima disso que eu me pauto, no respeito ao usuário, pensando no código de ética como, também, norteador dessa atuação. E pensando, principalmente,

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

nessa dimensão política, acho que isso é muito importante (Entrevistada 06).

Eu procuro... eu tenho uma questão ética, da ética profissional, o compromisso com a minha profissão, com os usuários que eu atendo, com a população que é para quem eu trabalho. Compromisso mesmo, eu sei que eu estou aqui, eu não trabalho para a política, eu trabalho para os usuários e é esse o meu compromisso (Entrevistada 09).

No entanto, encontramos nessas falas, uma confusão muito comum em meio a nossa categoria profissional: a confusão entre o Código de Ética e o Projeto Ético-Político. Essa confusão também foi expressa pela entrevistada 08, que respondeu: “No código de ética”. Assim, ressaltamos que o projeto profissional é mais amplo que o Código de Ética, embora o abarque. O Código de Ética, assim como a Lei de Regulamentação da Profissão, são expressões do Projeto Ético-Político e lhe oferecem sustentação. Esses documentos oferecem concretude à direção social apontada pelo Projeto Ético-Político, mas não se confundem com ele.

Nesse sentido, Matos (2013) destaca a importância de se buscar ir além da simples adesão formal aos princípios postos pelo Projeto Ético-Político, e ao próprio Código de Ética, sendo necessária uma verdadeira internalização desses. A busca por uma profunda compreensão acerca desse projeto é o único caminho frutífero para o nosso fortalecimento, enquanto categoria profissional, frente as adversidades da conjuntura atual.

A defesa automatizada ou irrefletida do Projeto Ético-Político, pode levar os assistentes sociais para a direção contrária. Assim, não basta a realização de uma *aparente defesa*, é preciso aproximação orgânica com esse projeto, com seus fundamentos, com seu referencial teórico-metodológico marxista e com os seus princípios ético-políticos emancipatórios.

Destacamos, ainda, que 3 entrevistadas (25%), ao serem indagadas em nossa pesquisa, confundiram projeto profissional com projeto de intervenção.

Você fala se eu faço projetos lá? Ou projeto ético na profissão? (Entrevistada 03).

Não. Mas eu já fiz um projeto lá, sobre o acompanhamento da assistente social com a gestante de alto risco. Eu elaborei um pré-projeto para acompanhar e identificar porque as faltas, porque os abandonos, eu fiz um projeto individual (Entrevistada 05).

Projeto profissional? Nós temos projetos que a gente monta em equipe dentro do serviço, em determinado serviço (Entrevistada 07).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Dessa forma, destacamos que os projetos profissionais, como exposto anteriormente, envolvem uma série de elementos distintos:

[...] uma imagem da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc. São várias, portanto, as dimensões de um projeto profissional, que deve articulá-las coerentemente (NETTO, 1999, p. 98).

Já o projeto de intervenção, refere-se a uma estratégia de planejamento das ações profissionais, devendo conter: justificativa, objetivos, metodologia, público-alvo, etc. Constitui-se, portanto, como uma forma de planejar a ação profissional, com base em uma análise conjuntural e institucional prévia. Desse modo, o projeto de intervenção não deve ser confundido com o Projeto Ético-Político, sendo o primeiro uma importante estratégia que não só qualifica a prática profissional, mas organiza as ações de acordo com os valores e princípios defendidos em nosso Projeto Ético-Político (PAULA e SILVA, 2016). Percebemos, assim, como esses elementos devem se articular, mas não podem se confundir.

Por fim, 3 entrevistadas (25%) conseguiram responder à questão com mais clareza, afirmando pautar as suas ações no Projeto Ético-Político hegemônico no Serviço Social.

A gente fala toda hora: projeto ético-político (Entrevistada 01).

Com certeza o projeto ético-político do Serviço Social, com certeza. O nosso projeto ético-político é um projeto inacabado, porém em construção e a gente, por mais que a gente, no momento se sinta derrubado, desesperançado como nós estamos, mas continuamos ainda firmes e resistentes (Entrevistada 02).

Projeto Ético-Político do Serviço Social, né? Que é um projeto de, é... construção de uma nova sociedade e de... justiça, de liberdade. Então, é o projeto profissional que todo assistente social tem que pautar sua prática profissional (Entrevistada 12).

Diante das reflexões postas até o momento, gostaríamos de destacar a importância da construção de ações profissionais, efetivamente, pautadas no Projeto Ético-Político crítico e referenciado no pensamento marxista. Essa se configura, certamente, como uma das mais importantes contribuições dos assistentes sociais, na atualidade. Pois se desejamos uma nova sociedade, para além do capital, faz-se necessária a defesa e a solidificação de novos valores que produzam novas relações

sociais. E é, justamente nesse campo da divulgação dos valores ético-políticos presentes em nosso projeto profissional crítico, que o assistente social pode oferecer uma significativa contribuição aos processos sociais em construção.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, destacamos a importância de os assistentes sociais buscarem clareza na defesa de seus projetos profissionais. Em se tratando, especialmente do projeto ético-político, é fundamental uma adesão consciente, visto que, como já exposto, a não compreensão do mesmo pode acarretar um descompasso entre o que se intenciona e o que se realiza, no exercício profissional.

Portanto, a defesa real e concreta do Projeto Ético-Político, exige o esforço da construção de ações profissionais que expressem os valores que constituem esse projeto. Principalmente, na atual conjuntura, de um capitalismo predatório, que tem reavivado tendências conservadoras e reacionárias, o posicionamento ético-político dos assistentes sociais, se faz primordial. Nesse sentido, corroborando com Guerra (2014), reafirmamos a atualidade e a viabilidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Compreendemos, assim, que no “mar agitado” da conjuntura atual, o Projeto Ético-Político pode ser a bússola do assistente social, para que ele não se perca em meio às “tempestades”.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FORTI, V.; COELHO, M. **Contribuição à crítica do projeto ético-político do Serviço Social:** considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. *Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições à sua crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

GUERRA, Y. **Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional:** a apreciação crítica que se faz necessária. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. *Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições à sua crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

MATOS, M. C. de. **Serviço Social Ética e Saúde** - Reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2013.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

PAULA, L.G.P. de. SILVA, N.C.O. **Planejamento e Serviço Social** - O Plano de trabalho como estratégia profissional do(a) assistente social. Anais do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Recife, 2016.

SIMAS, F. N.; RUIZ, J. L. S. **Exercício profissional:** uma mediação central entre direitos humanos e o projeto ético-político do serviço social brasileiro. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. *Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições à sua crítica.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

**AS POSSIBILIDADES DO TRABALHO FRENTE À ATUAL CRISE CAPITALISTA:
contribuições ao Serviço Social**

Raphael Dutra Bazarelo¹⁹⁴

Cláudio Ayrá Ribeiro Pinto¹⁹⁵

Larissa Pereira Silva¹⁹⁶

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo apresentar de forma sucinta um debate sobre o processo de acumulação capitalista e a crise posta pelo capital, bem como a esfera do trabalho em sua conformação, articulando ambas as temáticas. A partir disso, reflete-se sobre uma perspectiva de trabalho e sociabilidade que não seja conforme ao capital. Busca-se também compreender como a crise e a estrutura precarizada de trabalho atual afetam o Serviço Social, tanto no caráter assalariado do assistente social, como nas expressões da Questão Social com as quais os profissionais lidam em sua prática.

Palavras-chave: Crise, Acumulação, Trabalho, Serviço Social.

ABSTRACT:

In this paper we briefly discuss the debate about the capitalist accumulation of capital and its crisis as well as the role of labour in this realm. Based on this, we reflect on a perspective of labour and a sociability that does not conform itself with capital. It also seek to understand how the current crisis and the degraded conditions of labour affects the Social Work, both as worker and of social crisis that this professional deals with in his daily practice.

Keywords: Crisis, Accumulation, Labour, Social Work.

1- Introdução

O presente artigo tem por objetivo, tão brevemente, apresentar uma reflexão acerca do atual momento do processo de acumulação do capital, mais especificamente sua fase de crise, bem como os rebatimentos no mundo do trabalho. Compreender a dialética capital-trabalho dentro deste processo se faz fundamental na medida em que o

¹⁹⁴Doutorando em Serviço Social pela UFJF, mestre e graduado em Serviço Social pela UFJF, rafdbaz@hotmail.com

¹⁹⁵Graduado em História pela UFJF, claudioayra@gmail.com

¹⁹⁶Graduanda em Serviço Social pela UFJF, larissa.pereira.ufjf@gmail.com

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

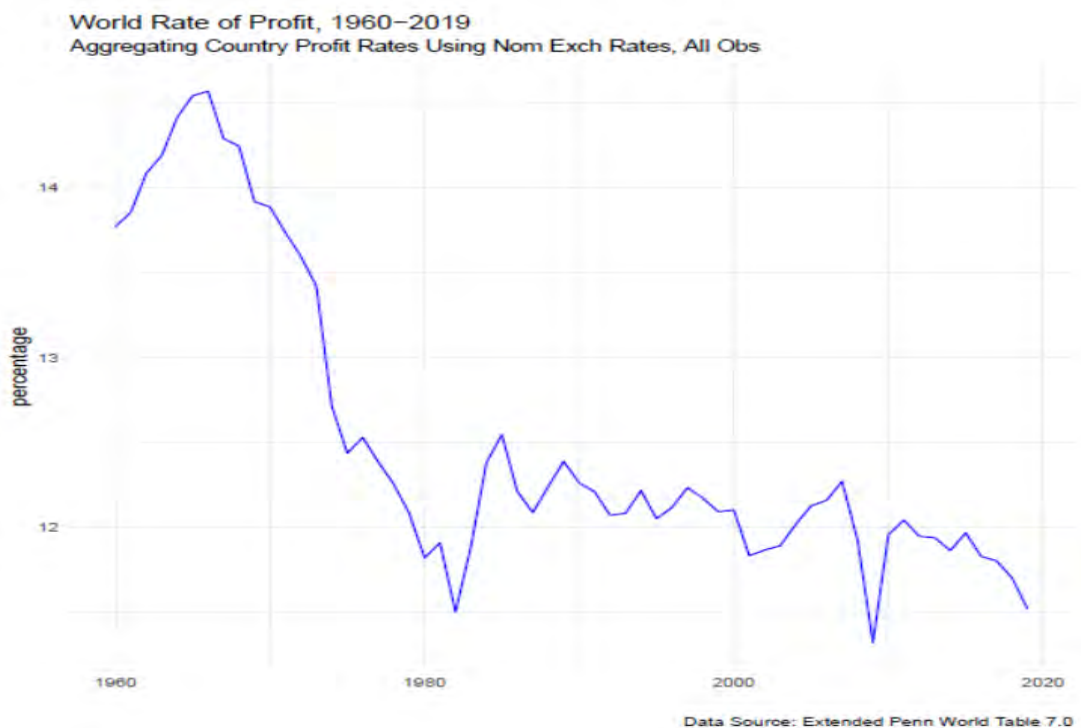
Serviço Social como profissão se insere, na divisão sócio-técnica do trabalho, na mediação do conflito entre estes pólos da sociabilidade capitalista. Isto posto, busca-se uma também breve reflexão sobre os reflexos desse momento atual do conflito próprio desta sociabilidade na profissão, tendo em vista o lugar de assalariamento do assistente social, seu lugar enquanto classe trabalhadora, bem como a necessidade de pensar as expressões da questão social, agudizadas nas crises, como elemento que compõe o trabalho profissional. Desta forma, primeiro busca-se apresentar o processo de acumulação em seu esgotamento atual que resulta na crise, articulado logo em seguida com a situação de precarização da classe trabalhadora, apontando-se a necessidade de superação dessa forma produtiva e da forma trabalho correspondente a esta. Por fim, realizam-se apontamentos que permitem indicar caminhos de entendimento desse processo dentro do Serviço Social, tanto na dimensão do assistente social como trabalhador assalariado, como na sua relação de mediação das expressões da Questão Social.

2- O MOVIMENTO DE CRISE DO CAPITAL

Vivemos sob um sistema econômico que encontra, periodicamente, pedras em seu caminho. No século XIX, Marx (2017) percebeu que o capitalismo, pela sua própria dinâmica, precisava constantemente revolucionar as forças produtivas e ao fazer isso, dispensava trabalho humano produtivo, aumentando a proporção do capital fixo – fábricas, tecnologias e maquinário - e achatava a própria lucratividade. A isso ele chamou Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucros (LQTTL). Em períodos de queda abrupta da taxa média de lucratividade, o sistema precisa se reajustar. Empresas menos lucrativas vão à falência ou são adquiridas por suas concorrentes, massas de trabalhadores perdem seus postos de trabalho e o capital fixo é destruído. Ao resolver uma crise econômica, a exacerbação das contradições internas do capitalismo lança a semente da próxima crise. O gráfico a seguir, retirado de Basu (2022, p.30) mostra a evolução da taxa de lucros mundial do meio do século XX em diante e confirma a hipótese de do autor alemão (Marx, 2017).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais



(Gráfico 1 – Taxa de lucro mundial, 1960-2019)

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a reconstrução dos países centrais e as regulações econômicas de matriz keynesiana haviam garantido um longo período de crescimento quase ininterrupto. O chamado Estado de Bem Estar Social parecia realizar a solidificação de um sistema econômico em cuja debacle havia jogado as grandes potências em um vórtice de destruição, com consequências de amplo alcance (Hobsbawn, 2012). No início da década de 70 do século XX, esse sistema debateu-se com uma grave crise de acumulação (Harvey, 2008). Se por todo o período anterior, aqueles que chegavam à idade adulta puderam cultivar a certeza de que as suas condições materiais seriam melhores que as da geração precedente, esta marcha ascendente havia se encerrado e o Welfare State dava mostras de esgotamento. Harvey resume:

Perto do final dos anos 1960, o liberalismo embutido começou a ruir, internacionalmente e no nível das economias domésticas. Os sinais de uma grave crise de acumulação eram em toda parte aparentes. O desemprego e a inflação se ampliavam em toda parte, desencadeando uma fase global de “estagflação” que duraria por boa parte dos anos 1970. Surgiram crises fiscais de vários estados (a Grã-Bretanha, por exemplo, teve de ser salva com recursos do FMI em 1975-76), enquanto as receitas de impostos caíam acentuadamente e os gastos sociais disparavam. As políticas keynesianas já não funcionavam. (...) A superação da crise requeria alguma alternativa. (Harvey, 2008, p. 22)

O capital precisou então se reciclar. Governos como o de Margareth Thatcher, na Inglaterra, Reagan nos EUA e Pinochet no Chile iniciaram o processo de neoliberalização da economia. Era, pois, pretendido diminuir os gastos públicos, restaurar a taxa “natural” de desemprego, diminuir os impostos sobre os rendimentos mais altos, criando assim

uma “nova e saudável desigualdade” que dinamizaria as economias avançadas (Anderson, 1995).

E, no entanto, como mostra o gráfico, a lucratividade do capital nunca retornou aos patamares do pós-guerra. Segundo Brenner (1999), os sinais mais visíveis da desregulamentação econômica, da financeirização e da intensificação da circulação do capital de curto prazo, vistos por muitos economistas como a causa das crises do capitalismo neoliberal, são a consequência de um problema estrutural de excesso de capacidade produtiva instalada, comprimindo os lucros da atividade manufatureira. São, portanto, um sintoma do que Marx chamou de aumento da composição orgânica do capital, que está na base da LQTTL. Massas de capital em busca de valorização migram então para a esfera financeira e, a partir daí, projetam seus interesses para a sociedade. Chesnais explica:

O papel “regulador” das finanças é exercido de múltiplas maneiras: pela fixação do nível das taxas de juros; pela determinação da parte dos lucros que é deixada aos grupos para investir sem medo de sofrer a sanção dos acionistas ou de dar aos rivais os meios para fazerem oferta pública de ações; pela força dos mecanismos que ela faz pesar sobre os governos para lhes impedir de sustentar as taxas de investimentos e para empurrá-los à privatização e à desregulamentação. (Chesnais, 2001, p.10-11)

Neste processo, o sistema capitalista estabilizou-se em seu modelo mais instável. As mudanças na economia surtiram efeito e as relações da sociedade (em especial as de trabalho) começaram uma lenta e profunda modificação.

3- OS REBATIMENTOS DA CRISE NO TRABALHO: pensando para além

Tendo em vista a atual situação da crise capitalista no mundo e no Brasil, e sua análise em perspectiva pela tradição marxista, faz-se necessário pensar, e apontar o elemento necessário da crítica ao trabalho assalariado como caminho possível de superação de sua forma sócio-histórica. Nesse sentido, resgata-se Antunes, sociólogo brasileiro, em sua contribuição à análise concreta da sociabilidade capitalista no Brasil e as condições de trabalho postas por ela, bem como o resgate das contribuições de Postone e Duayer, em sua crítica ontológica da sociedade capitalista, à luz de Marx.

Antunes (2013, 2015. Antunes; Braga, 2009) argumenta que após os anos 1970/80, mudanças de fundo ocorreram na estrutura produtiva (reestruturação produtiva) e na constituição do Estado (neoliberalismo), que levaram à flexibilização das relações de trabalho, uma vez que a nova forma de organização do capitalismo exigia um tipo diferente de trabalhadores, polivalentes, que trabalhassem cada vez mais em intensidade, tendo mais sobre trabalho extraído pelo capital, ao mesmo tempo em que os postos de trabalho diminuem, em um processo claro de ampliação do desemprego estrutural, sendo que essa aparente dicotomia será nomeada por ele como “movimento pendular” da classe trabalhadora na atualidade. Caracteriza uma “nova polissemia”, “nova morfologia” do trabalho, “[...]sua *forma de ser*, cujo elemento mais visível é seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo produtivo do capital nas últimas décadas” (Antunes, 2008, p.124). Essa nova morfologia na era da informatização levou a um processo de informalização das relações de trabalho, tornando

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

cada vez mais comum os trabalhadores terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, em tempo parcial e o chamado *ciberproletariado*, que se relaciona a um processo de substituição, não extinção, cada vez maior do trabalho vivo pelo trabalho morto no processo produtivo. Para o autor a “nova morfologia do trabalho” faz necessário se pensar uma “noção ampliada e moderna da classe trabalhadora” (Antunes, 2008, p.139), que abarcaria todos aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário (classe-que-vive-do-trabalho), no caso os trabalhadores produtivos e improdutivos, o proletariado rural, proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part-time*, os terceirizados e precarizados, os assalariados da economia informal e também os desempregados.

É importante ressaltar que Antunes apresenta o sentido do trabalho como central e fundante, elemento este que implica significados e interpretações por demais importantes. O sentido de fundante dá ao trabalho a primazia de ser a categoria que permite ao ser social o “salto ontológico” (Antunes, 2013, 2015; Lukács, 2013) e o coloca como gênese da humanidade. O sentido de centralidade do trabalho, por sua vez, apresenta a ideia distinta de que a esfera do trabalho permanece, para Antunes, enquanto elemento principal do ordenamento societal, da qual as demais esferas são derivadas ou que sofrem grande influência. Também apresenta um sentido político, na medida em que aponta a permanência da classe trabalhadora enquanto protagonista das lutas sociais e como vanguarda de um processo de luta revolucionária. Retornando a Marx, deve-se entender como este analisa o trabalho de forma geral e particular.

Para o autor alemão (2011, 2013), a produção de valores de uso, produtos para satisfação de necessidades humanas, aparece enquanto elemento “comum a todas as formas sociais”. Entendemos, pois, que o trabalho, em sua determinação geral apresenta pelo menos os seguintes elementos: momento que medeia a relação entre o homem e a natureza a fim de possibilitar a reprodução da vida humana (modificando o sujeito enquanto ser social); dessa forma se constituindo como uma relação social entre os homens, que produzem socialmente; e o elemento da teleologia, a capacidade humana de planejar e de criar idealmente o que deseja efetivar antes de realizar propriamente o que deseja ou necessita. O resultado desse processo de trabalho, o produto do trabalho, é, então, um valor de uso produzido, algo útil, necessário à vida do sujeito. Porém, se os elementos comuns podem estar presentes em épocas distintas, o que caracteriza seu desenvolvimento são suas diferenças, aqueles elementos que não se repetem. Desta forma, cabe sempre entender as categorias com relações recíprocas com o momento histórico em que são observadas. O trabalho assalariado, por exemplo, que gera valor e cria capital, como características particulares desta sociabilidade, ou seja, o trabalho subsumido ao capital se apresenta na distribuição enquanto salário que compra mercadorias para a satisfação do trabalhador. Assim, essa forma de trabalho, assalariado, se coloca enquanto particularidade desta sociabilidade e não como forma universal.

Apresentada a concepção marxiana do trabalho será exposto um fragmento do debate de Postone, a fim de pontuar sua crítica no bojo do debate da centralidade do trabalho. Para o canadense,

Daí se torna claro que a crítica marxiana é uma crítica do trabalho no capitalismo, não apenas uma crítica da exploração do trabalho e do modo de distribuição, e

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

que a contradição fundamental da totalidade capitalista deve ser vista como intrínseca ao reino da produção em si, e não apenas uma contradição entre as esferas de produção e distribuição. (Postone, 2014, p.148)

Essa proposição de Postone mostra ser de grande relevância por deslocar o ponto da crítica da exploração por uma crítica intrínseca do trabalho. O problema não se encontra na distribuição, e na apropriação do trabalho alheio, somente, mas se encontra em grande medida já na produção e na forma como o trabalho se subordina ao valor. Na mesma linha, Duayer defende que:

Se essa interpretação de Marx é plausível, pode-se defender que a sua crítica ontológica ao capitalismo, é crítica da centralidade do trabalho.[...] Na sua dimensão mais relevante e universalizável, é crítica dessa escravização de todos nós à dinâmica de nosso trabalho passado, dinâmica fundada na centralidade do trabalho, em nossa sociabilidade como trabalhadores, mas que, ao mesmo tempo, prescinde cada vez mais de trabalho e, portanto, de nós todos como trabalhadores. (Duayer, 2016, p.40-41)

E acrescenta que, “A contradição social intrínseca (e crescente) do capitalismo, portanto, consiste justamente nisso, na continuada centralidade do trabalho, do trabalho como categoria mediadora social estruturante” (Duayer, 2016, p.41). Nesse sentido, pensar a superação da sociabilidade capitalista passa pela superação da forma historicamente posta do trabalho, o trabalho assalariado. Esta reflexão é necessária para se refletir inclusive sobre o trabalho do assistente social e sua prática com os sujeitos de direito com quem atua.

4- O SERVIÇO SOCIAL COMO MEDIADOR DO CONFLITO E PARTE DELE

Dessa forma, ao compreender a centralidade do trabalho assalariado enquanto elemento fundante na sociabilidade do capital, e suas modificações históricas a partir da reestruturação da produção, coloca-se em debate as mudanças para a profissão do Serviço Social.

Essa profissão, segundo lamamoto (2007, p.415) “é uma das especializações do trabalho, parte da divisão social e técnica do trabalho social” e seu exercício profissional é realizado “pela mediação do trabalho assalariado, que tem na esfera do Estado e nos organismos privados – empresariais ou não – os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais desse profissional, perfilando o seu mercado de trabalho” (lamamoto, 2009, p.8). Assim, através da percepção da profissão enquanto trabalho, e sua atuação intrínseca às relações sociais, os novos determinantes históricos das configurações do trabalho expostas nesse artigo, certamente, atingem a categoria profissional de forma particular e específica.

Então, ao perpassar por essas modificações, decerto, se faz necessário atentar-se às novas expressões da Questão Social. Visto que, há alterações na forma de acumulação do capital, e proporcionalmente um crescimento de demandas e novas expressões da Questão Social. Entretanto, como afirma lamamoto,

As respostas à *questão social* passam a ser canalizadas para os mecanismos reguladores do mercado e para organizações privadas, as quais partilham com o

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Estado a implementação de programas focalizados e descentralizados de “combate à pobreza e à exclusão social”. (Iamamoto, 2007, p.162)

Ou seja, contraditoriamente, a reconfiguração do Estado - neoliberal -, desenvolve e passa a implementar políticas que não atendem às novas expressões, e indubitavelmente, reafirmam essas mudanças traçadas, acentuando-as, o que demonstra, também, a ligação inerente entre público e privado. Estas transformações no mundo do trabalho, e as novas expressões da questão social não atendidas suficientemente pelas políticas sociais, também rebatem no exercício profissional dos Assistentes Sociais. Assim, explicita Raichelis (2018):

Podem ser observadas nas políticas de habitação, saúde, assistência social, entre outras, atestando que assistentes sociais subcontratadas/os e terceirizadas/os experimentam, assim como os demais trabalhadores assalariados, a precarização do trabalho não protegido, a insegurança laboral, a baixa e incerta remuneração, a desproteção social e trabalhista, o assédio moral, o sofrimento e o adoecimento decorrentes do trabalho, ou seja, a precarização do trabalho e da vida. (Raichelis, 2018, p.52)

Desse modo, assim como outras categorias profissionais, os Assistentes Sociais perpassam pela precarização e flexibilização de seu exercício, com a baixa estabilidade, principalmente, pelo crescimento de contratos temporários. Segundo Raichelis (2018), essas trabalhadoras/es, dessa categoria profissional, constantemente são afetadas pelo sentimento de desproteção caso haja uma perda de seus postos. Principalmente, ao considerar o aumento do desemprego, a precariedade dos serviços, cortes nos direitos e nos salários, que se faz tão presente na conjuntura atual.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fundamental do debate que se buscou apresentar neste trabalho é a explicitação dos nexos entre a crise do capital, em seu caráter longo que permanece de uma crise não superada que data dos anos 1970, com um processo de reestruturação produtiva, expresso para a classe trabalhadora como precarização e perda de direitos, bem como o desmonte das políticas sócias. Nesse sentido, o Serviço Social, que se configura enquanto uma profissão que atua na mediação entre os interesses do capital e a reprodução da classe trabalhadora, em seu chamamento profissional, se coloca em uma encruzilhada (parte de sua longa trajetória enquanto profissão): qual pólo desse conflito atender? Se por um lado precisa atender à demanda do empregador dado o estatuto assalariado da profissão – o que o coloca também como afetado pela reestruturação produtiva e os cortes das políticas sociais – por outro lado, na efetivação do projeto profissional hegemônico a partir de 1979, busca fortalecer o pólo da classe trabalhadora em um projeto emancipador. A questão que colocamos é: para que seja possível fortalecer uma perspectiva humano-societária que supere o atual estado de barbárie capitalista, é fundamental se pensar a superação da forma trabalho atual – entendendo o assistente social também como classe trabalhadora – ou seja, pensar uma perspectiva que supere o trabalho assalariado.

6- REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995;

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015;

_____. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio Sobre a Afirmação e Negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2013;

ANTUNES, Ricardo.; BRAGA, Ruy. **Infoproletários**: Degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009;

BASU, Deepankar; *et alii* **“World Profit Rates, 1960-2019”**. Economics Department Working Paper Series. 318. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.7275/43yv-c721>

BRENNER, Robert. **A crise emergente do capitalismo mundial**: do neoliberalismo à depressão? In: Revista Outubro ed. 3. 1999. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/a-crise-emergente-do-capitalismo-mundial-do-neoliberalismo-a-depressao/>

CHESNAIS, François. **Mundialização**: o capital financeiro no comando. In: Revista Outubro ed. 5. 2001. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/mundializacao-o-capital-financeiro-no-comando/>

DUAYER, Mário. **Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista**: crítica do trabalho. Em Pauta, Rio de Janeiro, 2012, n. 29, v. 10;

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008;

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos**: O breve século XX. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012;

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

IAMAMOTO, Marilda V.. **SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE CAPITAL FETICHE: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007;

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: 2009;

LUKÁCS, György. O Trabalho. In: _____. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013;

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013;

_____. **O Capital: crítica da economia política: livro III**. São Paulo: Boitempo, 2017;

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011;

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014;

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social, transformações do trabalho e políticas sociais no capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

PANDEMIA POR COVID-19 E SERVIÇO SOCIAL

Requisições Institucionais e Atribuição Privativa

Ingrid Adame Moreira¹⁹⁷

RESUMO:

O presente trabalho versa sobre as requisições institucionais e as atribuições privativas dos assistentes sociais em tempos de pandemia na Política de Saúde. Tais requisições impõem desafios ao trabalho profissional e requer dos assistentes sociais um posicionamento crítico e propositivo em conformidade com suas atribuições.

Palavras-Chave: Pandemia, Serviço Social, requisições institucionais

ABSTRACT:

The present work deals with the institutional requirements and the private attributions of social workers in times of pandemic in the Health Policy. Such requests impose challenges to professional work and require social workers to take a critical and proactive stance in accordance with their attributions.

KEYWORDS: Pandemic, Social Work, institutional requirements

¹⁹⁷Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), assistente social do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e-mail: ingridadameuff@gmail.com, Eixo Temático: Ofensiva ultraconservadora e resistências: formação e trabalho profissional.

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo problematizar a temática das requisições institucionais que recuperam elementos do passado profissional na Política de Saúde e impõem desafios ao trabalho dos assistentes sociais.

Com vistas a iniciarmos elucidamos que concordamos com Iamamoto (2021) que a emergência sanitária que estamos vivenciando encontra um terreno já minado pela crise do capital. Consideramos, então, que a pandemia aprofunda uma Crise de Capital que já havia sido iniciada, e também concordamos com a sinalização da autora supracitada de que existe uma naturalização, por parte do neoliberalismo, desta crise.

Pensar o trabalho do Serviço Social na Saúde em contexto da Pandemia gerado pelo vírus: Covid-19 requer que recapitulemos que o Serviço Social conforma-se na divisão social e técnica do trabalho. Essa profissão enquanto especialização do trabalho coletivo dentro da divisão sócio técnica do trabalho, participa do processo de produção e reprodução das relações sociais¹⁹⁸ assumindo particularidades da sua forma de produção de valores de uso.

O mesmo processo de institucionalização do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho é o que cria, em conformidade com Raichelis (2018), as condições concretas para que o trabalho do assistente social ingresse no processo de mercantilização.

O Serviço Social brasileiro, apesar de ser regulamentado como uma profissão liberal, não o exerce desta forma, principalmente devido ao fato de a população atendida por ele não ter condições de pagar pelos serviços prestados (IAMAMOTO, 2007).

O assistente social enquanto profissional assalariado vende a sua força de trabalho para uma determinada instituição, seja ela estatal ou privada, que demandou os seus serviços. Concordamos com Iamamoto (2007) que essa instituição é que possui os meios de trabalho material, financeiro e humano para que o trabalho profissional do assistente social se realize, se objective. Os assistentes sociais, enquanto pertencentes à classe trabalhadora, precisam se submeter às instituições, como condição de se reproduzirem socialmente, em conformidade com Raichelis (2018). Esses profissionais são contratados pelas instituições que já possuem um projeto institucional e o profissional

¹⁹⁸ Entendemos que a reprodução das relações sociais “ não se reduz, pois à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção. Não se trata, apenas, da reprodução material no sentido amplo: produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo também, a reprodução espiritual: isto é, das formas de consciência social, jurídicas, filosóficas, artísticas, religiosas e de antagonismos de classes [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 99).

é demandando para viabilizá-lo, mas este projeto institucional, na maioria das vezes, distoia do projeto de profissão que a categoria defende.

Em conformidade com lamamoto (2021) ratificamos que a intencionalidade ético-política e transformadora do nosso projeto ético-político é tensionada pelas requisições institucionais, que hoje tendem a restringir acessos e direitos à população usuária. Também concordamos com Raichellis (2018) que o Serviço Social mantém em sua história elementos vocacionais como a valorização de qualidades pessoais e morais, discursos altruístas e apelo à empatia. Mas acreditamos que é pela via da autonomia relativa que os profissionais podem elaborar estratégias individuais ou coletivas que possam romper com o confessionalismo, com ações pragmáticas. Mas para romper com tais ações, os profissionais precisam ter clareza do seu fazer, do objetivo de sua ação, caso contrário, podem acabar por reforçar as requisições institucionais.

2- REQUISIÇÕES INSTITUCIONAIS X ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS

Importa elucidar que partimos da ideia de que as requisições institucionais são impostas aos assistentes sociais. E essas imposições se colocam ao exercício profissional historicamente e são incontroláveis, mas elas estão relacionadas também com a própria existência do Serviço Social, pois ao mesmo tempo que os assistentes sociais devem atender aos interesses da classe trabalhadora, da qual também faz parte, devem atender aos interesses da instituição, a qual contratou seu trabalho profissional. Essas requisições se revelam através das demandas que chegam ao Serviço Social através da gestão/instituição, da coordenação do setor e demais profissionais e também chegam através dos usuários dos serviços.

Muitas dessas requisições institucionais não são compatíveis com as atribuições e competências profissionais do assistente social, definidas legalmente na Lei de Regulamentação da profissão de 1993. Nesta regulamentação, em seu artigo 4º, estão definidas as competências profissionais do assistente social, as quais nos cabe ressaltar as principais. Já em seu artigo 5º, a Lei de Regulamentação prescreve as atribuições privativas do assistente social. Entretanto, independentemente de sua área de atuação, as requisições institucionais, diga-se aqui: impositivas, são distintas do rol de atividades especificadas nos artigos 4º e 5º, acima relatadas, da Lei de regulamentação da profissão. Apoiamos lamamoto (2021) quando a autora coloca que os tensionamentos que existem entre os objetivos da atuação do assistente social e os objetivos de quem o emprega é o que expressa a decisão coletiva dos profissionais em exercer sua relativa

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

autonomia, pois acreditamos que é através dessa autonomia profissional, que os assistentes sociais podem conseguir imprimir ao seu trabalho um caráter crítico, propositivo, técnico, político.

Conforme exposto por Vasconcelos (2015) as requisições institucionais, em sua grande maioria, são de cunho burocrático e administrativo, atividades estas que não requisitam formação ou preparação para além do bom senso e o mínimo de conhecimento em programas do pacote Office para realizar cadastros, planilhar dados, também requisitam a necessidade de ser alfabetizado para colocar em ordem as fichas, requisitam também que os profissionais mediem conflitos familiares, que saibam utilizar o telefone, que saibam realizar o preenchimento de formulários, que saibam empacotar e guardar pertences, entre outras atividades. Ou seja, não é necessária nenhuma formação profissional para que essas atividades sejam executadas.

Entendemos que as questões relacionadas ao assalariamento e à necessidade dos assistentes sociais subsistirem são triunfantes na decisão de se colocar de maneira contrária às requisições institucionais, visto que os assistentes sociais pertencem à classe trabalhadora e necessitam vender sua força de trabalho para sua reprodução. Entretanto, como classe trabalhadora, os assistentes sociais, enquanto categoria, precisam se unir para reverter o movimento institucional a seu favor e não é realizando atividades que não estão no rol de suas atribuições e competências que isto irá acontecer. No movimento contrário do que se espera, ao se “vender” aos ditames institucionais, o que acontece é a ratificação de um lugar que apesar de não ser do Serviço Social, acaba por ser compreendido enquanto o modo de ser e estar da profissão na instituição, quando, na verdade, é a “prática qualificada que vai impondo [...] um novo modo de ser e estar dos assistentes sociais, o que vai trazer como consequência o reconhecimento por parte da instituição e dos usuários” (VASCONCELOS, p.533, 2015) do que o Serviço Social faz!

Não é à toa que é na Saúde que mais se lista ações e mais se reage ao que não é de competência ou atribuição do Serviço Social. Matos (2013) explicita que “a inserção do Serviço Social nos serviços de saúde se deu por meio de uma busca de construção do exercício profissional a partir do modelo médico clínico” (MATOS,2013,p.57). O Serviço Social era apreendido como uma complementação ao trabalho do médico, sendo identificado como paramédico, assim como as outras profissões da área da saúde.

Importa destacar que no início da década de 1960 alguns profissionais começaram a questionar o conservadorismo da profissão, que culminou em um amplo processo de revisão da profissão, que ficou conhecido como Movimento de

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Reconceituação no Brasil, conforme fora trabalhado na sessão temática sobre o processo de emergência do projeto profissional crítico. Esse Movimento foi um marco para o Serviço Social no que diz respeito, principalmente, ao comprometimento com os interesses da classe trabalhadora ao buscar romper com um exercício profissional comprometido com os objetivos institucionais e com o conservadorismo enraizado na profissão. No texto da Elpídio (2021) há uma afirmação de que o conservadorismo fora rompido. Entretanto, discordamos da autora, pois partimos da ideia de que nem no período histórico da Reconceituação podemos afirmar que houve uma superação do conservadorismo. Partimos do pressuposto de que naquele período houve um intento ao rompimento do conservadorismo, que ainda se encontra presente até os dias atuais na profissão e também na atuação dos assistentes sociais.

O Serviço Social não é uma ilha. A profissão é atravessada pelas mudanças operadas na sociedade capitalista. Concordamos com Iamamoto e Yasbek (2019) que as mudanças operadas na sociedade capitalista, vem alterando as requisições colocadas ao Serviço Social, sua inserção no trabalho coletivo, os recursos disponíveis, dentre outras. Na atualidade, o capitalismo vem expressando sua face pós-moderna, onde há o esforço de substituir a universalidade por análises micro-focais. As causalidades não são consideradas, os fenômenos são tomados não em sua essência, mas de forma fragmentada, singular, individualista. Assim, o pensamento pós-moderno se configura como uma estratégia capitalista de difusão da ideologia dominante e manutenção da ordem social hegemônica (PAULA, 2014). E o Serviço Social permanece sendo requisitado enquanto uma profissão para propiciar o controle social.

Em tempos da pandemia pelo vírus Covid-19, assistimos, no Serviço Social na saúde, à retomada do conservadorismo, mas sob uma nova roupagem, que tem se expressado, por exemplo, na requisição de que os assistentes sociais ofereçam apoio terapêutico aos usuários dos serviços, que ofereçam conforto emocional na comunicação do óbito. Essas requisições se articulam com a prática do Serviço Social Clínico, que defende que a intervenção profissional deve fortalecer de maneira psicossocial os usuários a partir de um tratamento social (PAULA, 2014). É evidente que o sofrimento psíquico dos usuários podem ser agravados em virtude das múltiplas expressões da questão social que os sujeitos vivenciam. Entretanto, a subjetividade é o objeto de trabalho da psicologia e não do serviço social¹⁹⁹. Cabe ressaltar que existem muitos assistentes sociais que defendem as práticas clínicas enquanto uma área de atuação do

¹⁹⁹ Importa destacar que o conjunto CFESS/CRESS tem publicações e normativas que vedam a prática do Serviço Social Clínico. Para aprofundamento quanto à temática, verificar o site do CFESS.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Serviço Social e, este fato, demonstra que o neoconservadorismo vem ganhando adeptos na categoria profissional. São eles, assistentes sociais, que tomam o “psicossocial” enquanto objeto de trabalho, e não como uma área de atuação e acabam por psicologizar as expressões da questão social, oferecendo “tratamento social” as mesmas. Esses profissionais operacionalizam como estratégias de atendimento, aos usuários e suas famílias, as terapias comunitárias, as terapias de família, visando ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, visando ao empoderamento.

Ainda no rol das práticas clínicas, temos outra requisição institucional que nos tem chamado atenção em tempos de pandemia: a mediação de conflitos. Esta que sempre acontece de forma a dar recomendações as partes envolvidas e apoiá-las, como se os assistentes sociais tivessem um aporte técnico-operativo ou teórico-metodológico próprio para solucionar essas questões. Ainda nesse “âmbito familiar”, os assistentes sociais tem sido requisitados também para comunicar altas, óbitos, transferências, a entrar em contato com os familiares para requisitar documento, exames anteriores, entre outros. O Serviço Social é entendido enquanto a profissão que cuida da família e não por acaso essas atividades são demandadas aos assistentes sociais, que ainda são encarados como moças boazinhas, recatadas, educadas, que sabem falar e tratar as famílias. Os contatos com as famílias devem ser realizados por aqueles que desejam que tal contato seja realizado, afinal, são eles que conhecem o motivo de tal solicitação. A comunicação de óbito deve ser realizada por quem tem competência técnica para explicar a causa-morte, ou seja, o médico. O assistente social tem importante e delimitado papel nas situações de óbito, que tem a ver com as orientações sobre o acesso aos benefícios assistenciais, previdenciários, conforme resolução 03/2020 publicada pelo CFESS.

Outra requisição institucional aos assistentes sociais, durante a Pandemia, é o preenchimento dos formulários de notificação epidemiológica, que são preenchidos na incidência de doenças específicas, como a Covid-19. Esses formulários colhem informações estritamente clínicas, ou seja, também nessa situação, os assistentes não possuem competência técnica para preenchê-los, mas estão sendo requisitados para preencherem. Fato parecido ocorre com as fichas de notificação das violações de direito. Entretanto, nessa ficha em específico qualquer profissional tem competência para preenchê-la, porém, é comum verificarmos assistentes sociais as preenchendo, inclusive em situações que sequer prestaram atendimento. Fica claro que em ambas as requisições postas aos assistentes sociais o que se coloca é a secretarização aos médicos, o que também já acontecia na atuação do Serviço Social na Saúde, onde os assistentes sociais apoiavam a atuação dos médicos.

Tendo em vista o exposto, podemos inferir que as requisições institucionais expressas nesse trabalho em nada se relacionam com as competências e atribuições expressas na Lei de Regulamentação da nossa profissão. Entretanto, apenas refeletimos aqui as requisições que apesar de não serem de competência ou atribuição do Serviço Social, são incorporadas ao trabalho profissional dos assistentes sociais na Saúde. Ao incorporar tais requisições, os profissionais além de contribuir para a subalternização da profissão, contribuem para a imagem que a profissão tem na sociedade, de maneira a conservar o que está posto e não de transformar as relações sociais, econômicas e políticas vigentes.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do Serviço Social, em contexto de Pandemia provocada pelo Covid-19, é de extrema importância junto aos usuários e familiares, na medida em que a profissão tem muito a contribuir na construção de um trabalho qualificado em suas competências e atribuições profissionais. Concordamos com Iamamoto (2021) que no trabalho cotidiano, os profissionais tem acesso a um rol de informações sócio-econômicas, sobre modos de viver, condições de vida, atendem a uma população majoritariamente pobre, violentada, que compõe a população excedente, invisível ao capital. Em conformidade com a autora também acreditamos que é urgente que essas informações sejam, à luz dos parâmetros éticos, sistematizadas e publicizadas (IAMAMOTO,2021).

O que se coloca enquanto imperativo aos assistentes sociais é que os mesmos consigam superar as requisições institucionais e acreditamos que a chave para essa superação está nas próprias requisições da instituição, ao passo que os assistentes sociais podem aproveitar o espaço, o momento propiciado por elas para realizar um trabalho qualificado na direção dos interesses dos usuários dos serviços (VASCONCELOS, 2015). Sendo necessário, portanto, que os profissionais se “suspendam” do cotidiano²⁰⁰ com o objetivo de refletir criticamente sobre o seu fazer, pois só assim é possível efetivar um trabalho crítico que objetive atender aos objetivos profissionais e não aos institucionais.

As velhas requisições institucionais impostas ao Serviço Social em tempos de Covid-19 desafiam o Serviço Social a reforçar no cotidiano de trabalho suas atribuições e competências profissionais. O trabalho do Serviço Social na Saúde, e em contexto de Pandemia, pode e deve ser parametrado no rol das competências e atribuições da nossa

²⁰⁰Com a suspensão do cotidiano é possível, a partir das mediações, ressignificar as demandas institucionais, pois ao negá-las, os profissionais podem realizar uma reflexão crítica sobre elas.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

profissão, pois se os assistentes sociais responderem, exclusivamente, às demandas institucionais, o sentido do Serviço Social é alterado em sua essência. Acreditamos, então, a categoria profissional deve refletir sobre as seguintes questões: A quais objetivos a intervenção tem respondido? Em que medida o trabalho profissional, mesmo que de forma inconsciente, tem reforçado as velhas práticas do Serviço Social? E para finalizar, que imagem de profissão está sendo construída na instituição? Acreditamos que por meio dessas indagações o serviço social pode conseguir alcançar os avanços que a profissão teve nas dimensões ético-política e teórico-metodológica, mas que ainda precisa ser construído na dimensão técnico-operativa. Para tal avanço não há receitas de bolos, ou prescrições.

Supomos que para que a aproximação entre campo, ponta e academia, de fato ocorra, a dimensão técnico-operativa precisa se constituir em objetos de pesquisa e para tanto a categoria profissional também precisa estar aberta a ter o seu fazer profissional tomado enquanto objeto de pesquisa. E o pesquisador precisa refletir sobre a forma como a sua metodologia, a sua pesquisa será estruturada, visto que muitas pesquisas que tomam a prática como objeto constroem uma análise de modo a criticar o que o Serviço Social faz, mas pouco se dispõe a refletir e somar em estratégias para quem está exercendo a profissão na ponta. Finalizamos aqui com alguns questionamento que foram realizados durante algumas das aulas ministradas ao longo da disciplina: Qual a relação entre a categoria profissional com o referencial marxista? Existe uma relação? Quais as determinações contribuem para que a formação crítica que o Serviço Social tem construído ainda encontre obstáculos para serem introjetadas no exercício profissional, nos espaços sócio-ocupacionais? Questionamentos ainda sem respostas, mas que podem suscitar discussões futuras.

4- REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Orientação normativa 03/2020.

ELPÍDIO, M.H. Preparando a “virada”: a contribuição do CELATS no redimensionamento da organização e formação profissional do Serviço Social brasileiro. In: IAMAMOTO, M. V. e SANTOS C. M. (Orgs). A História pelo avesso. A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021, pgs.271-293.

IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____ Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora”. CFESS, 2021.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

IAMAMOTO, Marilda, e YAZBEK, Maria Carmelita. Posfácio - Maria Carmelita Yazbek/Marilda Villela Iamamoto in YAZBEK, Ma. C e IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na História – América Latina, África e Europa. SP: Cortez, 2019.

MATOS, Maurílio. Serviço Social, ética e saúde. Reflexões para o exercício profissional. 1ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

PAULA, Luciana. Estratégias e Táticas. 1ª Edição. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

RAICHELIS, R. D. “Serviço Social, trabalho e profissão no capitalismo contemporâneo”. In: RAICHELIS, R. D; VICENTE, D. P. (Org.); ALBUQUERQUE, V. O. (Org). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2018; pgs.25-65.

VASCONCELOS, Ana Maria. A/o Assistente Social na luta de classes. Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2015.

TRABAJO SOCIAL EN EL CONTEXTO DEL COVID-19: retrocesos, resistencias y desafíos en la Región Iberoamericana

Virgínia Alves Carrara²⁰¹

Miguel Ángel Oliver²⁰²

Rosana Matos-Silveira²⁰³

Joana Maria Mestre²⁰⁴

Ariane Rodrigues De Paula²⁰⁵

Ana Caroline Silva²⁰⁶

Resumen: Esta comunicación es parte de una investigación internacional que analiza los desafíos que atraviesa el Trabajo Social en diferentes países iberoamericanos como consecuencia de la pandemia del COVID-19. Para ello se ha desarrollado una metodología cualitativa bibliográfico-documental desde cuatro ejes temáticos: formación, trabajo, organización profesional y estudiantil. Los resultados parciales señalan diferentes desafíos para la categoría profesional: fomento del trabajo en red, amenaza del trabajo remoto en sustitución del presencial; escasa autonomía profesional; necesidad de reivindicar derechos debilitados; así como rescatar la dimensión política profesional y

²⁰¹Trabajadora Social, docente del Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, doutora em Trabajo Social por la Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Coordinadora de la investigación. E-mail: vcarrara@ufop.edu.br Comunicación vinculada en eje temático: **Resistências, Lutas e Internacionalização do Serviço Social; Política Social, trabalho e questão social: retrocessos, resistências e desafios ao Serviço Social.**

²⁰² Trabajador Social, docente del Departamento de Filosofía y Trabajo social de la Universitat de les Illes Balears (UIB), España. Doutoramiento en Trabajo Social, Servicios Sociales y Política social. Vice-coordinador de la investigación. E-mail: mangel.oliver@uib.es

²⁰³ Trabajadora Social, docente del Departamento de Trabajo Social y Servicios Sociales de la Facultad de Trabajo Social de la Universidad de Granada, doutora en Antropología Social y Cultural por la Universidad de Granada, España. E-mail: rosanadm@ugr.es

²⁰⁴ Trabajadora Social, docente del Departamento de Filosofía y Trabajo social de la Universitat de les Illes Balears (UIB), España E-mail: joanamaría.mestre@uib.es

²⁰⁵Estudiante de Trabajo Social del Grado de Trabajo Social del Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, becária de Iniciación Científica, del Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Ações Afirmativas – PIBIC/AF – CNPq. E-mail: ariane.paula@aluno.ufop.edu.br

²⁰⁶Estudiante de Trabajo Social del Grado de Trabajo Social del Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, voluntaria en esta investigación y becária de Iniciación Científica en el Programa de Bolsas de iniciação científica e tecnológica da FAPEMIG en la investigación A Formação em Serviço Social na Espanha pós Bolonha e a “era da educação digital”: fundamentos e perfil profissional. E-mail: ana.cs1@aluno.ufop.edu.br

profundizar en la regulación de la profesión en sus atribuciones privativas y competencias.

Palabras-Clave: COVID-19; Trabajo Social; Región Iberoamericana; Desafíos Profesionales; Retrocesos y Resistencias.

Abstract: This paper is part of an international research that analyzes the challenges that Social Work is facing in different Ibero-American countries as a consequence of the COVID-19 pandemic. A qualitative bibliographic-documentary methodology was developed from four thematic axes: formation, work, professional and student organization. The partial results point to challenges for the professional category: the promotion of networking, the threat of remote work replacing face-to-face work; fragile professional autonomy; the need to claim weakened rights; as well as to rescue the professional political dimension and deepen the regulation of the profession in its private competencies and attributions.

Keywords: COVID-19; Social Work; Ibero-American Region; Professional Challenges; Retrogressions; Resistance.

1- Introducción

La comunicación que presentamos, forma parte de una investigación más amplia, actualmente en curso, y que tiene por objeto analizar los desafíos que la pandemia ha representado para la profesión de Trabajo Social en diferentes países iberoamericanos. Algunos de los cambios que se han venido produciendo en relación al trabajo profesional en diferentes países en el contexto de pandemia, acentúan el protagonismo de una intervención asistencialista centrada en el enfoque individual. Esta tendencia, que ya se venía dando en los diferentes contextos en el marco del escenario neoliberal en que se desarrollan las políticas sociales, se caracteriza también por el predominio de respuestas profesionales que vienen actuando, especialmente en escenarios de crisis, en clave de emergencia (Navarro, 2000). Una realidad que evidencia

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

los déficits que históricamente se vienen dando en relación al desarrollo de actuaciones de carácter preventivo.

De hecho, la pandemia del COVID-19 ha incidido profundamente en los sistemas públicos de protección social mostrando a nivel global la debilidad de los mismos para hacer frente a retos de esta envergadura. Al mismo tiempo, esta fragilidad ha evidenciado las consecuencias de las políticas económicas basadas únicamente en el libre mercado y la reducción del Estado desde el modelo neoliberal (OLIVER, 2021). Si bien es cierto que el virus ha adoptado un carácter global, este ha afectado de manera distinta a los entornos más desfavorecidos, contribuyendo a la generación de una nueva estratificación social (IZQUIERDO, 2020).

El elevado impacto económico en las familias, consecuencia de la pandemia, ha contribuido a un aumento de la presión asistencial en los servicios sociales y en las trabajadoras sociales. Consecuentemente, la necesaria priorización de actuaciones para dar cobertura a las necesidades básicas de las personas, ha comportado una mayor dedicación de las trabajadoras sociales a labores administrativas y de gestión, en detrimento de otras competencias profesionales. Esta realidad, recuerda la simplificación de las funciones de las trabajadoras sociales, a las que ya hacía por otra parte referencia Healy (2001) dos décadas atrás, y que se enmarca en la inadecuada delimitación de funciones de los servicios sociales, y a lo que corresponde o no hacer a sus profesionales (AGUILAR, 2014; FANTOVA, 2008). Todo ello, no puede entenderse, en cualquier caso, al margen de los cambios que en los sistemas de protección se vienen dando en el marco del sistema capitalista, desde la visión individual de los problemas del modelo neoliberal, que delega en la ciudadanía o en las organizaciones parte de la responsabilidad en la resolución de los mismos (FONT, 2014; MONTAÑO, 2007).

En esta comunicación se presentan los resultados preliminares de la investigación internacional en la que se analizan, en diferentes países de Iberoamérica y Caribe (hasta el momento doce países), los desafíos para la formación, el trabajo y la organización política de las y los trabajadores sociales, y de los estudiantes en el contexto de la pandemia del coronavirus.

2- Processo metodológico

La hipótesis de la investigación es que la pandemia desenmascaró la lógica de los recortes en las políticas sociales, al mismo tiempo que empeoró las condiciones de vida y de trabajo de la clase obrera y de las trabajadoras sociales, por ser parte de la misma clase trabajadora, acelerando los procesos de cambio en el mundo del trabajo, que ya se venían desarrollando especialmente en lo que se refiere al uso de las TIC. Recordando a Antunes (2020), nos unimos a los cuestionamientos por él formulados: ¿qué tiene que ofrecer el sistema de metabolismo antisocial del capital a la humanidad que depende de su trabajo para sobrevivir? ¿Cómo afrontan las trabajadoras sociales en su trabajo cotidiano los desafíos del ejercicio profesional en este complejo contexto capitalista que no tiene límites para su expansión, y que su resultante es la sistemática destrucción de la vida? Si con el avance del neoliberalismo la barbarie hacía sombra sobre los cuatro rincones del planeta, la pandemia de la COVID-19 desnudó la cara perversa del carácter discriminatorio en relación a las clases sociales, pues su expansión mostró su cara más brutal e intensa para las personas que dependen de su propio trabajo para vivir. Las trabajadoras sociales fueron también víctimas de esa destrucción que fue más aguda en coyunturas políticas en las que algunos gobiernos de ultraderecha actuaron desde posturas negacionistas frente a la pandemia.

Tratamos con este estudio de responder a las siguientes cuestiones: ¿Cómo están actualmente las organizaciones de la categoría promoviendo la defensa de la protección de las profesionales? ¿Cuáles son las demandas profesionales en este momento de pandemia? ¿Qué iniciativas rescatan y/o refuerzan la dimensión política del Trabajo Social, especialmente en este contexto? ¿Cómo se ha dado la adaptación del trabajo o la atención, del nivel presencial al virtual como resultado de la situación generada por la COVID-19? ¿Cuáles son los impactos en la intervención profesional desde los servicios sociales? ¿Ha habido interferencias en la formación profesional y académica del Trabajo Social Iberoamericano en función del presente escenario de crisis sanitaria y en contexto de crisis del capital? Para ello se realizó un análisis cualitativo de material disponible públicamente en páginas webs, blogs, plataformas como facebook, twitter, *youtube*, etc. Estos materiales han sido editados por los colegios profesionales de Trabajo Social, instituciones académicas o organizaciones de colectivos profesionales en general, en los países seleccionados para el estudio que en el momento estén debatiendo sobre la temática de la pandemia del COVID-19 desde su articulación con el Trabajo Social. Hemos accedido a materiales de dominio público de doce países,

concretamente de: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, Ecuador, España, Perú, Portugal y Puerto Rico. El total del material analizado comprende 26 audiovisuales (en directo, conferencias web, mesas redondas, en blogs, facebook, twitter, Youtube), y 20 artículos, provenientes de los Colegios profesionales de Trabajo Social, instituciones académicas u otro tipo de organizaciones o colectivos profesionales en general, en los países seleccionados para el estudio. Los ejes de investigación y análisis se centraron en cuatro dimensiones: trabajo/ejercicio profesional, formación, organización profesional y estudiantes.

3- Resultados y Discusión

Los resultados señalan, por una parte, desafíos a los que ha tenido que hacer frente la profesión como: la amenaza de la sustitución del trabajo presencial por el trabajo remoto; la falta de autonomía de las trabajadoras sociales para el desempeño de su profesión; la necesidad de reivindicar derechos que vienen siendo progresivamente enfrentados; la necesidad de rescatar la dimensión política del Trabajo Social; la exigencia de profundizar en la regulación de la profesión que permita definir la atribución de las competencias y funciones de las profesionales. Por otro lado, los resultados de la investigación reflejan también aspectos como: las situaciones de estrés e incertidumbre en las trabajadoras sociales que genera una situación de pandemia mundial que, en determinados contextos, ha supuesto el fallecimiento de profesionales; la falta de estructura básica de los servicios; la escasez de recursos materiales y profesionales; la delegación de responsabilidades del Estado a la sociedad civil, y la existencia de desigualdades estructurales que la pandemia ha puesto aún más de manifiesto. Presentamos aquí los resultados parciales para los países de Brasil, Colombia, Costa Rica, España, Perú y Puerto Rico, en el período pandémico, desde marzo de 2020 a julio de 2021. Las expresiones de la *cuestión social* objeto de la intervención e investigación profesional se vieron agravadas por el aumento del desempleo, especialmente en el sector servicios y turismo. Al mismo tiempo, aumentó exponencialmente el volumen de demandas de ayuda a los servicios sociales y aparecieron nuevos usuarios que nunca habían demandado asistencia con anterioridad a los mismos:

“Estamos atendiendo a familias que ya estaban económicamente mal previo a la crisis y que a raíz de la crisis su situación económica es bastante peor. Nos están apareciendo nuevas familias que no eran conocidas en servicios sociales que han quedado en una

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

situación económica muy precaria” (LOPEZ, La Manchuela, Albacete/España, 2020. Colegio Oficial de Trabajo Social de CLM).

Las trabajadoras sociales han asumido la función de realizar determinados trámites de prestación de servicios que no son propios del Trabajo Social como consecuencia de la falta de leyes reguladoras de la profesión, que generan dudas sobre las responsabilidades de las profesionales de Trabajo Social y en relación al reconocimiento de la profesión. El ejercicio profesional de las trabajadoras sociales fue alterado, las intervenciones tenían lugar en la mayor parte de los casos, de forma remota, a través del correo electrónico, de llamada telefónica o de WhatsApp. Los usuarios y los profesionales demostraron dificultades en adaptarse a estas situaciones. También, la falta de recursos humanos y materiales para el ejercicio profesional, afectó en aspectos como el del secreto profesional, ya que las trabajadoras sociales tuvieron que utilizar el móvil para atender a las personas. También se produjo una desresponsabilización del Estado en lo que concierne a sus deberes, con una delegación de responsabilidades a las entidades del tercer sector.

Antes de la pandemia, en España, ya era visible en el cotidiano profesional de las trabajadoras sociales, el desarrollo de una atención centrada en la gestión de recursos, especialmente en el ámbito de los servicios sociales. Girela (2017) afirma que los profesionales del Trabajo Social hoy tienen sus tareas reducidas en “la gestión de recursos y servicios en detrimento de las acciones profesionales vinculadas a la promoción, y sensibilización, generando una relación con la población usuaria en términos de dependencia institucional” (p.101)). En ese sentido, esta tendencia puede consolidarse ante el actual escenario.

“(...) hoy los profesionales en Trabajo Social estamos presentes en diferentes ámbitos de actuación, entre otros: salud, educación, servicios sociales, sector carcelario, rehabilitación. Espacios donde se encuentra el mayor porcentaje de la población en situación de vulnerabilidad (...) En este sentido, y ante la presencia del Covid-19 y la cuarentena, se agudizan las situaciones que son objeto de la intervención del Trabajo Social en la cotidianidad” (Carta Pública del Consejo Nacional de Trabajo Social, Colombia, 2020)

La situación de las demandas y respuestas de la profesión a través de sus organizaciones profesionales, y desde los espacios de trabajo que requieren cuidados presenciales para el desarrollo de la intervención, comportó la puesta en marcha de diferentes tipos de acciones para adaptarse a la nueva realidad:

“Consulta social telefónica; redes de apoyo con videollamada; haciendo registros documentando las condiciones a través de video, etc.; ofertar teletrabajo para las funcionarias que estaban en situación de riesgo de exposición” (Hospital San Juan de

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Dios. Costa Rica. Expresiones de la intervención profesional en el contexto de pandemia. Actividad organizada por ALAEITS)

En el estudio de Molina (2017) queda claro que antes de la pandemia las condiciones de trabajo ya presentaban las características de las transformaciones político-económicas del ideario neoliberal. La autora señala que Costa Rica - como el resto de países de América Latina - experimenta una serie de desafíos a nivel social, económico, político y ambiental. Desafíos estos que dan cuenta de las transformaciones resultantes de su participación periférica y dependiente dentro del sistema capitalista. Para las trabajadoras sociales costarricenses, las diferentes formas de empleo permanente intensificaron la inestabilidad y ausencia de derechos laborales. Al mismo tiempo que las políticas sociales sufren recortes en la dirección del cumplimiento de los preceptos neoliberales.

En Puerto Rico, el Trabajo Social enfrenta nuevos y grandes desafíos debido a la actual crisis de capital, con un aumento en los recortes y una disminución en la protección social. Eso ha llevado a los profesionales, de acuerdo con Cortez, Vega y Ortiz (2017), a participar activamente en movilizaciones sociales para evitar un retroceso en el ámbito social y profesional.

“Hemos defendido la inclusión de nuestros profesionales en la protección de la seguridad en espacios laborales, en acceso a incentivos económicos”(ORTIZ, Colegio de Trabajadoras Sociales de Puerto Rico, 2020).

En Colombia, Costa Rica, Perú y Puerto Rico, identificamos la falta de medidas de protección en los espacios de trabajo presencial, dándose algunas movilizaciones de la categoría en estos países. Sin embargo, hubo diferentes respuestas en cada uno de ellos, si bien fueron en general, respuestas negativas que no garantizan la seguridad y los derechos de las trabajadoras sociales en la coyuntura del COVID-19. También la formación fue impactada por la pandemia incidiendo en las condiciones de precarización, con la imposición de la enseñanza remota y la desresponsabilización del Estado en relación a las condiciones mínimas que deberían tener todos los estudiantes, profundizando en la desigualdad y la exclusión entre estos.

En este contexto, el profesorado y toda la comunidad universitaria también se enfrentan a retos para posibilitar y continuar con su labor docente que ponen de manifiesto las dificultades existentes desde sistemas que no estaban preparados para acometer determinados cambios:

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

“Hacemos una docencia virtual (...) pero en Perú sucede que el 25% de la población es rural. Se estima que uno en cada cuatro peruanos no tiene Internet. Como se puede ir a estudiar (...) en nuestro nuevo sistema remoto.” (ESCOBAR, Universidad Nacional Mayor de San Marcos - Lima, Perú, 2021)

“É nesse contexto que se constroem as projeções do futuro profissional de todos estudantes de Serviço social. Sabemos que essa desigualdade de acesso a recursos e concentração de renda, é própria de um projeto societário que subjuga e explora e assassina a classe trabalhadora em nome dos interesses do capital e do mercado”. (Centro Acadêmico do Serviço Social Ricardo Ferreira Gama, UNIFESP, Brasil, 2020)

En Brasil, en la coyuntura pandémica, hubo movilización de la categoría para reivindicar sus derechos en relación a la intervención. La reafirmación de los organismos oficiales (ABEPSS, CFESS,) sobre la importancia de la protección y atención especializada en defensa de la clase obrera fue, y sigue siendo, una labor constante de esos colectivos. Los desafíos del trabajo remoto como la dificultad en el uso y en las condiciones de acceso de las tecnologías para la atención a los usuarios, es otra cuestión que las profesionales tuvieron que afrontar. El aumento de los límites ya existentes y el surgimiento de nuevas demandas en los diversos espacios socio-ocupacionales de las trabajadoras sociales, es un reto que se profundizó con la pandemia, en un país con un gobierno de ultraderecha que minimizó la importancia de esta desde el inicio. Ante el aislamiento social impuesto por la pandemia del COVID-19, que requirió el acceso a las plataformas virtuales para la formación educativa, la desigualdad también desafía esta condición, dada la posición social de precaria accesibilidad que el capitalismo impone a una determinada clase, la clase trabajadora, la población empobrecida. Siendo América Latina un continente marcado por la colonización, cuando se terminó la política de servidumbre en las entonces colonias, y estas se volvieron independientes, lo que se colocó a continuación fue una coyuntura de dependencia de las naciones latinoamericanas a las potencias capitalistas. En palabras de Marini (2005), esta realidad configura una relación de subordinación entre países formalmente independientes, que manipula las relaciones de producción de las naciones dependientes para garantizar la reproducción ampliada de este vínculo de sumisión. A lo largo de los años, el continente latinoamericano, mantiene importantes vínculos de lucha, como en el caso de Brasil con el Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra (MST) que, desde su fundación, actuó directamente para que más de 450.000 familias obtuvieron acceso a este derecho, a través de la resistencia y organización por parte de los trabajadores rurales. Junto a este ejemplo, el resultado de las elecciones presidenciales de 2022 en Colombia también representa otra expresión de resistencia para el territorio continental, ya que por primera vez fue derrotado un gobierno liberal y conservador. En el mismo sentido, también cabe

mencionar el actual paro nacional en Ecuador, impulsado por la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE), con numerosas exigencias frente a las situaciones de precariedad económica y social que presenta el país. También es símbolo de esa pujanza de las movilizaciones populares latinoamericanas, las diferentes protestas que desembocaron en la marcha más grande ocurrida en Chile, que tuvo lugar en 2019, donde miles de personas salieron a las calles para responder al olvido estatal ante la desigualdad social presente en el conjunto del país.

4- Consideraciones Finales

Dado que la profesión de Trabajo Social está articulada con la realidad histórico-social, su sustrato material es la realidad social, y la vida cotidiana de ciertos segmentos de la población (GUERRA, 1998). Por lo tanto, es una parte necesaria de esta profesión, estudiar los segmentos que se colocan y se actualizan en la sociedad capitalista. Investigar e indagar en los medios implicados en esta vida cotidiana, implica dilucidar contextos y caminos necesarios para una mejor comprensión y desarrollo del conocimiento teórico y metodológico de la realidad en la que se inserta esta profesión.

Podemos afirmar que los resultados preliminares indican que la pandemia, en los países hasta el momento investigados, impactó en toda la categoría profesional, sea en el ámbito académico, con repercusión en los estudiantes, en el ejercicio profesional, así como en las organizaciones colectivas de trabajadoras sociales. Estas han venido afrontando nuevas demandas que exigen respuestas rápidas y calificadas, en cuanto a la atención a los usuarios, y en relación a los propios profesionales en su quehacer diario. Con la pandemia, la falta de estructura básica de servicios es aún más explícita en los países en desarrollo, en América Latina.

El neoliberalismo es una de las respuestas conservadoras que se alinea con las necesidades objetivas y subjetivas de este período histórico. Desde el punto de vista ideológico, el neoliberalismo es la ideología del capital en crisis que apuesta por la desmoralización del Estado Social, por la desregulación y supresión de los derechos conquistados de la clase trabajadora y de todo lo que es público. En esta lógica, es necesario traspasar a las personas y familias las responsabilidades que le corresponden al Estado. Y con ello, los recortes en el gasto público, la supresión de los espacios democráticos de toma de decisiones, la ejecución de políticas de exterminio y

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

criminalización de los pobres, y el debilitamiento y fragmentación de los sujetos colectivos y sus luchas.

En tiempos de crisis de capital, con cambios en los espacios laborales, en políticas sociales, son muchos los desafíos que, desde el ejercicio profesional, vienen afrontando las trabajadoras sociales de los países investigados. Con la particularidad de los espacios y contextos, podemos constatar como en todos ellos se ha producido un retroceso de derechos como consecuencia del incremento de políticas sociales neoliberales. Todo este escenario de negligencias estatales en cada territorio investigado, señala que hay otro reto además de los recortes a los derechos laborales de las trabajadoras sociales, como es el de estar en primera línea del frente en esta pandemia, sin olvidar que muchos compañeros/as trabajadores sociales, perdieron la vida en esta batalla.

5- Referencias Bibliográficas

AGUILAR HENDRICKSON, M. *Apuntes para un replanteamiento de los Servicios Sociales en España*. Madrid: FundaciónFoessa. 2014

ANTUNES, R. CORONAVÍRUS: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

CORTEZ, E. B., VEGA, L. M., & ORTIZ, M. T. Modelo generalista y educación por competencias del trabajo social en Puerto Rico. Análisis crítico de las propuestas del councilon social workeducation (CSWE). In *Trabajo y formación en trabajo social: Avances y tensiones en el contexto de Iberoamérica* (pp. 37-68). Tarragona: Institutd'Estudis Tarraconenses Ramon Berenguer IV. 2017

FANTOVA, F. Sistemas públicos de servicios sociales Nuevos derechos, nuevas respuestas. *Cuadernos de Derechos Humanos*, 49. Instituto de Derechos Humanos Pedro Arrupe. Universidad de Deusto. 2008.

FONT REDOLAD, J. Treballcomunitari i movimentsocials: una relació necessària i pocexistent. *RTS, Revista de Treball Social*. Col·legi Oficial de Treball Social de Catalunya, 203, 36-49. 2014.

GIRELA REJÓN, B. El Trabajo Social y los Servicios Sociales en España: el precio del neoliberalismo. *Reidocrea*, Granada, v. 6, 95-104. 2017

GUERRA, Yolanda. *Investigação Social e Serviço Social: novos processos de produção de conhecimento*. Congreso Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. Santiago, Chile, 1998.

HEALY, K. *Trabajo Social: perspectivas contemporáneas*. Madrid: Ediciones Morata. 2001.

IZQUIERDO, A. Sociología del confinamiento. *Documentación social*, España, n. 5. 2020

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: Ruy Mauro Marini: vida e obra. TRANSPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOLINA, R. A. M. Trabajo social en Costa Rica: desafíos para la formación y el ejercicio profesional en tiempos de mundialización del Capital. In *Trabajo y formación en trabajo social: Avances y tensiones en el contexto de Iberoamérica* (pp. 3-20). Institutd'Estudis Tarraconenses Ramon Berenguer IV. 2017

MONTAÑO, C. Trabajo social e intervención: la politización de la acción profesional. 2007.

OLIVER, M. A. Desigualdad social y políticas públicas: impacto del Covid-19 en España. Revista em Pauta, n.48, p. 92-106, 2021.

A DIMENSÃO ÉTICA NA FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ESPANHA: dados preliminares de pesquisa internacional

Tatiana Reidel ²⁰⁷

Laís Duarte Corrêa ²⁰⁸

RESUMO:

Objetiva-se contextualizar o processo de pesquisa sobre a dimensão da ética profissional no Serviço Social espanhol e alguns achados preliminares, para contribuir com o debate e o avanço de estudos sobre o Serviço Social internacional. Foram analisados 38 Cursos de Serviço Social com 1565 planos de ensino. Destes, 137 (8,75%) abordavam “ética/deontologia” e 8 cursos não contêm uma disciplina sobre a temática, mas seu conteúdo é abordado em outras disciplinas. Evidencia-se o desafio de superação da ética à sua esfera normativa não articulado com suas outras dimensões, dificultando a apreensão de uma ética aplicada na formação e trabalho profissional.

Palavras-chave: Serviço Social internacional; Espanha; ética; formação

ABSTRACT: The article aims to contextualize the process of research about professional ethical dimension in Spanish Social Service, with a view to contributing to the debate and to the advancement of studies on international Social Work. Were analyzed 38 Spanish Higher Education with 1565 Teaching Plans. 137 (8.75%) dealt with "ethics" or "deontology". It was found that 8 courses do not include subjects entitled "ethics/deontology", but the content is covered in at least one course. Is evident the challenge of overcoming ethics in its normative sphere which is not articulated with its other dimensions, making it difficult to apprehend ethics applied to training and professional work.

Keywords: international Social Work; Spain; ethics; training

²⁰⁷ Assistente Social, Mestra e Doutora em Serviço Social (UFRGS) Pós-Doutora pelo Departamento de Serviço Social (UCM/Espanha), Professora do Departamento de Serviço Social e Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Líder do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética em Serviço Social (GEPETFESS/UFRGS). Bolsista Produtividade CNPq.

²⁰⁸ Assistente Social, Mestra em Política Social e Serviço Social pela UFRGS, Doutoranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), bolsista do CNPq. Integrante do GEPETFESS/UFRGS; do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina CNPq/UFSC, Núcleo de Pesquisa em Políticas e Economia Social –NEPES/PUCRS, e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais -NEPPPS/UCS.

1- INTRODUÇÃO

Este trabalho é oriundo da sistematização de pesquisa internacional intitulada “As Particularidades da Dimensão Ética na Formação e no Trabalho dos Assistentes Sociais na Espanha”. Trata-se de um pós-doutoramento vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Complutense de Madri/Espanha. O mesmo visa contextualizar o processo de pesquisa sobre a dimensão da ética profissional no Serviço Social espanhol e alguns achados preliminares, para contribuir com o debate e o avanço de estudos sobre o Serviço Social internacional.

Compreende-se como imprescindível a realização de estudos e pesquisas que envolvam o quadro sócio-histórico mundial, no qual o Serviço Social se inscreve, constituindo-se em um ponto de convergência para refletir sobre as determinações da profissão em âmbito internacional. Destaca-se a relevância de refletir sobre o Serviço Social em âmbito internacional, considerando a “lacuna na produção acadêmica brasileira quanto ao conhecimento do Serviço Social no circuito mundial nas últimas décadas” (IAMAMOTO; YAZBEK, 2019, p.11).

Trata-se de um estudo misto, iniciado no ano de 2020 que se estende aos dias atuais, realizado na Espanha em tempos de Covid-19²⁰⁹. A pesquisa foi realizada *in loco* pela pesquisadora e pelo grupo de pesquisa que permaneceu no Brasil, e se constituiu em um respiro em tempos de asfixiamento oriundo das consequências do vírus, mas também de uma série de retrocessos dos direitos da classe trabalhadora.

O estudo filia-se ao método materialista-histórico-dialético, utilizando-se de dados bibliográficos e documentais das 38 Instituições de Ensino Superior espanholas (50 públicas e 33 particulares) que ofertam Serviço Social (MINISTERIO DE UNIVERSIDADES, 2020), tendo-se identificado em seus respectivos sites 1565 planos de ensino de disciplinas relacionados à temática da Ética.

Nesta produção, se dará ênfase ao percurso desenvolvido neste estudo e alguns de seus resultados preliminares, especificamente no que tange ao estudo documental sobre a ética na formação profissional de assistentes sociais espanhóis, possibilitando

²⁰⁹ Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto da doença (Covid-19), causada pelo novo coronavírus, constitui-se emergência de saúde pública de importância internacional, o mais alto nível de alerta da OMS, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. No mesmo ano, em 11 de março de 2020, a OMS caracterizou a Covid-19 como uma pandemia. Neste sentido, é importante destacar que dois dias após essa caracterização, no dia 13 de março, decretou-se “estado de alarme” na Espanha, um dos países considerados epicentros da pandemia.

ampliar estudos teórico-metodológicos sobre essa dimensão na formação profissional em Serviço Social na Espanha.

Trata-se de uma possibilidade concreta de contribuição no processo de internacionalização do ensino superior, que, “nos últimos anos, tem sido sinônimo de qualificação e excelência no ensino superior, criando escala, valor e servindo de estratégia na definição dos rankings entre as universidades” (MARTINS; CARRARA, 2014: 222), além de fortalecer os laços de cooperação internacional, inferindo sobre a produção de conhecimento na área do Serviço Social.

2- O PROCESSO DE PESQUISA EM TEMPOS DE PANDEMIA: ALGUNS RESULTADOS PRELIMINARES

Conforme já exposto, a pesquisa teve início no ano de 2020. Dez dias após a chegada da pesquisadora na Espanha, decretou-se “estado de alarme” da população espanhola, limitando a circulação de pessoas e a racionalização do uso de serviços ou consumo de artigos de primeira necessidade, entre outros.

Diante deste contexto, exigiu-se adequações ao processo de pesquisa, otimizando o processo de coleta dos dados para a modalidade *online*. No Brasil, concomitantemente, acompanhou-se a negação e reducionismo do vírus, bem como o processo lento de tomada de medidas de distanciamento, de cuidado e de proteção à população em geral.

Mesmo em diferentes contextos, o grupo de pesquisa, composto por uma doutoranda, dois mestrandos e três bolsistas de iniciação científica, e a pesquisadora, encontraram-se, na modalidade *online*, semanalmente, para estudos, organização e socialização dos processos de coleta e análise dos dados.

Nesta perspectiva, destaca-se que, além de contribuir com a pesquisa internacional, a experiência aqui apresentada também possibilitou um importante envolvimento entre discentes de graduação e de pós-graduação. Ressalta-se ainda que essa articulação permitiu a construção de mediações com a formação profissional no Brasil, bem como do fortalecimento dos fundamentos do Serviço Social brasileiro, exigindo-se estudos e apropriação para as análises realizadas.

Ainda, e mesmo considerando as limitações do confinamento e parcas condições concretas de aproximações físicas e articulações, a pesquisadora participou junto aos distintos coletivos de Assistentes Sociais, como espaços formativos da e com a categoria profissional, eventos e mesas redondas. Participou da realização de reunião com a

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

direção do Colégio Oficial de Madri em julho e da participação de grupos de discussão de Assistentes Sociais da Espanha, possibilitando avançar no reconhecimento do trabalho e da organização dos(as) assistentes sociais do país.

A partir desta aproximação e vivência, evidencia-se um reconhecimento destas entidades representativas, no que se refere ao trabalho dos(as) Assistentes Sociais na pandemia. Identificou-se uma retomada da categoria sobre os alertas e denúncias realizadas sobre as implicações dos drásticos cortes ao financiamento necessário para garantia do sistema de proteção social que já estava afetado. Assim, acredita-se que, apesar das dificuldades da realidade e particularidades do Serviço Social espanhol, a categoria se manteve na busca por justiça social, direitos humanos e busca pela igualdade de oportunidades (REIDEL, 2020).

Neste processo identificou-se também que a Espanha possui em torno 40.000 profissionais vinculados aos Colégios Oficiais de Serviço Social que totalizam 36 no país (Colegios Oficiales de Trabajo Social) cujo organismo representativo superior é “Consejo General del Trabajo Social”. Além deste, existe a “Asociación Universitaria Española de Trabajo Social”.

Quanto à caracterização das Instituições de ensino, 94,7% se configuram como Universidade, caracterizando-se pela premissa indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. 76,3% são natureza pública, o que não representa ensino gratuito, pois, segundo informações do Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (MECD), o custo médio anual da graduação na Espanha, em universidades públicas, varia de 821€ a 1.302€ e em algumas não há distinção entre valores para europeus e estrangeiros (MECD, 2022).

No estudo dos planos de ensino, identificou-se que das 1565 disciplinas, 137 abordam o tema da ética/deontologia, ou seja, em 8,7% há evidência da temática. Dos cursos de Serviço Social, 8 não exibem disciplinas intituladas “ética/deontologia”, porém, o conteúdo é abordado em outras disciplinas, pois em todos os cursos há, no mínimo, uma que contém ética no plano de ensino.

As 137 que abordam a temática da ética/deontologia foram divididas em 11 blocos temáticos: Ética; Fundamentos; Trabalho em áreas específicas; Práticas, estágio e supervisão; Trabalho com famílias, indivíduos, grupos e comunidades; Investigação, diagnóstico e avaliação; Habilidades profissionais; Serviços Sociais; Introdução ao Serviço Social; Mediação; Antropologia, direitos e desigualdade. Apenas 32 (23,35%) compuseram o bloco intitulado “Ética”, a partir da exibição no título “ética/deontologia” (REIDEL; CORRÊA; MENDO, 2022). Nas Universidades pesquisadas, dois cursos

apresentam a incidência de 02 disciplinas específicas sobre ética, ou seja, somente 2 graduações contêm mais de uma disciplina de ética.

Na Espanha, evidenciou-se também que, assim como no Brasil, a centralidade da ética é compreendida como um dos pilares de sustentação da direção que orienta o trabalho profissional, reconhecimento amplamente compartilhado “tanto por profissionais como acadêmicos que reconhecem que a ética é consubstancial ao próprio Serviço Social e os(as) profissionais devem atuar sempre com uma direção ética. Este reconhecimento é um dos motivos fundamentais que explicam o surgimento de tantas reflexões e publicações em torno deste tema.” (PEMÁN; MEGALES, 2017, p.17, tradução nossa).

Entretanto, na Espanha, o Serviço Social não possui a concepção do homem como sujeito transformador, núcleo categorial da teoria social crítica. Por fim, identificou-se também que o Serviço Social espanhol teve o seu primeiro Código de Ética aprovado pela *Asamblea General de Colegios Oficiales de Diplomados en Trabajo Social y Asistentes Sociales* somente em 1999, justificando-se “[...] *en la necesidad de ahondar en los principios éticos y deontológicos profesionales atendiendo a las nuevas realidades sociales y a las normas que influyen directamente en la actividad profesional.*” (Consejo General del Trabajo Social, 2015). Ou seja, seis anos após a edição do quinto e último código de ética da categoria no Brasil.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou imersão científica, estudo e compreensão da ética na formação e profissão espanhola, envolvendo professoras, graduandas e pós-graduandas do Brasil e Espanha.

Além disso, considera-se que preliminarmente, no que se refere ao Código e à perspectiva de formação, há uma sinalização aos valores que orientam a formação e o trabalho dos(as) assistentes sociais, pois “a formação atual em Serviço Social tende a incrementar a capacitação dos futuros assistentes sociais, proporcionando aos estudantes oportunidades de aprendizagem para conseguir conhecimentos, habilidades e valores próprios do Serviço Social” (ANECA, 2004, p.35, tradução nossa).

Entretanto, foram identificados alguns desafios no que tange à ética na formação de assistentes sociais na Espanha, dentre eles, a superação de uma compreensão que, por vezes, pode limitar a ética à sua esfera normativa por meio do Código, ou apenas a

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

uma fundamentação teórica restrita ao aspecto deontológico, o que represa/isola a compreensão da ética de suas outras dimensões e da articulação entre elas, dificultando a apreensão de uma ética aplicada na formação e, conseqüentemente, no trabalho profissional.

Desta forma, ressalta-se que a dimensão ética não se limita ao código; esta é, ou deveria ser, transversal, presente em toda extensão profissional. Compreendemos que o processo de formação deve possibilitar o exercício do pluralismo onde se tornam possíveis reflexões e debates sobre diferentes perspectivas teóricas que se confrontam durante o processo de formação.

4- REFERÊNCIAS

ANECA, Ministerio de Educación y Ciencia. **Libro Blanco para el título de grado en Trabajo Social**. 2001.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (organizador). São Paulo. Cortez, 2012.

CONSEJO GENERAL DEL TRABAJO SOCIAL. **Código Deontológico de Trabajo Social** (Digital). 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela; YAZBEK, Maria Carmelita. Introdução. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (org.). **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 11-30

MARTINS, Alcina Maria de Casto; CARRARA, Virgínia Alves. Serviço Social português e brasileiro em diálogo: internacionalização da formação profissional. **Em Pauta**, v. 12, n. 33, p. 205-227, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/13034>. Acesso em: 12 fev. 2022

MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE. Disponível em: <http://www.mecd.gob.es/redirigeme/>. Acesso em 2022.

MINISTERIO DE UNIVERSIDADES. **Datos y cifras del Sistema Universitario Español Publicación**. 2019-2020. Disponível em:

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

<https://www.educacionyfp.gob.es/dam/jcr:b9e82c7a-1174-45ab-8191-c8b7e626f5aa/informe-datos-y-cifras-del-sistema-universitario-espa-ol-2019-2020-corregido.pdf>. Acesso em: mar. 2020.

PEMÁN, M. J. U.; MEGALES, D. S. Presentación del monográfico: Ética y Trabajo Social. **Cuadernos de Trabajo Social**, v. 30, n. 1, p. 17-21, 2017.

REIDEL, Tatiana. SERVIÇO SOCIAL NA ESPANHA EM TEMPOS DE COVID-19. In: Anais do V SERPINF - Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família, III SENPINF - Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: inflexões da pandemia covid 19 na vida, nas políticas públicas e no trabalho [recurso eletrônico] / organizadores Maria Isabel Barros Bellini ... [et al.]. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2020.

REIDEL, Tatiana; CORRÊA, Laís Duarte; MENDO, Maria Luiza. Serviço Social na Espanha: aproximações com a ética profissional. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.22, n.1, p. 36-59, jan. / jun. 2022.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

ESTÁGIO E SUPERVISÃO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: O debate português

Alzira Maria Baptista Lewgoy²¹⁰

Alcina Maria de Castro Martins²¹¹

Claudia Mônica dos Santos²¹²

Guilherme Gomes Ferreira²¹³

Dulce Serra Simões²¹⁴

Maria Emília Freitas Ferreira²¹⁵

RESUMO:

Essa comunicação trata-se do resultado da interlocução Brasil e Portugal, através da participação em seminário internacional sobre estágio e supervisão. O referido seminário foi um dos produtos da investigação intitulada “Fundamentos e mediações da Supervisão de Estágio em Serviço Social na formação e no exercício profissional: estudo da particularidade Ibero-americana”.

Palavras-Chave: Fundamentos do Serviço Social; Formação Profissional; Trabalho Profissional; Supervisão de Estágio; Pesquisa Ibero-americana.

ABSTRACT

This communication is the result of the dialogue between Brazil and Portugal, through participation in an international

²¹⁰Assistente Social. Professora da Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - Brasil. Pós-Doutora em Serviço Social. E-mail alzira.lewgoy@ufrgs.br Eixo Temático: Internacionalização do Serviço Social: as articulações contemporâneas na formação e trabalho profissional.

²¹¹ Assistente Social. Professora da Licenciatura e do Mestrado em Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga - ISMT-Coimbra - Portugal. Doutora em Serviço Social. E-mail: alcina55martins@gmail.com Eixo Temático: Internacionalização do Serviço Social: as articulações contemporâneas na formação e trabalho profissional.

²¹² Assistente Social. Professora aposentada da Faculdade de Serviço Social e docente convidada do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF- Brasil. Pós-Doutora em Serviço Social. E-mail: cmonicasantos@gmail.com Eixo Temático: Internacionalização do Serviço Social: as articulações contemporâneas na formação e trabalho profissional.

²¹³ Assistente Social. Professor da Graduação do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS- Brasil. Doutor em Serviço Social. E-mail: guilhermeferreira@ufrgs.br Eixo Temático: Internacionalização do Serviço Social: as articulações contemporâneas na formação e trabalho profissional.

²¹⁴ Assistente Social. Professora da Licenciatura e do Mestrado em Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga- ISMT-Coimbra - Portugal. Doutora em Psicologia. E-mail: Dulce_simoes@ismt.pt Eixo Temático: Internacionalização do Serviço Social: as articulações contemporâneas na formação e trabalho profissional.

²¹⁵ Assistente Social. Professora e diretora da Licenciatura em Serviço Social da Universidade Lusófona do Porto - ULP- Porto- Portugal. Doutora em Serviço Social. E-mail: p3349@ulusofona.pt Eixo Temático: Internacionalização do Serviço Social: as articulações contemporâneas na formação e trabalho profissional.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

seminar on internship and supervision. This seminar was one of the products of the investigation entitled “Fundamentals and mediations of Internship Supervision in Social Work in training and professional practice: study of the Ibero-American particularity”.

Keywords: Fundamentals of Social Work; Professional qualification; Professional Work; Internship Supervision; Iberoamerican research

1- INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência aborda o debate ocorrido no seminário internacional sobre estágio e supervisão na formação em Serviço Social, cujo tema foi às configurações contemporâneas da Supervisão de Estágio em Serviço Social em Portugal no contexto da educação superior. Este evento foi um dos produtos da pesquisa, “Fundamentos e mediações da Supervisão de Estágio em Serviço Social na formação e no exercício profissional: estudo da particularidade Ibero-americana”. O mesmo ocorreu a 9 e 10 de novembro de 2021, na modalidade remota síncrona, através da plataforma Google Meet e do canal YOUTUBE da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS/Brasil), possibilitando o diálogo entre os participantes de ambos os países. Essa modalidade foi a alternativa possível ao cenário de quarentena devido à situação mundial de pandemia do CORONAVÍRUS (COVID-19). Naquele momento, cinco milhões de óbitos no mundo, sendo no Brasil, 609 mil.

Destacamos alguns objetivos do I Seminário Internacional sobre a Supervisão de Estágio em Serviço Social, dentre eles: i) publicizar os resultados da pesquisa intitulada “Fundamentos e mediações da supervisão de estágio em Serviço Social na formação e no exercício profissional: estudo da particularidade ibero-americana” ii) fomentar o debate sobre a supervisão de estágio em Serviço Social na conjuntura atual em Portugal e os seus impactos na formação e no exercício profissional; iii) aproximar pesquisadores, docentes, alunos e assistentes sociais que se debruçam sobre o tema da supervisão e do estágio na formação em Serviço Social, com vistas à troca de conhecimentos e formação de redes de pesquisadores; iv) sistematizar o conhecimento produzido no âmbito dos debates, polêmicas, conclusões e encaminhamentos dos participantes no evento, no que se refere ao objeto de estudo.

Consideramos que esta foi uma experiência exitosa pela interlocução entre Brasil e Portugal pela possibilidade de reunir um conjunto de profissionais de extrema relevância para o Serviço Social português e brasileiro para discutir temas que envolvem

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

a formação e o trabalho profissional junto aos representantes coordenadores dos órgãos representativos da profissão.

2- ANTECEDENTES E INTERLOCUÇÕES ENTRE PORTUGAL E BRASIL

É no bastidor, na antessala do seminário que se inicia a riqueza das interlocuções entre Brasil e Portugal, demarcado pela troca de conhecimentos e experiências no Encontro Internacional sobre Supervisão e Estágio em Serviço Social, ocorrido em 2016, organizado por pesquisadoras vinculadas as Instituições de Ensino Superior Portuguesa, Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) e brasileiras, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contou com a participação de treze das dezessete licenciaturas em Serviço Social de Portugal. Essa interlocução se ampliou em 2017 com o objetivo de desenvolver o projeto de pesquisa “Fundamentos e mediações da supervisão de estágio em Serviço Social na formação e no exercício profissional: estudo da particularidade ibero-americana”, efetivada em 2018.

Em seminário para a devolução dos resultados preliminares para os sujeitos envolvidos na referida pesquisa, ocorrido no ISMT / Coimbra-Portugal em 2019, foi constituída uma comissão para auxiliar no planejamento, na execução e divulgação de outro seminário internacional projetado para o ano de 2020. Esse seminário abrangeria os 93 participantes do estudo: assistentes sociais supervisores de campo e acadêmicos estudantes e coordenações dos cursos. A comissão foi constituída pelas seguintes IES: Instituto Politécnico de Beja (Beja); Instituto Superior Miguel Torga (Coimbra); Instituto Politécnico de Leiria (Leiria); Instituto Universitário de Lisboa (Lisboa); Instituto Superior de Serviço Social do Porto e a Universidade Lusófona do Porto (Porto); Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Vila Real) e no Brasil a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e a Universidade de Juiz de Fora (Juiz de Fora).

Destacamos nesse período a atualização das informações da pesquisa em Portugal, devido à pandemia do COVID 19. Também foi realizado um conjunto de reuniões sistemáticas da comissão para pensar e programar o seminário internacional.

O seminário foi realizado nos dias 9 e 10 de novembro de 2021. O público-alvo atingido, no primeiro dia foi de 152 participantes e por 182 visualizações (via YouTube), totalizando nesse dia 224 acessos ao evento. No segundo dia foram 125 participantes na sala virtual e 57 visualizações no YouTube, totalizando 182 acessos. Destacamos a

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

participação dos sujeitos envolvidos no estudo das respectivas IES parceiras da pesquisa, e de diversas e distintas instituições das regiões brasileiras e portuguesas.

3- PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO, RELATO DE EXPERIÊNCIAS E ARTICULAÇÕES POLÍTICAS

A mesa de abertura do seminário foi composta pelos representantes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS/Brasil), da Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS/Portugal), e da comissão organizadora do seminário e da pesquisa.

As mesas foram compostas pelos palestrantes de referência sobre os temas, um coordenador, dois relatores e mediadores do chat.

Um conjunto de temas subsidiou as apresentações e debates. O primeiro tema foi sobre a “importância do estágio acadêmico supervisionado no processo de aprendizagem profissional no Brasil e em Portugal”. O segundo tema foi a apresentação dos resultados da pesquisa realizada em Portugal sobre os “fundamentos e mediações da supervisão de estágio em Serviço Social: estudo da particularidade de Portugal”. O terceiro tema intitulado “a política de estágio em Serviço Social nas IES e os impactos da pandemia” teve o protagonismo de coordenadores de licenciaturas em Serviço Social portuguesas.

O quarto tema foi “relatos de experiências e de investigação sobre estágio e supervisão na formação em Serviço Social”, apresentado por três assistentes sociais supervisores/orientadores de campo em Portugal cujas experiências envolviam os processos de supervisão de campo em seus espaços sócio-ocupacionais. As experiências investigativas foram apresentadas por docentes cujos estudos tiveram procedência pelo Instituto Superior Miguel Torga e pelo Instituto Universitário de Lisboa. O quinto tema que subsidiou o debate foi sobre o “estágio e a supervisão em Serviço Social segundo as organizações da categoria profissional portuguesa”, apresentada pelas representações da Associação dos Profissionais de Serviço Social - APSS (PT), da Ordem dos Assistentes Sociais - Comissão Instaladora (PT), da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior - A3ES (PT) e da Associação Sociedade Científica de Investigação em Serviço Social - ASCIS (PT).

3.1- Contributos para a reflexão dos temas que subsidiaram as mesas e os debates

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Os interlocutores do evento levantam algumas questões para se pensar a formação e o que nos desafia: qual o estado da arte da pedagogia na formação? quais os desenvolvimentos na supervisão pedagógica? qual o impacto dos estágios pedagógicos nas instituições e na academia? como se distingue Portugal do Brasil relativamente aos estágios e supervisão pedagógica em Serviço Social? E para refletir ao nível da profissão: quais os requisitos de qualificação para a supervisão? qual a relação entre a regulação profissional e a supervisão em Portugal? qual a relação entre supervisão e intervenção? qual a relação entre a ausência de supervisão e os vínculos associativos? e quais as relações entre o movimento associativo da profissão e a região autónoma da Madeira? Conclui-se que a aprendizagem sobre a supervisão pedagógica traz importantes contribuições à supervisão profissional e é importante lançar bases para uma supervisão profissional. Se a supervisão profissional não for lançada nos primeiros anos do exercício profissional, não é fácil ser aceita porque facilmente desenvolvemos o exercício profissional num empobrecimento e isolamento difícil de ultrapassar.

Considera-se ainda necessária a reafirmação das relações históricas entre o Serviço Social português e brasileiro. É exposto o que a ABEPSS vem desenvolvendo em relação ao estágio no Brasil, e destaca-se dentre eles o projeto ABEPSS Itinerante iniciado em 2011, e em 2009 o lançamento de uma Política Nacional de Estágios (PNE) para pensar elementos para orientar as escolas.

Contudo, o contexto da pandemia trouxe o dilema de como os estágios curriculares iriam decorrer num contexto de ensino remoto emergencial. Nesse sentido, a ABEPSS realizou uma pesquisa com mais de 90 escolas (através de um questionário) para saber como estavam decorrendo os estágios em contexto de pandemia. A tendência de transposição “mecânica” do presencial para o remoto é preocupante, pois o ensino remoto emergencial não abarca todas as dimensões de um estágio e supervisão presencial. Por esta razão as orientações da ABEPSS reafirmam a incompatibilidade da formação profissional em Serviço Social com o ensino remoto.

Em relação à pesquisa realizada, foram levantados alguns pontos relevantes e que merecem aprofundamento e debate pela categoria em Portugal: i) as **diferentes tendências quanto à concepção** de estágio, supervisão e orientação, incluindo, as diferentes nomenclaturas destinadas à orientação: a) tendência que enfatiza o estágio e a supervisão/orientação como um momento de experimentação ou de aprendizagem prática, exclusivamente; b) tendência que ressalta o estágio, a supervisão/orientação como espaço de aprendizagem teórico-prática; c) tutoria e supervisão pedagógica; d) supervisores no local de estágio e supervisores na escola; e) supervisor institucional e

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

supervisor acadêmico; f) orientação no local e orientação acadêmica; ii) **Quanto ao início do estágio:** um grupo acredita que a realização de estágios no primeiro semestre do curso e até mesmo no primeiro ano do curso não é pertinente, se sustentando na afirmativa de que os estudantes não reúnem as condições de maturidade, as condições relacionais e, principalmente, as condições de elaboração teórica no primeiro ano; iii) **quanto à mudança de campo de estágio, quando a IES oferece dois ou mais semestres desta atividade:** há um grupo que considera que a licenciatura deve ser, sobretudo, uma oportunidade para os estudantes contatarem com os diferentes campos de intervenção do Serviço Social e, portanto, o ideal é que eles experimentem várias instituições. Por outro lado, outro grupo acredita que deva haver uma continuidade no campo de estágio pelo estudante, possibilitando um aprofundamento de conhecimentos; iv) **aprofundamento dos impactos diretos das políticas de austeridade fiscal,** no processo de precarização das instituições e de privatizações e do processo de Bolonha para formação e exercício profissional, bem como, o reatamento do trabalho remoto para a saúde do trabalhador, quer seja da docência quanto do terreno (campo) e do estagiário. Particularmente, Bolonha foi também destacada em outra exposição no relato de experiência pelos supervisores do terreno (campo); v) a **questão da atividade de orientação/supervisão do terreno (campo)** não ser considerada pelo empregador como atribuição do profissional e, portanto, essa atividade não entra no planejamento do trabalho e nem em sua carga horária.

No que confere ao contexto da **pandemia da covid-19 no estágio acadêmico e no processo de supervisão**, ofereceu-se adensamento aos resultados da pesquisa apresentados as seguintes questões:

Questões Pontuais importantes ²¹⁶	Questões Comuns Importantes ²¹⁷
1. Como a atividade de estágio aparece no plano de estudo: carga horária de estágio, carga horária e modalidade de supervisão, seminário ou disciplina, localização do estágio no plano de estudo;	1. Destaque a importância da relação entre a IES e o mercado de trabalho: criando uma boa relação entre docentes, assistentes sociais e estagiários (ideia da tríade na

²¹⁶ Questões pontuais referem-se a pontos que não são gerais, ou seja, verbalizados por alguns participantes e palestrantes.

²¹⁷ Questões Comuns referem-se a pontos transversais e comuns as intervenções dos diferentes participantes e palestrantes.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

<p>2. Importância das orientações da Comissão Instaladora da Ordem de Assistentes Sociais;</p> <p>3. Estágio e supervisão como síntese das dimensões da intervenção teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa;</p> <p>4. Capacitar para a supervisão de estágio tanto em relação ao docente quanto ao profissional do terreno (campo);</p> <p>5. Importância de o estagiário ter um mínimo de conhecimento que lhe propicie a ida para o terreno (instituições/ campo de estágio).</p>	<p>construção do estágio);</p> <p>2. As IES estão atentas à excelência da formação e do estágio mesmo em situação de pandemia;</p> <p>3. O lugar de centralidade na formação dado ao estágio em todas as IES pesquisadas;</p> <p>4. Avaliação de que a modalidade remota possibilitou uma comunicação entre universidade e o campo de prática;</p> <p>5. A pandemia possibilitou um aprendizado em situações de riscos, não só como profissional, mas também no domínio digital;</p> <p>6. Período de adaptação dos recursos e requisitos exigidos pelas Instituições de acolhimento de estágio e das IES para realização com segurança dos estágios.</p>
---	--

Quadro nº1 - Questões importantes sobre estágio e supervisão em Serviço Social no contexto da pandemia

Durante o debate deste tema os participantes trouxeram problematizações que abrangeram considerações em relação ao cenário brasileiro no que se refere a formação profissional em Serviço Social na modalidade de ensino remoto emergencial. Vivenciamos um processo de esgotamento dessa modalidade de ensino, há um reconhecimento por parte dos professores dos limites que existem em relação ao processo de ensino-aprendizagem. Há muitas dificuldades dos alunos para o acesso às aulas: falta de acesso a tecnologias, sem internet, dificuldades de participação das aulas

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

síncronas, não poderem aparecer em virtude de sua imagem e ainda não se sentirem bem em relação a mostrar sua casa, sua vida privada. No Brasil, os alunos referem estar cansados. Houve um processo de vacinação tardio em comparação a outros países. Há limites institucionais da universidade pública na oferta de álcool gel, máscaras de proteção e de infraestrutura (salas de aula ventiladas, etc.).

Em relação ao processo de estágio/supervisão há diferentes modalidades vivenciadas pelos profissionais de campo: trabalho remoto; trabalho remoto/presencial; trabalho presencial. Há um retorno dos/das assistentes sociais nas políticas públicas de forma mais efetiva: assistência social, saúde e educação. As que possuem comorbidades estão em casa. Os alunos que possuem comorbidades também não vão ao campo. A supervisão à distância mesmo com as dificuldades possibilitou uma aproximação dos supervisores acadêmicos, supervisores de campo e alunos, ocorrendo tríades sistemáticas para o planejamento do estágio.

O processo de Bolonha aparece como um grande desafio. A duração do curso entre três anos (seis semestres) e três anos e meio (sete semestres) vai interferir e fazer a diferença no processo de estágio bem como a idade e maturidade do aluno. É reforçada a importância da aproximação entre academia e os assistentes sociais em exercício na função de supervisão de campo e a necessidade de continuidade da luta para afirmação da profissão em face de outras profissões. Mais uma vez é problematizado o fato da/do orientador/a não ser assistente social, foi colocado como uma questão a ser pensada pelas organizações da categoria profissional em Portugal.

4- PROPOSIÇÕES

Foram sugeridas e apresentadas as seguintes proposições: i) desenvolvimento e fortalecimento de pesquisas coletivas sobre as mudanças no mundo do trabalho e sua incidência no trabalho do assistente social, tanto na formação profissional quanto no exercício profissional, bem como os impactos do ensino remoto emergencial para a saúde do trabalhador assistente social; ii) criação de uma instância de articulação entre docentes, assistentes sociais e estagiários, envolvendo as organizações da categoria para que haja um debate alargado sobre a formação, estágio e exercício profissional; iii) criação de redes de escolas para debater a formação em Portugal sob a coordenação da primeira expositora; iv) organização de um livro fruto deste seminário internacional, configurando as intervenções realizadas em capítulos de livros; v) criação de uma

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

comissão para se pensar estas propostas acima referidas bem como as conclusões finais deste evento. Foi constituída no seminário nove participantes docentes de distintas IES de Portugal.

5- REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL - APSS - Estatuto aprovados em sede de Reunião de Assembléia Geral Extraordinária da APSS, no dia 7 de abril 2018. Portugal.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss. *Temporalis*, Brasília, ano 1, n. 17, jan./jul. 2009.

IAMAMOTO, M.V. O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, Alcina., TOMÉ; Maria. R. Neoliberalismo e Serviço Social Português: impactos de Bolonha e das políticas de austeridade na formação e no trabalho. Em YAZBECK, M. C. & IAMAMOTO, M. V. (Org.). *Serviço Social na História. América Latina, África e Europa*. pp. 384-409. São Paulo, Cortez Editora. 2019.

RELATÓRIO DO SEMINARIO INTERNACIONAL DE ESTÁGIO E SUPERVISÃO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul ((UFRGS/ RS/ BRASIL), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS/ BRASIL) Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/ BRASIL); Instituto Superior Miguel Torga (ISMT/ Portugal). Porto Alegre, 09 e 10 de novembro de 2021.

SANTOS, Claudia Mônica; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpidio. A supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios. *Coletânea Nova de serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social:
resistências e articulações internacionais



EIXO TEMÁTICO 7

Lutas Sociais e Serviço Social: a construção de resistências no interior da profissão

A RELAÇÃO ENTRE SERVIÇO SOCIAL E TEORIA SOCIAL DE MARX: análise das revistas Serviço Social e Sociedade nos últimos 10 anos²¹⁸

Ednéia Alves de Oliveira²¹⁹

Victor Salomão Lacerda Brandão²²⁰

Laura Maria Cabral Silva²²¹

Resumo: Este artigo, fruto de um projeto de iniciação científica, objetiva discutir a relação entre Serviço Social e teoria social de Marx. A metodologia utilizada foi análise de conteúdo, com a leitura de artigos publicados por assistentes sociais na revista Serviço Social e Sociedade nos anos de 2010 a 2020. Foi possível constatar que o Serviço Social, ao contrário do preconizado por alguns autores, de que tem buscado uma apreensão das categorias diretamente da teoria social de Marx, continua utilizando de leituras secundárias de autores da tradição marxista, o que possibilita compreensões ainda rasas e residuais da realidade social.

Palavras-chave: Serviço Social; teoria social de Marx; Serviço Social e Sociedade.

Abstract: This article, the result of a scientific initiation project, aim to discuss the relationship between Social Work and Marx's social theory. The methodology used was content analysis, with the reading of articles published by social workers in the Social Service and Society magazine in the years 2010 to 2020. An apprehension of the categories directly from Marx's social theory, continues using secondary reading of authors of the Marxist tradition, which allows for still shallow and residual understanding of social reality.

²¹⁸Eixo temático: Resistências, Lutas e Internacionalização do Serviço Social: Lutas Sociais e Serviço Social: a construção de resistências no interior da profissão.

²¹⁹Professora do curso de Serviço Social da UFJF. Dr^a em Serviço Social pela UERJ. E-mail: oliveiraedneia21@yahoo.com.br.

²²⁰Mestrando em Serviço Social/UFJF. E-mail: maxsalomao@gmail.com.

²²¹Graduanda em Serviço Social/UFJF. E-mail: lauracabraljf@gmail.com.

Keywords: Social Work; Marx's social theory; Social Service and Society.

1- INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica realizada entre 2020 e 2021 com o objetivo de compreender a apreensão da teoria social de Marx nas produções teóricas do Serviço Social. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo por meio de artigos publicados por assistentes sociais na Revista Serviço Social e Sociedade nos anos de 2010 a 2020. A escolha da revista se justifica pelo pioneirismo na produção do conhecimento na área, somando um volume consistente de publicações de profissionais e intelectuais.

Nosso intuito foi identificar como vem se dando a compreensão e interpretação das relações sociais de produção capitalista, em particular na realidade brasileira. Partimos do pressuposto que, com o movimento de renovação do Serviço Social nos anos de 1960 e, retomado com maior fôlego após o término da ditadura civil-militar no Brasil nos anos de 1980, houve uma maior aproximação do Serviço Social ao método marxiano e, conseqüentemente, uma apropriação direta sobre seu pensamento para análise das mediações necessárias para a construção do saber alicerçado sobre o pensamento crítico com vistas a superação da ordem vigente.

Salientamos que a vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo colocou em disputa a necessidade de não mais utilizar Marx pelas vias de autores secundários, o que empobrecia e tornava a leitura do autor numa espécie de cartilha ou manual a ser seguido pelos profissionais limitando a compreensão do que a teoria trazia em sua gênese. Este movimento possibilitou avanços na compreensão do modo de produção capitalista e suas reverberações no âmbito da profissão, mas também foi acometido de uma profunda crise que, originada no seio do debate sobre algumas categorias, contribuiu para um entendimento que tende ao ecletismo, reformismo ou ainda no espontaneísmo da vontade mesclando a teoria social de Marx com autores que pouco ou nada se vinculam a ele.

Destarte é importante ressaltar que o Serviço Social, pela sua própria dinâmica dentro do modo de produção capitalista, vive em um conflito constante, pois ao mesmo tempo que no Brasil, assume a perspectiva de lutar pela construção do comunismo, se vê obrigado a responder às necessidades imediatas da classe trabalhadora e também da

sua subsistência, executando políticas públicas no seio do Estado burguês em tempos de ofensiva do capital. Ao não compreender as categorias fundamentais da teoria de Marx acaba por invocar soluções que são contrárias ao pensamento crítico e acreditamos que isso se dá, devido ao fato de que as leituras de Marx continuam se efetivando por vias secundárias em que o referido autor é apresentado muitas vezes com graves distorções, ou ainda com citações ou frases que não traduzem seu pensamento. Nesse sentido, não ocorreu uma leitura direta das suas fontes, mas de autores que interpretam Marx, o que compromete as análises do Serviço Social e também da realidade em que se insere este profissional.

Outro aspecto a ser destacado é o movimento do capital que impõe uma luta pela sobrevivência de forma a afetar toda a classe trabalhadora e que impede que as respostas se deem por vias do Estado tendo em vista o recorrente apelo ao corte de gastos públicos, sobretudo nas políticas e serviços sociais e na crescente flexibilidade das leis e contratos trabalhistas, para atender imposições das agências internacionais, impactando no trabalho do assistente social e dos sujeitos com os quais trabalha cotidianamente.

2- DESENVOLVIMENTO

2.1- Serviço Social e aproximação com o marxismo

O processo de *renovação* do Serviço Social Brasileiro, durante a ditadura militar no país, marca a ambiência da pluralidade na profissão, pluralidade que extrapolaria formas e métodos de atuação e passaria a permear o âmbito de produção do conhecimento e orientação teórica profissional. Como particularidade de um processo latino-americano maior, conhecido como *reconceitualização*, o Serviço Social brasileiro em sua renovação, depara-se como uma série de surgentes demandas, decorrentes mesmo das alterações do padrão capitalista brasileiro, voltado à modernização, cujo mote liga-se ao crescente processo migratório campo-cidade, à incursão do Estado como empreendedor de risco, e a tentativa de industrialização, que rebatem obviamente na alteração do padrão social urbano, acelerando exponencialmente as contradições entre classes, tendo em vista o crescimento considerável do proletariado e de suas franjas no cenário social, enquanto classe minimamente organizada, mesmo que de forma forçada e desinteressada pelo próprio espaço produtivo. Desta forma, a “questão social” torna-se elemento constituinte fundamental da cena autocrática, condensando naquele período

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

não só um padrão de Estado específico, mas classes dominantes corporativizadas em torno de um projeto de desenvolvimento, que apesar de manter o padrão histórico de dependência, carrega traços claros de modernização, tal qual ainda, o fortalecimento do proletariado na cena social.

Diante de tal modernização, Netto (2011), apontará mudanças consideráveis que afetam o Serviço Social de até então, mudanças que giram desde a ampliação do mercado de trabalho para assistentes sociais, tanto estatal como empresarial, visando o controle da força de trabalho *in loco* ao ambiente produtivo e *ex situ* a este ambiente, voltando as incursões na reprodução cotidiana dos sujeitos. Tais incursões alteram em alguma escala seu padrão, transcendendo da mera lógica caritativa genética e assumindo perspectiva técnica-burocrática, visando suprimir os abalos possivelmente causados pela multiplicação da “questão social”, o que marcará a refuncionalização profissional, exigindo assim novos padrões de conhecimento que sustentem tal alteração. Deste modo, combinar-se-ão estratégias de apaziguamento, que caberão a este Serviço Social modernizado, somadas as violações de força sistemática empreendidas pelo Estado da *autocracia burguesa*.

É neste caldo, de alterações macro societárias e particulares à profissão, que o processo de *renovação* se dá, visando, estabelecer formas de ação e de conhecimento embasatório, capazes de atender as demandas em voga. Obviamente, tal processo acompanha um marco, também fundamental da profissão, a sua inserção nos ambientes de formação universitária e o contato com as diversas formações destes espaços e suas respectivas matrizes teóricas, em que se abrem as portas expostas por Netto (2011), para a *cientificização e laicização* da profissão. É neste quadro, de mudança considerável do processo de formação profissional, agora ligado à organização acadêmica do conhecimento, que a profissão passará por mudanças consideráveis em sua lógica própria de conhecimento, diversificando-a de forma praticamente inédita até então, em sua história.

Ante esta diversificação do conhecimento, produzida por todo este movimento sociopolítico modernizador, que o processo de *renovação* se colocará em marcha a partir de três principais correntes identificadas por Netto (2011) como a *perspectiva modernizadora*, cuja matriz teórica fundamenta-se no positivismo e estruturalismo, com perspectiva pseudocientífica de neutralidade. A *reatualização do conservadorismo*, com a premissa de recusa do positivismo e das incursões marxistas, recuperando por sua vez

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

tendências conservadoras da profissão, inspirando-se em uma certa *fenomenologia*, rodeado pela recuperação religiosa velada, com ênfase caritativa psicossocial.

A terceira vertente, essencial deste processo, é conhecida como *intenção de ruptura*, vertente diretiva hegemônica da profissão, ainda mais se levado em conta especificamente os processos organizativos e formativos do Serviço Social. Desta forma, faz-se mais que necessário, ressaltar algumas contradições neste decurso. Uma primeira contradição emblemática, que é marcada obviamente pelas limitações conjunturais, históricas e políticas, está ligada à apropriação do marxismo por parte desta vertente. Tal apropriação mostra-se débil já na surgente experiência, questão que não é ignorada, e certamente reconhecida, pelas próprias idealizadoras da incursão de Belo Horizonte e por seus analistas posteriores. Netto (2011) perceberá traços de voluntarismo e ecletismo, marcando a apropriação como débil justamente por beber em fontes secundárias a Marx.

De todo modo, o que a hora dos acontecimentos era recheado de sentido, perde-se em contradição mesmo com a matriz teórica assumida pelo corpo dito hegemônico quando colocado em confronto com a teoria social de Marx e dos clássicos ortodoxos que o seguiram, de forma que, tanto Lessa (2016) como Oliveira (2020) concluem que o Serviço Social ao se aproximar do marxismo, afasta-se ao mesmo tempo de grande parte do marxismo de Marx, assim, o significado social da profissão e seu papel distanciam-se, e muito, da pretensão teórica proclamada pelo corpo autoafirmado hegemônico, estabelecendo uma contradição gritante entre o lugar e significado da profissão no modo de produção capitalista e suas pretensas tarefas transformadoras, descolando a análise da realidade social da análise do papel social da profissão, atribuindo orientações e tarefas profissionais não cabíveis aos limites profissionais, e por isso mesmo, completamente distantes da prática profissional cotidiana. De modo que, o marxismo torna-se um adereço retórico justificador de assunção de um projeto societário, que na verdade não compete a uma categoria profissional, mas a uma classe com potenciais revolucionários. Em suma, a profissão, principalmente por meio de sua raiz hegemônica, encontra dificuldades em assumir que a desejada extinção do modo de produção capitalista (seja lá porque meios), é a extinção, justamente pela função social conformadora, do próprio Serviço Social.

Assim, o processo de renovação do Serviço Social, com o saldo pluralístico acumulado, e com uma não tão consolidada vitória hegemônica da *intenção de ruptura*, é

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

hoje ainda, ambiente de consideráveis contradições internas, acompanhadas por um emaranhado de orientações teóricas, que mesmo segmentadas e pouco organizadas, fazem-se aparecer a cada dia, como apontado especificamente no capítulo dois de Oliveira (2020), ou ainda nas aparições das vertentes *clínica*, *liberal*, *cristã*, *neopentecostal*, além é claro das atualizações ecléticas da modernização, presentes em muito da pós-modernidade, ou mesmo das derivações híbridas que afirmam ainda beber do marxismo, mas que estão permeadas de *sincretismo*. Mas, ainda mais importante e reflexo das sérias contradições profissionais, incitadas pela dinamicidade do real, está a problematização mesmo da presença do marxismo no seio da profissão, uma vez que, apesar de autoafirmada hegemonia, a corrente marxista tem se mostrado reduzida ao âmbito acadêmico, distanciada da prática profissional e cada vez mais esvaziada em conteúdo, tal como apontam pesquisas como a de Oliveira (2020), Lessa (2020) e o compilado de dados coletados por nossa pesquisa até o momento.

Merece destaque ainda o contexto de apropriação do marxismo no Brasil marcado por um contexto internacional de crise dos partidos de esquerda, em face da crise do socialismo, de avanço da ofensiva do capital e as mudanças na organização do trabalho e reconfiguração do Estado com vistas à recuperação das taxas de lucro, de ascenso de movimentos sociais de caráter subjetivista e identitário nos países europeus e EUA e a recusa do marxismo como forma de compreensão da realidade, por entender que tal realidade é agora permeada por discursos fragmentados e residuais. Nesse sentido, o econômico se separa do político, colocando em xeque a concepção de totalidade, numa clara recusa a *teoria social de Marx*, ou *marxismo ortodoxo* (LUKÁCS, 2003).

2.2- Revista Social e Sociedade: pesquisa e dados coletados

Nossa pesquisa primou por uma busca de textos publicados e disponibilizados online na *Revista Serviço Social e Sociedade*. Desse modo, consultamos o acervo online da revista com 329 artigos disponibilizados, publicados em revistas de 2010 a 2020. Nestes realizamos o primeiro corte, considerando apenas artigos escritos por assistentes sociais brasileiros, totalizando 220 artigos. Logo após, procuramos analisar apenas estes escritos de assistentes sociais, buscando os textos de assistentes sociais que continham algum escrito de Marx em seu referencial, conseqüentemente encontramos uma baixa para 37 artigos ao longo dos 10 anos disponibilizados pela revista online.

Vale enfatizar que, a análise dos dados quantitativos nos oferece o seguinte cenário: dos 329 artigos publicados pela revista entre 2010 a 2020, 66,86% eram de

assistentes sociais brasileiros, ou seja, 220 artigos. Do total de artigos publicados por assistentes sociais brasileiros na revista, os 220, apenas 16,81% contém algum texto de Marx em sua bibliografia, isto é, apenas 37 artigos. Se considerarmos o total de artigos publicados, 329, o número de publicações de assistentes sociais brasileiros que se referenciam em Marx, isto é, o usam em sua bibliografia, torna-se proporcionalmente menor, isto é, aqueles 37 artigos selecionados representaram apenas 11,24% do total. Em outros termos, levando em conta os 329 artigos totais publicados entre 2010 e 2020 na principal revista da profissão que alega ser majoritariamente marxista, apenas 11,24%, ou 37 artigos, são de profissionais da categoria que se utilizam de Marx em seu referencial bibliográfico.

3- CONCLUSÃO

Diante deste dados, podemos inferir algumas questões importantes, 1) nos últimos 10 anos de publicações da *Revista Serviço Social e Sociedade*, aproximadamente 1/3 das publicações são de autores cuja atuação ou formação não está diretamente vinculada ao Serviço Social. Assim, podemos perceber que, por um lado, é possível apreender um ainda considerável intercâmbio entre a profissão e as diversas áreas do conhecimento, demonstrando certa expansão em relação a aquele contato inicial com as ciências sociais no período da *renovação*.

Analisando pela outra ponta, podemos considerar que; 2) a produção do conhecimento pelo Serviço Social mostra-se em considerável volume, isto é, 2/3 dos artigos publicados no período analisado são da categoria profissional para a categoria profissional, mostrando uma considerável diferença no perfil da profissão em termos formativos, uma vez que, durante a formação da profissão e até o *processo renovação* a produção de conhecimento fazia-se extremamente escassa, não havendo nenhum consenso ou preocupação quanto ao estabelecimento de orientação teórica definida, o que tornava o Serviço Social refém de construções de outras áreas (às vezes não ligadas ao conhecimento científico, como o campo teológico-religioso), carente assim de um escopo de conhecimento próprio, derivado tanto de matrizes teóricas orientadoras, quanto de processos formativos próprios, ou ainda da prática profissional refletida e da análise da realidade social, das particularidades conjunturais e locais. Assim, estes 2/3 do total de publicações demonstram a tomada clara de independência profissional, mas não de isolamento, em termos de produção de conhecimento própria.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Porém, há uma questão séria que não pode deixar de ser notada e analisada, 3) do total das publicações - 329 artigos, 220 são de assistentes sociais brasileiros, e destes 220 apenas 37 carregam em seu referencial bibliográfico algum escrito de Marx. Deve-se levar em conta obviamente que, não é possível compreender definitivamente se um artigo tem por orientação teórica o marxismo apenas tomando se há ou não presença de Marx em seu referencial bibliográfico, consideramos as diversas ramificações do marxismo ao longo da história, e a importância de muitos dos continuadores e intérpretes que se colocam nesta tradição, porém, não há como ignorar, se tratarmos especificamente da teoria social de Marx, ou do *marxismo ortodoxo*, que é vital a influência do próprio fundador da tradição e sua presença nas produções que assim se orientam. Há ainda de considerar que, por mais diversa e ampla que seja a tradição marxista, para ser considerada como tal, deve girar em torno das formulações do próprio Marx – mesmo que de seus imperativos do ‘*método*²²²’ –, assim, se não há presença deste, a apropriação se dá por via secundárias, por fontes não originais e por vezes consideravelmente distantes das formulações do fundador da tradição. Neste ponto então não há como negar, de acordo com a nossa coleta de dados, a produção de assistentes sociais brasileiros que têm Marx em seu escopo bibliográfico, presentes na *Revista Serviço Social e Sociedade* nos últimos 10 anos, é bastante residual, chegando a apenas 1/6 do total das publicações, o que coloca em cheque a afirmação da hegemonia de uma corrente profissional orientada pela teoria social de Marx, tendo em vista, que a presença do fundador da corrente teórica é ínfima.

Tal presença residual nos leva a principal constatação, tendo em vista os dados coletados e analisados até então, a orientação teórica marxista ou não é hegemônica, levando em conta as publicações analisadas, ou o marxismo utilizado pela profissão é fonte de adaptações e *secundarizações*²²³ tais que não apresenta em sua grande maioria dos casos a presença do fundador da tradição marxista no escopo bibliográfico. Desta forma, a presença do marxismo de Marx, é consideravelmente pequena e mesmo assim contestável se fizermos a análise do conteúdo dos artigos que contém Marx (etapa posterior da pesquisa). Assim, há uma clara semelhança entre o padrão de apropriação

²²²Lembrando a argumentação de Marx acerca de seu ‘*método*’: “Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, senda a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo de pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criado do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado” (MARX, 2017, p.28). E ainda que, “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx, 2009, p.122).

²²³Vale apontar que grande parte das bibliografias citadas e que se encaixam neste perfil de marxismo secundário, não por sua qualidade mas justamente porque não são a bibliografia genética do Marx ou a clássica que o acompanhou, compõe-se por autores como: Netto, Yamamoto, Antunes, Coutinho, Bhering, etc. Isto é, marxistas brasileiros com forte vínculo com a categoria.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

da teoria social de Marx por parte da atualidade profissional com a apropriação praticada pela *intenção de ruptura* durante o processo de renovação, isto é, uma apropriação de produções secundárias, por vezes descoladas completamente das formulações de Marx e contaminadas por diversas outras correntes teóricas.

Há ainda a manutenção do padrão pluralístico, tendo em vista mesmo a não hegemonia numérica das formulações orientadas por Marx, a presença de 1/3 de artigos provenientes de outras áreas do conhecimento e o reduzido número de artigos com genuína presença de Marx, abrem espaço para a presença de outras vertentes teóricas orientadoras, de proposições a outras práticas profissionais, de adaptações diversas entre teorias, de proposições multidimensionadas, que mesmo não explícitas diretamente se manifestam nas relações bibliográficas, tais quais: o liberalismo, o reformismo, a pós-modernidade, o conservadorismo e etc.

4- REFERENCIAL BIBLOGRÁFICO

LESSA, S. A crise da esquerda e do projeto ético-político do Serviço Social. Maceió: Coletivo Veredas, 2020.

LESSA, S. Serviço Social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho. 3ª Ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LUKÁCS, G. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, J. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, E. Redemocratização e serviço social: os caminhos do Serviço Social no Brasil pós-1985. Curitiba: CRV, 2020.

Serviço Social brasileiro entre o espináfere e a criptonita

Fabrício Augusto Araújo Ribeiro²²⁴

Laura Beatriz Borges²²⁵.

RESUMO: O trabalho que segue analisar aspectos da dimensão política da Questão Social no Brasil, por meio do diálogo com algumas abordagens desenvolvidas no debate acerca da viabilidade histórica do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, criticando o subdimensionamento do recuo da classe trabalhadora frente ao avanço do capital nos debates realizados no interior do pensamento crítico brasileiro, incluída ai a categoria do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. Projeto Ético-Político. Luta de classes no Brasil.

ABSTRACT: The work that follows intends to analyze aspects of the political dimension of the Social Question in Brazil, through dialogue with some approaches developed within the discussion about the historical feasibility of the Ethical-Political Project of the Brazilian Social Service, criticizing the underestimation of the retreat of the working class facing the advance of capital in the debates held within Brazilian critical thinking, including the category of Social Work.

Key words: Social Work. Ethical-Political Project. Class struggle in Brazil.

1- Introdução

O período histórico presente, demarcado pela eclosão da crise estrutural do Capital em 2008, que vem se aprofundando ano a ano e se tornando multifacetada, agravada pela pandemia do Covid-19, abriu a possibilidade histórica de ascensão do reacionarismo enquanto um movimento internacional de, por exemplo, negação dos direitos dos migrantes, no retorno público das ceitas supremacistas, na radicalização do racismo; aprofundando o patriarcalismo estrutural do sistema capitalista; que agudiza a intolerância contra a diversidade de gênero, entre outras formas de opressão.

Para Sant'Ana e Silva (2020), estas formas de crise demandam a formação de governos mais reacionários em cada país e citam como exemplo os diversos golpes civis,

²²⁴ Assistente social, Mestrando em Serviço Social no PPGSS Unesp (Franca), orientador: Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso. faa.ribeiro@unesp.br.

²²⁵ Bacharel em Serviço Social, membro do grupo de Pesquisa e Extensão Temas Raciais, da UFTM.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

militares, parlamentares e/ou jurídicos cometidos pelas burguesias em deversas regiões nas primeiras décadas deste milênio. Mas o movimento de ataque do capital sobre o trabalho pode não explicar tudo, pois o capital se relaciona necessariamente com o trabalho, dependendo não somente das suas forças para avançar sobre as riquezas socialmente produzidas, se assim não fosse nós viveríamos sempre sob o total domínio do capital, mas também da capacidade de reação, resistência e de (contra)ataque dos que vivem do trabalho, além, é claro, dos limites impostos pelo mundo natural.

No Brasil, o subdimensionamento do desarmamento da classe trabalhadora, promovido pelos governos e pela política do Partido dos Trabalhadores em aliança com as burguesias dominantes, como elemento preponderante da conjuntura, tem razões políticas, ideológicas e está impresso em grande parte dos conhecimentos produzidos pelo campo crítico do pensamento social brasileiro, assim como no Serviço Social, inclusive nos tempos mais atuais.

Yazbek (2019: 88), por exemplo, ao elencar os desafios conjunturais ao Serviço Social na atualidade, destaca i) as transformações no interior do modo de produção capitalista, ou seja, o movimento estrutural do capital; ii) a desqualificação da política, isto é, a hegemonia das ideias aparentemente antipolíticas (o movimento ideológico da burguesia); e iii) a sociabilidade capitalista sob a hegemonia reacionária, ou seja, o movimento político do capital. Este conjunto de elementos expressam uma análise importante acerca das dimensões estruturais e superestruturais do movimento do capital, mas não considera os movimentos da classe trabalhadora, o seu comportamento político, seu nível de consciência de classe, o direcionamento dado por sua hegemonia frente a conjuntura. Um olhar parcial sobre a Questão Social e a luta de classes invisibiliza os movimentos “do trabalho” subvalorizando o poder da sua intervenção enquanto sujeito coletivo histórico e seu poder de preponderância sobre a conjuntura e a correlação de forças.

Não destacar a forma como a classe trabalhadora se movimenta diante dos movimentos do capital pode trazer prejuízos ao entendimento sobre a conjuntura e levar a proposições repetidas, como reprodução automática de proposições passadas, se não se consideram as particularidades do tempo presente. Yazbek (2019: 98), propõe:

Nos diversos espaços profissionais, sob a condição de trabalhadora assalariado, os assistentes sociais brasileiros administram as profundas transformações que ocorrem nas Políticas Sociais, até mesmo medidas que apontam para a sua extinção. Desvendar o processamento desse trabalho no contexto da sua forma ultraneoliberal e sob o domínio do capital financeiro é enfrentar o desafio de

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

operar a construção do direito em tempos adversos, apoiando e fortalecendo as lutas da “classe que vive do trabalho”, da qual os assistentes sociais fazem parte.

A proposta acima apresentada parece bem conhecida desde outros tempos e em parte se justifica, uma vez que as aparentes mudanças na política nacional redundaram na plena conservação da estrutura da realidade social brasileira. Mas a questão é que neste período a organização e os movimentos de luta da classe trabalhadora eram bem mais consequentes, estavam em posição de contra-ataque embalado por um nível de consciência de classe mais elevado que o atual, o que contribuiu em muito para o aprofundamento do Serviço Social na perspectiva crítica. No entanto, reproduzir as mesmas propostas no tempo presente pode ser incongruente com as condições atuais da classe trabalhadora, revelando um possível politicismo no interior da categoria. Não se pode deixar de observar que o processo de cooptação da classe trabalhadora, operado durante aos governos do Partido dos Trabalhadores, arraigou-se profundamente na forma como ela se compreende, se organiza e pensa o futuro.

A análise de conjuntura e da realidade social nos tempos presentes exige não apenas observar os movimentos da classe trabalhadora na luta de classes, mas também as bases que conformam hoje a sua organização, o seu pensamento e a sua direção, compreendendo como estes elementos atravessam as suas perspectivas futuras, para que o Serviço Social possa se colocar de forma crítica e assertiva ao lado das frações populares não cooptadas (ainda), cobatendo as ideologias conservadoras antigas e novas.

Na mesma medida em que o Serviço Social crítico recusa a ideologia da atuação e formação neutras diante da realidade social, é igualmente preciso recusar a ideologia da administração dos conflitos sociais que formou base própria, inclusive no interior da profissão, disputando parte importante da sua fração crítica. Esta ideologia de conciliação se caracteriza como ultraconservadora e opera combatendo a consciência de classe entre os trabalhadores, abrindo condições históricas que contribuíram e contribuem para o avanço do capital em sua forma mais reacionária.

O Serviço Social brasileiro deve estar sempre na defesa da classe trabalhadora contra as investidas do capital, sobretudo em sua forma reacionária, inclusive porque se compõe majoritariamente por membros desta classe. Mas esta posição exige uma análise crítica à hegemonia degenerada, cooptada e cooptadora que dirige a classe que vive do trabalho no Brasil e que opera novamente defendendo o retorno à lógica da

cooptação degenerada, inclusive advogando o “fim natural” do governo reacionário instalado, se negando a urgência extrema de sua derrubada. O Serviço Social deve cuidar de não atuar como um agente de reprodução desta hegemonia anticlassista que pretende reorganizar a classe trabalhadora brasileira para uma nova etapa histórica de sua autodesorganização, o que poderá desaguar em uma tormenta ainda mais grave num futuro próximo.

A estratégia do Serviço Social hoje não pode ser “se articular com a classe trabalhadora” genericamente, mas sim se articular com as frações não cooptadas da classe trabalhadora latinoamericana e intervir de forma crítica junto às frações cooptadas, visando contribuir com as tentativas (talvez até messiânicas, dado o nível de cooptação) de reversão do quadro em que se encontram, buscando assim a cocriação das condições históricas para um novo momento de avanço do “trabalho” contra o capital num futuro próximo.

2- Serviço Social brasileiro entre o espinafre e a criptonita

A possibilidade histórica do Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social brasileiro nos tempos atuais depende do quanto o Capital consegue avançar sobre o Trabalho, impondo-o um nível maior ou menor de controle e dominação, o que por sua vez depende também do poder de influência da ideologia da conciliação de classes sobre a capacidade crítica e organizativa da classe trabalhadora brasileira, incluída aí a categoria profissional do Serviço Social. Isto porque depende também do quanto o processo de eliminação da consciência de classe e do desarme da classe trabalhadora irá atravessar a formação, o trabalho e a organização política do Serviço Social, tanto quanto da sua própria classe social no Brasil e na América Latina.

Observa-se um processo histórico em que, para o Serviço Social, a estratégia que antes era como o espinafre para Popeye, pôde e ainda pode agir agora como a criptonita para o Superman, ou seja, aquilo que tem uma aparência bonita e reluzente, mas que possui a característica inerente de lhe enfraquecer. Se se aliar ao movimento da classe trabalhadora no passado levou o Serviço Social a aprofundar sua capacidade de análise crítica e a reivindicar (até mesmo de forma messiânica) uma capacidade interventiva transformadora da realidade, esta mesma tática pode ter levado e/ou estar levando à conversão da profundidade de sua capacidade crítica em caráter acrítico ou subcrítico (numa crise crítica) nas últimas duas décadas, ao passo que a própria capacidade crítica

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

da classe trabalhadora brasileira se converteu hegemonicamente numa perspectiva neoconservadora de mera administração dos conflitos sociais.

O que se observa é que o projeto conciliador da primeira década dos anos 2000 se enraizou rapidamente e profundamente no conjunto da classe trabalhadora brasileira, cooptando não apenas lideranças populares, mas movimentos e organizações inteiras (partidos, sindicatos e movimentos), e vem se renovando, formando base e influenciando novas gerações. Um movimento histórico que criou e/ou recriou ideologias e narrativas neoconservadoras e que tem a potencialidade de suplantar as perspectivas críticas mais radicais desenvolvidas e acumuladas pelo movimento da classe trabalhadora brasileira, inclusive pelo Serviço Social, na segunda metade do século XX.

O projeto neoconservador, o de “conciliação de classes”, opera no presente com propósito de voltar ao passado. Este processo responde, por exemplo, à reflexão que Sant’Ana e Silva (2020) fazem acerca do fato de que mesmo diante um nível brutal de exploração e expropriação capitalista no Brasil a classe trabalhadora e os setores progressistas não apresentam capacidade de reação contundente.

No âmbito da profissão, em importantes frações (que se reivindicam críticas, inclusive) pode-se observar, por exemplo, a substituição da defesa da universalização dos direitos sociais pela defesa da sua focalização, a substituição da defesa da dignidade humana pela defesa dos “mínimos sociais”, tanto quanto o fato de que a percepção das expressões da Questão Social passou a ser tomada pela lógica do “familismo” e do “territorialismo”, culpabilizando os pobres pela própria pobreza (YAZBEK, 2019: 91). Fala-se de um processo de “assistencialização” do Serviço Social, em que a fórmula: “ajudar aos pobres”, desenvolvida pelos governos de origem popular toma conta da profissão para além dos espaços da política de assistência social, num processo em que a tomada das identidades numa perspectiva liberal reivindica a sua contraposição à perspectiva de classe, retomando, inclusive, o debate acerca do objeto do trabalho do Serviço Social, se se trata da questão social em suas expressões ou se se trata das políticas sociais, consolidando o acompanhamento do Serviço Social ao movimento da classe trabalhadora, que se deslocou hegemonicamente do campo do conflito Capital-Trabalho e da luta de classes para o campo do individualismo idealista dos conflitos entre sujeitos atômicos, impulsionado pelo politicismo. Potencialmente, transformando a “velha” intenção de ruptura em “intenção de disruptura”, promovendo o retorno da categoria ao mundo das ideias, descolando-a da realidade, pois somente lá no mundo das ideias é que é possível atender igualmente e ao mesmo tempo as necessidades fundamentais

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

das classes sociais antagônicas, somente neste campo se pode agradar a Deus e ao Diabo.

Nas palavras de Yazbek (2019: 91-92), “de modo geral a política social brasileira, a luta contra a pobreza tomou o lugar da luta de classes [...] atribuindo a responsabilidade da pobreza aos próprios pobres”. A pesquisadora do Serviço Social destaca que nesta lógica o sistema capitalista apara as suas iniquidades jogando as suas vítimas para o lugar de “pobres”, tirando-os do lugar de trabalhadores explorados, num processo que despolitiza a classe trabalhadora e a própria política social. Aqui a política da hegemonia da classe trabalhadora brasileira opera despolitizando a realidade social e as relações sociais, indo ao encontro da seguinte sentença *yazbekiana*: “se a política opera de forma descontínua, incompleta, seletiva e não democrática, passa a ter outro significado: controle e enquadramento dos pobres” (YAZBEC, 2019: 99).

O Serviço Social parece reproduzir, hegemonicamente, a ideologia da conciliação de classes ao elogiar a distribuição focalizada de mínimos sociais que se deu em troca da retirada de direitos trabalhistas, de retrocessos à seguridade social, do assalto burguês aos fundos públicos e da eliminação da consciência de classe entre os que vivem do trabalho.

As concessões do capital no período denominado de “conciliação de classes”, no Brasil, não foram políticas formuladas para beneficiar a classe trabalhadora, mas sim políticas necessárias para o desenvolvimento do capitalismo “agropop” exportador, ao qual o Brasil corresponde passivamente na divisão internacional do trabalho, foram implementadas. *As políticas compensatórias não servem às necessidades dos que vivem do trabalho* em nada verdadeiramente, são sim formas de puro assalariamento indireto num país dominado por uma classe que remunera o trabalho abaixo da média salarial necessária para a sua mera reprodução (SILVA, 2021). As políticas compensatórias são alternativas burguesas destinadas a desenvolver algumas condições objetivas e subjetivas (no caso de educação e da cultura) necessárias a melhor exploração da força de trabalho da classe trabalhadora brasileira, inclusive por meio da formação de um exército de reserva mais qualificado (por nível de formação) e mais amplo. Tais políticas estão previstas textualmente nos manuais oficiais de desenvolvimento do modo de produção capitalista na periferia do globo, não nas cartilhas revolucionárias do movimento comunista internacional.

Não é mais possível que frações do Serviço Social brasileiro sigam reproduzindo tais falácias ideológicas, abdicando do trabalho de formulação do pensamento radical e

classista alternativo para a própria categoria profissional, tanto quanto para a classe trabalhadora brasileira.

Para tanto é preciso reconhecer que a realidade da classe trabalhadora brasileira nos últimos 20 anos não é mais a mesma da segunda metade do século passado, o espinafre parece ter se transformado em criptonita. Alterou-se radicalmente a sua posição frente ao capital, passando do contra-ataque para uma defensiva extremamente domesticada e profundamente desarmada, por um processo endógeno de redução drástica do seu nível de reconhecimento de classe que a colocou num cenário de divisão entre a ideologia neoconservadora da (falsa) conciliação de classes e a assunção da perspectiva reacionária, distanciando-se totalmente da perspectiva revolucionária.

Neste contexto não se pode defender uma articulação genérica do Serviço Social aos movimentos da classe trabalhadora se se quer defender a sobrevivência da perspectiva crítica no interior da categoria e a capacidade do Serviço Social de contribuir para a retomada do pensamento crítico no conjunto da classe trabalhadora brasileira.

3- Provocações finais

Pensar a possibilidade histórica para a efetivação do Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social brasileiro exige analisar criticamente o movimento do Capital e a sua relação com o movimento do Trabalho (da classe trabalhadora, em sua hegemonia), de forma indissociável e por meio das mediações necessárias, que devem, inclusive considerar, sem nenhum romantismo, a atuação das frações mais ou menos rebeldes em ambos os polos da Questão Social, analisando como estas frações contribuem para o aprofundamento ou não da conjuntura e dos conflitos inerentes à luta de classes.

A viabilidade histórica de um projeto, seja ele profissional e/ou societário, está na relação entre seus valores e seu conteúdo programático e as condições objetivas e subjetivas, presentes e futuras, que recaem sobre o sujeito histórico responsável por lhe dar efetivo cumprimento na realidade. Isto significa dizer que a viabilidade histórica do PEP depende das condições concretas, objetivas e subjetivas com as quais a categoria profissional opera na realidade, tanto quanto das condições de contra-ataque consequente da própria classe trabalhadora frente aos projetos do Capital, mas também da manutenção da radicalidade crítica de seus propósitos e princípios, numa relação indissociável interdeterminante.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Não basta que o presente seja de luta para que o futuro nos pertença, é preciso um importante grau de consciência e organização de classe consequente, o que não se verifica no momento brasileiro presente e não se vislumbra à curto prazo. O que coloca como tarefa histórica, aos defensores do PEP e do projeto societário ao qual ele se articula, o desenvolvimento de um amplo trabalho coletivo, sólido e radical de construção de condições futuras para a sua viabilização nas próximas gerações, escapando ao politicismo romântico que topa a construção de projetos junto à qualquer fração aparentemente progressista.

Os tempos presentes exigem firmeza de princípios, sabedoria estratégica e perspectiva revolucionária na constituição de alianças. Tal tarefa deve extrapolar os limites da profissão, ou seja, esta perspectiva deve contribuir para a formação de uma consciência de si e para si radicalizada no bojo da classe trabalhadora brasileira e latinoamericana. Para tanto importa retomar os três elementos presentes neste debate:

i) A ascensão das frações mais extremistas à direita em países em que a classe trabalhadora se encontra desarmada e desorganizada, geralmente após um período de cooptação e traição de classe, como é o caso brasileiro, inegavelmente. No entanto, é preciso destacar que em outras frações do globo há nações que optaram por saídas mais à esquerda, como os casos da Grécia, Portugal, México e Chile, entre outros. Por isto é preciso observar que o que muda a conjuntura não são os movimentos do Capital, o que diversifica entre os países e as regiões são as condições de luta da classe trabalhadora, a sua direção, a posição que ocupa na luta de classes, o seu nível de consciência. No caso brasileiro não há remédio em casa, ele se encontra na vizinhança, é preciso estabelecer um processo denso e intenso de intercambio latinoamericano junto aos movimentos mais radicalizados na região, com destaque para Venezuela, Bolívia e Chile.

ii) O reacionarismo ganha espaço com o recuo da perspectiva crítica da classe trabalhadora. O desarme e a desorganização da classe trabalhadora, tanto mais a “eliminação” de sua consciência de classe são elementos necessários ao avanço do conservadorismo. Quanto mais este processo é grave, mais reacionário é o ataque burguês;

iii) As entidades representativas do Serviço Social precisam construir espaços coletivos mais **acessíveis**, solidários, democráticos e de diálogo permanente junto à base profissional. O conjunto CFESS-CRESS precisa cuidar melhor da defesa do exercício e das prerrogativas profissionais, se pode responsabilizar as e os profissionais individualmente pelo enfrentamento das expressões da questão social nos locais de

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

trabalho, lutas que precisam ser acolhidas e incorporadas coletivamente pela categoria também. Assim como as e os assistentes sociais devem buscar estratégias para a coletivização das demandas apresentadas pela população.

4- Referências

GUERRA, Y; **Sobre a possibilidade histórica do projeto Ético-Político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária.** In: Forti, V; Guerra, Y(orgs). Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições a sua crítica. Rio de Janeiro: Lúmem Júris, 2014.

SANT'ANA, R; SILVA, J, F, S da; **Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social.** In: Libertas, Juiz de Fora, v.20, n.2, p 351 – 372, jul/dez, 2020.

SILVA, J, F, S da; **América Latina: capital e devastação social.** In: Katálises, Florianópolis, v.24, n.1, p. 7-19, jan/abr, 2021.

YAZBEK, M, C; **Serviço Social e seu projeto Ético-Político em tempos de devastação: resistências, lutas e perspectivas.** In: Yazbek, M, C; Iamamoto, M, V (orgs); Serviço Social na História: América Latina, África e Europa. São Paulo, Cortez: 2019.

SERVIÇO SOCIAL E AÇÃO POPULAR NO RIO GRANDE DO SUL

Jessica Flores Mizoguchi²²⁶

Thaís Teixeira Closs²²⁷

RESUMO: Trata-se de investigação sobre a influência da militância de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social na profissão no Rio Grande do Sul. Através de pesquisa qualitativa e triangulação de fontes (documental, bibliográfica e entrevistas), apresenta os resultados preliminares do estudo, em que o engajamento destacou-se na realização de experiências de cultura popular em Porto Alegre, de 1962 a 1964; e de estágios e alteração curricular em Pelotas, de 1969 a 1972. Demonstra-se como a militância na organização contribuiu para a crítica da profissão no estado.

Palavras-chave: Serviço Social; Ação Popular; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: This is an investigation into the influence of the militancy of social workers and Social Work students on the profession in Rio Grande do Sul. Through qualitative research and triangulation of sources (documentary, bibliographic and interviews), it presents the preliminary results of the study, in which the engagement stood out in the realization of experiences of popular culture in Porto Alegre, from 1962 to 1964; and internships and curriculum changes in Pelotas, from 1969 to 1972. It is shown how militancy in the organization contributed to the criticism of the profession in the state.

Keywords: Social Work; Ação Popular; Rio Grande do Sul.

1- INTRODUÇÃO

Em trabalho de conclusão de curso “Serviço Social e Ação Popular no Brasil” (MIZOGUCHI, 2021), em pesquisa sobre a memória histórica do Serviço Social no Rio Grande do Sul e em investigação em andamento no âmbito do mestrado acadêmico, identificaram-se dois momentos de participação de assistentes sociais na Ação Popular no estado. Em um primeiro momento, desde o início da década de 1960 até o golpe civil-

²²⁶ Assistente social e mestranda do Programa de Pós-Graduação Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: jemizoguchi@gmail.com

²²⁷ Assistente social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica. Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: thaisatcloss@gmail.com

militar, em 1964, em atividades de movimento estudantil e de cultura popular. Posteriormente, de 1968 até 1972, com a prisão massiva de militantes da organização no Rio Grande do Sul, a partir da experiência em Pelotas, protagonizada pelo docente e diretor da Escola de Serviço Social de Pelotas, com destaque para a articulação do “Esquema de Fronteira”. O estudo fundamentou-se no método dialético-crítico, a partir de pesquisa qualitativa (MARTINELLI, 1999) através da triangulação das fontes (TRIVIÑOS, 1987): revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas com base na metodologia de História Oral (MARTINELLI, 2009). De modo que o presente artigo apresenta discussão preliminar sobre a contribuição da militância política de assistentes sociais na Ação Popular para a profissão.

2- AÇÃO POPULAR NO RIO GRANDE DO SUL

A Ação Popular foi fundada em 1962 no Rio Grande do Sul, na casa dos pais de Maria Josefina Becker, então estudante de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com a participação de Betinho, Herbert de Souza, membro da direção nacional da organização. Assim como nacionalmente, a AP gaúcha nasceu majoritariamente de uma parcela da militância da Juventude Universitária Católica (JUC), ou seja, de estudantes universitários, conforme relata Maria J. Becker:

Então nós fizemos um super esforço para mandar os alunos para as vilas, para as comunidades... para as comunidades não, os bairros! Articulado. O quê? Com as associações de bairro da área, ou com os sindicatos ou com a igreja. A gente ia nas Comunidades Eclesiais de Base. Normalmente a área das Comunidades Eclesiais de Base eram as aglutinadoras do processo. E fazíamos... Esse trabalho foi muito contestado na minha prisão. Dizendo que inclusive eu estava aliciando a população para serem adeptos da teoria marxista-leninista da Ação Popular. (BECKER, 2021, p. 5).

Desde sua fundação em 1962 e o golpe civil-militar em 1964, a atuação da AP caracterizou-se pelo apoio crítico às reformas de base e pela forte incidência no movimento estudantil gaúcho (DIAS, 2011). Fundamentou-se no socialismo humanista e recebeu a influência intelectual de Ernani Fiori, filósofo e professor da UFRGS. No movimento estudantil, a organização atuou através de entidades representativas, como a União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul (UEE-RS), a Federação de Estudantes da UFRGS, os Centros Acadêmicos e os Grêmios Estudantis, com destaque para o Colégio Júlio de Castilhos (Julinho).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

A particularidade da AP no estado está em sua atuação pela via institucional. Apesar do caráter conservador da administração de Ildo Meneghetti no governo do Estado, em 1963, militantes apistas atuavam em seu governo: Valter Omon e Luis Antônio Tim Grassi, que trabalhavam na Secretaria Estadual do Trabalho como assessores sindicais, na articulação de movimentos de trabalhadores e de segmentos da Juventude Operária Católica; e Maria Josefina Becker, já assistente social, com atuação na Secretaria de Educação, sendo uma das responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho de educação de adultos a partir do método Paulo Freire (PIRES, 2015).

Na secretaria de educação do governador Ildo Meneghetti, que era considerado conservador, mas cuja secretária Zilah Totta, concedeu um espaço para os militantes da AP, os quais formaram um núcleo na secretaria. Além disso, na secretaria de trabalho, comandada por Armando Pietro, ex-militante da JUC, que, embora não fosse de esquerda, também permitiu que um dos líderes da AP levasse vários membros da organização para trabalhar nela” (DIAS, 2011, p. 101).

Para Oliveira (2016) essa já foi uma iniciativa de integração junto à classe trabalhadora, com a alfabetização e conscientização de adultos na Secretaria de Educação e com a organização de sindicatos na Secretaria do Trabalho, antes mesmo da AP adotar essa diretriz. A partir do golpe civil-militar de 1964, que impôs novas restrições à articulação da organização, parcela de seus militantes iniciou um processo de “hibernação”, conforme relatado por seu ex-militante e ex-parlamentar gaúcho Raul Carrion (Oliveira, 2016). Neste momento, uma das principais características da AP, que era a sua abertura e estreita relação com as massas populares, foi revista em decorrência do terrorismo de Estado perpetrado pela ditadura.

Deste modo, houve uma progressiva aproximação de militantes da JOC à AP, assim como a inserção de militantes do movimento estudantil entre os trabalhadores, em especial junto aos metalúrgicos da grande Porto Alegre e aos calçadistas do Vale dos Sinos. Ainda assim, o movimento estudantil apista permaneceu em atividade na capital gaúcha, convocando passeatas, fazendo pichações em locais estratégicos e distribuindo materiais de denúncia à ditadura.

Esse período também foi caracterizado pelo seu encaminhamento rumo ao marxismo, marcado por uma divisão entre aqueles que defendiam o foquismo e estavam alinhados à Revolução Cubana de 1959; e os que se articulavam em torno da vertente maoísta do marxismo-leninismo, defendendo a revolução em duas etapas e a integração

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

dos militantes de origem pequeno-burguesa junto aos trabalhadores urbanos e camponeses, ao exemplo da Revolução Cultural Chinesa.

Ambas correntes visitaram tanto a Cuba quanto a China e trouxeram a sua influência e seus ensinamentos para a AP. Em 1968, após atentado no aeroporto de Recife mal sucedido, houve uma maior crítica à perspectiva foquista. No Encontro Nacional se agravou a disputa entre as correntes, o que culminou com a expulsão dos foquistas e com a vitória dos maoístas na organização. No Rio Grande do Sul já havia um movimento de integração na produção, que ainda não era obrigatório. Inclusive, por divergências sobre a integração, militantes que estavam próximos aos metalúrgicos e aos calçadistas saem da AP e integram o PCdoB nessa época.

De um relativo esvaziamento da organização decorreu o deslocamento de dois militantes de São Paulo para o Rio Grande do Sul a fim de reorganizar a AP em 1969. A partir de 1969 houve uma intensificação da integração na produção, que passou a ser obrigatória. Esta iniciativa, além de objetivar aproximar a organização do movimento operário e camponês, também funcionou enquanto uma medida de segurança, já que frequentemente os militantes mudavam de estado e de identidade ao realizar a integração - o que contribuía para despistar a polícia terrorista que perseguia os militantes postos em clandestinidade.

Ainda, quanto à particularidade da AP no RS, houve a articulação do esquema de fronteira. Foi realizado um acordo entre o ex-governador Leonel Brizola e a Ação Popular, com os brizolistas se responsabilizando por quem chegava ao Uruguai e a AP pela passagem pela fronteira. O esquema permitiu a passagem de militantes de esquerda de diversas organizações, não apenas os apistas (DIAS, 2011, p. 86).

Crises e cisões marcaram a história da Ação Popular e a divergência sobre a existência ou não do partido de vanguarda da classe trabalhadora no Brasil, que para alguns seria o PCdoB e para outros deveria ser constituído, culmina na mudança de nome da organização em 1971 para Ação Popular Marxista Leninista do Brasil. No entanto, em 1972 ocorreu a desarticulação da Ação Popular no Rio Grande do Sul com a prisão, exílio e encerramento da atuação de grande parte de seus militantes. Ressalta-se a atuação do CENIMAR em suas prisões, com o destacamento de um militar especializado na Ação Popular e deslocado para o estado exclusivamente para esse fim. Nacionalmente, em 1973 a maior parte de seus militantes aderiram ao PCdoB, ainda que

alguns tenham permanecido na AP e buscado articular a sua reorganização até o início da década de 1980.

3- SERVIÇO SOCIAL E AÇÃO POPULAR NO RIO GRANDE DO SUL

No início da década de 1960, os militantes da Ação Popular e estudantes de Serviço Social participavam de movimentos de cultura popular inspirados no método Paulo Freire. Essas experiências ocorreram no âmbito da Divisão de Cultura da Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul. Esta Divisão se constituiu em pólo irradiador de experiências do Serviço Social no campo da cultura popular, dirigido pela assistente social e docente da Escola de Serviço Social de Porto Alegre, Lúcia Castillo.

É neste departamento que atua a estudante de Serviço Social Maria Josefina Becker, militante da Ação Popular. É a partir dessa inserção que se desenvolvem as atividades da tendência progressista de DC do Serviço Social gaúcho, a pedagógica-cultural, que foi “liderada pelas professoras Lucia Castillo, Zillah Totta e Notburga Reckziegel, marcada pela incidência do pensamento católico francês de Emmanuel Mounier, articulando abordagens grupais e o DC com ênfase educativa, a partir das ideias de Paulo Freire e de Ernani Maria Fiori. (SCHEFFER, CLOSS, ZACARIAS, 2019).

Além disso, Lucia Castillo e seus estagiários de Serviço Social compuseram a equipe interdisciplinar de fundação e execução das atividades do Instituto de Cultura Popular, que foi constituído em dezembro de 1963. Ali foram desenvolvidas atividades de extensão e estágio no campo da alfabetização de adultos, cultura e educação popular. A incidência desses trabalhos comunitários materializou-se em trabalhos de conclusão de curso (TCC) do Serviço Social abordando essas temáticas. Em abril de 1964, logo após o golpe civil–militar, as atividades do ICP são encerradas.

Além da experiência institucional a partir da Divisão de Cultura da SEC, destaca-se a atuação conjunta da AP e do PCB na constituição de movimentos de cultura popular nas vilas de Porto Alegre, que contavam com o apoio de Ernani Maria Fiori e de Leônidas Xausa, ambos docentes de filosofia da UFRGS e apistas (DIAS, 2011). A participação dos militantes da Ação Popular nos movimentos de Cultura Popular de então se articularam através de sua inserção institucional no governo do Estado e no movimento

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

estudantil, através da UEE-RS e da UGES. As atividades de cultura popular ocorreram desde o fim de 1962 promovidas por estudantes (BECKER, 1963).

Maria Josefina Becker foi membro da JUC antes da constituição da Ação Popular. Atuou no movimento estudantil, participou do Comitê Central da Greve do 1/3 e articulou experiências de alfabetização de adultos em Porto Alegre. Justamente quando os cursos de alfabetização estavam sendo levados para o interior do Estado chegou o golpe de 1964, quando toda essa atuação é desarticulada. Eva Teresinha Silveira era sua colega, amiga e companheira de AP - no futuro conhecida como Eva Faleiros. Foi uma liderança estudantil, vice-presidente da Executiva de Estudantes do Serviço Social e atuou na Divisão de Cultura da SEC na equipe de Lúcia Castillos. Os seus trabalhos de conclusão de curso tematizaram experiências de Cultura Popular no campo da alfabetização de adultos em Porto Alegre a partir desta inserção.

O TCC de Eva trata-se de “o relato e análise de uma experiência de Cultura Popular, e mais do que isso, de uma experiência de Serviço Social em Cultura.” (SILVEIRA, 1964). Para Eva cabe ao Serviço Social a tarefa de desalienação cultural (SILVEIRA, 1964, p. 10). O Serviço Social e a cultura popular buscam a análise das causas dos problemas e a conscientização dos mesmos, já que “é da natureza de ambos o tornar consciente.” (SILVEIRA, 1964, p. 11). Fazendo uma reflexão dos valores, objetos e funções do Serviço Social, a estudante argumenta que uma das tarefas profissionais é a desalienação cultural.

A compreensão das estudantes de Serviço Social era de que não seria possível trabalhar com Cultura Popular sem que houvesse o engajamento do povo, o que se relaciona com a sua compreensão de revolução: “uma revolução imposta não é revolução. Não negamos a importância das vanguardas, das lideranças, no processo de superação da alienação. Mas liderança não significa imposição, não significa dirigismo. Significa conscientizar e indicar os instrumentos. A resposta final caberá ao povo.” (BECKER, 1963, p. 14). De acordo com Maria, em depoimento recente,

A questão da cultura e da consciência histórica são básicas para as formulações iniciais da AP. A consciência histórica é a consciência que o sujeito tem de si mesmo dentro de um determinado momento da história que não é só daquele lugar, mas que é de toda cultura humana e toda a situação do mundo. [...] Então esse conceito de cultura como a capacidade que o sujeito tem de transformar o mundo material, seja materialmente, as obras culturais vai e vem a questão da arte, a questão da cerâmica e aí no nordeste isso é riquíssimo, como a questão da expressão do pensamento, de um pensamento que não é a repetição de outro pensamento que é tradução de uma reflexão própria, que aí tem a questão da

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

consciência histórica, então a questão da cultura e da consciência histórica sempre foram básicas. (BECKER, 2021, p. 14)

Para tanto, defendem um Serviço Social que promova a integração dos homens em suas comunidades e as comunidades na sociedade mais ampla, e esta na sua vocação histórica. Por isso, “é necessário que o Serviço Social seja um instrumento de libertação, conscientizando o povo brasileiro, para que ele assuma seu papel de criador de cultura e operário da construção da HISTÓRIA.” (BECKER, 1963, p. 45).

Ressalta-se que as experiências relatadas por Eva Faleiros e Maria Becker estavam majoritariamente articuladas à participação do movimento estudantil, inclusive com as atividades que estes realizavam em sua Caravana da UEE-RS. Assim, a interlocução com a Ação Popular - além da própria participação de militantes da organização - está costurada em especial através do movimento estudantil - principal veia da AP. Em depoimento Maria Backer comenta sobre a sua compreensão de engajamento profissional e político: “Quer dizer, o meu trabalho como estagiária de Serviço Social, eu via também como um trabalho militante.” (BECKER, 2021, p. 8)

É a partir de 1968 que se iniciou a militância de Alceu Salamoni em Pelotas. Alceu graduou-se assistente social na Escola de Serviço Social de Porto Alegre, onde cursou Serviço Social através de bolsa de estudos garantida pelo SESC em troca de seus serviços quando profissional formado. Por esse motivo, atuou como assistente social do SESC em Ijuí e em Pelotas. Logo foi convidado a atuar como professor de Serviço Social e diretor da Escola de Serviço Social de Pelotas, época na qual já militava na Ação Popular. Segundo Cristiane Dias (2011) e o depoimento do dirigente estadual da AP Antonio Ramos Gomes, Alceu Salamoni teria comandado a base de Pelotas da AP e era conhecido como “Frei”:

Os núcleos mais significativos da AP no interior estavam localizados em Pelotas e Santa Maria, que eram formados por cerca de 30 pessoas. Então, os militantes dos dois núcleos faziam reuniões em conjunto, pois, naquela época, o Alceu Salamoni era o principal coordenador do interior, junto com um militante que era pastor presbiteriano e por isso era chamado de frei ou de pastor! Ele não era católico, mas estava ligado a uma igreja presbiteriana. (GOMES, 2011 apud DIAS, 2011, p. 141).

O docente Alceu Salamoni, enquanto coordenador do curso, iniciou um processo de alteração curricular no curso da ESS-Pelotas. Uma iniciativa articulada junto à Ação Popular e da qual a nova disciplina introduzida foi lecionada pelo advogado e

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

coordenador da célula da AP. Em entrevista, Salamoni reflete sobre as contribuições da sua militância na AP na Escola de Serviço Social:

Claro que a influência é muito mais do que eu lá na Escola aqui. Entende? Até porque o grupo da AP foi o que eu convidei. Aliás, nós fizemos uma mudança de currículo na Escola, entre outras disciplinas nós introduzimos “Realidade latino-americana”. E claro, quem foi dar a disciplina foi o cara que coordenava o grupo de AP aqui em Pelotas. [...] Um ponto dessa reforma: nós entendíamos que o aluno tinha que conhecer um pouco mais de história. Mas história, História! Não era colocar uma disciplina para qualquer um vim lá dar as aulas. Foi aí que esse cara, que era um cara que tinha se formado em Direito já, que tinha sido professor de história em um curso de segundo grau. Mas era o coordenador da AP aqui, entende? E isso entrou em 72. Mas em maio houve a minha prisão. Houve a prisão dele também, desse cara, e aí se foi a disciplina. (SALAMONI, 2021, p. 5)

Os estágios realizados durante este período também foram marcados por uma nova concepção, com a abertura de novos campos: “Porque nós abrimos aqui a Escola para os estágios nas vilas. Não tem estágio em instituição! Tem estágio em vila!” (SALAMONI, 2021, p. 7). A experiência era nova e estava em desenvolvimento quando ocorreu o seu corte, devido à repressão ditatorial. De modo que não houve tempo suficiente para uma maior elaboração sobre o que era aquela experimentação: “um trabalho de... Não é o antigo Serviço Social de Caso, nem é o antigo Serviço Social de Grupo. É trabalhar com todo mundo! Vamos chamar isso de Comunidade, Desenvolvimento de Comunidade? Não sei!” (SALAMONI, 2021, p. 11). No entanto, a atividade foi marcado pela articulação e inclusão da população das “vilas” pelotenses, o que foi contestado pelos torturadores do DOPS:

Então nós fizemos um super esforço para mandar os alunos para as vilas, para as comunidades... para as comunidades não, os bairros! Articulado. O quê? Com as associações de bairro da área, ou com os sindicatos ou com a igreja. A gente ia nas Comunidades Eclesiais de Base. Normalmente a área das Comunidades Eclesiais de Base eram as aglutinadoras do processo. E fazíamos... Esse trabalho foi muito contestado na minha prisão. Dizendo que inclusive eu estava aliciando a população para serem adeptos da teoria marxista-leninista da Ação Popular. (SALAMONI, 2021, p. 11).

Por fim, destaca-se também a sua atuação na articulação do Esquema de Fronteira, quando junto a outros companheiros organizaram a saída de militantes clandestinos para o Uruguai. No entanto, com a desarticulação de Ação Popular no estado, Alceu Salamoni foi preso e levado ao DOPS em Porto Alegre em 1972, permanecendo ali por cerca de três meses. Ao retornar à Pelotas foi afastado da docência, ainda que mantido na Universidade Católica, o que causou a interrupção nas mudanças iniciadas na formação em Serviço Social em Pelotas.

4- CONCLUSÕES

Identificaram-se dois períodos de participação de assistentes sociais na Ação Popular que demonstraram a influência de seu engajamento político na profissão. Do início da década de 1960 até o golpe-civil militar em 1964, a atuação no movimento estudantil universitário, em estágios e em experiências de educação e cultura popular, a partir de inserção na SEC e no ICP-RS, contribuíram para a abertura da erosão do Serviço Social tradicional no Rio Grande do Sul.

Já a atuação de militantes da AP na Escola de Pelotas, com destaque para o docente e coordenador do curso, que ocorreu de 1968 a 1972, e que iniciou a alteração curricular do curso de Serviço Social, assim como as experiências de estágio realizadas em vilas e articuladas com a Igreja Católica, sindicatos e MEB - experiência de renovação crítica profissional encerrada prematuramente com a sua prisão e com a desarticulação da Ação Popular no Rio Grande do Sul.

Finalmente, cabe mencionar que essas são conclusões preliminares, fruto de estudo que está em processo de aprofundamento e amadurecimento em pesquisa de mestrado acadêmico atualmente em desenvolvimento.

5- REFERÊNCIAS

BECKER, Maria Josefina. **Serviço Social e Cultura Popular**. 1963. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1963.

BECKER, Maria Josefina. Entrevista concedida a Thaisa Teixeira Closs, Graziela Scheffer e Jessica Flores Mizoguchi. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2021.

DIAS, Cristiane. A ação popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. História oral: exercício democrático da palavra. *In*: MARTINELLI, Maria Lúcia; LIMA, Neusa Cavalcante; MONTEIRO, Amor Antônio; DIZNIZ, Rodrigo (Organizadores). **A história oral na pesquisa em Serviço Social: da palavra ao texto**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

MIZOGUCHI, Jessica Flores. **Serviço Social e Ação Popular no Brasil**. Orientadora: Thaisa Teixeira Closs. 2021. 83 f. TCC (Graduação) - Bacharelado em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

OLIVEIRA, Cleverton Luis Freitas de. **A Ação Popular e suas estratégias de integração na classe trabalhadora do Rio Grande do Sul (1962-1972)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

PIRES, Thiago Vieira. **FAZENDO REVOLUÇÃO A VIDA INTEIRA: Memória e Resistência entre os militantes da Ação Popular do Rio Grande do Sul**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

SALAMONI, Alceu. Entrevista concedida a Thaisa Teixeira Closs e Jessica Flores Mizoguchi. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2021.

SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaisa Teixeira; ZACARIAS, Inez. A Reconceituação Latino-americana na Ditadura Brasileira: a renovação do Serviço Social gaúcho. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 135. São Paulo: 2019.

SILVEIRA, Eva Teresinha. Uma experiência de cultura popular. 1964. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1964.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA DA DITADURA NO RJ: veredas da politização, repressão e resistência

Graziela Scheffer²²⁸

Márcia Cassin²²⁹

Tainá Souza Caitete²³⁰

Daniele Batista Brandt²³¹

Resumo: O artigo é fruto de pesquisa exploratória sobre acerca do Serviço Social na ditadura no Rio de Janeiro no período de 1960-1980. O objetivo geral é analisar o Serviço Social na história da ditadura no Rio de Janeiro articulado as lutas e movimentos sociais, visando identificar processos de erosão dos fundamentos tradicionais-conservadores da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social, ditadura, lutas e movimentos sociais.

Abstract: The article is the result of exploratory research on Social Work in the dictatorship in Rio de Janeiro in the period 1960-1980. The general objective is to analyze Social Work in the history of the dictatorship in Rio de Janeiro, articulating social struggles and movements, in order to identify processes of erosion of the traditional-conservative foundations of the profession.

Keywords: Social Work, dictatorship, struggles and social movements.

²²⁸ Assistente Social. Doutora em Serviço Social (UFRJ). Especialista em Saúde Mental Coletiva, Professora Adjuntado Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social na FSS/UERJ, pesquisadora Centro de Estudos Octávio Ianni (CEOI). E-mail: graziela.uerj@gmail.com.

²²⁹ Assistente social. Mestre e doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Professora do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e Seguridade Social (GOPSS/UERJ) e do Centro de Estudos Octávio Ianni (CEOI/UERJ). E-mail: marcia.cassin@hotmail.com.

²³⁰ Assistente Social. Professora Adjunta do Departamento de Política Social na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora e Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e Seguridade Social-GOPSS. Faz parte do Centro de Estudos Octávio Ianni-CEOI e do coletivo Questão Social em Foto. E-mail: taina.con@gmail.com.

²³¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Política e Planejamento Urbano pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Gênero e Sexualidade pelo Instituto de Medicina Social (IMS) da UERJ. Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social na FSS/UERJ. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas-Lefebvrianos sobre Espaço Urbano, Vida Cotidiana e Serviço Social (UrbanoSS) da FSS/UERJ. E-mail: daniele.brandt@uerj.br

1- Introdução

O artigo é oriundo da pesquisa “Serviço Social, movimentos e lutas sociais no Rio de Janeiro (1960-1980): da erosão dos fundamentos tradicionais-conservadores ao projeto ético -político”. O objetivo geral é analisar o Serviço Social na história da ditadura no Rio de Janeiro em seu enlace com as lutas e movimentos sociais, visando identificar processos de erosão dos fundamentos tradicionais-conservadores da profissão.

Segundo Netto (2016, p. 65), existem poucas pesquisas históricas que tratam do Serviço Social, o que leva a categoria profissional a uma atrofia do labor histórico analítico e, conseqüentemente, afeta os pilares do projeto ético-político do Serviço Social. Em suas palavras: “tal atrofia, entre outras implicações, afeta significativamente a incidência da pesquisa histórica no direcionamento social da profissão e pode sinalizar, como premonitoriamente uma inflexão na direção social que se considera hegemônica”.

Iamamoto (2008, p. 244), no que concerne à pesquisa em Serviço Social, aponta para a necessidade da viagem de volta à historicidade da profissão como condição para ruptura da endogenia do debate profissional para “Apreender as múltiplas determinações societárias incidentes no trabalho profissional é de fundamental relevo, mas também se faz necessária a viagem de volta que permita uma rica releitura desse trabalho saturado de determinações”.

O estudo se estrutura em três conjunturas históricas que abarcam as décadas de 1960, 1970, 1980 nas quais se desenvolveram importantes processos de resistências e rupturas com os fundamentos conservadores do Serviço Social latino-americano. Para Alves (2022), foi neste contexto histórico que mulheres estudantes, profissionais e/ou docentes de Serviço Social, inseridas na luta política, sofreram violações de direitos e violências, de modo que o processo de politização crítica vivenciou um refluxo crítico dos rumos possíveis da profissão em termos teóricos e metodológicos, no início da década de 1960. Segundo a autora, a perspectiva crítica só é retomada com maior vigor nos últimos anos da década 1970, quando a ditadura entrou em refluxo na sociedade a partir de novas condições de organização política. O estudo apresentado aborda uma primeira aproximação analítica acerca do Serviço Social no Rio de Janeiro, no período da ditadura, na Escola de Serviço Social de Niterói (ESSN-UFF), na Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FSS-UERJ), Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS-UFRJ).

2- Serviço Social no contrapelo da história da ditadura: panorama dos cursos de Serviço Social no Rio de Janeiro

Para a análise do Serviço Social na ditadura civil-militar no estado do RJ, realizamos um estudo exploratório²³² pautado na revisão bibliográfica e documental, obras e documentos da história dos cursos no período de 1960-1980. Tratar do Serviço Social na história nessas três décadas representa recuperar a angulação analítica do contrapelo da história, vinculados as lutas de resistências e dos movimentos sociais na ditadura do grande capital, aprofundando as bases da questão social que se expressa e explica as transformações dos fundamentos da profissão na sociedade capitalista. Portanto, investigar a inserção dos profissionais e estudantes nos processos de resistência da ditadura nos possibilita capturar os processos de rupturas com os fundamentos do Serviço Social tradicionais-conservadores e, simultaneamente, vislumbrar as tendências de novas direções teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa vinculadas aos interesses da classe trabalhadora e às lutas sociais da época.

Para Yazbek (2020), os fundamentos são matrizes histórico-ontológicas, explicativas da realidade e da profissão, alicerçados em múltiplos aspectos e que perpassam a relação entre Serviço Social e realidade. Para Iamamoto (2008, p. 220), estudar os fundamentos da profissão, implica em abordar a “história a partir das classes sociais e de suas lutas, entendendo as diversas manifestações da “questão social” e as suas estratégias de enfrentamento. Segundo Almeida (2016, p.81), a “questão social” é expressão politizada da luta de classes e do próprio processo de consciência e organização da classe, levando-se em consideração que esta é determinada historicamente. A análise marxiana ao desvelar as condições de produção da riqueza social e da sua apropriação privada, cuja reprodução dessa forma de produção capitalista “requer o controle dos modos de reprodução da miséria em escala ampliada e, muito menos, da luta de classes em torno da manutenção/superação dessa ordem”. Portanto, desvelar a questão social implica em demonstrar suas formas de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2004).

A partir de fio condutor analítico do Serviço Social na história da ditadura articulada a questão social e lutas sociais é buscamos analisar dinâmica da politização,

²³² Realizamos um levantamento dos materiais relativo ao Centro Acadêmico de Serviço Social da UERJ visando identificar documentos do movimento estudantil de 1960-1980. No trabalho campo na FSS-UERJ verificamos são escassas documentação do período das décadas de 60-70. Fomos informadas que grande parte do material histórico foi destacado pelo ex-diretor Wilson Cardoso na década 1980.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

repressão e resistências vivenciadas nos cursos de Serviço Social no Rio de Janeiro, a partir do resgate da trajetória da ESS-UFRJ, FSS-UERJ, da ESSN-UFF.

A ESSN-UFFa partir dos anos 1950 até 1964, teve importantes vinculações com o pensamento de esquerda, em especial com os movimentos progressistas da Igreja Católica, por meio do segmento da Juventude Universitária Católica (JUC) e Ação Popular (AP), que influenciou estudantes de Serviço Social do período, os quais “exigiam uma mudança na análise da realidade e das questões sociais brasileiras, bem como no atendimento social a pobreza fluminense (GOMES, 1997, p.181).

Neste período, havia uma polarização das forças políticasno quadro amplo da Guerra Fria na América Latina após a vitória do socialismo cubano no continente, gerando uma crise na dominação burguesa nacional. Com a Revolução Cubana de 1959 “o socialismo passou a ser um elemento real das relações interamericanas, como algo efetivamente ocorrido e que poderia ocorrer de novo”. (IANNI,1974, p.50). O período inicial de 1960 foi marcado pelas lutas sociais das reformas de bases, acompanhado por processos de conscientização e politização de operários, camponeses, estudantes e intelectuais (AMMANN, 2003). O golpe civil-militar no Brasil em 1964 buscava frear as lutas em torno das reformas bases e o processo de politização das organizações dos trabalhadores e estudantes. As classes dominantes nacionais, sustentadas em interesses do capital monopolista internacional, e apoiadas nos órgãos governamentais norte-americanos, defenderam a Ditadura civil-militar consolidada a partir de 1964.

Sobre os estudantes ESSN-UFF do período, destacamos Suely Gomes Costa, estudante de 1959-1962, representante do Diretório Acadêmico Maria Kiehl (DANK) e integrante da AP que, após formada torna-se docente do curso de Niterói. Para Costa (1993 apud Gomes, 1997, p.97-98) o Partido Comunista Brasileiro (PCB) da época era “extremamente manietado pelo centralismo democrático e, eram pessoas com pouca liberdade de pensar”. Já AP, considerava um movimento marxista de esquerda que era “libertável, era movimento crítico”.

Apesar das divergências e disputas entre os segmentos católicos e comunistas no interior do movimento estudantil – buscava-se uma estratégia de unificação dos estudantes em torno de bandeiras comuns, especialmente sobre democratização da sociedade e do ensino superior, a reforma agrária e a difusão do projeto de alfabetização de Paulo Freire (CLOSS, et.al, 2021).. Para Costa (1995 p.71), a ESSN-UFF teve influência das experiencias do MEB, do método de alfabetização de Paulo Freire e da Ação Popular (AP) qual grande parte do Diretório Acadêmico eram membros dessa

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

organização. Em 1963, Herbert de Souza, liderança da AP, foi conferencista na ESSN-UFF. Em termos nacional na organização do movimento estudantil do Serviço Social,

Nos congressos estudantis da década de 60, alunos- agora homens e mulheres- exigiam mudanças curriculares radicais, voltadas para conhecimento da realidade. (CARVALHO,1992). Propagava com veemência, conceitos bastantes coincidentes do com aquelas emanadas do ISEB e da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), associadas às novas tendências sobre cristianismo (...) (1995, p.71).

Gomes (1997) enfatiza que na disciplina Economia Política e Social do currículo de 1956 vigente até início dos anos 1960 já fazia referência ao marxismo. Acerca da produção de conhecimento sobre a pobreza no período, era oriunda principalmente CEPALa partir das elaborações sobre subdesenvolvimento, desenvolvimentismo e marginalidade social; do Banco do Desenvolvimento Nacional (BNDE)de inspiração keynesiana; e da “ala da esquerda” do Instituto Superior de Estudos Brasileiros ISEB. A doutrina do desenvolvimento foi construída nessa confluência dessas correntes que impulsionaram uma ação política voltada para o estímulo da industrialização e da modernização do campo.

Sobre o período do pós-1964 do golpe civil-militar na FSS-UERJ, o livro organizado pelas assistentes sociais que foram estudantes do período de 1965-1968 da Universidade Estadual da Guanabara (hoje denominada como Universidade Estadual do Rio de Janeiro), nos possibilita identificar processos de repressão- resistência no período inicial da ditadura. Nas palavras das autoras “Nossa formação em Serviço Social deu-se 1965 a 1968, período em que mundo lidava com guerra fria, intervenção militar dos EUA no Vietnam e os movimentos *antiestablishment* especialmente impulsionado pela busca de direitos” (GUERREIRO, et al 2019, p.9).Sobre o impacto da ditadura na FSS-UERJ, observa-se já impacto da Operação Limpeza e a repressão na direção do curso do “interventor” indicado por militares. Conforme relato das autoras citadas:

(...) havia também receio ou, mesmo, medo. Estávamos em plena ditadura, ano de 1966. O golpe havia sido em 64; a turma começa em 65. A direção da faculdade cabia alguém indicado pelo governo militar. Independente da formação que tivesse- academicamente conceituado, mas no caso, presidindo um clube de futebol- não tinha nenhuma familiaridade alguma com as questões da área do Serviço Social.

Sobre o corpo docente da FSS-UERJ, aponta três posições: os omissos por posicionamento; os contrários ao regime militar que “havam escapado à degola geral, mas se manifestavam por parábolas ou metáforas”; e os que eram pró-ditadura, que “se sentiam donos da vida na faculdade” (GUERREIRO, et al 2019, p.87). Em relação à

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

escolha profissional destaca-se Maria Freitas e Lucia Perez, ambas as professoras primárias eram vinculadas a Juventude Estudantil Católica (JEC) e desenvolveram ações educativas no meio rural pautadas no método de Paulo Freire. et al

O perfil dos estudantes do curso noturno da FSS-UERJ era formado por jovens mulheres trabalhadoras. As autoras também destacam que havia na época um curso matutino, cujo perfil também era jovens mulheres, contudo se diferenciava por ser em sua maioria oriundas de classe média altas que não precisavam trabalhar. Frisa-se que a FSS-UERJ era o único curso noturno da época. Esse perfil de estudantes trabalhadoras impulsionou as lutas por melhorias na formação pelo “Grupo do Paredão” que reivindicavam a abertura da biblioteca no horário noturno, denunciavam falta de sigilo no estágio do Juizado do Menor e reivindicavam melhores campo de estágios para estudantes trabalhadores (GUERREIRO et al, 2019, p.9). Em 1967, organizam um jornal clandestino chamado o Grito, o qual inspirou a turma seguinte de 1968 a criar um jornal intitulado Berro, ambos jornais buscavam denunciar e reivindicar as questões da formação do Serviço Social na ditadura. O Grupo Paredão recebeu apoio e se articulou aos segmentos universitários que eram contrários à ditadura como exemplo integrantes Diretório Central dos Estudantes (DCE), da Faculdade da Engenharia e do Sindicato de Médicos (GUERREIRO et al, 2019, p.9).

O grupo ganhou o Diretório Acadêmico (DA) da FSS-UERJ com a chapa “Trabalho e Integração” em 1967. Durante a campanha, os segmentos pró-ditadura acusaram a chapa de ser financiada com dinheiro de Moscou, formada por pessoas perigosas que ocasionaria problemas na faculdade com a polícia (GUERREIRO et al, 2019). A Ditadura civil-militar buscava propagar a ideia de “inimigo interno” como justificativa para as ações repressivas do Estado. A primeira ação da chapa no DA foi a realização de um curso pré-vestibular popular financiado com arrecadações das taxas recolhidas das matrículas. A partir de 1967, o DA envolve-se diferentes manifestações contra a ditadura, colocando cartazes sobre a morte de Che Guevara, na organização dos estudantes FSS-UERJ para passeata da morte do estudante secundarista Edson Luís, que posteriormente foi homenageando com seu nome na cantina. Em relação à incidência do Movimento da Reconceituação latino-americana, já se identifica esta influência no período. A turma noturna (1965-1968) indicou Dom Helder Câmara como patrono e Seno Cornely para paraninfo, houve tentativas de proibição de ambos. As estudantes da época colocam

Conhecemos o professor Seno, gaúcho, num seminário fora; conversei com ele sobre possibilidade de palestra na faculdade, e ele se prontificou. A diretoria

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

montou o curso. (...) Esse curso causou certa resistência do corpo docente e no diretor, que taxou nosso grupo mais uma vez, de “comunista”. (GUERREIRO et al, 2019, p.89).

Cornely foi impulsionador do Movimento de Reconceituação, que constitui a partir da Escola de Porto Alegre uma nova tendência profissional progressista denominada Reformismo Reconceituador, articulada ao debate da unidade do Serviço Social latino-americano, sendo anterior ao Seminário de Araxá em 1967. A gênese Reformista articulava os debates cepalinos e da AP. Sua proposta visava sintonizar a profissão com as demandas do “desenvolvimento-subdesenvolvimento” da América Latina, dialogando com as reivindicações das classes populares vinculadas às reformas democráticas (SCHEFFER, et.al, 2021). No documentário “Faculdade de Serviço Social-70 anos”²³³ temos depoimentos de ex-estudantes que relatam sua formação na década de 1970-1980. Mary Jane de Oliveira Teixeira, atualmente professora da FSS-UERJ, formada em 1973, relata que sua turma tinha militantes de resistência à ditadura e que faziam oposição a reitoria comandada por militares e, inclusive, relata desaparecimento de colegas. Sobre a formação, indica presença de questionamentos sobre o Serviço Social norte-americano via propostas latino-americana. Neste caminho, identificamos, em nosso levantamento inicial um boletim de 1978 denominado BISS (Boletim Informativo de Serviço Social) criado pelo Grupo de Estudos de Serviço Social (GESS), construído por ex-estudantes em 1974, cujo objetivo era reunir os estudantes e profissionais para debater as propostas latino-americana do trabalho profissional. A partir do estudo preliminares do período de 1965-1978 verifica que movimento estudantil da FSS-UERJ se constitui num vetor de resistências na Ditadura civil-militar, que simultaneamente, se expressou na recusa aos fundamentos do Serviço Social tradicional-conservador e na busca por diálogos com os interlocutores do Movimento de Reconceituação. Tais aspectos ganharam amplitude e legitimidade na conjuntura da redemocratização do país, alicerçados no “Congresso da Virada”, de 1979, no livro de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, “Serviço Social e Relações Sociais no Brasil”, de 1982 e, em especial, a partir da Greve de Estudantil da UERJ, de 1982. De acordo com BRANDT (2005) e CISLAGHI & BRANDT (2014), este episódio consistiu em uma resposta dos estudantes da FSS-UERJ à demissão das professoras Alany Pinto Caldeira, Ana Maria de Vasconcelos, Maria Alice Correia e Maria Helena Rauta Ramos e à não renovação do contrato da professora Rose Mary Souza Serra no ano de 1982, tomada pelo diretor da unidade na época, o filósofo Aquiles Cortes Guimarães. O movimento, que iniciou com a readmissão

²³³[Faculdade de Serviço Social - UERJ - 70 anos - YouTube](#)

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

das professoras vinculadas ao processo de renovação da profissão no país, rapidamente se ampliou, resultou em greve dos estudantes do curso, mobilizações dentro e fora da universidade e, finalmente, com a deflagração da greve estudantil da UERJ, no dia 29 de abril de 1982.

A ESS-UFRJ, segundo Maria Amélia Arrouzo (2007), diretora do curso no período de 1937- 1975, não houve interferências das forças repressivas do estado na instituição, contrariando afirmação da pioneira, em 1966 ocorreu Massacre da Praia Vermelha (1966) na UFRJ. Ruth Gusmão, assistente social (formada na PUC-RJ) e estudante de Ciências Sociais:

(...) durante a invasão, pela Polícia Militar, da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), quando fui espancada; vítima da truculência da Polícia Militar sobre um grupo de estudantes que participava de manifestação no pátio do Ministério da Educação e Cultura, o que trouxe sequelas físicas e exige permanente tratamento. O “massacre da Praia Vermelha”, conhecido episódio do cerco e invasão da Faculdade de Medicina pela polícia, do qual participaram cerca de 600 estudantes, no qual estive presente, ocorreu em setembro de 1966 e significou uma resistência à ditadura pelo movimento estudantil e sua luta pela democracia e autonomia universitária a da UFRJ. (CFSS,2017, p.115).

Para Maria Inês Bravo (2007), não houve repercussão das publicações críticas da reconceituação na ESS-UFRJ no período de 1960-1970. No curso prevaleceu a perspectiva modernizadora, qual grande parte dos docentes foram colabores do Centro **Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais** (CBISS) nos documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré. Participaram “Maria Gloria Nin, Ferreira-de todos., Tecla Machado Soeiro, do Teresópolis e Sumaré Leila Bugalho, Ana Estella Furtado, Maria Cristina Salomão de Almeida e Maria Augusta de Aguiar Ferraz Tempor, do de Sumaré. (BRAVO, 2007, p.59). Bravo (2007) destaca dois aspectos que alavancaram a renovação crítica no final da década 1970 na ESS-UFRJ: o primeiro foi a entrada de novos professores via concurso público que eram mais críticos como Maria Helena Rauta, Maria Durvalina Fernandes e Maria Almeida Lima. O segundo aspecto foi o protagonismo do movimento estudantil nas décadas de 1980-1990. Maria Helena Rauta afirma que ao assumir o cargo de professora na ESS-UFRJ, enfrentou dificuldades, pois era considerada comunista, pois lia Paulo Freire e autores latino-americanos. Vejamos,

Um dia, uma professora me aconselharam a não deixar meus livros em cima da mesa ou não carregá-los no assento traseiro do carro. Eu estava sendo classificada de “subversiva” (...) havia ainda “olheiros”, e tínhamos sempre de que estávamos sendo vigiados. E eram livros de autoria de Paulo Freire, alguns livros e revistas editadas pela ECRO. (RAUTA, 2007, p.41).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Ao longo da década 1980, com entrada de um quadro jovens professores e de fortalecimento dos movimentos sociais na redemocratização do Brasil, a modernização conservadora e a reatualização conservadora foram combatidas na ESS-UFRJ, desabrochando um novo horizonte na escola, articulado aos debates do CELATS, da tradição marxistas e as forças democráticas do país.

3- Considerações finais

Nessa primeira etapa da pesquisa podemos identificar processos de erosão do Serviço Social tradicional-conservador de 1960-1964 no Rio de Janeiro, conforme ilustrado na história ESSN-UFF. A ditadura brasileira visou frear a politização dos estudantes, intelectuais e trabalhadores pela via do terror do Estado. Contudo, pudemos observar que essas forças das resistências continuaram pulsantes na sociedade e na universidade, como expressou as memórias das estudantes da FSS-UERJ no período de 1967-1968, que se colocavam simultaneamente contra ditadura e o tradicionalismo-conservadorismo da profissional. Na ESS-UFRJ, prevaleceu a modernização conservadorismo e a reatualização conservadora, as mudanças aparecem no final dos anos 1970 e ao longo da década 1980 na ebulição movimentos sociais no processo redemocratização articulada na renovação crítica no curso via um quadro de jovens de professores e na rearticulação do movimento estudantil.

4- Referências

ALMEIDA, Ney T. “Questão Social” e Serviço Social no Brasil. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína Oliveira e (Org). *Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016

ALVES, Maria Elaene. História de um tempo sem memória- Resistências das mulheres do Serviço Social na Ditadura de 1965-1985.

AMMANN, Safira. Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ARROUZO, Maria Amélia. História vividas, Memórias presentes. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Curso de Serviço Social na UFRJ. Rio de Janeiro. UFRJ.2007.

BRANDT, Daniele Batista Brandt. Estamos em greve: o significado da greve estudantil de 1982 na UERJ. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

CISLAGHI, Juliana Fiuza & BRANDT, Daniele Batista. A imaginação no poder: greve estudantil de 1982 e gestão democrática na Faculdade de Serviço Social da UERJ. In: VELOSO, Renato dos Santos et al (Orgs.). *Trajetória da Faculdade de Serviço Social da UERJ: 70 anos de história*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p.107-130.

CLOSS, Thaisa, SCHEFFER, Graziela, ZACARIAS, Inez, MIZOGUCHI, Jessica. Ação Popular, Serviço Social e Paulo Freire: caminhos cruzados com tradição marxista. In: SCHEFFER, G., CLOSS, T., ZACARIAS, I. *Serviço Social e Paulo Freire: diálogos sobre educação popular*. Curitiba: 2021

BRAVO, Maria Inês. Lutas, desafios e conquistas da Escola de Serviço Social da UFRJ. IN: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Curso de Serviço Social na UFRJ. Rio de Janeiro. UFRJ.2007

COSTA, Suely Gomes. *Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES, Leila Maria Alonso. *Proteção Social no Estado do Rio de Janeiro de 1954-1964*. Niterói: EDUFF, 1997

GUERREIRO, Eliud, PEREZ, Lucia, FREITAS, Maria C. CAVALCANTE, Miriam. *Nossa memória de muitos: 1965-1968 UEG Faculdade de Serviço Social*.

GUSMÃO, Ruth. Depoimento. In: *Serviço Social, memórias e resistências contra ditadura*. Brasília: CFSS,2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez. 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilella; SANTOS, Cláudia Mônica. *A história pelo Averso- a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo, Cortez, 2021.

IANNI, Otacvio. *Imperialismo na América Latina. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1974*.

RAUTA, Maria Helana. Marcas e marcos para construção da história da ESS-UFRJ. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Curso de Serviço Social na UFRJ. Rio de Janeiro. UFRJ.2007

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína Oliveira e (Org). *Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

SCHEFFER, G., CLOSS T., ZACARIAS, I. R. E MIZOGUICHI, J. F. O reformismo reconceituador entre a articulação latino-americana e a renovação do Serviço Social brasileiro. In: IAMAMOTO, M.V e SANTOS C.M. (org) *A história pelo avesso: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo, Brasil, Cortez.2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do serviço social e o enfrentamento ao conservadorismo. In: *Revista Libertas*, n.20

SERVIÇO SOCIAL E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA: análise preliminar acerca de movimentos populares em Juiz de Fora no contexto da ditadura militar

Susana Maria Maia²³⁴

Caroline Rosa Oliveira²³⁵

Larissa Pereira²³⁶

Resumo:

Este ensaio apresenta um mapeamento preliminar de produções acadêmicas vinculadas ao repositório da Universidade Federal de Juiz de Fora relacionadas à temática de movimentos sociais em Juiz de Fora no período de 1960-1980. A metodologia empregada consiste em pesquisa bibliográfica em fontes digitais com descritores análogos à temática, leitura e sistematização de produções selecionadas. O objetivo principal desta fase exploratória da pesquisa é compreender o cenário sócio-histórico e contexto da luta de classes na cidade, na busca pela identificação de elementos da conjuntura que subsidiem a leitura da aproximação do Serviço Social às lutas e processos de resistência no período.

Palavras-chave: Lutas Sociais, Juiz de Fora, Ditadura Militar, Serviço Social

Abstract:

This essay presents a preliminary mapping of academic productions linked to the repository of the Federal University of Juiz de Fora related to the theme of social movements in Juiz de Fora in the period 1960-1980. The methodology used consists of bibliographic research in digital sources with descriptors similar to the theme, reading and systematization of selected productions.

²³⁴ Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Campus de Rio das Ostras. Doutora em Serviço Social. Integrante do Projeto de Pesquisa “A relação do Serviço Social com as lutas sociais no Brasil nas décadas de 1960-1980: reflexões sobre a questão da natureza da dimensão ideopolítica profissional”. smmaia@id.uff.br

²³⁵ Estudante do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Integrante do Projeto de Pesquisa “A relação do Serviço Social com as lutas sociais no Brasil nas décadas de 1960-1980: reflexões sobre a questão da natureza da dimensão ideopolítica profissional”. carolinerosaoliveira@gmail.com

²³⁶ Estudante do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Integrante do Projeto de Pesquisa “A relação do Serviço Social com as lutas sociais no Brasil nas décadas de 1960-1980: reflexões sobre a questão da natureza da dimensão ideopolítica profissional”. larissa.pereira.uff@gmail.com

The main objective of this exploratory phase of the research is to understand the socio-historical scenario and context of class struggles in the city, in the search for the identification of elements of the conjuncture that subsidize the reading of the approach of Social Work to the struggles and processes of resistance in the period.

Keywords: Social Struggles, Juiz de Fora, Military Dictatorship, Social Work.

1- INTRODUÇÃO

A análise de processos sócio-históricos, com ênfase nos conflitos de classe e processos de luta e organização das classes subalternas, e do vínculo político e profissional de segmentos profissionais, docentes e discentes a esse movimento histórico se constitui como o objetivo central de uma Pesquisa em andamento que busca compreender a relação do Serviço Social com as lutas sociais no Brasil nas décadas de 1960-1980, nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

A relação do Serviço Social com os antagonismos e conflitos de classe compõe a gênese da profissão, compreendida por Iamamoto e Carvalho (1986) como uma especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar ao modo de produção capitalista, que participa da reprodução das relações sociais e atua diretamente na contradição dos interesses de classe. Destaca-se que a profissão surge, como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora, a partir do apaziguamento desses sujeitos e dos conflitos de classe (IAMAMOTO e CARVALHO, 1986; NETTO, 1991).

Essa relação começa a ser objeto de críticas sistemáticas no seio da profissão a partir da década de 1960 com o chamado Movimento de Reconceituação latino-americano, que demarcou a erosão das bases do “Serviço Social tradicional”, entendido como “prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa” (NETTO, 2005, p.6). Na realidade brasileira, a experiência que aglutina um conjunto de elementos que correspondem a este projeto de reconceituação profissional é o Método BH, desenvolvido nos anos de 1970-1973 na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (BATISTONI, 2017). Todavia, pode-se afirmar que as bases ideo-políticas e sócio-profissionais desta experiência já são postas nos anos iniciais da década de 1960, em especial, pós golpe civil militar de 1964, se

espraiando ao longo das décadas de 1960-1980, por meio do vínculo político e profissional de estudantes, assistentes sociais e docentes ao movimento das classes.

Nesse ensaio, socializamos uma primeira aproximação ao contexto sócio-histórico da cidade de Juiz de Fora (uma das áreas de abrangência da Pesquisa), com o objetivo de traçar aspectos da conjuntura local que possibilitem identificar possíveis interações e articulações com a profissão. Nosso interesse é apreender a dinâmica de desenvolvimento das organizações e lutas desse período e as vinculações que com elas estudantes e segmentos profissionais estabeleceram.

2- SERVIÇO SOCIAL E LUTAS SOCIAIS: traçando um caminho metodológico

Compreende-se a pesquisa enquanto um processo contínuo de investigação, um exercício permanente de reflexão a fim de buscar se apropriar do real em seus elementos mais complexos. Para nos aproximar da compreensão de um fenômeno, é preciso detê-lo em sua dimensão histórica e em seu processo de desenvolvimento, através de método investigativo que o trate como totalidade, um todo dialético e estruturado. Destaca-se a escolha pelo método do materialismo histórico-dialético, que afirma a historicidade do fenômeno em suas reações em nível mais amplo, situando o objeto a partir de mediações em um contexto complexo e, ao mesmo tempo, estabelecendo contradições existentes dentro do próprio objeto, num movimento constante de aproximação à totalidade concreta (KOSIK, 1985). Decifrar as relações onde os sujeitos estão inseridos e atuam, em uma perspectiva de totalidade, passa por reafirmar e compreender, como nos indica Marx (2003, p.5) que “os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade”, relações essas que correspondem à estrutura material da sociedade e sob as quais “se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (idem). Formas de consciência estas que só podem se tornar-se “conscientes”, a partir da compreensão dos antagonismos e das contradições de interesses de classe (LUKÁKS, 2003).

Nesta direção, pode-se afirmar que a luta e o processo organizativo da categoria profissional compõem o contexto sócio-histórico da luta de classes; é a luta das classes subalternas em determinado contexto sócio-histórico. Portanto, os períodos históricos de avanço da organização da classe e os períodos de refluxo, irão impactar diretamente na formação, intervenção e organização da categoria profissional. É a partir do pressuposto de que a profissão existe em condições e relações sociais historicamente determinadas

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

que a Pesquisa pretende compreender a dinâmica de movimentação das classes subalternas no contexto de radicalização da luta de classes no Brasil no referido de 1960-1980, identificando os principais sujeitos sociais e qualificando o tipo de relação política e profissional do Serviço Social com as lutas sociais.

A partir do percurso metodológico que orienta essa Pesquisa, utilizamos o método de pesquisa qualitativa que permite, nas análises de Baptista (1999, p.35) estabelecer uma relação dinâmica entre o “mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”, permitindo verificar os sentidos, representações e vínculos dos sujeitos pesquisados com o universo temático proposto. Nesta fase inicial da Pesquisa construímos os percursos de aproximação e delimitação do objeto. Adotamos o procedimento metodológico de pesquisa bibliográfica, de forma desenvolver um estudo qualitativo historiográfico a partir de fontes bibliográficas que tratem de determinações que compõem a conjuntura na qual emergem as organizações, movimentos e lutas sociais desenvolvidas no período de 1960-1980, em especial, nos primeiros anos da ditadura civil-militar em Juiz de Fora (MG), procurando identificar relações e vínculos com o Serviço Social. Dada condições sanitárias para o desenvolvimento de pesquisa presencial, a realização da pesquisa e análise documental aqui apresentadas se deram na modalidade remota.

Realizamos uma primeira pesquisa exploratória de produções acadêmicas, disponibilizadas no repositório da biblioteca central da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O levantamento de produções se deu a partir da busca de palavras-chave vinculadas à temática central: movimentos sociais, movimentos populares, ditadura, serviço social e lutas sociais; todas com as indicações de Juiz de Fora e década 1960-1980. Identificando o mesmo resultado de indicações de produções, debruçamos sobre os resultados vinculados à palavra-chave “movimentos sociais, [Juiz de Fora, década 1960-1980], contendo 409 páginas e 10 publicações por página. A partir disso, consultamos as 200 páginas iniciais [aproximadamente 2.000 publicações], das quais 17 publicações foram selecionadas para uma pré-análise²³⁷. Foi realizada uma primeira sistematização tendo por base os seguintes indicadores: tipo de publicação, ano, curso, período de análise, fontes de pesquisa, contextos sócio-históricos, indicação de produções, lideranças, movimentos sociais e populares, indicações bibliográficas.

²³⁷ Este se apresentou como um dos desafios nesta fase exploratória. O sistema do repositório institucional não permite estabelecer correlações no sistema de busca, o que fez com que fossem exibidos um conjunto de produções que, em sua intensa maioria, não possuía nenhum vínculo com o estudo proposto. Mesmo diante dessa identificação, optamos por seguir com esta fase da pesquisa como forma de identificar o volume de produções, possíveis áreas de conhecimento que se detém à temática, entre outros.

Além dessas fontes, acessamos dois depoimentos de assistentes sociais à Comissão da Verdade de Juiz de Fora, um artigo sobre o trabalho da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora e o relatório final das Comissões da Verdade em Minas Gerais e em Juiz de Fora. Todavia, o material aqui apresentado se debruça sobre as produções vinculadas à UFJF.

3- O CHÃO DA HISTÓRIA EM JUIZ DE FORA – primeiros achados

Neste item apresentamos apontamentos a partir da leitura inicial das produções a partir dos indicadores estabelecidos.

Das 17 produções, 14 são dissertações de mestrado, 01 tese, 01 artigo publicado em evento e 01 entrevista. Em relação ao ano de publicação, o ano de 2010 contém 03 publicações; seguido de 2009 e 2015 a 2017 que tiveram 02 publicações cada; e os anos de 2006 a 2008 e 2018 a 2020, que tiveram 01 publicação²³⁸. No que corresponde à área de conhecimento, encontramos História (08) Ciência da Religião (03), Serviço Social (02), Comunicação (02), Ciências Sociais (01) e Direito (01).

Analisando as fontes para pesquisa indicadas pelas produções, encontramos as mais diversas como: fontes orais e escritas; acesso a periódicos locais; publicações do período vinculados a sindicatos e movimentos; processos jurídicos (militares, trabalhistas); arquivos DOPS-MG e DEOPS-SP; relatórios de Comissão da Verdade, entre outras. Nesse momento inicial da pesquisa, sistematizamos um primeiro *chão da história* em Juiz de Fora, a partir do diálogo com algumas dessas pesquisas.

Algumas produções trazem uma contextualização do período anterior ao golpe, onde podemos encontrar pistas para o desdobramento dos fatos históricos na cidade. Destacamos o movimento dos trabalhadores com ênfase na atuação dos sindicatos indicados por Pereira (2015). A autora resgata a efervescência política no Brasil pós 1945, apontando o período entre 1950-1960 como de maior concentração de mobilização dos trabalhadores. Em Juiz de Fora, “o setor metalúrgico já surgia como um importante novo investimento da cidade, em um contexto de diversificação do parque industrial” (PEREIRA, 2015, p.17). Logo em 1950 iniciou-se um crescimento significativo de

²³⁸ Vale o destaque de que a pesquisa foi realizada no segundo semestre letivo de 2021, onde, devido ao contexto da pandemia, ainda as atividades acadêmicas ainda se encontravam exclusivamente na modalidade remota, e as bibliotecas fechadas para acesso ao público. Consideramos que essa condição acabou por limitar o acesso a produções das décadas anteriores.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

paralizações e mobilizações, vinculados aos movimentos paredistas²³⁹. Nos registros do Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora, há um conjunto de informações sobre o período supracitado, ao qual destacamos o movimento de 1954, que culminou na deflagração de greve em todos o estado de Minas Gerais, sendo que em Juiz de Fora, com 05 dias de greve, cerca de 80% dos trabalhadores paralisaram suas atividades. Pereira (2015) relata a realização de um comício na Praça da Estação que reuniu cerca de 30 mil pessoas. Destaca-se ainda, a liderança de Clodesmith Riani, importante sindicalista que terá um papel crucial nos anos de chumbo que viriam a seguir²⁴⁰.

Outra categoria profissional que teve um papel fundamental na construção da resistência à ditadura militar em Juiz de Fora foram os ferroviários. Baltazar (2017) recupera essa trajetória através de narrativas contidas em depoimentos para a Comissão da Verdade na cidade, com destaque para o depoimento de Edson Nogueira da Silva, ex-ferroviário e sindicalista²⁴¹. Braga (2006) trata sobre o movimento de professores em Juiz de Fora a partir da pesquisa em livros de Atas do Sindicato dos Professores (SINPRO), jornais da cidade e entrevista com professores e ex-sindicalistas. Ao contrário das categorias dos metalúrgicos e ferroviários, a autora relata um movimento de retração por parte da categoria logo nos primeiros acontecimentos desencadeados pelo golpe civil-militar de 1964, muito em decorrência dos conflitos de interesse no interior da categoria como forma de desarticular um processo em curso nos anos 1950 do desenvolvimento de um comportamento classista diante do patronado assumido por uma parcela significativa do movimento docente, culminando, inclusive, na “greve de março de 1959”.

Outro segmento importante na configuração do cenário dos processos de resistência frente ao golpe civil militar foi o de setores vinculados à chamada “esquerda católica”, encontrado nas produções de Carvalhal (2007), Abreu (2010), LABHOI (2019).

²³⁹ Segundo o Guia do Movimento Paredista, do Sindjustiça, o movimento paredista é reconhecido pela Constituição Federal como “direitos fundamentais de caráter coletivo, resultantes da autonomia privada coletiva inerente às sociedades democráticas” (p.11). São instrumentos de pressão coletiva que aglutinam movimentos paragevistas (que antecedem uma greve organizada) e grevistas. Dentre os movimentos paredistas encontram-se piquetes, movimento-tartaruga, greve de regulamento, greve de rodízio. O guia está disponível em <https://sindjustica.com/site/wp-content/uploads/2016/03/guia-do-movimento-paredista.pdf>

²⁴⁰ Clodesmidt Riani iniciou sua relação com o movimento sindical em Juiz de Fora, após ser integrante da antiga Companhia Mineira de Eletricidade. Esteve em lideranças de Estado e nacionais – chegando a assumir a presidência e a vice-presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI); também foi, durante muitos anos, dirigente no Comando Geral dos Trabalhadores. O sindicalista esteve ligado à carreira política e a militância; foi deputado estadual em Minas Gerais e filiado ao PTB e ao PMDB. Durante a ditadura militar, foi condenado e preso injustamente, sofrendo a perda do seu mandato como deputado. (<https://www2.ufjf.br/noticias/2020/10/15/trajetoria-de-lider-sindical-clodesmidt-riani-e-tema-de-video/>)

²⁴¹ Edson Nogueira da Silva foi sindicalista e funcionário da estrada de Ferro Leopoldina. “Edson recebeu a ordem para atravessar o trem na frente das tropas de Mourão no dia 21 de março de 1964. O maquinista José de Souza cumpriu o combinado, mas a tentativa de atrasar o golpe culminou em sua morte. José de Souza foi atirado do 8º andar do Dops e teve a morte retratada como suicídio” (BALTAZAR, 2017, p.36)

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Vinculados à teologia da libertação²⁴², diversas pastorais, lideranças, padres e pastores tiveram uma atuação significativa junto a periferias, movimentos sociais e sindicatos, fundamentados, como nos indica Abreu (2010), em uma reflexão teológica ecumênica latino-americana e brasileira que impulsiona à “afirmação de um projeto-religioso alternativo, voltado para a tarefa libertária de humanização da vida” (ABREU, 2010, p.6). São tratadas experiências desenvolvidas ao longo do período de 1960/1980 da atuação de padres redentoristas na formação religiosa e política em bairros da cidade (LABHOI, 2019), Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI (ABREU, 2010), Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (CARVALHAL, 2007).

A pesquisa de Barbosa (2020) busca, por meio de fontes clandestinas, identificar histórias de luta, personagens e espaços urbanos que articularam processos de resistência na cidade, além da importância na denúncia de situações de violação e crimes cometidos pelos militares. Foram criadas pequenas redes colaborativas de informação, constituídas por manuscritos, cartas, panfletos e jornais clandestinos, dos quais o autor indica *O Porrete* e *Luta*, que circularam em Juiz de Fora no fim da década de 1960; e o jornal manuscrito *Até Sempre*, apreendido com os presos políticos do grupo Colina²⁴³, na Penitenciária de Linhares, em abril de 1970.

Sabemos da importância da militância estudantil no processo de construção de resistência à ditadura civil militar, porém, em nosso levantamento inicial, só identificamos uma produção que trata da atuação do movimento estudantil juizforano durante a transição democrática, que, desde 1974 inicia ações contundentes contra o regime, vinculado a outros setores, mas que ganha destaque como ator protagonista, no período de 1977 a 1979 (LACERDA, 2010). Ainda vinculado ao período da redemocratização, Silva (2010) nos apresenta uma pesquisa sobre os movimentos comunitários na cidade no período de 1974 a 1988, com destaque ao papel no Unibairros:

(...) o movimento comunitário da cidade de Juiz de Fora, aqui compreendido como as associações de bairro ou Sociedades Pró-Melhoramentos de Bairros e outros movimentos sociais, manteve-se em grande atividade nas décadas de 1970 e 1980 e valeu-se das influências do contexto para moldar seu perfil de atuação. [...] Estas reuniram-se a nascentes movimentos associativos surgidos no contexto da década de 1980, como o movimento Unibairros, que representava uma alternativa aos tradicionais movimentos associativos, possuindo autonomia e certa independência ideológica, o que garantia uma atuação diferenciada. (SILVA, 2020, p.20)

²⁴² Abreu (2010) salienta a importância da Teologia da Libertação como pioneira na elaboração de uma “teologia original e contextualizada” (p.57) construída a partir da realidade latino-americana, “não depende, portanto, da dominação teológica euro-americana” (idem).

²⁴³ O Colina (Comando de Libertação Nacional) foi uma organização de guerrilha urbana, no Brasil, que surgiu da divisão da organização Política Operária (Polop) e era composta basicamente por universitários mineiros.

E a aproximação do Serviço Social a estas experiências? Esta é a história a ser pesquisada, registrada e contada pela Pesquisa em curso.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo a relevância de cada etapa de um processo de pesquisa como aproximação sucessiva ao objeto, optamos por apresentar esses dados iniciais de um caminho em construção, como forma de sistematizar o caminho metodológico construído pelas pesquisadoras, bem como dar visibilidade a um conjunto de elementos identificados nesta abordagem preliminar. A intenção é de que, a partir do desdobramento das pesquisas bibliográficas, de entrevistas com ex-militantes e assistentes sociais vinculadas aos processos de resistência no município – seja por meio da atuação estudantil, profissional e/ou na formação – se estabeleça de forma mais direta as conexões da categoria com os movimentos sociais, populares e sindicais do período, apontando a contribuição do Serviço Social para o desenvolvimento destas forças políticas e organizativas, bem como na identificação de elementos que rebatem no Serviço Social, no âmbito da formação, exercício e organização profissional.

Como indicado, neste levantamento preliminar, encontramos 02 produções na área de conhecimento do Serviço Social, que tratam, dos processos históricos do Serviço Social com ênfase na construção do Conselho Regional de Serviço Social/Seccional Juiz de Fora e do trabalho de assistentes sociais em empresas no período de 1961 a 2016. Destaca-se que a Escola de Serviço Social de Juiz de Fora teve sua gênese em 1958, sendo diplomada a primeira turma de assistentes sociais no ano de 1961. Acreditamos, portanto, que um estudo mais detido à trajetória profissional, seja por meio das entrevistas e por meio do acesso a publicações no referido período, poderá nos fornecer as conexões que buscamos.

Neste momento da pesquisa, a partir do retorno às atividades acadêmicas presenciais, estamos no processo de coleta de dados por meio de pesquisa bibliográfica na biblioteca da Faculdade de Serviço Social, consultando trabalhos de conclusão de curso que se relacionam com a temática da pesquisa, em especial, trabalhos publicados no período de 1960-1980. Esse ainda é um caminho a ser trilhado, sistematizado e compartilhado.

Acreditamos que o desenvolvimento desta Pesquisa possa contribuir para o fortalecimento do projeto ético-político profissional por meio da análise e viabilidade da relação da profissão com os processos de mobilização e de organização popular.

5- REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BAPTISTA, D. M. T. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, M^a Lúcia. *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999.

BATISTONI, M. R. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 40, 2017.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1986.

KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Estudos sobre a dialética marxista. Trad.: Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, K. Prefácio. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, p.3-8, [1859] 2003.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. O movimento de reconceituação 40 anos depois. *Serviço Social e Sociedade*, nº 84. São Paulo: Cortez, 2005.

Produções pesquisadas incorporadas ao ensaio

ABREU, F;H. *Do Ecumenismo Libertador à Libertação Ecumênica: uma análise do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (1974-1994)*(Dissertação). Programa Pós Graduação em História. UFJF, 2010.

BALTAZAR, G.M.O. *Um trem no caminho da ditadura militar*. Narrativas ressignificadas a partir dos depoimentos para a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. (Dissertação). Programa Pós Graduação em Comunicação. UFJF, 2017.

BARBOSA, R.A. *As rugas que irrompem na superfície lisa da história: as formas clandestinas de informação nas décadas de 60/70 em Juiz de Fora* (Dissertação). Programa Pós Graduação em Comunicação. UFJF, 2020.

BRAGA, V.L.F. *Entre a Honra e o Mercado: Análise do processo de formação do movimento sindical docente em Juiz de Fora (1934-1964)* (Dissertação). Programa Pós Graduação em História. UFJF, 2006.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

CARVALHAL, J.P. *A serviço da vida: a influência da igreja católica na formação do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (1982-1986)*(Dissertação). Programa Pós Graduação em História. UFJF,2007.

LABHOI. *Entrevista com Adenilde Petrina Bispo* (Entrevista). Laboratório de História Oral e Imagem, UFJF, 2019.

LACERDA, G.E. *As esquerdas entre os estudantes: memórias dos militantes estudantis juizforanos durante a transição democrática brasileira (1974- 1984)*(Dissertação). Programa Pós Graduação em História. UFJF, 2010.

PEREIRA, L.M.C. *Trabalhadores metalúrgicos de Juiz de Fora/MG: uma análise do movimento operário e sindical e do recurso à justiça do trabalho (1950-1960)*(Dissertação). Programa Pós Graduação em História. UFJF, 2015.

SILVA, L.V. *Associações: experiência de participação na redemocratização. Movimentos Comunitários em Juiz de Fora – MG – 1974-1988* (Dissertação). Programa Pós Graduação em História. UFJF,2010.

DIREITOS HUMANOS, JUSTIÇA REPRODUTIVA E CONTRIBUIÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

Gabriella Alves Brasil²⁴³

RESUMO:

Tendo como ponto inicial para a reflexão os direitos humanos e o processo de reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos, este trabalho tem como objetivo apresentar o conceito de Justiça Reprodutiva e convocar a categoria profissional de Serviço Social para se apropriar do tema e incorporar essa perspectiva nos processos de intervenção profissional. Já que é possível estabelecer correlações entre os princípios ético-políticos assumidos pela profissão e a abordagem em Justiça Reprodutiva.

Palavras-chaves: Direitos Humanos; Justiça Reprodutiva; Serviço Social.

ABSTRACT:

Having as a starting point for reflection on human rights and the process of recognizing sexual and reproductive rights, this work aims to present the concept of Reproductive Justice and to summon the professional category of Social Work to appropriate the theme and incorporate this perspective into the professional intervention processes. Since it is possible to establish correlations between the ethical-political principles assumed by the profession and the approach in Reproductive Justice.

Keywords: Human Rights; Reproductive Justice; Social Service.

1- INTRODUÇÃO

Como um dos adventos do século XX, os direitos humanos foram oficializados por meio da Carta de fundação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, da carta de fundação do Tribunal de Nuremberg, por volta de 1946 e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, são marcos históricos que inauguraram o debate internacional que constituíram os direitos humanos. Sendo estes reconhecidos como um

²⁴³Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Saúde pela Fiocruz-Brasília. e-mail: gabriella_alvesbrasil@hotmail.com. Eixo Temático: Política Social, trabalho e questão social: retrocessos, resistências e desafios ao Serviço Social.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

conjunto de direitos básicos e inalienáveis a todos os indivíduos, em favor da dignidade humana como valor intrínseco, que deriva de comandos éticos e jurídicos (REIS, 2006).

Sendo assim, todos os direitos humanos que foram pactuados em consensos, vão ensejar ações de respeito, proteção e realização por parte dos Estados nacionais, consistindo em violação de direitos humanos qualquer situação que ameace, viole ou negligencie direitos reconhecidos no âmbito dos tratados internacionais.

Dentre esses direitos reconhecidos como direitos humanos, as questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, também fazem parte desses direitos mais amplos, relacionados à dignidade humana.

Fruto de intensos processos históricos, de mobilizações políticas e provocações de movimentos feministas, tem como um dos marcos a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD), em 1994, no Cairo, como um dos momentos em que questões pertinentes à sexualidade e reprodução, foram pautadas e incorporadas em documentos internacionais relacionadas às premissas dos direitos humanos (CORRÊA, et al, 2006).

A partir deste momento, outras conferências e documentos internacionais que sucederam a CIPD, passaram a incorporar a discussão sobre igualdade de gênero, evidenciando a saúde e os direitos reprodutivos e sexuais.

As definições sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos, são campos de disputas intensas, que acarretam responsabilidades e compromissos diferenciados, pois podem resultar em apagamentos de subjetividades e desconsideração dos próprios processos de exploração e opressão de populações ao longo da história, como é o caso das mulheres negras, das indígenas e da diversidade sexual.

Os direitos sexuais e reprodutivos estão vinculados aos direitos civis e políticos, como também, aos direitos econômicos, sociais e culturais, constituindo-se como importantes conquistas do século XX (CORRÊA et al., 2006).

A Conferência do Cairo (1994), traz como definição para os direitos reprodutivos em seus documentos:

Os direitos reprodutivos abarcam certos direitos humanos que estão reconhecidos em leis nacionais, em documentos pertinentes às Nações Unidas aprovados por consenso. Esses direitos se baseiam no reconhecimento do direito básico de que todos os casais e indivíduos podem decidir livre e responsabilmente o número de filhos, o espaçamento entre os nascimentos e dispor de toda informação e meios para isto e o direito de alcançar o nível mais elevado de saúde sexual e reprodutiva. (NAÇÕES UNIDAS, 1994, p.65)

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Sendo assim, reconhece que o fundamento dos direitos reprodutivos é a autonomia de decidir sobre a procriação, implicando que não pode haver restrições, imposições, ou proibições de qualquer tipo de caráter natalista, que possa vir a impedir o acesso aos métodos contraceptivos, sendo a pessoa capaz de decidir sobre o número e o espaçamento de seus filhos.

Com relação aos direitos sexuais, sua conceituação veio depois do consenso sobre os direitos reprodutivos, devido às pressões de países e setores conservadores que estiveram presentes nas CIPD no Cairo em 1994, sendo portanto, os direitos sexuais conceituados na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing no ano de 1995. Sendo estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), as definições mais específicas sobre sexualidade, identidade de gênero e sobre os direitos sexuais, após consulta com diversos técnicos e profissionais da saúde (SABÔ, 2020).

Segundo a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em seu capítulo Mulher e Saúde da declaração, no parágrafo 96, reconhece os direitos sexuais como:

Os direitos humanos das mulheres incluem os seus direitos a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e reprodutiva, e a decidir livremente a respeito dessas questões, livres de coerção, discriminação e violência. A igualdade entre mulheres e homens no tocante às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito à integridade da pessoa humana, exige o respeito mútuo, o consentimento e a responsabilidade comum pelo comportamento sexual e suas consequências. (NAÇÕES UNIDAS, 1995)

Estando os direitos sexuais fundamentados nos princípios da liberdade, da dignidade e da igualdade, sendo assim, reconhece que eles dizem respeito ao direito de exercer a sexualidade e a reprodução livremente, sem discriminação, coerção ou violência (MATTAR, 2008).

Dessa maneira compreende a necessidade de se refletir sobre esses direitos, buscando ampliar os olhares e as perspectivas que os cercam, de forma a estarem mais atualizados e coerentes com as necessidades dos indivíduos.

Os movimentos de mulheres negras têm agregado conceitualmente e politicamente acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, apontando limitações e possibilidade sobre o tema. Dentre esses apontamentos, a abordagem conceitual sobre Justiça Reprodutiva, acaba por aprofundar e relacionar questões estruturais sobre a pauta, contribuindo assim para a qualificação do debate.

Neste trabalho tem como proposta apresentar brevemente esse conceito, relacionando com os direitos humanos e convocando a categoria profissional do Serviço

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Social, para se apropriar do tema e incorporar essa perspectiva nos processos de intervenção profissional.

2- METODOLOGIA

Apoiado por reflexões acerca dos direitos humanos e sobre o conceito de Justiça Reprodutiva, este texto tem como objetivo estreitar as compreensões sobre esses dois universos e propiciar um debate sobre a pertinência do tema, para que o Serviço Social se aproxime dessa temática.

Para construção deste trabalho foi realizado pesquisa bibliográfica em bancos de dados e bibliotecas virtuais, e de pesquisa documental por material disponibilizado pelos portais oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e pelo conjunto de entidades da categoria Conselho Federal de Serviço Social (CEFSS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

3- DESENVOLVIMENTO

Os marcos internacionais, como a CIPD no Cairo e a Conferência de Beijing, foram importantes para o reconhecimento dos direitos humanos, e de evolução dos direitos das mulheres no mundo, pautando as dimensões sobre reprodução e sexualidade, estabelecendo esses direitos como fundamentais para o crescimento sustentável, inclusivo e equitativo entre os indivíduos (SABÔ, 2020).

Demarcar essas dimensões dentro do campo dos direitos humanos é importante para que metas e estratégias sejam criadas, responsabilizando os Estados no compromisso de que o exercício da vida reprodutiva e sexual, seja livre de discriminação e de qualquer tipo de violência.

Entretanto, tais reconhecimentos não se mostraram suficientes para assegurar a garantia desses direitos e dimensionar todos os compromissos que devem ser assumidos por parte dos países no processo de formulação de políticas públicas para efetivar os direitos.

Identificando as falhas no reconhecimento das desigualdades entre as mulheres, o movimento de mulheres negras, especialmente dos Estados Unidos, se reuniram após a Conferência do Cairo, no *National Pro-choice Conference for the Black Women's Caucus*, ainda em 1994, e cunharam o termo Justiça Reprodutiva, buscando integrar

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

saúde reprodutiva à justiça social, ampliando o reconhecimento das desigualdades e vulnerabilidades que atingem as mulheres, pontuando as questões sobre raça e classe, nos debates sobre sua sexualidade e reprodução. Todavia, é um conceito que vem se popularizando recentemente, tendo sido resgatado pelo grupo americano *Sister Song Women of Color Reproductive Justice Collective*, após 2003 (NORONHA, 2016).

A própria ONU, por meio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) tem iniciado a utilização do termo em suas ações, aponta que deve-se olhar de forma ampliada para os direitos reprodutivos, considerando os direitos humanos e a justiça social, para um pleno exercício da saúde reprodutiva das mulheres (UNFPA, 2021), reconhecendo que:

A abordagem conceitual sobre justiça reprodutiva, que emerge da experiência das mulheres negras sobre o exercício da saúde reprodutiva, a partir das construções realizadas no âmbito da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas – a Conferência de Cairo. O conceito surge na perspectiva de ampliar as construções sobre direitos reprodutivos e incorporar ali as especificidades de mulheres negras. (UNFPA, 2021)

O termo Justiça Reprodutiva vem de maneira a ampliar o movimento por direitos reprodutivos estando coerente com uma perspectiva interseccional, considerando as diferentes realidades entre as mulheres no exercício da cidadania, correlacionando justiça social, direitos sexuais e reprodutivos no âmbito dos direitos humanos.

Diversos desafios se impõem no processo de reconhecimento e realização desses direitos, recaindo sobre os profissionais em Serviço Social a responsabilidade de análise e postura ética sobre os processos da realidade, e construção de intervenções que estejam alinhadas ao compromisso de defesa desses direitos e de não violação.

3.1- Contribuições para o Serviço Social sobre a temática

O conceito de Justiça Reprodutiva no Brasil ainda é incipiente, necessitando de maiores engajamentos para sua apropriação, já que esta abordagem, não se propõe a substituir os acúmulos sobre saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Pelo contrário, o termo Justiça Reprodutiva, acaba por ampliar as perspectivas, e construir pontes com outras políticas e serviços que possam contribuir para a efetivação desses direitos, e de defesa da própria justiça social e dos direitos humanos:

o movimento por justiça reprodutiva parte da compreensão de que a luta por direitos reprodutivos não pode ser desatrelada dos aspectos sociais, econômicos e políticos que determinam as vidas das mulheres e as escolhas reprodutivas a que elas têm acesso. Isso envolve a garantia de vagas em creches e escolas públicas, atenção integral e humanizada à saúde, políticas de distribuição de renda, direitos trabalhistas e previdenciários, moradia digna e acesso a

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

saneamento básico, segurança alimentar. Significa, portanto, pensar e instituir em todas as políticas sociais a justiça reprodutiva. (ZANGHELINI, 2020, p. 28)

Dessa maneira instiga ao Serviço Social refletir sobre os desafios e demandas profissionais em seus espaços de atuação, que muitas vezes acabam podendo refletir como obstáculos para a realização da Justiça Reprodutiva e de direitos reconhecidos, e não na sua plena realização, já que o Serviço Social se coloca dentro da esfera interventiva das políticas públicas.

Permite compreender que os fatores que se interpõe a realização da Justiça Reprodutiva, são as reverberações das próprias expressões da questão social, que afetam as relações sociais e conseqüentemente, as dimensões da sexualidade e da reprodução, não são garantidas as condições dignas de escolha, liberdade e sobrevivência.

Existem alinhamentos éticos-políticos entre a categoria profissional de Assistente Sociais e o que se propõe na abordagem de Justiça Reprodutiva, já que a profissão se propõe a atuar para uma reflexão ética sobre o sentido da liberdade, sendo este o valor ético central da profissão, e de respeito aos indivíduos de decidirem sobre sua sexualidade e afetividade (CFESS, 2006).

Apoiado nesse reconhecimento, cabe aos profissionais atuarem de maneira a impedir o cerceamento de liberdades, o autoritarismo e a discriminação. Fazendo-se pertinente o afastamento de ações e concepções conservadoras e focalizadoras, no âmbito profissional, buscando apoiar-se em perspectivas ampliadas de saúde e de direitos, para atuar nos serviços e políticas, sem desconsiderar as dimensões subjetivas e estruturais que interpõe sob seus usuários.

É compromisso ético do Serviço Social a defesa intransigente dos direitos humanos e da recusa do arbítrio e do autoritarismo (CEFSS, 2012). Sendo assim, a defesa da Justiça Reprodutiva se configura como afirmação dos posicionamentos ético-políticos da categoria.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem se reconhecido a crescente notoriedade que o debate sobre direitos humanos no Serviço Social tem ganhado, principalmente em espaços proporcionados pelo Conselho Federal da categoria. No entanto, é importante que o debate seja ampliado trazendo o reconhecimento de outras dimensões dentro dos direitos humanos, como é o caso dos direitos sexuais e reprodutivos, que com a ampliação de perspectivas

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

conceituais e reconhecimento das estruturas opressoras que atuam de maneira desigual sob as pessoas, acabam por confluir no termo Justiça Reprodutiva.

O conceito de Justiça Reprodutiva pode representar um ponto-chave para concretização de reais transformações por reconhecer as estruturas patriarcais, racistas e capitalistas que se interpõem na vida em sociedade, em especial na determinação da vida das mulheres, para exercer controle e objetificação.

Adotar a abordagem em Justiça Reprodutiva nos processos de análise da realidade e das condições de efetivação das políticas públicas, é construir um movimento de instrumentalização das intervenções do assistente social, para articular com outras políticas necessárias para a garantia de direitos e serviços, já que a concepções de Justiça Reprodutiva, não se resume ao âmbito da saúde. É portanto, uma maneira de atuar, que leva em consideração as estruturas sociais que se interpõe na vida das pessoas, em especial das mulheres com seus marcadores de raça, classe e diversidade sexual, que estão em maior risco de vulnerabilidade.

5- REFERÊNCIAS

CORRÊA, Sonia; JANNUZZI, Paulo de Martino; ALVES, José Eustáquio Diniz. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/livros/article/view/142/140> .

CFESS. Resolução nº 489, de 3 de junho de 2006. Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício regulamentado princípio inscrito no Código de Ética Profissional. Brasília, 2006.

CEFESS. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].
MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais: uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos [online]. 2008, v. 5, n. 8 [Acessado 22 Junho 2022] , pp. 60-83. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1806-64452008000100004>>.

NAÇÕES UNIDAS. Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - Plataforma de Cairo. 1994. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/relatorio-cairo.pdf>>.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Pequim, 1995. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf>.

NORONHA, Rayane. Por que a Justiça Reprodutiva é relevante para a luta pelo fim da violência contra as mulheres?. Portal Cravinas. Brasília, outubro de 2016. Disponível em:

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

<https://caterinas.info/justica-reprodutiva-e-relevante-para-a-luta-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres/#_ftn5>.

REIS, Rossana Rocha. Os direitos humanos e a política internacional. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, 27, p.33-42, nov. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000200004>.

SABÔ, Beatriz Caroline de Alcantra. Menina a vir a ser mulher: Dos direitos sexuais e reprodutivos a justiça reprodutiva pela olhar da bioética. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Bioética, Universidade de Brasília. Brasília, 2020.

UNFPA. Sala de Situação debate justiça reprodutiva. UNFPA Brasil, 2021. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/sala-de-situacao-debate-justica-reprodutiva>>. Acesso em: 16, junho, 2022.

ZANGHELINI, Débora. Direito ao aborto no Brasil e (in)justiça reprodutiva: apontamentos para o Serviço Social. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio Econômico, Graduação em Serviço Social. Florianópolis, 2020.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social:
resistências e articulações internacionais



EIXO TEMÁTICO 8

**Política Social, trabalho e questão social:
retrocessos, resistências e
desafios ao Serviço Social**

CAPITALISMO DEPENDENTE, SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS

Antônio de Albuquerque Gonçalves Júnior²⁴⁴

RESUMO:

O presente texto tem como finalidade analisar aspectos do desenvolvimento do capitalismo dependente do Brasil, a partir da teoria marxista da dependência, traçando elementos para compreensão da dinâmica de acumulação do capital, em especial na atualidade diante de seu projeto ultraneoliberal, que põem em xeque o projeto de produção de políticas sociais públicas, dever do Estado e direito de todos. O que por sua atinge o Serviço Social, vide que a política social tem sido, grosso modo, seu espaço hegemônico de atuação profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo Dependente. Serviço Social. Políticas Sociais.

ABSTRACT:

The present text aims to analyze aspects of the development of capitalism dependent on Brazil, from the Marxist theory of dependence, tracing elements to understand the dynamics of capital accumulation, especially nowadays in the face of its ultraneoliberal project, which call into question the project of production of public social policies, duty of the State and the right of all. What, by its reach social work, see that social policy has been, roughly, its hegemonic space of professional activity.

KEYWORDS: Dependent Capitalism. Social Work. Social Policy.

²⁴⁴ Assistente Social na Prefeitura do Recife. Mestrando- UFRJ. Antoniojnr968@hotmail.com

1- INTRODUÇÃO

Na última década no Brasil houve uma intensificação no debate acerca da Teoria Marxista da Dependência (TMD), sobretudo a partir de 2015, e o mercado editorial brasileiro vem com isso reintroduzindo e dando espaço para produções que debatem o caráter da formação social dependente do Brasil baseadas na Teoria Marxista da Dependência. Além disso, podemos observar a presença de debates públicos, congressos e eventos, inclusive dentro do Serviço Social, a fim de discutir a temática.

Autores clássicos da referida vertente teórica como Theotonio dos Santos, Vania Bambira, Ruy Mauro Marini e Jaime Osorio, tal qual da atualidade como Matias Luce e Claudio Katz têm seus livros lançados no Brasil²⁴⁵ ou relançados e com isso contribuem para o debate acerca do conhecimento das contradições de nossa formação social e da atualidade das relações sociais de produção e reprodução da vida em *nuestra América*.

Desde seu período de renovação, o Serviço Social brasileiro vem se apropriando e traçando um direcionamento hegemônico em suas pesquisas e em sua maneira de compreender as relações sociais com base na teoria social crítica²⁴⁶. Essa aproximação com o marxismo não se dá sem contradições, mas influencia a construção do atual Projeto Ético-Político, os documentos que norteiam o exercício profissional e, sobretudo, com o avanço dos programas de pós-graduação no nível Stricto Sensu que vão ser os principais responsáveis pela consolidação de trabalhos e pesquisas fincados na teoria de Marx.

Nessa perspectiva conhecer as disposições particulares de nosso desenvolvimento a partir de como a realidade é produzida e reproduzida, com o auxílio de categorias analíticas da TMD, sobretudo o elemento da superexploração do trabalho – que se constitui num mecanismo de compensação da dinâmica desigual na transferência de mais-valia posta na relação centro-periferia, exigindo um aumento do tempo de trabalho excedente sem alterar o tempo de trabalho necessário (MARINI, 2000) (MARINI, 2012) – , pode contribuir para o aprofundamento do projeto ético-político, do reconhecimento das formas de exploração da força de trabalho, especialmente em tempos de aprofundamento do ultraneoliberalismo e do entendimento da dinâmica particular da proteção social no Brasil.

²⁴⁵ Como podemos ver no prefácio de Bambira (2013) da segunda edição de O capitalismo dependente latino-americano onde a autora diz: “É com muita alegria que escrevo este prefácio. Depois de mais de quarenta anos a Teoria da Dependência finalmente chega ao Brasil.”

²⁴⁶ Com o marco inicial dessa interpretação em 1982 com o livro Serviço Social e relações sociais no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, da Marilda V. Iamamoto e Raul de Carvalho.

2- CARACTERÍSTICAS DA FORMAÇÃO SOCIAL DEPENDENTE, SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS EM TEMPOS DE ULTRANEOLIBERALISMO

A compreensão geral da formação e constituição do modo de produção capitalista, entendendo sua formulação global, sua lei geral de acumulação e seus mecanismos de reprodução, se mostram de fundamental importância para a apreensão do conceito de questão social. Contudo, as mediações das particularidades nacionais indicam-nos os ditames próprios das expressões da questão social em cada território, sendo imprescindível para intervir na realidade ter esse conhecimento.

A Teoria Marxista da Dependência, nesse sentido, pode contribuir/subsidiar a interpretação da particularidade da questão social no Brasil e seus desdobramentos no trabalho da/o Assistente Social, uma vez que essa nos auxilia a compreender “a dinâmica de acumulação que diferencia e indaga as modalidades de funcionamento específico do capitalismo dependente” (KATZ, 2020, p.141).

No bojo dessa análise o Brasil vai se estabelecer na divisão internacional do trabalho inicialmente, então, enquanto nação de base fundamentalmente agrária exportadora, nutrindo as necessidades básicas dos países centrais, num intercâmbio desigual, calcado numa exploração sem limites da sua força de trabalho escravizada, ao passo que estes países impulsionam seu processo de industrialização, uma vez que não necessitam de um grande incremento agrícola especializado em seu território, “foi isso que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas” (MARINI, 2000, p.111).

Essas características se acentuam ainda mais quando da passagem do século XIX ao XX, com a consolidação do modo de produção e reprodução tipicamente capitalista industrial no Brasil, porém, sob novas formas de exploração da força de trabalho, como nos lembra Marini (2000), retomando a necessidade de analisar o movimento real da formação do capitalismo dependente.

Dessa forma, as relações que se colocaram nesta fase de capitalismo no Brasil trazem consigo os elementos de sua debilidade histórica, visto que são “incorporadas as estruturas coloniais na ordem social competitiva, visualizou-se aqui uma emancipação política dissociada da autonomia econômica” (MARQUES, 2018, p. 138).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Dentro desse ciclo dependente de inserção brasileira ao capitalismo mundial há características que necessitam ser explicitadas acerca da utilização da força de trabalho. Essa não se opera da mesma forma que nos países centrais, existe entre nós uma forma ampliada de exploração da força de trabalho, o caráter da superexploração. Como forma de compensar a transferência de valor para o centro num intercâmbio desigual, essa exploração está calcada em 3 fatores, haja vista: “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva” (MARINI, 2000, p.125).

Esse processo coloca os trabalhadores brasileiros, e latino-americanos, sob um mecanismo específico de exploração do trabalho, que visa compensar uma perda de mais-valia nesse intercâmbio desigual, onde Ruy Mauro Marini mostra a especificidade da superexploração.

Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual 'o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital', implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente”. (MARINI, 2011, p.147-148)

O aumento da produtividade no Brasil, como nos traz o autor, nesse sentido, não significa um aumento da qualidade de vida, de valorização da sua força de trabalho e das condições de vida. Pelo contrário, repõem as determinações da estrutura do capitalismo dependente de forma acentuada, uma vez que conduz o país dependente a buscar uma compensação da “perda de renda gerada pelo comércio internacional, através do recurso a uma maior exploração do trabalhador” (MARINI, 2000, p.122), e essa superexploração terá um caráter especial nas populações nativas e negras.

A força de trabalho sob essas circunstâncias é vilipendiada de suas condições de reprodução social via o dispêndio no tempo de trabalho excedente – acima dos níveis das populações centrais – e em sua remuneração abaixo de seu valor que não lhe concede o suficiente para que reponha as condições de sua manutenção. Nesse sentido podemos constatar que

na perseguição das condições estruturais de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, são vislumbrados três processos fundamentais: a incapacidade de romper com a associação dependente com o exterior (heteronomia); a incapacidade de desagregar completamente os setores arcaicos; e a incapacidade de superar o subdesenvolvimento gerado pela concentração da riqueza (BEHRING, 2003, p. 102)

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

As reconfigurações no processo produtivo que o país passou ao longo do século XX, em especial após a segunda metade da década de sessenta, com as inversões produtivas não alteraram a disposição dependente de nosso capitalismo (DOS SANTOS, 2021).

No século XXI, mais especial no período que se compreende do período de 2003 até 2016, o país passa por um processo de uma reconfiguração no plano da disputa do poder estatal, com as vitórias eleitorais do Partido dos Trabalhadores (PT), que apesar de não ter rompido com o neoliberalismo em sua concretude, alterou um pouco a dinâmica de distribuição, nomeadamente a partir da dinâmica das políticas sociais, sob o mote de neodesenvolvimentismo, contudo, não alteraram sobremaneira a configuração geral do processo de acumulação capitalista no Brasil, pois, “[...] esse quadro não altera em nada a essência das modalidades de exploração do trabalho no Brasil porque não altera suas particularidades [...]” (SANTOS, 2012, p.439).

A dinâmica de aprofundamento da dependência do capitalismo brasileiro acentuou-se no século XXI, sobretudo com a reconfiguração da luta de classes a partir do rompimento da modalidade de conciliação, iniciando um processo de radicalidade e contraofensiva do capital, tendo como marco o ano de 2016 e arrastando-se à atualidade. Há uma investida nas bases que sustentam os direitos trabalhistas e nas políticas sociais, buscando formas de apropriar-se dos bens e serviços públicos e de aumentar as taxas de lucro, escancarando as portas do país ao imperialismo. Como nos lembra Antunes (2020, p.288) “as principais resultantes desse processo foram desde logo evidenciadas: deu-se uma ampliação descomunal de novas (e velhas) modalidades de (super)exploração do trabalho, desigualmente impostas e globalmente combinadas pela nova divisão internacional do trabalho na era dos impérios”

Há um processo de transformar as relações de trabalho, tornando-as ainda mais intensificadas pelo modelo flexível, a ampliação do desemprego e por uma ampliação da financeirização (ANTUNES, 1999), sobretudo em sua “apropriação do fundo público, a qual mantém relação com a criação de mecanismo para transferir valores arrecadados pelo Estado para as mãos do grande capital nacional e estrangeiro” (BRETTAS, 2017, p.62), uma vez que há a necessidade decorrente de nossa dependência de transferência de valor, “em outras palavras, o fenômeno da financeirização pressiona uma reorganização da base produtiva, lócus da geração da riqueza” (idem).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

A burguesia nacional, em suas diversas frações têm radicalizado suas ações em busca de meios cada vez mais radicais para garantia da valorização do valor e essas iniciativas estão evidenciadas na ampliação de seu apoio irrestrito aos projetos *liberais-fascistas* que se expressam na campanha eleitoral de 2018 e em toda a agenda política posta nos últimos 4 anos (2018-2022) no governo de Jair Bolsonaro. Demonstra-se um avanço na destruição da coisa pública, via privatizações e tentativas de privatizações, retirada de direitos, restrição da democracia burguesa (que como nos lembra o grande Florestan, já é uma democracia restrita) e tantas outras ameaças às vidas das populações pretas, lgbts, mulheres, indígenas, traços que são constitutivos da sociabilidade construída no Brasil.

Estes elementos que brevemente traçamos até aqui – sobre a configuração da nossa formação social dependente – nos ilumina para entender os desdobramentos na luta de classes e nas resoluções que são apresentadas para dar respostas às expressões da questão social, uma vez que a maneira de produzir a vida material supõe uma determinada forma de reprodução dessa vida.

A disposição dependente nos deixa legados que serão traços constitutivos da nossa questão social: o alto índice de desemprego, aliado a condição de informalidade do trabalho, a baixa escolaridade de uma parcela considerável da população, a fome, a concentração demasiada de terras e da riqueza socialmente produzida, a superexploração da força de trabalho e as parcas Políticas Sociais, esses são alguns dos traços que particularizam as expressões sociais advindas dessa relação dependente. Portanto, é no bojo dessas expressões da questão social que em busca de mediações temos o lócus onde origina-se o Serviço Social e seu espaço de intervenção, que dentro da divisão social e técnica do trabalho está inserido no processo da reprodução das relações sociais.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014) nos mostram, o trabalho da/o Assistente Social é permeado por características contraditórias que representam interesses das classes sociais fundamentais no capitalismo. Dessa forma, o/a agente profissional é tensionado/a a dar respostas no âmbito dessas relações sociais, onde o/a “Assistente Social atua na implementação de medidas de política social concretizadas através dos serviços sociais, procura-se marcar o significado desses serviços na sociedade burguesa, na óptica do capital e do trabalho” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.28)

Dentro dessa ótica e na articulação com o debate sobre o capitalismo dependente podemos empreender como a produção baseada na superexploração do trabalho, com baixa remuneração e com seu traço heteronômico e subalterno “[...] gera agudas fraturas sociais: ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego” (OSORIO, 2019, p.209). E diante dessas expressões da questão social, dos processos das lutas de classe surgem necessidades e espaços de intervenção no qual o Estado e as frações da classe dominante tendem, a partir das lutas e pressões sociais, intervir na relação capital/trabalho, abrem-se, portanto, espaços para o trabalho do/a Assistente Social, seja nas empresas ou nos espaços do Estado.

O Serviço Social tendo passado pelo seu processo de renovação crítica, em diálogo com a teoria marxista e construindo um projeto ético-político – que visa a superação com o projeto liberal-burguês – compreende a sua inserção no processo de reprodução das relações sociais.

E compreendendo essa dinâmica, apreende que as situações decorrentes das mudanças conjunturais do capital e a capacidade de resposta do Estado frente as expressões da questão social por meio das políticas sociais, locus hegemônico de atuação, passam por uma refuncionalização, com um processo de individualização, mercantilização, precarização e fragmentação e que vão demandar respostas de tal monta da(o) profissional do Serviço Social, que tendo como horizonte o projeto ético-político, o código de ética tem chaves para tentar romper com essa lógica, dentro de sua autonomia relativa (sem cair em nenhuma tendência messiânica).

3- CONCLUSÃO

Situamos a dinâmica do capitalismo dependente e suas características basilares que influenciam sobremaneira o desenvolvimento das relações de produção em nossas terras. O meio pelo qual a nossa força de trabalho é (super)explorada, as formas pelas quais o processo de extração de mais-valor tem se intensificado por meio da deterioração dos bens públicos, das políticas sociais e ampliação cada vez maior da financeirização da economia.

Portanto, a partir disso, é necessário reafirmar a importância da pesquisa, da produção de conhecimento, para uma aproximação da realidade, que possibilite uma prática mediada pela integração das dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica (IAMAMOTO,2000), bem como reiterar a relevância de uma prática

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

interventiva e propositiva dos profissionais e das organizações políticas da categoria como forma de enfrentar esse projeto dependente e de barbarização da vida social, pois como nos diz Iamamoto e Carvalho (2014, p.103) é importante ter “[...] uma clara compreensão teórica das implicações de sua prática profissional, possibilitando-lhe maior controle e direção da mesma, dentro de limites socialmente estabelecidos”.

4- REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BEHRING, E. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRETTAS, Tatiane. Capitalismo Dependente, Neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, Brasília, ano 17, n.34, p.53-76, jul./dez. 2017.

DOS SANTOS, Theotonio. **Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da nova república**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

KATZ, Claudio. **A teoria da dependência 50 anos depois**. Tradução de Maria Almeida. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência: uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução** (1969). Editora Insular, 1ed. Brasil, 2012.

MARQUES, Morena Gomes. Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo. **R. Katál**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 137-146, jan./abr. 2018.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. 1ed. São Paulo: Cortez editora, 2012.

POLÍTICAS SOCIAIS E INTERSETORIALIDADE - Reflexões sobre a experiência em Treinamento Profissional

Ingrid Adame Moreira²⁴⁷

Ana Cristina Peixoto Guimarães²⁴⁸

Laura Pires Gualberto Marçola²⁴⁹

Lara Rodrigues Brito²⁵⁰

Táise Silva Antunes²⁵¹

RESUMO:

O presente trabalho relata a experiência em um Treinamento Profissional. Neste artigo problematizamos os principais desafios que encontramos na elaboração de um catálogo com o mapeamento de toda a rede socioassistencial de Juiz de Fora e apontamos que tal instrumento pode viabilizar a articulação intersetorial das políticas sociais de modo a atender os usuários em tais políticas.

Palavra-chave: política social, intersectorialidade, rede socioassistencial.

ABSTRACT:

The present work reports the experience in a Professional Training. In this article we problematize the main challenges that we find in the elaboration of a catalog with the mapping of the entire social assistance network of Juiz de Fora and we point out that such an instrument can enable the intersectoral articulation of social policies in order to serve users in such policies.

KEYWORDS: social policy, intersectoriality, social assistance network.

²⁴⁷Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), assistente social do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e-mail: ingridadameuff@gmail.com, Eixo Temático: Política Social, trabalho e questão social: retrocessos, resistências e desafios ao Serviço Social.

²⁴⁸Mestranda do Programa em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), assistente social na Prefeitura de Congonhas, e-mail: anguimas@gmail.com, Eixo Temático: Política Social, trabalho e questão social: retrocessos, resistências e desafios ao Serviço Social.

²⁴⁹Residente em Serviço Social do Programa Multiprofissional em Atenção Hospitalar da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e-mail: lauragmarcola@gmail.com, Eixo Temático: Política Social, trabalho e questão social: retrocessos, resistências e desafios ao Serviço Social.

²⁵⁰Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e-mail: lararodrito@gmail.com, Eixo Temático: Política Social, trabalho e questão social: retrocessos, resistências e desafios ao Serviço Social.

²⁵¹Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e-mail: taise.antunes@outlokk.com, Eixo Temático: Política Social, trabalho e questão social: retrocessos, resistências e desafios ao Serviço Social.

1- Introdução

O presente artigo é referente à construção, pesquisa e estudo realizados no programa de Treinamento Profissional da Universidade Federal de Juiz de Fora, denominado: *“A imprescindibilidade da Intersetorialidade: promovendo a articulação da rede socioassistencial em Juiz de Fora”*. O Treinamento Profissional contou com a coordenação de uma assistente social profissional do Hospital Universitário da UFJF, com a participação de duas residentes, assistentes sociais do Programa Multiprofissional em Atenção Hospitalar e duas estudantes de Serviço Social da FSS-UFJF. Assim, o acúmulo obtido nessa ação extensionista da Universidade Federal de Juiz de Fora com a troca entre os diferentes níveis de formação profissional, culmina no artigo aqui proposto. Esse estudo afirma que o Treinamento Profissional tem potencialidade ao construir competências e habilidades de futuras profissionais e também contribuir para a formação permanente das profissionais envolvidas.

Os objetivos e pressupostos a partir dos quais o Treinamento Profissional foi realizado e construído ao longo dos meses, tem como centralidade a discussão sobre a importância da rede de atendimento socioassistencial para a população usuária das políticas sociais. Reitera-se que mesmo que o campo de atuação e/ou estudo de um profissional seja a política de saúde é necessário ter uma base sólida sobre as políticas sociais e a intersectorialidade, já que o assistente social tem como objeto de intervenção as expressões da questão social, que através da luta de classes infere diretamente no movimento da realidade e na construção das políticas sociais.

O Serviço Social deve ater-se ao atendimento integral e à continuidade do acompanhamento aos usuários e suas famílias, portanto, um instrumento que socializa informações, como o que foi realizado pelo Treinamento Profissional, com a construção do catálogo do mapeamento de toda a rede socioassistencial de Juiz de Fora é de suma importância.

Para demarcar o debate obtido com experiência do Treinamento Profissional, serão discutidos dois tópicos centrais. No primeiro tópico será pontuado o caráter do Estado burguês, sua relação com a luta de classes e expressões da questão social e a contradição da política social, bem como seus limites para que a ordem do capital seja conservada. Em seguida, a discussão vai trazer a relação entre o instrumento do catálogo de mapeamento da rede, como pode fomentar a intersectorialidade, articulando a rede socioassistencial, os desafios/problematizações dos processos do Treinamento Profissional e as dificuldades encontradas nessa construção, como a burocratização e a

escassez de informação para a população que ocasiona a dificuldade de acessar os serviços.

2- Estado, Questão Social e Política Social

Partimos da compreensão de que, na atualidade, o Brasil que participa marginalmente das relações de produção no mundo, lida com avanços neoliberais e conservadores que operam na base de uma contrarreforma do Estado que retira os direitos conquistados pela classe trabalhadora. O Estado sob o capitalismo “opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital” (NETTO, 2007, p.26).

Para Pereira (2011) esse Estado ao buscar legitimidade política, ao longo da história, torna-se permeável às demandas da classe trabalhadora e passa a exercer regulações sociais por meio de políticas sociais. É através dessas políticas que o Estado burguês “administra as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem capitalista conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora sistemas de consenso variáveis, mas operantes” (NETTO, 2007, p.30).

Evidencia-se que o Estado, apesar de estar a serviço das classes dominantes e ser dotado de poder coercitivo deve também, para poder legitimar-se e garantir a hegemonia do bloco que está no poder, realizar ações em favor da classe subalterna (PEREIRA, 2011). Essas ações, materializadas em políticas sociais, são implementadas desde que o Estado seja pressionado pela capacidade de organização e mobilização da classe trabalhadora ou por necessidades de regulação das relações sociais com vistas à reprodução das condições de acumulação capitalista.

Consideramos que a maior expressão das estratégias de legitimação da ordem burguesa estão expressas nas políticas sociais. Essas políticas, sob o capitalismo, representam uma estratégia de legitimação da hegemonia burguesa ao incorporar as demandas da classe trabalhadora bem como para interceptar demandas que possam surgir. Entretanto, essas estratégias não ameaçam a propriedade privada dos meios de produção, apenas agem de forma paliativa no interior do próprio sistema capitalista.

É somente a partir da concretização das possibilidades econômicas, políticas e sociais que as múltiplas expressões da “questão social” tornam-se objeto, alvo das políticas sociais (NETTO, 2007). As políticas sociais são desta forma, “respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

multifacetadas da “questão social” no capitalismo” (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 51). São respostas às demandas da classe trabalhadora, mas também expressam para muitos segmentos dessa classe a única possibilidade de sobrevivência no capitalismo. Concordamos com Duboc (2017) que

as características das políticas sociais no Estado burguês se expressam de forma fragmentada e pontual - sejam elas na previdência social ou no sistema de seguridade social - intervindo sobre as sequelas da “questão social” de forma isolada da sua essência, que é sua emergência a partir da contradição entre capital x trabalho na sociabilidade burguesa (DUBOC, 2017, p. 5).

A década de 1990 no Brasil foi marcada pela chegada do neoliberalismo no território nacional e como consequência deste conforma-se a contrarreforma do Estado. Começou a haver um incentivo às privatizações, desresponsabilizando-o na garantia do acesso da população aos seus direitos e havendo um corte do Estado nos direitos sociais. As políticas sociais passaram a ser focalizadas e ganharam o caráter de um “novo assistencialismo”, tendo como objetivo não mais erradicar a pobreza, mas enfrentar apenas o pauperismo (DURIGUETTO, 2014 apud NETTO, 2012).

O Brasil sofreu transformações no capital proporcionadas segundo às demandas neoliberais, “reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 148). A característica do projeto de política neoliberal para as políticas sociais é a contenção de gastos na parte pública, a ampliação e o incentivo ao setor privado, o que sucede em uma falta de financiamento.

Em tempos de pandemia, declarada em março de 2020, devido à disseminação do vírus SARS-COV-2- Covid-19, temos vivenciado a exponenciação das múltiplas expressões da questão social, além do adensamento de uma crise de capital que já estava instaurada e de diversos capitalistas. Nesse contexto pandêmico as políticas sociais se tornaram ainda mais segmentadas e focalizadas na pobreza.

Apontamos, então, para a necessidade de, em tempos pandêmicos, as políticas sociais se organizarem de forma intersetorial – onde se dá a interface entre as políticas públicas. Isto porque as políticas setoriais por si só não resolvem todas as demandas da classe trabalhadora, portanto, precisam estar articuladas para atender, mesmo que parcamente, às necessidades da população e os direitos que têm a prover.

Concordamos com Bellini (2014) que

sendo entendida e empreendida desta forma, a intersetorialidade entre as políticas sociais rompe com modelos fragmentados de gestão e traz à cena uma maior participação de todos os atores envolvidos nas políticas sociais, inclusive os destinatários de tais políticas. Trata-se de um modelo de gestão que leva em consideração vários setores que devem interagir mutuamente, compartilhando

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

diferentes saberes e visando o enfrentamento das expressões da questão social. Ressalta-se, além disso, que a prática se efetiva em um processo político, permeado de contradições, resistências, divergências, escassez de recursos, entre outros (BELLINI et al, 2014, p.5).

A política social “no marco das formações sociais de classe (não importam a natureza e a idade que tenham) vai sempre lidar com interesses opostos, já que ela resulta da pressão simultânea entre sujeitos distintos: o capital e o trabalho” (PEREIRA, 2011, p. 28, grifos nossos). Dito de outra forma, as políticas sociais sob o capitalismo são elaboradas para satisfazer necessidades sociais sem deixar de atender aos interesses da classe dominante que está no poder, são formas paliativas de atender às demandas da classe trabalhadora que não põe em xeque o sistema capitalista e que contribui também, mesmo que, talvez, indiretamente ou diretamente, para sua perpetuação. Apostamos no caráter intersetorial destas políticas para atender de maneira integral às demandas postas pela classe trabalhadora, mas elucidamos que não podemos ser inocentes. Mesmo que tais políticas se organizem intersetorialmente, há a necessidade precípua de superação do sistema capitalista que é o gerador das múltiplas expressões da questão social.

3- A intersetorialidade e a relação com o programa de Treinamento Profissional

Precedente à discussão sobre o Treinamento Profissional, seus resultados e desafios, cabe uma breve contextualização sobre o objetivo do projeto: a intersetorialidade entre as políticas sociais. Mesmo sendo um princípio norteador dos programas sociais, a intersetorialidade não é uma área de estudo muito recorrente na Política de Assistência Social, destacando-se mais como objeto de pesquisa no âmbito da Política de Saúde (MONNERAT; DE SOUZA, 2009). Tal fato já aponta para uma particularidade do projeto, que foi pensado no contexto do Serviço Social de um Hospital Universitário, apesar de não ser desenvolvido exclusivamente para esse espaço.

O Projeto de Treinamento Profissional (TP) basilar deste artigo tem por nome “*A imprescindibilidade da Intersectorialidade: promovendo a articulação da rede socioassistencial em Juiz de Fora*” e está inscrito sob o número JFE03, junto à Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O projeto se configura como uma ação de extensão dessa universidade e possui como objetivo geral a identificação de ações voltadas à intersectorialidade das políticas públicas, cujo

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

mapeamento da rede socioassistencial de Juiz de Fora se configurou como a meta central para o reconhecimento das ações de articulação intersetorial nessa cidade.

Para o conhecimento dessa rede, foi necessário o recolhimento de dados das instituições (nome, endereço, meios de contato atualizados e descrição das atividades) que se deu principalmente por contatos telefônicos e por e-mail com diversas instituições que a compõem, com as secretarias e conselhos municipais que regem as políticas sociais. Entretanto, cabe destacar que a obtenção dessas informações não foi simples, culminando em vários obstáculos que serão mencionados a seguir.

A primeira dificuldade encontrada no início do TP (2021), foi o esvaziamento de informações no site da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) e dos Conselhos Municipais. Não haviam dados sistematizados e/ou atualizados sobre a rede da política de assistência social e de saúde, as primeiras almejadas durante o levantamento.

Diante da dificuldade de acesso a dados básicos que deveriam estar publicizados — com destaque para o site da PJF, visto que esse vem a ser um dos principais meios de comunicação e de acesso à informação entre a PJF e o cidadão — recorreu-se às secretarias (de assistência social- SAS e de saúde- SS) e houve mais uma vez dificuldade em acessar tais dados, nessas o empecilho foi burocrático. Era preciso um órgão superior autorizar a disponibilização desses dados ou simplesmente os setores da secretaria recorrida não os possuía. Ressalta-se que a solicitação realizada pelo TP consistia na simples relação dos equipamentos/instituições que compunham a rede da política de assistência social e/ou da saúde.

Assim, novamente reaparece o questionamento da publicização dos dados, esses que configuram uma requisição simples de nome/ telefone (para iniciar a verificação das informações junto aos equipamentos), e que deveriam estar disponíveis de forma transparente a qualquer cidadão. Nota-se um obscurantismo em torno da disponibilização desses dados e que traz à tona a seguinte questão: se para o projeto de treinamento profissional, ligado a uma universidade pública, o acesso aos dados tem se desenhado como um impasse, como fica então para os profissionais que estão nas políticas setoriais? E para o cidadão? No mais, se pode presumir que a articulação intersetorial efetiva não se realiza, visto que dentro de uma mesma secretaria ou de um mesmo conselho não há o essencial: dados sistematizados sobre as instituições que fazem parte daquela política social.

Com isso, é notório a importância desse projeto, que gera como produto do mapeamento realizado um catálogo com todas as instituições e equipamentos contatados, que preconiza colaborar com o cotidiano profissional a partir de dados

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

organizados sobre os equipamentos das políticas de saúde, assistência social e educação. Além disso, o catálogo conta também com informações sobre Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), de atendimento psicossocial e alguns equipamentos do sócio-jurídico.

Importa ressaltar também que, para além do esvaziamento de informações, do obscurantismo em torno da disponibilização de dados essenciais para o andamento do projeto, percebeu-se inclusive uma morosidade na obtenção das respostas às solicitações realizadas aos equipamentos, via e-mail, e quando chegavam eram muitas vezes respostas parciais, faltando alguma informação.

Posto isso, a questão que fica evidente é: por que a demora em dar resposta a algo trivial, como dados básicos das instituições? Souza Filho e Gurgel (2016) aclaram essa indagação ao revelar que “(...) consolida-se o tratamento paradoxal da burocracia. Por um lado, um movimento de centralização burocrática, via núcleos estratégicos e, por outro, o esfacelamento do quadro burocrático, via medidas de flexibilização e precarização, voltadas para redução do gasto público.” (p.185)

Ainda em relação à burocracia encontrada como obstáculo durante o projeto, há o ponto oposto, a informalidade percebida à medida que o projeto avançava. O WhatsApp logo se constituiu como um mecanismo de acesso às informações buscadas, já que não foi possível obtê-las pelas vias formais. Assim, foi acionada a “rede pessoas” por trás da rede socioassistencial de Juiz de Fora, “alguém que conhece alguém”, que forneceria tais informações. Pessoas/profissionais que trabalham nos conselhos, nas secretarias, nos equipamentos e instituições em que era preciso realizar tal contato.

O produto final do Treinamento Profissional se materializa em um catálogo, como já supracitado. O objetivo do mesmo é facilitar a promoção da intersetorialidade entre as instituições e o conhecimento da rede de maneira uniforme. Para tanto, é necessário pensar o que é intersetorialidade e como ela se realiza para além de encaminhamentos entre os equipamentos.

Buscando romper com a lógica setorial, encarada como uma barreira e visando além de encaminhamentos, o catálogo pretende abrir os horizontes para desenvolvimento de ações conjuntas, projetos que aumentem o relacionamento das instituições e dê visibilidade para atividades desenvolvidas que ainda não eram conhecidas. “A intersetorialidade deve se concretizar como síntese de conhecimentos diversos (interdisciplinaridade) para atuar sobre problemas concretos” (MONNERAT; DE SOUZA, 2009, p. 204), para tanto o catálogo pode contribuir para maior articulação e planejamento conjunto entre instituições, serviços ou políticas sociais.

É preciso deixar claro que perceber os limites da política, instituição ou profissão não é um fator impossibilitante de uma ação intersetorial, pelo contrário. A compreensão do fazer profissional e dos objetivos do serviço em que se está inserido são fundamentais para compreender que por vezes é necessário que a resolução das demandas continuem em outro lugar.

Para finalizar, cabe revelar que o projeto durante sua execução foi parabenizado diversas vezes pela iniciativa, como também observou-se uma empolgação durante os contatos telefônicos pela produção do catálogo, esse que foi visto por muitas instituições como uma “vitrine” para que fosse conhecida por outros equipamentos da rede — é por essas situações que fica ilustrado como as ações intersetoriais na rede socioassistencial de Juiz de Fora são incipientes — desse modo, demarca-se a importância da universidade pública, que por meio das suas ações de extensão, articuladas com o ensino e a pesquisa, proporcionam contribuições imediatas à comunidade.

4- Considerações Finais

O projeto de Treinamento Profissional citado abre espaço para questionar o funcionamento da rede de serviços, a intersetorialidade e o cotidiano profissional, por consequência, proporciona reflexão que pode fazer avançar e gerar outros estudos, na defesa da expansão dos direitos sociais, com a clareza dos processos, dinâmicas e limitações que os envolvem.

Sabe-se que as políticas sociais por si só não são resolutivas aos problemas enfrentados pela classe trabalhadora, mas apresentam um caminho às demandas mais urgentes da população. Discutir as políticas sociais com um viés crítico, entendendo seu caráter contraditório, como o aqui proposto, é fundamental. E mais, delimitar pontos estratégicos a serem trabalhados - como a lacuna identificada em relação às informações da rede socioassistencial que possibilitou a construção do catálogo de mapeamento da rede - oxigena proposições de desenvolvimento das políticas sociais que sejam condizentes com a realidade da população.

Esse artigo, que parte do Treinamento Profissional, demarca que a Universidade resiste, que é importante articular ao resultado final as discussões geradas das reuniões - baseadas na realidade vivenciada, nos desafios e limites encontrados - aos estudos realizados, à dimensão de Estado, política social, questão social e ao próprio Serviço Social, através de reflexões críticas que questionem a aparência dos fenômenos.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Poderíamos, de forma simplista, acreditar que é um acaso as informações não estarem disponíveis com facilidade para profissionais e população, que as políticas sociais estão sucateadas devido a somente a crise sanitária, mas buscamos analisar profundamente e compreender as bases estruturais dos processos percebidos no dia-a-dia desse sistema que explora a vida, que concede políticas sociais no limite que não afete sua perpetuação e garanta seus lucros. Não é um simples catálogo, mas um instrumento que proporcionou discussões e estudos aqui colocadas e também a possibilidade de construção de uma intersetorialidade das políticas em Juiz de Fora ao agrupar e casar informações importantes. Deixamos o anseio de que esse estudo colabore para a discussão em torno da temática e abra mais experiências como essa.

5- Referencial Bibliográfico

BEHRING, Elaine; e BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 5ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2008

DUBOC, Jéssica Ribeiro. Políticas sociais e Lutas de classes: desafios e possibilidades no capitalismo contemporâneo. Londrina PR. de 04 a 07 de julho de 2017.

DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, M B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs.). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

MONNERAT, G. L.; DE SOUZA, R. G. **Da Seguridade Social à intersetorialidade:** reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. *Rev. Katál*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2011.

_____. **Política social e intersetorialidade:** consensos teóricos e desafios práticos. *Rev. SER Social*, Brasília, v. 12, n. 26, p. 200-220, jan./jun. 2009

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 6ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

PEREIRA, Potyara. Temas e Questões. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SOUZA FILHO; GURGEL. **Gestão Democrática e Serviço Social:** princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez, 2016.

EXPROPRIAÇÕES DE DIREITOS E POLÍTICA DE SAÚDE: implicações para o trabalho profissional

Fernanda Kilduff²⁵²

RESUMO: o presente trabalho se propõe refletir sobre o papel do Estado na crise contemporânea do capital analisando o processo de subfinanciamento e desfinanciamento da política pública de saúde no Brasil e as implicações para o trabalho profissional da/o assistente social, em contexto de expropriações de direitos e contrarreformas, considerando o momento atual da Pandemia de Covid-19.

Palavras-chave: Estado; Crise, Desfinanciamento; Política de Saúde, Trabalho profissional.

Abstract:

This proposal is intended to reflect on the paper on the State after the crisis in capital analyzing the process of sub-financing and re-financing of the health public policy in Brazil and as implications for the professional work of social workers, in the context of expropriations and counter reforms, taking into account the current moment of the Covid-19 Pandemic.

Key-words: State; Crisis; Unfinancing; Health policy; Professional work.

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe refletir sobre o processo de subfinanciamento e desfinanciamento da política pública de saúde no Brasil e as implicações para o trabalho profissional da/o assistente social, em contexto de contrarreformas e Pandemia de Covid-19. O artigo está organizado em quatro momentos: Estado capitalista e expropriações de direitos; Contrarreformas e desfinanciamento da política de saúde no Brasil; Pandemia no Brasil; e Implicações e desafios para o trabalho profissional da/o assistente social.

²⁵²Assistente Social; professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS-UFRJ); Mestre e Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS-ESS-UFRJ). E-mail: profa.nandakil@gmail.com
Eixo temático: Política Social, trabalho e questão social: retrocessos e resistências na conjuntura atual.

2- DESENVOLVIMENTO

Segundo Behring (2018), a tradição marxista interpreta o Estado como processo social e histórico e como componente central da dinâmica de acumulação capitalista. A tradição do materialismo histórico e dialético aborda o Estado, não a partir de uma definição genérica, mas buscando seu modo de ser no processo histórico. Mandel (1985), destaca que o capital é incapaz de produzir por si mesmo a natureza social de sua existência, sendo o Estado quem garante e preserva a propriedade privada, possibilitando a reprodução do capitalismo na sua totalidade. Entre suas funções, sobretudo na fase dos monopólios, sua intervenção torna-se mais sistemática e complexa, buscando estimular a expansão econômica e limitar e/ou retardar os efeitos das crises estruturais e cíclicas que afetam periodicamente o capitalismo. Ademais, entre suas funções de primeira ordem, está o controle contínuo da força de trabalho ocupada e excedente para prevenir eclosão de conflitos de classe e para garantir ao capital a oferta permanente da mercadoria “força de trabalho”.

De acordo com Fontes (2010), frequentemente o tema das expropriações é relegado à condição de “acumulação primitiva”. Para a historiadora marxista, as expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base capitalista. Na hipótese da autora, a *expropriação primária*, original, constituída na origem do capitalismo que atinge a grandes massas camponesas ou agrárias permanece e se aprofunda, ao lado de *expropriações secundárias*, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo, que incidem sobre trabalhadores de longa data urbanizados; expropriações vinculadas à eliminação de postos de trabalho e ao desmantelamento de direitos sociais e trabalhistas (expropriação contratual): trata-se, dessa forma, de capturar recursos crescentes de origem salarial, e de convertê-los em capital. Assim, as expropriações contemporâneas - entre outros processos- estão relacionadas com a privatização de empresas e políticas públicas destinadas a prover saúde, educação, previdência social, transporte, entre outros direitos sociais²⁵³.

Considerando o debate sobre a expropriação de recursos públicos na fase contemporânea do capitalismo, Sousa (et. al, 2012) analisa que no Brasil, em tempos de primazia do capital financeiro e de crise do capital, a disputa pelo fundo público (recursos

²⁵³ No dia 9 de junho de 2022, o Ministro de Economia, o ultra neoliberal Paulo Guedes, enviou ao Congresso um projeto de lei (PL) para vender a empresas privadas a parcela do Pré-Sal que pertence à União. A proposta também inclui a desobrigação pública de utilizar esses recursos em investimentos nas áreas de saúde e educação. Mais uma vez, verifica-se o programa desestatizador, privatizante e expropriador de recursos e empresas públicas que caracteriza o (des) governo Bolsonaro.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

através dos quais o Estado realiza suas atividades) entre o capital e o trabalho tornou-se mais acirrada. O capital vem sendo cada vez mais privilegiado pelo Estado em detrimento do trabalho, em razão especialmente da financeirização da dívida pública e da diversidade de estratégias adotadas na privatização de políticas sociais, nichos cada vez mais rentáveis. O Estado, administrado por governos de corte neoliberal, é convocado a disponibilizar cada vez mais parte do fundo público para a reprodução do capital, ou seja, para a produção e realização do valor.

Conforme destacado por Cavalcante (2014), a política de saúde é um espaço de projetos/interesses contraditórios em confronto: por um lado o projeto do Movimento da Reforma Sanitária que defende a saúde pública, universal e de qualidade e participou da construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo outro, o projeto privatista que entende a saúde como mercadoria, como serviço que se compra e vende no mercado. No Brasil, as estratégias de contrarreformas na saúde assumem principalmente duas formas: de um lado o subfinanciamento crônico, ou seja, desde que o SUS foi criado nunca contou com os recursos necessários para funcionar com qualidade; e do outro, a sua precarização, condição necessária para o crescimento de serviços de saúde privados.

Assim, o período de existência do SUS tem sido acompanhado por uma trajetória de persistência de reduzidos montantes de recursos, evidenciando o subfinanciamento estrutural deste sistema²⁵⁴, explicado a partir de mecanismos legais que o Estado implementa para transferir riqueza do trabalho para o capital. Por um lado, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que limita a realização de concursos e contratações de pessoal no serviço público; e por outro, a chamada Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite a retirada ou desvio de recursos inicialmente destinados a políticas sociais.

As políticas macroeconômicas ortodoxas denominadas de “austeridade fiscal”, caracterizaram os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC); orientações mantidas posteriormente nos governos de conciliação de classe. Neste sentido, cabe observar que, no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), a expropriação de fundo público adotou um ritmo mais acelerado e a DRU aumentou de 20% para 30%, sendo prorrogada até 2023. Dessa forma, esses mecanismos continuam vigentes até o momento atual e permitem desvincular/expropriar parte do orçamento das políticas sociais para pagamento de juros

²⁵⁴“Para uma ideia geral desse subfinanciamento, se o art. 55 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal fosse aplicado, 30% dos recursos da Seguridade Social deveriam ser destinados à saúde, mas isso nunca foi feito.” (FUNCIA; SANTOS, 2019 apud MENDES e CARNUT, 2020, p.15).

e amortização de dívida externaremunerando assim, o capital financeiro. Assim, cada vez mais, o Capital e o Estado se des responsabilizam das necessidades de reprodução da classe trabalhadora.

Na hipótese de Mendes e Carnut (2020), com o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, o subfinanciamento do SUS passou a ser transformado em desfinanciamento, configurando um quadro de aniquilamento das tentativas de construção de nosso sistema universal em saúde. A Emenda Constitucional 95/2016 foi promulgada pelo governo Temer e teve por objetivo limitar a expansão dos gastos públicos pelos próximos 20 anos, mas não o fez para as despesas financeiras, mantendo-se alto o patamar de pagamento de juros da dívida por parte do governo brasileiro²⁵⁵.

Essa medida, somada à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU), provocam redução e/ou eliminação da oferta de serviços públicos, esvaziamento e sobrecarga de equipes profissionais, precarizando ainda mais as relações de trabalho.

Além do mais, cabe destacar um outro aspecto que contribui para prejudicar o financiamento do SUS, ao longo da sua existência: as renúncias fiscais, no setor saúde. “O total de renúncias fiscais concedidas à saúde privada cresceu de forma considerável, passando de R\$ 8,6 bilhões, em 2003; para R\$ 32,3 bilhões, em 2015”. (MENDES e CARNUT, 2020, p.17).

Percebe-se com esses dados, que a apropriação do fundo público na saúde pelo capital manteve-se intensa, expropriando da classe trabalhadora o direito de acesso universal à saúde. Assim, o SUS, passa a enfrentar, ao lado do subfinanciamento de mais de 30 anos, um processo crescente e contínuo de desfinanciamento evidenciando-se a relação orgânica entre Capital e Estado, sobretudo no papel decisivo que ocupa na administração da crise contemporânea.

Como analisado, o ritmo da expropriação de recursos da saúde pública se acelerou a partir de 2017, acumulando-se perdas de R\$ 9,7 bilhões em 2018 e 2019²⁵⁶. É com o SUS asfocado que a população brasileira atravessou e continua enfrentando a pandemia de Covid-19. Dessa forma, o neoliberalismo²⁵⁷ torna a política de saúde

²⁵⁵“Para uma ideia geral desse subfinanciamento, se o art. 55 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal fosse aplicado, 30% dos recursos da Seguridade Social deveriam ser destinados à saúde, mas isso nunca foi feito.” (FUNCIA; SANTOS, 2019 apud MENDES e CARNUT, 2020, p.16).

²⁵⁶“Os brasileiros e as brasileiras foram comunicados sobre a perda de R\$9,7 bilhões no financiamento do SUS, acumulados nos anos de 2018 e 2019”. (op.cit,p.3).

²⁵⁷ Entende-se neoliberalismo com uma reestruturação do capitalismo em termos globais iniciada na década de 1970 que envolve aspectos econômicos, políticos, ideológicos e culturais; alterações profundas que

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

espaço de grande tensionamento e alvo de sucessivos ajustes fiscais, interferindo na qualidade dos serviços e nas práticas profissionais. Além do subfinanciamento crônico e desfinanciamento, a contrarreforma na política de saúde se efetiva com a incorporação dos chamados “novos modelos de gestão” que buscam legitimar a lógica neoliberal da eficiência do setor privado na gestão pública. Já na década de 2000, o Banco Mundial (BM) apontava “problemas burocráticos no SUS” e “sugeria” (vale dizer, impôs como condição para o acesso dos governos a novos empréstimos), o repasse da política de saúde para o setor privado denominado: “público, mas não estatal”: Fundações Estatais de Direito Público e Privado, Empresas de Serviços Hospitalares, Organizações Sociais, etc. administram crescentemente recursos públicos destinados à política de saúde.

A este quadro de contrarreformas em andamento, a pandemia de Covid-19 acrescenta e exige novos desafios desituá-la no movimento da totalidade social. Precisa-se demonstrar o seu caráter histórico e social questionando-se as condições concretas de vida e existência da classe trabalhadora em cada formação social e de cada momento histórico.

Raichelis e Arregui (2020, p.138), observam que: “a eclosão do novo coronavírus, em meio à profunda crise estrutural do capital, acentuará exponencialmente seus traços sistêmicos em curso, articulando em uma totalidade contraditória suas dimensões econômica, política, social e sanitária”.

Nessa direção, analisa-se que a pandemia de Covid-19, não é um fenômeno natural: o contato humano com o novo coronavírus esteve diretamente relacionado com o desmatamento e desequilíbrios ambientais provocado pela organização capitalista da agricultura e da pecuária.

Na particularidade do Brasil, a rápida proliferação deste vírus vincula-se com a desigualdade estrutural provocada pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida e as péssimas condições de vida impostas à maioria da classe trabalhadora. Neste país, o 5% mais rico detém a mesma fatia de renda que o restante 95% da população e o 45% das propriedades agrícolas estão concentradas em menos de 1% de proprietários ruralistas (OXFAM, 2017- 2019).

Observa-se que no país, as recomendações de isolamento social e prevenção coexistiram perversa e contraditoriamente com altos índices de desemprego, subemprego, precarização, ausência de moradia, inexistente ou precário abastecimento

buscam responder à crise estrutural do capital caracterizada pela queda das taxas de lucro, uma crise de superacumulação de capitais e superprodução de mercadorias.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

de água e saneamento básico, exigindo a compreensão da determinação social da doença e partindo de uma concepção ampliada de saúde.

A inserção em trabalho remunerado com direitos e o acesso a benefícios assistenciais não é a realidade de grande parte da classe trabalhadora que vive com menos de um salário mínimo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), aponta atualmente no Brasil, a existência de quase 12 milhões de desempregados²⁵⁸ e mais de 38 milhões de trabalhadores informais.

Os processos de contrarreformas (considerando o sub e desfinanciamento) e a pandemia de Covid-19, reconfiguraram a política de saúde e o trabalho de diferentes categorias profissionais, entre elas a de assistentes sociais, que participam da divisão social e técnica do trabalho em atividades de gestão, planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas.

Na fase neoliberal do capitalismo, presencia-se o avanço da lógica empresarial na saúde²⁵⁹ que se expressa, por exemplo, no fato de a liberação de recursos ser apenas com metas de produtividade; na falta de transparência na administração de verbas públicas²⁶⁰ com fraudes e desvios de recursos operados pelo chamado “setor público não estatal”; na falta de concursos públicos (sendo as contratações com vínculos precarizados, temporários e com a eliminação de direitos trabalhistas); nos atrasos e baixos salários; na instabilidade contratual e nas demissões frequentes; na ausência de plano de carreira para as/os trabalhadoras/es do SUS; na alta rotatividade das equipes pelos processos de trabalho desgastantes e orientados por metas de produtividade e pela ausência de políticas de incentivos para qualificação profissional. Todos esses processos impactam desfavoravelmente nos atendimentos e nos serviços oferecidos às/os usuárias/os²⁶¹.

²⁵⁸ Segundo a Agência de Notícias do IBGE (abril, 2022), o primeiro trimestre do ano o desemprego no Brasil chegou a 11,9%. Informações disponíveis em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/> Acesso: 15 jun.2022

²⁵⁹ O principal argumento neoliberal que justifica o repasse de financiamento para a gestão de organizações privadas se fundamenta na “falta de eficiência” do setor público estatal, porém a precarização e “a crise” das políticas públicas são principalmente provocadas pelo subfinanciamento estrutural e o desfinanciamento crônico, tese defendida neste artigo.

²⁶⁰ Para retratar esta falta de transparência no manejo da verba pública, lembramos que durante 2020, houve irregularidades na contratação para a construção de hospitais de campanha. A Organização Iabas, recebeu do Município do Rio de Janeiro o valor de quase 20 milhões de reais em um contrato de seis meses e essas unidades de saúde simplesmente nunca foram inauguradas. Informações disponíveis em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-05/inauguracao-dos-hospitais-de-campanha-do-rio-de-janeiro-e-adiada> Acesso: 12 jun.2022.

²⁶¹ As reflexões aqui realizadas resultam de atividades de pesquisa e das próprias experiências profissionais como assistente social e da participação como docente em espaços de supervisão integrada com assistentes sociais a partir das atividades de ensino na disciplina de Orientação e Treinamento profissional e de tutorias acadêmicas realizadas com a equipe de serviço social da Residência Multiprofissional de um hospital universitário.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Em contexto de pandemia de Covid-19, o desmonte histórico da saúde pública cobra um preço alto. O acesso desigual e não universal ao sistema de saúde; a insuficiência de instalações hospitalares e de recursos humanos; profissionais da linha de frente no combate à doença cansados, adoecidos, mal pagos e sem condições de trabalho adequadas (infraestrutura precária, falta de insumos e medicamentos, sem Equipamentos de Proteção Individual, etc.); testagem insuficiente, falta de leitos e vagas em Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs), caracterizou a péssima administração do des (governo) Bolsonaro.

Por sua vez, comorbidades e demandas de saúde reprimidas, ou seja, sem o devido atendimento previamente ao contato humano com o vírus SARS-CoV-2, aumentou o número de mortes²⁶². Cabe observar também que no decorrer da pandemia, houve omissão de repasse de recursos financeiros do governo federal aos Estados: o critério foi discricionário e não epidemiológico²⁶³.

Ao realizar debate sobre os impactos no trabalho das/os assistentes sociais, Raichelis e Arregui (2020), demonstram que, o acompanhamento atento do debate profissional em diversos espaços ocupacionais, públicos e privados, evidenciam, de um lado, o medo, as pressões, as angústias reais de assistentes sociais, especial, mas não exclusivamente, daqueles(as) que estiveram na linha de frente do trabalho presencial nos períodos mais duros da pandemia, quando ainda não havia disponibilidade de vacinas.

Do mesmo modo, a radicalização das expressões da questão social em contexto de crise social, econômica e sanitária, tem provocado angústia e processos de adoecimento das equipes de profissionais de saúde. Apesar das/os assistentes sociais realizarem frequentemente ações coletivas trazendo a perspectiva do trabalho interdisciplinar e intersetorial, enfrentam no cotidiano profissional situações difíceis, tais como o aumento do desemprego e precarização das relações de trabalho da população atendida,

²⁶²Várias pesquisas demonstram a desigualdade racial no acesso ao sistema de saúde público. O número de óbitos decorrentes da Covid-19 entre a população negra e parda é mais elevado que entre a população branca. Pesquisa da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), realizada em junho de 2020, apresenta índices acerca de adoecimentos e óbitos causados por Covid-19 no Brasil e nos Estados Unidos. Os dados explicitam como o racismo estrutural é preponderante para o agravamento de casos e de óbitos. As diferenças de mortalidade entre a população negra e branca, mostra que a pesar do vírus não fazer escolha à hora de infectar, as ações de prevenção, saneamento e o atendimento dos serviços de saúde são fatores que colocam em risco à população negra, que, no Brasil, é também o 75% da população mais pobre. Informações disponíveis em:

<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/desigualdade-racial-por-que-negros-morrem-mais-que-brancos-na-pandemia/49455/> Acesso: 13 jun.2022.

²⁶³Segundo Relatório do Tribunal de Contas (TCU): O Ministério da Saúde liberou apenas 29% do total de recursos destinados ao combate da pandemia: “Chama a atenção o fato de Pará e Rio de Janeiro terem respectivamente a segunda e terceira maior taxa de mortalidade por Covid-19, porém, são duas unidades da federação que menos receberam recursos (...)” (Relatório do TCU, julho de 2020). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/22/ministerio-da-saude-gastou-menos-de-um-terco-do-dinheiro-disponivel-para-combate-a-pandemia-diz-tcu.ghtml> Acesso: 14 de jun.2022.

intensificando-se situações de violência e fome²⁶⁴, entre outras expressões da desigualdade social agravadas no tempo presente²⁶⁵.

Por sua vez, na área principalmente de saúde, foi preciso reafirmar competências e atribuições conforme nossa Lei de Regulamentação Profissional n.8662/1993, toda vez que as equipes de assistente sociais foram tensionadas por demandas indevidas a nossa profissão, não sendo pouco frequente em unidades de saúde verificar solicitações de comunicação de óbitos por coronavírus a familiares.

3- CONCLUSÃO

De acordo com Raichelis e Arregui: “o cotidiano profissional é marcado por tensões e desafios, mas é nesse mesmo cotidiano que se apresentam as possibilidades de superação (...), dispendo de autonomia relativa para propor e negociar suas propostas profissionais.” (2020, p.149).

Partindo deste pressuposto, como categoria de trabalhadoras/es assistentes sociais, precisamos caminhar no sentido do fortalecimento das alianças com entidades sindicais e de representação acadêmica e profissional. Neste diapasão, torna-se fundamental defender o efetivo financiamento do sistema público de proteção social e no caso de a Política de Saúde defender o SUS 100% estatal e gerido de forma direta pelo setor público-estatal; reivindicar condições salariais e de trabalho condignas visando a qualidade do exercício profissional; participar de ações coletivas de resistência contra a privatização da saúde (e de todas as políticas sociais); integrar/apoiar movimentos sociais que fazem essa defesa (Frente contra a privatização da saúde, Nenhum Serviço de Saúde a Menos, participação ativa em conselhos, sindicatos, fóruns e frentes de resistência).

Para finalizar, e de acordo com Mészáros (2009), o sistema do capital não tem limites para sua expansão quando tudo passa a ser controlado pela lógica de valorização do capital, sem que se levem em consideração os imperativos humanos e societários vitais. Dado o espectro de destruição global é imperativo caminhar na construção de um novo modo de vida frontalmente contrário à lógica destrutiva do capital, que coloque a vida e não os lucros em primeiro lugar. Conforme o Código de Ética do/a Assistente

²⁶⁴ Recentemente foi publicada pesquisa que mostra que existe no Brasil mais de 33 milhões de pessoas com fome no Brasil; e seis de cada dez domicílios liderado por mulheres vivem alguma situação de insegurança alimentar. Disponível em: <https://www.brasilsemfome.org.br/> Acesso: 15 jun.2022.

²⁶⁵ Considerações feitas a partir de trabalho de tutoria acadêmica realizado com a equipe de Serviço Social de um hospital universitário.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Social, nosso trabalho profissional deve direcionar-se na perspectiva de um horizonte emancipatório: porque viver não pode ser um privilégio de poucos e sim um direito de todos (as).

4- REFERÊNCIAS

BEHRING, E. *Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente*. In: Marxismo, Política Social e Direitos. São Paulo: Cortez, 2018.

CAVALCANTE, R. *A racionalidade da Contrarreforma na política de saúde e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2014.

CONSELHO FEDERAL de SERVIÇO SOCIAL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Com taxa de desemprego de 11,1% o desemprego fica estável no primeiro trimestre. PNAD Contínua. Agências de Notícias, IBGE, 29 abril de 2022.

MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ed. Nova Cultural Cortez, 1985.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2019.

Sousa, Tainá; Fiuza, Juliana; Teixeira, Sandra. "O Financiamento da saúde no Brasil: principais dilemas". **Temporalis**, ABEPSS, março 2012.

OXFAM. Menos de 1% das propriedades agrícolas no Brasil é dona de quase a metade da área rural brasileira. Relatório: Terra, Poder e Desigualdade em América Latina. 27 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-e-dona-de-quase-metade-da-area-rural-brasileira/>

OXFAM. A Distância que nos une. 25 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/#:~:text=Os%205%25%20mais%20ricos%20det%C3%AAm,o%20cen%C3%A1rio%20atual%20do%20Brasil.>

Raichelis, Raquel e Arregui, Carola. "O trabalho no fio da navalha: a nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia". **Serviço Social e Sociedade**, 2020.

Mendes, Áquilas; Carnut, Leonardo. "Capital, Estado, Crise e a Saúde Pública brasileira: golpe e desfinanciamento". **SER Social**, Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social. SER Social. V. 22, n. 46, 1. sem./2020. 9-32 p. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25260/25136

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL APÓS CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19: A importância da atuação interdisciplinar entre psicólogos e assistentes sociais em universidades públicas

Yukari Yamauchi Moraes²⁶⁶

Eliana Bolorino Canteiro Martins²⁶⁷

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo evidenciar a importância da atuação interdisciplinar entre psicólogos e assistentes sociais como estratégia e possibilidade para a consolidação da assistência estudantil nas universidades públicas brasileira, principalmente no complexo contexto após pandemia da Covid-19. Os procedimentos metodológicos eleitos foram o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica e documental na apreensão de teorias estatísticas sobre o adoecimento da saúde mental e a evasão no ensino superior. A reflexão teórica indica algumas contribuições sobre o tema referenciado e possíveis orientações para o enfrentamento das desigualdades socioeducacionais presentes especificamente na educação superior pública no Brasil.

Palavras-chaves: Ensino Superior. Assistência Estudantil. Covid-19.

ABSTRACT

This article aims to highlight the importance of interdisciplinary action between psychologists and social workers as a strategy and possibility for the consolidation of student assistance in Brazilian public universities, especially

²⁶⁶Bacharel em Serviço Social e discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Estadual Paulista – UNESP Campus de Franca/SP, sob a orientação da Prof.^a. Dr.^a Eliana Bolorino Canteiro Martins. E-mail: yukai.yamauchi@unesp.br. Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Sociais e Serviço Social.

²⁶⁷ Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Pós-doutorado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Universidade Estadual Paulista – UNESP Campus de Franca/SP. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq – nível 2. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br. Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Sociais e Serviço Social.

in the complex context after the Covid-19 pandemic. The methodological procedures chosen were the development of bibliographic and documental research in the apprehension of the oriesand statistics on mental health illnessand drop out in higher education. The theoretical reflection indicates some contributions on the referenced topicand possible guidelines for facing the socio-educational inequalities present specifically in publichigh er education in Brazil.

Keywords: Universityeducation. Student Assistance. Covid-19.

1- INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta de estudos, discussões, reflexões e pesquisas efetuadas principalmente por uma das autoras no âmbito da política de assistência estudantil durante o percurso da graduação, pós-graduação (mestrado) e com a efetiva participação em um grupo de estudos e pesquisas sobre o Serviço Social na Educação. O artigo apresenta uma reflexão teórica sobre a importância da assistência estudantil e a parceria de atuação entre psicólogos e assistentes sociais como estratégia e possibilidade para a consolidação desta política nas universidades públicas brasileira, principalmente após contexto pandemia da Covid-19.

A partir da revisão bibliográfica, por meio de leituras e análises de referenciais teóricos referentes ao adoecimento da saúde mental dos/as docentes e discentes, analisando também a política de assistência/permanência estudantil em universidades públicas durante e após o contexto de pandemia foi possível problematizar esta temática. Ademais, a pesquisa documental possibilitou compilar alguns dados estatísticos e pesquisas empíricas para validar a relevância e os efeitos macroestruturais do tema supracitado. Elencamos algumas contribuições debatidas na apresentação virtual efetuada pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – FGV EESP, disponibilizando via internet, as discussões realizadas por profissionais e pesquisadores de temas multidisciplinares sobre os impactos e possíveis resoluções para a crise desencadeada pela Covid-19 na conjuntura brasileira.

É necessário enfatizar, que devido aos limites deste artigo e a formação das autoras em Serviço Social, não foi incluído aspectos específicos relacionados à atuação dos psicólogos, porém, considerando a concepção ampliada de assistência estudantil, a

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

perspectiva totalizante das questões que atingem docentes e discentes (biopsicossociais) são essenciais. Deste modo, este artigo busca analisar e discutir especificamente, sobre a evasão no ensino superior público brasileiro, revelado nos dados estatísticos também, o adoecimento em relação à saúde mental dos/as docentes e discentes, e a importância da parceria de atuação entre psicólogos e assistentes sociais como estratégia para a consolidação da assistência/permanência estudantil nas universidades públicas, principalmente após pandemia da Covid-19.

A pandemia impactou a vida social de toda população, mas foi intensificada principalmente na população que vivenciam vulnerabilidades socioeconômicas com o acirramento das expressões da questão social. Portanto, a crise sanitária, principalmente em países de economia periférica e dependente como o Brasil, intensificou a crise socioeconômica e expôs a fragilidade das políticas sociais, dentre elas a política de assistência estudantil. Este contexto, influencia sobremaneira nos aspectos psicológicos, pedagógicos, sociais, ou seja, materiais e imateriais que impactam no acesso, permanência e conclusão dos/as estudantes nas universidades públicas brasileira, exigindo nestas universidades o seu enfrentamento.

A relevância do estudo se justifica devido aos desdobramentos financeiros, físicos, políticos, sociais e emocionais na vida dos/as estudantes, e que foram potencializados pelo isolamento e distanciamento social imposto pela pandemia. Assim, é possível afirmar que esta realidade trouxe durante e após pandemia, inúmeros desafios para os diretores, coordenadores e docentes em readequar a didática e os instrumentais para prosseguir com as atribuições acadêmicas, período que exigiu sobretudo, a necessidade de revisar e implementar novas técnicas pedagógicas para conduzir o ensino aos estudantes de forma remota e, posteriormente, readequar o retorno do ensino presencial nestas unidades de ensino. Ao considerar os percalços ocasionados pela implementação do ensino remoto, tornou-se imprescindível repensar a inclusão de uma política de assistência estudantil nas universidades públicas que contemplem os aspectos biopsicossociais que incidem sobre o processo de ensino-aprendizagem e, portanto, refletem no sucesso escolar dos/as estudantes, principalmente aqueles advindos da classe trabalhadora empobrecida e/ou que sofrem algum tipo de opressão, preconceito e vulnerabilidades.

Partindo dos fatos mencionados, uma das indagações apontada pelas autoras e que orientou as reflexões do presente estudo foram: Quais foram os principais impactos do adoecimento da saúde mental dos/as docentes e discentes nas universidades públicas brasileiras durante e após o contexto de pandemia da Covid-19? De que forma os

psicólogos e assistentes sociais podem contribuir, efetivamente, para o acesso, permanência e conclusão do ensino nesta conjuntura?

2- EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR E AS REPERCUSSÕES DO ADOECIMENTO DA SAÚDE MENTAL

Para investigar sobre os desdobramentos da Covid-19, conforme propostoneste artigo, requer considerar inicialmente, as bases que assentam a estrutura do ensino superior público brasileiro e a importância da construção de uma política de assistência/permanência estudantil que atenda às demandas institucionais e estudantis para a efetivação do acesso, permanência e conclusão do ensino superior público brasileiro à toda população.

Segundo Fernandes (1975) fatores como a colonização, escravidão, restrição do direito à terra, desemprego estrutural, intervenção do Estado a favor da manutenção e ampliação do capital em detrimento dos direitos sociais, são alguns dos legados assentados na realidade de capitalismo periférico e dependente brasileiroe, que incidem diretamente, nas desigualdades sociais e educacionais explicitadas no contexto atual para a população excluídas do acesso e conclusão do ensino superior. De acordo com o levantamento da *EducationatGlance*, publicado em 2021 pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, “apenas 21% dos jovens brasileiros entre 25 e 34 anos, concluíram o Ensino Superior”. (OCDE, 2021).

Ao elencar alguns dos desafios presentes historicamente no ensino superior público brasileiro somados aos contratempos ocasionados pelo advento do vírus SARS-CoV-2, a “epidemia começou na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019” (INSTITUTO BITANTAN, 2021) e posteriormente converteu-se em uma pandemia mundial. Conforme as demais áreas, a educação experienciou inúmeras transformações após a instauração do cenário pandêmico. Toda a população independente de sua localização e classe social sofreram a necessidade em adequar alguns hábitos diários para inibir a propagação do vírus. O distanciamento social obrigatório para inibir ou controlar a propagação do vírus, impôs a sociedade a necessidade em limitar o convívio físico e social. Devido a esta norma de restrição, houve a implementação do ensino remoto nas universidades brasileiras, conforme dispõe a Portaria nº343 de 17 de março de 2020 “a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19)”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

De acordo com as discussões apresentadas pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – FGV EESP, esta substituição das aulas presenciais pelo ensino remoto durante o período de pandemia, modificou rotina e impôs a necessidade em adaptar o ambiente de estudos integralmente nas residências e, que por muitas vezes, docentes discentes não possuíam condições estruturais e emocionais adequadas para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem. Neste contexto, fatores como ansiedade, o convívio intensificado entre os membros do núcleo familiar, a ausência de informação, propagação de “fake News”²⁶⁸, medo de contágio do vírus, insegurança alimentar, aumento da violência doméstica, do desemprego e óbitos de familiares e demais entes queridos, foi o cenário que certamente comprometeu a saúde física e emocional de professores e estudantes durante o desenvolvimento (ou tentativa) do ensino e aprendizagem, de forma específica da educação superior. Além do mais, ao analisar as medidas preventivas orientadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), as quais foram materializadas a partir da realização do distanciamento social, é cabível afirmar que as mesmas trouxeram consequências distintas para determinadas classes. Este fato é plausível devido à luta de classes (MARX, 2014), as quais o acesso à riqueza, poder e propriedade são acessadas de maneira desigual. Ao tratar de uma sociedade capitalista, a pandemia da Covid-19 trouxe inúmeros rebatimentos na vida cotidiana de toda população, além de evidenciar de forma ostensiva as desigualdades sociais e acesso limitados aos direitos fundamentais.

Elencar tais reflexões na dinâmica da educação superior pública, pressupõe considerar que a dinâmica complexa das desigualdades sociais e educacionais no acesso e na permanência estudantil, enraizadas nas estruturas da sociedade, atinge de forma desigual as mulheres, negros/as, aos povos indígenas, pessoas com deficiência, a comunidade LGBTQIAP+²⁶⁹ e dentre outros segmentos sociais, o que permite refletir também sobre o processo de construção e reafirmação das identidades dos/as discentes no ensino superior público.

Diante do cenário evidenciado, é possível constatar a necessidade de incluir após a pandemia o debate sobre a importância e protagonismo da assistência/permanência estudantil, as repercussões do adoecimento da saúde mental, e bem como, a importância

²⁶⁸ “Notícias falsas ou informações mentirosas que são compartilhadas como se fossem reais e verdadeiras, divulgadas em contextos virtuais, especialmente em redes sociais ou em aplicativos para compartilhamento de mensagens”. (AURÉLIO, 2022).

²⁶⁹ “LGBTQIAP+ é o movimento político e social que defende a diversidade e que busca mais representatividade e direitos para essa população”. (FUNDO BRASIL, 2022). A sigla significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, e outras identidades, gêneros e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo (LGBTQIAP+).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

de ampliar a parceria de atuação entre psicólogos e assistentes sociais como estratégia e possibilidade para a consolidação da assistência/permanência estudantil, foco do presente estudo. Tais requisições são expressivas quando analisados alguns dados estatísticos publicizados sobre as dificuldades relacionadas à saúde mental de docentes e discentes em ensino superior público no contexto da pandemia da Covid-19.

De acordo com a pesquisa efetuada em maio de 2021 pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP) 94,2% dos estudantes de instituições públicas relataram ter tido dificuldades relacionadas à saúde mental e concentração das aulas remotas. No tocante aos docentes, 93% relataram fadiga, *stress*, cansaço físico e mental pela jornada de trabalho estendida após a implementação do ensino remoto. Para compreender estes índices do adoecimento da saúde mental, da evasão escolar e os demais fenômenos sociais que perpassam o universo educacional durante e após contexto de pandemia, e que são determinados para além da motivação econômica, é preciso considerar o aspecto estrutural da educação superior brasileira e os principais impactos das desigualdades socioeducacionais, pois, os dados revelam que a condição socioeconômica não é o único motivo responsável por abortar a trajetória escolar do estudante. Questões como o racismo estrutural, as dificuldades pedagógicas, a repetência escolar, defasagem no ensino básico, a violência, pandemia, e as demandas do adoecimento da saúde mental, afetam expressivamente as populações supracitadas e colocam em xeque as possibilidades do acesso, permanência e conclusão do ensino superior.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das reflexões apresentadas, constatamos a ampliação dos desafios para a consecução dos objetivos previstos nas Portarias normativas que orientam a política de assistência/permanência estudantil nas universidades públicas. Identificadas no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e no Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de ensino superior público Estaduais (PNAEST), o decreto nº 7.234/2010 possui como finalidade “ampliar as condições de acesso, permanência e sucesso dos jovens na educação superior pública”. (MEC, 2010). No entanto, é importante refletir sobre o reconhecimento da assistência estudantil como “um campo de disputas a ser consolidado enquanto uma política pública” (IMPERATORI, 2017), sinalizando esta como parte estratégica no acesso e permanência dos estudantes, evidenciando de certa forma suas possibilidades e limites, por se tratar de

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

uma política pública ainda não consolidada. Além do mais, faz necessário salientar a importância da ampliação de respaldos legislativos para a efetivação dos princípios estabelecidos pela mencionada Portaria. A oferta do atendimento psicossocial aos estudantes que dela necessitar, torna-se primordial para viabilizar as condições concretas para o acesso, permanência e conclusão no percurso escolar, especialmente quando considerado as demandas estudantis somada aos efeitos do adoecimento da saúde mental.

Além dos esforços da comunidade científica e demais profissionais que investigam os efeitos deletérios da pandemia da Covid-19 e seus impactos na educação, é importante incluir os protagonismos de psicólogos e assistentes sociais que buscaram historicamente por meio de intensas lutas e reivindicações, inserir na agenda política da educação a ofertado atendimento psicossocial.

Em nível Estadual, o PANEST não é sedimentado quanto ao PNAES, que configura um programa de assistência estudantil em nível Federal. Este fato ocorre devido a fragmentação na gestão das instâncias Estaduais de ensino superior público e, conseqüentemente, nos repasses de financiamento das políticas de assistência estudantil. Já na rede Federal de ensino, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU) “em 2013, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica contava, em todo Brasil, com 320 psicólogos e 396 assistentes sociais”. (TCU, 2013, p. 18). Portanto, o PNAES propiciou uma expansão da contratação de assistentes sociais e psicólogos nas universidades públicas federais e institutos federais de educação tecnologia. Contudo, no contexto vigente (2022), ainda não existe uma regulamentação legal que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de psicólogos e assistentes sociais nas universidades públicas brasileira, exigindo uma mobilização da comunidade educacional para incluir o atendimento psicossocial nestas unidades de ensino e reiterar, constantemente, a relevância deste atendimento para efetivação do direito à educação.

Devido aos limites deste artigo, não foi possível apresentar, todos os dados e estatísticas referentes à evasão escolar no ensino superior público brasileiro que foram identificados e tampouco, ampliar o debate sobre os aspectos biopsicossociais e, especificamente as repercussões do adoecimento mental no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, o debate propiciou contribuir que a comunidade educacional reconheça a importância da atuação de psicólogos e assistentes sociais no âmbito da educação pública superior. A presença de Psicólogos e Assistentes Sociais possibilita promover nas universidades a prevenção de situações de riscos e vulnerabilidades e, bem como, a proteção social, a participação familiar e comunitária no

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

apoio ao processo de ensino-aprendizagem. Ademais, a intervenção nos cuidados adicionais para a manutenção da saúde mental dos/as docentes, discentes e demais profissionais no âmbito escolar e/ou a articulação com a rede de proteção social existente em um determinado território, são atribuições e competências previstas na formação da Psicologia e Serviço Social. Referindo especificamente das contribuições do Serviço Social na Educação, de acordo com o documento: “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação” (CFESS, 2013), o assistente social é o profissional mediador das contradições pertinentes as expressões da questão social, e auxilia na construção de acesso aos direitos sociais a partir de suas competências e atribuições buscando viabilizar o acesso, a permanência e a conclusão da trajetória acadêmica. Ademais, no ambiente escolar é manifestado diversas expressões da questão social que exige dos/as assistentes sociais, o arcabouço teórico-metodológico, o posicionamento ético-político e qualificação técnico-operativo para a efetivar a intervenção e democratização do direito à educação. Coerente com o projeto ético-político profissional, o/a assistente social deve exercer a dimensão socioeducativo e de caráter transformador para avançar em ações interdisciplinares e fortalecimento das organizações, movimentos coletivos e demais sujeitos nos espaços educacionais.

O desafio de construir uma política educacional orientada na perspectiva de universalidade, qualidade, e pleno atendimento das demandas estudantis, é um enfrentamento permanente na história da educação brasileira, e que na conjuntura atual, após pandemia, a luta coletiva e o tensionamento da classe trabalhadora pela efetivação do direito à educação é impreterível.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 24 jun. 2020.

CFESS (Brasil) (org.). **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** [S. l.], 22 ago. 2013. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 14 jun. 2022.

FAKE NEWS. **Tradução: AURÉLIO (Brasil).** [S. l.], 15 jun. 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/fake-news/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

FGV EESP (Brasil). **Impactos da pandemia na saúde mental dos alunos e dos professores.** [S. l.], 6 jun. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Rma46Q5ja2Y&ab_channel=FGV. Acesso em: 9 jun. 2022.

FUNDO BRASIL. **Significado da sigla LGBTQIA+.** [S. l.], 22 jun. 2022. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2022.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. Serviço Social e Sociedade. **A Trajetória da Assistência Estudantil na Educação Superior Brasileira**, São Paulo, v. 1, n. 129, p. 1-19, maio 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.

INSTITUTO BUTANTAN. **Como surgiu o novo coronavírus? Conheça as teorias mais aceitas sobre sua origem**, São Paulo, BRASIL, p. 1-2, 14 jun. 2021. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgiu-o-novo-coronavirus-conheca-as-teorias-mais-aceitas-sobre-sua-origem>. Acesso em: 7 jan. 2022.

MARX, Karl. **O CAPITAL**. 2. ed. [S. l.]: Boitempo, 2014. 894 p. ISBN 9788575595480.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LEI Nº 343, de 17 de março de 2020.** [S. l.], 17 mar. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 7 jan. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais (Pnaest)**, [s. l.], 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-superior/pnaest>. Acesso em: 7 jan. 2022.

OCDE (Brasil). **EducationatGlance.** [S. l.], 11 ago. 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/brazil/>. Acesso em: 8 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Folha informativa sobre COVID-19**, [s. l.], 29 fev. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 7 jan. 2022.

SEMESP (Brasil). **Educação superior e saúde mental.** [S. l.], 21 maio 2021. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Acórdão nº 506. 2013.** Auditoria operacional. Fiscalização de orientação centralizada. Rede federal de educação profissional. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: estratégias profissionais em tempo de opressão de classes no contexto da ofensiva ultraneoliberal do capital

Cristiano Costa de Carvalho²⁷⁰

Luciana Reis da Silveira²⁷¹

Mariana Carvalho de Almeida²⁷²

Paula Luisa R. Dutra²⁷³

RESUMO: Relato de experiência de gestão de políticas públicas efetivando estratégias de caráter intersectorial, promovendo o cuidado da saúde da população em situação de rua. As atividades foram realizadas pelo Grupo técnico de trabalho com foco neste segmento populacional. O resultado: ampliação e qualificação do trabalho social resguardando os direitos humanos e sociais, no contexto da pandemia Covid-19.

Palavras-chave: Políticas públicas; População em situação de Rua; intrasectorialidade; intersectorialidade; direitos humanos.

ABSTRACT: Report of public policy management experience, implementing strategies of an intersectoral nature, promoting the health care of the population living in street situation. The activities were carried out by technical working group focused on this segment populational. The result: expansion and qualification of the social work protecting human rights in Covid-19 pandemic context.

Keywords: Public policy; Homeless population; intrasectoriality; intersectoriality; human rights.

²⁷⁰ Assistente social, mestre em gestão social, educação e desenvolvimento local, doutorando em Serviço Social (PPGSS/UNESP Franca), trabalhador no SUS-BH, professor no IEC/PUC Minas.

²⁷¹ Médica, mestre em Infectologia e Medicina Tropical, trabalhadora no SUS-BH, professora na Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG).

²⁷² Psicóloga, Especialista em Saúde da Criança na modalidade Residência Multiprofissional (HOB), e em Gestão de Políticas Públicas com ênfase em Gênero e relações Étnico-Raciais pela UFOP, Trabalhadora no SUS-BH.

²⁷³ Assistente social, Referência Técnica na Gerência de Atenção Primária à Saúde – GEAPS/SMSA.

1- INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a experiência do município de Belo Horizonte, especialmente da regional centro-sul, sobre a organização do cuidado da saúde da população em situação de rua por meio da criação do grupo técnico de trabalho intersetorial para população em situação e trajetória de vida nas ruas (GT POP RUA).

Partimos da análise, conforme pontuado pelo “Manual de saúde da população em situação de rua: um direito humano” (Brasil, 2014), que a existência de um número tão grande de pessoas em situação de rua no Brasil é fruto do agravamento da questão social. Diversos fatores colaboraram para esse agravamento e, conseqüentemente, para o crescimento da quantidade de indivíduos nessa situação, entre eles: a rápida urbanização ocorrida no século XX, a migração para grandes cidades, a formação de grandes centros urbanos, a desigualdade social, a pobreza, o desemprego, o preconceito da sociedade com relação a esse grupo populacional e, muitas vezes, a ausência de políticas públicas.

Atualmente, a terminologia mais utilizada denomina essas pessoas como População em Situação de Rua (PSR), levando a considerar sua condição não como uma situação pessoal e passageira, mas como “consequência de uma situação a que muitos trabalhadores são conduzidos, em decorrência das desigualdades sociais e da elevação dos níveis de pobreza produzidos pelo sistema capitalista” (SILVA, 2009, p. 137). Revisitar conceitos, articular ações, garantir políticas públicas, foram demandas assumidas, que trouxeram um novo olhar e, sobretudo, uma nova organização, fazendo surgir movimentos sociais e técnicos/profissionais engajados na causa de viabilizar o acesso aos direitos da PSR.

Diante o desafio do crescente número de pessoas em situação de rua, apresentamos como a gestão, especialmente a Gerência de Assistência, Epidemiologia e Regulação Centro-Sul (GAERE) por meio do Núcleo de Atenção Psicossocial, Promoção, Prevenção e Intersectorialidade, tem pensado estratégias para assegurar a atuação e gestão na garantia dos direitos humanos e princípios do SUS de forma a atender as particularidades da PSR.

Esse movimento abrange todauma redesocioassistencial que envolve a formação de vínculo e cuidados por meio das políticas públicas, especialmente na saúde compostas por: CAPS/CERSAMS (Centros de Atenção Psicossocial), Centros de

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Convivência, Unidades de Acolhimento, que funcionam de porta aberta e podem acolher diretamente os usuários ou por encaminhamentos diversos, seja das equipes de Consultório na Rua (CnaR), das equipes de estratégia de saúde da família (Esf), das UPAS, SAMU, CRAS, CREAS, abrigos, albergues, etc.

Para alcançar este objetivo, a GAERE, criou espaços denominados *grupo técnico de trabalho intersetorial para população em situação e trajetória de vida nas ruas* (GT POP RUA) que possui objetivo principal em realizar articulações intersetoriais com outras políticas públicas, em especial da assistência social. Por outro lado, o GT POP RUA cumpre um importante papel, ou seja, como mencionado acima, de intersetorialidade, mas também de intrassetorialidade²⁷⁴, por meio da articulação com as equipes das unidades básicas de saúde (UBS), dos serviços de saúde mental, outros dispositivos da saúde referentes ao território de abordagem para encaminhamento e acompanhamento das demandas de saúde das pessoas em situação de rua.

O GT POP RUA tem configurado uma tecnologia que manifesta a necessidade de medidas diferenciadas para atender a especificidade deste grupo populacional, sobre esta experiência que será apresentado o relato.

2- DESENVOLVIMENTO

O município de Belo Horizonte possui o desafio de conhecer o perfil das pessoas que vivem em situação de rua, ou seja, realizar um censo sobre esta população. Em 2013, o Centro de Referência em Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em conjunto com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), identificou 1.827 pessoas vivendo em situação de rua na capital mineira (BELO HORIZONTE, 2013). Dados do censo municipal de 2015, feito com base cadastro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) dão conta de que em Belo Horizonte existe 4,6 mil pessoas nessa condição. Porém, atualmente, estudo mais recente promovido pelo Projeto Pólos de Cidadania da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (FD/UFMG), apresentado em maio de 2021, aponta que em Minas Gerais havia

²⁷⁴ Gonçalves (2001), afirma que o conceito de intrassetorialidade surge de forma consistente com a promulgação da Política Nacional de Participação Social (PNPS), como resultado de um processo de revisão, ocorrido de forma ampla, democrática e participativa, que possibilitou o surgimento de sua nova versão, que aponta para a necessidade de articulação intrassetorial e intersetorial com outras políticas públicas, e participação social, devido à impossibilidade do setor saúde responder sozinho ao enfrentamento dos determinantes e condicionantes da saúde (p.34). Dessa forma, concepções e práticas tem sido defendido no âmbito da gestão pública por sujeitos vinculados ao campo democrático e participativo.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

18 mil pessoas em situação de rua, sendo que mais de 9 mil delas, ou seja, mais de 50%, estão na capital mineira (DIAS, 2021).

Os pesquisadores do Projeto Pólos de Cidadania identificaram que o processo de pandemia do COVID-19 intensificou ainda mais o fenômeno da população em situação de rua no município, provocando muitas pessoas a viver na rua devido aos conflitos familiares, alcoolismo, consumo abusivo de substâncias psicoativas, desemprego e perda de moradia.

O perfil epidemiológico da população em situação de rua em BH mostra que é formada, predominantemente, homens (86,8%) e a idade média da amostra foi de $39,6 \pm 11$ anos. Mais da metade dessa população (67%) situava-se na faixa etária compreendida entre 31 e 50 anos, indicando um envelhecimento da população em situação de rua, quando comparada aos censos anteriores. Nas extremidades da distribuição etária, as proporções encontradas foram relativamente menores (11,3% na faixa de 18 a 25 anos; e 9,9% na faixa de mais de 55 anos). No que tange à distribuição da população em situação de rua, por raça/cor, destaca-se que 79,5% das pessoas na coleta de dados se declaram pardos (45,7%) ou negros (33,8%) e apenas 18,1% brancos. Esses dados, quando contrastados com os apresentados pelo Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), indicam que, entre as pessoas em situação de rua, a proporção de negros (pardos somados a pretos) é substancialmente maior do que a proporção encontrada na população geral (52%) de Belo Horizonte (pardos 41,9% e negros 10,1%).

Dentre os motivos que teriam levado as pessoas a viver e a morar na rua, os principais mencionados foram: problemas familiares (52,2%); o abuso de álcool e/ou drogas (43,9%); a falta de moradia (36,5%); e o desemprego (36%). Em torno de 76% pelo menos, um desses quatro motivos, muitas vezes, de maneira correlacionada ou sugerindo uma relação causal entre eles. Ou seja, devido a pandemia conseguimos identificar agravos na vida da população em que muitos são forçados a viver na rua, o que representou um salto quantitativo registrado no período de 4,6 mil pessoas em 2015 para 9 mil em 2021. Além disso, importante destacar os marcadores sociais da diferença, por serem interseccionais, algumas características da população em situação de rua são indissociáveis, como é o caso de gênero, etnia e classe.

Notória é a necessidade de garantia institucional de espaços protegidos para viabilizar a articulação intersetorial, dos diversos atores das políticas públicas, embora a

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

articulação intra e intersetorial seja muito fomentada e tida como estratégia de intervenção, na prática existem muitos desafios.

O GT foi constituído anteriormente ao período da Pandemia, e se mostrou essencial e fundamental no período pandêmico para construção de estratégias de cuidado, compartilhamento da situação sanitária, divulgação e atualização de informações, solicitação de apoio no cuidado e otimização do acesso às políticas públicas. O cuidado em rede de atenção busca fomentar a autonomia e independência do sujeito, construindo, “re”construindo e fortalecendo os vínculos, garantindo acesso e troca de experiências e estratégias.

Como afirmado anteriormente, o GT POP RUA tem se configurado como espaço coletivo e criado estratégias, recomendações e subsídios para os gestores e profissionais da saúde e assistência social sobre os direitos e acessos aos direitos e cidadania das PSR à saúde e assistência social. Dessa forma, apresentamos como resultados as estratégias construídas, pactuadas e consolidadas no período de 2020, 2021 e 2022:

RECEPÇÃO: é o momento no qual o usuário recebe a primeira atenção ao adentrar nos serviços de saúde e da rede socioassistencial do município, seja nas instituições ou mesmo no espaço de rua;

ACOLHIDA: é, na maioria das vezes, o processo de contato inicial de um indivíduo ou família com os serviços - não raras vezes é o primeiro contato “qualificado” do usuário com o SUS/SUAS. Consiste no processo inicial de escuta das necessidades e demandas, bem como de oferta de informações sobre as ações do Serviço, da rede socioassistencial, saúde e demais políticas setoriais.

Como importante dimensão inerente aos serviços de saúde, a acolhida deve ser observada pelos profissionais sob duas perspectivas: a acolhida inicial dos usuários no serviço e a postura receptiva e acolhedora necessária durante todo o desenvolvimento do trabalho. Considerando-se a primeira perspectiva, deve-se dar especial atenção ao momento da acolhida inicial, pautada em postura acolhedora, ética e de respeito à diversidade e dignidade das pessoas em situação de rua atendidas, bem como na não discriminação de qualquer natureza.

A acolhida constitui importante momento para o atendimento inicial e a escuta qualificada das necessidades e demandas trazidas pelos usuários. Sua realização constitui responsabilidade dos profissionais da equipe técnica de nível superior,

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

enfermeiro, médico, dentista, assistente social, psicólogo, etc e dos profissionais de nível médio como recepção, segurança, técnico de enfermagem, etc. O momento inicial de contato com o Serviço deve também propiciar aos usuários o conhecimento dos profissionais que compõem a equipe, das características e objetivos do serviço, atividades realizadas e regras de convívio naquele espaço.

O ATENDIMENTO SINGULAR refere-se ao atendimento prestado pela equipe técnica de modo individualizado, após a acolhida, com intuito de proporcionar escuta qualificada, além de informar, esclarecer e orientar os usuários. Utilizado como importante estratégia metodológica para o acompanhamento especializado, onde será elaborado, acompanhado e avaliado o Projeto Terapêutico Singular (PTS)²⁷⁵. O espaço para a realização do atendimento individualizado deve ser acolhedor e apropriado para a garantia do sigilo das informações repassadas no decorrer do atendimento.

ATIVIDADES COLETIVAS funcionam como mais uma estratégia dos serviços no sentido de promover vivências e experiências que possibilitem a emergência de uma nova identidade social e cultural distinta da firmada pela própria situação de rua e exclusão. Conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS):

[...] é na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade. A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio (MDS, 2004).

Tal ideia corrobora com as orientações previstas no Caderno de Orientações Técnicas do CREAS Pop Rua (BRASIL, 2011) que aponta que o atendimento em grupo constitui também importante instrumento para a potencialização dos recursos dos usuários e para o seu engajamento nas demais ações de caráter coletivo oferecidas pelo serviço. Dessa forma os atendimentos contribuirão para o fortalecimento da relação entre equipe técnica e usuários que conseqüentemente facilitará o desenvolvimento do PTS.

²⁷⁵O PTS incorpora a noção interdisciplinar que recolhe a contribuição de várias especialidades e de distintas profissões. Assim, depois de uma avaliação compartilhada sobre as condições do usuário, são acordados procedimentos a cargo de diversos membros da equipe multiprofissional, denominada equipe de referência. Assim, as equipes de referência empreendem a construção de responsabilidade singular e de vínculo estável entre equipe de saúde e usuário/família. Cada profissional de referência terá o encargo de acompanhar as pessoas ao longo de todo o tratamento naquela organização, providenciando a intervenção de outros profissionais ou serviços de apoio consoante necessário e, finalmente, assegurando a alta e continuidade de acompanhamento em outra instância do sistema (PINTO *et al.*, 2011).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

É importante considerar que o atendimento coletivo também apresenta a dimensão educativa no âmbito socioassistencial e também na saúde, no sentido de contribuir para a educação política do usuário, fomentando a participação social, a compreensão do contexto social em que vivem e o exercício da cidadania.

Além dos atendimentos individualizados, o atendimento coletivo configura-se como importante estratégia para favorecer o processo de reflexão, a potencialização dos recursos dos usuários, o fortalecimento do protagonismo e a construção de novas trajetórias de vida, a partir da ampliação da consciência sobre si mesmo, do outro, da família e do contexto em que vivem.

O atendimento exige uma avaliação técnica criteriosa. A definição sobre a inserção de cada usuário deve ser realizada em conjunto com o mesmo, pois, além de uma indicação técnica, é preciso que os participantes se sintam à vontade para participar dos atendimentos coletivos.

O *ESTUDO DE CASO* tem sido pautado como uma atividade de natureza técnica utilizada para aprofundar o conhecimento sobre a realidade e sobre as demandas dos usuários, para melhor direcionar as ações e intervenções a serem desenvolvidas pela equipe de saúde e rede socioassistencial, subsidia, portanto, a avaliação técnica e o planejamento do acompanhamento, sendo fundamental para aprimorar as ações desenvolvidas pelo serviço.

O estudo de caso trata-se de um investimento técnico, abrangente e cuidadoso, que possibilitará o conhecimento da história da PSR e de sua família, focando nas condições necessárias para que o convívio seja restabelecido ou para que seja identificado um outro encaminhamento para o usuário. O Estudo de Caso deverá avaliar intervenções a serem realizadas pela própria unidade em articulação com a rede, mas identificará também, intervenções que serão recomendadas (encaminhamento).

O Projeto Terapêutico Singular (PTS) nesse processo é compreendido como um instrumento, uma ferramenta composta de informações, reunidas em um prontuário, que levam a um conhecimento sistematizado da situação de cada usuário deve permitir que os usuários participem como sujeitos ativos, sendo ouvidos, para que o planejamento responda às suas peculiaridades de pessoas em desenvolvimento, considerando sempre suas possibilidades, habilidades e interesses. Respeitar o direito de participação e de informação sobre as decisões que lhes digam respeito (PINTO *et al.*, 2011).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

O levantamento de todas as informações possíveis deve considerar a história de vida, as referências sociais e familiares, as necessidades, os valores, os desejos e sonhos, o potencial, aptidões e suas mudanças. O PTS propõe um conjunto de ações que serão desenvolvidas durante a rotina coletiva e as abordagens individuais, visando atender aos objetivos específicos, segundo a demanda de cada um, para superar a vulnerabilidade e risco.

O destaque de que é sempre necessário o usuário tenha o papel ativo nesse processo e possa, junto aos técnicos e demais integrantes da rede, pensar nos caminhos possíveis para a superação das situações de risco e de violação de direitos, participando da definição dos encaminhamentos, intervenções e procedimentos que possam contribuir para o atendimento de suas demandas. Também devem ser ouvidos outros profissionais que porventura estejam atendendo ou tenham atendido, como nos casos de acompanhamento por equipes de saúde mental, de outros serviços da rede socioassistencial, de modo articulado com os demais órgãos e serviços que estejam acompanhando (Unidade Básica de Saúde, Estratégia de Saúde da Família, CAPS, CREAS, CRAS, programas de geração de trabalho e renda, etc.), a fim de que o trabalho conduza, no menor tempo necessário, a uma resposta propositiva.

Os encaminhamentos são os processos de orientação e direcionamento dos usuários para serviços e/ou benefícios socioassistenciais ou de outros setores. Os encaminhamentos têm por objetivo a promoção do acesso aos direitos e a conquista da cidadania e pressupõem contatos prévios e posteriores da equipe técnica do serviço de saúde com os serviços de forma a possibilitar a efetivação do encaminhamento.

Os encaminhamentos constituem importantes instrumentos de acesso a direitos na medida em que alimentam a formação de uma rede de proteção social com potencialidade de articular os diversos saberes e práticas que apresentem respostas inovadoras à complexidade das situações de vulnerabilidade social.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos clareza sobre a necessidade do olhar crítico sobre os determinantes em torno do fenômeno crescente da população em situação de rua (PSR) está relacionado diretamente às contradições entre o capital e trabalho e encontra pessoas com parte (ou integralmente) de seus direitos humanos básicos violados, no que refere à falta

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

deeducação, à inexistência da moradia e/ou inserção ao mercado de trabalho. Além disso, essas pessoas se deparam com o medo, o estereótipo, preconceito, processos de adoecimento e as múltiplas formas de violência por estarem nas ruas. A experiência do GT POP RUA promovido e organizado pelo Núcleo de Atenção Psicossocial, Promoção, Prevenção e Intersetorialidade da Gerência de Assistência, Epidemiologia e Regulação Centro-Sul (GAERE) tem se consolidado como um espaço de construção de ações e ofertas intersectorialidade, mas também intrasetorial, o que tem proporcionado novas práticas e cuidados em torno da saúde e cidadania da população em situação de rua, assim, extrapolando o modelo biomédico, mas de gestão integral do cuidado e de educação em saúde pautado nos Direitos Humanos.

Nesse sentido, merece destaque a compreensão de que o fenômeno das pessoas em situação de rua não é de atribuição exclusiva dos serviços de assistência social ou saúde, pois como fenômeno social complexo deve ser contemplado por políticas intersectoriais fomentado por governos, sociedade civil e movimentos sociais.

Nessa agenda de responsabilidades, é imprescindível que o poder público se empenhe em executar, construir, planejar, criar e efetivar políticas públicas capazes de concretizar os direitos das pessoas em situação de rua, pois somente assim será possível alcançar o objetivo principal de tratar de forma adequada o fenômeno das pessoas que vivem nas ruas.

Desse modo, GT POP RUA tem sido fundamental para que todos agentes públicos sejam capazes de lidar com a realidade das pessoas em situação de rua de forma humanizada e que sua atuação seja baseada na defesa e promoção dos direitos humanos e na equidade.

4- REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. Terceiro Censo da População em Situação de Rua de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2013 (brochura).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da população em situação de rua: um direito humano**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializada para a População em Situação de Rua – SUAS e População em Situação de Rua**. Brasília: Editora Brasil LTDA, V.3, 2011.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

DIAS, André Luiz Freitas[et al.].População em Situação de Rua: Violações de Direitos e (de)Dados Relacionados à Aplicação do CadÚnico em Belo Horizonte, Minas Gerais, Programa Polos de Cidadania, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

GONÇALVES, Rodrigo Noll. Avaliação de políticas públicas em promoção da saúde: estratégias intrasetoriais e intersetoriais integradas às políticas sociais. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2021.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Censo Demográfico 2010: Notas Metodológicas. Rio de Janeiro, 2010.

MDS. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria de Assistência Social, 2004.

PINTO, Diego Muniz Pinto[et al.].Projeto terapêutico singular na produção do cuidado integral: uma construção coletiva.**Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2011 Jul-Set; 20(3): 493-302.<https://doi.org/10.1590/S0104-07072011000300010>

SILVA, Maria Lúcia Lopes.**Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE DO ENVELHECIMENTO: relevância de uma maturidade teórica acerca da temática

²⁷⁶ Ingridilaine Carreiro de Oliveira Azevedo.

²⁷⁷ Rita do Nascimento Silvestre Dantas .

RESUMO

O intuito do presente trabalho é refletir sobre a relevância da materialidade da produção teórica na busca por uma construção sobre a temática envelhecimento na percepção do assistente social, em particular do processo de envelhecimento da classe trabalhadora, já que esta vivencia cotidianamente os rebatimentos e agudização das expressões da “questão social” num cenário ultraneoliberal, assim como as formas de gerenciamento das desigualdades sociais geradas pelo sistema de produção e reprodução capitalista, nesse sentido, buscase fomentar o questionamento e produção de conhecimentos das(os) assistentes sociais acerca do processo envelhecer enquanto classe trabalhadora na sociedade de capitalismo periférico.

Palavras-chave: Serviço Social; classetrabalhadora; envelhecimento; “questão social”.

ABSTRACT

The purpose of the present work is to reflect on the relevance of the materiality of theoretical production in the search for a construction on the theme of aging in the perception of the social worker, in particular the process of aging of the working class, since it experiences daily the repercussions and exacerbation of the expressions of the “social question” in an ultra-neoliberal scenario, as well as the forms of management of social inequalities generated by the capitalist production and reproduction system, in this sense, it sought to encourage the questioning and production of knowledge

²⁷⁶ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Estagiária do NEPEESS- Núcleo de Pesquisa em Educação, Envelhecimento e Serviço Social (UFRRJ). E-mail: ingridilaine@ufrj.br.

Eixo temático: Ofensiva ultraneoliberal do capital e lutas sociais.

²⁷⁷ Graduanda em serviço social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Bolsista do NEPEESS- Núcleo de Pesquisa em Educação, Envelhecimento e Serviço Social (UFRRJ). E-mail: Ritasilvestre34@gmail.com.br.

of social workers about the aging process while working class in peripheral capitalist society.

Keywords: Social Work; working class; Aging; "social question".

1- INTRODUÇÃO

O Serviço Social desde sua ressignificação teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo advindos do amadurecimento do Movimento de Reconceituação da profissão²⁷⁸ que buscou na perspectiva marxista o posicionamento ético, crítico, histórico materialista coadunados com a realidade da sociabilidade capitalista em que são subjugados os sujeitos, se propôs a construir um caminho de duras reflexões a este sistema desigual e bárbaro no que tange o direcionamento à classe trabalhadora.

Também procurou analisar criticamente as políticas sociais compensatórias voltadas a dar respostas mínimas as desigualdades brutais vivenciadas pelo segmento da classe subalternizada as demandas de produção e reprodução do capital, que por conseguinte, estas políticas se configuram em seu caráter funcionalista e focalizado de assujeitamento dos usuários na garantia dos direitos da população.

Dessa maneira, o Serviço Social da mesma forma que busca através de lutas e diversas mobilizações pela defesa dos direitos já garantidos por Lei, como na promoção de novos direitos frente a realidade contemporânea de avanços neoliberais de pauperização, intensas desigualdades e de precarização da vida, é diante deste panorama que o assistente social paulatinamente dá voz e significado a necessidade da sua atuação.

Sendo assim, emerge múltiplas questões, na qual algumas delas pretendemos abordar e convidamos a categoria profissional a refletir: como o Serviço Social tem construído suas análises para o enfrentamento das questões relacionadas ao crescimento da população idosa e as altas demandas requeridas do profissional a construir estratégias a este segmento? Como o Serviço Social tem se instrumentalizado no enfrentamento dessas múltiplas refrações da "questão social" da classe trabalhadora envelhecida?

Em vista disto, o caminho a percorrer parece longo e segue em passos lentos, dessa forma, não procuramos aqui responder todo o questionamento de forma a realizar

²⁷⁸ Ler-se-á: Netto (2017) "Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64."

uma inquirição, mas, o que se identificou foi a necessidade de dar mais visibilidade mesmo que de forma mais tímida neste trabalho a ampliar este debate dentro e fora das academias, pretendendo chegar aos profissionais assistentes sociais que atuam na ponta em distintos espaços que recebem, orientam e acolhem mulheres e homens envelhecidos(as), para que assim possam realizar o processo da práxis acerca da temática envelhecer.

Nesse sentido, justificamos este trabalho pela importância em construir uma maturidade teórica em relação ao fenômeno do envelhecimento da classe trabalhadora dentro do Serviço Social e a importância dessas análises para a formação profissional.

2- DESENVOLVIMENTO

Como é de consentimento, o Serviço Social emerge intrínseco às demandas por políticas sociais para dar respostas às necessidades básicas que se desenhavam a pauperização da classe trabalhadora a partir da década de 1930 - sendo de interesse do Estado, da Igreja Católica e Empresariado²⁷⁹ - em vista das expressões da “questão social” que emergiram com o processo de industrialização do capitalismo no Brasil.

Assim à medida que avança o desenvolvimento das forças produtivas, na divisão do trabalho e a sua conseqüente potencialização, modificam-se, concomitante, o posicionamento das diversas frações da classe dominante e suas formas de agir perante a “questão social” no que entra em cena os interesses econômicos e específicos desses grupos e a luta pelo poder existente em seu interior. As respostas a “questão social” sofrem alterações mais significativas nas conjunturas de crise econômica e de crise de hegemonia no bloco de poder. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 85).

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2006) o Estado passa a interferir diretamente nas relações entre classe burguesa e proletária, gerindo a organização e prestação dos serviços sociais como um tipo de enfrentamento a “questão social”, dessa forma a vida dos trabalhadores não podiam ser mais desconsideradas inteiramente na formulação de políticas públicas, pois estas políticas fazem parte da garantia de sustentação da classe dominante²⁸⁰.

Sendo assim, desde o seu surgimento no Brasil, o Serviço Social passou a compreender e auxiliar as respostas a “questão social” de formas distintas, numa prezava mais pelos valores religiosos alicerçados na filosofia tomista; em outros mais focados do

²⁷⁹ Melhor explanado por IAMAMOTO; CARVALHO. “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.” (2006).

²⁸⁰ Em vista disso, “a categoria despesas sociais tem como função a manutenção da harmonia social, servindo de legitimação do Estado, como a assistência social”. (FALEIROS, p. 68, 1980).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

desenvolvimento do país, na modernização da profissão de um ponto de vista técnico e racional e por fim, ao momento primordial de Intenção de Ruptura - que fomentou a posteriori o III CBAS- nas décadas de 1970-80 como afirma Netto (2017). Período ímpar que possibilitou a profissão uma autorreflexão crítica dos seus arcabouços e posicionamentos, assim também como permitiu que as/os assistentes sociais possuíssem contato com outras áreas e temáticas, podendo enfim se debruçar sobre debates antes não estudados pelos/as profissionais.

Os anos de 1990, de acordo com Abramides (2019) e Iamamoto (2015) foi um momento axial para consolidação e amadurecimento do pensamento crítico marxista no Serviço Social, todavia, mesmo diante de conquistas e avanços profissional e societário como a Constituição Federal de 1988; num cenário capitalista, as mazelas sociais que são intrínsecas ao sistema possuem respostas ínfimas a necessidade real da população, pois o atendimento da "questão social" destacado por Iamamoto e Carvalho (2014) fornecidos a determinada parcela da população (especialmente ao proletariado), são fornecidos, pois esta determinada classe necessita estar engajada no processo de produção. O que se reproduz em toda vida do proletariado, não só pela reprodução material, mas também a reprodução ideológica, para que o mesmo não se rebele.

No que se refere a construção de uma maturidade teórica e metodológica o Serviço Social tem mostrado estas nas questões como trabalho; "questão social"; Políticas Sociais, Formação Profissional, Direitos Humanos entre outras categorias estudadas. Mas na categoria envelhecimento não há um avanço significativo como nos estudos explicitados²⁸¹.

Neste contexto é que refletimos sobre a delimitação de referenciais teóricos dentro do Serviço Social e das Ciências Sociais acerca do processo do envelhecimento dos trabalhadores(a) que abordem de forma crítica, histórica e heterogênea o envelhecer na sociedade do capital, entendendo e explicitando o fenômeno natural na especificidade de classe.

Dessa forma, os/as profissionais analisam os fenômenos que tem em sua centralidade a "questão social", é neste aspecto que ratificamos o pensamento de Teixeira que compreende o envelhecimento da classe trabalhadora como uma

²⁸¹ Apesar de estudos realizados pela UFJF (2020) apontarem que a população idosa só está crescendo "O número de brasileiros idosos de 65 anos e mais era de somente 1,6 milhão em 1950, passou para 9,2 milhões em 2020 e deve alcançar 61,5 milhões em 2100. O crescimento absoluto está estimado em 38,3 vezes. Em termos relativos, a população idosa de 65 anos e mais representava 3% do total de habitantes de 1950, passou para 9,6% em 2020 e deve atingir mais de um terço (34,6%) em 2100 (um aumento de 11,5 vezes no percentual de 1950 para 2100)". Disponível em: <https://www.ufjf.br/ladem/2020/06/21/envelhecimento-populacional-continua-e-nao-ha-perigo-de-um-geronticidio-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves>. Acesso em: 07.jul.2022.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

problemática social “É a classe trabalhadora a protagonista da tragédia no envelhecimento, considerando assim a impossibilidade de reprodução social e de vida, já que na ordem do capital estes perdem o “valor de uso” (TEIXEIRA, p. 64, 2009.)

Essa perspectiva de análise implica desvendamento, tanto das condições materiais (estruturais e de classe), sob a lógica do capital, que engendram desigualdades sociais, pobreza, desemprego, populações excedentes, desvalorização social e outras manifestações da questão social, ou seja, a ditadura do trabalho morto sob a forma de capital (comercial, industrial, financeiro) e a regência do trabalho assalariado, aviltante e alienado, tanto como fonte de valor e de degradação social quanto na reconstrução das lutas sociais qual um dos elementos constituintes da questão social, da capacidade de resistência dos trabalhadores, de lutas que problematizam necessidades sociais, ou a não satisfação delas, por atingirem um coletivo e serem efeitos de estruturas geradoras de desigualdades sociais e de acesso restrito a bens e serviços produzidos socialmente.(TEIXEIRA, 2009, p.65)

Percebe-se, a partir desta perspectiva crítica do envelhecer na sociedade capitalista periférica a necessidade de um debate crítico sobre a "homogeneidade," que vigora nas pesquisas, sem conceber as particularidades e os condicionantes sociais que incidem ao longo da vida destes trabalhadores envelhecidos que compõe a superpopulação relativa latente²⁸² no modo de produção capitalista. Esta lógica de que todos envelhecemos iguais tão arraigada e disseminada dentro da sociedade capitalista que conduz e perpetua as dinâmicas de dominação culpabilizando ou naturalizando o indivíduo por seu estado de vulnerabilidade social.

Nessa direção é fundamental a compreensão da velhice enquanto uma construção social e histórica revestida do caráter da heterogeneidade. Nesse sentido, sobressai o entendimento de que envelhecemos de diferentes maneiras e em diferentes condições. Considerando os critérios de gênero, raça e etnia, verificaremos que a velhice é uma experiência que se processa de forma diferente para homens e mulheres, para brancos, negros e indígenas, tanto nos aspectos sociais, econômicos, quanto nas condições de vida. Esses critérios são determinantes inclusive do lugar que os idosos e as idosas ocupam na vida social na relação direta com sua origem étnico-racial e sua condição de gênero (BERZINS, 2003, apud. SILVA, 2016, p.225)

Neste sentido falar da classe trabalhadora envelhecida é falar da luta de classes, em certos momentos históricos, a classe trabalhadora avança em suas lutas reivindicando melhores condições de trabalho e de vida e outros momentos há uma regressão destes direitos e até mesmo criminalização dos que buscam reivindicá-los como no cenário do avanço avassalador ultraneoliberal hodierno. Iamamoto (2015) nos traz a mundialização e a financeirização do capital, que afeta de forma profunda o papel do

²⁸²Referente a superpopulação relativa latente que compõe o EIR: Essa fonte da superpopulação relativa flui, portanto, continuamente, mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe a existência, no próprio campo, de uma contínua superpopulação latente, cujo volume só se torna visível a partir do momento em que os canais de escoamento se abrem, excepcionalmente, em toda sua amplitude. O trabalhador rural é, por isso, reduzido ao salário mínimo e está sempre com um pé no lodaçal do pauperismo. (MARX, p, 470, 1980).

Estado, que por sua vez repercute nas políticas públicas com suas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento público e regredindo os direitos do trabalhador assalariado, assim, por consequência além de perpetuar relações de expropriação e pauperização dos operários, limitam a ação dos assistentes sociais.

Esta reorganização do capital advindos desde a reestruturação produtiva da década de 1970 como forma de organizar e gerenciar melhor sua expansão tem afetado de forma abissal os trabalhadores envelhecidos que sofrem com este modelo societário de controle do trabalho social, dispensando o trabalho concebido como improdutivo nas fábricas e intensificando e ampliando a forma de expropriação do trabalho excedente, desta forma como bem citado por Alves (2021), empurrando os trabalhadores para margem da informalidade e sem proteção social ou trabalhista, tornando um capitalismo predatório²⁸³ e deixando sequelas na natureza e na sociedade “fratura metabólica” com um sistema desigual e sem direitos.

3- CONCLUSÃO

Diante do exposto, compreendemos que neste trabalho não conseguiríamos dar conta de trazer a perspectiva crítica do envelhecimento da classe trabalhadora em sua totalidade, mas a intencionalidade é refletir sobre a delimitação de referenciais teóricos que tivemos dificuldades em identificarmos na graduação para basilar de forma crítica o pensamento no âmbito fenômeno da longevidade no Brasil e como a classe trabalhadora envelhecida necessita diante do cenário de constantes crises que os mecanismos de proteção social deem conta ao menos minimamente da parcela populacional idosa nesta ordem societária vigente.

Por conseguinte, como bem explicitado por Iamamoto (2006) é diante desta tensão “entre produção de desigualdade e produção de rebeldia e da resistência” que atuam as(os) assistentes sociais “situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.” (IAMAMOTO, 2009, p.16). Sendo assim, é diante de situações contrárias, de conflitos e interesses de classes que precisamos buscar em nossos referenciais teóricos estratégias e mecanismos para elaborar intervenções que de fato tenham significado na vida e realidade dos sujeitos que paulatinamente atendemos pelos serviços, sejam eles públicos ou privados.

²⁸³ Ou como bem explicitado por Virgínia Fontes (2010) o capitalismo puro e selvagem que se configura como capital-imperialista.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Pensar na população trabalhadora envelhecida que vivência a brutalidade do envelhecer na sociedade do capital que estão defronte da maior longevidade da história e taxas que preveem o aumento ao longo dos próximos anos, se faz extremamente pertinente para uma atuação profissional em consonância com o Código de Ética (1993) e Projeto Ético-Político, pois este envelhecimento está embricado as distintas expressões da “questão social” como habitação, saúde, segurança, lazer e educação, ou seja, reiteramos que é necessário compreender as especificidades ao redor.

Portanto, enquanto sociedade e classe, é de suma relevância pensarmos coletivamente acerca do envelhecimento da classe trabalhadora, visto que é um processo natural da vida e atinge ao coletivo; como categoria profissional do Serviço Social, pois temos como objeto de análise e intervenção as expressões da “questão social” intrínsecas ao modo de vida dos trabalhadores no capitalismo e que vem sendo exacerbadas pela ofensiva ultraneoliberal contemporânea de redução de Direitos e individualização dos sujeitos.

4- REFERÊNCIA

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa et al. **O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo.** Cortez: São Paulo. 2019.

ALVES, Giovanni. COLAPSO AMBIENTAL, SAÚDE E ENVELHECIMENTO: As Contradições Metabólicas do Capital no Século XXI. In: ALVES, Giovanni; AMARAL, Andre Luiz Vizzaccaro (org.). **Trabalho Saúde e Barbárie social: Pandemia, colapso ecológico e desenvolvimento Humano no século XXI.** 1.ed. – São Paulo: Projeto Editorial Práxis, 2021. p.118-151. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wpcontent/uploads/2021/07/TRABALHO-SAUDE-E-BARBARIE-SOCIAL.pdf>. Acesso em: jun.2021.

IAMAMOTO, M; V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro.** 9º ed. Cortez: São Paulo. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, p.1-45. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: arcabouço de uma interpretação histórico-metodológica.** 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul De. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: arcabouço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41º ed. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço social.** 2º ed. São Paulo: Cortez, 1996.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. Cortez Editora, 2017.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Envelhecimento e Proteção Social: Aproximação entre Brasil América Latina e Portugal. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.126, p.215-234, maio/ago. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.066>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/5F8TDXstHNrvPytBJBmD68D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: out.2021.

TEIXEIRA, Solange Maria. (org.). **ENVELHECIMENTO NA SOCIEDADE DO CAPITAL**. Campinas: Papel Social, 2017.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do Trabalhador e as tendências das formas de proteção Social na sociedade brasileira. **ARGUMENTUM**. Vitória, v.1, n.1, p.63-77, jul./dez.2009. Disponível em: <http://www.cresspe.org.br/assets/2016/09/Artigo-Envelhecimento-e-Trabalho.pdf>. Acesso em: dez.2021.

YAZEBEK, Maria Carmelita. Expressões da "Questão Social" no Brasil. In: **Temporalis**. Ano 2, n 3.jun/jul,2001. Brasília: ABEPSS, Grafilme, 2001, p.31-40. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: abr.2022.

JUVENTUDES, TEMPO E QUESTÃO SOCIAL: transição para a vida adulta na sociedade do capital

Cristiano Costa de Carvalho²⁸⁴

Leonardo David Rosa Reis²⁸⁵

RESUMO: O presente trabalho problematiza aspectos relevantes que devem fazer parte do processo de escolha teórico-metodológico e ético-político para o desenvolvimento do trabalho com juventudes de forma associar aspectos como tempo, questão social e demais singularidades que fazem parte do universo juvenil.

Palavras-chave: Juventudes, Condição Juvenil, Questão Social.

ABSTRATC: The present work problematizes relevant aspects that must be part of the theoretical-methodological and ethical-political choice process for the development of work with youths in order to associate aspects such as time, social issues and other singularities that are part of the youth universe.

Keyword: Youths, Youth Condition, Social Issues

1- INTRODUÇÃO

Os estudos sobre juventudes contribuem para olhar para os(as) jovens como sujeitos, bem como, problematizar os estereótipos que costumam ser associados a essa fase da vida. Portanto, permitem compreender os diversos modos de ser jovem na atualidade. A articulação desses estudos permite, também, analisar os modos desiguais de viver a juventude, relacionados aos modos desiguais de viver experiências humanas, que marcam a vida e a leitura de mundo de jovens da classe trabalhadora.

Parece haver certo consenso entre os pesquisadores, movimentos sociais, governos e sociedade, que não podemos lançar um olhar sobre esse público

²⁸⁴ Assistente social, professor universitário, mestre em Gestão Social (Una), Educação e Desenvolvimento Local, acadêmico do Curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Franca.

²⁸⁵ Assistente social, professor universitário, mestre em Educação (UEMG), acadêmico do Curso de doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP).

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

considerando-o como “homogêneo” (BADARÓ, 2013; CARRANO, 2013; CORROCHANO, 2008; ABRAMO, 1997, LEÃO, 2004.). Por isso, pesquisadores/as da área têm utilizado o termo no plural - estudos sobre juventudes - para ressaltar a heterogeneidade dos modos de viver esta fase da vida, as interpretações e estudos das mais variadas dimensões que envolvem o tema, com destaque para os aspectos científicos, políticos, econômicos, culturais, antropológicos, sociológicos, biológicos e, até mesmo, cronológicos. Dessa maneira, devemos falar em juventudes.

O debate sobre os(as) jovens e as juventudes assumiu distintas configurações e orientam diferentes noções. A definição de juventudes pelo *corte de idade* é uma maneira de se definir o universo de sujeitos que habitariam o tempo da juventude. Desse modo, enxergar os jovens, tão somente pela lente cronológica pode nos induzir a um processo de simplificação e desconsiderar um conjunto de outros fatores que contribuem para pensar as juventudes, sejam econômicos, culturais e sociais (CARRANO; 2009a, p.3).

A forma como concebemos as juventudes hoje, por ser uma “uma produção da modernidade” (LEÃO; 2004, p.20), fruto das sociedades europeias dos séculos XVI e XVII, nos ajuda a pensar sobre a separação das fases da vida por etapas “distintas – infância, adolescência, idade adulta, velhice” (LEÃO; 2004, p.21), onde as exigências colocadas para cada fase são reguladas pelos interesses econômicos e pelo estado. Os tempos da vida passam, assim, a serem condicionados às alterações operadas pelas mudanças nas estruturas e conjunturas específicas do modo de produção e socialização dos bens socialmente produzidos pelas sociedades, possibilitando diferentes acessos ao longo das etapas de suas vidas.

O debate sobre a dimensão cultural juvenil apresenta uma abordagem destacando-a como “relativamente autônoma, vista positivamente como símbolo de mudança social e progresso e, ao mesmo tempo, como fonte de patologias e conflitos sociais” (LEÃO; 2004, p.17). Desse modo, concordamos que “essas elaborações (culturais) assim como as formas de expressá-las (numa linguagem), são sempre híbridas, sincréticas, de fronteira” (CARRANO apud PEREGRINO; 2003; p.193).

As identidades juvenis também são temas que são pensados em diferentes perspectivas, seja “na possibilidade de construção de identidades grupais e individuais” (CARRANO apud PEREGRINO; 2003; p.193), em uma perspectiva de “que os jovens possam realizar escolhas conscientes sobre suas experiências pessoais e constituir os seus próprios acervos de valores e conhecimentos que já não mais são impostos como heranças familiares ou institucionais” (CARRANO; 2012, p. 85), seja como um conceito de identidade que não supõe, de forma alguma, qualquer conotação de homogeneidade;

pelo contrário, reforça a heterogeneidade, a diversidade cultural e a existência de múltiplas juventudes particulares.

Não nos resta dúvidas das múltiplas expressões da condição juvenil e de concebermos as juventudes, seja de modo singular, particular, universal e de forma coletiva, considerando que os jovens de hoje vivem imersos em condições estimulantes e positivas, mas, também, negativas.

Contudo, outras características podem ser encontradas entre as juventudes, de modo que no seu cotidiano, socializam e articulam-se coletivamente, questionando as relações sociais institucionalmente constituídas, buscando imprimir uma marca de independência em relação às organizações formais da sociedade.

2- DESENVOLVIMENTO

Juventudes e transição para a vida adulta

Nesta direção, percorramos um pouco a noção em curso entre os pesquisadores da temática das juventudes; a ideia de “transição para a vida adulta” (LEÃO; 2004, CARRANO; 2009; CORROCHANO, 2004), onde infância, adolescência e juventude são entendidas como passagem para uma outra fase, a vida adulta. As diferentes interpretações são importantes para compreendermos e identificarmos noções permeadas pelo senso comum, estereótipos e concepções que orientam as pesquisas no campo das juventudes.

Desse modo, a importância de refletirmos sobre *transição para a vida adulta* nos remete a pensar que essa noção tem sido cada vez mais questionada diante das transformações sociais mais recentes, que apontam para uma desconexão entre as idades e os papéis tradicionalmente desempenhados nas diferentes etapas da vida. (LEÃO; 2004, p.18). No entanto, considerando a perspectiva sócia histórica da ideia de juventude, analisemos a reflexão de Carrano (2009) quando afirma que

as passagens entre os tempos da infância, da adolescência, da juventude e vida adulta podem ser entendidas como «acordos societários». De certa forma, as sociedades estabelecem acordos intersubjetivos que definem o modo como o juvenil é conceituado ou representado (condição juvenil). Em algumas sociedades os rituais de passagem para a vida adulta são bem delimitados e se configuram em ritos sociais. (CARRANO; 2009, p.170).

Os principais argumentos contidos na noção de que existe uma transição da infância, da adolescência e da juventude para a vida adulta são destacados, por vezes,

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

pela ideia de indeterminação, um momento transitório e passageiro, geralmente marcado por uma crise de identidade e de valores. (LEÃO; 2004, p.18), pela ideia das etapas de “partida da família de origem, entrada na vida profissional e formação de um casal” (LEÃO; 2004, p.19), pelo prolongamento do tempo de solteiros vivendo sós ou com amigos. (LEÃO; 2004, p.18-19); “terminar os estudos, conseguir trabalho, sair da casa dos pais, constituir moradia e família, casar e ter filhos” (CARRANO; 2009, p.170-171).

Embora o desenvolvimento dessas noções sejam importantes para se pensar o processo sócio histórico, cultural e o conjunto de valores que envolvem a concepção de transição para a vida adulta, Carrano (2008) argumenta que sobre uma certa descronologização, onde “as etapas da vida obedecem cada vez menos às normatizações e às regulações das instituições tradicionais como a família, a escola e o trabalho sem constituírem fases muito bem definidas” (p.67) e colabora com o entendimento de que nem todos os(as) jovens vivem a sua juventude como uma situação de trânsito e preparação para as responsabilidades da vida adulta, de modo que

os jovens fazem seus trânsitos para a vida adulta no contexto de sociedades produtoras de riscos – muitos deles experimentados de forma inédita, tal como o da ameaça ambiental e do tráfico de drogas, mas também experimentam processos societários com maiores campos de possibilidades para a realização de apostas frente ao futuro (CARRANO; 2009a, p.2).

Contudo, consideramos que, embora a relação dos jovens com essas instituições tenha mudado se comparada com gerações anteriores, o trabalho e a escola permanecem como centrais nos modos de organizar a vida em sociedade e a sobrevivência das classes populares. O conjunto das necessidades humanas, colocam um conjunto de desafios e tarefas na busca por sobrevivência dos filhos da classe trabalhadora, desse modo o conjunto das desigualdades produzidas pelas condições objetivas de vida refletem imediatamente na forma como jovens se relacionam com o trabalho e com a escola.

Para Carrano (2009a), isso quer dizer, que para jovens filhos/as da classe trabalhadora as exigências da “vida adulta”, *chegam enquanto estes estão experimentando o seu período juvenil*, sendo assim, sua defesa de que “a combinação de distintas maneiras de enxergar a questão juvenil colabora para se tentar responder à pergunta sobre quando alguém deixa de ser jovem e atinge a vida adulta (CARRANO; 2009a, p.3), corrobora com a visão de Leão (2004) que

essas questões impõem a necessidade do aprofundamento em pesquisas que investiguem os diferentes modos de transição para a vida adulta vividos pelos jovens brasileiros, atentando para a sua complexidade face à diversidade de situações (LEÃO; 2004, p.28).

Percorrer as noções sobre a perspectiva de transição para a vida adulta apresentada pelos pesquisadores nos parece um exercício importante para pensar a complexidade da temática, no entanto, nas palavras de Corrochano (2008), percebemos que mesmo diante de diferentes noções, existem alguns consensos, e o principal é que “as diferentes abordagens teóricas e metodológicas é de que as transições juvenis tornaram-se mais complexas” (CORROCHANO, 2008, p.19) e Leão (2004), também entende “que as etapas da vida têm sofrido um processo de reconfiguração em função de um conjunto de mudanças sociais, econômicas e culturais no mundo contemporâneo”(p.27), logo, podemos avançar um pouco mais no debate.

Juventudes e questão social

Na sociedade capitalista prevalece, nas últimas décadas, a flexibilização do trabalho e exigência de maior iniciativa de trabalhadores e trabalhadoras. Os riscos de desemprego aumentam, gerando ampla massa de desocupados, onde as desigualdades ganham relevo, aprofundando “os processos crescentes de exclusão social e a súbita valorização do trabalhador, sua qualificação, sua participação e o sentido da qualidade total, da participação, da qualificação flexível, abstrata e polivalente” (FRIGOTTO, 1998, p.98).

Ainda é recente a democratização do país e, sabemos que em uma sociedade marcada pela exploração do trabalho e pela razão instrumental, tem sido difícil para o trabalhador exercer a sua capacidade e potencialidade inventiva. As sucessivas crises do sistema capitalista reiteradamente colocam um desafio para as relações de trabalho, que reverberam no plano das relações sociais, onde vivenciamos situações de subordinação das pessoas, tornando-as funcionais ao sistema pela venda de sua força de trabalho, onde depreendemos que a questão social se apresenta como “expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor, e, ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital” (BEHRING; SANTOS, 2009, p. 5)

As desigualdades que jovens das periferias brasileiras enfrentam possuem muitas faces, múltiplas expressões e múltiplos significados, de modo que as vulnerabilidades e riscos a que estão sujeitos nos ajudam a pensar que “é impossível dissociar a experiência da elaboração das identidades sem levar em conta os efeitos dramáticos que a globalização e os riscos sociais imprimem tanto ao indivíduo quanto à sociedade”

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

(CARRANO; 2009, p.176). As experiências juvenis e percursos de jovens pobres²⁸⁶ nos permite perceber os contornos do acesso e da ausência de condições objetivas para se viver a condição juvenil de forma digna diante das “inseguranças no presente e incertezas frente ao futuro” (CARRANO; 2009, p.176).

Pesquisadores da Fundação João Pinheiro (FJP) aтем se dedicado em analisar a trajetória dos jovens no mercado de trabalho mineiro com foco na precarização tem destacado as diferenças da probabilidade dos jovens (homens e mulheres) terem um trabalho precário ao longo dos últimos 30 anos.

A referida pesquisa conduzida por Souza, Marques e Campos (2021) com base no PNADs e da PNAD contínua do IBGE dos anos de 1990, 1999, 2009 e 2019 com foco e recorte nos jovens de faixa etária entre 17-24 e 25-29 anos tem buscado compreender como que em cada um desses períodos afeta a probabilidade de ter um trabalho precário e como o trabalho precário na juventude impacta a vida profissional futura.

A hipótese dos pesquisadores da FJP é que, “desempenhar uma atividade laboral precária na juventude tenha efeitos prejudiciais no futuro, ou seja, menor rendimento, maior desemprego ou trabalho informal” (SOUZA, *et all*, 2001).

Seguindo os esforços em compreender as dinâmicas das juventudes, Baptista (2008) ao analisar a complexa relação entre família, juventude no contexto e avanço do neoliberalismo identifica o crescimento compulsório do trabalho informal, em função do desemprego, do trabalho desqualificado e mal remunerado.

Essas condições segundo a pesquisadora têm gerado o crescimento do adoecimento dos jovens junto a o uso de substâncias psicoativas e os seus agravos, o aumento da violência de gênero e até mesmo a entrada de jovens no tráfico de drogas e de armas, continua a pesquisadora em afirmar “a contrapartida do Estado, no entanto não acompanha a gravidade destas determinações, recaindo sobre a lógica da

²⁸⁶A utilização do termo “jovens pobres” está presente nos estudos sobre juventudes de CARRANO (2007, 2008, 2009a), CORROCHANO (2004), LEÃO (2004). As reflexões se aproximam considerando esses sujeitos como segmentos excluídos ou em condição de exclusão, filhos de trabalhadores, sejam urbanos ou rurais, que vivenciam situações precárias e desprotegidas. Estes autores refletem sobre a situação que vivenciam de fragilidade de acesso às condições mínimas de cidadania. São Jovens oriundos de setores populares que, por vezes, na sociedade capitalista, não são tratados como sujeitos de direitos. Sendo assim, considerando que existem diferentes concepções e interpretações sobre juventudes, utilizaremos a mesma terminologia caminhando na direção de pensar as juventudes, orientados pela noção de que são filhos da classe trabalhadora e que estão cotidianamente sujeitos a diversas manifestações da questão social, evidenciadas pela tensão entre o capital e o trabalho. São jovens que vivem, na maior parte das vezes, em condições objetivas marcadas por desigualdades sociais e econômicas e, por consequência mais distante de acesso a direitos sociais, riquezas e bens socialmente produzidos pela sociedade.

privatização e da responsabilização dos sujeitos pelos problemas sociais” (BAPTISTA, 2008, p. 103).

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas aproximações ao debate sobre juventudes, considerando os diferentes olhares sobre a condição juvenil onde “essa fase da vida”, a “transição para a vida adulta” (LEÃO; 2004, CARRANO; 2009; CORROCHANO, 2004) e as reverberações das expressões da questão social sobre suas vidas pode nos permitir os modos desiguais de viver a juventude, relacionados aos modos desiguais de viver experiências humanas, que marcam a vida e a leitura de mundo de jovens da classe trabalhadora.

Mesmo não havendo consenso entre os pesquisadores, movimentos sociais, governos e sociedade, que não podemos lançar um olhar sobre esse público considerando-o como “homogêneo” (BADARÓ, 2013; CARRANO, 2013 CORROCHANO, 2008; ABRAMO, 1997, LEÃO, 2004), nos interessa em estudos futuros aprofundar um pouco mais as reflexões sobre a defesa de que “para jovens filhos/as da classe trabalhadora as exigências da “vida adulta”, *chegam enquanto estes estão experimentando o seu período juvenil*” (CARRANO; 2009a, p.3), mesmo considerando que fazer parte de uma classe ou de uma geração não é questão de escolha, e no interior de uma mesma classe social, “há uma multiplicidade de corpos jovens (homens, mulheres, brancos e pretos.) que experimentam experiências biográficas únicas”. (idem; 2009c grifo nosso) e há diferentes maneiras de vivenciar a condição juvenil.

O debate sobre as desigualdades que jovens das periferias brasileiras enfrentam possuem muitas faces, múltiplas expressões e múltiplos significados, de modo que as vulnerabilidades e riscos a que estão sujeitos nos ajudam a pensar que “inseguranças no presente e incertezas frente ao futuro” (CARRANO; 2009, p.176).

Seguindo esta lógica, identificamos mais um desafiocolocado à profissão do Serviço Social, uma vez que tendo a questão social como sua matéria de trabalho está implicada de ressignificações no tratamento para com esta. Assim, a discussão ora apresentada revela o adensamento do debate entre questão social e Serviço Social e os desafios contemporâneos do trabalho profissional.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

4- REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago/Dez de 1997. Disponível em:

ABRAMOVAY, Mirian; et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas** / Miriam Abramovay. – Brasília: UNESCO, BID, 2002.

BADARÓ, Lúbia Siqueira. **A política de Juventude e seus atores**. Tessituras. Pelotas, V.1. n.1, p.. 173-190, jul./dez 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/2545>

BAPTISTA, Tatiane Alves. Família, juventude e neoliberalismo: desafios para a ressignificação do jovem como sujeito de direitos. LIBERTAS (Juiz de Fora. Impresso), v. 3, p. 94-109, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. SANTOS, Silvana Mara Morais dos. Questão social e direitos. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**: p. 267-283; v1. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes**. Revista O Social em Questão. Revista do Departamento de Serviço Social da Puc Rio. Ano XV - nº 27 - 2012 pg. 83-100. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27_Carrano1.pdf

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Identidades Culturais Juvenis e Escolas: arenas de conflitos e possibilidades**. Diversia nº1, CIDPA Valparaíso, Abril 2009, pp. 159-184. Disponível em: <http://www.cidpa.cl/wp-content/uploads/2013/05/Revista-Diversia-01.pdf>

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Jovens, escolas e cidades: entre diversidades, desigualdades e desafios à convivência**. Comunicação apresentada no II Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação, realizado na cidade Porto Alegre, 2009a. Disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/Comunica_Carrano_lus_o_brasileiro_sociologia_educacao.pdf

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Os jovens não renunciaram às lutas sociais**. Entrevista especial. 25/04/2009 - 16:30 | carrano De olho na mídia. Observatório Jovem Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/materia/os-jovens-n%C3%A3o-renunciaram-%C3%A0s-lutas-sociais>

CARRANO, Paulo. **Jovens Pobres: modos de vida, percursos urbanos e transições para a vida adulta**. Ciências Humanas e Sociais em Revista. Seropédica, RJ, EDUR, v. 30, n. 2, jul-dez., p.62-70. 2008. Disponível em: <http://www.editora.ufrjr.br/revistas/humanasesociais/rch/rch30%20n2/J%2062-70.pdf>

CORROCHANO, Maria Clara. **O trabalho e a sua ausência: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. 2008. Mimeo

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1984.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2021. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022, disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/05/pnad-trimestral-27mai2021.pdf>

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. **A gestão da pobreza juvenil: uma análise de um programa federal de inclusão social para jovens pobres** – 27ª Reunião Anual da ANPEd Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - 21 a 24 de novembro de 2004; CAXAMBU / MG; GT: Movimentos Sociais e Educação / n.03. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt03/t036.pdf>

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. **Pedagogia da cidadania tutelada: lapidar corpos e mentes. Uma análise de um programa federal de inclusão para jovens pobres**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da USP - 2004a

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. **Programas de inserção sócio-profissional de jovens na região metropolitana de Belo Horizonte/MG**. 27ª Reunião Anual da ANPEd Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - 7 a 11 de outubro de 2001 CAXAMBU / MG. Disponível em: <http://24reuniao.anped.org.br/P0953098616729.doc>

PEREGRINO, Mônica. CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e cidades educadoras**. Rev. Bras. Educ. no.24 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2003. Petrópolis: Vozes, 2003, 180p. Resenha. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300014

SOUZA, Nícia Raies Moreira de; MARQUES, Denise Helena França; CAMPOS, Plínio de Souza. A precarização do trabalho dos jovens em Minas Gerais: uma análise comparativa sob a perspectiva de coortes e de gênero nos últimos 30 anos. *In*. 45º Encontro Nacional da ANPOCS, 2021, *online*. Anais do 45º Encontro Nacional da ANPOCS, 2021.

SOUZA, Nícia Raies Moreira de; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. Vulnerabilidade de inserção no mercado de trabalho dos jovens moradores de favelas de Belo Horizonte. Revista Ciências Sociais Unisinos, v. 55, p. 111, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4013/csu.2019.55.1.11>

RACISMO E SOFRIMENTO MENTAL: o olhar do Serviço Social a partir de uma revisão integrativa

Lara Rodrigues Caputo²⁸⁷

Resumo: O presente trabalho é parte de uma grade pesquisa acadêmica que tem como objeto de análise a relação entre o racismo e os sofrimentos mentais da população negra no Brasil, a partir de uma revisão integrativa na área de Serviço Social. Traçamos, de forma breve, uma análise de parte das publicações encontradas. Para tanto, utilizamos a revisão integrativa para analisar como está a produção teórica-científica no âmbito do Serviço Social brasileiro em relação a interface entre o racismo e o sofrimentos mentais da população negra.

Palavras-chave: Racismo; Sofrimento Mental; Serviço Social.

Abstract: The present work is part of an academic research that has as its object of analysis the relationship between racism and the mental sufferings of the black population in Brazil, based on an integrative review in the area of Social Work. We briefly outline an analysis of part of the publications found. For that, we used the integrative review to analyze how the theoretical-scientific production in the Brazilian Social Service is in relation to the interface between racism and the mental suffering of the black population.

key words: Racism; Mental Suffering; Social service.

1- INTRODUÇÃO

A pesquisa foi realizada a partir da chamada **revisão integrativa**, esta consiste em um dos tipos de metodologia que tem como foco a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática. Tal revisão teve como pergunta norteadora inicial: **como o Serviço Social vem tratando, teoricamente, a relação entre raça/racismo e sofrimentos mentais?** Em seguida, foram selecionados os 20 periódicos da área de Serviço Social, com o intuito de responder a esse questionamento inicial. A delimitação temporal partiu de um marco legal do campo da saúde mental, a Lei 10.216 (BRASIL, 2001), desta maneira, demarcou-se nos campos destinados para tal, artigos publicados entre 2001 e 2020. Para a busca dos artigos

²⁸⁷ Assistente social, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: lararicaputo@gmail.com

foram utilizados os seguintes descritores: “racismo” e “adoecimento mental”; “racismo” e “sofrimento mental”; “raça” e “sofrimento mental”; “raça” e “adoecimento mental”; “raça” e “saúde mental”.

Contabilizamos ao final de todas as leituras e análises, **16 materiais**, sendo publicados entre 2013 e 2020. Após a busca e inclusão dos materiais, foram selecionadas chaves analíticas a partir das leituras e análises das produções, utilizando do **método de análise de conteúdo**, tendo como ponto de partida a comunicação, ou seja, a partir das mensagens que os artigos e produções passam, busca-se produzir inferências. Desses 16 materiais, para o presente trabalho optamos por apresentar a análise de 7 produções²⁸⁸, diante do número limitado de páginas.

A seguir, as análises qualitativas das produções encontradas e, de antemão, observamos um número reduzido de produções na área de Serviço Social que tratam da interlocução entre as temáticas do racismo e do sofrimento mental.

2- RACISMO E SOFRIMENTO MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA SOB O OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL

Dos 16 materiais encontrados, 7 apresentavam elementos específicos do campo da saúde mental e da atenção psicossocial. Destes, evidenciamos uma expressividade de publicações de autoria de Raquel Gouveia Passos e/ou em parceria com outro autor, sendo esta uma referência no campo da saúde mental interseccionada à questão racial.

Iniciaremos com o artigo “8” de Menegat, Duarte e Ferreira (2020), que traz uma crítica ímpar ao modelo econômico vigente no mundo, principalmente, no que se refere à configuração urbana moderna. Utilizando autores como Engels (1985), os autores sinalizam que a sociedade assentada numa conduta individualista, conduz a uma vida de relações sociais doentias, uma “guerra de todos contra todos” (MENEGAT, DUARTE e FERREIRA, 2020, p. 101). Esse cenário urbano coloca os sujeitos a constantes disputas entre si, entendendo esse processo como um sofrimento mental. A sobrevivência exige destes sujeitos uma subjetividade individualista e competitiva, mediada pelo processo de trabalho. No entanto, a construção dessas subjetividades é um processo doloroso, pois esses indivíduos renunciam à capacidade de reconhecer o outro como seu semelhante. Uma expressão utilizada pelos autores é a “**loucura em massa**”, fundamental para

²⁸⁸ Consultar Tabela 1 em “anexos”.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

pensarmos no adoecimento da população negra atualmente. Os autores apontam ainda que a moderna divisão territorial entre “centro e periferia”, especificamente, entre os séculos XVII e XVIII - o Brasil, obviamente localizado na zona periférica - ocasionada no momento em que o capitalismo se consolidava, provocou, não por acaso, processos de enlouquecimento massivo, analisados por Foucault (1978). A constituição forçada dos grandes centros urbanos capitalistas, fez com que as massas fossem separadas dos meios de subsistência, tornando-se trabalhadores “livres”, possuindo apenas a sua força de trabalho a ser vendida para o capital. No entanto, o capital não deu e não dá conta de garantir o acesso a todas e todos no mercado de trabalho, o que vemos no alto índice de desemprego -o desemprego estrutural, transformando os sujeitos e os grupos “em hordas de miseráveis e loucos” (MENEGAT, DUARTE e FERREIRA, 2020, p. 103).

Baseando-se em Foucault (1978), Menegat, Duarte e Ferreira (2020) apontam que a loucura é construída socialmente, ou seja, não pode ser encontrada num estado selvagem. Por mais que se tenham relatos de distúrbios mentais na antiguidade, a forma como os sofrimentos se apresentou e se apresenta na sociedade de classes é particular, “se estrutura como epidemia entre as massas empobrecidas” (MENEGAT, DUARTE e FERREIRA, 2020, p. 103). Desta maneira, compreender as formas de confinamento dos adoecidos mentalmente e as formas de eliminação desses indivíduos, como, por exemplo, o genocídio da população negra, são apresentadas pelos autores como linha de análise para identificar os processos atuais. Nesta direção, miséria e loucura são processos indissociáveis na conjuntura do capitalismo.

Mendes e Werlang (2013), artigo “16”, contribuem com a análise de Menegat, Duarte e Ferreira (2020), afirmam que o sofrimento mental também está ligado a estados de privação material como o não acesso à educação, a saúde, a moradia, a alimentação e etc, assim, o sofrimento é uma resposta psicológica diante da dor, e “não teria um local específico de manifestação no corpo, [...] mas se estenderia a todo ser” (MENDES e WERLANG, 2013, p. 132). Nesta direção, pensar que sofrimento mental tem estreita relação com a pobreza e, boa parte dos (as) pobres no Brasil compõe a população negra, o campo de estudo da Saúde Mental não pode se eximir de fazer essa relação. Passos e Moreira (2018), artigo “11”, apontam que há uma enorme escassez no campo da saúde mental e da atenção psicossocial no que se refere à interlocução com a questão racial. Assim, existe uma necessidade imediata do campo em tratar das novas expressões dos manicômios na atualidade por esse viés, na medida em que tal lacuna pode contribuir para os retrocessos vivenciados na atualidade.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

O material de Passos e Moreira (2017), artigo “9”, também faz uma análise macrossocial do processo de sofrimento mental, abordam acerca da conjuntura atual internacional, com clara onda conservadora observada em vários países. Entre eles, demonstram a realidade dos EUA, especialmente, a partir de uma marcha com caráter fascista que ocorreu em agosto de 2017. Alguns grupos nacionalistas brancos se reuniram com a intenção de protestar contra a retirada de uma estátua do general Robert E. Lee, um dos sujeitos que lutou contra a abolição na escravatura no país. O grupo conhecido como *Ku Klux Klan*, responsável pela marcha, demonstra como tem avançado o ataque da extrema direita nos EUA. Quando trazemos essa realidade para o contexto brasileiro, também presenciamos o avanço da onda conservadora, liderada por grupos de extrema direita, o que acarreta a apologia à violência e opressões dos grupos mais vulnerabilizados, como, por exemplo, a população LGBTQIA+, a população negra e as mulheres, através dos números significativos de mortes desses segmentos.

A partir dessas leituras macrossocietárias acerca dos sofrimentos mentais, apresentam-se análises mais afuniladas do que vem sendo discutido no campo da saúde mental. Nesse sentido, Rosa e Guimarães (2020), artigo “13”, tratam sobre o tema das drogas. Estes defendem que o uso das Substâncias Psicoativas (SPA) sempre esteve presentes nas sociedades, seja para uso medicinal, recreativo ou mesmo nos rituais religiosos. Com a intensificação da industrialização, do avanço do Estado por meio jurídico e policial, vimos uma constituição de controle da produção, comercialização e consumo dessas substâncias. Os autores afirmam que, no Brasil, as primeiras políticas do Estado -em 1920- contra o uso de drogas estiveram diretamente entrelaçadas às ações higienistas, eugenistas e racistas, uma vez que era um meio de encarcerar e excluir a população negra. Na mesma linha de abordagem, Ferrugem (2020), artigo “14”, aponta que a chamada “guerra as drogas” na atualidade se materializa com o genocídio da população negra, pautado pelo racismo institucional contra esse segmento populacional, uma vez que a guerra não é contra as drogas, mas sim contra pessoas e corpos negros. Fundamentando-se no conceito de racismo estrutural, a autora coloca que o racismo não é abstrato, ele sustenta e estrutura a organização social, econômica e política da sociedade e, com a guerra às drogas não é diferente, esta tem uma funcionalidade e uma finalidade para o benefício do grande capital.

Outro tema identificado na revisão integrativa é em relação às mulheres negras, percebemos que esse grupo populacional aparece em muitos materiais encontrados como vítimas de uma constante violência. Passos (2017), artigo “10”, faz uma abordagem essencial acerca do trabalho das cuidadoras em saúde mental, especialmente dentro das

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Residências Terapêuticas (RT), casas localizadas nas comunidades destinadas a acolher usuários e usuárias em sofrimento mental que estiveram internados por longos períodos nos hospícios e perderam o contato com suas famílias ou estas não apresentavam condições para manter o cuidado desses sujeitos. Essas trabalhadoras, segundo a autora, são na sua esmagadora maioria, mulheres negras, sem formação e pobres, ou seja, os trabalhos mais precarizados ainda são destinados à população negra.

Outra análise riquíssima identificada na revisão, diz respeito à violência institucional do Estado relacionada aos sofrimentos mentais da população negra. Menegat, Duarte e Ferreira (2020) apontam o racismo como um determinante social do processo saúde/doença, mais precisamente, do sofrimento mental. Utilizando-se de um caso para materializar a linha de análise trabalhada, os autores esboçam o relato da morte de Joselita Souza, decorrente de uma depressão desenvolvida após perder seu filho assassinado na cidade do Rio de Janeiro. “Eles estavam dentro do carro, um Palio branco, que foi metralhado com 111 tiros disparados por quatro policiais do 41º Batalhão da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro (PMERJ), de Irajá” (MENEGAT, DUARTE e FERREIRA, 2020, p. 105). Os autores apontam que a depressão quando envolta em situações de violência, como um fator de estresse expressivo e com as marcas sociais, o quadro é ainda mais grave, “o que em muito determina socialmente os transtornos mentais causados, indelevelmente, pelo sofrimento social” (Idem, ibidem). Compreender a relação entre racismo e os sofrimentos mentais, segundo os autores, trata-se de abarcar o papel do Estado, de sua desresponsabilização no que se refere à efetivação da cidadania e dos direitos humanos fundamentais da população negra.

Na mesma direção de análise, Jesus e Costa (2017), artigo “15”, apontam que o racismo além de produzir condições desiguais objetivas para a população negra, também produz especificidades na constituição subjetiva desses sujeitos. A subjetividade é apresentada como uma “singularidade humana (...) que possibilita aos indivíduos tornarem-se humanos, se expressarem e se relacionarem com o mundo interno e externo, por meio de sentimento, raciocínio, saberes, afetos e consciência (JESUS; COSTA, 2017, p. 322). A subjetividade é possibilitada a partir da mediação com o trabalho, meio transformador da natureza a fim de responder às necessidades humanas vitais. Este exerce um papel de transformação da natureza, mas também uma transformação subjetiva dos sujeitos sociais. Apesar dos sujeitos vivenciarem as mesmas formas históricas, social e cultural semelhantes, a subjetividade se difere e se distingue de sujeito para sujeito. Utilizando-se de Sève, as autoras colocam que pensar a personalidade é partir das suas relações sociais e dos limites e possibilidades

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

apresentados ao seu desenvolvimento, sendo uma das suas principais funções o desenvolvimento das capacidades, “que retrata como o desenvolvimento e o progresso psicológico estão relacionados a uma dinâmica externa ao indivíduo em si (...) ou seja, às relações sociais e suas contradições” (JESUS; COSTA, 2017, p. 324). Nesta lógica, segundo as autoras, pode-se pensar no racismo, pois as contradições sociais podem rebater no desenvolvimento da personalidade e podem produzir uma tendência à estagnação da personalidade ao longo do tempo. As autoras fazem a defesa de que a análise desses processos subjetivos deve ser feita a partir do entendimento da exploração do capital que aliena os sujeitos e transforma as relações de trabalho em dor e sofrimento, tanto físico quanto psíquico.

Jesus e Costa (2017) realizaram ainda um estudo em uma comunidade virtual da plataforma *Facebook*, -“Senti na Pele”- e identificaram que o racismo provoca dor, sofrimento e, ao mesmo tempo, instiga a resistência desses grupo populacional. A partir dos 22 relatos analisados, entre as formas de resistência, as autoras destacam que identificaram 3, sendo elas: silenciar o sofrimento; negar o corpo e sua descendência africana e negra e desejar embranquecer-se e, por fim, a resistência também, através da militância em movimentos sociais, movimentos virtuais, como no caso da comunidade “senti na pele”. No que tange à primeira categorização “silenciar o sofrimento”, as autoras colocam que o silenciamento dos sujeitos diante de violências racistas muitas vezes é entendido como uma forma passiva ou incontestável da população negra. No entanto, fazem a defesa de que o silêncio também expressa uma forma de resistência mais ampla, pois o próprio ato de resistir com os corpos presentes nos espaços que, muitas vezes foram negados à esta população, é também uma forma de luta diante do racismo. A segunda caracterização referente à negação do corpo e o desejo de embranquecimento, considerados um dos impactos mais profundos que o racismo ocasiona na subjetividade de negros e negras, expressos em um processo de internalização de valores e ideologias dominantes, fazem com que o próprio negro se inferiorize e tente afastar de si “tudo aquilo que remete ao *negro*” (JESUS; COSTA, 2017, p. 330), como, por exemplo, alisar os cabelos, se envergonhar da cultura africana, entre outros. Observa-se que tais comportamentos individuais não são atos isolados, mas expressam uma sociedade racista que produz personalidade e subjetividades permeadas pela violência imposta do racismo. Assim, segundo Jesus e Costa (2017), é um duplo processo na medida em que ao mesmo tempo em que respondem atos violentos diante do racismo, são resultados também deste, o relato, a seguir, exemplifica isso.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

Eu me odiava, eu odiava meu cabelo e minha pele, pois achava que eu tinha algo errado, nunca ninguém tinha me dito que era uma pele bonita, ou que eu deveria me orgulhar sendo eu mesmo. Minha irmã tem a pele clara, mas nossa mãe é negra. Uma das vezes em que as chacotas e zoações eram frequentes eu disse pra minha mãe: Eu queria ser branco igual a minha irmã, os garotos me odeiam (...). Eu tinha delírios em querer ser branco, mas tudo isso era para escapar disso, escapar da exclusão racial (RELATO 5 – H) (JESUS; COSTA, 2017, p. 330).

Por último, Jesus e Costa (2017) apontam a terceira forma de resistência: o engajamento em movimentos sociais e organizações coletivas e ações diretas contra um ato racismo vivenciado. Os relatos demonstram que o sofrimento e a dor gerada pelo racismo são inerentes de uma sociedade racista, a sociedade de classes, que aprisiona, mata, humilha e adocece física e mentalmente os grupos e as populações. Um Estado que mata, que violenta, que encarcera, que humilha, e que produz adoecimentos psíquicos e físicos, os autores questionam: quais vidas importam?

3- CONCLUSÃO

Os achados da revisão integrativa indicam que o Serviço Social, no passar dos anos, vem se apropriando do debate racial relacionado aos sofrimentos mentais, principalmente ano de 2020. Percebemos que há uma leitura crítica das categorias racismo e sofrimento mental, esta se embasa com dados e indicadores oficiais, relatos de experiência e uma leitura bem fundamentada e coerente, utilizando de autores relevantes dos campos da saúde mental e das relações étnico-raciais. Passos (2020), artigo 12, diz que as formas manicomialis na sociedade de classes, como vimos nos artigos, não se revelam apenas através dos manicômios, mas também no encarceramento em massa da população negra, no genocídio, no âmbito do trabalho, da educação e da saúde. Buscamos assim, com a presente revisão integrativa, promover uma análise inicial de como a profissão vem tratando, teoricamente, o debate racial relacionado à saúde mental dos sujeitos. Temos certo que a presente produção demonstra apontamentos iniciais que merecem ser aprofundados em pesquisas futuras.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, M. R.; JESUS, G. L. Impactos do racismo na subjetividade de indivíduos negros. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 19, n. 41, p. 314-335, 2ª semestre, 2017.

FERRUGEM, D. Guerra as drogas?. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro v. 18, n. 45, p. 44-54 , 1º semestre, 2020.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

MENEGAT, M. E.; DUARTE, M. J. O.; FERREIRA, V. F. Os novos manicômios a céu aberto: cidade, racismo e loucura. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 100-115, 1º semestre, 2020.

MENDES, S. M. R.; WELAG, R. Sofrimento Social e Saúde do Trabalhador. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 131-150, 2º semestre, 2013.

PASSOS, R. G. Mulheres Negras, sofrimento e cuidado colonial. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v 18, n. 45, p. 116-129, 1º semestre, 2020.

PASSOS, R. G. “De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 77-94, mai./ago., 2017.

PASSOS, R. G.; MOREIRA, T. W. F. Reforma psiquiátrica brasileira e questão racial: contribuições marxianas para a luta antimanicomial. **Ser Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 265- 354, 2º semestre, 2017.

MOREIRA, T. W. F; PASSOS, R. G. Luta antimanicomial e racismo em tempos ultraconservadores. **Temporalis**, Brasília, n. 36, p. 178-192, jul./dez., 2018.

ROSA, L. C.; GUIMARÃES, T. A. A. O racismo na/da política proibicionista brasileira: redução de danos como antídoto antirracista. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v.18, n.45, p. 27-43, 1º semestre, 2020.

5- ANEXOS

TABELA 1- Artigos utilizados

Nº	REVISTA	ANO	AUTOR(A)	TÍTULO
8	Em Pauta	2020	Elizete Maria Menegat, Marco José de Oliveira Duarte e Vanessa de Fátima Ferreira	Os novos manicômios a céu aberto: cidade, racismo e loucura
9	Ser Social	2017	Rachel Gouveia Passos e Tales Willyan Fornazier Moreira	Reforma psiquiátrica brasileira e questão racial: contribuições marxianas para a luta antimanicomial
10	O Social em Questão	2017	Rachel Gouveia Passos	De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira
11	Temporalis	2018	Tales Willyan Fornazier Moreira e Rachel Gouveia Passos	Luta antimanicomial e racismo em tempos ultraconservadores
12	Em Pauta	2020	Rachel Gouveia Passos	Mulheres Negras, sofrimento e cuidado colonial
13	Em Pauta	2020	Lucia Cristina dos Santos Rosa e Thaís de Andrade Alves Guimarães	O racismo na/da política proibicionista brasileira: redução de danos como antídoto antirracista
14	Em Pauta	2020	Daniela Ferrugem	Guerra as drogas?
15	Ser Social	2017	Laís Gonçalves de Jesus; Mônica Rodrigues costa	Impactos do racismo na subjetividade de indivíduos negros
16	Em Pauta	2013	Jussara Maria Rosa Mendes e Rosangela Werlang	Sofrimento Social e Saúde do Trabalhador

Políticas do cuidado e Sistema Prisional: Relatos de uma experiência junto a dissidentes sexuais e de gênero em Minas Gerais

Sidnelly Aparecida de Almeida²⁸⁹

Márcia Lopes Ferreira²⁹⁰

RESUMO: O Brasil vem vivenciando um processo de encarceramento massivo, com ascensão de um estado penal, marcado pelo racismo, LGBTfobia, machismo, entre outros aspectos intensificadores da exclusão social (CARVALHO, 2012). O presente trabalho é fruto das inquietações vivenciadas na atuação junto ao Núcleo de Atenção a Mulheres e Grupos Específicos - NuGE+, no Departamento Penitenciário de Minas Gerais, no ano 2021, a proposta de atuação se embasa nas políticas do cuidado (SPADE, 2022) e nas perspectivas de resistência a um modelo de biopoder penal instaurado nas instituições prisionais brasileiras, onde a vida e os valores democráticos são relegados mediante a crescente policialização das políticas públicas.

Palavras-chave: Dissidências sexuais; gênero; biopoder; políticas penais.

ABSTRACT: Brazil has been experiencing a process of massive incarceration, with the rise of a penal state, marked by racism, LGBTphobia, machismo, among other aspects that intensify social exclusion (CARVALHO, 2012). The present work is the result of the concerns experienced in the work with the Center for Attention

289

Analista Executivo de Defesa Social - Psicóloga, na Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. e-mail: sidnelly.almeida@estudante.ufjf.br

290

Analista Executivo de Defesa Social - Assistente Social, na Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais. Pós-graduada em Cidadania e Direitos Humanos no contexto das Políticas Públicas pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/MG. e-mail: marciaas168@gmail.com

to Women and Specific Groups - NuGE+, in the Penitentiary Department of Minas Gerais, in the year 2021, the action proposal is based on care policies (SPADE, 2022) and in the perspectives of resistance to a model of penal biopower established in Brazilian prison institutions, where life and democratic values are relegated through the increasing policing of public policies.

Keywords: sexual dissent; genre; biopower; penal policies.

1- INTRODUÇÃO

O Brasil possui atualmente a quarta maior população prisional do mundo, vivenciando um processo de encarceramento massivo, impulsionado pela política de guerra às drogas cunhada durante a ditadura militar e reforçada em 2006 pela nova política de combate ao tráfico de drogas adotada. Diversas são as críticas ao modelo e configurações que as políticas penais adotam, na gestão das contradições sociais, entre as quais podemos destacar a ausência de parâmetros e critérios bem definidos na elegibilidade do que vem a ser considerado “tráfico”, dando lugar a interpretações subjetivas no contexto jurídico e policial (RAUTER, 2016).

É importante destacar, o contexto social no qual se desenvolvem as políticas penais brasileiras, marcado por capitalismo dependente, onde podemos identificar a ascensão de um Estado penal, responsável pela gestão da miséria crescente no atual momento da acumulação capitalista Wacquant (2009). As marcas do sistema escravagista que imperou no Brasil, imprimem sobre as políticas públicas brasileiras contornos raciais que estruturam as instituições e reproduzem a violência em suas diversas formas (ALMEIDA, 2019). Assim, a violência individual é atualmente o alvo principal das políticas penais, com recorte racial, de gênero, sexual cada vez mais latente, mascarando a violência com que as instituições insidem sobre os corpos pobres, negros, dissidentes sexuais e de gênero, bem como, dificultando a percepção da violência simbólica emaranhada em nossa cultura de exclusão e culpabilização dos marginalizados (BOURDIEU, 1997).

Em sua análise sobre a política penal norte americana, Davis (2020) nos trás uma importante reflexão para pensarmos a realidade brasileira, o racismo estrutura a formação cultural e as instituições no ocidente capitalista, de forma que, as instituições

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

penais se tornaram extensão e continuidade da política escravista estabelecida nas américas. Os debates sobre interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019) nos conduzem a pensar a combinação de fatores sociais que corroboram para ampliar a exclusão social, tornando assim, alguns grupos e indivíduos, vítimas de um processo de marginalização intenso.

Carvalho (2012) apontam a marginalização dos corpos das pessoas LGBTQIA+, corpos abjetos, alvos das mais diversas formas de violência, cooptados por um poder biopolítico, que através da patologização do cotidiano, marca os corpos, sexualidades e afetividades dissidentes como fora do escopo da normalidade (FOUCAULT, 2020). A naturalização da violência contra os corpos LGBTQIA+ e especialmente no tocante as pessoas capturadas pelo sistema penal brasileiro, tem sido amplamente debatida, como sinaliza Ferreira (2019), Lamunier e Sander (2019) mesmo as instituições criadas para garantir certa proteção, no seu próprio modo de funcionamento, reproduzem a violência simbólica, institucional e individual sobre os dissidentes sexuais e de gênero.

Minas Gerais está entre os estados pioneiros nas políticas voltadas à LGBTQIA +, estabelecendo em 2009 a primeira ala LGBT+, regulamentando em 2013 uma política voltada à custódia de pessoas LGBT+. No entanto, a execução de uma política penal, em instituições totalitárias (GOFFMAN, 2010) perpassadas pelo racismo, homofobia, sexismo tão presentes na cultura deste país, apenas vem colaborando com a violência física, psíquica e moral impressa sobre corpos dissidentes. Assim, no ano de 2021, a pandemia escancara o cenário violento das alas LGBT+ em Minas Gerais, onde a morte de dez pessoas LGBTQIA+ demonstra a fragilidade de uma política segregacional, que dentro de uma dinâmica biopolítica, invisibiliza e culpabiliza os excluídos por sua própria exclusão (SAWAIA, 2001).

O projeto no qual popularmente é denominado “apadrinhamento” surgiu no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto - PIEP, durante a gestão da Sra. Márcia Lopes Ferreira, como resposta de uma necessidade iminente vivenciada por mulheres privadas de liberdade, apartadas de seus vínculos afetivos e sociais, em grande sofrimento psíquico. O objetivo visava promover maior dignidade às custodiadas que se encontravam com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, tendo inclusive a precariedade socioeconômica agravada em decorrência de sua prisão.

Os limites das instituições penais brasileiras e ausência de garantia dos mínimos necessários à dignidade humana, colocam a família como um pilar no custeio de questões essenciais, tais como, higiene pessoal e medicamentos. Dentro deste contexto, a ausência de vínculos familiar e social impacta a saúde mental das pessoas privadas de liberdade e também, suas condições de subsistência dentro das instituições prisionais. Partindo da experiência junto ao projeto na PIEP, iniciaram-se articulações para implementação do mesmo projeto nas dependências da Penitenciária São Joaquim de Bicas I, popularmente conhecida como Professor Jason Soares Albergaria e que a partir de junho de 2021 passa a ser unidade exclusivamente destinada a custódia de pessoas LGBTQIA+ no Estado de Minas Gerais.

2- DESENVOLVIMENTO

Spade (2022) nos traz a reflexão sobre a necessidade da emergência de uma nova lógica nas relações humanas, uma lógica do cuidado, baseada nas necessidades e no fortalecimento da afetividade humana. Ao propor uma criminologia queer, onde as fronteiras, prisões e padrões sejam rompidos possibilitando a emergência de formas de vivenciar o território e as relações sociais mais justas e igualitárias, Spade (2022), nos conduz a importante reflexão sobre qual sociedade desejamos construir para efetivamente romper com a ferocidade do capitalismo.

Dentro deste contexto, o presente projeto nasceu das demandas básicas das pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade. A pandemia inviabilizou os cuidados presenciais, dificultou os afetos e os contatos com o mundo exterior por parte das pessoas privadas de liberdade. Tal fato, impactou de forma mais intensa e significativa, mulheres e pessoas LGBTQIA+. Outra forma significativa para manutenção das necessidades básicas no contexto prisional, vem das instituições religiosas, que frequentemente assumem o papel de garantir formas de subsistência aos encarcerados. É nessa intersecção que verificamos a fragilidade ainda maior que incide sobre pessoas LGBTQIA+, que recorrentemente sofrem o abandono familiar e os julgamentos religiosos (FERREIRA, 2019).

A eclosão da pandemia por COVID 19, junto ao sistema prisional intensificou as fragilidades sociais e econômicas das pessoas privadas de liberdade, corroborando para aumento do sofrimento psíquico entre pessoas encarceradas, o que culminou no

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

aumento significativo dos casos de automutilação e nas práticas de autoextermínio, fatos que tornaram o Estado de Minas Gerais, alvo de uma Ação Civil Pública (Autos nº 5001703-76.2021.8.13.0301), pois segundo a Defensoria Pública de Minas Gerais, de janeiro a setembro de 2021, somaram-se seis suicídios e vinte e uma tentativas.

Desta forma, o apadrinhamento se constituiu em importante opção para restauração e manutenção de vínculos afetivos e sociais, numa perspectiva de fortalecer o sentimento de pertencimento social, agregando novos olhares e perspectivas às pessoas privadas de liberdade. O projeto parte da identificação de pessoas da comunidade, interessadas em atuar como padrinhos/madrinhas, de indivíduos LGBTQIA+ em privação de liberdade na Penitenciária de São Joaquim de Bicas I. Os candidatos que manifestarem interesse deverão ser cadastrados numa modalidade específica, on-line, tendo o cadastro aprovado, se comprometem a custear itens básicos de higiene pessoal e na realização de visitas na modalidade virtual com regularidade mensal, são também estimulados o envio de cartas semanais e a realização de telefonemas de acordo com a disponibilidade da instituição prisional.

Após o cadastramento, ocorre a análise do cadastro por parte do serviço social, do serviço de inteligência e da direção da Unidade Prisional, havendo aprovação, deverá o nome ser encaminhado para o setor psicossocial, onde haverá escolha da pessoa a ser apadrinhada, que segue uma listagem onde são identificados indivíduos sem vínculos afetivos ou com vínculos fragilizados e que manifestem interesse em participar do projeto. Havendo a escolha do padrinho e do apadrinhado, ambos deverão ser informados e todos os passos deverão ser documentados com a frequência da comunicação e do recebimento de itens, as regras para continuidade no projeto.

Outra frente de atuação engloba o Projeto Tio Flávio Cultural, onde diversos parceiros realizam atividades culturais, de formação profissional e atenção psicossocial, voltados ao fortalecimento das habilidades dos sujeitos e buscando alcançar todos os indivíduos LGBTQIA+ privados de liberdade. Neste contexto, foram promovidos dia do orgulho LGBTQIA+, saraus, atividades artísticas, palestras e atividades de convivência. Um passo significativo é alcançar a participação popular, através da presença da sociedade civil nas instituições prisionais, na busca por romper com o totalitarismo dominante nestas modalidades de instituição (GOFFMAN, 2010).

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corroborando com Rauter (2016), nossas perspectivas englobam abrir caminhos para construção do cuidado, tendo como pilar a liberdade. A atuação em instituições prisionais é marcada por diversas formas de violência, por processos de subjetivação baseados na insensibilidade e invisibilidade dos corpos, especialmente no tocante a corpos socialmente excluídos, tomados como abjetos e fora dos padrões de normalidade (FOUCAULT, 2020). Neste contexto, a atuação das ciências pautadas pelo modelo clínico biomédico reproduzem a exclusão e marginalização das diferenças, atuando no sentido de negar a pluralidade humana. Desta forma, atuar no fomento de políticas do cuidado, que se constituam em linhas de fuga ao endurecimento destas instituições e possibilitem formas autênticas de ser e estar no mundo é um desafio à psicologia e ao serviço social.

Atuar junto aos seres humanos é também lidar com nossas fragilidades, sensibilidades e necessidades. Implementar o projeto de Apadrinhamento e Participação Social, torna-se uma estratégia potente a fim de ampliar a rede sócio-afetiva de pessoas em privação de liberdade, como também, o fortalecimento de movimentos sociais que possam romper com a lógica objetificante consumista instaurada pelo capital. O vínculo afetivo e as possibilidades construtivas que perpassam pelo apadrinhamento e pelo projeto tio Flávio cultural trazem a ideia de que as pessoas em cumprimento de pena possam ser vistas, amparadas e afetadas por relações sinceras de troca afetiva, de modo mais aclarado consigam evidenciar outras potencialidades e possibilidades sobre si e sua própria reconstrução de vida e emancipação autônoma.

Pensar estratégias que ampliem o debate antiprisional junto a sociedade brasileira, perpassa necessariamente pela necessidade em debater um outro projeto societário. Neste contexto Wood (1999) nos provoca para atentar a essencialidade do materialismo dialético e das reflexões Marxistas para construção de outras possibilidades de ser, estar e se relacionar com o mundo e o outro, o necessário exercício democrático de pensar a vida, o cuidado e as relações pela ótica inalienável da liberdade e do respeito à dignidade humana.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. Feminismos Plurais. Pólen: São Paulo, 2019.

BATISTA, V. M. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Editora Revan: Rio de Janeiro, 2001.

BARATTA, A. Direitos Humanos: Entre a violência estrutural e a violência penal. Fascículo de Ciências Penais. Porto Alegre, 1993. Disponível em <<https://edisciplinas.usp.br>>. Acesso em 22 de maio de 2022.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

CARVALHO, S. **Sobre as possibilidades de uma criminologia queer**. Criminologia crítica e criminologia cultural. v. 4, n.2, Porto Alegre, 2012. Disponível em <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/12210>> Acesso em 22 de maio de 2022.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Ed. Difel, 2020.

FERREIRA, G. G. Política de tratamento penal para LGBTI+ no mundo. In: FERREIRA, G. G. e KLEIN, C. C. (Org.) **Sexualidade e gênero na prisão: LGBTI+ e suas passagens pela justiça criminal**. Salvador: Editora Devires, 2019.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LAMOUNIER, G. e SANDER, V. As alas LGBTI em Minas Gerais: O desenvolvimento de uma política penitenciária de segregação espacial. In: FERREIRA, G. G. e KLEIN, C. C. (Org.) **Sexualidade e gênero na prisão: LGBTI+ e suas passagens pela justiça criminal**. Salvador: Editora Devires, 2019.

SAWAIA, B. (org.) **As Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SPADE, D. **Fechem as prisões! Abram as fronteiras!** Como o abolicionismo está moldando políticas Trans e Queer. In: IRINEU, Bruna A. et. al. (org.). Políticas da vida: coproduções de saberes e resistências. Salvador: Devires, 2022.

RAUTER, C. **O trabalho do psicólogo em prisões**. in: FRANÇA, F.; PACHECO, P.; OLIVEIRA, R. T.; O trabalho da(o) Psicóloga(o) no sistema prisional: Problematizações, ética e orientações. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, 2016.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

Dissidências sexuais e de gênero: implicações para o exercício profissional de assistentes sociais

Guilherme Moraes da Costa²⁹¹

RESUMO:

Esta reflexão teórica busca debater a interface entre o trabalho profissional de assistentes sociais frente aos desafios trazidos pela população LGBTI+. Por meio de uma abordagem qualitativa, no bojo deste debate serão elaboradas algumas considerações sobre as demandas requisitadas pelo segmento LGBTI+ aos/as assistentes sociais. A partir dessas considerações, nos propomos a realizar uma análise acerca dos limites e das potencialidades do exercício profissional de assistentes sociais frente a grupos minoritários e como – e se – o compromisso ético-político destes profissionais tem se refletido como uma prática socialmente referenciada no acesso e garantia a direitos deste segmento. Como estratégia metodológica, será utilizada a pesquisa bibliográfica para atingir os objetivos propostos.

Palavras-chave: Serviço Social; LGBTI+; Direitos Humanos;

ABSTRACT

This theoretical reflection seeks to discuss the interface between the professional work of social worker and the challenges brought by the LGBTI+ population. Through a qualitative approach, in the midst of this debate, some considerations will be made about the demands demanded by the LGBTI+ segment of social workers. Based on the considerations, we propose to reflect on the limit and potential of the professional practice of social workers in the face of minority groups and how – and if – the ethical –political commitment of these professionals has been reflected as a socially referenced practice in access and guarantee the rights of this segment. As a methodological strategy, bibliographic research will be used to achieve the proposed objectives.

Keywords: Social Work; LGBTI+; Human Rights;

1- INTRODUÇÃO

O coletivo de pessoas que compreendem as lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e outros sujeitos/as que se encontram nas demais expressões das dissidências sexuais e de gênero (LGBTI+), por força de uma convenção social e conveniência política estão inseridas numa mesma sigla. Contudo, nesse mosaico que aglutina esse conjunto de caracteres, cada letra possui sua especificidade que é

²⁹¹Assistente Social e Jornalista. Doutorando em Serviço Social no Programa de Pós-graduação em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Assistente Social na empresa SANASA Campinas. E-mail: guilhermemoraesdacosta@gmail.com

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

atravessada por marcadores sociais como sexo, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero, entre outros, como raça/etnia e classe social.

Quando o/a assistente social se depara no seu exercício profissional com alguém deste segmento, é esperado deste/a profissional que este/a esteja instrumentalizado/a para compreender as subjetividades desta população e assim evitar a propagação de situações que envolvam preconceito e discriminação em razão de orientação sexual, identidade de gênero e/ou expressão de gênero dissonante da norma cis-heterossexual.

Para Rich (1980) a heterossexualidade obrigatória funciona como uma instituição. Wittig (2005) vai além e considera como um regime político baseado na submissão e apropriação das mulheres. Para Preciado (2003) o aparato social que constrói o feminino e o masculino a partir da divisão e segmentação do corpo, para depois considerar esses fragmentos como eixos naturais e antagônicos da diferença sexual é o sistema heterossexual.

Pode-se acrescentar que a heteronormatividade sexista e etnocêntrica concebida como a opressão e a discriminação contra todas as pessoas ou identidades que se situam fora, na situação de exclusão e desigualdades sociais em razão de sexo, classe, idade, etnia, etc. (GARCIA, 2017, p. 70-71).

Nesta sociabilidade, os/as assistentes sociais têm como objeto de trabalho as manifestações da chamada questão social. A raiz deste conceito se explica na desigualdade produzida pela produção coletiva em contraponto à apropriação privada dos bens de produção, uma relação de intrínseca contradição para a manutenção do capitalismo enquanto ordem vigente.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital, tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo (NETTO, p.45, 2001).

De acordo com Iamamoto (2019), o serviço social é uma profissão cuja característica é ser uma especialização do trabalho em sociedade. Bem como, está inscrita na divisão sociotécnica do trabalho e atua realizando mediações no processo de produção e reprodução das relações sociais no âmbito do sistema capitalista. Assistentes sociais desenvolvem seu trabalho profissional em espaços sócio-ocupacionais no âmbito do Estado, do terceiro setor ou mesmo na iniciativa privada, onde as manifestações da questão social se fazem presentes e exigem respostas qualificadas destes/as profissionais frente às necessidades da população que demanda sua intervenção.

Não reconhecer essa realidade significa desconsiderar um fato concreto: a existência de uma sociedade marcada pela luta de classes e, portanto, por posições sociais antagônicas que interagem concretamente e formulam alternativas que também se expressam no âmbito da das profissões. Produzem e reproduzem, ao mesmo tempo, orientações (teórico-políticas) com um perfil mais ou menos contestador e/ou subserviente ao capital, com variações nada desprezíveis, que se aproximam ou se distanciam, não homoganeamente, de um ou a outro polo, reproduzindo variações complexas compostas por múltiplas posições e alternativas (SILVA, p. 155, 2016).

Silva (2016) está fazendo referência ao legado do movimento de reconceituação, todavia, consideramos que quando ampliamos esta discussão no interior da profissão, incorporando estes marcadores sociais impostos a população LGBTI+, há a necessidade de uma intervenção qualificada por parte de assistentes sociais. Assim, o propósito desta reflexão é debater os desafios trazidos pela população LGBTI+ para o exercício profissional desta categoria, assim como, traremos indicativos de como melhor conduzir essas situações.

Há uma discussão sobre as demandas deste segmento nas entidades da categoria²⁹², todavia, esta reflexão não avançará para estas questões, tendo em vista que nossa proposta é explicitar quais os marcadores sociais que assistentes sociais devem se atentar no atendimento às demandas da população LGBTI+. A partir disso, discutiremos brevemente o serviço social e em sequência os meandros das dissidências sexuais e de gênero, tal qual as implicações de suas especificidades para o trabalho profissional socialmente referenciado desta categoria profissional.

Ressaltamos que como objetivo último, não temos a menor pretensão de esgotar este debate, mas sim fornecer elementos que permitam ampliar a discussão e fomentar reflexões que enriqueçam o trabalho profissional com esse segmento populacional.

2- DESENVOLVIMENTO

A atual quadra histórica é desafiadora. Desde o golpe jurídico, midiático e parlamentar de 2016, a orientação na condução neoliberal do Estado brasileiro se fez presente de forma mais latente, repercutindo diretamente sobre a classe trabalhadora, que tem experienciado uma recorrente perda de direitos, fato concretizado pelas Reformas Trabalhista e da Previdência. Associado a isso, em 2019 a extrema direita chegou ao poder pelo voto popular. O presidente Jair Bolsonaro encarna o que há de pior em termos de condução política e representa o atraso nos mais diversos aspectos, político, econômico, humano, ambiental, etc.

No tempo presente, outro fator a ser destacado é a pandemia, causada pelo vírus da covid-19, que desde sua chegada ao país em fevereiro de 2020, dizimou quase 700 mil brasileiros e agudizou ainda mais diversas manifestações da questão social. No início

²⁹² O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), tem realizado uma ação pedagógica junto à categoria por meio da promulgação de resoluções que tratam direta ou indiretamente desta temática, como o Código de Ética Profissional e Resoluções 489/2006, 594/2011, 615/2011, 785/2016 e 845/2018. Em 2010, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) criou o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

da pandemia, onde até então não existiam medidas farmacológicas eficientes, a solução encontrada para evitar a crescente de contágios e mortes foi o distanciamento social, medida que impactou especialmente aqueles que exerciam atividades laborativas informais, sem a garantia de proteção social do Estado. Até houve um auxílio emergencial por parte do Governo Federal, que durou pouco e quando foi repaginado, o valor pago diminuiu e menos pessoas foram beneficiados. Empurrados para morte pela fome ou pelo medo de contágio do vírus, a classe trabalhadora foi a mais afetada, Antunes (2020).

Ainda em fevereiro do presente ano, a Rússia invadiu a Ucrânia, o que além de causar a destruição do país europeu, gerou um significativo aumento no número de refugiados e trouxe como uma das principais consequências a perda de vidas inocentes. Uma consequência direta disso é o fenômeno da oscilação no preço das commodities, em especial o petróleo. Considerando a política de preços da Petrobrás, que atrela o valor do barril do petróleo ao cobrado no mercado internacional, fixado na moeda estadunidense, a empresa tem imposto aos brasileiros sucessivos aumentos de preços nos combustíveis e no gás de cozinha, o que têm feito a inflação disparar, atingindo especialmente a parcela mais pauperizada da classe que vive do trabalho, Almeida (2022).

É nessa quadra histórica que que assistentes sociais desenvolvem seu trabalho profissional. Seu exercício profissional está condicionado a um empregador e costumeiramente há o excesso de demandas, nas quais, a depender de sua gravidade e da urgência das situações apresentadas, pode empurrar os/as profissionais para uma atuação meramente “tarefeira”.

O fazer profissional de assistentes sociais é técnico e operativo, analítico e interventivo, ou seja, está em constante movimento. Embora a atuação profissional destes/as se dê sobre as manifestações da questão social, não são elas que demandam a sua atenção. A atuação não é com a fome, a miséria, o desemprego ou a violência. Mas sim com as pessoas que são vitimadas por estes fenômenos. Pelo reconhecimento social que a profissão conquistou em seus quase 90 anos de história no país, quem procura por esse tipo de atendimento se sente à vontade para contar sua história, abrir sua vida, seus segredos, seus sonhos, sua intimidade. As relações sociais que geram sua intervenção são condicionadas pela ordem vigente do capital, de maneira que este fator não pode ser ignorado.

Neste contexto, o cotidiano pode ser uma armadilha e favorecer a ação “tarefeira”. Ao deixar se enredar pela rotina, o/a assistente social pode automatizar o seu fazer

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

profissional e deixar de realizar importantes mediações de acordo com quem lhe demanda atendimento. Cada pessoa é única, cada história é singular, por mais que as condicionalidades da vida concreta lhe imprimam características semelhantes às de tantos outros. É nesse sentido que alertamos para a necessidade de que assistentes sociais se apropriem e compreendam as particularidades da população LGBTI+ e atuem como sujeitos/as luta contra a LGBTfobia.

Sobre a trama do cotidiano, Heller (2014) trata do preconceito explicando que esse fenômeno possui uma função na sociedade. No dia-a-dia não é factível parar para pensar em todo e qualquer movimento/ação que executamos, por isso, nos servimos da ultra generalização, o que implica em juízos provisórios sobre praticamente tudo, uma vez que o cotidiano é o espaço privilegiado do imediatismo. Na base do preconceito há também um caráter emocional, o que eventualmente implica em dificuldades na sua superação. Todavia, no horizonte da direção social que o serviço social se propõe, não há espaço para esse tipo de apego, sendo exigido destes profissionais, conforme o 5º princípio do Código de Ética do/a Assistente Social: “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”.

Para compreender o que estamos chamando de dissidências sexuais e de gênero, abordaremos conceitos chave como sexo, gênero, orientação sexual, binarismo de gênero, cisgêneridade, transexualidade, expressão de gênero e LGBTfobia.

Quando a pessoa nasce, de acordo com a genitália que se apresenta, lhe é designado um sexo: fêmea ou macho. Junto a essas determinações estão inseridas uma série de expectativas de como essas pessoas devem se comportar, vestir, falar, quais brincadeiras lhe são permitidas, quais profissões que devem desempenhar baseado nos signos associados ao feminino e ao masculino. Reforçando a lógica do sistema sexo/gênero, ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damara Alves, disse logo no início do governo Bolsonaro: “Menino veste azul e menina veste rosa”. Assim, estes estereótipos determinados a partir de genitálias definem os lugares sociais e as posições que essas pessoas vão se localizar ao longo da vida.

No senso comum sexo e gênero são conceitos que podem se confundir, entretanto não são a mesma coisa. Enquanto sexo faz referência ao campo biológico e é determinado ao nascer, gênero é uma construção social, pois, para a melhor compreensão deste conceito é preciso ter em mente também suas dimensões histórica, cultural e política. A manutenção do binômio sexo/gênero serve como alicerce para a divisão sexual do trabalho que não tem outra serventia a não ser a subalternização das

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

mulheres frente aos homens visando a reprodução social que leva ao lucro e a perpetuação do capitalismo via patriarcado, sexismo e dominação masculina.

Se os imperativos biológicos e hormonais fossem tão assoberbantes quanto quer a mitologia popular, a interdependência econômica não seria necessária para garantir uniões heterossexuais. Ademais, o tabu do incesto pressupõe a existência de um tabu anterior, menos explícito, sobre a homossexualidade. A proibição de determinadas uniões não heterossexuais. O gênero não é apenas uma identificação com um sexo; ele também implica que o desejo sexual se dirija ao outro sexo. A divisão sexual do trabalho entra em jogo com respeito ambos os aspectos de gênero – ela cria homens e mulheres, e os cria como heterossexuais. A supressão do componente homossexual da sexualidade humana e seu corolário, a opressão dos homossexuais, são, portanto, produto do mesmo sistema cujas regras oprimem as mulheres (RUBIN, 2017, p. 32).

Os marcadores sociais sobre sexo e gênero não atingem unicamente às pessoas LGBTI+, mas sim a todo conjunto da sociedade. Mas a divisão do mundo em dois únicos gêneros reforça a lógica biologista, heteronormativa e cisgênera.

No campo da orientação sexual, a heterossexualidade é a norma. A heterossexualidade é um elemento constitutivo e estrutural da sociedade brasileira, por isso, nos referimos a ela como heterossexualidade compulsória. É o padrão desejado e pelo qual todos/as são presumidos/as ao nascer, bem como são socializados desta forma ao longo de suas vidas. Seguindo esta lógica, as demais orientações sexuais são hierarquizadas, apequenadas, tidas como desviantes, colocadas à margem e passíveis de readequação ao padrão heteronormativo.

No entanto, há outras formas de vivenciar a sexualidade que não somente o desejo e o afeto pelo sexo oposto. Os homossexuais – lésbicas e gays – manifestam seu interesse sexual e seu afeto por pessoas do mesmo sexo. Bissexuais são pessoas que sentem atração afetiva e sexual por ambos os sexos. Assexuais são pessoas que não necessariamente possuem o interesse sexual por outra pessoa, mas permanece o interesse romântico. Portanto, é necessário ter em patamar de igualdade todas as orientações sexuais, o que implica, por exemplo, na compreensão de novos arranjos familiares para além do tradicional comercial de margarina, assim como que os papéis definidos nas relações heterossexuais não se aplicam à essa realidade.

Quando falamos de identidade de gênero, este é um conceito que precisa ser apreendido como universal. Todas as pessoas têm uma identidade de gênero. Refere-se ao sentimento de pertença, da autoimagem, de como a pessoa se vê e como quer ser reconhecida no mundo.

As identidades de gênero também são produzidas historicamente e socialmente, por isso não é algo somente sobre “como as pessoas se sentem”, mas também sobre “como elas são interpretadas socialmente”. As sociedades e culturas constroem as suas ordens de gênero de maneiras distintas, o que significa que haverá identidades transgênero (ou identidades trans, como forma de abreviar o termo) específicas de cada sociedade. No Brasil condicionou-se especificar as

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

identidades trans através de categorias “travesti” e “transexual”, que possuem diferenças discursivas, geográficas, históricas e sociais (FERREIRA, 2018, p. 32).

Pessoas trans se rebatizam e escolhem o nome que melhor lhes representa. É dever ético do/a assistente social respeitar o nome social no atendimento, no prontuário, ao telefone ou em qualquer forma de comunicação que seja.

Essa sociabilidade está alicerçada num CIS-tema heteronormativo. O CIS-tema pressupõe o mundo dividido entre macho e fêmea a partir do sexo anatômico. Mas há pessoas que não se identificam com essas características e recusam ser associadas ao que se espera do comportamento associado ao feminino e ao masculino, que são indivíduos não-binários.

A expressão de gênero está associada à performance. Como descrito acima, há o esperado por ser homem e ser mulher, expresso em códigos, vestimentas, cortes de cabelos, a voz, comportamentos. Pessoas não binárias não se enxergam diretamente associadas a um gênero ou mesmo performam os dois em diversos momentos de suas existências.

Rompendo com o binarismo de gênero, há novas expressões que estão ganhando o cotidiano, como pessoas que menstruam, pessoas que gestam, pois há homens transexuais que passam por essas experiências, descolando essas vivências da associação automática ao feminino.

O CIS-tema heteronormativo estrutura a nossa sociedade. Assim, quem não se encaixa nestes parâmetros é passível de ser reordenado. Há muitos preconceitos que estruturam essa sociabilidade, como o patriarcado, o racismo e a LGBTfobia, que encarna o preconceito e a discriminação contra as pessoas LGBTI+. Estatisticamente o Brasil é o país que mais mata essas pessoas no mundo e no escopo da atuação profissional de assistentes sociais, esta prática pode levar em cerceamento da liberdade, policiamento de comportamentos e prejuízo no acesso a direitos e às políticas sociais nas quais estes profissionais estejam à frente.

Uma postura crítico-propositiva frente às demandas que se apresentam para o/a assistente social na interface com a população LGBTI+ vai demandar destes/as profissionais a) o reconhecimento das particularidades deste segmento populacional; b) rompimento com a estrutura hetero-patriarcal-cisnormativa; c) compromisso ético-político assegurado pela direção social almejada pelo projeto hegemônico na categoria.

3. CONCLUSÃO

Estar atentos/as a estes marcadores sociais da diferença no que se refere as pessoas LGBTI+ qualifica o exercício profissional de assistentes sociais na direção societária socialmente referenciada defendida hegemonicamente por esta categoria profissional. Conforme Santos (2013), o serviço social possui três dimensões: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. A apreensão destes marcadores sociais exige apropriação teórico metodológica que irá embasar o técnico-operativo e isso se refletirá na dimensão ético-política, numa relação intrínseca e dialética.

O trabalho profissional de assistentes sociais deve orientar-se para superação de uma cultura histórica do pragmatismo e de ações improvisadas, de controle e disciplinarização de condutas, de reprodução de posturas conservadoras, moralizadoras e preconceituosas frente aos diferentes grupos com os quais trabalham: mulheres, comunidades LGBTI, jovens negros e negras moradores/as das periferias das cidades, rompendo com visões que naturalizam ou criminalizam a pobreza e com as variadas formas de discriminação, violência e violação de direitos da classe trabalhadora, sobretudo seus grupos mais subalternizados (DEGENSZAJN, 2020, p. 38).

Quando do seu exercício profissional, o/a assistente social é convidado/a a reinterpretar suas atribuições e competências de modo que estas estejam à serviço da população que requisita/demanda sua intervenção. Neste sentido, a categoria é chamada a refletir sobre os alicerces dessa sociabilidade, como o sistema sexo/gênero, a heteronormatividade, a cisnormatividade e refletir criticamente na direção de garantir a todos e todas o tratamento mais respeitoso possível, incluindo todas as especificidades da população LGBTI+.

4- REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elga Lessa de. Desenvolvimentismo, neoliberalismo e política externa: implicações para as relações entre o Brasil e os países africanos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 35, p. 1-20, jun., 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/47810/26839>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob o fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. *In*: CFESS (org.). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2020. p. 11-42. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Lutas Sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Diversidade Sexual e de gênero e o serviço social no sociojurídico**. São Paulo, Cortez Editora, 2018.

GARCIA, Carla Cristina. A desconstrução da heterossexualidade compulsória. In: GARCIA, Carla Cristina (org.). **O rosa, o azul e as mil cores do arco-íris: gêneros, corpos e sexualidades na formação docente**. São Paulo: Annablume, 2017. p. 69-74.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YASBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela. (Org.). **Serviço Social na História: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez Editora, 2019, p. 34-61.

HELLER. Agnes. **O cotidiano e a história**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "Questão Social". **Temporalis**, Brasília, v. 3, n.1, p. 51-62, jun., 2001. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017. Tradução: Jamile Pinheiro Dias.

SANTOS, Claudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Conexões Gerais**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 83-101, jul., 2013. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/silvana.marinho/disciplina-instrumentos-e-tecnicas-de-intervencao/unid-1-unidade-i-servico-social-instrumentalidade-e-a-relacao-entre-teoria-e-pratica/texto-3-santos-claudia-monica-a-dimensao-tecnico-operativa-e-os-instrumentos-e-tecnicas-no-servico-social-revista-conexao-geraes-no3-2o-sem-2013-p-25-30>>. Acesso em: 30 maio 2022.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Sociedade do capital, América Latina e Serviço Social: contribuição brasileira ao debate. In: SILVA, José Fernando Siqueira da; GUTIÉRREZ, Teresa Del Pilar Muñoz (org.). **Política Social e Serviço Social: Brasil e Cuba em debate**. São Paulo: Veras Editora, 2016. p. 147-177.

ufjf.br/facssocial/vii-seminario-internacional/

REALIZAÇÃO

ufjf

FACULDADE DE
SERVIÇO SOCIAL
PPGSS/UFJF

APOIO



CAPES